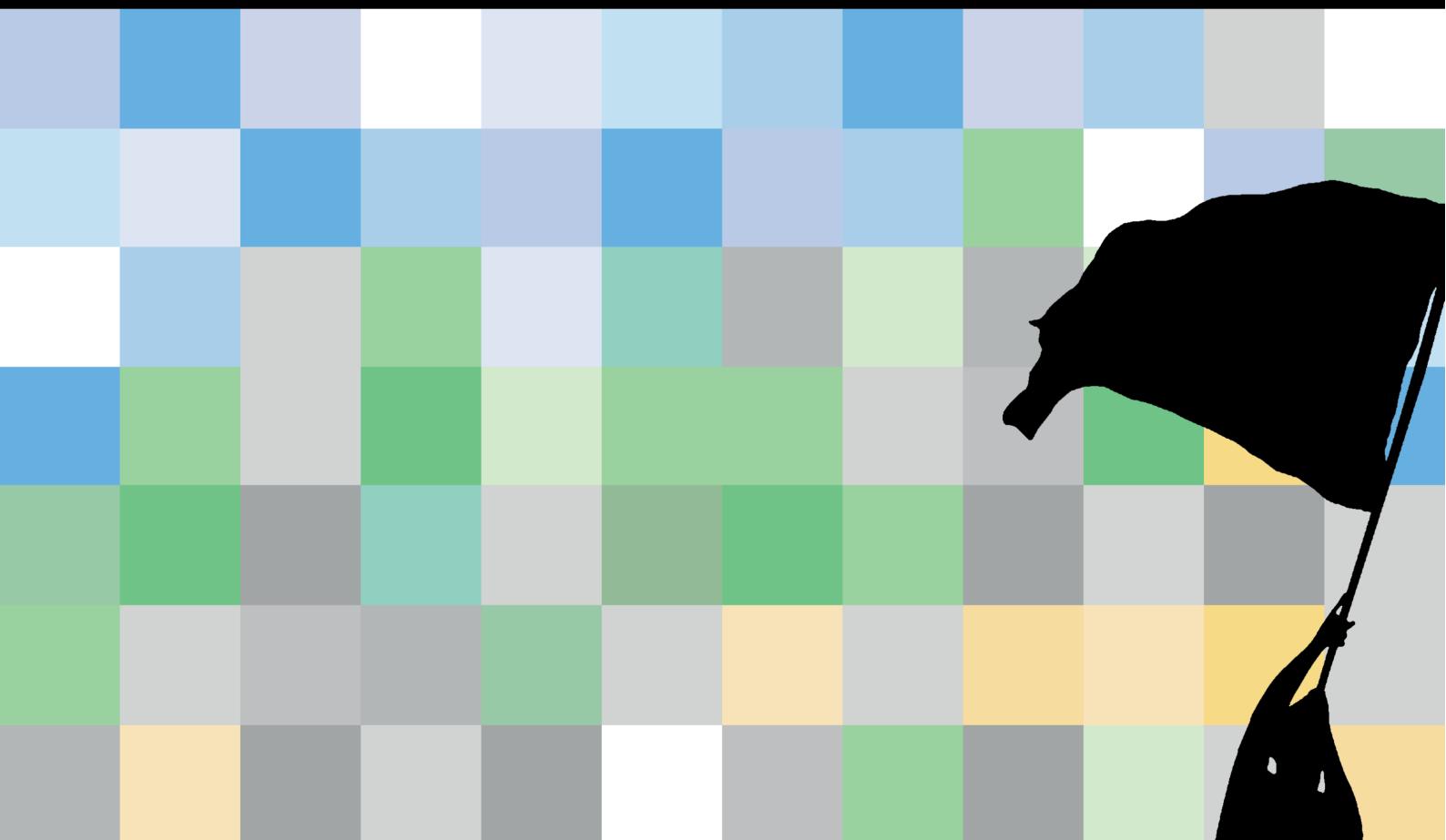


Cláudio Jorge de Moura Castilho
(Organizador)

MOVIMENTOS SOCIAIS, ACADEMIA E SOCIEDADE: POR UM ESPAÇO DO CIDADÃO



Grupo de Pesquisa
Movimentos Sociais e Espaço Urbano
(MSEU)

**MOVIMENTOS SOCIAIS, ACADEMIA E
SOCIEDADE: Por um *Espaço do Cidadão***

CLÁUDIO JORGE MOURA DE CASTILHO

(Organizador)

**MOVIMENTOS SOCIAIS, ACADEMIA E
SOCIEDADE: Por um *Espaço do Cidadão***

Editora  UFPE

RECIFE - 2015

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

Capa: Milena Barros Gomes | Thiago Manghi Longo Mecchi

Projeto gráfico: Gilberto Santos

Revisão: Cláudio Jorge Moura de Castilho

Impressão e acabamento: *Editora Universitária/UFPE*

Editora associada à
ABEU
Associação Brasileira das
Editoras Universitárias

Catalogação na fonte:
Bibliotecária Liliane Campos Gonzaga de Noronha. CRB4-1702

M935 Movimentos sociais, academia e sociedade : por um espaço do cidadão / organizador: Claudio Jorge Moura de Castilho. – Recife : Editora UFPE, 2015.

Inclui referências.

ISBN 978-85-415-0569-5 (online.)

1. Movimentos sociais. 2. Manifestações públicas – Brasil.
3. Espaços Públicos. 4. Sustentabilidade. 5. Planejamento urbano.
- Política habitacional. I. Castilho, Claudio Jorge Moura de (Org.).

303.484

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2014-197)

Comissão Editorial:

Dra. Josiclêda Domiciano Galvâncio – UFPE

Dra. Maria do Carmo de Albuquerque Braga – UFRPE

Dra. Maria do Socorro Bezerra Araújo – UFPE

Dra. Rejane Magalhães de Mendonça Pimentel – UFRPE

Dr. Rubio José Ferreira – UNIFAP

APRESENTAÇÃO

Cláudio Jorge Moura de Castilho

Este livro reúne um conjunto de capítulos que buscam, em seu conjunto, apresentar contribuições – algumas teóricas, outras metodológicas, outras mesclando estas duas dimensões da *práxis* – visando, principalmente, à discussão do tema dos movimentos sociais na sua relação com a academia e o processo de produção de uma sociedade em que a concretização do *espaço do cidadão* seja prioridade.

Este espaço do cidadão é, para nós, aquele que possui um conjunto diverso de dimensões, ao mesmo tempo, materiais e simbólicas capazes de valorizar todos os seres humanos como uma totalidade complexa em permanente movimento em algum sentido. Para isso, entretanto, consideramos que são as próprias pessoas, a partir das suas relações sociais com o espaço – como meio e condição – que devem mover-se continuamente, fazendo valer o que lhes convier no sentido do seu fortalecimento enquanto classe social e da sua valorização enquanto cidadãos. Com efeito, para Santos (1987, p. 81):

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto *um lugar* vem a ser condição de sua pobreza, *um outro lugar* poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhes faltam.

Com efeito, esse acesso não “cai do céu” tal como dito anteriormente. Em outras palavras, ele só pode ser socialmente conquistado e pelas pessoas organizadas a partir dos seus territórios vividos, mobilizadas e atuantes nos seus respectivos movimentos sociais que possuem como bandeira de luta, principalmente, a conquista do conjunto de direitos sociais efetivos voltados à complementação do processo de cidadania no Brasil: habitação, saúde, educação, formação ao trabalho, transportes, lazer, cultura, informação etc.

Consideramos movimentos sociais como a dinâmica da sociedade em seu permanente movimento, em algum sentido, o qual, para nós, pressupõe a construção do espaço voltado eminentemente para a cidadania. Isso se faz pertinente, sobretudo, em países como o Brasil, no qual ainda permanecem, no tempo, as fortes desigualdades e injustiças socioespaciais enraizadas desde o início da sua formação histórico-geográfica. O que acontece, também, porque:

A distribuição atual dos serviços [saúde, educação etc.] está gritantemente em desacordo com as exigências presentes das populações, mas também compromete o seu futuro. Para que esses serviços constituam um direito inseparável da condição do cidadão – isto é, aquele que é igual em deveres e direitos – uma regulamentação constitucional, e não apenas legal, deve se impor.

[...] O território, pela sua organização e instrumentação, deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social igualitário. A sociedade civil é, também, território, e não se pode definir fora dele. Para ultrapassar a vaguidade do conceito e avançar da cidadania abstrata à cidadania concreta, a questão territorial não pode ser desprezada. (Ibidem, p.122)

Após esta reflexão feita por M. Santos, ainda no período dos trabalhos da última Assembleia Constituinte no Brasil (1987), tivemos a promulgação da nova Constituição (1988), a qual trouxe diversos avanços legais, tendo ficado, por este motivo, conhecida como a “Constituição Cidadã”. Porém, não conseguimos, ainda, chegar ao nível concreto da cidadania, permanecendo-nos no seu nível abstrato, o que nos impele para assumir o desafio de ultrapassarmos efetivamente este nível.

Em assumindo este desafio, a sociedade deve açãoar todos os seus recursos no sentido da construção e implementação de propostas de gestão e planejamento efetivamente voltados para fazer valer as condições para a concretização do *espaço do cidadão*, isto é, levando em conta o espaço – os territórios vividos das pessoas – enquanto uma totalidade complexa e flexível que pode ser transformada em favor de todos e todas. É nesta “rede” articulada de agentes que a Academia, também, pode desempenhar papel fundamental, ultrapassando suas “fronteiras acadêmicas” para assessorar atividades de movimentos sociais no sentido de reforçar e articular os saberes e valores de liberdade, solidariedade e autonomia presentes – sem nenhum tipo de dirigismo – no seio dessas atividades.

Outro importante desafio, próprio do momento em que vivemos no mundo atual, reside na discussão, elaboração e defesa de propostas de produção social do espaço que nos afastem concretamente da utopia do neoliberalismo, a qual só faz agravar o problema anteriormente colocado. Isso na medida em que:

[...] por toda parte onde chega a se tornar realidade, a utopia neoliberal carrega em seu bojo, para os mais pobres mas também para todos aqueles que cedo ou tarde são forçados a deixar o setor do emprego protegido, não um acréscimo de liberdade, como chamam seus arautos, mas a redução e até a supressão dessa liberdade, ao cabo de um retrocesso para um paternalismo repressivo de outra época, a do capitalismo selvagem, mas acrescido dessa vez de um Estado punitivo onisciente e onipotente. A ‘mão invisível’ tão cara a Adam Smith certamente voltou, mas dessa vez vestida com uma ‘luva de ferro’. Os Estados Unidos claramente optaram pela criminalização da miséria como complemento da generalização da insegurança salarial e social. A Europa está numa encruzilhada, confrontada com uma alternativa histórica entre, de um lado, há algum tempo, o encerramento dos pobres e o controle policial e penal das populações desestabilizadas pela revolução do trabalho assalariado e o enfraquecimento da proteção social que ela requer e, de outro, e a partir de agora, a *criação de novos direitos do cidadão* – tais como o salário de subsistência, independentemente da realização ou não de um trabalho. [...] a educação e a formação para a vida, o acesso efetivo à moradia para todos e a cobertura médica universal –, acompanhada de uma reconstrução efetiva das capacidades sociais do Estado, de modo a conduzir rapidamente à criação de um Estado social europeu digno do nome. Dessa escolha depende o tipo de civilização que ela pretende oferecer a seus cidadãos. (WACQUANT, 2011, pp.158-9)

Foi a problemática acima considerada que encorajou o grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) a realizar, no período de 18 a 20 de dezembro do ano de 2013, seu primeiro Seminário, o qual teve como tema central o da relação dos movimentos sociais com a sociedade e a academia. Além das ricas e interessantes discussões travadas durante este Seminário – a partir das sessões das mesas redondas e comunicações –, o MSEU registra, neste livro, alguns dos temas apresentados e

debatidos nas referidas sessões. Os demais textos, escritos e enviados em torno do mesmo tema, estarão sendo publicados nos próximos números da revista eletrônica “Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais” do MSEU.

Abrimos este livro com o capítulo “Movimentos sociais, sociedade e academia, no qual **Beatriz Maria Soares Pontes** discute paradigmas relativos à abordagem dos movimentos sociais estabelecidos pelos norte-americanos, europeus e latino-americanos, no âmbito das ciências sociais, com particular ênfase sobre o olhar da geografia no que diz respeito à interpretação desses movimentos, destacando o conceito da socioespacialidade desses movimentos. Em seguida, a autora faz uma reflexão sobre as características atuais dos movimentos sociais latino-americanos, com base em experiências que tiveram lugar no Chile, na Colômbia e no Brasil, embora ela tenha se concentrado no caso brasileiro, particularmente sobre as manifestações ocorridas a partir de junho de 2013, ressaltando que “a internet foi a grande líder”, conectando as redes sociais com as ruas; bem como na questão da abertura dos integrantes das manifestações às utopias, à cultura digital, à rebeldia, à revolta contra as injustiças, e protagonizando manifestações de cidadania propositiva. Além disso, segundo a autora, como já constatado em outros períodos da vida nacional, forças políticas (partidos, organizações sindicais, etc.) pretendem apropriar-se, indevidamente, da novidade expressa nas ruas. Por outro lado, ela reconhece o fato que a originalidade das ruas foi consequência da “crise generalizada de confiança na política do país”.

No capítulo “Autonomia e cidadania, território e desenvolvimento: premissas para uma ação emancipadora na cidade contemporânea”, **Paulo Roberto Baqueiro Brandão** procura lançar algumas luzes sobre o papel da autonomia, pensada por ele como um componente indispensável à cidadania, e o papel do território, considerando-o como condição e reflexo para o e do desenvolvimento, como paradigmas para uma ação emancipadora por parte dos grupos sociais sujeitos às relações de dominação pelo movimento do capitalismo no mundo atual. Para a realização desta reflexão, o autor toma como base de análise a cidade contemporânea.

No capítulo “Visões da sustentabilidade urbana: antagonismos e (im)possibilidades”, **Rosemeri Melo e Souza** começa discutindo as origens das práticas de intervenções urbanas que foram marcadas por discursividades antagônicas. Segundo a autora, estas práticas se materializam, na cena urbana brasileira, a partir de dois aspectos: o primeiro reside na proposição liberal fundamentada na ideologia de “cidades sustentáveis” com suas iniciativas focadas na acessibilidade e na mobilidade, não promovendo mudanças estruturantes do tecido urbano e dos fundamentos socioespaciais; e o segundo, nas articulações de projetos de reivindicações populares cujas práticas reinventam, ainda que na esfera do lugar, processos participativos e solidários. Ela ainda considera alguns exemplos de intervenções, constituídos sob ambos os direcionamentos citados no âmbito da gestão urbana, destacando o horizonte disruptivo da cidadania, sob o prisma individualista/liberal e utópico/reinventor em termos de espaços de esperança sob um processo permanente de luta para se construir cidades que se libertem das camisas de forças dos consensos formais em torno da concepção de urbe (in)sustentável no século XXI. A autora conclui sua intervenção dizendo que: “Se nós desejarmos os diferentes tipos de formações espaciais na trama de nossas cidades, a academia tem que ser mais propositiva na sua interlocução com os movimentos sociais no sentido de reconstrução de agendas, para intervenções consequentes nas políticas públicas”.

Possuindo como título “Discurso e território usado: uma relação constitutiva para a análise do processo de apropriação e uso do espaço”, o capítulo escrito por **Hugo Arruda Morais** é uma tentativa inicial de tecer algumas considerações sobre a relação constitutiva entre discurso e território, com base em uma leitura do processo de apropriação e uso do território

pelo discurso. A complexa interação entre sujeito e objeto, ou as ações dos sujeitos nos objetos, no processo de construção do espaço geográfico, pode ser, segundo o autor, analisada a partir do discurso. Com isso, ao analisar o discurso como constituinte do espaço e do território, o autor procurou interpretar, no âmbito das relações de saber e poder, as estratégias e formas de apropriação e uso do território pelos sujeitos. Daí, ele conclui dizendo que o discurso se torna o caminho para o entendimento das relações sociais dos sujeitos em seu meio.

No capítulo intitulado “Da territorialidade dos movimentos sociais (sem-teto) à busca pela democratização do espaço urbano: limites e perspectivas nas conquistas socioterritoriais em Recife no atual contexto de acumulação”, **Cleiton Ferreira da Silva** começa ressaltando que o espaço urbano brasileiro é uma instância complexa. Ele reforça que diversos grupos sociais disputam esse espaço, permanentemente, visando atender seus interesses, reconhecendo que essa correlação de forças torna-se desigual à medida que o poder econômico, respaldado por mecanismos políticos e pela legislação vigente, reforça os interesses já hegemônicos dos empreendedores imobiliários, construtores e financiadores. O autor considera, portanto, a necessidade da democratização do espaço urbano, os mecanismos de diálogo com a população local e alternativas concretas que estão na ordem do dia. Com isso, ele problematiza as contradições e o papel dos movimentos sociais na busca da concretização dos seus “espaços de esperança”, fazendo alusão aos avanços desencadeados pelos movimentos abordados e, simultaneamente, reconhecendo os limites que ainda existem na luta por uma efetiva reforma urbana, o que é exemplificado com a conjuntura atual na cidade do Recife.

No capítulo intitulado “Políticas públicas e produção do espaço – habitabilidade: um olhar a partir do conjunto habitacional do Cordeiro-Recife”, **Diana Carolina Gómez Bautista** aborda mudanças ocorridas no processo de produção social do espaço urbano, que procuram superar a problemática da segregação e exclusão socioespaciais, mas que terminam obrigando as populações pobres a morarem em espaços geralmente de riscos e degradados. Segundo a autora, o Estado, através de políticas públicas, procura melhorar as condições destas populações quando estas o pressionam. Ela dá como exemplo dessa pressão a experiência do “Programa Recife sem Palafitas (PRsP)”, cujo objetivo foi a promoção de moradia digna às pessoas. Mas questiona em que medida isto de fato aconteceu. O objetivo principal deste capítulo foi, portanto, o de analisar as experiências de remoção de famílias que moravam na “Vila Vintém II” (Recife), pelo PRsP, para o Conjunto Habitacional do Cordeiro. Ela ainda utiliza dados da sua pesquisa de campo *in loco*, da revisão da literatura realizada sobre o assunto e das informações coletadas em entrevistas informais para sustentar sua ideia.

No capítulo intitulado “O reconhecimento da moradia como direito social: aplicabilidade do plano nacional de habitação na produção da moradia de interesse social no Brasil”, **Maria Eugênia Wanderley Lima e Nilson da Rocha Cordeiro** destacam o caráter básico da casa como abrigo para o desenvolvimento, concomitante do indivíduo, da cidade e da sociedade. Entretanto, os autores reconhecem que a ocupação de espaços das metrópoles brasileiras foi conduzida sem a atenção devida das políticas públicas habitacionais, sendo por isso que, segundo eles, têm-se proliferado as instalações de grande parte das famílias pobres em áreas não apropriadas para moradia, conhecidas como favelas. A ocupação urbana irregular configura, de acordo com os autores, novos arranjos espaciais que reproduzem a precariedade da política de habitação, evidenciando o contraste, a fragmentação e a segmentação social. Por isso, eles consideram que a complexidade deve ser levada em conta na gestão voltada para a inclusão social, bem como na política de habitação, como uma questão importante no processo da configuração de novos arranjos espaciais que influem na definição da cidade. Ao mesmo tempo, eles não deixam de admitir que, embora as leis tenham um caráter inovador, quanto ao direito fundamental à moradia, a sua efetivação continua encontrando seus maiores entraves na

cultura política do Estado brasileiro, o qual é tradicionalmente privatista, mantendo relações simbióticas e corporativistas com grupos privilegiados da sociedade. A despeito dessa problemática, eles não negligenciam o papel desempenhado pelos movimentos sociais no processo de construção da cidadania, indagando sobre que tipo de pessoas nós almejamos ser e sobre que tipo de relações desejamos desenvolver com a natureza, com as pessoas e com os espaços construídos.

No capítulo “Realidades e possibilidades na interface participação e problemas ambientais: discussão a partir da experiência na bacia do rio Gramame-PB”, **Edilon Mendes Nunes** aborda a importância da participação social e política, portanto cidadã, para o encaminhamento da resolução dos problemas ambientais, considerando as possibilidades e realidades a partir do caso da Bacia Hidrográfica do Rio Gramame-PB, definida como unidade de planejamento e gestão. Para isso, o autor descreve o cenário da bacia e as ações de mobilização que vêm ocorrendo nas “comunidades” ribeirinhas de Gramame, Engenho Velho e Mituaçu, envolvendo agentes como o Ministério Público e a EVOT. Ele destaca algumas tentativas de mobilização e participação comunitária geralmente encobertas, fragilizadas ou não legitimadas, bem como o imobilismo de algumas pessoas na medida em que não são afetadas diretamente pelo problema ambiental.

O capítulo de **Elton Pereira da Silva**, intitulado “Contribuições ao planejamento e gestão de espaços livres públicos, na perspectiva dos interesses sociais, no contexto da violência e do medo”, debruça-se sobre questões relativas ao planejamento e à gestão de espaços livres públicos urbanos, considerando os interesses sociais e o atual contexto de violência e medo urbanos. Isso para propor alguns pontos de partida basilares. Inicialmente, o autor faz uma breve discussão acerca da ausência de políticas públicas específicas voltadas para esses espaços, defendendo a relevância no que tange à construção de Sistemas de Espaços Livres Públicos. Isso para destacar alguns pressupostos básicos para a elaboração de projetos de intervenções nestes espaços. Por fim, ele discute a necessidade de se implementar uma gestão efetiva de parques e praças, no sentido de contribuir para a concretização da cidadania através do uso de espaços públicos urbanos com a qualidade devida. Do ponto de vista metodológico, o autor fundamenta-se em dados da sua pesquisa eminentemente bibliográfica.

No capítulo “Competitividade, espaço e comércio em cidade média no Nordeste brasileiro”, **Lincoln da Silva Diniz** traz-nos uma das reflexões oriundas da sua tese, realizada no período de 2008 a 2012. Segundo o autor, a competitividade econômica, impulsionada, especialmente, pelas redes comerciais, atinge de forma desigual e violenta antigas formas comerciais historicamente fixadas no espaço urbano, ainda comuns em ruas centrais e bairros de cidades médias brasileiras, como Campina Grande/PB. Esta cidade, importante localidade comercial-urbana no interior da região Nordeste do Brasil, é, de acordo com o autor, um espaço que tem vivenciado esse processo de maneira patente. Com esta discussão, o autor pretende suscitar reflexões e análises sobre o processo de inserção do comércio em cidades médias sob o contexto dos imperativos da sociedade capitalista de consumo no âmbito regional-global.

No capítulo “Por uma geografia social dos serviços: articulando pedaços de uma realidade fragmentada para explicar a natureza das inter-relações espaço-serviços”, **Cláudio Jorge Moura de Castilho** discute a relevância dos serviços como atividades humanas, buscando analisar os processos conjuntos de crescimento, expansão, modernização e diversificação do terciário na cidade com vistas ao deslindamento da sua natureza social concreta. Para isso, o autor utiliza-se de uma profunda revisão bibliográfica que vem fazendo desde que começou a ministrar a disciplina “Geografia dos Serviços”, no Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, mas baseando-se, notadamente, em uma das escalas locais do acontecer dessas atividades – a da cidade de Recife – sem, contudo, isolá-

la do seu contexto histórico-geográfico mais amplo. O autor desmitifica a *fábula* dos serviços como panaceia para se alcançar o almejado desenvolvimento urbano, defendendo que, muito além dos serviços de interesse econômico a sociedade deve considerar, ao mesmo tempo, os serviços de interesse social, na perspectiva da cidade e do urbano como uma totalidade complexa voltada à cidadania.

Ademais, gostaríamos de agradecer, em primeiro lugar, a todos os membros do MSEU que, direta e indiretamente, contribuíram para a realização do seu primeiro Seminário, e não vamos citar nomes para não corrermos riscos de esquecer de alguém. Em segundo lugar, agradecemos a todas as instituições que nos apoiaram logística e financeiramente para a realização deste Seminário: à Profa. Dra. Ana Catarina Peregrino Torres Ramos, Diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE; à Profa. Dra. Maria do Socorro Bezerra Araújo, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPE (Doutorado) e à Profa. Dra. Simone Machado, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Mestrado) da UFPE; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

REFERÊNCIAS

- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MOVIMENTOS SOCIAIS, SOCIEDADE E ACADEMIA

Dra. Beatriz Maria Soares Pontes

Professora do Departamento de Geografia da UFRN

E-mail: beatrizmariasoares@ig.com.br

1-INTRODUÇÃO

1.1-Conceito de Movimentos Sociais, no âmbito das Ciências Sociais.

Sob a ótica das Ciências Sociais, os movimentos sociais são vistos como estudos sociopolíticos que apresentam o propósito de analisá-los, no âmbito da ação coletiva. Surgiram como objeto de estudo simultaneamente com o advento da própria sociologia.

No século XX, a temática passou a ser vista no universo dos processos de interação social, dentro da “teoria do conflito e da mudança social” (BOTTO MORE, 1976). Foi denominada abordagem clássica.

As doutrinas do interacionismo simbólico norte-americano viram os movimentos como problemas sociais, um fator de disfunção da ordem. Elas se preocuparam com o entendimento do que seriam os grupos sociais. Blumer foi o primeiro a utilizar o termo movimento social na teoria norte-americana, elaborando uma teorização que dividiu os movimentos em gerais e específicos, além de abordar sua estrutura e funcionamento ao refletir sobre o papel de suas lideranças. O autor abordou o movimento das mulheres, dos jovens, pela paz, entre outros, dentro da abordagem do interacionismo simbólico.

Assim, o destaque nos estudos clássicos foi a ênfase na abordagem sociopsicológica. Formou-se uma tradição que tinha o propósito de explicar o comportamento coletivo das massas, por meio da análise das reações dos indivíduos enquanto seres humanos com certas características biológicas e culturais.

A perspectiva psicossocial não se resumiu a uma abordagem de microrrelações sociais. O indivíduo era visto dentro de macroestruturas sociais. A grande questão era sua inadaptação àquelas estruturas, gerando desajustes e conflitos.

Em relação à produção de estudos específicos sobre os movimentos sociais, observamos que a maior parte da produção até os anos 60, do século XX, concentrou-se no estudo do movimento operário, particularmente nas lutas sindicais. Os primeiros estudos que tomaram como objeto central outros movimentos sociais referiram-se a distúrbios populares. Alguns foram analisados de forma bastante conservadora. Os mesmos fenômenos foram estudados, cerca de sessenta anos depois, no século XX, de forma totalmente diferente por vários autores, sob o prisma marxista. Todavia, o conceito sofreu, historicamente, uma série de alterações.

Nos anos 50 e parte dos 60, do século XX, os estudos na esfera das Ciências Sociais, além do enfoque dos estudos específicos abordaram os movimentos no contexto das mudanças

sociais, vendo-os como fontes de conflitos e tensões, fomentadores de revoluções, revoltas e atos considerados anômalos, no contexto dos comportamentos coletivos vigentes.

Os movimentos, nesse período, eram classificados de forma dualista: religiosos e seculares, reformistas e revolucionários, violentos e pacíficos. Os Movimentos Sociais e revoluções eram termos sinônimos e quando falávamos em movimentos, a categoria “trabalhador” era destacada. Por outro lado, Heberle (1951) ampliou o leque dos tipos de ações coletivas a serem designadas como movimentos, chamando atenção para os movimentos dos camponeses, dos negros, dos socialistas e dos nazi-fascistas, além de separar os movimentos em sociais e políticos, segundo os seus objetivos.

Nas abordagens fundadas no paradigma decorrente da teoria marxista, até os anos 50, o conceito de movimento social foi associado ao de luta de classes e subordinado ao próprio conceito de classe que era o centro de toda a análise.

Havia a crença na existência de um sujeito principal daqueles processos: a classe trabalhadora. Por essa razão, a maioria dos estudos empíricos abordou o movimento operário ou camponês, os sindicatos e os partidos políticos. Como as categorias da organização da classe e o processo de formação da consciência social eram centrais no modelo de projeto de sociedade que se desenhava e aspirava-se como ideal, não havia muita preocupação quanto à diferenciação entre movimento social ou político, ou quanto a movimentos ou organizações. Essas últimas eram suportes dos movimentos e, de certa forma, um movimento atingia seus objetivos quando transformava a demanda reivindicada numa política ou organização institucionalizada.

O advento de novas modalidades de movimentos sociais, tais como o dos direitos civis nos Estados Unidos (nos anos de 1950); os dos estudantes em vários países europeus (nos anos de 1960); os das mulheres, pela paz, contra a guerra do Vietnã, entre outros, contribuíram para que novos olhares fossem lançados sobre a problemática. O paradigma norte-americano, na matriz acionalista, passou a destacar o lado positivo dos movimentos, como construtores de inovações culturais e fomentadores de mudanças sociais. Foram ampliados os estudos específicos sobre movimentos, com preocupações teóricas e a teoria comportamentalista-funcionalista norte-americana passou por uma revisão crítica, dando origem a uma nova teoria: a da Mobilização de Recursos. As mobilizações coletivas foram analisadas, segundo uma ótica econômica, em que os fatores tidos como objetivos foram a organização, os interesses, os recursos, as oportunidades e as estratégias.

A análise histórica, nesse paradigma norte-americano, foi levada a termo por Charles Tilly (1978). Esse autor produziu um estudo sobre a ação coletiva, no qual buscou entender os movimentos sociais, segundo os três autores clássicos das ciências sociais: Marx, Weber e Durkheim.

Na Inglaterra foram realizados estudos sobre os movimentos, neste período, influenciados pelo comportamentalismo ou pela Mobilização de Recursos.

Na Europa, a onda dos chamados novos movimentos sociais, a partir dos anos 60, do século passado, de estudantes, mulheres, pela paz, ecologia, meio ambiente e antinucleares deu origem a um novo paradigma da ação social, que foi responsável pelo surgimento de abordagens que elegeram os movimentos sociais como tema central de investigação. Essas abordagens ocorreram sob duas teorias básicas: a neomarxista e a dos Novos Movimentos Sociais.

Lembramos que a França, a Itália e a Espanha passaram a ser os países produtores de estudos de ponta sobre os movimentos sociais. Na França foram estudados os movimentos dos estudantes, os movimentos das mulheres, os antinucleares, os movimentos terroristas, os grupos de solidariedade, entre outros.

Nos anos 80, destacamos, ainda, a revisão ocorrida no paradigma da Mobilização dos Recursos e o debate por ele travado, através de análises comparativas, com o paradigma europeu dos Novos Movimentos Sociais.

Chegamos aos anos 80, com um panorama mundial das formas de manifestação dos movimentos sociais bastante alteradas. Progressivamente, as lutas armadas na Ásia, na América Latina e na África e o próprio movimento operário, todos fortemente estruturados, segundo a problemática dos antagonismos entre classes sociais, deram lugar a outras problemáticas sociais, enquanto eixos centralizadores das lutas sociais.

O desenvolvimento do novo cenário passou pelas revoltas dos negros, pelo movimento dos direitos civis, nos Estados Unidos; pelas rebeliões estudantis dos anos 60, juntamente com a emergência de uma série de movimentos étnicos; pela estruturação dos movimentos feministas, conjuntamente com a construção da problemática do gênero; pelas revoltas contra as guerras e armas nucleares, assim como pela constituição do movimento dos “pobladores” ou moradores, ou simplesmente de cidadãos, na cena política da América Latina e Espanha.

As análises centradas nas teorias libertárias do século XIX influenciaram a prática concreta de alguns movimentos, especialmente os ecológicos, os antinucleares e os chamados contracultura de massa.

Em 1988, após um seminário internacional, foi registrada uma revisão nos estudos sobre os movimentos sociais, em especial no paradigma norte-americano, com a consolidação da teoria da Mobilização Política.

Nos anos 90, foram alterados os quadros sobre os movimentos sociais, tanto do ponto de vista das manifestações concretas da realidade, como da produção teórica. Alguns autores passaram a tratar os dois fenômenos como sinônimos. Outros, desqualificaram os movimentos, como coisa do passado. Outros, ainda, retomaram os estudos sobre os movimentos sociais de forma totalmente inovadora, enquanto fenômenos de uma nova sociedade civil, sob a ótica da teoria da Ação Comunicativa. Na América Latina, alguns analistas deslocaram as atenções para outro fenômeno social, as ONG's (Organizações Não-governamentais). Nos Estados Unidos, a teoria dos processos de mobilização cedeu lugar à teoria das oportunidades.

Nesse período, o tema se ampliou, passando a enfocar outras dimensões das ações coletivas como os “protestos sociais”. A categoria da ação social voltou a ter importância nos estudos. Por outro lado, notamos a revitalização da produção norte-americana e europeia. Na América surgiram vários estudos, além de uma série de revistas especializadas, lançadas nesse período, como a *Mobilization* (1996).

Na América Latina, em especial no Brasil, as mudanças decorrentes da globalização da economia e a institucionalização dos processos gerados no período da redemocratização acarretaram um novo ciclo de movimentos e lutas, menos centrados na questão dos direitos e mais nos mecanismos de exclusão social.

A ascensão das ONG's, seguida por suas crises econômico-financeiras e por suas reestruturações, contribuíram para o deslocamento do interesse de muitos pesquisadores para outros temas da ação coletiva que não os movimentos sociais.

O estudo das redes sociais passou a ser um objeto de interesse menos como articulação política e mais como elemento explicativo da estrutura e funcionamento das organizações que passaram a operar com certo grau de institucionalização. Os mecanismos de exclusão social e os obstáculos à construção da democracia, segundo os princípios da cidadania, foi outro tema que atraiu a atenção de analistas.

A tendência, predominante nos anos 90, na análise dos movimentos sociais foi o de unir abordagens elaboradas a partir de teorias macrossociais às teorias que priorizam aspectos micro da vida cotidiana, por meio de conceitos que fazem mediações sem excluir uma ou outra

das abordagens. Sabemos que a divisão entre teorias da ação (micro) e teorias estruturais (macro) marcou a produção e o debate teórico, nos últimos vinte e cinco anos. A micro e a macroteoria, vistas de forma isolada, foram consideradas insatisfatórias, porque seus conteúdos básicos, ação e estrutura, precisariam ser articulados.

Argumentamos que há a necessidade de uma teoria que busque a síntese, o que se faria por meio de uma teorização, em âmbito mais geral, sem referência a problemas empíricos particulares ou a domínios específicos. Da mesma forma que não falamos mais da análise das estruturas desconsiderando o papel das conjunturas, a tendência seria, então, articular diferentes disciplinas: economia, política, sociologia, antropologia, psicologia, psicanálise, filosofia, comunicações e geografia. Assim sendo, diferentes olhares e diferentes ângulos de apreensão dos fatos da realidade seriam uma necessidade imperiosa, numa era, na qual tudo se desfaz rapidamente, tudo fica obsoleto em frações de tempo muito menores que nossa capacidade de memorização.

1.2-A Globalização e a Reconstrução dos Paradigmas

As mudanças aceleradas que a globalização da economia passaram a acarretar; as mudanças políticas no Leste Europeu; o declínio do marxismo como paradigma teórico e projeto de utopia social; a revitalização das políticas neoliberais e o processo de desmonte das estruturas estatais; a nova revolução tecnológica em curso com a Internet e a era dos computadores; a busca constante das Ciências Sociais em produzir novidades e novas modas teóricas, novas ondas e eixos referenciais que passam a ser mais emblemáticos do que paradigmáticos; a contínua preocupação com as novas agendas do social, os temas de ponta ou de indicação dos rumos do futuro, tudo isso afetou os referenciais dos paradigmas sobre os movimentos sociais.

No novo paradigma, falamos mais em sociedade civil, em geral e, menos na questão da autonomia dos grupos. O privilegiamento da sociedade civil não se deu por contraposição ao Estado, mas às forças do mercado. Falamos de um setor terciário, não-estatal, privado, mas público. Este setor concentra as atividades dos movimentos e das ONG's, agora reestruturadas, segundo princípios do mercado e, não exclusivamente, ideológicos.

Outro dado importante a se registrar nos anos 90, refere-se à volta das massas ao cenário político internacional, como forma de pressão ou de manifestação de sua vontade. As marchas e concentrações nas capitais, principalmente das federações, tornaram-se parte da agenda comum dos grupos organizados e as estruturas institucionais reformularam a arquitetura dos símbolos e espaços do poder para ter segurança, em caso de eventuais distúrbios. As massas são mobilizadas a partir dos movimentos ou não. Há um chamamento, um apelo. A população que participa da concentração final que culmina na marcha é muito superior às bases militantes dos movimentos. E, muitas vezes, não é apenas um movimento que faz o chamamento, como nos protestos contra decisões do judiciário, ocorridos em Nova York e na Bélgica, em 1996, levando milhares de pessoas às ruas.

Os movimentos sociais alteraram completamente sua posição na ordem internacional. Os chamados movimentos progressistas ou populares entraram em crise. Muitos se decompuseram ou retrocederam a formas de resistência em que se manifesta o uso da força (sem-terra, no Brasil; chiapas, no México). Os movimentos que se articularam mais às agendas dos novos movimentos sociais, entre eles os das mulheres e os ecológicos, entre outros, redefiniram-se e só os de características mais globais, sobreviveram e sobrevivem, segundo códigos criados pela agenda global. Não são mais movimentos das mulheres ou dos índios, são de gênero, raça, etnia, entre outros.

Ressurgiram, por outro lado, os movimentos nacionalistas nos quais questões como raça, etnia e religião foram temas centrais. Com eles, voltaram as lutas conservadoras e a defesa de princípios não-democráticos, pois o direito à diferença, quando exacerbado, pode levar à ditadura das minorias. O universo dos movimentos sociais se ampliou e se restringiu ao mesmo tempo. Ampliaram-se as formas, restringiram-se as esperanças quanto às suas potencialidades transformadoras. A defesa de particularismos, os radicalismos e a intolerância de alguns levaram analistas e militantes a repensar a questão da transformação social. A liberdade, a igualdade, a solidariedade e a fraternidade mereceram novas reflexões sobre que trilhas seriam necessárias para alcançá-las.

Muitos movimentos se institucionalizaram em organizações, por meio de políticas sociais. A grande novidade passou a ser a importância das ONG's, no cenário das demandas sociais. O perfil do militante dos movimentos, também, foi alterado. Nos anos 60, 70 e 80 os militantes não dissociavam sua vida particular da atuação nos movimentos e, estes eram associados à política. A militância esteve inflamada pela paixão. A paixão levava ao engajamento em causas coletivas que exigiam grande disponibilidade de tempo, um quase total despojamento dos desejos e vontades pessoais e uma entrega quase completa às causas que eram definidas e estruturadas para os movimentos. O cotidiano do militante era, portanto, bastante contraditório: de um lado inflamado pela paixão, de outro permeado por alto grau de racionalismo expresso na execução de tarefas cotidianas.

Nos anos 90, os antigos militantes envelheceram, tornando-se dirigentes de organizações ou parlamentares e não se formaram novos quadros de militantes. Os poucos novos que surgiram passaram a atuar de forma radicalmente diferente, pois a militância passou a ser mais seletiva e qualitativa, uma vez que, a quantitativa que dava visibilidade aos movimentos nas ruas e na mídia reduziu-se, consideravelmente, ou simplesmente desapareceu. Em suma, os militantes olhavam mais para dentro de si próprios, deixando a paixão pelo coletivo em segundo plano, na busca por suas próprias paixões. Articularam-se a projetos coletivos, apenas se estes estivessem relacionados com seus próprios projetos. Assim procedendo, deixaram as paixões de lado, tornando-se mais estratégicos e racionais.

Depreendemos, portanto, que o mundo contemporâneo está a exigir pessoas que saibam trabalhar em equipe, administrar suas emoções, não se sobrepondo aos demais e que tenham condições de ouvir e dar espaço para a fala do outro. O pressuposto básico é que a criatividade e as inovações só podem surgir em ambientes abertos, nos quais a discussão das ideias e o debate das opiniões estejam presentes. Os velhos líderes, que dominavam pela retórica, que influenciavam suas bases por suas personalidades fortes e marcantes estariam fora do novo modelo.

Em suma, o novo padrão de ser humano que a mídia e alguns analistas desenharam, com condições de sobreviver e ter sucesso na sociedade do atual século seria um tipo semelhante aos dos novos militantes/atores dos movimentos dos anos 90, com interesses um tanto quanto difusos e indeterminados, bem informados, ainda que de forma superficial, sobre os principais assuntos da agenda social e político-cultural, com predisposição para o trabalho coletivo e com fins determinados. Seria, pelo visto, uma disposição meio que racionalista e utilitarista: os interesses do meu grupo, ou da minha empresa, como exemplos. Observamos que não se trataria de um engajamento a questões externas ao cotidiano vivido, mas uma maior atenção às mudanças tecnológicas contínuas, adaptando-se, com frequência a elas e com elas. Deveriam ser, ainda, observados os pontos de inflexão geradores de mudanças, além de encontrarem o seu papel e seu lugar no novo cenário.

Todavia, pensamos que há uma grande importância, no que concerne às utopias. Além disso, esperamos que as lições que os movimentos sociais democráticos e progressistas possam

dar ao mundo sejam aquelas que ensejam mudanças nas utopias, na perspectiva de reinstaurar a esperança e a crença de que vale a pena lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

Em face desse cenário permeado por mudanças radicais e, ao mesmo tempo, vazio de ideias e novas proposições, a nossa avaliação sobre as diferentes correntes de pensamento que estudam os movimentos sociais, nos leva a concluir que, embora haja razoável nível de coerência interna entre as noções e categorias utilizadas e uma produção considerável a respeito, denotando grande vitalidade em algumas regiões do globo, principalmente nos meios acadêmicos, aquelas teorias não chegam a delinear matrizes ou corpos teóricos totalmente satisfatórios.

As várias teorias apresentadas, até então, sobre os movimentos sociais, segundo um extenso número de recortes teóricos explicativos, agrupados sob um número reduzido de paradigmas, nos dá uma única certeza: a de se tratar de um campo específico, dentro das ciências sociais, além de várias dúvidas quanto às inúmeras frentes de investigação que cada teoria abriu e não elaborou suportes explicativos consistentes. Alguns analistas acreditam que seriam necessárias outras teorias para completar sua explicação, como a das redes sociais. Outros consideram as teorias atuais satisfatórias e outros, ainda, como nós, acreditamos que nunca haverá uma teoria completamente pronta e acabada sobre eles. Sem dúvida, entendemos que se trata de uma característica do próprio objeto de estudo. Os movimentos são fluidos, fragmentados e perpassados por outros processos sociais. Assim sendo, eles tecem redes que se quebram facilmente, dada sua fragilidade. Eles constroem ciclos na história, ora delineando fenômenos bem configurados, ora saindo do cenário, mas sempre presentes.

1.3-O Olhar Geográfico sobre os Movimentos Sociais

Os movimentos sociais, além de suas formas de organização, mas, também, pelos processos que desenvolvem, são responsáveis pelos espaços que constroem e pelos territórios que dominam.

Adotamos o conceito de movimento socioespacial, levando-se em consideração os movimentos que têm o território, como o lócus preferencial.

O conceito de movimento socioespacial é amplo, porque envolve as diferentes dimensões do espaço geográfico: social, político, econômico e cultural, principalmente. Movimentos sociais que têm o território como trunfo, organizam suas formas e dimensionam-se a partir desse referencial (FERNANDES, 1996).

Analisaremos, então, os significados de conceitos como ocupação, trabalho, negociação política, organização e territorialização, que são referências fundamentais quando nos debruçamos sobre os conteúdos dos movimentos sociais, sob a ótica geográfica. São elementos essenciais para compreendermos os processos desenvolvidos e formadores de movimentos socioterritoriais, na perspectiva da interação, considerando o território como condição para a formação do movimento social. Assim sendo, a ocupação é entendida como aquela que aspira desenvolver o processo de territorialização, através da criação e recriação das lutas travadas no território. Ressaltamos que a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, inaugurando questões, criando fatos e descontinuando situações (FERNANDES, 1996).

Portanto, esse conjunto de elementos tende a modificar a realidade, aumentando o fluxo das relações sociais, porquanto, não só os trabalhadores, mas a sociedade civil em geral, desafiam o Estado, que sempre representou os interesses dos segmentos hegemônicos da sociedade, bem como os interesses do capital em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão da

sociedade. A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses da sociedade civil. A produção e reprodução do trabalho ou outras reivindicações da sociedade, a cooperação, a busca em prol da geração de políticas públicas afetas às questões postas pela referida, bem como outras referentes ao processo reivindicatório cidadão, são aspectos que fazem parte desses movimentos.

É, na verdade, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência. Quando um grupo de pessoas começa a se organizar com a intenção de ter as suas reivindicações atendidas, passa a desenvolver um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção do trabalho justo e o repúdio à exploração, buscando sempre a superação dos problemas pelos quais lutam.

Os elementos que compõem as metodologias são a formação, a organização, as táticas de luta e negociações com o Estado e a iniciativa privada, tendo como ponto de partida o trabalho de base.

Os trabalhos de base são realizados por meio da construção do espaço de socialização política. Esse espaço possui duas dimensões: uma é o espaço comunicativo, construído desde as primeiras reuniões, visando identificar os objetivos do Movimento. Trata-se do início da experiência transformadora da realidade, até então, vivenciada pela sociedade civil representada. A segunda dimensão é o espaço interativo. Este, dependendo da metodologia, realiza-se antes, durante ou depois do objetivo logrado. No desenvolvimento dessas práticas e dessa lógica, constroem uma forma de organização social.

O espaço interativo é um contínuo processo de aprendizado. O sentido da interação está nas trocas de experiências, no conhecimento das trajetórias de vida, na conscientização da condição de expropriados e explorados, na construção da identidade daqueles que são despojados de aspectos que lhe são necessários. O conteúdo das reuniões dos trabalhos de base é a recuperação das histórias de vida, associadas ao desenvolvimento das várias questões colocadas pelos movimentos sociais. Assim, a vida é experimentada como produtora de interações. Fazem suas análises de conjuntura, das relações de forças políticas, da formação de articulações e alianças para o apoio político e econômico. Desse modo, desenvolvem as condições subjetivas por meio do interesse e da vontade, reconhecendo os seus direitos e participando da construção de seus destinos. Defrontam-se com as condições objetivas das lutas, do enfrentamento que pode ser com a polícia ou com o Estado.

Esse é um processo de formação política, gerador da militância que fortalece a organização social. Todos esses processos, práticas e procedimentos, colocam as pessoas em movimento na construção da consciência de seus direitos, em busca da superação da condição de expropriadas e exploradas.

Devemos ressaltar que em algumas ocasiões os movimentos sociais enfrentam o medo em relação às forças opostas. Em tais circunstâncias o apoio dos outros componentes que integram o movimento é fundamental.

As posturas mais defensivas sustentam o não enfrentamento, optando, apenas, pela negociação, enquanto as ofensivas sustentam a negociação e o enfrentamento. A ocupação, como forma de luta e acesso ao território ou a outras reivindicações que sobre ele incidem, é algo extremamente frequente na história do nosso país. Nas últimas décadas, camponeses, posseiros, pequenos produtores, seringueiros e castanheiros, sem teto, com carência de transportes, sem saúde, sem educação, sem saneamento, entre outros, são os principais sujeitos dessa luta.

Desse modo, os tipos de ocupação estão relacionados à propriedade da terra: pública, capitalista, às formas de organização dos grupos humanos e aos tipos de experiências que constroem.

Destacamos três tipos de ocupação:

- As terras de trabalho reconquistadas, que estavam ocupadas há décadas por trabalhadores, mas se encontram em litígio por causa da territorialização do capital, na expropriação dos mesmos;
- Terras devolutas, quando os trabalhadores ocupam terras pertencentes ao Estado, em áreas de fronteira e cujas terras passam a ser griladas por latifundiários;
- Ocupação de latifúndios (HOBSBAWM, 1998).

Além dos aspectos supracitados, lembramos outros, a seguir:

- Ocupação de áreas urbanas, por razões variadas;
- Ocupação de áreas indígenas e de quilombolas e,
- Ocupação de áreas de preservação permanentes ou não (sob a ótica ambiental).

Contudo, no nosso país predominam as ocupações de terras devolutas e/ou públicas (terras indígenas) e as ocupações de latifúndios, bem como ocupação de áreas urbanas.

As formas de apoio são políticas e econômicas, acontecendo por meio de articulações e/ou alianças. O movimento social pode receber apoio e/ou estar vinculado a instituições religiosas, públicas, centrais sindicais, partidos ou organizações não-governamentais, além de poderem ser convocados pelas redes sociais.

Os significados de movimentos isolados e movimentos territorializados têm como referência a organização social e o espaço geográfico. Compreendemos como movimento isolado uma organização social que se realiza em uma base territorial determinada, que tem o seu território de atuação definido por circunstâncias inerentes ao movimento, ou seja, nasce, em lutas de resistências ou brota em terras de latifúndio ou áreas urbanas, através da espacialidade da luta, construindo, dessa forma, a sua territorialidade compreendida como processo de reprodução de ações características de um determinado território. O movimento territorializado ou socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo. A ação é possibilitada por causa de sua forma de organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização.

Quando os movimentos contemplam objetivos mais amplos, que não sejam apenas resolver o próprio problema, mas, inserir-se no processo de luta e as lideranças promovem espaços de socialização política para a formação de novas lideranças e experiências, a tendência é a do desenvolvimento da forma de organização e territorialização.

Pelo que foi consignado, entendemos que a determinação, o espírito de luta, a preocupação com os processos de educação, conscientização e cidadania, claramente, manifestas nos modos de pensar e agir de lideranças ou que se expressam através das redes sociais, resultou no advento de uma realidade concreta, hoje, vivenciada por diferentes movimentos sociais do país, ainda que os mesmos, contemporaneamente, continuem a enfrentar os riscos da expropriação e da dominação capitalista.

2-MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

2.1-Novas Abordagens Teóricas sobre as Ações Coletivas na América Latina

A primeira questão a ser considerada seria aquela presente no imaginário popular de que as ONG's e as entidades do terceiro setor poderiam ser entendidas como movimentos sociais. Por outro lado, a resistência social seria aquela expressa através da desobediência civil, principalmente, contra o Estado.

Além disso, Christian Adel Mirza (2006) analisou os movimentos sociais da América Latina sob a perspectiva de novas formas de dependência, construídas com e pelos Estados Unidos, bem como das novas relações dos movimentos sociais com o sistema político vigente. O referido destacou a questão da autonomia como um problema-chave. Sob a ótica metodológica, Mirza, deu por sua vez, uma grande contribuição ao estudar a relação entre os movimentos sociais e os sistemas políticos. Investigou, nesses movimentos, o grau de organicidade, capacidade de proposta, capacidade de mobilizar por meio de suas convocações, discurso político, grau de autonomia e taxa de afiliação (número de militantes/participantes ou adeptos dos movimentos). Essas dimensões foram analisadas do ponto de vista histórico. Temos como exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e suas relações com o PT. Todavia, esta cultura política de “dependência” dos sistemas políticos emergiu desde o período colonial. “A subordinação dos movimentos sociais à ação do Estado constitui a limitação mais grave de sua capacidade de ação coletiva autônoma” (TOURAIN, 1989, p. 182).

Por outro lado, Alvarez (2000) analisou os movimentos sociais atentando à constituição da identidade do sujeito. Assim, a constituição do sujeito social se verificará a partir do lugar que ele ocupa no social, no político, no cultural e no espaço simbólico de outros sujeitos, destacando-se a importância dos projetos sociais na constituição do sujeito, não como algo pronto, mas sim processual e tensionado pelas diferenças entre os atores de uma ação coletiva organizada como movimento social. Portanto, o aludido autor entendeu que Projeto Social é o projeto político-ideológico de um grupo, explicitado ou não.

Continuando, Alvarez (2000) ponderou que a apropriação de conhecimentos e a experiência dos sujeitos são a base da prática política que explicará a construção dos projetos. Nos anos 1980, do século passado, Tilman Evers (1984, p. 14 e 18), afirmou:

O potencial transformador dos movimentos sociais não é político, mas sociocultural. [...] Eles buscam construir sua identidade como autopercepção realista de suas próprias características, potencialidades e limitações, superando falsas identidades outorgadas de fora.

Portanto, um movimento social com certa permanência criará sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos, tomando-as como referências, com as quais se identifica, não assumindo ou “vestindo” uma identidade pré-construída, apenas porque tem uma etnia, um gênero ou uma idade. Tal ato configuraria, então, uma política de identidade e não uma identidade política.

Ao contrário da política de identidades construídas pelo alto de forma homogênea, a identidade política dos movimentos sociais não é única, podendo variar em contextos e conjunturas diferentes.

Além disso, no novo associativismo presente no Brasil contemporâneo, as redes de relações sociais e as formas de sociabilidade que engendram passam a ser vistas como relações

de poder, nas quais a preocupação é com o sentido que os sujeitos dão a acontecimentos e às interações produzidas a partir do significado desse sentido.

A grande mudança observada nos estudos sobre as políticas do Estado com a sociedade civil organizada foi constatada quanto ao foco central da análise: do agente para a demanda a ser atendida. Assim sendo, são identificadas as carências, buscando-se superá-las sob a ótica da totalidade, a partir da qual são consideradas a raça, a etnia, o gênero e a idade, que passam a constituir aspectos importantes.

O ser coletivo fragmenta-se em múltiplos campos isolados. Sozinhos, esses múltiplos sujeitos não têm força coletiva e o ponto de convergência entre eles é o próprio Estado. A interação do Estado por meio da ação de seus governos se faz mediante um discurso que retira dos movimentos a possibilidade da sua própria ação, independente da entidade estatal. Tais ações se transformam em tarefas realizadas, monitoradas e avaliadas para que possam continuar a existir. A institucionalização das ações coletivas passa a imperar como regulação normativa, com regras e espaços demarcados e não como um campo relacional de reconhecimento.

Todavia, devemos ressaltar a importância da mobilização política que poderá ser feita não só por governantes, como também por representantes da sociedade civil. Por outro lado, lembramos que a mobilização social diz respeito a ativações, visando mudanças de comportamentos ou adesão a certos programas sociais.

Na América Latina, cientistas colombianos discutiram o tema da mobilização social, no âmbito das políticas públicas, nos anos 1990, além dos conceitos e da metodologia relativas à mobilidade social terem sido amplamente empregadas no planejamento estratégico.

Constatamos que a ideia de mobilização social foi amplamente criticada à época, pela oposição brasileira que a considerava de cunho neoliberal. Entretanto, no novo milênio, a aludida abordagem foi incorporada pela oposição que, neste período, foi guindada ao poder de Estado, aplicando a mesma metodologia de trabalho na área social. Qual seria, então, a metodologia de mobilização? Seria o envolvimento ativo do cidadão, da organização social, da empresa nos rumos e acontecimentos na cidade, traduzindo-se em pequenas ou grandes ações que podem ter desempenhos, de diferentes formas (TORO, 1996).

Na verdade, as pessoas devem ter seu campo de atuação focado no cotidiano, desenvolver processos de comunicação direta, atuar em redes comunicativas, formular e difundir mensagens claras, criar imaginários sociais que despertem o desejo de engajamento nas pessoas, estudar e planejar o campo de suas atuações, desenvolver ações coletivas sem hierarquias ou “donos” e acompanhar permanentemente os processos de mobilização. A criação de fóruns, redes, consórcios, etc., seria parte do processo de mobilização. Observamos que é preconizado um modo processual de organizar a ação coletiva, baseado em modernas técnicas de comunicação (TORO, 2007).

Assim, o movimento surge como resultado do processo de mobilização, ou seja, há uma inversão na concepção do que seja um movimento social. O termo movimento é substituído inicialmente por mobilização e aparece somente no final do processo, basicamente fruto de um trabalho de colaboração, coesão, com ações propositivas. Movimento é um resultado e não o foco inicial da ação coletiva. Os conflitos são vistos como naturais, inerentes ao ser humano e ao processo democrático. Portanto, a coisa pública é construída a partir da sociedade civil, não sendo o Estado o detentor do caráter público da gestão. Nesta análise, não há interesses de classes ou grupos sociais. Há o interesse público que deve congregar todos para a ação coletiva comum. Destacamos, também, que há aprendizagens no processo de participação que seria a internalização de hábitos e valores transmitidos (TORO, 2007).

Pelo que vimos, partimos de uma dada situação e buscamos mobilizar pessoas para sua resolução, substituindo a “cultura de espera” pela “cultura da resolução, do fazer”.

Como consequência, “os males da sociedade” são vistos como resultados de uma ordem social criada pelos próprios indivíduos. Como não são males de origem natural, supomos que podem ser modificados por aprendizagens diárias, frutos de uma convivência social em que aprendemos a não agredir o semelhante, a comunicarmo-nos, a interagirmos, a decidirmos em grupo, a cuidarmos de nós mesmos, a cuidarmos do entorno e a valorizarmos o saber social. Desta forma, a democracia é vista como uma ordem autofundada (TORO, 2007).

Entretanto, (BOURDIEU, 1997 *apud* SOUZA; MATTOS, 2007, p.76) nos fornece elementos para efetuarmos uma crítica circunstanciada sobre a metodologia precedente, destacando que as desigualdades são produzidas e reproduzidas e a naturalização das relações sociais é que permite que se crie um imaginário social, no qual a pobreza seja vista como falta de oportunidades ou fracasso pessoal e a aquisição de novos hábitos e práticas se constituem na mola mestra para alavancar processos de mudança. Por outro lado, Toro (2007) preconiza a imersão em “atividades” que modifiquem a cultura anterior e criem uma nova.

Dentro dos contextos acima discutidos, a dimensão do político é esquecida ou negada. E essa dimensão é o espaço possível de construção histórica, de análise da tensão entre os diferentes sujeitos e agentes sociopolíticos em cena.

Registrarmos, também, que a abordagem de Toro (2007) fundamenta as ações coletivas de milhares de ONG`s e entidades do terceiro setor em toda a América Latina. Esse tipo de participação predomina, numericamente, na América Latina neste novo milênio e, não as ações coletivas geradas por movimentos sociais do tipo MST, Via Campesina, movimentos dos atingidos pelas barragens, de pequenos produtores ou movimentos indígenas.

Outra categoria de análise que observamos, no novo milênio, na América Latina é a da desigualdade social. Constatamos que houve um deslocamento na questão da desigualdade: de econômica, com ênfase na renda, para um sentido social, com ênfase nas características sociais e culturais dos grupos sociais. Com isso, a prioridade passou a ser análise da questão das diferenças sociais e culturais.

Desigualdade não é o mesmo que diferença. A diferença reflete diversidade da espécie e de suas formas de organização política e de expressão cultural. A diferença, que pode ser bem-vinda, difere assim da desigualdade, que nunca é bem-vinda. A diferenciação social:

Passa a ser na atualidade menos o resultado de identidades herdadas, explicativas das desigualdades estruturais e assentar mais na procura de singularidades que se tentam afirmar e que procuram o reconhecimento social (SOULET, 2006, p. 82).

Desta forma, constatamos um outro deslocamento, isto é, do tema da igualdade para o da equidade. A equidade seria “a disposição de reconhecer igualmente o direito de cada um” (FERREIRA, 1975, p. 544), que é outro modo de dizer: o direito de todos de serem iguais. A equidade passa a ser entendida como:

Um princípio que rege funções distributivas, compensatórias, consideradas histórica e socialmente justas [...]. O conceito de equidade surge como que para aparar os efeitos nocivos da desigualdade social, uma estratégia de inclusão, de democratização da esfera pública, ou seja, comporta em si mesma o estabelecimento de critérios normativos que permitam atenuar os resultados e/ou a diminuição dos efeitos da não-inclusão social, ampliando o espectro de participação social pela possibilidade de redistribuição. Enquanto dimensão igualitária e cívica, as medidas vinculadas ao entendimento de equidade deveriam permitir a diminuição das tensões sociais, propiciando medidas de justiça social (TELES; CABANES, 2006, p. 217-219).

Estudamos a trajetória contemporânea, dentro de uma perspectiva ampla, das formas evidenciadas pelos movimentos sociais na América Latina, vista como um todo. No nosso país,

no período atual, podemos discernir a presença do associativismo, além de várias outras formas e manifestações de movimentos sociais, com objetivos e pretensões sumamente diferenciados.

2.2-Rumo a uma Agenda de Participação no Chile

Ao discutirmos os movimentos sociais no Chile temos que considerar, em primeira instância, que foi a total ausência de oposição que facultou a imposição das políticas impopulares associadas ao neoliberalismo. No Chile, não foi apenas o neoliberalismo que mudou a estrutura econômica, mas privatizações fraudadas originaram novos ricos e uma Constituição nada democrática acabou desenhandando uma ordem autoritária para o Chile pós-ditatorial, além do extermínio de toda a institucionalidade política e social, construída durante décadas. Assim, foi destruída a aliança entre partidos políticos, governos progressistas e movimentos sociais.

Nesse contexto, observamos a construção social gerada no período anterior a 1973, quase como um espelho de contrastes e aprendizagens. Sem querermos idealizar um longo e complexo período da história política chilena, foi nessa época que se originou algo que hoje chamaríamos de “participação social” e com a qual poderíamos, na atualidade, contrastar nossas práticas e projetos. Falamos de um longo período histórico, no qual foi estruturado um movimento popular, contribuindo para isso, o tecido social popular que construiu uma “institucionalidade social”, como a Central Unitária dos Trabalhadores do Chile, os Estudantes Universitários da Federação dos Estudantes da Universidade do Chile, a Federação dos Estudantes Secundários de Santiago, o Movimento dos Colonos, o Movimento dos Camponeses, o Social-Cristianismo e suas comunidades de base e operárias, as juventudes políticas, as organizações territoriais e, por outro lado, os partidos políticos de esquerda (movimentos como o anarco-sindicalismo, no início do século XX), o movimento das mulheres, entre outros (SANTIBÁÑEZ, 2013).

A ideia comum era levar a termo um projeto político e social que havia sido definido no começo do século XX, a partir da eleição, em 1906, do comunista Luis Emilio Recabarren, como deputado do Parlamento. Naquela época, os chilenos buscavam realizar a justiça social utilizando a institucionalidade formal. Assim, uma agenda estava sendo gradualmente construída, alicerçada na inclusão dos setores populares nos chamados processos de modernização nacional: na diminuição das desigualdades e na sua articulação com um projeto de desenvolvimento nacional que significasse o fim das injustiças; na luta pela inclusão das maiorias no acesso a bens públicos, como a cidade, saúde, educação, moradia, trabalho, pensões, terra e água, organização social e participação nos assuntos da vida pública.

Portanto, nos anos 1960 e sobretudo nos anos 1970, os chilenos tentaram acelerar essas mudanças. Poderíamos exemplificar esses propósitos, através dos casos da reforma agrária que incluía a sindicalização camponesa e a mudança da estrutura da propriedade da terra. Outros exemplos foram a nacionalização do cobre, a Promoción Popular, Lei n. 16.880, que criava organizações de base capazes de enfrentar problemas e melhorar as condições de vida dos setores marginais e a formulação de políticas públicas baseadas em direitos sociais.

Como vimos, no Chile existiu um profundo projeto de mudanças que vinha sendo gestado muito antes dos governos de Eduardo Frei e Salvador Allende. Assim sendo, a “Participação Social” nesse país se definiu com atores em torno desse projeto, que nos anos 1960 e 1970, se chamaria Revolução em Liberdade e Unidade Popular, estruturado em uma aliança entre partidos políticos, um movimento social e um governo nacional inclinado a essas mudanças. Esse projeto chileno tencionou até o limite o sistema capitalista naquele país.

A ruptura institucional provocada pelo golpe de Estado de 1973 foi, provavelmente, a fratura histórica e social mais dramática desde a própria conquista e não poderíamos entender o Chile atual e o desenho da sua democracia e organização econômica, a não ser por essa origem obscura da sua história recente.

A ditadura chegou para refundar o capitalismo no Chile e para isso precisava mudar toda a sociedade: a economia, a noção de democracia e seu projeto histórico. Para tal, utilizou o terror como ferramenta: não somente assassinou, torturou e exilou, como também, destruiu o tecido social e as instituições, impondo uma nova ordem que trazia uma economia neoliberal produtora de maiores desigualdades. Sabemos que isso foi acompanhado por uma Constituição, a de 1980, que dava suporte ao futuro institucional.

A partir dos anos 1990, o estabelecimento de uma negociação entre as elites políticas, econômicas e militares, gerou as condições para a manutenção do legado da ditadura de Pinochet. Uma nova coalizão, a Concertación, foi encarregada de administrar o modelo econômico e, até certo ponto, o ordenamento político institucional herdado da ditadura, que embora tenha produzido mudanças, muitas vezes aprofundou aquelas sequelas desenhadas com antecipação. Isso teve um custo muito alto. A nova ordem não precisava de cidadania, pois esta era um incômodo ou até mesmo um perigo. Não precisava de crítica, de ONG ou impressa independente. Essa foi a doutrina dos teóricos da pós-ditadura. O medo de que os movimentos desestabilizassem a ordem, exigindo o pagamento da chamada dívida social justificou o abandono, a manipulação, o menosprezo e o ataque demolidor que o novo poder político desferiu contra o social.

Esse fato acarretou a diluição quase completa de qualquer indício de manifestação popular existente no tecido social e cidadão. O processo de individualização e perda da noção do público a que o neoliberalismo levou o Chile encontrou terreno fértil para florescer como um fenômeno destruidor. Todavia, ao contrário do que ocorreu em 1973, emergiram novos atores e novas alianças de classes denominadas alianças público-privadas, incluindo o sistema político institucional e o grande setor privado empresarial.

A história seguiu seu curso mostrando-nos que, diante da corrente dominante impositora da sua teoria e política sobre o desenvolvimento, aparece uma corrente crítica. No Chile, esse foi um processo gradual. No começo, foi como um mal-estar social, com interpretações críticas isoladas, ensaios ou equívocos de movimentos e organizações. As agendas, articulações e reivindicações sociais percorreram um longo tempo de acumulação de experiências. Notamos, portanto, que a história da reconstrução da cidadania da pós-ditadura, que ainda estará por ser escrita, é uma construção plena de paradoxos, feridas e dores, êxitos e derrotas, contaminações e incoerências, repressão e pequenos e, às vezes, grandes heroísmos. Uma história incompleta.

Constatamos que o esgotamento institucional foi a categoria encontrada para entender a crise de representação que vivia a sociedade chilena. O sinal mais evidente disso foi a derrota eleitoral do governo da Concertación, no começo de 2010, explicado por sua própria decomposição e pelo desmembramento dos seus quadros. Entretanto, esse fato já vinha sendo acompanhado de um mal-estar expresso nas ruas e nos territórios e pela própria cidadania.

Assim sendo, a série de movimentos sociais que emergiram na cena pública com maior visibilidade, em 2011, tem persistido até agora. De fato, surgiu em 2011, um movimento social para libertar as energias acumuladas por tanto tempo: o movimento estudantil universitário, que recolheu os aprendizados de tantas lutas, acumulou ensinamentos próprios, entre eles, do movimento indígena que sempre reivindicou seus direitos a ser nação, à terra e ao reconhecimento, além de outras demandas.

A importância dessa mobilização estudantil de 2011 é que no Chile, a subjetividade social mudou e os movimentos que saíram às ruas e aos territórios conseguiram instalar uma agenda, até mesmo para os atores mais institucionais. Dessa forma, surgiu, então, um novo quadro na mesa das disputas públicas: uma “agenda política”, a mudança na Constituição, através de uma Assembleia Constituinte e o questionamento do modelo de desenvolvimento vigente, por meio da contestação do abuso e das injustiças geradas pelo sistema de pensões, saúde e educação privada, por um lado e, por outro, da excessiva centralização, pautas levantadas como principais bandeiras de luta.

Todavia, o movimento estudantil vem apresentando uma diferença maior em relação aos movimentos sociais do passado. Se antes de 1973, estes haviam estabelecido uma aliança com partidos políticos, sindicatos e Igreja, agora, o movimento estudantil tem maior desconfiança, surgindo mais independente do apoio político institucional. Essa desconfiança se manifestou em relação ao Parlamento, na ocasião da busca de alternativas de saída quanto à negociação do conflito educacional, implicando na configuração de movimentos sociais heterogêneos e transversais.

Embora os partidos políticos estabelecidos tenham tentado se apropriar de certos discursos, símbolos e atores dos movimentos sociais, não se produziu uma convergência significativa entre instituições políticas e esses movimentos. Além disso, o governo de direita não soube responder de forma coerente, tendo em vista o seu compromisso na manutenção do modelo, interessado na salvaguarda do sistema em vigor. No atual contexto chileno, a grande questão que colocamos é a seguinte: qual a relação entre o social e o político do novo período, na eventual novidade histórica dessas mobilizações? Qual a persistência e capacidade que esse movimento terá de pressionar por mudanças na agenda política da democracia (Nova Constituição) e na agenda econômica de desenvolvimento (Novo Modelo de Desenvolvimento) e na convergência estratégica que se configura no cidadão, no Chile, atual e em suas diferenças táticas?

Observamos que, na situação atual, o movimento, para prosseguir o seu processo reivindicatório, precisará da tática, sobretudo, no que concerne à relação com a política. Essa relação não foi devidamente equacionada nessa etapa histórica da luta política e social. Atestamos que não foi possível a criação de alianças políticas, nem a obtenção do amadurecimento necessário para a efetivação de uma síntese consensual dos caminhos a seguir.

Os caminhos, na realidade, se distanciaram havendo os que assumiram a necessidade de apostar na chamada “agenda curta”. Outros, entre os quais, os dirigentes estudantis comunistas decidiram se aliar a antiga Concertación para promover as mudanças, a partir de dentro do sistema. Por outro lado, outros assumiram o sistema eleitoral e se apresentaram às eleições com um referencial político próprio (Izquierda Autónoma, Partido Igualdad), tentando novamente uma terceira via, o que também constatamos em distintos esforços de candidaturas presidenciais alternativas. Finalmente, lembramos os que próximos a posturas anarquistas, optaram pelo abstencionismo, com o propósito de deslegitimar o sistema político institucional, valorizando, no momento, a mobilização social.

Assim, verificamos que os movimentos instalaram com êxito, uma mudança na agenda, não conseguindo, entretanto, acumular forças para eles mesmos, não atingindo, também, o amadurecimento necessário para as suas articulações e alianças. Para a conversão de tais aspectos em realidade seria preciso ainda a formulação de um projeto e de uma estratégia que permitissem ao movimento social constituir uma força social e política capaz de cristalizar sua própria agenda.

O exemplo chileno observado de uma perspectiva de longa duração, nos demonstra que não haverá transformações sociais, nem “participação cidadã” sem uma mobilização social

nas ruas, nos territórios e nos espaços de negociação institucional, combinadamente. Não haverá participação cidadã se não for estruturado um projeto histórico que viabilize o diálogo dos cidadãos com a política, uma política que proponha um horizonte de transformações históricas em direção a uma vida melhor e que por fim, isso se expresse com um governo que politicamente ouse nesse horizonte de mudanças (SANTIBÁÑEZ, 2013).

2.3-Participação Cidadã na Colômbia

Os movimentos sociais na Colômbia vêm contribuindo para aprofundar a democracia, com mais participação e novas formas de representação. Nessas lutas, os atores sociais colocam em jogo seus valores e projetos utópicos, que em alguns casos vão além do desejo de obter benefícios estatais.

Assim, os recentes protestos verificados na Colômbia vêm mostrando duas tendências, ambas ligadas ao modelo econômico neoliberal: a oposição ao neoextrativismo e a defesa da economia camponesa. O neoextrativismo é entendido como a atividade mineroenergética, os agrocombustíveis e as megaobras, como represas e vias de transporte. Diversos atores se opuseram a ele em uma convergência de sindicalistas, pequenos mineradores, indígenas e comunidades negras, além de ambientalistas e habitantes das áreas ameaçadas. Por outro lado, começam a despontar pequenos e médios camponeses que denunciam velhos problemas relacionados à desigual distribuição da terra e novos problemas derivados da abertura econômica (ARCHILA, 2013).

Os contextos atuais favorecem a visibilidade desses temas e atores. De um lado, está a política reformista do governo de Juan Manuel Santos e de outro, o aprofundamento do modelo neoliberal. Portanto, tal realidade mostra que, embora os diálogos de paz sejam chave para superar a violência política, nem tudo será solucionado, levando-se em conta os contextos supracitados.

As lutas sociais na Colômbia tornaram-se evidentes, tendo em vista o aumento dos protestos, do número de participantes, da maior cobertura territorial, além da sua radicalização. O governo Santos tem respondido com promessas não cumpridas, desqualificando os participantes ou reprimindo-os. Por sua vez, para tornar visíveis suas exigências, os manifestantes lançaram mão dos bloqueios de vias. Essas modalidades de protesto são distintas da luta guerrilheira, todavia, setores políticos, empresariais e militares tendem a assemelhá-las. Por isso, a violência política, que passou a utilizar formas menos letais, mas efetivas, de destruir organizações populares, continua limitando a evolução dos movimentos sociais na Colômbia.

Voltaram, também, à cena atores com identidade de classe, operários e camponeses, que tendiam a diminuir. Por essas razões, as lutas por condições materiais começaram a adquirir relevância. Sabemos que os operários e camponeses que protestam se concentram nos setores trabalhistas extrativos minero energéticos ou agroindustriais, ou em setores rurais especialmente afetados pela abertura econômica. Além dos violentos protestos em meados deste ano, que tiveram lugar em regiões fronteiriças com a Venezuela, inserem-se também velhas reivindicações contra a fumigação de cultivos de uso ilícito e a declaração de certa autonomia em suas terras. Em outras regiões colombianas continua a ação de comunidades indígenas e afrodescendentes pela defesa de seus territórios e o respeito às consultas prévias. Notamos que os indígenas de Cauca vêm travando lutas de resistência civil contra todos os atores armados para que estes se retirem de seus territórios e respeitem a sua autoridade.

Outro ator que se destacou na luta social há dois anos foi o movimento estudantil, que bloqueou com êxito a proposta oficial de reforma da educação superior. A mobilização do segundo semestre de 2011, por autonomia e democracia universitárias e pelo financiamento

adequado das instituições de educação superior, mostrou, de novo, a vitalidade do movimento estudantil, que utilizou criativamente os meios pacíficos de luta pela demanda da educação como um direito.

Os impactos da recente mobilização social podem ser divididos entre imediatos e com raízes mais profundas. Entre os imediatos, alguns lograram respostas concretas, como liberdade de sementes (termo utilizado para reivindicar o não patenteamento das sementes, assim como medidas contra a biopirataria e a transgenia), controle de preços de certos insumos agrícolas e de combustíveis e alguns subsídios. Com relação aos movimentos com impactos ou raízes mais profundas ocorreram alguns resultados significativos que os alteraram parcialmente. Conotamos outra face do conflito existente no país, não apenas reduzida ao enfrentamento armado, mas vieram à tona as desigualdades históricas da sociedade colombiana aprofundadas com a abertura econômica, com a evidência de que buscar a paz com abertura neoliberal não é apenas contraditória, mas impossível sem reformas estruturais. Esse contexto tem mostrado as limitações da democracia na Colômbia. Entretanto, as mobilizações tornaram visíveis atores que a sociedade não levava em conta, especialmente os camponeses, com suas alianças e convergências, dando um tom mais radical aos protestos.

A partir do balanço dessas lutas, evidenciam-se novas formas de fazer política nas ruas, que articulam formas institucionais e extra institucionais, indicando as desigualdades e exclusões da sociedade colombiana. Essas novas formas de política estão ligadas a uma crescente politização das lutas sociais, tanto por motivos resumidos na expressão “direito a ter direitos”, como por considerar o Estado, o principal adversário. Identificamos, inclusive, que a iniciativa de renovação vem dos movimentos sociais, sobretudo, dos indígenas, dos estudantes e dos camponeses. Esses setores sociais têm propiciado convergências sociopolíticas e, às vezes, têm conformado expressões eleitorais que os representam sem muito alcance territorial e atravessadas por lógicas setoriais e locais.

Com esses diferentes modos de atuação, os movimentos sociais na Colômbia, como em outras partes da América Latina, têm contribuído para aprofundar a democracia, com mais participação e novas formas de representação. Esses movimentos expressam seu antagonismo contra a categoria de desenvolvimento situada nos marcos da globalização capitalista e da modernidade ocidental. Assim sendo, são propostas alternativas ao “desenvolvimento” que se expressam em noções de “viver bem”, em contraposição às práticas questionáveis do capitalismo neoextrativista (ARCHILA, 2013).

Salientamos que esse processo conflituoso não está à margem da imposição da agenda neoliberal, na Colômbia e das novas formas de violência contra os atores sociais, realidade que diz respeito a elementos estruturais da conformação histórica do Estado-nação colombiano. Entretanto, os atores sociais não permanecem passivos e, diante dessas situações, embora não consigam derrotar o modelo econômico, alteram-no de alguma forma, dando conteúdo participativo à democracia colombiana. Observamos novas formas de ação cidadã, cada vez mais amplas e convergentes, nas ruas e campos, mostrando que na Colômbia, outra realidade é possível.

2.4-O Brasil e os Seus Movimentos Sociais Contemporâneos

2.4.1-A Questão da Habitação na Periferia Recifense

As pesquisas sobre o programa de erradicação das palafitas, nos arredores de Recife, realizadas pelo grupo Movimentos Sociais e Espaço Urbano, vinculado ao Departamento de Geografia da UFPE, demonstraram que ainda não estamos conseguindo promover mudanças efetivas no que tange às condições de vida nos ambientes atingidos pelas políticas públicas.

A ideia defendida pelas últimas administrações urbanas, no Recife, seria a transferência das populações periféricas para novos conjuntos habitacionais, aparentemente mais higiênicos, confortáveis e seguros. Assim, o mero deslocamento de famílias das palafitas, de ambientes tidos como insalubres, para esses conjuntos habitacionais, sem outras garantias necessárias referentes às novas moradias para as quais foram transferidas, não constituíram resposta, quanto à melhoria da sua nova condição de vida na cidade.

Nos ambientes anteriores onde viviam, as pessoas tinham vínculos territoriais que lhes garantiam a sobrevivência cotidiana: pescavam, catavam moluscos e crustáceos, vendiam produtos resultantes destas atividades em praias próximas e recebiam ajuda de empresas e moradores das áreas mais nobres, situadas no entorno dos seus ambientes vividos. Portanto, o ambiente onde, antes, tais moradores se encontravam não foi considerado devidamente pela Prefeitura.

Além desses problemas, mencionamos outros tantos que estão intrinsecamente relacionados com a inexistência de meios para arcarem com as novas despesas condominiais, que os moradores passariam a ter com a vida nos novos ambientes dos conjuntos habitacionais: pagamento de taxas condominiais, de energia elétrica, bem como com transporte, sem apoio fundamental do trabalho que lhes garantiria a possibilidade de saldar os aludidos compromissos financeiros.

Segundo os próprios moradores desses conjuntos habitacionais: “[...] fomos retirados das palafitas e colocados no conjunto habitacional, mas perdemos os nossos pontos de trabalho no rio, no mar, na praia, na rua e na avenida”. Além disso, dizem outros: “[...] só tivemos as nossas despesas aumentadas... e sem trabalho, como vamos pagar essas despesas?”. Estes exemplos demonstram que a complexidade em termos da problemática habitacional urbana não está sendo considerada nas ações das intervenções públicas. Os novos ambientes produzidos continuam, portanto, insustentáveis, em lugar de serem construídos sob a ótica da sustentabilidade, agravando ainda mais as condições de vida das pessoas transferidas das palafitas para os novos conjuntos habitacionais.

Só conseguiremos refletir e intervir em territórios urbanos, criando ambientes mais humanos, levando em consideração a totalidade complexa do problema que pretendemos resolver. Ponderamos que de nada adiantará a remoção dos moradores, se esse processo de transferência não for acompanhado de ações básicas promotoras desse processo, tais como: formação profissional, manutenção dos vínculos de trabalho criados historicamente nos ambientes de origem, pelo menos enquanto não tiverem a garantia do seu direito de inclusão no mercado de trabalho, respeito às especificidades socioculturais de cada grupo social e acompanhamento no que concerne ao desenrolar dessas ações, pelos poderes públicos, promotores das políticas públicas.

Do contrário, continuaremos a agir de modo a fragmentar os ambientes vividos, nas cidades, desconsiderando as reais inter-relações das pessoas com seu tecido territorial-ambiental.

Com respeito à experiência em Recife, o que mais nos intriga nesta questão é que as áreas de onde foram retiradas as primeiras famílias pobres e que tiveram, por conseguinte, as primeiras palafitas erradicadas, foram justamente aquelas que sempre tinham sido cobiçadas pelo mercado imobiliário local da cidade. São áreas situadas, notadamente, em orlas marítimas e fluviais, as quais, após a retirada das palafitas, tornaram-se praças, parques, *water fronts*, avenidas amplas e modernas.

Após a retirada das antigas áreas de palafitas e de favelas, vem ocorrendo, no entorno dessas áreas, o adensamento da construção de condomínios verticais residenciais e empresariais construídos para classes sociais mais abonadas, bem como o da malha viária que articula os

diversos ambientes de interesse do capitalismo. Observamos que ocorreu a construção de novos ambientes urbanos apenas para atender aos interesses de determinadas classes sociais.

Após a apresentação da realidade supracitada, indagamos em que medida estamos diante de intervenções promotoras de ambientes urbanos sustentáveis, na medida em que não estão sendo consideradas, em sua complexidade, as pessoas envolvidas que possuem suas histórias de vida e representações territoriais vinculadas a culturas próprias.

Com a finalidade de cumprir com o seu papel ético-social, contribuindo para a promoção de ambientes urbanos sob os parâmetros da sustentabilidade, é preciso que as administrações públicas reúnam o conjunto das “competências” necessárias à produção de ambientes verdadeiramente sustentáveis. Por outro lado, não podemos ignorar o conhecimento relativo aos saberes populares, promovendo diálogos entre as diversas culturas envolvidas, a fim de que as políticas públicas, de fato, venham a considerar as necessidades reais da sociedade no seu tecido ambiental historicamente contextualizado (CASTILHO, 2010; 2013).

2.4.2-Os Movimentos Sociais Brasileiros Desenvolvidos a partir de Junho de 2013.

A maior mobilização, no Brasil, desde 1992 permanece em curso e em disputa. A primeira reivindicação, pontual e popular foi a revogação do aumento das tarifas do transporte que, em termos amplos, logrou êxito. A partir dessa conquista, o movimento ampliou-se apresentando diversas bandeiras. Com pautas difusas e sem organização centralizada, as demandas aclamadas nas ruas impuseram uma nova agenda ao poder público. Tentando compreender a dinâmica dos protestos, o poder público acenou com mais verbas para a educação, saúde, mobilidade urbana e até a possibilidade de uma reforma política.

Observamos, a partir deste contexto, a presença de milhões de brasileiros nas ruas das principais cidades do país, após décadas de apatia social, sem serem convocados por personalidades públicas ou entidades tradicionais dos movimentos sociais. O Movimento Passe Livre (MPL), que chamou as primeiras manifestações contra o aumento da passagem, sobretudo pelas redes sociais, fortaleceu-se durante o processo e obteve amplas vitórias políticas, sem, todavia, liderar, isoladamente, as manifestações.

O descontentamento com o modelo de representatividade política assumiu tão grande proporção que a crise atingiu até mesmo os partidos situados à esquerda do PT.

O perfil dos manifestantes, na capital paulista, durante os dias de protesto foi se alterando. Primeiro, houve uma mobilização contra o aumento da passagem, com a presença de jovens sem definição de classe social. Posteriormente, com a entrada da mídia, observamos um perfil de uma classe média alta despolitizada.

Logo no início, os grandes veículos de comunicação deram às manifestações sua cobertura habitual, enfatizando os transtornos que as manifestações estavam acarretando para o ritmo da vida urbana, sobretudo, em relação ao trânsito e aos confrontos contra a polícia. Após a forte repressão aos manifestantes, em São Paulo, no dia 13 de junho e a reação indignada da população, o tom da cobertura mudou. A mídia corporativa assumiu seu papel de centralizadora das forças conservadoras, ressaltando o caráter pacífico dos atos, disputando, também, a pauta do movimento. Reivindicações normalmente encampadas pela direita começaram a surgir nas manifestações. Até mesmo pequenos grupos de extrema direita marcaram presença em atos, na cidade de São Paulo, provocando e agredindo militantes de esquerda.

Entretanto, a imprensa corporativa e o pensamento de direita conseguiram mudar o caráter das manifestações, porquanto, tanto a extrema direita minoritária, quanto a esquerda não seriam capazes de dar ao movimento a abrangência nacional que ele teve. As redes sociais

foram importantes, porém quem forneceu o conteúdo do ‘pensamento político’ foi o capital monopolista investido nos meios de comunicação.

Averiguamos que os veículos de massa temiam que o atual estado de agitação se transformasse em levante popular incontrolável.

Percebemos, então, que até o presente, a grande manobra da mídia foi conseguir, por meio da pregação antipartido, lançar uma parte dos manifestantes contra as organizações de esquerda, especialmente em São Paulo. Averiguamos, inclusive, que a rejeição aos partidos foi gerada pela insatisfação contra o modelo político em vigor.

Nos atos das maiores cidades do país, a repulsa aos partidos políticos se verificou em contraposição aos símbolos nacionais, como a bandeira e o hino. Esse fato representou mais uma despolitização do que um ufanismo autoritário, semelhante ao promovido pela ditadura militar.

Na verdade, as organizações de esquerda demoraram para começar a engendrar uma plataforma unitária que relacionasse os movimentos nas ruas com seus propósitos. Uma reunião preparatória, no dia 21 de junho mobilizou praticamente todos os partidos, sindicatos e movimentos sociais da esquerda brasileira. Assim, as 77 organizações reunidas definiram o 11 de julho como o dia nacional de lutas, com paralisações em todo país, aprovando, inclusive uma plataforma unitária de reivindicações.

As propostas levadas às ruas foram as seguintes: 10% do PIB para Educação, investimentos em saúde, redução da jornada de trabalho para quarenta horas, transporte público de qualidade, reforma agrária, fim do fator previdenciário, reforma política, reforma urbana, democratização dos meios de comunicação, contra a PEC 4.330/04 e contra os leilões do petróleo.

Acreditamos que futuramente o movimento iniciado em junho de 2013 ainda passará por muitas mudanças, avanços e recuos. Entretanto, esse grande movimento social já apresentou um resultado simbólico, qual seja, o alto significado da força procedente das ruas.

De acordo com Brasilino, Godoy e Navarro (2013, p. 5),

O sistema político brasileiro criou, desde a redemocratização, mecanismos de blindagem contra a pressão das forças sociais. Esse processo, chamado por eles de ‘peemedebismo’, tem como eixo central o acordo entre as diferentes forças políticas no Congresso para se fechar diante das demandas da sociedade.

O aludido sistema político se tornou mais hermético quando a principal força historicamente contrária ao peemedebismo, o PT, promoveu uma aliança com o PMDB, após o escândalo do Mensalão, em 2005. Essa composição corrigiu “as falhas” do sistema que permitiram a interferência de pressões populares, como na queda de Fernando Collor, em 1992. É esse arranjo político que ainda vigora no país que está sendo questionado nas ruas, mostrando que a blindagem, que parecia tão hermética, foi rompida com os protestos.

A postura do Congresso e do Governo, nas suas diversas esferas, no final de junho, mostrou a rapidez, mediante a qual, o Parlamento derrubou a PEC 37, aprovou a destinação de *royalties* do petróleo para a educação e a saúde e a tipificação do crime de corrupção como hediondo. Na sequencia, os governos estaduais e municipais promoveram a diminuição das tarifas dos transportes públicos, o direito do passe livre para os estudantes, o congelamento dos preços do pedágio e da energia.

Através das manifestações de rua, o povo brasileiro exigiu o fim da corrupção e da impunidade que existe entre a classe política e os governantes de todos os níveis, questionando, profundamente, a forma de combater a corrupção endêmica que há décadas vem corroendo a

economia do país, pontuando ainda, que a supressão deste terrível mal é fundamental e a base para todas as melhorias reivindicadas.

Por outro lado, o povo brasileiro demonstrou, claramente, que não estava boicotando o futebol, visto como esporte nacional, bem como a seleção do nosso País. Entretanto, mostrou a sua indignação contra os altos gastos despendidos na realização das Arenas, que foram palco da Copa das Confederações, além daquelas que ainda não foram concluídas para a Copa do Mundo de Futebol. Por outro lado, a Arena Nacional, em Brasília, a Arena Pantanal e a Arena de Manaus foram consideradas como verdadeiros “elefantes brancos”, no que concerne às áreas onde estão sediadas, pelo fato das mesmas carecerem de tradição quanto ao futebol. O povo considerou que os aludidos gastos deveriam dar suporte, com prioridade, às necessidades sociais do Brasil.

Outra questão levantada pelo recente movimento social foi o colapso da infraestrutura do nosso País no que tange aos portos, aeroportos, transporte público, rodovias e ferrovias. O povo brasileiro não se conformou com a situação atual da nossa infraestrutura, considerando que o Brasil, na condição de sexta economia do mundo, não é, exatamente, um país pobre.

Observamos, enfim, que a opinião dos manifestantes foi clara, pois, independendo da classe social, de convicções sócio-partidárias e da idade, o movimento indicou que o povo brasileiro não pretende mais arcar com a conta dos aumentos dos gastos públicos sem uma explicação convincente, dada pelo Estado.

Finalmente, ao analisarmos o movimento social de Junho de 2013, não podemos ignorar os confrontos ocorridos com a Tropa de Choque da Polícia Militar. Na ocasião, vias de grande circulação, como a Avenida 23 de maio, em São Paulo foram interrompidas por fogueiras improvisadas. Nesse contexto, lembramos a presença dos “mascarados” que se infiltraram nas manifestações, sendo responsáveis por depredações, envolvendo o patrimônio público e privado. Aliás, a permanência dos “mascarados” persiste, até os dias atuais, uma vez que os movimentos continuaram o seu processo reivindicatório, principalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro, fazendo, todavia, suas aparições em outras cidades brasileiras.

A violência verificada no decurso das manifestações deu margem a que os policiais reagissem contra os manifestantes usando balas de borracha, bombas de efeito moral e spray de pimenta. Entretanto, de acordo com a opinião pública, nem sempre os policiais tiveram intervenções ou condutas adequadas na condução do processo de violência que foram constatados nos aludidos movimentos.

Esse movimento social contagiou definitivamente o país, sobretudo, após os confrontos com a polícia que não foram aprovados pela população. Assim sendo, os brasileiros, principalmente, os jovens, passaram a empunhar as suas faixas e cartazes com a firme determinação de mudar os rumos da história brasileira.

Presentemente, o brasileiro pode não ter propostas fechadas para as mudanças necessárias, mas tem a consciência profunda do que repudia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que discutimos anteriormente, podemos perceber que a participação da população sempre foi um fato real que não pode ser relegado a segundo plano, pois não é possível contar a história apenas pelo lado dos governantes e reis. A participação popular, através da resistência, gera aprendizados, traduzíveis a partir da constatação de que o próprio povo e os governantes reelaboram seus discursos e políticas.

Essa cultura política ainda constitui, desde o final do século XX, elemento norteador do comportamento da população, enquanto atores demandatários, e, do governo, enquanto agente distribuidor e regulador de bens coletivos. Essa cultura está totalmente despreparada para conviver com a era das comunicações e a linguagem da mídia desde o final do século passado, com a velocidade do desenvolvimento tecnológico, com o avanço das técnicas e da ciência em geral. Disto resulta uma sociedade atomizada, atordoada, fragmentada e medrosa que reage, várias vezes, apelando para a violência e respondendo, em não raras ocasiões, pelo lado irracional às agressões a que é submetida cotidianamente.

No presente trabalho, começamos a discussão relativa ao quadro teórico metodológico referente aos movimentos sociais, no âmbito das Ciências Sociais.

Assim, a perspectiva psicossocial não se resumiu a uma abordagem de microrrelações sociais. O indivíduo era visto dentro de macroestruturas sociais. A grande questão era sua inadaptação àquelas estruturas, gerando desajustes e conflitos.

Nos anos 50 e parte dos 60, do século XX, os estudos na esfera das Ciências Sociais abordaram os movimentos no contexto das mudanças sociais, vendo-os como fontes de conflitos e tensões, fomentadores de revoluções, revoltas e atos considerados anômalos, no âmbito dos comportamentos coletivos vigentes.

Nas abordagens fundadas no paradigma decorrente da teoria marxista, até os anos 50, o conceito de movimento social foi associado ao de luta de classes e subordinado ao próprio conceito de classe.

O advento de novas modalidades de movimentos sociais contribuiu para que novos olhares fossem lançados sobre a problemática. Nesse período, a teoria comportamentalista-funcionalista norte-americana foi revisada criticamente, dando origem a uma nova teoria: a da Mobilização de Recursos.

Além dessa abordagem, verificamos duas teorias básicas: a neomarxista e a dos Novos Movimentos Sociais. Nos anos 80, destacamos, ainda, a revisão ocorrida no paradigma da Mobilização dos Recursos e o debate por ele travado, através de análises comparativas com o paradigma europeu dos Novos Movimentos Sociais.

Chegamos, portanto, aos anos 80, com um panorama mundial das formas de manifestação dos movimentos sociais bastante alteradas. O desenvolvimento do novo cenário passou pelas revoltas dos negros, no movimento pelos direitos civis, nos Estados Unidos; pelas rebeliões estudantis dos anos 60, juntamente com a emergência de uma série de movimentos étnicos; pela estruturação dos movimentos feministas, conjuntamente com a construção da problemática do gênero; pelas revoltas contra as guerras e armas nucleares, assim como pela constituição do movimento dos “pobladores” ou moradores, ou simplesmente de cidadãos, na cena política da América Latina e Espanha.

Em 1988, após um seminário internacional, foi registrada uma revisão nos estudos sobre os movimentos sociais, em especial no paradigma norte-americano, com a consolidação da teoria da Mobilização Política.

Nos Estados Unidos, a teoria dos processos de mobilização cedeu lugar à teoria das oportunidades. Na América Latina, em especial no Brasil, as mudanças decorrentes da globalização da economia e a institucionalização dos processos gerados no período da redemocratização, acarretaram um novo ciclo de movimentos e lutas, menos centrados na questão dos direitos e mais nos mecanismos de exclusão social.

Além disso, não podemos deixar de reconhecer o significado das redes sociais que passaram a constituir um objeto de interesse menos como articulação política e mais como elemento explicativo da estrutura e funcionamento das organizações que começaram a operar com certo grau de institucionalização. A tendência predominante nos anos 90, na análise dos

movimentos sociais foi o de unir abordagens elaboradas a partir de teorias macrossociais às teorias que priorizam aspectos micro da vida cotidiana, por meio de conceitos que fazem mediações sem excluir uma ou outra das abordagens.

Esse novo contexto teórico seria uma necessidade imperiosa, numa era na qual tudo se desfaz rapidamente e tudo fica obsoleto em frações de tempo.

As mudanças aceleradas que a globalização da economia passou a acarretar; as mudanças políticas no Leste Europeu; o declínio do marxismo como paradigma teórico e projeto de utopia social; a revitalização das políticas neoliberais e o processo de desmonte das estruturas estatais; a nova revolução tecnológica em curso com a Internet e a era dos computadores; a busca constante das Ciências Sociais em produzir novidades e novas modas teóricas, novas ondas e eixos referenciais que passaram a ser mais emblemáticos do que paradigmáticos; a contínua preocupação com as novas agendas do social, os temas de ponta ou de indicação dos rumos do futuro, tudo isso afetou os referenciais dos paradigmas sobre os movimentos sociais.

Observamos que os analistas repensaram a questão da transformação social. A liberdade, a igualdade, a solidariedade e a fraternidade mereceram novas reflexões sobre que novos caminhos seriam necessários para alcançar os aspectos precedentemente citados. Muitos movimentos se institucionalizaram em organizações, por meio de políticas sociais.

Depreendemos, portanto, que o mundo contemporâneo está a exigir pessoas que saibam trabalhar em equipe, administrar suas emoções, não se sobrepondo aos demais e que tenham condições de ouvir e dar espaço para a fala do outro. Os movimentos são fluidos, fragmentados e perpassados por outros processos sociais.

Sob a ótica geográfica, os movimentos sociais, além de suas formas de organização, mas, também, pelos processos que desenvolvem, são responsáveis pelos espaços que constroem e pelos territórios que dominam. Adotamos o conceito de movimento socioespacial, levando-se em consideração os movimentos que têm no território, o lócus preferencial. Analisamos, então, os significados de conceitos como ocupação, trabalho, negociação política, organização e territorialização, que são referências fundamentais quando nos debruçamos sobre os conteúdos dos movimentos sociais sob a ótica geográfica.

Devemos ressaltar, ainda, que contemporaneamente, as ONG`s e as entidades do terceiro setor são entendidas, muitas vezes, como movimentos sociais. Vimos, inclusive que a resistência social seria aquela expressa através da desobediência civil, principalmente, contra o Estado.

Destacamos, também, que ao olharmos a história dos povos latino-americanos, a cultura política de “dependência” dos sistemas políticos emergiu desde o período colonial.

Por outro lado, atestamos que a identidade política dos movimentos sociais não é única, podendo variar em contextos e conjunturas diferentes. A grande mudança observada nos estudos sobre as políticas do estado com a sociedade civil organizada foi constatada quanto ao foco central da análise: do agente para a demanda a ser atendida.

A interação do Estado por meio da ação de seus governos se faz mediante um discurso que retira dos movimentos a possibilidade da sua própria ação, independente da entidade estatal.

Na América Latina, cientistas colombianos discutiram o tema da mobilização social, no âmbito das políticas públicas, nos anos 1990, além dos conceitos e da metodologia relativas à mobilidade social terem sido amplamente empregadas no planejamento estratégico.

Na verdade, as pessoas devem ter seu campo de atuação focado no cotidiano, desenvolver processos de comunicação direta, atuar em redes comunicativas, formular e difundir mensagens claras, criar imaginários sociais que despertem o desejo de engajamento nas pessoas, estudar e planejar o campo de suas atuações, desenvolver ações coletivas sem

hierarquias ou “donos” e acompanhar permanentemente os processos de mobilização. A criação de fóruns, redes, consórcios, entre outros seria parte do processo de mobilização. Observamos que é preconizado um modo processual de organizar a ação coletiva, baseado em modernas técnicas de comunicação.

Assim, o movimento surge como resultado do processo de mobilização, ou seja, há uma inversão na concepção do que seja um movimento social. O termo movimento é substituído inicialmente por mobilização e aparece somente no final do processo, basicamente fruto de um trabalho de colaboração, coesão, com ações propositivas.

Pelo visto, a coisa pública é construída a partir da sociedade civil, não sendo o Estado o único detentor do caráter público da gestão.

Outra categoria de análise que observamos, no novo milênio, na América Latina, é a da desigualdade social. Com isso, a prioridade passou a ser a análise da questão das diferenças sociais e culturais. Desta forma, averiguamos um outro deslocamento, isto é, do tema da igualdade para o da equidade.

Ao discutirmos os movimentos sociais no Chile, temos que considerar, em primeira instância, que foi a total ausência de oposição que facultou a imposição das políticas impopulares associadas ao neoliberalismo. No Chile, não foi apenas o neoliberalismo que mudou a estrutura econômica, mas privatizações fraudadas originaram novos ricos e uma Constituição nada democrática acabou desenhandando uma ordem autoritária para o Chile pós-ditatorial, além do extermínio de toda a institucionalidade política e social, construída durante décadas.

Os movimentos sociais na Colômbia vêm contribuindo para aprofundar a democracia, com mais participação e novas formas de representação. Os recentes protestos verificados na Colômbia vêm mostrando duas tendências, ambas ligadas ao modelo econômico neoliberal: a oposição ao neoextrativismo e a defesa da economia camponesa. Os impactos da recente mobilização social podem ser divididos entre imediatos e com raízes mais profundas. Entre os imediatos, alguns lograram respostas concretas, como liberdade de sementes (termo utilizado para reivindicar o não patenteamento das sementes, assim como medidas contra a biopirataria e a transgenia), controle de preços de certos insumos agrícolas e de combustíveis e alguns subsídios. Com relação aos movimentos com impactos ou raízes mais profundas, ocorreram alguns resultados significativos que os alteraram parcialmente. Conotamos outra face do conflito existente no país, não apenas reduzida ao confronto armado, mas vieram à tona as desigualdades históricas da sociedade colombiana aprofundadas com a abertura econômica, com a evidência de que buscar a paz com abertura neoliberal não é apenas contraditória, mas impossível sem reformas estruturais. Observamos novas formas de ação cidadã, cada vez mais amplas e convergentes nas ruas e campos, mostrando que na Colômbia, outra realidade é possível.

No que concerne aos Movimentos Sociais identificados no Brasil, destacamos, inicialmente, o programa de erradicação das palafitas, nos arredores de Recife, além dos que tiveram lugar a partir de Junho de 2013. O programa de erradicação das palafitas demonstrou que ainda não estamos conseguindo promover mudanças efetivas no que tange às condições de vida nos ambientes atingidos pelas políticas públicas. A ideia defendida pelas últimas administrações urbanas, no Recife, seria a transferência das populações periféricas para novos conjuntos habitacionais, aparentemente mais higiênicos, confortáveis e seguros.

Quanto aos movimentos alusivos a junho de 2013, a primeira reivindicação, pontual e popular foi a revogação do aumento das tarifas do transporte que, em termos amplos, logrou êxito. A partir dessa conquista, o movimento ampliou-se, significativamente, apresentando diversas bandeiras. Com pautas difusas e sem organização centralizada, as demandas aclamadas

nas ruas impuseram uma nova agenda ao poder público. Assim sendo, tentando compreender a dinâmica dos protestos, o poder público acenou com mais verbas para a educação, saúde, mobilidade urbana e até a possibilidade de uma reforma política.

Logo no início, os grandes veículos de comunicação deram às manifestações sua cobertura habitual, enfatizando os transtornos que tais manifestações estavam acarretando para o ritmo da vida urbana, sobretudo, em relação ao trânsito e aos confrontos contra a polícia. Após a forte repressão aos manifestantes, em São Paulo, no dia 13 de junho e a reação indignada da população, o tom da cobertura mudou. Averiguamos que os veículos de massa temiam que o atual estado de agitação se transformasse num grande levante popular. As propostas levadas às ruas foram as seguintes: 10% do PIB para Educação, investimentos em saúde, redução da jornada de trabalho para quarenta horas, transporte público de qualidade, reforma agrária, fim do fator previdenciário, reforma política, reforma urbana, democratização dos meios de comunicação, contra a PEC 4.330/04 e contra os leilões do petróleo.

Através das manifestações de rua, o povo brasileiro exigiu o fim da corrupção e da impunidade que existe entre a classe política e os governantes de todos os níveis, questionando, profundamente, a forma de combater a corrupção endêmica que há décadas vem corroendo a economia do país, pontuando ainda, que a supressão deste terrível mal é importante e a base para todas as melhorias reivindicadas.

Assim sendo, os brasileiros, principalmente, os jovens, passaram a empunhar as suas faixas e cartazes com a firme determinação de mudar os rumos da história brasileira.

Pelo que acima foi exposto, percebemos que se verificaram mudanças expressivas no comportamento do povo brasileiro e entendemos que tais transformações vieram para ficar. Na verdade, apesar de mudanças ocorridas nas últimas décadas, além das históricas desigualdades sociais identificadas no Brasil, o questionamento da população retornou com força inquestionável.

As manifestações que se realizaram não tiveram conotações partidárias, mas são políticas, revigorando a ideia de que somos capazes de assumirmos a nossa cidadania. A onda de protestos mobilizou a nação, a partir de Junho de 2013. Pensamos, portanto, que a ocasião é sumamente oportuna para a retomada da reforma política que se faz necessária no País, porquanto, a proliferação de partidos, atualmente, alcançou mais de trinta siglas, muito pouco contribuindo para a ampliação de uma democracia representativa.

O Brasil do século XXI avançou, mas ainda não foi capaz de superar antigos problemas nacionais. Houve um relativo avanço, prevalecendo, todavia, em nossa cultura um déficit de cidadania, de solidariedade e uma realidade onde direitos básicos são ultrajados.

Temos claro que o nosso País alcançou algumas experiências bastante avançadas de inclusão social. Entretanto, no presente, assistimos à desaceleração da economia e do crescimento. Os efeitos deste ciclo de crédito e consumo da economia parecem esgotados.

Além disso, a realidade social do presente apresenta traços nítidos de espírito contestador, repulsa e aversão aos partidos políticos, estilo horizontal de organização, falta de direção unificada, repúdio às organizações tradicionais, sejam partidos ou sindicatos, evidenciando muito mais espontaneidade do que tomadas de decisão pré-estabelecidas. Essas manifestações não são expressões de camadas organizadas e não procedem da periferia. Também, essas pessoas não representam sindicatos ou grupos de trabalhadores organizados. Notamos, claramente, uma insatisfação generalizada expressa pelo povo brasileiro. O mundo mudou e seus novos contornos ainda são difusos.

Diante do agravamento da pressão das demandas populares, o Governo Federal propôs um pacto, uma vez que as ruas estavam exigindo mudanças e pressionavam para a realização concreta de uma reforma política. Para exemplificarmos, questões como financiamento de

campanha (público, privada ou misto), sistema de governo (voto proporcional, distrital, distrital misto e se em lista aberta ou fechada), instrumentos de consulta e legitimidade popular (plebiscito ou referendo), entre outras questões, passaram a compor a extensa agenda de debates da reforma política. Parece-nos que houve um esgotamento do pacto social, articulado pelo ex-presidente da República.

Em conformidade com vários analistas, estamos diante de “(...) um movimento difuso, descentralizador, caracterizado por múltiplas causas e com diferentes formas de manifestação (pacífica x violenta)”.

Em suma, a grande líder é a internet, havendo conexão entre as redes sociais e as ruas. São pessoas abertas às utopias, à cultura digital, à rebeldia, à revolta contra as injustiças, sendo, portanto, uma manifestação de cidadania propositiva. Não nos surpreendemos como já constatamos em outros períodos da vida nacional que forças políticas (partidos, organizações sindicais, etc.) pretendessem se apropriar, indevidamente, da novidade. Não nos surpreendemos, também, que a originalidade das ruas tenha sido consequência da “crise generalizada de confiança na política do país”. Observamos, ao longo das manifestações realizadas, o repúdio das pessoas aos partidos. São pessoas que adquiriram a consciência de sua força política, não vendo razões para transferir tal força a partidos profundamente hierárquicos e guiados pelo raciocínio tático.

Finalmente, apesar de reconhecermos o significado das manifestações em prol de mudanças imprescindíveis ao Brasil, nos encontramos, todavia, ainda numa encruzilhada, pois muito ainda resta por ser realizado em benefício de substanciais transformações socioeconômicas e políticas neste País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, S. R. *La dimension política de la identidad del sujeto*. Espiral, nº 17, (jan.-abr.), p. 71-86. México, 2000.
- ARCHILA, M. A. *Protestos e Participação Cidadã na Colômbia*. p. 07. São Paulo: Jornal Le Monde Diplomatic Brasil, 2013.
- BOTTOMORE, T. B. *Sociology as Social Criticism*. Nova York: William Morrow Comp, 1976.
- BOURDIEU, P. *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.
- BLUMER, H. “*Collective Behaviour*” in Park. R. (Ed.) *an Outline of the Principles of Sociology*. Nova York: Barnes & Noble, 1939.
- _____. “*Social Movements*”, in Lee, Alfred. *Principles of Sociology*. Nova York: Barnes & Noble, 1951.
- BRASILINO, L; GODOY, R.; NAVARRO, C. *O Junho de 2013*. São Paulo: Jornal Le Monde Diplomatic Brasil, 2013.
- CASTILHO, C. J. M. *A gestão urbana do partido dos trabalhadores e a promessa da inclusão social em Recife/PE*: o “programa governamental à erradicação de palafitas” e a reorganização socioterritorial que afetam as relações de trabalho das famílias atingidas. Projeto de pesquisa (CNPq), (2010/2013).
- COELHO NETO, A. S.; SANTOS, Edinusia Moreira C.; SILVA, Onildo Araujo da (organizadores). *(Geo)grafias dos movimentos sociais*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

- EVERS, T. *Identidade, a face oculta dos novos movimentos sociais*. Novos Estudos CEBRAP. vol. 2, nº 4, p. 11-23. São Paulo: CEBRAP, 1984.
- FERNANDES, B. M. *MST: Formação e Territorialização*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- GOHN, M. G. *História dos Movimentos Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 5ª edição - São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- _____. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 2ª edição - São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- _____. *Teorias dos Movimentos Sociais - Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. 8ª edição - São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- HEBERLE, R. *Social Movements: An Introducion to Political Sociology*. Nova York: Appleton-Century-Crofts Inc, 1951.
- HOBSBAWM, E. *Pessoas extraordinárias*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MATTOS, S. S. *O Grito das Ruas*. Revista Sociologia. p. 58 a 61. Ano IV – Edição 48 – Agosto/Setembro. São Paulo: Empresa Brasil de Revistas, 2013.
- MIRZA, C. A. *Movimientos Sociales y Partidos Políticos em América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- SANTIBÁÑEZ, M. *Rumo a uma Agenda de Participação Cidadã no Chile*. p. 04 e 05. São Paulo: Jornal Le Monde Diplomatic Brasil, 2013.
- SOULET, M.H. *Para além da exclusão: a integralidade como nova expressão da questão social*. In: Casemiro BALSA; Lindomar W. BONETI; Marc-Henri SOULET. *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social – uma abordagem transnacional*. p. 79-89. Ijuí, Ed. Unijui, 2006.
- SOUZA, J.; MATTOS, P. (org.) *Teoria Crítica no Século XXI*. São Paulo: Annabblume, 2007
- TELLES, V. S.; CABANES, R. *Nas tramas da cidade - Trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- TILLY, C. *From Mobilization to Revolution*. Londres: Addison-Wesley Publishing Company, 1978.
- TORO, J. B.; WERNECK, N. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- _____. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de recursos hídricos, Associação Brasileira de Ensino Superior – ABES, UNICEF, 1996.
- TOURAIN, A. *Palavra e sangue*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

AUTONOMIA E CIDADANIA, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: PREMISSAS PARA UMA AÇÃO EMANCIPADORA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Paulo Roberto Baqueiro Brandão

Universidade Federal do Oeste da Bahia, Campus de Barreiras

INTRODUÇÃO

A plena participação popular nos assuntos ligados à cidade, em especial no que diz respeito ao seu planejamento e gestão, assim como naquilo que é referente às possibilidades e limites de usos dos espaços que a compõem, é algo tratado, ainda hoje, muito mais como uma retórica de governantes e pretendentes a cargos públicos que como ação efetiva que conduza as políticas públicas a almejarem, de fato, melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

Emerge desta constatação a necessidade de refletir sobre o papel das populações nos destinos das cidades onde habitam. Para tanto, é fundamental considerar alguns aspectos que tornam mais ou menos relevante a participação popular nos debates que tratem, por exemplo, da política habitacional, da mobilidade e acessibilidade, do uso e ocupação do solo, do tratamento de efluentes ou da melhor localização para uma escola, centro de saúde ou praça.

Em outras palavras, não há como desconsiderar que, em um grupo desprovido de conhecimento acerca de suas capacidades organizativas e do horizonte de melhorias que se quer atingir, a sua participação em audiências públicas, fóruns ou mobilizações pode ser inócuia, desprovida de sentido prático e de substância suficientes para gerar transformações qualitativas.

Por meio deste escrito, pretende-se principiar uma reflexão sobre os fundamentos de algumas noções/práticas consideradas centrais para a plena participação popular, todas pensadas sob um contexto de complementaridade e indissociabilidade quando aplicadas ao pensar e ao fazer coletivo no espaço urbano. Tais noções/práticas em foco são: autonomia, cidadania, território e desenvolvimento.

Assim, em um intento de contribuir para uma reflexão sobre o papel dos grupos sociais nos destinos da cidade, o presente texto busca lançar luzes sobre o papel da autonomia – tida como um componente indispensável à cidadania – e do território – considerado como condição e reflexo para o/do desenvolvimento – como premissas para uma ação emancipadora por parte dos grupos sociais sujeitos às relações de dominação pelos agentes que açãoam o movimento hodierno do capitalismo.

O escrito é dividido em três partes, quais sejam: (a) um sucinto panorama do contexto no qual os movimentos sociais se inserem (ou podem se inserir), enfatizando a crise urbana atual como uma oportunidade para o surgimento de novas e legítimas forças políticas e sociais na realidade urbana brasileira; (b) uma análise, ainda em sua fase conjectural, da aplicabilidade das concepções de autonomia, cidadania, território e desenvolvimento como premissas para uma ação emancipadora nas cidades; por fim, (c) a apresentação, a título de considerações finais, de uma agenda de pesquisa como sugestão ao fomento de novas contribuições que gerem avanço do conhecimento atinente aos temas ora examinados.

A CRISE URBANA É REAL... VIVA A CRISE!

Segundo Santos (2005, p. 105), “Com diferença de grau e intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas”. Se é fato que características como tamanho, tipo de atividade predominante, regiões das quais fazem parte, entre outros, são elementos de diferenciação entre as cidades, por outro lado, problemas relativos ao emprego, habitação, transporte, lazer, saneamento, segurança pública, educação e saúde compõem uma realidade que se espalha para todos os centros urbanos, com distinções verificáveis apenas no que concerne à amplitude desses problemas na vida das pessoas.

Há, na grande maioria das cidades atuais, uma lógica perversa de produção do espaço que acentua desigualdades. A cidade é hoje um produto das determinações do capitalismo (CARLOS, 2013), uma mercadoria cujos valores atribuídos ao seu todo, bem como aos seus fragmentos, são definidos em razão das formas de uso e acesso que se possa ter (ou especular) ao espaço urbano. Assim, parafraseando a autora anteriormente mencionada, a cidade é construída continuamente “como um mosaico de lugares diferenciados em seus contrastes profundos entre arquiteturas, materiais construtivos, densidade de infraestrutura, que sumariamente distingue a pobreza da riqueza e hierarquiza os indivíduos (...)” que dela fazem parte (Idem, p. 99).

As zonas de pobreza das cidades surgem, pois, da própria produção da riqueza, como parte do movimento dialético de geração simultânea do desenvolvimento e subdesenvolvimento, algo próprio do sistema capitalista (FRANK, 1979). Para ilustrar tal raciocínio, vale mencionar Maricato (2002), para quem a ocupação ilegal da terra urbana no Brasil é permitida justamente por ser parte do modelo de desenvolvimento urbano que se emprega. A existência de favelas é, segundo a autora, “estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais” (p. 152).

Dessa forma, é possível inferir que, já há muito tempo, mas principalmente nos dias hodiernos, sob vigência da estratégia denominada por Harvey (1989) de empresariamento urbano, o Estado e o Capital, cada um ao seu modo – mas sob um sólido contrato de colaboração mútua – são os principais artífices das grandes transformações impostas às cidades, inclusive nesse já comentado processo de produção simultânea e contraditória de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

O Estado capitalista, por seu caráter classista, atua no sentido de tornar o espaço cada vez mais propício às investidas dos agentes econômicos, atuando, assim, em consonância com os pressupostos do modo de produção capitalista (RODRIGUES, 2013), algo que não converge, quase nunca, com os desejos e necessidades das pessoas. Disso deriva o acirramento das desigualdades no interior das cidades.

Segundo Bauman (2013, p. 12), em um contexto de absoluto descontrole da economia, as parcelas da sociedade mais expostas à desigualdade acabam sendo as que mais sofrem os “danos colaterais” das empreitadas acionadas pelos agentes econômicos e Estado com vistas à obtenção crescente de lucros. Tais efeitos, ainda que o termo sugira uma imprevisibilidade do acontecer, tem nos pobres o seu alvo principal, posto que, conforme ponta o autor, esses ditos danos colaterais permitem presumir, de forma, tácita, “uma desigualdade de direitos e oportunidades preexistente, ao mesmo tempo que se aceita a priori a distribuição desigual dos custos da ação empreendida” [Grifo no original].

Mais adiante na sua análise, Zygmunt Bauman pondera:

O vínculo entre a probabilidade maior de se ter um destino de “baixa colateral” e o fato de se ocupar uma posição degradada na escala da desigualdade é resultado da convergência entre a “invisibilidade” endêmica ou planejada das vitimas colaterais, por um lado, e a “invisibilidade” imposta aos “estranhos de dentro” – os empobrecidos e os miseráveis, por outro. As duas categorias, por variadas razões, são excluídas das considerações sempre que se avaliam e se calculam os custos de um empreendimento planejado e os riscos associados à sua execução. As baixas são “colaterais” quando rejeitadas como não importantes o suficiente para justificar os custos de sua prevenção, ou simplesmente “inesperadas”, porque os planejadores não as consideraram dignas de serem incluídas entre os objetos das ações de reconhecimento preparatório (Idem, p. 15).

Fica patente, pois, que o Estado e os agentes econômicos, detentores da primazia de promover grandes transformações no espaço das cidades, são, por esse mesmo motivo, os responsáveis principais pelo recrudescimento das desigualdades existentes na sociedade e no território.

No entanto, é preciso ter em conta que ambos os agentes – o Estado e o Capital – estão em crise, seja por suas próprias contradições existenciais, seja pelas circunstâncias históricas destes tempos, que impelem o primeiro a se adequar ao contexto do neoliberalismo, enquanto o segundo vivencia mais um ciclo de incertezas e restrições, este protagonizado pela crescente volatilidade e desregulamentação dos mercados, notadamente aqueles de caráter especulativo.

Neste contexto de crise, tanto o Estado quanto o Capital passam a agir de modo ainda mais seletivo no espaço urbano, acentuando privilégios àquelas zonas objetiva ou especulativamente rentáveis e relegando outras tantas à própria sorte, o que resulta, via de regra, em aumento da precarização da vida naqueles espaços pouco ou não incluídos na lógica de uma cidade oficialmente construída.

Além da constatação óbvia da prevalência da cidade econômica sobre a cidade social (SANTOS, 2005), o que se tem como consequência desse movimento operado pela aliança Estado-Capital é a criação de verdadeiros vazios de poder econômico e político onde há potência suficiente para o surgimento de novas formas de participação e organização populares. Como afirma Moisés (1982, p. 28):

A crise ‘por cima’ amplia o espaço de liberdade ‘por baixo’ e, dependendo do que se consolide nesses momentos em termos de independência e autonomia organizatória, se definirá a capacidade das classes populares de continuarem intervindo na sociedade com marca própria.

Contudo, a liberdade que surge na base deve ser exercida com sabedoria e de modo a gerar ganhos qualitativos para os grupos que a tomam para si, já que os mesmos vazios que permitem o aparecimento de uma nova força social e política no interior da cidade são os que dão margem à ascensão de práticas ilegais, como o tráfico de drogas e as milícias, por exemplo.

Afastadas as possibilidades de uma má condução dessa liberdade que se estabelece a partir do vazio gerado pela crise acima relatada, há que se construir as condições para uma ação emancipadora nas cidades que tenha no protagonismo daqueles que estão continuadamente expostos à precarização da vida urbana a sua espinha dorsal. Para tanto, é preciso alinhar ideias e fazer convergir sentimentos de coletividade, algo que pode ser desvelado a partir da compreensão plena dos sentidos de autonomia e cidadania, território e desenvolvimento.

OS PARES ANALÍTICOS: AUTONOMIA E CIDADANIA, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Com vistas a tornar inteligível o raciocínio aqui esboçado, as noções objeto deste texto foram agrupadas em dois pares. Deste modo, é feita uma reflexão sobre os binômios autonomia e cidadania, de um lado, e território e desenvolvimento, de outro, para, daí, analisar as suas interrelações no contexto da participação popular dos cidadãos.

Tal decisão, é preciso esclarecer, tem raiz meramente didática/explcativa, não devendo ser confundida com uma tentativa deliberada de propugnar uma separação pura e simples dos termos agrupados em pares, o que seria absolutamente contrário à ideia geral que se pretende transmitir de complementaridade e indissociabilidade que deve existir entre eles, como se pode observar nas próximas linhas.

Autonomia e cidadania

Conforme salientado por Santos (2007, p. 119), “as populações locais devem ter direito à palavra, (...), como membros ativos de uma realidade (...) que lhes diz diretamente respeito (...). Neste caso, não é apenas dando-lhes a palavra em audiências públicas como forma de cumprimento de determinações jurídicas, mas criando condições para o efetivo protagonismo daqueles que serão afetados pelas transformações na cidade. Desse modo, abre-se a perspectiva do planejamento e gestão dos territórios “onde as realidades locais sejam um ponto de partida para o raciocínio dos administradores” (idem, p. 118) e o seu trabalho esteja subordinado à vontade dos habitantes.

Decorrem do que fora aventado acima dois pontos que devem ser levados em consideração no processo de articulação entre os envolvidos na conformação dos territórios urbanos: o exercício da autonomia e, como consequência direta do anterior, a valorização da cidadania. Esses, por sua vez, serão os elementos de amparo à configuração de iniciativas voltadas para o desenvolvimento que sejam baseadas nos territórios onde devam ocorrer.

Ao longo da sua carreira, Marcelo Lopes de Souza tem se dedicado à realização de um denso debate, de caráter crítico, reflexivo e propositivo, acerca da promoção do desenvolvimento socioespacial, com interesse específico pelo espaço urbano, a partir do que denomina de perspectiva autonomista (SOUZA, 2000). Sob forte influência de Cornelius Castoriadis, Marcelo Lopes de Souza introduz no seio da Geografia as reflexões desse filósofo francófono de origem grega, notadamente naquilo que se refere ao alcance da autonomia como condição de vida para as sociedades contemporâneas, dando forma a um viés libertário (mas não anarquista, como faz questão de frisar) de contribuição geográfica à questão do desenvolvimento, considerado em sua plenitude e não como retórica.

Em sintonia com os ensinamentos de Castoriadis, Souza (2009, p. 68) entende que a autonomia é:

[...] a capacidade de um grupo de ‘dar a si próprio a lei’ (em outras palavras, de *autogerir-se* e *autogovernar-se*, livre de hierarquias institucionalizadas e assimetrias estruturais de poder e da atribuição da legitimidade do poder a alguma fonte transcendental e externa ao grupo) [itálicos no original].

O contrário disso, ou seja, a imposição de leis, normas e regulamento por meio da supressão do diálogo e da livre negociação, “de cima para baixo e/ou de fora para dentro”

(idem, p. 68), é a heteronomia, condição na qual as sociedades mais estiveram submetidas ao longo da História.

Refletir sobre a conquista da autonomia no contexto da cidade exige tratar de alguns aspectos que merecem atenção: (a) toda a multiplicidade de agentes (tipificados, genericamente, como hegemônicos e hegemonizados) e territorialidades e, como consequência, a necessidade de equacionar interesses tão diversos, (b) o histórico de pouca ou nenhuma participação popular na formulação e implantação das políticas públicas nos espaços urbanos e (c) a considerável pulverização das instituições que representam os diferentes grupos de moradores, profissionais, entidades culturais e outros reunidos em torno de interesses mais específicos.

De fato, segundo Evers, Muller-Plantenberg e Spessart (1982), os principais obstáculos à participação popular nos bairros são (a) o caráter conjuntural dessa participação, (b) a dependência de existirem problemas concretos a solucionar, (c) o grau de interesse econômico que os moradores tem pelo bairro e (d) a posição social que ocupam naquele fragmento da cidade. Ademais, há que se dimensionar (e) o papel de certos agentes (Estado e setor privado) que, mesmo não vivenciando a realidade imediata do lugar, ali atuam ou tem interesse e (f) as diversas forças/poderes que resultam de tais processos.

Isso tudo, porém, não deve ser tomado como empecilho ao avanço do movimento pela emancipação através da adoção de práticas assentadas na autonomia. Ao contrário, as condições anteriormente aventadas devem ser consideradas como uma oportunidade que se abre na esteira da própria precariedade vivenciada pelas populações locais até então, notadamente no que tange à participação (com protagonismo) nos rumos do planejamento e gestão da cidade. Em outras palavras, a escassez do direito à palavra e do poder de decisão é criadora da força latente que impulsiona o grupo à organização coletiva.

Neste sentido, caberia às populações locais promoverem, com base nos seus interesses e necessidades, a criação de grandes instâncias deliberativas independentes, abertas quanto à participação popular e aglutinadoras dos diferentes grupos localmente constituídos. Tais entidades devem ser o *locus* dos debates e proposições relativos ao planejamento e gestão da cidade e à promoção do desenvolvimento urbano.

O exercício continuado da participação plena leva as populações locais a uma medida crescente de independência e de envolvimento com a experiência democrática, além de, em sentido oposto, diminuir o grau de submissão em relação aos agentes hegemônicos. Por isso, o princípio norteador desses organismos deve ser a autogestão. Segundo Souza (2003, p. 205),

[...] implementar políticas e intervenções de modo autogestionário, sem a presença de uma instância de poder pairando acima da sociedade (Estado), a qual decide quanto, quando e como o poder poderá ser transferido – pressupõe, a rigor, um macrocontexto social diferente: pressupõe uma sociedade basicamente autônoma.

Como é possível inferir, a partir do exposto, a conquista da autonomia se faz pelo reconhecimento da liberdade como princípio maior da vida, o que incide, entre outros aspectos, na obtenção do direito à palavra pelas populações locais e, derivado do anterior, na valorização dos saberes desenvolvidos por essas populações ao longo do tempo de suas existências.

A cidade passaria a ser, assim, *locus* de práticas cidadãs, forjadas segundo os princípios da autonomia e do respeito aos saberes locais. Segundo Hissa (2010, p. 65):

O exercício da cidadania pressupõe autonomia de modo a bem decidir, julgar, participar ativamente da vida que envolve os indivíduos: cultural, política, econômica e social. A cidadania não poderá ser plena se não é tradutora do mundo moderno codificado.

A cidadania, portanto, pressupõe a ativa existência no mundo, enquanto o fortalecimento da cidadania, por sua vez, exige mais saber circulante, mais capacidade de comunicação (diálogo).

A concepção de cidadania, ao menos como é reconhecida nos dias atuais, advém das próprias transformações pelas quais a sociedade passou ao longo dos últimos quinhentos anos e vem sendo ressignificada de tempos em tempos visando incorporar novos sujeitos e direitos. Para Nunes e Jacobi (1982, p. 189):

A história do desenvolvimento da cidadania, de modo geral, foi a história não só de sua extensão crescente a um número cada vez maior de pessoas, incorporando, gradativamente, as “classes mais baixas”, como também da criação de novos direitos inerentes à condição de cidadão.

Em que pese a importância da incorporação da noção de cidadania no ideário de toda e qualquer sociedade, a criação de novos direitos quase nunca se fez a partir da fundamentação de uma aproximação entre os homens através da chamada democracia direta. Ao contrário, ajudou a consolidar um modelo representativo que, em última instância, pode levar a uma passividade do cidadão no que tange a um fazer político (que é, também, territorial).

Por outro lado, embora seja um tema de frágil assimilação no âmbito da Geografia, questões atinentes à cidadania possuem relação direta com esta ciência. Segundo Oliveira (2013, p. 177), que considera a cidadania “como nexo político-territorial” para a compreensão da cidade, tal concepção carrega em si alguns aspectos de geograficidade, destacando os seguintes:

- É no espaço urbano que o conceito de cidadania assume uma dimensão mais concreta e cotidiana como práxis possível.
- Os atributos do espaço são mediadores de uma noção mais ou menos ampliada e concreta de cidadania. Em outras palavras, segundo o autor, “não é absurdo afirmar que somos mais ou menos cidadãos de acordo com o espaço em que estejamos inseridos” (p. 178).
- O território é condição indispensável à assimilação do conteúdo político da cidadania de tal modo que “fora dele (território), a cidadania torna-se uma abstração contida nos artigos da lei” (idem).

As observações acima permitem constatar que é no território (neste caso, no território urbano) que a cidadania pode adquirir sentido para quem deseja, de fato, exercê-la.

Território e desenvolvimento

O território já fora concebido tão somente como a “extensão do espaço geográfico onde um Estado nacional exerce, com exclusividade, o domínio político-administrativo” (NASCIMENTO JÚNIOR, 2011, p. 50). Hoje, porém, é considerado como um elemento geográfico cujos significados epistemológico e ontológico estão no fato de ser, de modo concomitante, uma instância espacial de poder, um produto social historicamente definido, relacional, multiescalar e multidimensional. Essas relações se substantivam como processos de dominação e influência que são exercidas por um determinado indivíduo, grupo ou entidade sobre os demais. A esses se lhe denominam agentes.

Como instância espacial de poder, o território é o *locus* de relações sociais cuja razão de ser mais proeminente é a tentativa ou efetivação da dominação e/ou apropriação do espaço.

No âmbito do debate que ora se empreende, interessa desdobrar a ideia segundo a qual o território se faz pela apropriação do espaço, algo próprio dos homens comuns.

Segundo Théry (2008, p. 90), o território é “uma construção social, à qual todos os seus habitantes participam, todos os dias”. Ainda que reconheça que o papel desempenhado por agentes econômicos e pelo Estado “possa ter um peso maior sobre o destino do território”, o autor constata que os habitantes, mesmo aqueles submetidos às mais severas condições de pauperização, “têm também o seu papel, frequentemente determinante, pela massa que representam, nem que seja apenas porque se não aderem às decisões das autoridades, estas podem permanecer letra morta”.

Os homens comuns, os pequenos grupos organizados e os empreendimentos capitaneados por proprietários locais, todos são capazes, também, de promoverem dinâmicas territoriais nos espaços de sua reprodução social, ainda que, evidentemente, sob perspectivas e envolvendo escalas bastante distintas daquelas que amparam as ações dos agentes hegemônicos.

Para Santos (2000, p. 114), referindo-se aos homens comuns, “essas pessoas não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica e, por isso, com frequência podem se entregar a manifestações que são a contraface do pragmatismo”. Mesmo vivendo um quadro da realidade comandado por lógicas impostas desde alhures e pela unicidade técnica dessa ordem global oressora, os habitantes do lugar são plenamente capazes de compreender que “Condições desiguais oferecem abundantes oportunidades de organização e ação política” (HARVEY, 2004, p. 98).

Além disso, o território, quando concebido a partir de lógicas construídas no âmbito do lugar, pela capacidade organizativa das comunidades e dos pequenos grupos, acaba por concentrar toda uma miríade de elementos constitutivos que não aderem aos ditames da economia e à política, posto que estejam “investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos”, como afirma Ribeiro (2009, p. 26).

Conforme concepção expressa por Brunet, Ferras e Therry, em citação feita por Vasconcelos (2001), o território é considerado o espaço apropriado com sentimento e consciência da sua apropriação, conferindo a tal elemento geográfico uma dimensão primordialmente afetiva, vinculada a sentimentos e simbolismos derivados de práticas sociais diversas. Deste modo, novos arranjos territoriais com o enfoque voltado para a dimensão do local, antes negligenciados, assumiram papel de destaque enquanto foco de análise ligado a este conceito.

Nesse contexto, o território é um elemento eficaz na construção de raízes e de um sentido de pertencimento, sendo ainda um componente da identidade de um grupo, posto que todos os fatores que concorrem para a conformação de um determinado modo de viver estejam intrinsecamente ligados à forma como o território é usado.

Isto remete a uma noção de territórios socialmente construídos resultante da ação perene de um grupo que, ao se apropriar do espaço, passa a lidar com conjunto de produções que são próprios do lugar e cuja substantivação se dá, sempre, pelas relações de proximidade e coexistência. Segundo tal lógica, o território, mesmo “contaminado” pela presença das verticalidades de que trata Milton Santos, é gestado a partir de uma ordem local, lidando com esta força exógena através da afirmação sempre constante de um sentido. Neste caso, conforme lembra Santos (2000, p. 111),

O território não é apenas o lugar de uma ação pragmática e seu exercício comporta, também, um aporte da vida, uma parcela de emoção, que permite aos valores representar um papel. O território se metamorfoseia em algo mais do que um simples recurso e (...) constitui uma abrigo.

Importante salientar que a construção dos territórios que contemplam os interesses de cada um dos grupos não se dá em contextos distintos ou apartados. Versando de outro modo, se os agentes hegemônicos projetam no espaço o poder que deles emana, aqueles ditos hegemonizados realizam a mesma tarefa. Se as lógicas e estratégias não são as mesmas, a finalidade os iguala: tornar a sua existência o quanto mais longeva pela capacidade de dominar e/ou se apropriar de um ou mais territórios. Conforme salientado por Haesbaert (2004, p. 42):

[...] devemos reconhecer que vivenciamos hoje um entrecruzamento de proposições teóricas, e são muitos, por exemplo, os que contestam a leitura materialista como aquela que responde pelos fundamentos primeiros da organização social. Somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações.

Neste sentido, não apenas Haesbaert (2008, p. 21), mas outros expoentes dos estudos sobre a abordagem territorial, como Souza (2009, p. 66) e Saquet (2009, p. 87), concordam – cada um ao seu modo – ao afirmarem que o território é, ao mesmo tempo, “funcional e simbólico”, como menciona o primeiro, “modelagem material” e “relação social”, conforme aponta o segundo, e “material e imaterial”, de acordo com o terceiro. Em essência, os autores afirmam ser o território um amalgama de elementos racionais e subjetivos e de elementos concretos e relacionais. Assim, o território é tomado também a partir de uma perspectiva que enfatiza o seu “caráter dinâmico e multidimensional”, levando-se em conta ainda a sua “multiescalaridade” (HAESBAERT, 2004, p. 340).

Ao afirmá-lo como espaço apropriado pelos homens comuns, é possível contemplar o território como *locus* privilegiado de promoção da fraternidade, da justiça e da cidadania, tornando-se, pois, condição e reflexo para o/do desenvolvimento. Para compreender essa relação, é fundamental precisar a concepção de desenvolvimento que norteia os pensamentos aqui expostos.

Importa observar que as proposições contidas nestas linhas foram esboçadas segundo bases que refutam toda e qualquer ligação com os princípios daquilo que se convencionou denominar de Desenvolvimento Sustentável, ao menos nos moldes que esta concepção fora exaustivamente explorada a partir da década de 1990.

Conforme aponta Rodrigues (2004, p. 177), os termos *desenvolvimento* e *sustentabilidade* não se coadunam, sendo, na verdade, contraditórios entre si. Salienta a autora que *desenvolver*, segundo a acepção que lhe é atribuída na (pós)modernidade, é uma meta que implica produção crescente de mercadorias a serem consumidas. *Sustentabilidade*, por sua vez, significa “manutenção das condições”, algo inalcançável em um quadro de ampliação da produção e do consumo.

Segundo Candiotti (2009, p. 49), em convergência com o que fora abordado nos parágrafos anteriores, o conceito de desenvolvimento sustentável empregado pela entidade que mais difunde tal paradigma, a Organização das Nações Unidas¹, sofre muitas críticas de diversos estudiosos do tema justamente por “não questionar o modelo de desenvolvimento

¹ Segundo a Organização das Nações Unidas (1988, p. 9), desenvolvimento sustentável é um modelo de desenvolvimento que “atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. Para o seu alcance, seria fundamental levar em conta três dimensões, quais sejam: a social, que incide na busca pela redução da pobreza e da desigualdade, a ambiental, cuja meta é a redução dos processos de degradação do meio ambiente, e econômica, que trata da produção de riqueza material.

produtivista e a lógica de crescimento econômico ilimitado, que é predominante no sistema capitalista”.

Conforme sentencia Machado (2000), para quem “Assumir o termo *desenvolvimento sustentável*, (...), é adotar como premissa básica a inexorabilidade do desenvolvimento capitalista global e dos seus efeitos mais aparentes” (p. 85) [destaque gráfico no original], a noção de sustentabilidade “implicaria apenas um conjunto de mecanismos de ajuste para o enfrentamento da ordem global ameaçada” (Idem).

Por outro lado, em se tratando especificamente do viés da sustentabilidade como paradigma para o desenvolvimento urbano, Souza (2003, p. 141) tece importantes críticas, evidenciando, inclusive, a existência de uma exacerbação empírica nos estudos sob tal rótulo como reflexo de uma “baixa densidade teórica” dessa abordagem do planejamento e gestão urbanos.

De fato, é patente o pouco apuro teórico e a carga excessiva de empirismo que há nos estudos que versam sobre a dita cidade sustentável. As pesquisas derivadas de tal perspectiva orbitam, via de regra, entre os estudos sobre aspectos ou problemas pontuais da cidade e a apresentação de soluções parciais – atreladas a uma visão “ecologizante” da complexa realidade urbana – e de eficácia duvidosa no tratamento de questões referentes ao alcance da justiça social em sua plenitude, utilizando, para tanto, discursos empobrecidos desde um ponto de vista epistemológico, o que inclui, evidentemente, a teoria, bem ao feitio do pensamento neoliberal, com o qual a abordagem em tela não se propõe a romper (SOUZA, 2003).

A própria noção de cidade sustentável denota, aliás, o quanto comprometido com a continuidade do consenso neoliberal tal paradigma está. Segundo Schussel (2004, p. 65), tomando como referência o pensamento de R. Camagni,

O modelo de referência para a pesquisa sobre a sustentabilidade urbana não pode ser o “paraíso terrestre de equilíbrio eco-biológico”, nem uma cidade ideal, mas um arquétipo pluridimensional, em que as diferentes funções da cidade são representadas de forma a: - garantir as economias de aglomeração e de proximidade; - favorecer a acessibilidade e a interação social; permitir uma integração em rede com o mundo exterior; e em que o máximo de bem-estar coletivo é resultado de integração positiva entre o meio ambiente natural, o patrimônio histórico cultural, a economia e a sociedade.

Ainda que a assertiva contenha uma crítica – necessária – aos excessos do discurso ecologizante que permeia os estudos sobre desenvolvimento sustentável, a ideia de cidade subjacente a tal paradigma apresenta considerações ingênuas sobre uma possível conciliação entre a promoção do bem-estar coletivo e das economias de aglomeração. Antes de mais nada, seria fundamental questionar, como fizera Francisco Weffort, em citação de Santos (2007, p. 28 [1987]), “Como incorporar à cidadania pessoas economicamente ‘dependentes’?”.

Diante de tais constatações, fica claro que a inclusão do termo “sustentável” como designativo de uma dada forma de planejamento e gestão urbanos serve apenas para induzir uma ideologia da mudança de comportamento de agentes econômicos e do Estado em direção a um modelo menos predatório, o que é, na verdade, uma falácia.

Pensar em ações alternativas ao atual modelo de planejamento e gestão da cidade que passem ao largo do exaustivo e pouco consistente debate sobre sustentabilidade exige refletir sobre condições, princípios e mecanismos que permitam alcançar o pleno desenvolvimento dos espaços urbanos, sem adjetivações.

O desenvolvimento, aqui considerado como a “conquista de melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e de cada vez mais justiça social” (SOUZA, 2005, p. 101), carrega um sentido qualitativo que diz respeito ao alcance de melhorias atinentes à sociedade e,

portanto, ao espaço. É, por assim dizer, uma condição de vida a ser constantemente buscada e/ou ampliada.

Como afirmado na citação acima, desenvolver(-se) diz respeito à crescente incorporação de qualidade à vida, o que, em uma sociedade complexa, diversa e desigual, só se torna possível mediante a incorporação do princípio de justiça, no caso aqui evidenciado, de justiça nos territórios.

Um complemento ao debate: desenvolvimento e justiça territorial

Os estudos sobre equidade e justiça territorial não se configuram como uma das preocupações mais destacadas nas pesquisas de caráter geográfico, notadamente no Brasil. Por isso, é imperativa a realização de uma reflexão teórica sobre o tema, tomando-o como um contributo essencial à formulação de propostas que levem a um debate profícuo sobre a participação popular e o planejamento e gestão urbanos desde um ponto de vista verdadeiramente qualitativo e duradouro.

Ao esboçar algumas notas introdutórias acerca do tema da equidade territorial em um editorial da *Revista Geográfica Venezolana*, Trinca (2012, p. 5) afirma que, ao engendrar riqueza e pobreza, o sistema capitalista se torna promotor “*de una desigual apropiación material del territorio*”, o que implica, como já salientado em outro trecho deste escrito, em desequilíbrios territoriais. Assim, os clamores por justiça social são, também, levantes por justiça territorial.

Segundo a autora, apenas recentemente a Geografia se apropriou – de modo mais sistemático – do tema da justiça social, apontando como protagonistas de tal empreitada David Harvey, na obra *The social justice and the city* (1973), e Edward Soja, no livro *Seeking spatial justice* (2010). Vale mencionar que ambos os autores propugnam suas análises a partir da categoria espaço e não pelo viés explícito da abordagem territorial, o que, de modo algum, é impeditivo para um exame de tais pressupostos a partir da assimilação do conceito de território.

Por outro lado, entre os estudiosos brasileiros dedicados à reflexão sobre a incorporação da noção de justiça no pensar e agir técnico-científico sobre a cidade, é necessária uma menção aos importantes trabalhos de Marcelo Lopes de Souza, entre os quais se destacam *Mudar a cidade* (2003) e *A prisão e a ágora* (2006a), e de Milton Santos, cujas reflexões contidas em *A urbanização brasileira* (2005) e *nO espaço do cidadão* (2007), servem de inspiração para um debate profícuo em torno de uma mudança mais que necessária nas formas de apropriação da cidade pelos seus habitantes.

Essencial salientar que as contribuições de Harvey (1973; 1996) e Souza (2003; 2006a) são fundamentais para sedimentar uma base teórica que permita a formulação de um discurso que conduza a uma ação em favor do desenvolvimento autêntico das nucleações urbanas. Embora o segundo tenha empreendido severas críticas ao primeiro, dirigidas, principalmente, ao que chama de “marxismo inseguro”, “confuso” e “fatigado” (SOUZA, 2012, p. 9; 11; 12) contido em recentes trabalhos do geógrafo britânico, é possível perceber certo grau de complementaridade nos constructos de ambos os pensadores da Geografia contemporânea, em especial naquilo que se refere à busca pela justiça social no espaço urbano.

Tal constatação é possível de ser observada através da leitura de um texto publicado há pouco mais de uma década, no qual Harvey (2002) aponta a existência de alguns problemas-chaves e mitos correlatos no que se refere à compreensão da vida urbana no século XXI. Entre esses mitos, que, segundo o autor, merecem ser refutados, três são especialmente importantes por comprovarem certa convergência de pensamento entre o geógrafo inglês e o seu colega brasileiro. Os trechos que seguem são elucidativos desse “encontro” de ideias e valores:

O sexto mito é aquele segundo o qual as forças da globalização são fortes o bastante para impedir qualquer autonomia relativa de iniciativas locais ou particulares de deslocar o processo de urbanização para trajetórias diferentes: somente uma revolução global poderia mudar algo.

[...]

O oitavo mito é o de que toda transformação radical das relações sociais nas áreas urbanizadas devem esperar alguma sorte de revolução socialista ou comunista que venha ordenar as nossas cidades para permitir que novas relações sociais floresçam.

[...]

O nono mito sustenta que sobre nossas cidades prestes a desintegrar-se deverá se impor a força da ordem, da autoridade e do controle centralizado – seja ele moral, político, comunitário, religioso, físico ou militar – sem que se interfira porém na fundamental liberdade de mercado.

[...]

O décimo mito é o de que a diversidade e a diferença, a heterogeneidade dos valores, a oposição dos estilos de vida e as migrações caóticas devem ser temidas como fonte de desordem e os “outros” mantidos fora para se defender a “pureza” do lugar (Idem, 6-7).

Todos os trechos tratam, em alguma medida, da defesa de temas que são caros a Marcelo Lopes de Souza, como o resguardo da autonomia como princípio para o desenvolvimento da/na cidade (SOUZA, 1995; 2000; 2003, 2006a, 2012), a possibilidade de exercício da autonomia sem rompimento com o Estado capitalista (SOUZA, 2003; 2006b; 2010), a crítica à heteronomia (SOUZA, 2003, 2006a) e o respeito à alteridade (SOUZA, 1997). Neste sentido, ainda que reconhecendo as diferenças existentes nos caminhos de análise de ambos os geógrafos trilham, constata-se a possibilidade de executar um exame substancial sobre justiça territorial e desenvolvimento a partir do emprego concomitante e convergente de suas formulações.

No tocante ao embasamento teórico-conceitual daquilo que se refere à justiça territorial, Harvey (1973) aponta para as dificuldades em estabelecer uma análise do tema, levando-se em conta o quão relativos são os princípios que o norteiam. No entanto, o autor formula um conceito para o que denomina de justiça social territorial, a partir de bases materialistas:

1. A distribuição de renda deveria ser tal que (a) as necessidades da população dentro de cada território fossem localizadas, (b) os recursos fossem então alocados para maximizar os efeitos multiplicadores inter-territoriais, e (c) os recursos extras fossem alocados para ajudar a resolver as dificuldades específicas emergentes no meio físico e social.

2. Os mecanismos institucional, organizacional, político e econômico deveriam ser tais que as perspectivas do território menos favorecido fossem tão grandes quanto possivelmente pudessem ser.

Se essas condições fossem satisfeitas haveria uma distribuição justa alcançada com justiça (Idem, p. 99).

Em que pese o valor deste conceito para a compreensão da justiça territorial, posto que contenha referências ao atendimento das necessidades da população, faz-se mister salientar que o alcance da justiça vai além da busca pela distribuição justa da renda. Aspectos fundamentais da vida individual e coletiva, que norteiam as formas de reprodução social (necessidades e desejos, alteridade, cultura, entre outros que expõe subjetividade da existência humana) também devem ser considerados na tentativa de promover o desenvolvimento pelo alcance da justiça territorial. Além disso, nenhuma experiência que vise contemplar a busca pelo desenvolvimento pode ser considerada válida se não levar em conta o protagonismo das populações envolvidas.

Para tanto, é necessário que as comunidades e grupos tomem para si a tarefa de gerar novos meios para que o planejamento e a gestão urbanos lhes contemplam de tal modo que os

ganhos qualitativos sejam reais e duradouros. A tarefa, no entanto, não é fácil e exige sacrifícios e lutas constantes. Segundo Brandão (2012, p. 201):

Como o desenvolvimento não transborda, não entorna, não derrama (em um certo sentido, “não se difunde”), ele precisa ser arrancado, tirado à força, destruindo privilégios. Assim, realizar a gestão de projeto desenvolvimentista significa, em qualquer escala, “mexer com caixas de vespas”, “colocar o dedo nas feridas”, não tampar as feridas ou “usar analgésicos”, mas tensionar permanentemente. É distorcer a correlação de forças, importunar diuturnamente as estruturas e coalizões tradicionais de dominação e reprodução do poder. É exercer em todas as esferas de poder uma pressão tão potente quanto aquele das forças que perenizam o subdesenvolvimento.

As práticas territoriais das populações expropriadas, em sua grande maioria, estão pulverizadas em pequenos atos isolados, que se enquadram nas dinâmicas das microterritorialidades.

Nesses casos em que se formam territorialidades insurgentes (BRANDÃO, 2013), os indivíduos exercem seu poder (ou tentam exercê-lo), que se manifesta, especialmente, através de resistências, nas escalas menores da vida. Para Costa (2008, p. 183), essa “análise microgeográfica” prioriza o exame de fenômenos que se desenvolvem em escala local, produzindo e diferenciando o espaço como resultado da apropriação e especialização de pequenos lugares por processos particulares de convivência social. Nas palavras de Souza (2009, p. 67), esta é “a escala, por excelência, dos oprimidos e de suas táticas, com suas resistências quotidianas inscritas no espaço (...”).

Essas estratégias territoriais resultam, primordialmente, de atos que se manifestam a partir das horizontalidades do/no espaço, que, mesmo atravessado pelas imposições verticalmente constituídas, admite formas de convivência e regulação criadas sob lógicas endógenas (SANTOS, 2000), substantivando, assim, a copresença e as resistências.

A tarefa maior é “dar corpo” a tais iniciativas, torna-las organizadas e sistemáticas, fazendo da busca pelo desenvolvimento da cidade no seu todo – e não apenas nos seus fragmentos mais privilegiados – um ato de enfrentamento, de confrontação de ideias, mas, principalmente, de demonstração de força e poder amparados em um sólido sentimento de pertencimento, com autonomia e participação coletiva.

PARA O DEBATE SEGUIR...

Para além das controvérsias que permeiam o conceito e a natureza dos movimentos sociais urbanos (SOUZA JÚNIOR, 2007; CABRAL e SÁ, 2009), é fundamental refletir sobre as estratégias que conduzam grupos organizados à realização de um papel ativo e eficaz na formulação de propostas alternativas aos modelos de planejamento e gestão urbanos que atualmente estão postos.

À Geografia cabe melhor compreender as dinâmicas territoriais forjadas no seio dos movimentos sociais, suas estruturas, processos, formas de organização e dominação dos espaços habitados (MOREIRA e MEDEIROS, 2013), para, a partir disso, dialogar com tais grupos visando um esforço coletivo de formulação de pautas que sejam o sustentáculo da construção de cidades mais justas.

Daí a importância de, por meio desse diálogo, fomentar debates sobre a importância de apreender o sentido que carregam as palavras autonomia e cidadania, território e

desenvolvimento. Para tanto, os próprios geógrafos precisam fazer o “dever de casa”, com agendas de pesquisa que permitam avançar em tal debate.

Neste sentido, é primordial (a) inserir, em definitivo, os movimentos sociais no temário geográfico, (b) reconduzir o debate epistemológico sobre o desenvolvimento, tendo como parte desse esforço um rígido exame do papel do território nesse contexto e (c) ampliar a incorporação das noções de autonomia e cidadania nos estudos que se fazem hoje na Geografia.

Além disso, as pesquisas devem buscar compreender, através da empiricização, as diferentes emanações de poder que emergem nos diversos lugares onde a participação popular atingiu um estágio maior de amadurecimento, de tal modo que cada lugar possa servir de exemplo (ou mesmo de contraexemplo) aos demais, ainda que respeitando as características e particularidades que as tornam únicas.

Assim, concordando com Castilho (2012, p. 30), ao afirmar que “é no lugar (...) que se acha o conjunto das possibilidades para a mudança das condições de existência da sociedade”, o planejamento e a gestão das cidades, conduzidos sob lógicas localmente constituídas, podem vir a se tornarem elementos de transformação qualitativa dos territórios e das pessoas em conformidade com parâmetros de justiça e liberdade, princípios tão caros e tão distantes para muitos dos que vivem nas multifacetadas urbes brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Danos colaterais*. Desigualdades sociais numa era global. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BRANDÃO, Carlos. *Território e desenvolvimento*. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. *Territórios do turismo, territórios de todos?* Um estudo comparado sobre urbanização e formação de territórios em balneários turísticos do Nordeste do Brasil. Programa de Pós-graduação em Geografia (Tese de doutorado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.
- CABRAL, Augusto Antônio Campelo e SÁ, Alcindo José de. Os movimentos sociais urbanos e suas manifestações concretas no Brasil e no Recife: síntese retrospectiva. *Revista de Geografia*, v. 26, n. 3. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009, p. 201-229.
- CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. *Revista Formação*, v. 1, n. 16. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2009, p. 48-59.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato e PINTAUDI, Silvana Maria (org.). *A cidade contemporânea. Segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 95-110.
- CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. A construção de uma geografia consequente do turismo: reflexão teórico-metodológica do turismo à luz da análise socioespacial. In CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de; SELVA, Vanice Santiago Fragoso (org.). *Turismo, políticas públicas e gestão dos ambientes construídos*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2012, p. 15-34.

COSTA, Benhur Pinós da. Microterritorializações urbanas: análise das microapropriações espaciais de agregados sociais de indivíduos *same sex oriented* em Porto Alegre/RS. In HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino e UEDA, Vanda (org.). *A emergência da multiterritorialidade. A ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas: Editora da Universidade Luterana do Brasil, 2008, p. 177-200.

EVERS, Tilman; MULLER-PLANTENBERG, Clarita e SPESSART, Stefanie. Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da representação na América Latina. In MOISÉS, José Álvaro (org.). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 110-164.

FRANK, Andrew Gunder. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In PEREIRA, Luiz (org.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 25-38.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade”. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino e UEDA, Vanda (org.). *A emergência da multiterritorialidade. A ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas: Editora da Universidade Luterana do Brasil, 2008, p. 19-36 .

HARVEY, David. From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. *Geografiska Annaler*, n. 71b, Stockholm: Swedish Society for Anthropology and Geography, 1989, p. 3-17.

HARVEY, David. *The social justice and the city*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1973.

_____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. Mundos urbanos possíveis. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 63. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2002, p. 3-8.

_____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

HISSA, Carlos. Fronteiras entre ciência e saberes locais. *Geografias*, v. 6, n. 1. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010, p. 57-69.

MACHADO, Maria Helena Ferreira. Urbanização e sustentabilidade ambiental: questões de território. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n.3. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2000, p.81-95.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In ARANTES, Otília; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. Desmascarando consensos. Petrópolis: Vozes, p. 121-192.

MOISÉS, José Álvaro. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In MOISÉS, José Álvaro (org.). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 14-29.

NUNES, Edison e JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In MOISÉS, José Álvaro (org.). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 165-199.

OLIVEIRA, Marcio Piñon de. Para compreender o “leviatã urbano” – a cidadania como nexo político-territorial. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO,

Maria Encarnação Beltrão (org.). *A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 177-206.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

RIBEIRO, Maria Teresa Franco. Introdução. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez (org.). *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea. O território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2009, p. 21-35.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento Sustentável e atividade turística. In SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza (org.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2004, p. 171-188.

_____. Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). *A cidade contemporânea: Segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 147-168.

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização*. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SAQUET, Marcos. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos e SPOSITO, Eliseu Saverio (org.). *Território e territorialidades. Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 73-94.

SCHUSSEL, Zuma das Graças Lucena. O desenvolvimento urbano sustentável – uma utopia possível? In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 9. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2004, p. 57-67.

SOJA, Edward. *Seeking spatial justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. A noção de território: uma leitura pela noção de desenvolvimento. In HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; UEDA, Vanda (org.). *A emergência da multiterritorialidade. A ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas: Universidade Luterana do Brasil, 2008, p. 63-75.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, Iná; GOMES, Paulo e CORRÊA, Roberto (org.). *Geografia. Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

_____. O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. *Território*, ano V, n. 8. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000, p. 67-100.

_____. *Mudar a cidade*. Uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *A prisão e a ágora*. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. Together with the state, despite the state, against the state: social movements as ‘critical urban planning’ agents. *City*, v. 10, n. 3. New York: Routledge, 2006b, p. 327-342.

_____. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Território e territorialidades. Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

_____. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a Ação Direta. *Cidades*, v. 7, n. 11. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2010, p. 13-47.

_____. A Geografia e o pensamento libertário: subsídios para um debate sobre tradições e novos rumos. *Revista Território Autônomo*, n. 1. Rio de Janeiro: Rede Reclus-Kropotkin de Estudos Libertários, 2012, p. 5-14.

SOUZA JUNIOR, Xisto Serafim de Santana. Um olhar geográfico sobre o conceito de movimento social urbano. *Revista Formação*, v. 1, n. 14. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2007, p. 150-166.

THÉRY, Hervé. Globalização, desterritorialização e reterritorialização. *Revista da Anpege*, n. 4. Goiânia: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, 2008, p. 89-96.

TRINCA FIGHERA, Delfina. Editorial. ¿Equidad social y equidad territorial: viejo o nuevo dilema de la Geografía? *Revista Geográfica Venezolana*, v. 53, n. 1. Mérida: Universidad de Los Andes, 2012, p. 5-7.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Categorias e conceitos para a compreensão da cidade brasileira no período escravista. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *Urbanização e cidades. Perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2001, p. 13-34.

VISÕES DA SUSTENTABILIDADE URBANA: Antagonismos e (Im) possibilidades²

Dra. Rosemeri Melo e Souza

Professora do Departamento de Engenharia Ambiental da UFS

E-mail: rome@ufs.br

“As cidades têm capacidade de oferecer algo a todos, mas só porque e quando são criadas por todos”. Jane Jacobs

1-INTRODUÇÃO

A discussão deste capítulo aborda as origens das práticas de intervenções urbanas marcadas por discursividades antagônicas que se materializam na cena urbana brasileira: de um lado a proposição liberal calcada na ideologia de "cidades sustentáveis" e suas iniciativas focadas na acessibilidade e na mobilidade sem mudanças estruturantes do tecido urbano e dos fundamentos socioespaciais.

Do outro lado, as articulações de projetos reivindicatórios populares cujas práticas reinventam, ainda que na esfera do lugar, processos participativos e solidários. Exemplos de intervenções constituídos sob ambos os direcionamentos de gestão urbana serão abordados, enfatizando o horizonte disruptivo da cidadania, sob o prisma individualista/liberal e utópico/reinventor de espaços da esperança na luta por cidades construídas para além dos consensos formais em torno da concepção de urbe (in)sustentável no século XXI.

Num primeiro momento abordarei o espaço urbano como controle e oriundo de uma ordem – forma e funcionalidade urbanísticas que atingem o ápice na Escola de Chicago, na primeira metade do século XX nos países centrais. Prosseguiremos abordando a produção do espaço urbano como expressão de contradições sociais e resultantes de lutas entre esferas distintas, com ênfase na perspectiva de análise de David Harvey.

A noção e a prática do desenvolvimento urbano sustentável constituem o cerne do terceiro momento deste capítulo, onde, à luz de exemplos concretos de intervenções urbanas efetuaremos o contraponto entre as visões antagônicas da sustentabilidade urbana, a saber: na ótica liberal preconizada pelos seguidores da Escola de Chicago e na ótica da (re/des)articulação de projetos reivindicatórios, apoiados na autonomia e nas solidariedades socioespaciais dos cidadãos, numa perspectiva alternativa e emancipatória de enfrentamento aos limites do capital.

Neste ensaio enfatizarei alguns antagonismos e impossibilidades que a temática contempla, propondo os seguintes questionamentos: será que é pertinente, ainda, adjetivar de sustentável o desenvolvimento urbano? É pertinente conceber quais alternativas de desenvolvimento, com qualidade de vida, nós queremos para as nossas urbes? Quem, afinal, disputa e como os movimentos sociais podem ser revigorados no debate que vá, a partir do direito à cidade, vislumbrar a revolução urbana?

² Texto ampliado e revisto a partir da palestra proferida em 20 de dezembro de 2013, no I Seminário do MSEU/UFPE.

2- PRESSUPOSTOS DO DEBATE E CONTRADIÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Como *démarche* discursiva, assumo o posicionamento de leitora atenta de David Harvey, mas um D. Harvey que retomou um diálogo com a perspectiva latino-americana – eu quero situar isso a partir de 2009 quando ele participou do Fórum Nacional de Reforma Urbana – e que isso tem trazido a partir da fonte lefebriana, possibilidades outras para se pensar essa questão.

Faz-se necessário delinear tal posicionamento acerca dos termos *desenvolvimento sustentável* porque, a *priori*, o adjetivo *sustentável* virou um rótulo ao substantivo *desenvolvimento* cada vez mais torna esvaziado de conteúdo e, com isso, tal termo tem se tornado passível de apropriação pelos mais diversos matizes ideológicos.

Por conseguinte, as propostas mais avassaladoras do ponto de vista da destruição do tecido urbano são vendidas, são preconizadas com o rótulo de sustentável e quando um conceito, além de polissêmico, se presta a tal polifonia, algo de errado está com ele. Então, a partir dessa premissa que eu penso que os diálogos e as ações, na aliança entre a academia e movimentos sociais, podem ser fecundos, num questionamento inicial do que o *sustentável* pode implicar porque, muitas vezes, o que é posto como sustentável transforma o sonho numa quimera, num monstro, como no caso da proposta de cidades verdes para o Brasil. Como é que se têm materializado, em algumas de nossas cidades, projetos ligados à concepção das cidades verdes?

Para estabelecer um primeiro contraponto dicutiremos duas tradições que lançam seu foc analítico sobre a produção do espaço urbano, nas visões de dois autores distintos: Jane Jacobs e Kohlsdorf, posto as concepções urbanísticas destes autores situarem-se em pontos antagônicos do debate proposto.

Jane Jacobs vem de uma tradição que exprime a cidade como um espaço de possibilidades para todos, então, é de uma perspectiva de cidade calcada em outros fundamentos socioespaciais, que não o da forma, da simetria, do controle, da geometria urbana, que é a escola do Kohlsdorf. Ambos pensam, nas suas respectivas tradições de pensamento, a cidade.

No caso do pensamento da Jacobs, quando as cidades são criadas por todos, ou seja, à luz de projetos baseados nos lugares, nas possibilidades de reinvenção do lugar, é que essa cidade de fato pode oferecer algo a todos.

Já para o Kohlsdorf, a perspectiva é puramente ascendente, o espaço urbano, a materialização do artefato urbano, manifesta uma ideologia urbanística a ser mantida e eu escolhi essa citação dele, porque a ideologia urbanística a ser mantida tem muito a ver com o que se vende, em termos de planejamento urbano, de espaços – não me atrevo a dizer “cidades sustentáveis”.

Desde o início dos anos 90 do século passado quando aquele protocolo que reuniu manifestações de diversos segmentos da sociedade, não exatamente no processo de articulação de movimentos sociais, mas dentro de um processo de governança, lá em Seattle, o protocolo que ficou conhecido como *Sustainable Seattle* –Seattle Sustentável propõe, de fato, um reflorescimento da ecologia urbana, da Escola de Chicago -, que vem vendendo o *sustentável* como a nova ideologia do urbano

Ora, isso é muito perigoso, porque tem seduzido, de modo pouco refletido, muitos arquitetos, muitos urbanistas, muitos engenheiros, enfim, planejadores, exatamente os profissionais que intervêm na concretude da cidade sem se darem conta a qual ideologia respondem e que tipo de cidade excludente, antidemocrática, esvaziada da trama da vida essas iniciativas produzem.

Então, começamos a entrar em alguns contextos e origens que orientam certas práticas de intervenção urbana, porque a cidade, mesmo não sendo de todos, mesmo não sendo para todos, ela é um espaço da vida, desigual, injusto, mas é o espaço da vida na modernidade.

Para que vocês tenham uma ideia, no tocante à arborização citadina, Sergipe tem setenta e cinco municípios e em cinquenta e cinco deles, todas as prefeituras aderiram a pacotes de uma única espécie e pior, uma espécie inadequada para o calçamento, que é a espécie *Ficus microcarpa* (ou benjamina), mas para que? Para fazer decoração de árvores, para fazer aquele tipo de um chamado monopaisagismo.

Enretanto pode-se argumentar acerca de qual é a perversidade da escolha da monoespeciação para o paisagismo urbano sergipano, ou até que tal escolha poderia ter sido bem-intencionada! Isto pode ter sido bem intencionado, não há nenhuma perversidade nisso. Claro que há uma perversidade. Se há a condição de você atender a uma demanda que ela é ambientalmente imprescindível, de melhorar o conforto térmico, de diversificar o paisagismo urbano com elementos arbóreos, por outro lado, isso é feito com uma grande perversidade: se concentrou num único distribuidor e as mudas vieram de São Paulo – está explicado.

Portanto, é esse tipo de perversidades forjadoras das (im)possibilidades, porque se tomam uma retórica de espaço urbano como controle, um espaço urbano que tenha que atender uma ordem e a ordem a gente sabe muito bem qual é!

É inegável que os recentes dados censitários apontam para um crescimento e um fortalecimento da malha urbana com as cidades médias no Brasil. E o que é que isso tem a ver com as nossas visões e os antagonismos? Porque esses espaços, onde é possível ainda retrabalhar a tessitura urbana redirecionando um direito à cidade que negue as migalhas do capital, têm sido espaços para as mesmas intervenções mal orientadas, fixadas, não em rever fundamentos socioespaciais, mas sim, em implantar as práticas mais danosas.

Evidenciamos, a partir dos exemplos discutidos anteriormente, as (im)possibilidades do desenvolvimento urbano sustentável porque engendram uma retórica de espaço urbano como controle, um espaço urbano que tenha que atender uma ordem que subordina o Estado ao capital.

Estado este que, por sua vez, cada vez mais tem se dobrado para atender a reprodução ampliada do capital e, com isso, tem criado espaços excludentes, tem introduzido, tem realizado intervenções urbanas que visam a forma e a funcionalidade de um desenho urbano, de um projeto urbanístico. Eis aqui um ponto incisivo para um revitalizador diálogo visando uma agenda propositiva dos movimentos sociais urbanos.

Porque nós, muitas vezes, enquanto academia, sequer somos convidados a participar dessas discussões e muitas vezes os movimentos de bairro, as associações de moradores, elas são tomadas reféns de propostas ditas sustentáveis, e o termo sustentável é repetido à exaustão, como badaladas de sino de Natal: atrai as pessoas.

Paradoxalmente, atrai pelo esvaziamento e por essa capacidade que foi engendrada do *termo* sustentável aderir às mais diferentes propostas que nada tenham a ver com o *conteúdo* do que poderia ser sustentável.

Disso resulta o que acontece em Recife, Fortaleza, Salvador ou em Aracaju, urbes envolvidas na totalidade das relações sociais de produção da vida urbana: projetos que privilegiam certas formas, certos enclaves urbanos, negando outras possibilidades do viver e do redimensionar o próprio habitar. Pautaremos em seguida, à luz destes pressupostos e das contradições explicitadas no debate sobre o desenvolvimento urbano (in)sustentável algumas proposições rumo à reconstrução de agendas de luta na construção das cidades que queremos, em rebeldia aos ditames da reprodução ampliada do capital que nos impõe, a nós cidadinos reais, as migalhas da expropriação imobiliária e da reprodução de projetos homogeneizantes como

Alphaville, Via do Mangue, entre outros enclaves de expropriação e de negação da liberdade construtiva das cidades de que todos nós necessitamos para exercer o direito à cidade de inspiração lefevreana.

3-POSSIBILIDADES DE RECONSTRUÇÃO DE AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO COM QUALIDADE DE VIDA

Obviamente, o sentido proposto não reporta-se a agendas no sentido oficioso do termo, mas sim agenda enquanto *arena de embates*. Colocando de modo vivencial esta questão citamos, a partir da experiência de Aracaju, que os movimentos locais, encontram-se reféns, muitas vezes, das propostas das incorporadoras, imobiliárias, das propostas de agentes, que com a chancela do Estado, vendem o que seria a qualidade de vida, mas não traduzem o outro lado da moeda que é a sua expulsão, a sua periferização e o verde urbano na sua ideologia, da proposta das *green cities*, tem sido usado com muita força para isso: a necessidade de revalorizar as áreas verdes como modo de elevação do valor de certas áreas da cidade.

Mas o não se coloca é: o que acontece com os que estão despossuídos e impossibilitados desse acesso, dessa fruição, dessa vivência? Porque, não sendo pertencedores a essas áreas enobrecidas (um termo que os sociólogos gostam muito de empregar), somos tratados como marginais, mas marginais no sentido policialesco - “você não mora/pertence/não tem direito de viver aqui”.

Falamos acerca de conflitos de cotidiano tais como o poder público patrocina todo processo de recriação, de revitalização de áreas verdes e a população, que não está diretamente ligada aos condomínios verticais, ou horizontais, como moradora, ela é impedida por milícias, por guardas privadas como o vivenciado na cidade do Recife.

Tudo isso decorre, em larga medida, do renascimento, no âmbito do pensamento e das práticas ligados e heranças intelectuais e praxiológicas da Escola de Chicago. Se, num primeiro momento, esta Escola foi inventiva, buscando soluções para aquelas sociedades do Norte, para nós, no Sul, tem sido usado como um viés de dominação, de um certo tipo de cidade que não nos interessa ter, porque, para nós, o que nos interessa discutir nesse debate, é a rebeldia das cidades.

Não queremos as migalhas ou as sobras da franja desordenada dos condomínios horizontais. Não queremos que os municípios metropolitanos sejam os “refúgios do Alphavilles”, porque são os nomes, são os mesmos fundamentos socioespaciais e as mesmas práticas de negação de qualquer sustentabilidade, porque sustentabilidade, do ponto de vista ecológico, requer matéria, energia e informação, e a energia que pulsa na cidade vem da diversidade dos sujeitos que a constitui.

Cada vez mais em escala reproduzida à exaustão global, essa cidade ligada à ordem, às formas e funcionalidades para o capital, ela nega, ela despreza, ela engendra a (des)ordem porque segregá os sujeitos que sejam diversos e que não sejam do interesse dessa ordem de reprodução segregadora do capital. (HARVEY, 2012).

Harvey (2009) elucida que, do ponto de vista das práticas socioespaciais, não só na crise imobiliária de 2008 nos EUA, as populações de baixa renda afrodescendentes foram espoliadas das suas casas, mas que também, em estados, como a Califórnia, que aí teve uma visibilidade mundial, as cidades de tendas dos brancos, que foram enganados pelo sistema *subprime* de repasse de hipotecas impagáveis.

Os brancos da classe média perderam suas casas, formando as famosas *tent cities* (cidades de tendas) ou cidades do sem teto. Agora, fica aqui também, algo para se pensar: por

que, que tal situação, não lhes permitiu a organização de um movimento por reforma urbana ao atingir este seguimento da sociedade estadunidense?

David Harvey diz que inveja, no sentido de construção de alternativa, movimentos como o nosso, no âmbito da reforma urbana. Mas, nós sabemos as limitações que estão implicadas em pensar o planejamento urbano em termos de reforma. Significa admitir que nada de novo pode ser feito, que é impossível mudar.

Se nós não tivéssemos exemplos factíveis de reinvenção de lugares, e Recife me deixa muito feliz porque a história do Recife é uma história das resistências urbanas contra o poder avassalador do grande capital, sendo exemplo das lutas pelo direito à cidade numa gama de movimentos sociais, fazem com que, para nós, a cena social de resistência urbana nos diga: olha, a cidade ainda expressa outras possibilidades de produzir o espaço urbano, de um outro processo de desenvolvimento.

Salientamos que na retórica oficial, desenvolvimento urbano sustentável significa tentar minimizar e qualquer alternativa que se contrapõe ao Estado mínimo tem que romper com as migalhas excludentes.

Estado mínimo que, no plano das discursividades, se traduz em expressões e práticas como: eu quero ter a minha acessibilidade, *eu* quero pensar na minha bicicleta, *eu* quero pensar no que o Estado pode fazer para mim. Práticas atomizadoras que ajudam a produzir uma desorganização, uma desarticulação dos movimentos sociais. Porque discutir impactos da cidade deve ir muito além de minimizá-los, porque minimizá-los não muda as práticas dos que controlam o solo urbano. Tais noções limitadoras de minimização de impactos, de busca de equilíbrio, têm orientado, do ponto de vista liberal-individualista, articulações em rede emancipatórias.

Com certeza, não desejamos que as nossas cidades litorâneas se constituam inviáveis desde o ponto de vista socioambiental, porque, quando se fala em mudanças climáticas e se fala em adaptação aos efeitos de tais mudanças, diz-se que as águas vão tomar Recife, as águas vão tomar Aracaju, mas não se discute o fato inconteste que os edifícios, os espiões já têm tomado, já tem sobrecarregado – certo? – a malha urbana hoje.

Portanto, a sustentabilidade urbana consiste em conceber novos rumos propositivos para as cidades feitas e habitadas por todos não é uma coisa de futuro. Disto depreende-se uma questão para ser refletida: quais as potencialidades que as redes têm em congregar sujeitos? Porque o que nós temos visto, em termo de demandas urbanas coloca como novo objeto de ideologização, de resposta, nesse ideário liberal de planejamento: vamos agora dotar as cidades de vias, de ciclovias, ciclofaixas. Veja bem, mas nada disso toca no fundamento socioespacial da desigualdade do ir e vir. O que é que se pensa – são ideias desse movimento, Mobilize -: o ônibus com vagas para bicicleta. Se nós não conseguimos, ainda, garantir o acesso de cadeirantes e outros portadores de necessidades especiais no nosso transporte público, sinceramente, é algo utópica a reivindicação de ônibus com vaga para bicicleta!

Por conseguinte, vemos um ideário individualista de cunho neoliberal no qual soluções individualistas são galvanizadas a partir de redes, mas que não conflui para movimentos sociais, porque não se parte da noção de ameaça de direitos, se parte da noção de que eu tenho que salvar a minha circunstância.

Então, eis aqui um divisor de águas imprescindível a ser traçado porque esses movimentos não se dão conta, movimentos em redes, sobretudo, mas também de muitas ONGs, não se dão conta que na base do espontaneísmo “Ah! A gente grita, a gente quer, a gente consegue”, não se consegue nada. Não há um processo de constituição de agendas: quais são as questões realmente? Basta ter um ônibus com vaga para bicicleta? Basta ter a ciclovia? Basta ter mais árvores?

Estudos que nós já conduzimos há alguns anos, têm demonstrado que a ideologia de cidade verde tem sustentado a ideia das incorporadoras, sobretudo do centro-sul do país, que barganham, com as empresas locais, terras para construir os chamados edifícios inteligentes, ou pior, edifícios sustentáveis, assentados sobre aterros de mangues, sobre desmontes de dunas. Que raios de sustentabilidade é essa, que ganha todo respaldo do poder público para se materializar?

No tocante aos espaços verdes, a distribuição de áreas verdes reflete a desigualdade de renda. As áreas de maior adensamento, os bairros e as zonas mais adensadas de Aracaju são as que menos dispõem de áreas verdes por habitantes (GOIS, FIGUEIREDO, BARBOSA e MELO e SOUZA, 2012). E qual a proposta da municipalidade: criar parques, criar unidades de conservação. Isso é extremamente complicado, porque nessas propostas de unidades de conservação, o que não é dito à população é que contingentes de áreas precárias serão removidos e quando você cria unidades de conservação no tecido urbano, impedem-se outras alternativas de uso do espaço. Eu não estou aqui dizendo que a conservação dessas áreas não seja necessária. O que eu estou dizendo é que nada disso foi posto para ser discutido com a população.

Existe a cidade onde as pessoas - algumas pessoas - têm o passe, e aqui, eu vou trazer mais uma vez o David Harvey. O que significa ter o passe, ter, ainda do ponto de vista do capital: a condição de permanecer nessas áreas alvo dessas intervenções. E cada vez mais existe um processo de desterritorialização e de alienação das formas da vida.

O Rio de Janeiro é um exemplo da cidade que adotou esse padrão de sucessivas partições. Eu vejo isso no Recife, Salvador, em que os espiões e o asfalto não se comunicam e se cria, então, esse ideário de que cada um tem que resolver a sua necessidade e isso desarticula uma outra perspectiva de pensar o desenvolvimento, que não seja à luz do sustentável, não, mas sim, o que se tem visto na contramão, que é um processo de re/desarticulação.

Diante do exposto, a cidade que nós queremos, a cidade que nós precisamos rearticular para produzir, é uma cidade que implica pensarmos todos juntos, cada um com sua especificidade de militância e de intervenção, mas pensar nas solidariedades socioespaciais. Se nós nos enxergarmos, cada vez mais, atrás de nossos muros e distantes dos sujeitos diversos que tem o direto a habitar, nós vamos aceitar um projeto de cidade de migalhas, nós vamos, cada vez mais, nos subordinarmos a uma cidade que é a negação da vida, da esperança, porque é uma cidade que não vai mais nos permitir fazer esse enfrentamento aos limites do capital, porque, para produzir seu excedente é na competição atroz da luta e da apropriação dos espaços urbanos.

O direito ao verde, que tem sido vendido como algo novo, que o verde é saúde, que o verde é qualidade de vida, com todas essas bandeiras, será que é um novo direito, ou será que nós precisamos nos rearticular a partir da perspectiva, como a Gloria Gohn coloca (2010), dos direitos sociais que são inerentes a condição humana? Não pensar em novos e velhos direitos, mas pensar naquilo que é fundamental para todos nós e, aí, rapidamente trago e destaco as conquistas, em termos legais, porque com a organização e movimentos sociais que se tem conseguido produzir alterações significativas – mas o Fórum Nacional pela Reforma Urbana, por uma militância do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, conseguiu o Programa *Minha Casa, Minha Vida dos Coletivos Sociais*, grupos de associações, grupos de movimentos sociais organizados que recebem uma carta de aval – é um instrumento dubio, a gente sabe -, mas tem a possibilidade de contratar seus projetos e definir a forma que querem dar a esses novos assentamentos.

Desse modo traçamos um panorama para que possamos vislumbrar as possibilidades. Isso já aconteceu no Pará, o projeto está lá implantado. O processo está terminando para áreas do Rio de Janeiro, mas é algo que a grande mídia não anuncia, exatamente para evitar,

exatamente para castrar os movimentos sociais, agora, o nível organizativo que isso demanda pode nos assombrar.

A visibilidade é maior, melhor dizendo, de certos movimentos sociais, como criminalizados, como ações do MOTU (Movimento dos Trabalhadores Urbanos), como ações do Movimento Nacional dos Moradores Sem Teto (MTST), pela faceta da criminalização.

Isto posto indica que pensar em discutir e traçar novas alternativas para qual desenvolvimento queremos para as nossas cidades implica um diálogo, sim, da academia para desconstruir essa visão midiática.

Nós, acadêmicos, temos sido, talvez, um tanto quanto refratários, em colocar esse poder de fogo que nós temos de modo orgânico junto aos coletivos sociais. Claro que há cooptação, claro que existe muita pactuação com interesses contraditórios, mas o Brasil tem produzido pensando em cidades, experiências exitosas nos movimentos sociais urbanos na direção de conceber a existência de horizontes que ultrapassem essa retórica do desenvolvimento urbano sustentável, mas que apontem para além de uma alternativa de consumo da, e na, cidade, para um horizonte reinventor, um horizonte de práticas na esfera do lugar e que nos garantam a possibilidade constitutiva sim, de fugirmos desse consenso formal que se estabeleceu entre sustentabilidade e qualidade de vida.

As coisas não são iguais, elas não são simétricas e nós precisamos pensar para além da acessibilidade, que é o que se coloca muito no debate, de formular instrumentos de gestão urbana para acessibilidade, que a gente pense a cidade.

Nas mais diversas esferas de produção da vida:, espaço de vivência, de produção de alimento para alma, alimento para o corpo, desse metabolismo que a cidade não pode perder, para ter sua vitalidade com as suas zonas negadas, excluídas, chamadas de campo, com as franjas e, que assim, nós pensemos na disponibilidade de espaços construídos pelas pessoas, mas que contemplam, nos arranjos urbanos, elementos de amenidade, não naquele fetichismo de uma paisagem urbanizada, perfeita estetizada, porém, inacessível, mas nossos espaços habitáveis.

Que as nossas praças não sejam alvos de “shoppingnização”; que as nossas ruas não tenham portões, não tenham muros invisíveis, não tenham horário Ed abertura e de fechamento de portões!

4-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, eu quero encerrar com uma citação do Harvey, onde ele diz *“o direito à cidade significa o direito de todos nós criarmos cidades que satisfazam as necessidades humanas, as nossas necessidades”* (HARVEY, 2008). O direito à cidade não é o direito de ter as migalhas que caem da mesa dos ricos, porque são essas as cidades que nós vivenciamos e, mais ainda, todos devemos ter os mesmos direitos de construir os diferentes tipos de cidades que nós queremos que existam.

Se nós desejarmos os diferentes tipos de formações espaciais na trama de nossas cidades, a academia tem que ser mais propositiva na sua interlocução com os movimentos sociais no sentido de reconstrução de agendas, para intervenções consequentes nas políticas públicas. A gente não pode mais se dar o luxo de ficar naquela posição de ter o remédio, mas não querer ir para batalha na reconstrução das cidades habitadas por todos e concebidas democraticamente por todos e para todos!

5-AGRADECIMENTOS

A autora deseja agradecer aos integrantes da equipe do projeto PHYTOCITAS sobre áreas verdes urbanas de Aracaju e à concessão de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, ambos desenvolvidos com suporte financeiro do CNPq, bem como ao clima de fecundo e inspirador diálogo durante o evento do MSEU da UFPE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GOHN, M. da G. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civis no Brasil Contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010
- GOIS, D. V.; FIGUEIREDO, M. L. F. G.; BARBOSA, E.; MELO e SOUZA, R.. O processo de apropriação da natureza no espaço urbano em cidades tropicais: problematizando a distribuição de áreas verdes em Aracaju (SE). *Natural Resources*, v.2, n.1, p.44-67, 2012.
- HARVEY, D. O Direito à Cidade. In: A liberdade da Cidade. *Urbânia*, volume 3, 2008.
- _____. *Rebel Cities*. Verso Books, 2^a edição, 2013.
- _____. *Os Limites do Capital*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- HERCULANO, S. C. A qualidade de vida e seus indicadores. In: *Ambiente & Sociedade*, nº. 2. Campinas: Nepam/Unicamp, 1998
- JACOBS. J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KOHLSDORF, G. Sobre a ciência de planejar cidades e a arte de construí-las: algumas considerações taxionômicas e metodológicas. In: *IV Encontro Nacional da ANPUR: Modernidade, Exclusão e Espacialidade do Futuro*, Brasília, 1995.
- ZALUAR, A. *Cidadãos Não Vão ao Paraíso*. Rio de Janeiro/Campinas, Escuta/Editora da UNICAMP, 1994.

DISCURSO E TERRITÓRIO USADO: Uma relação constitutiva para a análise do processo de apropriação e uso do espaço

Hugo Arruda de Moraes
Doutorando do PPGEO-UFPE
E-mail: hugo.geografia@yahoo.com.br

1-PALAVRAS INICIAIS

O propósito central deste texto é apresentar de forma sucinta algumas questões teóricas – e também metodológicas – referentes à problemática presente no projeto de pesquisa de doutoramento, desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da UFPE, intitulada, *Discursos e Territorialidades em torno dos Assentamentos Rurais em Passira-PE: uma análise do processo de inclusão social e territorial de famílias assentadas*, apresentando a seguinte questão: *Em que medida as práticas sociais e os discursos em torno da apropriação e uso de Projetos de Assentamentos Rurais, no município de Passira-PE, possibilitam a real e efetiva inclusão social das famílias sem-terra assentadas?* Isso para indagar sobre as reais possibilidades de inclusão social das famílias de sem-terra assentadas em Programa de Assentamento (PA), a partir do confronto de discursos e das práticas sociais dos vários atores envolvidos nesse processo de apropriação e uso dos territórios produzidos.

O objetivo aqui é trazer essa questão, revisitando para isso o debate apresentado por Santos (2000), no seu “*O papel ativo da Geografia*”, no qual apresenta a categoria de “território usado”, não como sinônimo de espaço geográfico, mas como uma categoria de análise desse espaço, a partir da concepção de “espaço banal”. Ou seja, retornaremos a algumas perspectivas de Santos como uma tentativa de aprofundar a concepção do território como fruto dos usos e das apropriações das ações diárias dos sujeitos no espaço geográfico. Essa perspectiva conceitual está atrelada à relação buscada nessa problemática de pesquisa, uma relação constitutiva entre ação e espaço, entendendo-a como um conjunto de práticas territorializadas dos sujeitos no espaço, mas também como um conjunto de discursos desses sujeitos *no, sobre e para o espaço* (LEFÈBVRE, 2006).

Partimos dessa perspectiva, uma vez que entendemos que existe uma relação constitutiva do discurso ou da “ordem do discurso”, usando uma expressão foucaultiana, com o espaço. A nosso ver, todo conhecimento e ação humana se rebatem no espaço, delimitando, com isso, territórios que são apropriados e usados por sujeitos, através de relações de poder e saber, como nos aponta Foucault (2005), ao apresentar a articulação entre discurso, poder e saber. Todo discurso se articula com relações de poder e saber, o discurso não é uma simples “*projeção desses mecanismos de poder*” (FOUCAULT, 2005), mas uma articulação de poder e saber – relação presente no processo de apropriação e uso do espaço. Com isso, não existe um discurso do poder e outro sem poder. Os discursos estão dentro do poder e do seu campo de forças no espaço geográfico. Com isso, o discurso produz, reforça, alimenta relações de poder

no espaço. Isso porque todo discurso mantém uma relação constitutiva com as práticas sociais, uma vez que a linguagem é um fenômeno social, como também toda prática social possui uma componente discursiva (FAIRCLOUGH, 2011). Daí por que todo discurso reflete um modo de ação dos sujeitos com o meio.

Essa relação constitutiva entre discurso e espaço é buscada aqui numa tentativa de contribuir para estudos e pesquisas referentes aos movimentos sociais, uma vez que entendemos que esses movimentos têm uma relação direta de apropriação e uso do espaço geográfico – daí a concepção de *movimentos socioespaciais e socioterritoriais* (PEDON, 2009). Porém, é importante que fique claro para o leitor, que não se submeterá o conceito de movimentos sociais a um debate profundo, passando por uma revisão profunda das principais correntes e autores que se debruçam em torno desse objeto de estudo. Partimos da concepção de movimentos sociais como sendo sujeitos que atuam no espaço e têm o território como o seu trunfo principal, uma meta a ser alcançada, daí a perspectiva socioterritorial. Ou seja, toda ação dos movimentos sociais, tanto do campo como da cidade, se dá no espaço e para conquista do espaço enquanto território. Assim, afirma Pedon (2009):

Os movimentos socioterritoriais são, portanto, mobilizações coletivas com considerável nível de organização e com uma agenda que sintetiza as propostas do movimento. É importante apontar o caráter condensador desses dois elementos constitutivos dos movimentos socioterritoriais porque eles compreendem, de forma relacional, os processos de conformação identitária e as espacialidades e territorialidades desse tipo especial de mobilização. O que significa dizer que, os movimentos socioterritoriais se estruturam a partir das agendas de luta por meio das quais são relacionados as ideologias, os propósitos, os interlocutores (as negociações com o Estado e com os agentes capitalistas) e as estratégias de ação (a exemplo das táticas de luta), e que, ao mesmo tempo, desempenham papel de instrumentos de conformação identitária. No processo de constituição das mobilizações sociais, a conquista do território é um elemento definidor da identidade dos movimentos socioterritoriais. (grifo nosso) (PEDON, 2009, p. 187).

Com isso, entendemos os assentamentos rurais – territórios de nossa pesquisa –, tão batalhados pelo MST e demais movimentos socioterritoriais no campo do Brasil, constituindo-se como possíveis territórios de transformação de uma realidade agrária e espaços de diálogo entre o Estado e sociedade, tornando-se grandes encruzilhadas – de ações e discursos – para a condução das políticas à materialização da reforma agrária e de inclusão de famílias beneficiadas, num processo conflituoso de apropriações e usos desses territórios.

De fato, os territórios – e os territórios dos assentamentos rurais – são muito mais que uma ação do Estado, através de uma política pública, ou fruto de uma atuação forte de famílias sem-terra junto ao MST nos mais diversos espaços rurais do Brasil na luta por um pedaço de terra. O território de um assentamento rural na perspectiva aqui apresentada é uma fração do espaço geográfico apropriado e usado por atores em conflito. São territórios apropriados e usados por meio de táticas e estratégias, de conflitos, do saber cotidiano, e também por meio dos discursos.

O objetivo aqui é claro, é a relação discurso e espaço/território. Com isso, focalizarei, nas páginas a seguir, dois pontos principais que se fazem necessários ser comentados: nas primeira e segunda partes trazemos elementos para reforçar o debate sobre a relação constitutiva entre *espaço e território, na perspectiva do território usado*; e nas terceira e quarta partes, apresentamos a pesquisa da nossa tese, na perspectiva da possibilidade de existência de uma relação constitutiva entre discurso e o espaço.

2-ANTES DO TERRITÓRIO, O ESPAÇO

Para pensar o espaço e, consequentemente, o “território usado” na perspectiva de apreender a relação entre discurso e espaço, na realidade em estudo em sua dinâmica diária de existência, se faz necessário, preliminarmente, apontar qual a noção de espaço utilizada aqui. Uma vez que, no âmbito de uma gama enorme de abordagens e perspectivas teórico-metodológicas para compreender e apreender o espaço, como território/realidade territorial³, se faz necessário tomar uma posição e apontar qual caminho está se seguindo.

Para isso, a compreensão de *espaço* geográfico se dá a partir de uma perspectiva ou posicionamento teórico-metodológico – e, diga-se de passagem, ontológico – que o autor está tomando⁴.

Em termos da noção de *Espaço*, os trabalhos de Milton Santos, principalmente, a sua grande obra, *A natureza do Espaço* (2008), constituem uma base teórico-metodológica importante – aqui tomada como referência básica. Para Santos (2008), *espaço geográfico* é entendido a partir dos sistemas de objetos e sistemas de ações:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá. [...] Os objetos não têm finalidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem sistemas de objetos. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem (SANTOS, 2008, p. 63).

Nessa problemática são considerados dois aspectos importantes, a concepção de objeto-ação, constituindo a base para se entender o *espaço* geográfico, ao mesmo tempo, em que objetos e ações não devem ser aceitos de forma separada, mas como algo indissociável: “[...] o importante é realçar a inseparabilidade entre ação e objeto, para afirmar, que o tema central da geografia não é separadamente os objetos, nem as ações, mas objetos e ações tomados em conjunto” (SANTOS, 2008, p. 94).

Por objetos, Santos (2008) entende como a materialidade fruto do trabalho do homem, pela transformação da natureza em objetos ou num sistema de objetos, e em alguns casos se tornando objetos estranhos. Pode-se com isso entender que o objeto na constituição do espaço seria “*aquilo que o homem utiliza para a sua vida cotidiana*” (SANTOS, 2008, p. 66). Nessa perspectiva, o estudo do *espaço* se dá pelo papel que esses objetos – materialidade – têm na constituição da paisagem, podendo ser móveis e imóveis, mas que possuem um papel simbólico e funcional na vida cotidiana dos indivíduos. Para Santos (2008), a existência dos objetos no espaço geográfico se dá pelas suas utilidades, pelos papéis que exercem na constituição da vida humana. Daí por que o espaço é uma exterioridade pertencente ao homem: “*Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade*” (SANTOS, 2008, p. 73). Isso equivale a dizer que tudo que tem uma existência material e que possibilite a existência do homem constitui objeto geográfico.

³ Vide SAQUET (2011).

⁴ A orientação epistemológica dentro de uma determinada abordagem indica os fundamentos teóricos a serem seguidos, uma vez que essa escolha indica o método permitindo com isso entender a realidade de forma analítica. Daí o conceito de espaço aqui adotado achar-se no âmbito de uma perspectiva da Teoria Crítica do Espaço. Isso devido à própria natureza da geografia, ciência a partir da qual nos propormos a fazer uma interpretação da realidade em estudo, que possui ou concebe a sociedade com base no seu rebatimento espacial, numa relação que entende a realidade a partir do caráter dialético entre sociedade e espaço, como algo indissociável.

Por ações, entende-se que se tratam de um processo de práxis do homem sobre a natureza, na constituição desses objetos geográficos. Não há existência do *espaço* sem a existência da ação de sujeitos. Ação trata-se pois “*do próprio homem*” (SANTOS, 2008, p. 82) na sua existência. Compreende-se que a ação é o processo intencional de existir do homem no *espaço*. Não há como existir o homem sem a existência da ação que ele exerce no *espaço*, uma vez que as ações são necessidades – incluindo-se as formas como mais uma necessidade – que o homem cria para a sua existência.

Nessa concepção, concebe-se o *espaço* geográfico como fruto de ações de sujeitos num processo inseparável de construção de objetos, pelo qual essas práticas podem regular ou conduzir o sujeito a novas ações e a novos objetos, e os objetos podem conduzir a novas práticas ou a novas ações sociais. Daí afirma Santos (2008): “[...] a descrição de um sistema de objetos depende da descrição de um sistema de práticas. Não basta definir os objetos em sistema. Temos que definir qual o sistema de práticas que sobre ele se exerce. Há uma interferência contínua dos dois” (SANTOS, 2008, p. 96).

E é aqui que deve haver a atenção para a análise do *espaço* – e em seguida do *território* como uma apropriação desse espaço. Todas as ações do homem se realizam *no* e *para* a construção do *espaço*, já que o mesmo é um híbrido de ações simbólicas e intencionais que ganham existência material nos objetos e que possibilitam a existência do homem em sociedade. A sociedade sem espaço é pura abstração. Falar da sociedade em suas várias dimensões – econômica, social, cultural, política – sem relacioná-la com dimensão espacial cai-se num grave erro. Daí porque o espaço é concreto e abstrato, é racional e funcional, é cobiçado ou desejado, é instrumento e meio (LEFÈBVRE, 2008).

Nesse sentido, uma das principais contribuições da concepção de Santos (2008) reside na ideia da inseparabilidade entre sociedade e espaço, isto é, não há sociedade sem espaço e vice-versa.

Nessa perspectiva, há três condições básicas para o entendimento da relação do espaço com a sociedade, segundo as perspectivas do pensamento de SANTOS (2008): em *primeiro lugar*, o *espaço* é um produto social. O espaço é socialmente produzido. Cabe ressaltar aqui que esse pensamento sofreu uma forte influência das concepções de Henri Lefèvre. A concepção de espaço como produto social é fruto do retorno a algumas ideias do autor francês, ao afirmar que o espaço – social – é resultado das relações de produção, principalmente das relações políticas, o que torna o espaço um produto de relações sociais: “*O espaço social é um produto da sociedade [...] o espaço resulta do trabalho e da divisão do trabalho; a esse título, ele é o lugar geral dos objetos produzidos*” (LEFÈBVRE, 2008, p. 43). Em *segundo lugar*, o *espaço* é um reflexo social. Ou seja, o espaço social vai refletir todas as estruturas e as relações sociais que permeiam e conduzem na produção do espaço. Em *terceiro lugar*, o *espaço* geográfico é um produto, um reflexo e uma instância social que possibilita, reflete e influencia as ações humanas, no seu processo de uso e apropriação em sua existência. Santos (2008) propõe, então, uma concepção de *espaço* produzido pela sociedade, num processo dialético de subordinar e ser subordinado: “*Ora, o espaço, como as outras instâncias sociais, tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua os seus traços já dominantes. A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é, como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante*” (SANTOS, 2008, p. 181). Segundo nos mostra Lefèvre (2008), o espaço social é um produto ativo no processo de produção, numa relação dialética do “produto-produtor”: “*De fato, toda sociedade produz ‘seu espaço’, ou, caso prefira, toda sociedade produz ‘um’ espaço*” (LEFÈBVRE, 2008, p. 55).

Saquet (2011), enfatizou essa relação entre sociedade-espaço, numa relação com o território. Segundo o autor, existe uma relação de unidade entre espaço e território, em que o

“território é resultado do processo de apropriação do e no espaço” (SAQUET, 2011, p. 23), a partir do exercício do poder, numa unidade entre espaço e território:

Há, portanto, no território, fixação e movimento, contradições e unidades; dominações e subordinação, controle do e no espaço geográfico, que está contido na formação territorial, não como substrato, palco, mas como elemento presente, inerente às conjugações internas do território. [...] A apropriação e produção do espaço geográfico, cotidianamente, está na base do arranjo territorial. Território e espaço estão ligados, entrelaçados, pois o primeiro é fruto da dinâmica sócio-espacial. [...] As relações espaciais estão contidas e revelam relações territoriais (e vice-versa!) (SAQUET, 2011, p. 23).

Segundo o autor, sociedade, natureza, espaço e território são indissociáveis, e o território é construído socialmente, num processo, ao mesmo tempo, objetivo e subjetivo do espaço em território. Na sua perspectiva processual e relacional, Saquet (2011) aponta o território como uma apropriação, fruto das territorialidades de sujeitos no espaço, de ações de controle. Um processo que envolve conflitos, ritmos, apropriações domínios, identidades, diferenças, redes, práticas cotidianas. Uma apropriação que estabelece controle e posse, domínio individual e coletivo, uma utilização e uso do espaço, ou seja, um conjunto de territorialidades materializadas ou não no espaço geográfico.

Com isso, segundo Saquet (2011), o território é resultado da relação sociedade-natureza e reprodução social; e para se compreender a relação entre espaço e território é preciso identificar, compreender, representar e explicar territórios, a partir de: sujeitos e suas relações; apropriações (i)materiais do espaço; mediações; relações de poder; objetivos e metas; continuidades e descontinuidades; temporalidades e territorialidades. Daí porque o detalhamento dos tempos, das territorialidades, das temporalidades, possibilita entender as relações sociais, as apropriações, as intencionalidades, as práticas espaciais. Ou seja, todo o processo de uso e apropriação do espaço em território.

Antecipamos, assim, a vinculação do discurso, enquanto prática social ou não territorialidade, uma vez que apresenta ou transparece relações sociais, intencionais, temporalidades, metas, objetivos, controle, a essa concepção do território como uma apropriação social, uma vez que se estende o discurso do sujeito a uma ação, sendo esta rebatida no espaço, num processo inseparável entre discurso e produção do espaço. Isso por que a existência do espaço depende de um discurso: *“Os objetos e ações contemporâneos são, ambos, necessitados de discursos. Não há objeto que se use hoje sem discursos, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso”* (SANTOS, 2008, p. 87).

Possuindo, portanto, um caráter de reflexo e instância das ações humanas, o espaço – e, consequentemente, o território – é também concebido pelo discurso, que reflete as várias ações dos sujeitos em seus conflitos diários, uma vez que o um discurso traz em sua constituição as relações de poder presentes na sociedade. Como nos mostra Foucault (2008):

[...] Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2008)

Nessa perspectiva, o espaço/território é um fator e uma instância social que é determinado e determina, que é influenciado e influencia as várias ações dos sujeitos, dentre as quais se acham os seus discursos (SANTOS, 2008). Ao mesmo tempo em que o discurso

constitui-se como um elemento organizador do espaço, enquanto ação social de sujeitos no processo de apropriação do espaço, o discurso também vai sendo influenciado pelo espaço, já que não há uma dissociação entre ações e objetos espaciais.

3-O ESPAÇO BANAL E O “TERRITÓRIO USADO”

Aprofundando a discussão sobre o conceito de espaço, numa tentativa de aproximar perspectivas que nos auxiliem no processo de entendimento dessa relação constitutiva entre discurso e espaço/território, Santos (2000, 2005) propôs em alguns de seus trabalhos a (re)valorização do território na perspectiva do “*território usado*”. Assim, afirma o autor: “*É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. [...] O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado*” (SANTOS, 2005, p. 225).

No trabalho “*O papel ativo da geografia: um manifesto*” (2000), sente-se a necessidade de se rever o conceito-chave da geografia, principalmente quanto ao método. Após a apresentação do *espaço geográfico* faz-se uma leitura deste espaço como um produto social, mas, acima de tudo, como o acontecer da sociedade, das pessoas, dos sujeitos no seu cotidiano, das instituições na sua relação com o meio, na constituição de um “*espaço de todos*” (SANTOS, 2000, p. 3).

Santos (2000) apresenta o *espaço geográfico* não como um sinônimo de território, mas como um “*território usado*”, como uma categoria construída a partir da concepção de “*espaço banal*”, que é o espaço das inter-relações entre vários atores sociais, a partir de suas necessidades, suas lutas, seus conflitos diários, seus anseios, etc. Olhar para o *espaço geográfico* é buscar compreendê-lo a partir de um todo complexo produzido por vários atores sociais, pelo que se tecem tramas de relações complementares e conflituosas no seu processo de produção. Assim, afirma o autor:

Foi por isso que propusemos considerar o espaço geográfico não como sinônimo de território, mas como território usado; e este é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial. Essa discussão deve estar centrada sobre o objeto da disciplina – o espaço geográfico, o território usado – se nosso intuito for construir, a um só tempo, uma teoria social e propostas de intervenção que sejam totalizadoras. Entre os geógrafos, incluindo aqueles convidados para trabalhar com toda sorte de questões voltadas ao planejamento, o problema do espaço geográfico como ente dinamizador da sociedade é raramente levado em consideração. Ora, se as bases do edifício epistemológico são frouxas, as práticas políticas almejadas serão, no mínimo, enviesadas. A compreensão do espaço geográfico como sinônimo de espaço banal obriga-nos a levar em conta todos os elementos e a perceber a inter-relação entre os fenômenos. Uma perspectiva do território usado conduz à ideia de espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço. Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. É uma visão que incorpora o movimento do todo, permitindo enfrentar corretamente a tarefa de análise. Com as noções de território usado e de espaço banal, saltam aos olhos os temas que o real nos impõe como objeto de pesquisa e de intervenção (SANTOS, 2000, p. 2).

O espaço é, portanto, o “*território usado*” acontecendo no âmbito de um processo complexo de relações sociais conflituosas, em que a compreensão do território passa pela compreensão das ações dos vários sujeitos no seu processo histórico de existir e acontecer a

partir do uso e apropriação do território: “*O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes*” (SANTOS, 2000, p.3).

É importante que fique clara, e esta era uma das preocupações centrais de Santos (2000), a necessidade de se ter uma visão total e não parcial, recortada ou fragmentada da realidade; e, ao mesmo tempo, que não se pode ter uma visão de dicotômica entre espaço e território⁵: “*Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação sócio-espacial e o mundo*” (SANTOS, 2000, p. 3). Com o que se entende, também, a preocupação com escala das relações, das relações fluídas, como também das verticais e horizontais dos várias sujeitos no espaço.

Assim, o *espaço* é visto com um olhar – diga-se de passagem, bem geográfico – que complementa tanto os objetos quanto as ações, de forma indissociável e em processo; e o território é visto como o *espaço* no seu processo de uso e apropriação de objetos a partir de ações. Conforme afirma Santos (2000): “*O território usado, visto como totalidade, é um campo privilegiado para análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso*” (SANTOS, 2000, p.??).

O espaço possui um valor de uso tornando-se um elemento que constitui o território. Na medida em que existe o processo de construção e produção do espaço geográfico, existe, simultaneamente, um processo de apropriação e uso do território. Aponta Saquet (2011) que: “*O espaço geográfico tem um valor de uso, um valor de troca e é elemento constitutivo do território, também, política e simbolicamente. Espaço e território são processo indissociáveis de nossa vida cotidiana*” (SAQUET, 2011, p. 25).

Para Ribeiro (2005), Santos, ao apresentar uma perspectiva de revalorização do território e, mais especificamente, do “*território usado*”, dentro da Teoria Crítica do Espaço, apresenta elementos fundamentais para a sua análise. Isso devido ao olhar do território como um fato e condição de exercício do poder entre sujeitos que se apropriam e usam o território. Para a autora, segundo o pensamento *miltoniano*, o território é uma condição de ação ou uma projeção de ações de sujeitos no espaço, a partir de relações conflituosas de poder. O território e o “*território usado*” são projeções de ações e práticas dos sujeitos no seu espaço vivido.

Uma segunda faceta do “*território usado*” pode ser vista a partir da necessidade de se retornar à ação ou ao sistema de ações como condição indissociável do espaço geográfico, entre vários sujeitos em conflito no espaço. Não se pode entender o processo de produção social do espaço geográfico, e, consequentemente, do território e do seu uso, sem uma ligação entre o sistema de ações dos sujeitos em objetos espaciais. A articulação entre espaço e ação, espaço e tempo, forma e conteúdo são fundamentais ao entendimento do território enquanto uma categoria em uso.

A concepção de uso e apropriação do espaço deve partir da ideia do espaço como produto de luta de vários sujeitos em seu acontecer. Daí como aponta Ribeiro (2005) que o território: “[...] constitui-se numa categoria mediadora, posicionada entre o passado e o presente e, ainda mais, indispensável ao desenvolvimento dos futuros possíveis. Esta mesma capacidade mediadora emerge no intercâmbio entre gerações e conjunturas” (RIBEIRO, 2005, p. 1). Com isso, o processo de apropriação e uso do território se dá por um conjunto de sujeitos sociais cotidianamente.

Os Projetos de Assentamentos Rurais, o Estado, os movimentos sociais e as famílias assentadas são os sujeitos que no seu acontecer histórico apropriam-se e usam esses territórios a partir de várias dimensões temporais, estabelecendo para isso relações de conflito, poder,

⁵ Saquet (2011) identificou essa questão da indissociabilidade entre espaço e território nas obras de Santos.

identidade, usos, controles diferenciados e na maioria das vezes conflitantes. Daí porque Ribeiro (2005) chama nossa atenção para olharmos o território usado como um espaço de multiplicidade de forma de apropriação coexistentes:

[...] que se torna possível reconhecer territorialidades, ou melhor, a multiplicidade de formas de apropriação do território que tensamente coexistem num determinado tempo e num determinado lugar. Esta tensão, aliás, conforma os lugares, sendo impossível refletir a sua realidade singular sem considerar as lutas de apropriação de recursos territorializados, mesmo que estas lutas surjam, apenas, através das táticas conduzidas pela cultura ordinária [...] a partir da leitura do território orientada pela compreensão das lutas de apropriação, surge o rico universo de relações que tem origem nos confrontos entre códigos de conduta e, em termos amplos, entre a concepção dominante da ordem social e os numerosos outros ordenamentos das práticas sociais que se opõem a esta concepção. Desta ótica, instaura-se a possibilidade de compreensão dos confrontos entre interesses, projetos e visões de mundo que constituem a densidade (espessura) da vida social (RIBEIRO, 2005, p. 2).

Nesse sentido, o território existe a partir de correntes de ações dentro de uma dinâmica socioterritorial, possuindo para isso dimensões das ações. O território usado é teoria e prática. Uma vez que o território dentro dessa dimensão é uma condição ou uma arena que possibilita a estruturação da vida social, com ações inovadoras, como também, a partir do discurso. Isso equivale dizer, segundo Ribeiro (2005), que ao buscar entender o território usado, busca-se entender o espaço geográfico como campo de forças, como um lugar das ações, ou seja, como um espaço usado e articulado em práticas.

Daí a necessidade de olhar o território usado a partir da dimensão das ações econômicas, políticas, culturais, mas também dos usos e dos discursos, uma vez que os discursos vão trazer à tona todos esses confrontos e as várias dimensões das relações territoriais existentes entre esses vários sujeitos. Com isso, olhar o território como usado e apropriado, através dos discursos, é trazer para a análise a concepção das ações sociais como discursivas e também como condição básica da dinâmica do espaço.

4-O DISCURSO COMO MODO DE APROPRIAÇÃO E USO DO ESPAÇO

Segundo a perspectiva apresentada anteriormente, espaço social é produto da existência humana. É um produto da ação do homem no seu local de existência. Ao mesmo tempo, esse espaço social é apropriado e produzido, tornando-se território, de acordo com os vários interesses envolvidos, uma vez que o espaço social “[...] articula o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real” (LEFÈBVRE, 2008, pp. 41). Com isso, o espaço social é um produto social, uma produção: “toda sociedade produz ‘seu’ espaço, ou, caso prefira, toda sociedade produz ‘um’ espaço” (LEFÈBVRE, 2008, p. 55).

Daí porque a apropriação e uso, do espaço e, consequentemente, do território deve ser entendida numa associação entre discursos e práticas espaciais – e territoriais –, já que o espaço é social e mental, como também razão e emoção, tecnosfera e psicosfera, segundo Santos (2008). Mais do que um conjunto de ações conflituosas de sujeitos no espaço, o território também é fruto de uma apropriação e uso do espaço pelo discurso por diversos atores sociais, uma vez que, como nos aponta Lefèbvre (1986) em outro estudo: “[...] Ao saber do discurso, integra-se sem dificuldade o dito e o não-dito e o interdito, concebidos como essência e sentido do vivido. Desde então o saber do discurso chega até o discurso social” (LEFEBVRE, 1986, p. 160) (tradução livre feita do francês ao português, por C. Castilho).

Segundo ainda o mesmo autor, o espaço social no seu processo de produção não está dissociado do discurso. No processo de construção do espaço, o discurso mantém relações com o espaço, relações “mais ou menos” desconhecidas:

Toda língua se situa em um espaço. Todo discurso diz alguma coisa sobre um espaço (lugares ou conjunto de lugares); todo discurso fala de um espaço. É preciso distinguir o discurso no espaço, o discurso sobre o espaço e o discurso do espaço. Há portanto entre a linguagem e o espaço relações mais ou menos desconhecidas. Sem dúvida, não há espaço verdadeiro [...]. Mas há sem dúvida alguma uma verdade do espaço, que inclui o movimento da teoria crítica sem se reduzir a ela. (Ibidem, 1986, p. 155) (tradução livre feita do francês ao português, por C. Castilho)

Em outra passagem da sua obra, o autor ainda argumenta: *"Ao saber do discurso, integra-se sem dificuldade o dito e o não-dito e o interdito, concebidos como essência e sentido do vivido. Desde então o saber do discurso chega até o discurso social."* (Ibidem, p. 160) (tradução livre feita do francês ao português, por C. Castilho).

Com efeito, entendemos o discurso, como um acontecimento que traz em si um sistema de relações de exclusão ou procedimentos de exclusão. Segundo Foucault (2011), em toda sociedade, o discurso é controlado, selecionado, organizado por relações de exclusão e dominação, como também por relações de poder. Assim afirma:

[...] supõe que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão (FOUCAULT, 2011, p. 8).

Segundo nos mostra Foucault (2011), o discurso é uma conjuntura de poderes e perigos, que mantém ligação com o verdadeiro e o falso na busca da vontade da verdade, mas, acima de tudo, o discurso é uma forma de luta pelo poder que se quer apoderar. O que se faz útil para repensar a necessidade de ver os discursos do Estado, dos líderes dos movimentos sociais e das famílias assentadas dentro da luta pela verdade – uma verdade que se materializa no âmbito espacial e territorial –, como objetos do desejo que podem se materializar – ou que se deveriam materializar – no território. Isso pode ser visto em Foucault (2011), quando afirma:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2011, p. 10).

De acordo com Lefèvre (1986):

Para uns, de maneira explícita ou implícita, o falar se desenvolve na clareza da comunicação, desentoca o que se esconde, o obriga a se mostrar ou o acarbrinha com imprecações mortais. Para outros, a palavra não basta; falta a prova e a operação suplementar da escrita, geradora de maldição e de sacralização. O ato de escrever além de seus efeitos imediatos, implicaria numa disciplina capaz de apreender o “objeto” para e pelo “sujeito”, aquele que escreve e fala. Em ambos os casos, a palavra e a escrita são consideradas como prática (social); entende-se que a absurdade e a obscuridade que caminham juntas se dissipam sem que se desvaneça o “objeto”. A comunicação contém o objeto do incomunicado (o incomunicável não tendo outra existência senão a de um resíduo sempre perseguido) no comunicado. Tais são os postulados

dessa ideologia, que identifica o conhecimento, a informação, a comunicação, colocando-se a transparência do espaço. De modo que se pôde acreditar durante um período bastante longo que uma transformação revolucionária seria realizada pela comunicação. “Dizer tudo!”, “a palavra ininterrompida! Escrever tudo! A escrita transformadora da linguagem, logo, da sociedade... A escrita como prática significante!” Desde então, revolução e transparência tenderam a se identificar. (LEFÈBvre, 1986. 37).

Daí, partimos dos discursos para o “*território usado*”, ou seja, do confronto dos discursos como caminho que pode conduzir as relações estabelecidas na construção dos territórios pelos vários atores sociais. Uma vez que, como disse Lefèbvre (1986), há um discurso *no* espaço, *do* espaço e *para* o espaço. Ou seja, se o espaço está imerso num jogo de conflitos, o discurso mostrará esses conflitos.

Nessa perspectiva, apreender os discursos é apreender o verdadeiro conteúdo das práticas sociais nos territórios por trás das enunciações dos atores sociais. O discurso torna-se, assim, um dos componentes para a compreensão do processo de construção e organização, bem como dos conflitos das variadas formas de apropriação e uso dos territórios. Isso porque todo discurso se realiza na sua materialidade e na sua delimitação espaço-temporal (FOUCAULT, 2011), fazendo com que seus enunciados apresentem condições do saber e do poder, possibilitando a construção de territórios e territorialidades dos grupos sociais no seu jogo relacional de existência.

5-A PERSPECTIVA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Ao se buscar uma relação entre discurso e espaço, as perspectivas da Análise de Crítica do Discurso (ACD) dão bons subsídios para tal.

Levantamos essa premissa, uma vez que ao buscar entender a natureza dos discursos dos sujeitos no processo de apropriação e uso do território busca-se compreender o discurso como um acontecimento que possui um conteúdo fruto de um saber histórico do sujeito e das relações de poder vivenciadas por ele no seu cotidiano territorial. Uma perspectiva bem próxima da construída pelas concepções teóricas da ACD.

Com isso, segundo a perspectiva de Fairclough (2001), o discurso é visto como um modo de ação ou uma prática social de sujeitos na sua realidade (FAIRCLOUGH, 2001). Ou seja, discurso é uma ação do sujeito no mundo – em uma perspectiva mais geográfica, no espaço –, ou seja, o discurso é um modo de ação ou uma prática social – que pode ser materializada no espaço e no território. Ou seja, é um acontecimento constitutivo da realidade social e espacial.

Para Fairclough (2001), não há dicotomia entre sociedade e indivíduo, mas uma relação de continuidade e constitutiva com o mundo. Daí a sua concepção de língua como intrínseco do social. Para esse autor, o uso da linguagem se dá através de uma prática social e não como atividade puramente individual. O discurso é uma forma de ação em que as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros, contribuindo para a constituição das dimensões da estrutura social – e porque não espacial? Assim, o discurso é uma prática não apenas de representação do mundo, no qual a realidade social pode ser compreendida através dos jogos de palavras enunciadas pelos sujeitos que a falam, ou seja, por seus *desempenhos verbais*, mas, acima de tudo, o discurso é uma forma de ação social dos sujeitos (FAIRCLOUGH, 2001).

A utilização da abordagem da ACD como instrumento de análise das ações dos sujeitos no espaço, através do discurso, se faz pertinente. Isso porque a ACD parte do pressuposto de que o discurso é como constitutivo da realidade, como também a realidade constitui o discurso, numa relação dialética.

Na perspectiva de Fairclough (2001), o discurso torna-se uma prática social e apresenta duas implicações: i) como um modo de ação, em que o discurso se apresenta como uma forma pela qual os sujeitos podem atuar no seu espaço e se relacionar com os outros, construindo uma representação sobre essas relações; ii) e como uma ação moldada e restringida pela estrutura social que influencia as relações estabelecidas entre os indivíduos.

Essas duas implicações, tornam o discurso, na perspectiva da ADC, “socialmente constitutivo”, fazendo com que o discurso contribua para a constituição de várias dimensões da estrutura social – inclusive a estrutura espacial. O discurso unifica uma série de relações sociais, fazendo com que a prática sustente o discurso e o discurso sustente a prática social, num verdadeiro jogo de inter-relações. É esse caráter indissociável entre discurso e estrutura social – e espacial – que explica por que o discurso contribui para reproduzir a sociedade, tornando-se de fato uma prática social: “*A constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais, materiais e concretas*” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93).

Com isso, o discurso molda e é moldado por estruturas sociais, onde a prática social seria um momento ou um evento nessa ação constitutiva, entre o discurso e a estrutura social na sua relação dialética.

Nesse sentido, a tarefa analítica de elucidação do discurso passa pelo entendimento de que os sujeitos realizam ações por meio da linguagem, mostrando os efeitos do discurso na estrutura social. Nessa condição, discurso, prática social e prática discursiva não se opõem, mas se completam, uma vez que o discurso é uma determinação e construção social dos sujeitos, ao mesmo tempo, a prática discursiva e a prática social se tornam dimensões do discurso, ou seja, se tornam reflexos de uma realidade vivenciada pelo sujeito:

“Prática discursiva” aqui não se opõe a “prática social”: a primeira é uma forma particular da última. Em alguns casos, a prática social pode ser inteiramente constituída pela prática discursiva, enquanto em outros pode envolver uma mescla de prática discursiva e não-discursiva. A análise de um discurso particular, como exemplo de prática discursiva, focaliza os processos de produção, distribuição e consumo textual. Todos esses processos são sociais e exigem referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 99)

Daí a concepção de prática discursiva em associação com prática social. Segundo Fairclough (2001), o discurso, enquanto prática social, se constitui em uma prática discursiva por meio da linguagem. Com isso, a prática discursiva se torna uma dimensão do evento discursivo, sendo a prática social uma dimensão do discurso. Assim, afirma o autor: “*O que torna a prática discursiva especificamente discursiva? A linguagem, ou seja, formas linguísticas [sic], a linguagem falada e escrita. A prática social é uma dimensão do evento discursivo, da mesma forma que o texto*” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 99).

Nessa concepção que o discurso só pode ser entendido como uma prática discursiva e social, não há uma dissociação entre a própria estrutura social – e espacial – em que se encontra o sujeito e o discurso por ele produzido. O discurso, ao mesmo tempo, em que aparece como um reflexo de uma realidade social é também uma fonte social, criando com as práticas discursivas, identidades sociais, sistemas de conhecimento e crença. Isso porque, como já se disse, o discurso é fruto do jogo relacional entre sujeito e estrutura social⁶.

⁶ Com relação a essa relação indissociável entre discurso e estrutura social, Fairclough (2001) afirma: “[...] ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são moldadas, de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100).

Do ponto de vista metodológico – e geográfico – o que nos interessa é mostrar que: ao situar a concepção de discurso como prática social e discursiva, por estarem ligadas a uma estrutura social, é preciso situá-lo na noção da dimensão espacial, uma vez que não se pode falar das dimensões sociais e econômicas da sociedade sem considerar a sua estrutura espacial (SANTOS, 2005). Para Santos (2005), falar da sociedade em suas várias dimensões e não relacionar a dimensão espacial cai-se num erro. Daí ele afirma que ao tratar a Formação Econômica e Social é necessário incluir a dimensão espacial:

Tratar-se, de fato, de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial mais do que uma simples Formação Econômica e Social [...] Aceitá-la sem levar em conta o espaço levaria a aceitar o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza. Natureza e espaço são sinônimos [...] (SANTOS, 2005, p. 22).

O discurso é constitutivo da realidade e constitutivo da estrutura espacial e territorial, numa perspectiva de apropriação e uso do território, uma vez que ao assumir o discurso como associação entre o falar do sujeito e a sua prática social, assume-se que a linguagem não está dissociada de funções específicas de suas atividades humanas, como também do processo de produção do seu espaço de vida. Como nos mostra Foucault (2008), todo discurso constitui-se a partir de uma materialidade, ou seja, todo discurso constitui uma prática que produz uma realidade material associado a uma atividade. Ou como entende Raffestin (1993), a linguagem dos sujeitos conduz a certas formas de relações ou comportamentos junto ao processo de construção dos espaços ou territórios, pois a linguagem é um dos componentes indispensáveis para a compreensão do processo de construção de territórios e de territorialidades de grupos sociais, no qual a sua manifestação se faz através do poder (RAFFESTIN, 1993).

Diante do exposto, discurso, prática discursiva e território não estão dissociados, uma vez que espaço e “território usado” se constituem como relações de saberes e poder, presentes nas práticas sociais e discursivas que se territorializam.

CONCLUSÃO

Possuindo, portanto, um caráter de reflexo das ações humanas, o espaço é concebido pelo discurso, que reflete as várias ações dos sujeitos. O espaço/território é um fator e uma instância social que é determinado e determina, que é influenciado e influencia as várias ações dos sujeitos, dente as quais se acham os seus discursos (SANTOS, 2008).

No âmbito dessa perspectiva, ao mesmo tempo em que o discurso vai constituindo-se como um elemento organizador do espaço, o discurso também vai, em contínua relação dialética, sendo influenciado pelo espaço, já que não há uma dissociação entre ações e objetos espaciais.

Nisso acreditamos que a concepção de discurso assume um papel importante tanto no que se refere à concepção de espaço como produto social, quanto no que se refere à concepção de território usado, ou seja, como um espaço de relações de poder apropriado por relações intencionais entre sujeitos.

Com isso, o discurso passa a ser uma prática, uma prática social que não só os indivíduos, mas também as instituições e os grupos sociais possuem e que por meio dele criam significados e valores que se expressam por meio da linguagem e que tornam um modo de agir sobre o espaço, num processo, a nosso ver, de apropriação e uso de territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 21º edição, Edições Loyola, São Paulo, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l'espace. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.
- MORAIS, Hugo Arruda de. *Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais em Passira-PE: mudanças efetivas na condição de vida das famílias assentadas?* Dissertação de Mestrado, PPGE/UPE. Recife, 2012.
- PEDON, Nelson Rodrigo. *Movimentos socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica*. FCT/UNESP/NERA, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese_pedon.pdf
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. *O papel ativo da Geografia: um manifesto*. In: XI ENG - Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis. Anais do XI Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 2000.
- _____. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. 4ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- _____. O retorno do território. in: OSAL: *Observatorio Social de América Latina*. 6 ano. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 1º ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 2005.

DA TERRITORIALIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS (SEM-TETO) À BUSCA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: Limites e perspectivas nas conquistas socioterritoriais em Recife-PE no atual contexto de acumulação

Cleiton Ferreira da Silva
Doutorando do PPGEO-UFPE
E-mail: cleitonf4@yahoo.com.br

1-INTRODUÇÃO

As contradições verificadas ao longo dos anos em diversas partes do mundo desencadearam numa série de consequências socioespaciais, sobretudo, para as cidades, logo, o *locus* dessas consequências que vêm provocando mudanças significativas continua sendo os espaços urbanos, consolidando uma tendência histórica mundial.

A emergência de um modelo de desenvolvimento baseado na economia de mercado, na privatização dos bens públicos e na fragmentação das relações sociais nos espaços urbanos, suscitou a ascensão de grupos historicamente “excluídos” – ou melhor, precariamente incluídos⁷ – a exemplo do que ocorreu na América Latina. Ao mesmo tempo, intelectuais comprometidos com as mudanças sociais necessárias deram maior visibilidade às contradições socioespaciais. Daí a ascensão de mobilizações populares, bem como de novas perspectivas de lutas urbanas, num processo de construção extremamente heterogêneo.

Essas mobilizações populares ocorridas no Brasil durante e, fundamentalmente, após o regime militar, no contexto dos trabalhos da Assembleia Constituinte, estimulou um amplo debate em torno de questões cruciais para a democratização do espaço urbano brasileiro, como a Reforma Urbana, a qual resultou no Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU).

Neste cenário, os movimentos sociais (sem-teto) assumiram um papel de vanguarda, através das suas atividades de ocupações, passeatas, participação em conselhos, entre outros mecanismos de reivindicação, influindo na dinâmica das políticas públicas de caráter urbano. Isso suscitou uma série de conquistas, dentre as quais destacamos: a aprovação do Estatuto da Cidade (2001) e a ampliação de programas que estimulavam a participação de entidades, sindicatos e movimentos sociais no acesso a moradias populares, através de mutirões autogestionados. O que, por sua vez, em seu conjunto, foi essencial para viabilizar o MNRU.

⁷ O sociólogo José de Souza Martins considera o conceito de “exclusão” impróprio e vago. Segundo ele, o capitalismo desenraiza, exclui, para depois incluir segundo suas próprias regras, ou seja, a lógica do mercado, causando uma inclusão precária, marginal e instável. Desse modo, a inclusão pode até acontecer no plano econômico, visto que, o indivíduo pode sobreviver diariamente, mas ela não ocorre no plano social, moral e político (MARTINS, 1997). Galvão (2011) segue o mesmo raciocínio ao criticar a oposição dos termos incluídos/excluídos, pois esta visão oferece dois grandes riscos para a análise: em primeiro lugar, impede a compreensão com profundidade das origens da heterogeneidade social (por exemplo, o que distingue o indivíduo “mais incluído” do “menos incluído”); e, em segundo lugar, ela permite culpar os próprios excluídos por sua exclusão (como os desempregados) ou, inversamente, os que estão ainda incluídos pela exclusão dos demais.

No processo supramencionado, a territorialidade dos movimentos ultrapassa o caráter da reivindicação, chegando a desenhar possibilidades concretas de luta pela democratização do espaço urbano. Entretanto, há limites que se tornam inibidores dos avanços sociais, dentre os quais se acham: a pressão exercida pelos empreendedores, construtores e financiadores do mercado imobiliário e o próprio sistema de mercado, os quais, com o apoio do Estado, tentam transformar paulatinamente as cidades em “espaços do espetáculo” e da “mercadificação”⁸.

Hoje em dia, no Brasil, esta lógica pode muito bem ser evidenciada pela dinâmica da realização dos grandes projetos de implementação das obras viárias e empreendimentos de grande envergadura, tais como os que se destinam a atender, prioritariamente, os interesses que giram em torno da realização da acumulação de capital através da preparação do espaço urbano para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016, resultando na expulsão ou realocação de diversas famílias que não conseguem nem mesmo incluir-se precariamente de maneira mais rápida nesta lógica da acumulação de capitais. O que ao mesmo tempo, como diz Castilho (2011), prejudica a realização plena da vida humana nas cidades, inclusive negligenciando conquistas sociais históricas⁹.

Diante do acima exposto, reforçamos que este capítulo procura problematizar o papel dos movimentos sociais (sem-teto) no processo de mudança da cidade, por meio das suas lutas e do seu caráter socioterritorial e, fundamentalmente, considerando seus limites e suas perspectivas para avançar na democratização dos espaços urbanos. Como exemplo prático, faremos uso do que vem acontecendo em Recife, sobretudo porque, em sendo uma das sub-sedes da Copa 2014, a cidade vem passando por uma série de transformações urbanísticas, com forte participação da iniciativa privada e do Estado; mas, ao mesmo tempo, considerando que isso vem acontecendo sobre um tecido territorial urbano historicamente muito denso em termos de movimentos e conquistas sociais também das camadas mais pobres da cidade.

Daí nossa preocupação em indagar, concomitantemente, em que medida os movimentos sociais em tela podem redefinir as atuais prioridades voltadas principalmente à acumulação de capitais, colocando em evidência a natureza dos interesses também implícitos na realização das obras acima referidas, a qual deixa muitas famílias “à margem” deste “desenvolvimento”.

2-O TERRITÓRIO E A TERRITORIALIDADE NA ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS (SEM-TETO)

O conceito de território é debatido em diversas instâncias da ciência, seja no âmbito das sociais, seja no das naturais. Na Geografia¹⁰, o território aparece como categoria de análise do espaço geográfico ou do espaço socialmente produzido.

⁸ Sobre este tema ver o trabalho desenvolvido por Compans (2004), denominado Empreendedorismo Urbano: Entre o Discurso e a Prática. A autora aborda como os interesses empresariais podem definir o gerenciamento das grandes cidades, transformando os espaços urbanos em indutores do “desenvolvimento”, do empreendedorismo e do espetáculo, correlacionando com um discurso global que se difunde paulatinamente. Para isso, ela exemplifica o caso do Rio de Janeiro, que desenvolveu o Plano Estratégico da Cidade (1993), ainda na gestão de César Maia, visando à candidatura da cidade aos Jogos Olímpicos e que teve uma forte influência do plano estratégico de Barcelona. A autora identifica uma ínfima participação popular nos debates e o direcionamento significativo das obras para o desenvolvimento produtivo, em contraposição às de caráter social, como habitação e transporte, ao mesmo tempo expõe como os interesses econômicos sobrepõem-se sobre os interesses do lugar.

⁹ Para Massey (2008): “há uma preocupação, muito difundida, com o “declínio do espaço público” na cidade neoliberal: a privatização comercial do espaço, o advento dos novos redutos fechados [*enclosures*], tais como, ironicamente, os shopping centers, e assim por diante”. Segundo a autora, estes são temas alarmantes por envolver o controle dos espaços por proprietários não democraticamente eleitos, ao passo que promovem a exclusão de grupos que não interessam ao mercado, ou seja, que não são potenciais compradores.

¹⁰ Não é objetivo deste estudo, suscitar o debate que tenta “classificar” a Geografia como ciência natural ou social, amplamente discutida pela Geografia Tradicional, na busca de um objeto para este campo do conhecimento. Entendemos que os elementos naturais e sociais estão intimamente relacionados e que seria contraditório entender os

Em sua essência, o termo território deriva do latim, possuindo uma dupla conotação nos campos material e simbólico, pois o termo aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor*, ou seja, possui relação com a dominação da terra, cujo significado é “pedaço de terra apropriado”, e mesmo com a inspiração do terror, do medo (HAESBAERT, 2005).

Desse modo, historicamente, o termo é utilizado e associado ao caráter de dominação e/ou apropriação do espaço por grupos sociais específicos, através de relação de poder em determinado recorte territorial. Foi assim, por exemplo, na Geografia Política clássica¹¹, preconizada por Ratzel, em que o Estado-nação adquiria um caráter fundamental e expansionista, permanecendo o conceito de território integralmente ligado ao papel do Estado e à sua ação de domínio¹². Naturalmente, essa forma de pensar o território estava baseada na própria evolução capitalista, determinada pela expansão territorial e pelo surgimento da sua fase imperialista. Assim, o Estado só manteria seu domínio e seu progresso a partir de suas bases de expansão territorial.

Partindo destas proposições, foi desenvolvido por Ratzel o conceito de *espaço vital*, cuja definição estava associada à capacidade de uso do território pela sua população, caracterizando, desta forma, o viés do progresso e as necessidades territoriais. A análise das relações entre o Estado e o espaço foi, segundo Moraes (2005), um dos pontos privilegiados do livro *Antropogeografia* de Ratzel.

Mais tarde, Raffestin (1993) criticou esse posicionamento da geografia política clássica, principalmente por ter colocado o Estado como o único mecanismo de poder e, consequentemente, de configuração territorial. Além disso, ele entendeu o espaço como antecessor ao território; e este último como categoria do próprio espaço geográfico, objeto de muita confusão, anteriormente e na atualidade (RICETO E SILVA, 2008).

Entretanto, na avaliação de Souza (2005), Raffestin (1993) cometeu o equívoco quando acabou reduzindo o território ao substrato material, ou seja, segundo ele, para aquele geógrafo suíço, o território seria um espaço onde se projetaria trabalho, energia e informação, revelando relações marcadas pelo poder. Com isso, para Souza (op cit, p. 83), não houve uma ruptura de fato com o pensamento de Ratzel, excluindo-se apenas o fato de que Raffestin (1993) não se ter limitado ao “solo pátrio”, como única dimensão do território.

Mas será que Souza (Ibidem) teve razão quando fez esta crítica àquele geógrafo? Na nossa visão, a própria consideração do poder como elemento inerente ao território, bem como a ideia de territorialidade como “face vivida do poder” demonstra que Raffestin não deixou de considerar, também, a relevância da dimensão simbólica do território.

Além disso, Raffestin também considerou que essa maneira limitada de analisar o território minimizaria as várias dimensões de sua própria apropriação, as quais, muitas vezes, não estavam necessariamente vinculadas ao Estado. Hoje, isso é colocado, concomitantemente, quando nos referimos ao avanço técnico-científico na atualidade e às ações decorrentes dos mais variados grupos sociais. É, portanto, numa perspectiva de avanço técnico e do uso do território e não no território em si que o termo deve ser analisado. Segundo Santos (2005): “Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado

fenômenos separando-os. Sobre correntes do pensamento geográfico e objeto de estudo, consultar o livro *Geografia: pequena história crítica* de Antônio Carlos Robert Moraes (2005).

¹¹ A Geografia política moderna foi preconizada por Frederic Ratzel, através do livro: *Geografia política*. Fortemente influenciado pelo Positivismo, darwinismo e o cientificismo, ele propôs um estudo nomotético, que buscava teorias, conceitos, princípios e leis através do poder do Estado e as atividades a ele ligadas como conquistas territoriais e poderio internacional.

¹² Salienta-se que apesar de ser associado historicamente ao poder político, o termo vincula-se tanto ao poder no sentido concreto de dominação, quanto ao sentido simbólico de apropriação, ou seja, o território pode ser construído por grupos sociais, baseados nos elementos culturais e identitários (HAESBAERT, 2005).

Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território". (SANTOS, 2005, p. 255)

Com efeito, os territórios são formados pelos mais diversos atores, das mais diferentes formas, seja do ponto de vista temporal, da variabilidade, seja do ponto de vista permanente ou dinâmico em que é submetido o espaço, como analisa Souza (2005). É neste contexto que a concepção de território liga-se à de territorialidade, enquanto relações sociais associadas ao território, ao uso que se faz da terra e na elaboração de significados pelos atores.

Santos (2005) ressalta, por exemplo, que o espaço é redefinido tanto pelas ações cotidianas como pelas ações das multinacionais, logo o termo desterritorialização pode ser associado à atuação das grandes empresas sobre o espaço, ao ponto de políticas dos governos locais estarem sendo superadas, promovendo uma fragmentação desses governos. Neste aspecto, tanto o processo de "desenraizamento cultural" em alguns grupos sociais, quanto o da ação das multinacionais convergem para a emergência do processo de desterritorialização.

Porém, o próprio caráter da desterritorialização não se restringe à ausência de espaço, mas ao processo de (re) territorialização, calcado em malhas conectadas pelas redes e seus fluxos, onde o próprio território torna-se mais complexo e mais flexível por sistemas multiescalares das novas tecnologias da informação e, paralelamente, espacialmente contraditórias, suscitando a emergência de um fosso entre os incluídos e os precariamente incluídos (HAESBAERT, 2001).

Urge, assim, a necessidade de refletir sobre essas diversas práticas sociais que podem caracterizar a (des) configuração territorial, pois é do resultado destas ações que se produzem espaços, ou seja, as ações resultantes, também dos que vivem do trabalho, territorializam-se e criam suas territorialidades. Ao analisarmos a organização espacial sob a ótica de uma sociedade heterogênea, dinâmica, como resultado de um processo histórico sob o capitalismo, deve-se levar em consideração as localizações fixas e os fluxos que são postos, bem como as repercussões que são promovidas nas escadas horizontal-local/vertical-global do espaço geográfico.

Os territórios também podem ser reconhecidos como materialidades e imaterialidades das relações sociais, as quais se caracterizam pela solidariedade, operacionalidade ou conflitualidade existentes entre os grupos que constroem o território, tornando-se espaço de liberdade e dominação, de expropriação e também de resistência (FERNANDES, 2005). Assim, é preciso, primeiramente, "distinguir o território de acordo com os sujeitos que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, Estado, empresas, instituições como a Igreja etc." (HAESBAERT, 2005)

Fernandes (2005) afirma, ainda, que a partir destes pressupostos, podemos perceber que, por si só, o território é dinâmico e, consequentemente, dialético, fruto de fatores conjunturais e estruturais das políticas vigentes. Desta forma, o território deixa de assumir apenas a perspectiva de apropriação territorial pela ação do Estado, chegando ao contexto da modernidade sob a atuação de múltiplas instituições. Logo, estas mesmas atuações redefinirão o próprio princípio da territorialidade, enquanto pressuposto de práticas e formas de utilização e organização da terra. Considerando a territorialidade como aspecto transitório das relações sociais que mantêm, e que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas.

O fato é que o território sempre foi fundamental para o reconhecimento dos movimentos sociais, como essencial no uso da informação. Neste ponto, Santos (2005) discutiu a importância da construção de espaços banais, de solidariedade mútua entre pessoas, entre lugares, em contraposição aos espaços em redes ou os espaços de alguns, construtores de territórios, lugares de emoção, onde é possível a busca de outras finalidades para a vida. Algo efetivamente diferente em termos de produção do espaço.

De acordo com Santos (op. cit. p. 257), o acontecer simultâneo, que cria novas solidariedades, em razão da própria técnica desenvolvida, aparece em três formas no território atual: através de um acontecer homólogo, de um acontecer complementar e de um acontecer hierárquico. Nos aconteceres homólogo e complementar, o território atual é marcado por um cotidiano compartilhado mediante regras que são formuladas ou reformuladas localmente, ao passo que no acontecer hierárquico, constrói-se, ao contrário, um cotidiano imposto de fora, comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e é poder ligada à verticalidade. O que promove um conflito dual entre espaço local, o vivido por todos, e espaço global, produzido em lugares distantes e direcionados à sociedade com um grau ideológico e um processo racionalizador (Ibidem, p. 259).

O que o autor propõe é retomar a noção de espaço banal, o espaço de todos, caracterizado pelo trabalho de todos, através das horizontalidades, na busca de caminhos diferentes do caminho (im) posto da *globalização perversa*. Contrapondo-se, assim, à noção de redes, que seriam as verticalidades ou ações externas, uma vez que a arena de oposição entre o mercado e a sociedade civil é o território, em suas diversas escalas. Para melhor interpretá-lo é necessário um embate teórico entre as rugosidades, as periodizações, as técnicas, o território, a emoção e o trabalho, objetivando o entendimento da sociedade, do espaço e das razões que formam e mantêm um território (SANTOS, 2002).

A escala do não cotidiano (a dos grandes interesses e da especulação imobiliária), que é a do reino do pragmatismo obediente, pode ser combatida pela escala e ações do cotidiano. Esta última se expressa no lugar e materializa-se na solidariedade:

[...] o cotidiano é o lugar da co-presença, da vizinhança, da coexistência, da cooperação próxima, da intimidade, da intersubjetividade, é ali onde há uma cota de espontaneidade, e, desse modo, de surpresa. É ali onde a emoção tem lugar e, por conseguinte, é ali somente onde pode se pensar o novo, já que o novo não se pensa fora da emoção (SANTOS, 1996, p.4).

A territorialidade baseada nas ações e práticas horizontais representa uma territorialidade diferente, na qual a cooperação entre os indivíduos constitui uma tentativa de combate às práticas e ações verticais, caracterizadas pelos fluxos e ordens verticais pragmáticas vindas de fora. Logo, o cotidiano é banalizado pelas técnicas de um mundo cada dia mais globalizado e, ao mesmo tempo, entretanto, pelas resistências, contestações ao modelo pragmático, atribuindo novos significados ao espaço banal. Nesta perspectiva, Santos (2008) reconhece a possibilidade concreta da atuação dos movimentos por moradia, alterando prioridades nas políticas habitacionais, lembrando, ainda, que a organização espacial sempre será fruto da correlação de forças e do nível de organização dos próprios movimentos.

Lefebvre (2000) também já havia considerado estas ações quando analisava a possibilidade de construção de outro tipo de território, ou seja, de um espaço socialmente produzido baseado num valor muito mais simbólico, com marcas do “vivido”, valor de uso, em contraposição ao da dominação, caracterizado pela propriedade, valor de troca.

Em estudo recente, Gonçalves (2006) estabeleceu o papel da Geografia no debate dos fundamentos metodológicos, nos estudos de conflitos e dos movimentos sociais na América Latina. O autor considerou que toda sociedade, ao constituir-se, constrói seu espaço, conformando seu território, e isso no momento em que se tecem as relações sociais e de poder, sendo fundamental considerar a tríade: Território, Territorialidade e Territorialização.

Para o autor, a América Latina é palco da construção de outras territorialidades que não são as do Estado-Nação, as quais congregam setores/grupos/classes em direção ao novo padrão de poder mundial. O capitalismo monopolista, em meio a tais mudanças, suscitou setores que ficaram à margem da formação dos Estados: indígenas, sem-terra, quilombolas, etc. Por isso, o autor enfatiza a importância de discutir os movimentos sociais no contexto teórico,

reconhecendo o papel dos movimentos sociais na construção de uma nova ordem, com novas proposições e relações.

Portanto, a construção de territórios de solidariedade, cooperação e politização, a partir das ações dos movimentos sociais, como o dos sem-teto, reflete o papel de contestação e de construção possível de outra realidade, a partir de ações de resistências multiescalares. Essas ações ferem o poder vigente, baseado no dinheiro, no fluxo especulativo, e deixando em segundo plano os interesses dos cidadãos. Logo, a contribuição perpassa a visibilidade pública, interferindo, de certa forma, na consolidação de políticas de cunho popular, de interesses coletivos e na promoção da justiça social.

Por isso, pode-se pensar o espaço urbano sendo constituído por vetores de todas as ordens, cujos objetivos são diversos, e que, ao mesmo tempo, desencadeiam múltiplas solidariedades, como aponta Santos (2008):

[...] vetores de todas as ordens, buscando finalidades diversas, às vezes externas, mas entrelaçadas em espaço comum. Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir (SANTOS, 2008, p. 322).

Muitas ocupações dos sem-teto em terrenos subutilizados ou em prédios abandonados localizados em áreas dos centros das grandes cidades brasileiras constituem territórios de lutas e reivindicações, apresentando-se como excelentes representantes de espaços de solidariedade, identidade e resistência ao poder vigente. A “falta” de moradias, resultado do modelo de desenvolvimento excludente imposto no país mas ao mesmo tempo aceito pelas elites locais, requer mobilizações dos grupos sociais “excluídos” em busca de suas conquistas.

Neste sentido, os movimentos sociais (sem-teto) constroem seus territórios, buscando essencialmente, a partir do uso desses seus territórios construídos, serem ouvidos, travando campos de lutas em prol da garantia dos direitos do povo como cidadãos. Eles se utilizam, simultaneamente, dos elementos simbólico-culturais como músicas, palavras de ordem e até mesmo de homenagens a personagens que se identificaram e/ou atuaram pelas causas sociais (Dom Hélder, Zumbi dos Palmares, Lamarca, Olga Benário, etc.) na escolha dos nomes das suas ocupações¹³. Ao mesmo tempo, eles atuam de forma objetiva, na construção de espaços de politização, reivindicação e alternativos ao modelo excludente e concentrador, que transformam as terras em mercadoria, suplantando o valor de uso e beneficiando o caráter e o valor de troca.

3-ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: Entre mobilizações e efetivas conquistas socioespaciais

Convém ressaltar que os movimentos sociais tiveram e têm um papel fundamental na construção histórica do país, tendo desencadeado mecanismos de debates, participação popular e busca de territórios/territorialidades solidários e socialmente justos, isto é, efetivamente diferentes. Por isso, eles não podem ser criminalizados pelos poderes instituídos que procuram fazer valer apenas os interesses da cidade para a acumulação de capitais.

O processo de redemocratização no Brasil, por exemplo, foi fruto também de uma ampla mobilização popular, seja através da própria luta pela volta da democracia e pelo combate

¹³ Ver o trabalho de Marcelo Lopes de Souza e Eduardo Tomazini Teixeira (2009) que descreve a toponímia introduzida pelo movimento através dos simbolismos representados pelos nomes das ocupações, divididos em duas classes: a classe das homenagens a indivíduos específicos e a classe das alusões ou homenagens a sujeitos coletivos.

à corrupção, seja por meio das chamadas ações mais pontuais das leis e regulamentações políticas, como a Constituição de 1988, a regulamentação do Estatuto da Cidade (EC) em 2001, a criação do Ministério das Cidades etc.

O EC representou um marco para a retomada do MNRU, transformando-se na primeira lei de iniciativa popular através do recolhimento de mais de 1 milhão de assinaturas em todo país, desencadeando, logo em seguida, uma nova configuração da política urbana implantada até então no Brasil. O que revelou maior representatividade dos próprios movimentos sociais nas conferências das cidades, nos planos diretores municipais e na implantação de políticas públicas que reconhecessem a função social da propriedade e o direito à habitação. Foi longo o processo do MNRU.

Primeiramente, as mobilizações em prol de uma Reforma Urbana teve como marco histórico a reunião realizada em 1963 no Hotel Quitandinha, no Rio de Janeiro, contando com a participação de diversos profissionais que trabalhavam com a questão urbana. Esta reunião ficou conhecida como a primeira mobilização em defesa da Reforma Urbana no país, dando origem ao MNRU no Brasil, segundo Souza (2000). Desde então começou a ocorrer, nas cidades brasileiras, um verdadeiro processo de politização da questão urbana.

Em Recife, por exemplo, muitos moradores de áreas pobres começaram a organizar-se e mobilizar-se em torno dos problemas ocasionados, sobretudo, pela ausência da infraestrutura necessária a uma vida digna na cidade. Com isso, eles instituíram suas associações (de moradores), pelas quais, e junto com lideranças políticas e instituições sociais locais sensíveis aos seus problemas cotidianos, passaram a exigir do Estado soluções efetivas para seus problemas.

A partir dessas práticas locais, segundo César (1985), muitas dessas associações começaram a unir-se a outros, formar federações, bem como a envolverem-se com lutas mais abrangentes, tais como: a do petróleo é nosso, a de reformas de base, a do apoio ao Governador Miguel Arraes de Alencar, etc. Todavia, essas discussões em torno da Reforma Urbana foram suspensas em função do Golpe Militar de 1964, atrasando ainda mais o incipiente debate que se vinha ocorrendo no Brasil.

Os movimentos sociais de caráter urbano também foram fundamentais para a volta da democracia no país, bem como para a Constituição de 1988. Foi a partir daí que se retomou o MNRU, valorizando assim o processo de mobilização social no Brasil: a luta pela consolidação das bases democráticas com o fim do Regime Militar, pelas eleições diretas, bem como pelas reivindicações contra as desigualdades socioespaciais fincadas nos mais diversos territórios do país, foram algumas das ações verificadas no período pós-redemocratização. Além de regulamentar o capítulo da política urbana na referida Constituição, através dos artigos 182 e 183, que permitiu que as prefeituras pudessem contar com um instrumento progressista essencial de regulação do uso e ocupação do solo nos territórios urbanos.

Em meio ao neoliberalismo na década de 1990, materializado através dos Governos Collor de Melo e de Fernando Henrique Cardoso, a política urbana foi colocada em segundo plano, ao passo que as políticas de abertura ao capital estrangeiro, industrialização e privatização das empresas Estatais eram efetivamente encaradas como políticas prioritárias, associadas a uma pífia política de combate ao déficit habitacional e às contradições no espaço urbano.

Entretanto, neste mesmo período, os movimentos sociais difundiram-se ainda mais, organizando passeatas, ocupações e caravanas, repercutindo decisivamente nas ações destes mesmos movimentos e desencadeando bases concretas para a elaboração da proposta de emenda popular à Constituição Federal acerca da política urbana. Para isso, instituiu-se o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU).

Foi em decorrência desta mobilização nacional que o EC foi regulamentado, após 11 anos em tramitação no legislativo nacional, a partir da Lei Federal 10.257/01. Dentre os principais pontos deste Estatuto, podem ser destacados: a aplicação da função social da propriedade e da cidade; a legalização e urbanização que se referem à cidade ilegal; a promoção da gestão democrática, recuperação para a coletividade e a valorização imobiliária; bem como o fortalecimento do planejamento com participação social (BRASIL/MCID, 2004). Nesse sentido, o EC apresenta-se como uma ferramenta essencial de planejamento urbano e direcionamento de crescimento sustentável das cidades brasileiras.

As inovações verificadas no EC situam-se em três campos, os quais, divididos em conjuntos, possuem como objetivos: disciplinar o uso e ocupação do solo, a possibilidade de regularização fundiária e a participação popular nas decisões. O primeiro conjunto destina-se a coibir a prática da especulação imobiliária nos espaços urbanos, ou seja, o documento cria mecanismos para penalizar os proprietários de áreas “vazias” ou subutilizadas, através do IPTU progressivo no tempo, estimulando a edificação e os parcelamentos compulsórios (ESTATUTO DA CIDADE, 2001). O que motivou discussões e questionamentos em torno do poder absoluto da propriedade.

O segundo conjunto de instrumentos trata da regularização fundiária de áreas ocupadas e não tituladas da cidade, ou seja, partindo do pressuposto segundo o qual grandes áreas das cidades brasileiras são constituídas por assentamentos irregulares, ilegais ou clandestinos, o documento prevê a regularização da posse destas áreas pelos seus verdadeiros moradores. Para isso os municípios trabalhariam no sentido de não apenas reconhecer as favelas e urbanizá-las, mas no de criar mecanismos desburocratizantes que motivassem a regularização da posse. Entre os instrumentos jurídicos estão inseridos: o Usucapião Especial de Imóvel Urbano, a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) e as Zonas Especiais de Interesse Social, caracterizadas pela ocupação de assentamentos por famílias de baixa renda (Ibidem).

Esses instrumentos de regularização fundiária apresentam-se como ferramentas que podem garantir o direito à moradia e à permanência no local de ocupação, a partir da função social que é destinada à propriedade, motivando a transformação de áreas tidas anteriormente como ilegais para áreas legais do ponto de vista jurídico e administrativo.

O terceiro conjunto de instrumentos prevê a participação efetiva da população nas decisões que se relacionam à implantação e criação das políticas públicas de planejamento urbano. Consideram-se, também, a criação de conselhos, como mecanismo de gestão democrática da política urbana; a construção de audiências e consultas públicas, que têm como objetivo a participação do cidadão e grupos sociais nas decisões governamentais; a formulação de conferências de interesse urbano, instituída pela Conferência da Cidade; e a participação efetiva dos cidadãos através da apresentação ao legislativo dos projetos de lei apresentados por um número mínimo de pessoas. O documento também insere o voto ao plebiscito ou referendo, bem como a gestão orçamentária participativa na esfera municipal e a gestão participativa metropolitana, relacionada à gestão das regiões metropolitanas.

A partir da construção destes marcos, foram colocados em evidência os trâmites legais para a produção de cidades mais justas, pois era preciso criar a base institucional para que fossem implantadas as políticas propostas. Por isso, criou-se o Ministério das Cidades, cuja ideia data especificamente do período de campanha eleitoral à presidência em 1994 do então candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT) Luiz Inácio Lula da Silva (GRAZIA e RODRIGUES, 2003).

A este Ministério caberia a formulação de ação planejadora, normativa e articuladora, bem como a elaboração de planos nacionais e a implementação de um sistema contínuo de

dados e informações sobre a questão urbana e habitacional (BRASIL/MCID, 2004). Seria instituído, paralelamente, um Conselho de Desenvolvimento Urbano (CNDU), a nível nacional, articulado com os conselhos estaduais e municipais, com poder decisório e capacidade de definir as diretrizes das políticas urbanas garantidas pela Lei.

A proposta incluía ainda a construção de câmaras técnicas, bem como a formulação de conferências, para que fosse estimulada a participação de amplos setores da sociedade, desde o governo, usuários, além dos setores produtivos. Oficialmente, o MCID foi implantado pelo Governo Lula, em 2003, como seu primeiro ato de presidente da República, no intuito de consolidar as propostas elaboradas a partir do Projeto Moradia. O MCID proporcionou também a discussão e implementação, em 2004, do Plano Nacional de Habitação (PlanHab) juntamente com o Conselho Nacional das Cidades, sendo então regulamentada pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS).

Estas ações apontaram para a construção de um modelo diferente de planejamento no espaço urbano, pela qual se coloca em evidência o combate à especulação imobiliária, o estímulo à participação popular e a politização das políticas públicas urbanas. Desse modo:

O planejamento urbano alternativo preocupa-se antes com a melhor distribuição de investimentos públicos em infraestrutura pelo espaço da cidade, a fim de minimizar a segregação residencial e melhorar o acesso dos mais pobres a equipamentos de consumo coletivo. (SOZA, 2000, p. 278).

Desta forma, muito mais do que questionar e colocar em evidência as contradições verificadas no espaço urbano brasileiro, os movimentos sociais interferem de forma concreta na democratização das políticas que se destinam a pensar a cidade de maneira coletiva, onde os grupos sociais desprovidos dos bens elementares para a vida cotidiana possam ter “voz e vez”, num ambiente em que o discurso corporativo, desenvolvimentista e especulativo é recorrente e perverso para a grande maioria da população¹⁴.

4-LIMITES E PERSPECTIVAS NA ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM RECIFE

A participação da população em torno das políticas públicas repercutiu também no Recife, em especial no âmbito da habitação, mostrando um grau de mobilização das associações de bairro, dos movimentos sociais e da sociedade civil pela efetiva busca da cidadania. Porém, ora essa mobilização foi interrompida pelo governo militar, ora foi construída em governos pós-golpe com um grau de cooptação e contenção destas mesmas mobilizações. O resultado disso tudo foi uma participação edificada na limitação, em que as forças político-econômicas dominantes ainda detêm o poder de barganha sobre as principais obras e políticas implantadas¹⁵.

¹⁴ As manifestações ocorridas em junho de 2013 em diversas cidades brasileiras, refletem o nível de acirramento, revolta e anseios da população em busca de soluções para os problemas essencialmente urbanos: educação precária, transporte público ineficaz, falta de habitação, entre outros. As manifestações foram potencializadas pelo gasto excessivo em obras e na construção de estádios para a Copa do Mundo do Brasil em 2014. Dados divulgados pelo Governo Federal concluem que os gastos só com os estádios passam dos R\$ 8 bilhões, havendo inclusive um acréscimo, enquanto as obras de mobilidade (em torno R\$ 8 bilhões também) sofreram uma redução em função do cancelamento de diversos projetos. Ver em: <http://esportes.r7.com/futebol/copa-do-mundo-2014/gastos-com-estadios-da-copa-passam-dos-r-8-bilhoes-26112013>.

¹⁵ Diversas críticas foram tecidas ao Orçamento Participativo (OP), entre as quais se destacam a que ele, na prática, representou limitada participação das classes populares nas decisões fundamentais da cidade, caracterizado pela prefeitura como uma tentativa de “resposta” aos anseios da população. As práticas reafirmavam um discurso

O exemplo disso, hoje, é representado pelas grandes obras viárias e projetos arquitetônicos em detrimento das políticas sociais.

Apesar das conquistas verificadas ao longo dos anos pelos movimentos sociais, é preciso aprofundar as discussões para temas que foram esquecidos ou não foram implementados, em função dos interesses dos incorporadores e agentes imobiliários, como o IPTU progressivo no tempo, para imóveis que não cumprem com sua função social, por exemplo. Por outro lado, é preciso fincar bandeiras que coloquem em questionamento a propriedade privada da terra e a defesa absoluta da mesma, para o que os movimentos sociais são fundamentais ao fomentar o debate e, acima de tudo, promover a efetiva conquista do direito à cidade. O resultado é que esse mecanismo de um lado estimula a mobilização dos movimentos sociais, de outro causa a própria desmobilização a partir das políticas ditas participativas, diante do alto grau de desigualdade que os setores populares enfrentavam e ainda enfrentam.

Por outro lado, a política atual desenvolvida pela Prefeitura em parceria com o Governo Federal, em torno da habitação, destina-se preponderantemente a desenvolver a realocação de famílias de habitações precárias, como palafitas e barracos, em algumas áreas da cidade. Essa retirada das famílias ocorre essencialmente em áreas centrais e valorizadas, num claro exemplo de “limpeza” de áreas de interesse à valorização e especulação imobiliárias, como a construção da Via Mangue, que se constitui na construção de uma via de acesso à zona sul, uma das áreas mais valorizadas da cidade, com 5,1 Km de extensão exclusiva para carros, bem como implantação de área de lazer e turismo até 2013. Além disso, a construção da via é realizada em uma área de proteção ambiental (Parque dos Manguezais), a obra prevê a realocação de aproximadamente 1.100 moradias, algo que já vem ocorrendo, ao mesmo tempo em que dá lugar a altos investimentos da iniciativa privada como condomínios de alto padrão e a construção de um shopping center (SILVA, 2011).

Outro aspecto relevante é que a realocação de famílias pobres é acompanhada de uma série de problemas que concernem à adaptabilidade dessas famílias. Muitos dos territórios dessas famílias foram edificados ainda na década de 1970, o que favoreceu à criação de uma forte ligação dos moradores com o lugar, não só pela sustentabilidade financeira, uma vez que muitos deles vivem da extração de mariscos e do comércio informal, mas também pelos aspectos culturais.

Também se faz ressalva com relação aos grandes empreendimentos na cidade, com a proximidade de grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo 2014. Sendo Recife uma das sub-sedes e exemplo tácito, fica evidente a necessidade de implementar um discurso desenvolvimentista no intuito de mascarar os reais efeitos dessas intervenções¹⁶, do ponto de vista socioambiental, além de reacender o discurso de “embelezamento” da cidade, com a retirada de camelôs ou de moradias precárias em áreas centrais ou de grande potencial especulativo, beneficiando grandes grupos imobiliários (CASTILHO e LEANDRO, 2012).

construído ao longo dos anos em que é preciso democratizar a gestão, entretanto, a maior parte do orçamento era destinada a obras que não eram discutidas nos OPs, a participação de representantes na condição de delegados era questionável, dando margem para a cooptação das lideranças, além de haver um distanciamento da aprovação das obras e os reais necessitados. Em meio a estas críticas e como projeto de reformulação o atual prefeito da cidade, Geraldo Júlio (PSB), resolveu por fim ao OP, prometendo uma “reestruturação” e um novo programa.

¹⁶ Várias obras estão sendo realizadas na cidade e na Região Metropolitana para atender essencialmente os interesses da Copa do Mundo de 2014. Entre as obras estão: ampliação e construção de rodovias, avenidas e sistema de transporte, reforma do antigo cais do porto, com a construção de hotéis, marinas, lojas e centros de artesanato, além da aprovação do projeto Novo Recife pela Prefeitura do Recife no fim de 2012, que se caracteriza pela construção, em áreas de antigos galpões no centro, de 13 torres, formando um complexo com salas comerciais, flats, lojas e restaurantes de alto padrão. O empreendimento está sob responsabilidade do consórcio Moura Dubeux/Queiroz Galvão. Essas intervenções são muitas vezes carregadas ideologicamente por um discurso de progresso, desenvolvimento e modernidade. Ver vídeo demonstrativo do projeto e alguns questionamentos: <http://www.observatoriorecife.org.br/?p=5419> e <http://raquelrolnik.wordpress.com/tag/novo-recife/>.

O déficit habitacional nas grandes cidades brasileiras continua alto, na Região Metropolitana do Recife, segundo dados do Observatório das Metrópoles (2009), esse déficit é da ordem de 104 mil moradias, sendo o maior índice deste déficit concentrado na cidade do Recife, ou seja, em torno de 44.327 habitações e por outro lado 44% das moradias localizam-se em áreas com condição inadequada de infra-estrutura. O grande volume dessa demanda está concentrado nas áreas precarizadas do Recife, institucionalizadas como ZEIS: as áreas de morro da zona norte dos bairros de Casa Amarela, Mangabeira, Alto José do Pinho e Água Fria e as do Pina, Afogados e Brasília Teimosa, nas proximidades da zona sul (Fig. 1).

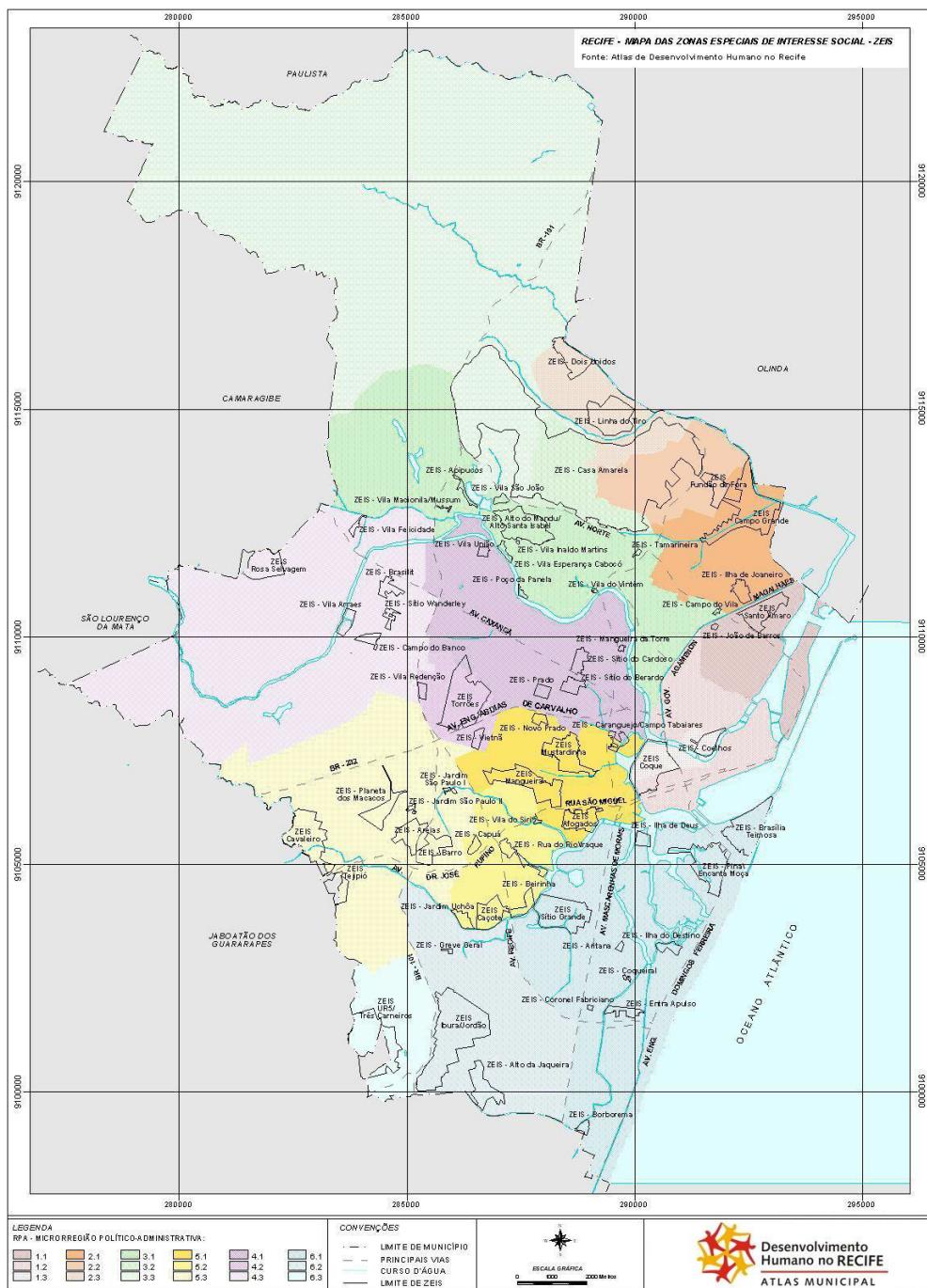


Fig. 1: Mapa das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) na cidade do Recife

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, 2005.

Diante do exposto, observa-se que já existe no Brasil um conjunto de parâmetros legais e normativos que pode, pelo menos, consolidar a criação de territorialidades diferentes pelos movimentos sociais urbanos. Entretanto, estes parâmetros devem ser objeto permanente de disputa política, no intuito de garantir-los na prática. Pois as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais a partir da interlocução sociedade e Estado abrem novos desafios para os movimentos populares, uma vez que interferem nas políticas públicas que são implementadas no país, promovem a construção de territórios baseados na busca de uma sociedade mais justa, em que haja a inversão de prioridades na direção dos pobres, apresentando-se como alternativa ao modelo baseado no mercado, no exercício permanente de territórios de solidariedade e de relações pessoais horizontalizadas.

Para os movimentos, as políticas públicas devem ser entendidas como uma disputa permanente de redefinição e construção, apesar das conquistas de políticas destinadas à autogestão ainda serem ínfimas e, geralmente, construídas de “cima para baixo”. Por outro lado, as políticas públicas de habitação no país continuam sendo direcionadas, essencialmente, à iniciativa privada, como é o caso do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), e, que parcela significativa de incorporadores e construtores são privilegiados, a partir da redução de impostos e incentivos financeiros.

Atrelado a esta perspectiva, os discursos desenvolvimentista e corporativo ganham força em função dos grandes eventos esportivos que acontecerão no país, havendo casos graves de violação dos direitos humanos, através de desapropriação forçada, indenizações abaixo do valor real das moradias, ínfimo debate em torno das obras viárias, além do comprometimento dos recursos naturais em diversas áreas¹⁷.

Portanto, ainda há a materialização de interesses do capital especulativo, financeiro e imobiliário nas cidades, em função do modelo de desenvolvimento baseado na propriedade privada e na corporificação da terra urbana, isso ainda impõe limites na atuação dos movimentos sem-teto, na democratização dos espaços urbanos, porém, estes espaços reúnem mecanismos de lutas e mobilizações populares. Para isso, é preciso aprofundar o debate, promover mais mecanismos de interlocução com os órgãos públicos, através dos conselhos, reuniões e plenárias de bairros e, ao mesmo tempo, reafirmar o compromisso de manter-se firme nos princípios que devem ser o objetivo fundamental dos movimentos sociais (sem-teto): a luta efetiva por uma verdadeira Reforma Urbana, utilizando as ocupações, passeatas, jornadas de lutas, entre outras ferramentas, como meios e não como fins.

CONCLUSÕES

A história brasileira traduz o retrato das mobilizações sociais em torno da luta pela cidadania, e o espaço urbano representa concretamente estas ações. Não é recente o caráter “excludente” em que os pobres foram submetidos ao longo dos anos. Os poderes econômico e político foram determinantes para a organização de um espaço urbano que nega as necessidades básicas como infra-estrutura, saneamento básico e áreas de lazer.

Nesta circunstância, as mobilizações foram essenciais para colocar em evidência as contradições e as desigualdades socioterritoriais. Logo, os movimentos de caráter urbano, especialmente os dos sem-teto, conseguiram conquistas importantes como Leis e representação nos órgãos responsáveis pela habitação e temas que se referem à área urbana: o Conselho das Cidades e o Estatuto da Cidade são exemplos claros destas conquistas.

¹⁷ Ver artigo explicativo em: <http://direitoamoradia.org/?p=22281&lang=pt>

Porém, as mobilizações devem ser permanentes e efetivas, seja no diálogo ou mesmo na ação direta, pois a cidade é um palco privilegiado desta luta e de uma correlação de forças que beneficiam, principalmente, o poder político e econômico, a exemplo do que tem ocorrido nas últimas políticas públicas de habitação. Assim, conquistar espaços democráticos, incentivar a ação popular, utilizar as ocupações como territórios de resistência e promover um espaço verdadeiramente democrático, devem ser os objetivos dos movimentos sociais que atuam em todas as cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério das Cidades. *Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. Câmara dos Deputados, coordenação de publicações. Brasília: 2001.
- _____. *Cadernos Mcidades: participação e controle social*. Brasília: 2004.
- CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Processo de produção desigual do espaço urbano: Recife – impasse permanente da coexistência de interesses da “cidade à acumulação de capital” e da “da cidade à realização plena da vida humana! *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v.5, n.10, jul./dez., pp.95-113, 2011.
- _____. e LEANDRO, Paulo R. F. Políticas públicas e (re) produção sustentável do espaço urbano: “Programa Recife Sem Palafitas” – Seus benefícios e sua natureza social. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v.6, n.13, set./dez. p.33-58, 2012.
- CÉZAR, Maria do Céu. As organizações Populares do Recife: trajetórias e articulação política. *Caderno de estudos sociais*, Recife, v.1, n.2, p.161-182, jul./dez, 1985.
- COMPANS, Rose. *Empreendedorismo Urbano*: Entre o Discurso e a Prática. São Paulo: Unesp, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 4^a ed. São Paulo: Ática, 1991.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*. Presidente Prudente: Ano 8, n. 6, p. 14-34 - janeiro/junho de 2005.
- GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. *Revista Crítica Marxista*. Campinas: Ano 17, n. 32, p. 107-126, 2011. Acesso em março de 2013.
- GONÇALVES, Carlos W. Porto. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas*. Três Lagoas-MS, V1 – N. 3, maio de 2006. p. 5-26. Acesso em agosto de 2013.
- GRAZIA, G.D.; RODRIGUES, E. Uma alternativa para a gestão urbana: o Ministério das Cidades e seus desafios. *Revista Rio de Janeiro*, n.9, p. 11 a 21, jan./abr. 2003.
- HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo*.
- _____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. et al. (orgs). *Geografia: conceitos e temas*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4^a ed. Paris: Anthropos, 2000. (1974).
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço - uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORAES, Antonio C. Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 20 ª Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Como andam Natal e Recife*. Organizadoras Maria do Livramento M. Clementino, Maria Ângela de Almeida Souza. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/Vol6_como_andam_natal_recife.pdf> Acesso em: julho de 2013.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993 (1980).

RICETO e SILVA, Alisson; Vicente Paulo da. O território como categoria de análise da Geografia. In: *Revista Caminhos de Geografia* (Urbelândia), V. 9, N. 28, p. 146-152, Dezembro de 2008.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. Território, espaço banal, lugar-comum. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 09 de novembro de 1996.

_____. *O retorno do territorio*. In: OSAL: Observatorio Social de América Latina. CLACSO. Buenos Aires: Año 6 N. 16, p. 250-251, junho de 2005. ISSN 1515-3282: Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>> Acesso em dezembro de 2013.

SANTOS, Regina Bega dos. *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: Unesp 2008. 175 p.: in il. Coleção Paradidáticos: Série Poder.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto L. (orgs). *Geografia: Conceitos e Temas*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 (1995). p. 77-116.

SOUZA e TEIXEIRA, Marcelo José Lopes de; Eduardo Tomazine. Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto. In: *Cidades* (Presidente Prudente), V. 6, N. 9, p.29-66, janeiro a junho de 2009.

HABITABILIDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: Um olhar a partir do Conjunto Habitacional do Cordeiro-Recife

Diana Carolina Gómez Bautista
Mestranda do PRODEMA-UFPE
E-mail: dianacaro.gomez@gmail.com

1-INTRODUÇÃO

Não se tem dúvida de que o processo de urbanização no Brasil intensificou-se no período da expansão industrial no país. De acordo com o IBGE:

Em 1950 a população urbana brasileira era de 18.782.891 habitantes, sendo a taxa de urbanização de 36,1%. Com a urbanização crescente a taxa de urbanização em 1970 era de 55,9%. [...], em 2000, atingiu 137.755.550 habitantes, correspondendo a uma taxa de urbanização de 81,2%. Em 2010 a população urbana brasileira atingiu 84,3% representando crescimento de somente 3,8 numa década, praticamente a metade do crescimento da década anterior (entre 1990 e 2000). (*apud* TURKIENICZ, 2012, p. 58).

Esta dinâmica urbana e de explosão do crescimento populacional trouxe diversas mudanças na concepção do espaço, em especial no aumento acelerado das ocupações, da formação de metrópoles e, consequentemente, do crescimento de diversos problemas como os relativos a segregação social, poluição, mercado informal, entre outros. As populações mais vulneráveis, as de baixa renda, diante de suas condições econômicas e sociais como a incapacidade de aquisição de moradia digna através do mercado formal, foram obrigadas a morar em espaços improvisados, geralmente nas periferias das cidades onde o poder público não tem garantido o acesso a saneamento básico, água, luz, drenagem, controle de vetores de doenças e infraestrutura. Ademais, as moradias precárias localizam-se em terrenos de alto risco (encostas, alagados e morros). Por isso, esses espaços caracterizam-se pela degradação ambiental e, consequentemente, pela qualidade de vida¹⁸ precária destas populações.

Nesta perspectiva, ressalta-se que, no Brasil, o modelo de desenvolvimento urbano apresenta-se de forma perversamente excludente, primando pela concentração de capital em mãos de uma pequena parcela da população. Isso aconteceu principalmente nas grandes metrópoles onde as diversas esferas da cidade – econômica, social e cultural – são produzidas e definidas de forma autoritária sem ter em conta os múltiplos olhares e significados da mesma (BORZACCHIELLO, 2005).

Nas décadas de 60 e 70 do século XX, o Brasil incorporou a temática da habitação enquanto moradia, considerando-a exclusivamente como abrigo, como um teto, e negligenciando os outros aspectos sociais essenciais para o bem-estar das pessoas. Além disso, vivia-se no período das práticas da erradicação de populações de baixa renda localizadas em

¹⁸ Entende-se qualidade de vida no presente trabalho como o conjunto dos “[...] aspectos que se referem às condições gerais da vida individual e coletiva: habitação, saúde, educação, cultura, lazer, alimentação etc.” (MILARÉ, 2009, p. 1331).

áreas privilegiadas das cidades, favorecendo os interesses do mercado imobiliário. Com isso, as populações atingidas eram expulsas ou relocadas para conjuntos habitacionais com infraestrutura sofrível e sem planejamento sustentável das famílias que, ao mesmo tempo, perdiam seus laços sociais com seus lugares de origem (FIDEM, 2000; CASTILHO, C. J. & FERREIRA, P. R. P, 2012).

Por detrás dessas ações, havia o interesse de “limpar” as cidades, conforme princípios da medicina social, a exemplo do movimento sanitário da década dos 1970, que consideravam as populações pobres e de baixa renda como um problema de saúde pública, devido às suas condições sociais e ambientais de existência descritas acima. Nessa perspectiva, as soluções do Estado para o “problema da habitação dos pobres” basearam-se na remoção das palafitas e favelas, relocando suas populações para novos conjuntos habitacionais e/ou concedendo aos seus moradores auxílio-moradia, através de políticas públicas.

Não muito diferente, parece-nos que essa ação vem sendo repetida pelo Programa Recife sem Palafitas (PRsP), não obstante seja apresentado, ao nível do discurso político, como algo positivo em termos de promoção de qualidade de vida para as famílias removidas. Este programa foi:

Realizado pela Prefeitura do Recife em parceria com o Ministério das Cidades que atua na requalificação urbana de áreas de alagados com ocorrência de palafitas e, principalmente, dando moradia digna aos seus habitantes. [...] conjunto de ações urbanísticas, ambientais, socioeconômicas e culturais, que beneficiam famílias residentes em palafitas. (RECIFE, 2013)

Com este programa, foram beneficiadas, inicialmente, as populações da Vila Vintém II, de Brasília Teimosa e do Bueirão, relocadas para o Conjunto Habitacional do Cordeiro (CHC), popularmente conhecido como “Casarão do Cordeiro”. A realização de pesquisas *in loco* possibilitou a identificação da percepção sobre a habitabilidade de pessoas que moravam no CHC, provenientes da Vila do Vintém II. (Fig. 1).

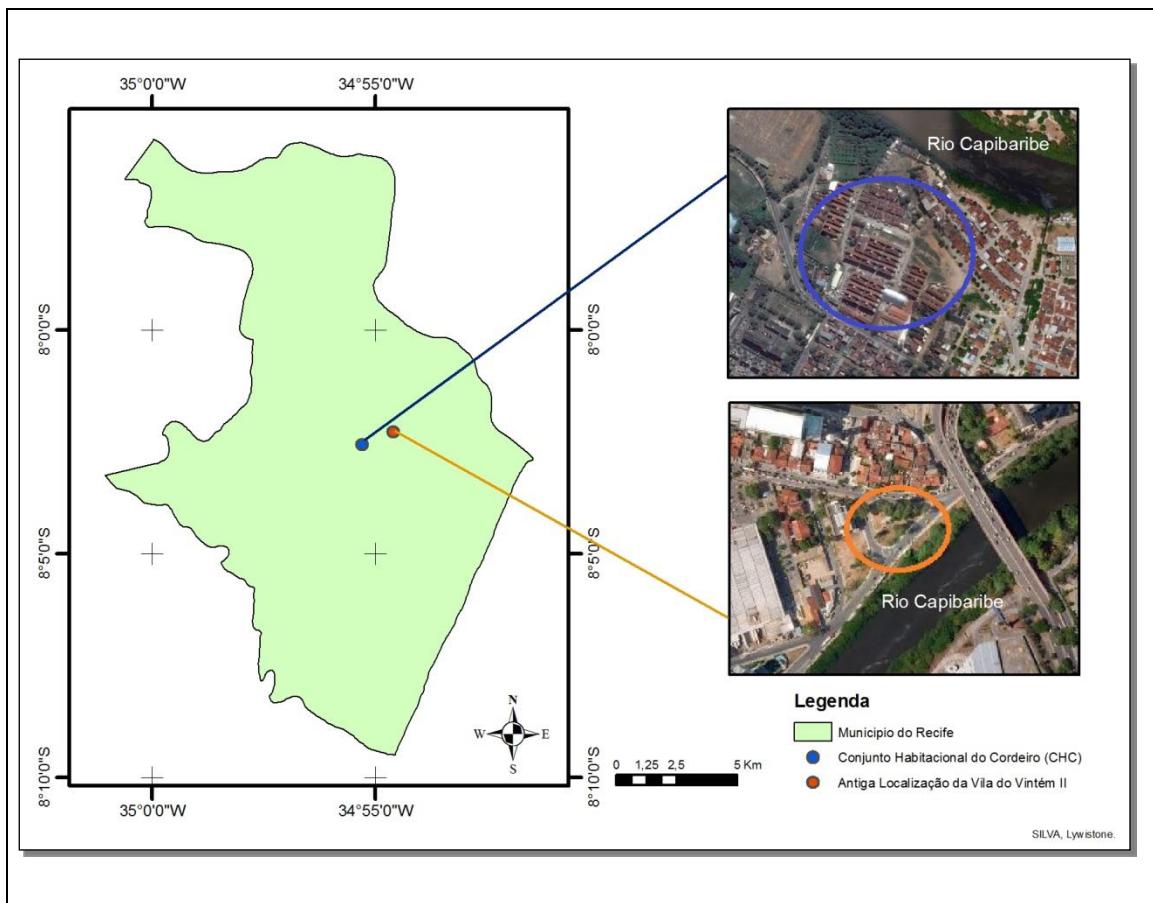


Figura 1. Localização Vilas do Vitém II e Conjunto Habitacional do Cordeiro (CHC).

Fonte: SILVA, Lywistone. Localização Vilas do Vitém II e Conjunto Habitacional do Cordeiro (CHC). Recife 2013.

Este capítulo objetiva, portanto, analisar a percepção dos moradores removidos, sobre sua habitabilidade no CHC, destacando a reflexão das pessoas sobre suas experiências cotidianas em termos de moradia. E isto respondendo as seguintes perguntas: a) o que eles entendem por habitabilidade? b) qual é a percepção dos moradores do CHC em relação a moradia atual e a anterior (Favela Vila Vintém II)? Espera-se, com a resposta a estas perguntas, conhecer o contexto da moradia dos habitantes do CHC sob o PRsP.

Deste modo, o capítulo encontra-se estruturado em três seções: na primeira, faz-se uma contextualização sobre o desenvolvimento urbano e o conceito de espaço urbano; na segunda, trata-se da efetivação – ou não – do direito à moradia; na terceira, relata-se a experiência dos moradores no CHC; e, finalmente, apresentam-se as considerações finais.

2-MATERIAL E MÉTODOS

A redação deste capítulo baseia-se não somente em resultados de uma revisão bibliográfica sobre a temática deste estudo, como também de pesquisa de campo com a qual se fez observações dos ambientes abordados, conversas e entrevistas informais *in loco*; bem como a discussão da literatura que subsidiou a disciplina Tópicos Especiais de Gestão Urbana: Produção Social do Habitat: remoção x requalificação de assentamentos populares, realizada no Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em

2013. Da mesma forma, utilizou-se de conhecimentos também sobre o tema, adquiridos no espaço de debate e prática do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da UFPE.

3-DISCUSSÃO E RESULTADOS

3.1-Nossas Cidades: Reprodução Social do Espaço

A inserção da técnica, da tecnologia e das diferentes formas de organização social, as mudanças urbanas e o crescimento populacional, no âmbito do processo de formação das cidades, engendraram a irrupção da forma espacial da cidade atual, isso estabeleceu divisão do trabalho e divisão de interesses sociais, agravando os diversos problemas urbanos. Essa problemática gira em torno dos seguintes aspectos, segundo Castells:

1. A aceleração do ritmo da urbanização no contexto mundial [...].
2. A concentração deste crescimento urbano nas regiões ditas ‘subdesenvolvidas’, sem correspondência com o crescimento econômico que acompanhou a primeira urbanização nos países capitalistas industrializados [...].
3. O aparecimento de novas formas urbanas e, em particular, de grandes metrópoles [...].
4. A relação do fenômeno urbano com novas formas de articulação social provenientes do modo de produção capitalista e que tendem a ultrapassá-lo. (CASTELLS, 1983. P, 46)

O processo de desenvolvimento urbano no Brasil produziu o agravamento de um conjunto de contrastes entre ricos e pobres, no âmbito da fragmentação do espaço urbano e das desigualdades reforçadas pelos problemas ligados à questão da habitação: sistema viário congestionado, áreas densamente ocupadas principalmente nas metrópoles, ausência de saneamento básico, insegurança, degradação ambiental etc. Um exemplo no Brasil é o caso da cidade de São Paulo:

Onde o ritmo do que se chama ‘progresso’ destrói constante e ininterruptamente áreas urbanas pelo ato incessante de construção de novas formas, esse movimento provoca o desaparecimento das marcas e referências do passado histórico, presente nas construções, nas fachadas, nas ruas e praças, destruindo bairros inteiros. A construção das vias rápidas, pontes, viadutos, linhas de metrô, **fragmenta o espaço urbano**, mudando a relação dos cidadãos com a cidade. (CARLOS, 2001, p. 33) (destaques nossos)

Em Recife, diversas obras de infraestrutura para melhoria das vias de transporte e grandes empresas e empreendimentos, além de valorização imobiliária, levam a diversos casos de desapropriação de territórios vividos para novos usos, no caso do território de Vilas Vintém II, a Prefeitura do Recife (PR) relocou sua população para o CHC, e no lugar do terreno desocupado construiu-se uma avenida, modernizando a malha viária da cidade para a facilitação dos fluxos do capital.

O processo de construção da cidade na perspectiva do desenvolvimento sustentável precisa ser concretizado interdisciplinarmente, através da atuação dos seus principais agentes como poder público, associações de moradores, movimentos sociais etc. Somente assim, a cidade poderá ser compreendida de uma maneira mais integral e inclusiva, pelo que a população em geral é que deve ser beneficiada e não só as elites. Em sendo assim:

Compreende-se a produção sustentável do espaço urbano como um processo social mediante o qual, baseando-se nos princípios fundamentais do Estatuto da Cidade – coibição da especulação imobiliária, redução das desigualdades territoriais e democratização da gestão e do planejamento urbanos –, se consegue garantir condições de vida e experiências urbanas em que o bem estar das pessoas seja a prioridade. O que promove, por sua vez, proteção e dignidade para que as pessoas vivam e experienciem a cidade na sua complexidade e totalidade, tendo acesso à habitação digna e, concomitantemente, a serviços sociais fundamentais à sua formação como cidadãos. (CASTILHO & FERREIRA, 2012, p. 38)

As cidades brasileiras são a expressão da extrema desigualdade e injustiça social, pois “ao mesmo tempo que há uma modernização das atividades, também [...] uma expansão de pobreza”. (SANTOS, 2012, p. 92). Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, elaborado pela PR e pelo PNUD, com apoio do Ministério da Integração Nacional e da Fundação João Pinheiro, Recife é um reflexo desta situação, pois as capitais do Nordeste Brasileiro são as mais desiguais do país, apresentando os maiores índices de desigualdades de renda e iniquidade. Em especial, Recife, Maceió, Salvador e Fortaleza. (BRASIL, 2005)

No processo de (re)produção do espaço, é constante a construção e destruição das formas sociais e espaciais, e Recife não é a exceção. As favelas, habitações populares e outros tipos de empreendimentos são a expressão deste processo desigual, de formas de propriedade privada do solo urbano, onde se pode identificar as desigualdades socioespaciais.

3.2-Direito à Moradia

A Carta Magna brasileira de 1988, em seu capítulo II – Dos direitos sociais – artigo seis, reconhece que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, **a moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (BRASIL, 2013) (destaques nossos). Porém, a habitação é um dos direitos mais vulneráveis no Brasil.

Em Pernambuco, a tabela 1, mostra que o estado de Pernambuco apresenta um alto déficit habitacional, concentrado na faixa de populações de baixa renda, constituídas de pessoas que obtêm menos de 3 salários mínimos.

Tabela 1. Déficit habitacional por faixa de renda familiar, Pernambuco e Região Metropolitana do Recife – 2000

Território	Até 3		>3 a 5		>5 a 10		>10		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	343.301	84,0	29.235	7,2	28.258	6,9	6.456	1,6	408.792	100,0
Pernambuco	279.823	91,0	14.525	4,7	6.871	2,2	2.066	0,7	307.550	100,0
RM Recife	164.652	88,3	9.585	5,1	5.322	2,9	1.039	0,6	186.000	100,0
Brasil	4.410.385	83,2	443.139	8,4	285.131	5,4	101.632	1,9	5.297.946	100,0

Fonte: Modificado pela autora do texto. Fundação João Pinheiro, 2000. (RECIFE, 2005).

Além do déficit habitacional, também encontram-se habitações inadequadas, e isso em termos de demanda, carência de infraestrutura, entre outros fatores. Referenciam-se alguns dados de habitação, segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento (PNSB, 2008), que mostram que, no Brasil, dos tipos de habitação mais encontrados e susceptíveis a riscos nos perímetros urbanos, 62,6% acham-se localizados em áreas declaradas sem infraestrutura de drenagem dos municípios e 56,8% são constituídos de áreas baixas sujeitas a inundações e/ou a proliferação de vetores de doenças. Destacam-se outros dados relevantes: 55,2% dos municípios brasileiros em

2008 tinham acesso a serviço de esgotamento sanitário por rede coletora (o sistema apropriado); enquanto que 99,4% dos municípios tinham serviços de água (IBGE, 2010).

As dificuldades referentes à implementação da habitabilidade enquanto moradia digna no Brasil ainda são enormes. Ainda se constata que a questão da moradia continua sendo pensada apenas como uma questão de infraestrutura física, negligenciando, portanto, outras questões como as relações sociais de vizinhança, participação etc. Isto quer dizer que:

Quando pensamos nas vizinhanças urbanas, que são as células de uma cidade, elas devem integrar, além das habitações, pequenos equipamentos adequados ao serviço das diversas necessidades dos habitantes e ao estímulo do convívio. Trata-se de pensar a cidade como uma verdadeira extensão do habitar para além das paredes da casa de cada um. (BAPTISTA, 2009, p. 4)

3.3-Espaço Vivido: Caso do Conjunto Habitacional do Cordeiro

As grandes transformações urbanas trazem consigo grandes modificações estruturais na sociedade, na vida cotidiana, tratando-se de uma verdadeira mistura morfológica urbana (diversas formas arquitetônicas) e de diversos eventos ao mesmo tempo e em espaços diferentes: “Por sua vez, podemos dizer que cada momento da vida na metrópole traz consigo um acúmulo de fatos novos, dos quais cada um cria uma série de consequências, o que permite pensar a sociedade urbana em sua complexidade com base na vida cotidiana, na metrópole”. (CARLOS, 2001, p. 31)

Nesta perspectiva destaca-se o papel importante que têm os Governos na construção do território e no controle do mesmo, através da tarefa de gestão de políticas e programas. É nesse sentido que se referenciam as experiências de diversos programas de habitação como o PROMETROPOLE, o Programa de Habitação do Governo de Pernambuco, o Programa Minha Casa Minha Vida entre outros. Muito embora neste capítulo, faça-se referência ao PRsP, o qual poderia tornar-se efetiva política pública na medida em que conseguissem promover o bem estar das populações alvo, ou pelo menos contribuir para mitigar os problemas da habitação. Faz-se necessário lembrar que: a “recente história urbana do Brasil comprova como temos sido injustos com nossas cidades e que as práticas de exclusão, apartação e segregação socioespacial são frequentes. O Estatuto chega quando se registra um extremo maltrato de nossas cidades”. (BORZACCHIELLO, 2005, p. 30)

O CHC, habitado por pessoas que moravam na favela Vila Vintém II na margem do rio Capibaribe, foi inaugurado em abril de 2003, contando com unidades de 36m², dois quartos, banheiro, cozinha. De acordo com o PRsP, o Conjunto foi projetado para ter:

27 blocos, totalizando 704 apartamentos. Serão abrigadas 441 famílias retiradas das palafitas de Brasília Teimosa, 187 famílias da Vila Vintém II (Casa Forte) e 76 da comunidade do Bueirão. Além das 128 unidades via Operação Trabalho, outros 192 apartamentos [...] os moradores das palafitas da Vila Vintém II, em Casa Forte. (RECIFE, 2013)

Neste caso, o que no início parecia uma alternativa para melhorar as condições de habitação das populações atingidas, hoje é percebido por seus beneficiários como um problema nas dimensões social, ambiental e econômica. Embora o projeto inicial contemplasse aspectos urbanísticos, ambientais, socioeconômicos e culturais, isto não foi uma realidade, observando-se um padrão de intervenção pouco comprometido com seus participantes.

As mudanças urbanas possuem significado social para as populações, e o espaço revela experiências na vida cotidiana onde o individual e o coletivo se misturam, gerando outros

significados; muitos dos quais desvinculados das necessidades reais das populações atingidas pelas políticas públicas. É assim que:

A rua é um elemento revelador; a partir dela se pode pensar o lugar da experiência, da rotina, dos conflitos, das dissonâncias, bem como desvendar a dimensão do urbano, das estratégias de subsistência [...], apontando para usos e tempos diferenciados. No panorama das ruas se pode ler a vida cotidiana: seu ritmo, seus conflitos, os sentimentos de estranhamento, o modo como a solidão desponta, a arte da sobrevivência, as vitrines onde o ritual da mercadoria inebria pelo contraste das construções, de suas fachadas, comandando os passos, os usos e as cores. (CARLOS, 2001, p. 56)

Os habitantes do CHC¹⁹ apropriam-se do seu espaço, modificando-o e revelando transformações e usos. Uma das diversas dificuldades identificadas reside no pagamento de taxas de condomínio para a manutenção dos prédios e do Conjunto, bem como na necessidade de pagarem contas de água e energia elétrica, custos que as famílias não tinham antes nas favelas e palafitas. É isso que leva muitas famílias a deixarem de pagá-las e/ou vender os apartamentos recebidos através de concessão da PR. Pode-se perceber como as ruas e os prédios do CHC encontram-se com suas fachadas deterioradas, sobretudo em função da impossibilidade econômica que muitas famílias têm para a conservação da moradia (Fig. 2).



Fig. 2. Fachada Externa do CHC. Legenda: Deterioração das fachadas CHC
Foto de: Diana Gómez Bautista, aos 25 de outubro de 2013.

Por meio de conversas informais com moradores do CHC e observação do ambiente vivido, pôde-se constatar que não existem áreas de lazer para crianças e adolescentes, embora a PR tivesse prometido sua implantação (Fig. 3). Também existem espaços desocupados sem nenhum uso, nos quais moradores colocam lixo. Outro dado importante é que muitos jovens não têm nenhum tipo de ocupação ou atividades de formação, ao mesmo tempo em que há falta de participação e interesse das atividades promovidas pelo Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), levando alguns jovens a se envolver em tráfico de drogas ou roubos.

¹⁹ As informações foram obtidas através de conversas informais com os próprios vizinhos do CHC, no mês de outubro de 2013.



Fig. 3. Espaços de “lazer”. Legenda: Lixo nos espaços livres e nos utilizados para lazer.
Foto de: Diana Gómez Bautista, aos 25 de outubro de 2013.

No que se refere à moradia, algumas pessoas entrevistadas manifestaram preferência pelo seu lugar anterior de moradia (Vila Vintém II), e isto por diversos fatores, principalmente pelos econômicos; também percebeu-se a sensação de segurança naqueles lugares, visto que ninguém os roubava e havia menos violência. Com efeito, no CHC, há preocupação com relação à violência, à insegurança (Fig. 4) e às drogas.



Fig. 4. Reformas nos prédios contra a violência. Legenda: Grades fechando os blocos do CHC.
Foto de: Diana Gómez Bautista, aos 25 de outubro de 2013.

Quanto à infraestrutura existente, observou-se esgotos estourados, vazamentos, apartamentos em estado inacabado, sobretudo os que tinham sido entregues sem piso e reboco.

No que diz respeito à renda, as pessoas alegaram que, em Vila Vintém II, tinham mais oportunidades de trabalho, e alguns moradores trabalhavam com a coleta de lixo para reciclagem; mas que, na nova moradia, tudo mudou, pois, segundo pessoas entrevistadas, no CHC elas tem menor oferta de emprego, além de não terem espaço para ser adaptado como mecanismo de geração de renda, o que contribuiu para aumentar o desemprego. Os moradores ainda nos revelaram que várias promessas de geração de renda foram-lhes feitas: implantação de espaço para reciclagem e outros tipos de comércio, mas nada aconteceu até à data atual. Ao contrário, eles perderam o acesso a auxílios de diversas instituições públicas e privadas tais como doações de alimentos que recebiam na Vila Vintém II. De qualquer maneira, algumas famílias ainda tentam fazer algumas adaptações para instalação de pequenos comércios, como uma fonte de geração de ingressos. (Fig. 5).



Fig. 5. Reforma para geração de Renda. Legenda: Na parte superior da figura encontram-se pequenos comércios como mercadinhos, e na parte inferior encontra-se um lava-jato.

Foto de: Diana Gómez Bautista, aos 25 de outubro de 2013

Outro fator a destacar concerne às relações sociais no CHC, pois se percebeu a difícil convivência entre vizinhos, o que difere da situação que tinham em Vila Vintém II, isto é, seus laços de vizinhança foram perdidos no CHC. Do que resultou na formação de conflitos entre moradores oriundos de comunidades diversas, em função de sentimentos de rivalidade e perda do sentido de comunidade.

Destacam-se outros problemas relativos a adaptações e construções feitas em madeira para fechar prédios, lançamento de lixo nas ruas e em áreas verdes, colocação de roupas ao ar livre, atrapalhando a circulação dos pedestres. (Fig. 6)



Foto 6. Percepção Ambiental. Legenda: Lixo e roupas nas áreas livres para pedestres, não uso das lixeiras; lixo nas áreas verdes e esgotos estourados. **Foto de:** Diana Gómez Bautista, aos 25 de outubro de 2013

Como aspectos positivos, as pessoas ressaltam o benefício da proximidade com relação a mercadinhos, a transporte público e ao fato de terem um lar físico seguro, sem medo das enchentes e de ter banheiro no interior do apartamento, bem como a proximidade da creche e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), os quais ficam dentro do conjunto. No campo da saúde, os moradores tiveram acesso a uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e a Hospitais localizados perto do conjunto, embora tenham manifestado no momento da pesquisa, que geralmente não existiam médicos nesses equipamentos públicos.

Respondendo às questões formuladas no início deste texto, a habitabilidade dos moradores do CHC é negativa quanto aos aspectos sociais, econômicos e ambientais. Por isso, os moradores reconheceram que em Vilas Vintém II, havia boas relações de vizinhança, segurança, espaços de lazer.

Do ponto de vista da participação dos moradores no processo de remoção para o CHC, isso nunca existiu, elas apenas foram informadas sobre como iria ser o projeto do CHC e que seriam relocados. Com efeito, sua organização social sempre foi precária. Alguns moradores admitiram a importância de uma associação de moradores, até existia uma em Vila Vintém, embora fosse pouco atuante, mas deixou de existir no CHC. Hoje cada bloco do CHC possui uma pessoa responsável pelo cuidado do prédio, mas na prática isso não funciona em todos os blocos.

Evidencia-se, então, a necessidade de políticas públicas sociais integrais, que ultrapassem a mera relocação das populações vulneráveis para Conjuntos Habitacionais do PRsP com melhor infraestrutura. Mas que passem a contemplar e aplicar nos projetos, também aspectos sociais, econômicas, culturais e ambientais em sua complexidade. Somente assim chegar-se-á à mudança efetiva da qualidade de vida das suas populações. Em outras palavras, nessas políticas, as verdadeiras necessidades das populações atingidas devem ser contempladas, possuindo como um de seus componentes a participação da população.

CONCLUSÕES

Enquanto Política Pública de habitação, fica evidente que o Estado, através do PRsP, fez uma intervenção pouco comprometida com as necessidades reais das populações atingidas, dificultando a promoção da qualidade de vida dessas famílias. Portanto, conclui-se, que a construção dos Conjuntos Habitacionais como o exemplo do “Casarão do Cordeiro” não pode limitar-se a melhoramentos de caráter físico, os quais, ainda assim, têm sido precários na medida em que se têm entregado apartamentos inacabados, com falta de espaços de lazer, alguns problemas de vazamentos nos prédios etc. Por isso, faz-se importante um projeto social que integre aspectos de inserção econômica das populações atingidas, processos de acompanhamento para a adaptação ao novo espaço, entre outros de cunho ambiental e social que sejam realmente desenvolvidos e que não fiquem só como uma proposta.

É importante ter presente neste tipo de programas a habitabilidade e seus diversos componentes, pois este tipo de projeto, como se mencionou anteriormente, precisa de processos integrar as pessoas ao espaço físico construído, envolvendo os aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos, aspectos que não se evidenciaram na construção do CHC. Neste, identificou-se a falta de acompanhamento dos processos de remoção para se resolver, simultaneamente, problemas atinentes à geração de renda, saúde, espaços de lazer etc.

Por outro lado, é importante que haja mobilização das populações atingidas pelo PRsP, a partir da qual as pessoas assumam um papel político na defesa de seus direitos, na melhoria das condições de vida. Por isso, reforça-se a importância da participação e mobilização das populações atingidas no que se refere à construção da cidade, como sujeitos políticos. A cidade é, de fato, construída ao mesmo tempo pelo Estado e pelas populações, na perspectiva de um espaço humanamente digno, com justiça social, pelo qual as pessoas possam desfrutar de uma moradia com liberdade, bem como influir na resolução dos erros das Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAPTISTA, Antônio. *Entre casa e cidade, a humanização do habitar*. Porto: Dafne editora, Julho 2009. Opúsculo 18, issn 1646-5253. D.1 246357/06.
- BRASIL. Ministério de Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Contribuição da pós-graduação brasileira para o desenvolvimento sustentável. Brasília: Capes na Rio+20, 2012.
- BRASIL. Presidência da República, Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição Federal do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 26 out. 2013.
- BRASIL. Prefeitura do Recife. Atlas municipal - Desenvolvimento Humano no Recife. *Capitais do Nordeste são as mais desiguais*. 2005. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/releases/Capitais%20do%20Nordeste%20s%C3%A3o%20mais%20desiguais.pdf>>. Acesso em: 15 de outubro de 2013.
- CARLOS, A, F; LEMOS, A, I, G (Orgs.) *Dilemas urbanos: Novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2005.
- CARLOS, A, F. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983
- CASTILHO, C, J. FERREIRA, P, R. Políticas públicas e (re)produção sustentável do espaço urbano: “programa recife sem palafitas” – seus benefícios e sua natureza social. *Acta Geográfica*, Boa Vista, v.6, n.13, set./dez. de 2012. pp.33-58.
- FIDEM- FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL(Recife). *Programa de infra-estrutura em áreas de baixa renda da RMR*. Recife, 2000.
- IBGE. Pesquisa nacional de saneamento básico 2008. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf> Acesso em: 29 out. 2013.
- MILARÉ, E. *Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário*. 6 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.
- RECIFE. Prefeitura do Recife. O Recife sem palafitas. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/especiais/recifesempalafitas/index.php>> Acesso em: 21 out. 2013.
- SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade: O caso de São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2. ed.2012.

O RECONHECIMENTO DA MORADIA COMO DIREITO SOCIAL: Aplicabilidade do Plano Nacional de Habitação na Produção da Moradia de Interesse Social no Brasil

Maria Eugênia Wanderley Lima

Mestranda do MDU-UFPE

E-mail: eugenia.lima@yahoo.com.br

Nilson da Rocha Cordeiro

Mestrando do MDU-UFPE

E-mail: nilson.cordeiro@live.com

1-INTRODUÇÃO

Entre os direitos fundamentais do ser humano destaca-se o direito à moradia. Não que este seja de maior importância ou seja um tipo especial, mas porque o pleno exercício dos demais direitos necessita, fundamentalmente, dele. Assim, ao falarmos do pleno exercício da cidadania, das garantias constitucionais fundamentais e, por sua vez, do direito à cidade, estamos falando em essência, do acesso à moradia digna, e a qualidade do morar em sua complexidade.

Muitos estudos foram feitos, apresentando-nos inúmeras formas de analisar e compreender a realidade não somente urbanística, mas, ao mesmo tempo, urbana; suas múltiplas facetas e variáveis. Não se pretende aqui trazer uma novidade, hipótese ou teoria revolucionária para o nosso atual contexto histórico, o que, aliás, ainda está para ser feito. Tem-se tão somente como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a problemática ora abordada.

Busca-se destacar o caráter basilar da casa e do abrigo para o desenvolvimento do indivíduo, da cidade e da sociedade. Não é mais possível continuar pensando a cidade sem considerar os espaços públicos na sua relação com os espaços privados e mais íntimos, tal como nos alertara Gilberto Freyre em *Casa-grande e Senzala*.

Nesta obra, ele utilizou a moradia como metáfora para analisar a cultura e sociedade coloniais no Brasil. Da mesma maneira, em *O cortiço*, Aluísio de Azevedo apresentou a ideologia e as relações sociais do final do século XIX com base em uma forma de habitação “coletiva”, onde os conflitos, desejos, sonhos e aspirações foram retratados a partir de um cortiço. Ambos os exemplos acima citados mostram como a moradia pode revelar muito mais do que formas e padrões arquitetônicos, muito mais do que paredes.

No Brasil do século XXI, os problemas relativos à moradia ainda constituem uma realidade muito grave, achando-se ainda sob parâmetros considerados nas obras literárias acima ressaltadas. De acordo com o IBGE, por meio da PNAD²⁰, o déficit habitacional no Brasil é de quase oito milhões de moradias e, quando se observa que as favelas e áreas em situação de risco ou inadequadas para moradia abrigam mais de dois milhões de pessoas, nota-se claramente o quanto a situação da moradia agravou-se ainda mais.

Durante muito tempo a ocupação das metrópoles brasileiras foi conduzida sem o acompanhamento de políticas públicas habitacionais, engendrando a proliferação das palafitas e

²⁰ Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio.

favelas. O que foi, de uma certa feita, facilitado por uma “política” de tolerância total com relação às formas de apropriação da cidade, visto que o Estado brasileiro, naquele período, não dava garantia nenhuma às populações pobres (RIBEIRO, 2007).

Visando atingir o objetivo principal desse trabalho, que é o de compreender o processo histórico da política de habitação no Brasil e o reconhecimento da moradia enquanto um direito fundamental previsto na legislação, buscar-se-á fazer uma análise da política de habitação e sua aplicabilidade em relação à produção da habitação de interesse social. Para isso, na primeira seção deste capítulo, tratar-se-á da apropriação desigual da cidade entendendo que são reflexos do processo histórico ao produzir novos arranjos espaciais; na segunda, analisamos o direito à moradia a partir do reconhecimento e efetivação da conquista da moradia enquanto um direito social por intermédio do conjunto de instrumentos legais; na terceira, refletimos de maneira sucinta o contexto histórico das políticas habitacionais no Brasil, visando à garantia da função social da propriedade definida nas legislações e no próprio Plano Nacional de Habitação.

2-UMA REALIDADE A SER REPENSADA

A cidade é um fenômeno social e, enquanto tal, é densa de história, sendo compreensível somente à luz da história. Assim, ela compreende um significativo patrimônio construído histórica e socialmente. Entretanto, sua apropriação é desigual. Temos claramente esta percepção quando a olhamos mais de perto, bem como quando nos aproximamos dos seus diferentes bairros. A existência de bairros nobres e bairros populares lado a lado manifesta essa realidade. Isso para não mencionar as áreas de construções irregulares. Esta é a pesada herança que nossas cidades carregam no curso da sua história.

Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade (CORRÊA, 2011). Eles são, então, reflexos do processo histórico. Constroem seu ambiente, materializando, assim, elementos que são fruto dessa história. Traduzem em forma de espaços construídos – casas, avenidas, monumentos, praças e toda sorte de elementos arquitetônicos incluindo os de habitação – modelos simbólicos, subjetivos e até inconscientes.

A ocupação urbana irregular configura novos arranjos espaciais que reproduzem a precariedade da política de habitação e evidenciam o contraste, a fragmentação e segmentação social. Analisar os fatores relacionados à questão urbana (sociais, políticos, econômicos, culturais) é condição importante para compreender o contexto em que está inserida a política habitacional no Brasil.

Nos últimos setenta anos, o Brasil vivenciou um processo socioeconômico e político de urbanização acelerado, marcado pelas suas históricas desigualdades socioespaciais. De acordo com a contextualização feita por Maricato (1987), foi a partir das primeiras décadas do século XX – alavancado pela indústria ainda incipiente, pela proclamação da República e pela emergência do trabalho livre – que surgiram os primeiros indícios de urbanização da sociedade brasileira.

A análise histórica da realidade urbana brasileira, observada do ponto de vista das políticas urbanas adotadas, demonstra que, desde a adoção da política do encilhamento, a lógica de subordinar a política urbana e habitacional aos interesses da reprodução das relações capitalistas de produção tem orientado a ação do Estado. Esta lógica tem se demonstrado ao mesmo tempo uma forte fonte de lucro para o capital imobiliário e extremamente incompatível com as necessidades das classes populares, gerando uma sociedade urbana excludente e uma estrutura de cidade fortemente segregada, que tem na falta de moradia uma de suas características principais. (BOTEAGA, 2008, p. 2)

O Estado brasileiro historicamente se pautou nas relações capitalistas de produção para tratar das políticas urbanas. Possivelmente esta é a causa principal da dissimetria entre o interesse de ampliação do capital pelas elites dominantes e as necessidades das camadas menos favorecidas economicamente da sociedade que também se inserem na dinâmica urbana. Com isso, a cidade passou a ser um mero espaço excludente de reprodução e acumulação de capital ao invés de determinar-se como um espaço de materialização de direitos coletivos.

Em *O Direito à Cidade*, Lefebvre (1991) descreve a importância das relações sociais no processo de produção capitalista, retomando o sentido da pluralidade da urbanização, sendo entendida como crescimento na reprodução das relações sociais com base na produção do espaço. A política urbana de apropriação do espaço da cidade, na perspectiva de ampliação do capital, atende os interesses econômicos das classes dominantes acarretando impactos profundos no quadro social. Esse é o entendimento também de Celso Ribeiro Bastos (1990), que entende que a natureza de uma cidade não pode ser processada apenas na base econômica, reconhecendo ser a cidade, antes de tudo, um resultado social.

Ao analisar o processo social brasileiro relacionado à política urbana, Maricato e Júnior (2006) relatam que a essa política nunca esteve entre as prioridades do Estado brasileiro e seus sucessivos governos – tendo acontecido, sempre, de forma fragmentada e subordinada à lógica de favorecimento –; e nunca houve um projeto estratégico para as cidades brasileiras, envolvendo, de forma articulada, as intervenções no campo da regulação do solo urbano, da habitação, do saneamento ambiental, da mobilidade, do transporte público entre outros problemas integrados ao bem-viver na cidade.

A regulamentação jurídica da atuação coletiva na cidade só foi prevista a partir da Constituição Brasileira de 1988, como resultado de pressões do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), quando finalmente houve a previsão de objetivos no que toca à política de desenvolvimento urbano; o que também encorajou a elaboração a partir de então como uma exigência constitucional, pelos municípios, dos planos diretores e do desenvolvimento sustentável das cidades.

A Constituição Federal (CF) de 1988 define expressamente os objetivos da política de desenvolvimento urbano: ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. No entanto, as diretrizes gerais que norteiam a execução da política urbana só foram instituídas a partir de 2001, pela Lei 10.257 com a regulamentação do Estatuto das Cidades (EC), após 13 anos da previsão constitucional.

Embora sejam inúmeros os avanços legais da reforma urbana no Brasil, as efetivações desses direitos na execução de políticas públicas não vêm acompanhando o caráter acelerado do processo de urbanização. Segundo Araújo Filho (2009), o artigo sexto da CF/88 traz uma gama de direitos que envolvem não apenas as políticas sociais, mas também políticas urbanas, tais como as de: habitação, saneamento e transporte, no âmbito do conceito amplo de direito à moradia e tidas pela CF/88 como serviços públicos de caráter essencial.

No entanto, a despeito da CF e do EC, não se nota ainda a melhoria concreta da problemática da habitação pelas populações mais pobres no Brasil. Segundo afirma Moraes (2009, p.98), coordenadora dos Estudos Setoriais Urbanos do IPEA:

Os resultados estão aquém do esperado, a começar pelo déficit habitacional estimado em cerca de 7,9 milhões de moradias. Ainda existe no País um conjunto de necessidades habitacionais não satisfeitas, que configuram violações do direito à moradia, afetando, sobretudo, as camadas mais pobres da população e os residentes em assentamentos humanos precários. Nas zonas urbanas brasileiras ainda há 54,6 milhões de brasileiros que convivem com pelo menos um tipo de inadequação habitacional.

Todavia, diferente do contexto urbano brasileiro anterior à CF e ao EC, pelo menos agora, dispõe-se de instrumentos legais que garantem a produção de espaços urbanos capazes de fazer valer os ideais de justiça social e qualidade de vida para todos os seus usadores, cabendo apenas dar prosseguimento às pressões do MNRU.

3-O DIREITO À HABITAÇÃO: Conquista que precisa ser resgatada

A moradia é um direito social reconhecido desde 1948, através da Declaração dos Direitos Humanos (DDH/ONU, 1948), em seu artigo 25º, inciso I, que diz:

Todo o ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (grifo nosso)

No tocante à realidade brasileira, sua CF de 1988 considerou-a no rol dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, relacionada ao salário mínimo digno capaz de assegurar o direito à moradia. Na redação do artigo 7º inciso IV da CF/88 vê-se que o:

[...] salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. (BRASIL – grifo nosso)

Dessa forma, a questão da moradia vem a ser reconhecida enquanto um direito fundamental social, somente, a partir do ano 2000 – após muita mobilização social – através da Emenda Constitucional nº26/00 que altera o artigo 6º da CF/88 com a inclusão da palavra moradia no rol de direitos sociais. Ficando com a seguinte redação:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL – grifo nosso)

Após o reconhecimento da habitação enquanto um direito social, e sua inclusão no texto constitucional, surgem outras legislações como a já mencionada Lei 10.257/2001 conhecida por EC, que passam a regulamentar e definir as diretrizes para efetivação desse direito. O EC é: “Uma lei inovadora que abre possibilidades para o desenvolvimento de uma política urbana que considere tanto os aspectos urbanos quanto os sociais e políticos das nossas cidades”. (JUNIOR SAULE, 2004, p.209)

De acordo com Rolnik (2001), o EC representa um avanço histórico, pois, pela primeira vez, foi criada uma regulação federal para a política urbana que propõe um conjunto de instrumentos viáveis, diferente da visão tecnocrata dos velhos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado que tudo prometiam, mas não possuíam nenhum instrumento para induzir a implementação das promessas. Ainda segundo esta mesma autora, as inovações do EC objetivam normatizar o uso e ocupação do solo, garantir uma gestão participativa – não apenas durante o processo de elaboração da política, mas, sobretudo, na sua implementação e gestão – e ampliar as possibilidades concretas de regularização das posses urbanas.

O EC traz em si, portanto, uma lista de instrumentos para viabilizar a concretização efetiva do direito à cidade, que regulamentam também a garantia ao direito à moradia. Todavia, a garantia desse conjunto de direitos em sua complexidade não depende exclusivamente de uma legislação inovadora. Mas, concomitantemente, de políticas públicas que atendam às diretrizes gerais previstas na lei, bem como da pressão dos movimentos sociais para fazer valer seus interesses no âmbito da Política Nacional de Habitação.

4-POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

Não há como se pensar em políticas habitacionais e urbanísticas dissociadas da complexidade do processo de habitar e dos usos do espaço urbano. Isso porque os usos que se farão dos seus espaços e dos seus elementos arquitetônicos constituem uma totalidade complexa. Daí porque o estudo dos elementos subjetivos constitui condição *sine qua non* para o entendimento das relações entre as pessoas, suas casas e a cidade, bem como a relação com a cidade e a da cidade com o mundo.

O contexto histórico da política habitacional no Brasil é muito parecido com o contexto jurídico de reconhecimento do direito à moradia, tendo em vista que o processo de urbanização brasileira ocorreu, no seu início, sem a presença de instrumentos jurídicos e políticos que regulassem o direito à propriedade fundiária.

Desde o período de formação da sociedade brasileira, a questão habitacional tem se desenvolvido enquanto um problema. A desigualdade impressa no planejamento urbano para as elites impossibilitou o acesso à moradia de grande parte da população. A perpetuação dessa desigualdade é expressa desde a Lei de Terras (601/1850), a qual definiu a compra como o único meio de aquisição da propriedade da terra, excluindo, portanto, o acesso à terra por meio da posse ou ocupação.

No entanto, se a Lei de Terras *per se* já era difícil de ser implementada no Brasil, com a abolição oficial da escravatura (1888), ficou quase que impossível impedir o acesso à terra pela ocupação. Isso porque os escravos “livres”, buscando sua sobrevivência, passaram a ocupar terras nas cidades uma vez que, até então, ainda não tinham conquistado sua liberdade econômica. O que, segundo o senso comum, contribuiu para o processo de produção do espaço urbano de modo desordenado e caracterizado pela precariedade das condições habitacionais. Ao mesmo tempo, notava-se, naquele período, o flagrante despreparo das políticas públicas que atendessem a essa população (HOLTZ & MONTEIRO, 2008). Ademais, de acordo com Lacerda, Zanchetti e Diniz (2000, p. 80):

A forma de ocupação das metrópoles dramatizou, os problemas de inequidade da sociedade brasileira. Criou uma distribuição no espaço, profundamente desigual em termos de moradia, renda, oferta de serviços e infra-estrutura urbana, amenidades e segurança ambiental e acesso a equipamentos de consumo coletivo e cultural. Em síntese, um território urbanizado de modo fragmentado, com grandes problemas de adequação ambiental e pouco articulado do ponto de vista de uma identidade cultural da população com a ocupação urbana resultante.

A partir do século XIX, a fim de atender os interesses da burguesia interessada pelo crescimento industrial no país, as áreas ilegais passaram a ser reconhecidas como foco de pobreza – princípio à violência, epidemias e vícios – já que ocupam lugar privilegiado nos grandes centros das cidades. Influenciado pelo movimento de reforma urbana higienista europeu, o Estado brasileiro começou a dificultar a construção de moradias populares nos

centros das cidades, bem como a efetuar uma política de remoção das habitações existentes sem criar condições suficientes para abrigar as famílias removidas.

Dessa forma, segundo Maricato (2001, p.17), “[...] a população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade”, constituindo, assim, um dos fatores de estímulo à periferização e à favelização das cidades. Da mesma maneira, o desenvolvimento industrial – precursor do êxodo rural – sem nenhuma política pública que o regulasse, acelerou o processo de ocupação das cidades agravando principalmente o problema da moradia devido ao crescimento gradativo dos assentamentos ilegais, e passando por cima da Lei de Terras.

A partir de 1964, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) pela Lei 4.380/64, a qual, através da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), objetivava dinamizar a política de habitação a partir da disponibilidade de crédito para financiar a construção de moradias. O SFH era dividido em dois formatos: um para as populações de classes média e alta e outro para a classe de baixa renda. Entretanto, a forma de adquirir a habitação era igual para todas as classes sociais – isto é, somente através do financiamento – o que prejudicava a população de baixa renda por não ter como comprovar a renda e não suportar o pagamento da dívida. Além disso, as construções das habitações para populações de baixa renda eram feitas em locais distantes da cidade e não havia infraestrutura adequada, tornando precárias as condições de habitabilidade.

Mesmo com algumas reformulações na política habitacional o BNH não conseguiu superar a crise do SFH e acabou sendo extinto em 1986. Assim, a política de habitação foi reduzida enquanto política nacional, resultando na desarticulação progressiva da instância federal, na fragmentação institucional, na perda da capacidade decisória e na redução significativa dos recursos disponibilizados nessa área (SANTOS, 2005).

Com o colapso do sistema de crédito habitacional e a extinção do BNH, agravado pela crise econômica nos anos 1980 e 1990, viu-se consideravelmente o aumento da instalação de grande parte da população em áreas periféricas, insalubres e sem infraestrutura, ocasionando o crescimento desenfreado do espaço urbano ilegal e o aumento da exclusão social (OSÓRIO, 2004).

Esse descaso do poder público frente ao contexto da política habitacional suscitou o ressurgimento de pressões sociais para resolver a permanente questão urbana no Brasil. Desse modo, o Estado passou a considerar parte das reivindicações dos movimentos sociais por infraestrutura e regularização das áreas ilegais, culminando com o novo ordenamento constitucional do qual já falamos nas seções anteriores.

Após períodos de instabilidade em relação ao trâmite da política de habitação por vários ministérios foi criado, em 2003, o Ministério das Cidades (MCID) – resultado da reivindicação dos movimentos sociais em prol do espaço de interlocução com o poder público – o qual objetivava discutir e aprovar uma política urbana para o país, de forma articulada com as políticas de habitação, saneamento ambiental, transportes e mobilidade.

O MCID representou um salto significativo para o atual contexto da política de habitação no Brasil. Suas ações – realização de Conferências Nacionais, criação do Conselho Nacional das Cidades, elaboração de planos nacionais, entre outras – colocam a política de habitação no lugar de prioridade na agenda pública do país (Fig. 1).

PRINCÍPIOS DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

- Moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de qualidade, infra-estrutura básica, transporte coletivo e serviços sociais
- Função social da propriedade urbana buscando implementar instrumentos de reforma urbana possibilitando melhor ordenamento e maior controle do uso do solo de forma a combater a especulação e garantir acesso a terra urbanizada
- Questão Habitacional como uma Política de Estado; poder público é agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regularização de assentamentos precários
- Gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos
- Subordinação das ações em habitação à política urbana de modo atrelado com as demais políticas sociais e ambientais

OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

- Universalizar o acesso à moradia digna em um prazo a ser definido no Plano Nacional de Habitação levando-se em conta a disponibilidade de recursos e a capacidade operacional
- Implementar uma política de planejamento de cidades destinando em seus planos diretores imóveis desocupados e áreas infraestruturadas, adequadas para provisão de programas habitacionais de interesse social; revertendo dessa forma a lógica de segregação social e espacial
- Enfrentar o problema habitacional de forma articulada com as políticas fundiária, de saneamento e de transporte e em consonância com as diretrizes de política urbana
- Fortalecer o papel do Estado na gestão da Política e na regulação dos agentes privadosConcentrar esforços e canalizar, de forma articulada, recursos não onerosos dos três âmbitos de governo no enfrentamento dos problemas habitacionais
- Promover o atendimento à população de baixa renda, aproximando-o ao perfil de déficit qualitativo e quantitativo; Governo Federal
- Buscar a expansão do crédito habitacional, ampliando fontes de recursos existentes e criando ambiente de mercado estávelBuscar a expansão do crédito habitacional, ampliando fontes de recursos existentes e criando ambiente de mercado estável
- Facilitar e baratear o acesso a terra urbanizada e ao mercado secundário de imóveis (preferencialmente os imóveis desocupados)
- Promover o desenvolvimento tecnológico na área da construção civil para reduzir custosAmpliar a produtividade e melhorar a qualidade do produto
- Gerar empregos e renda dinamizando a economia apoiando-se na capacidade que a indústria da construção apresenta em mobilizar mão de obra, utilizar insumos nacionais sem a necessidade de importação de materiais e equipamentos e contribuir com parcela significativa do PIB

FIGURA 1: Princípios e objetivos da Política Nacional de Habitação. Fonte: BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Política Nacional de Habitação, 2004.

Os princípios e objetivos da Política Nacional de Habitação traduzem, portanto, uma concepção avançada em relação ao contexto da política de habitação no Brasil. Pela primeira vez, nota-se que a questão habitacional foi reconhecida como uma Política de Estado, que visa à garantia da função social da propriedade na garantia do acesso à terra urbanizada e regularizada. Além disso, a previsão de instrumentos de participação e controle social também traduz a concepção de desenvolvimento urbano integrado, contida no Plano Nacional de Habitação.

Habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à infra-estrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir o direito à cidade (BRASIL, 2004, p. p.12).

Dessa maneira a produção da habitação não se restringe à dimensão do seu espaço físico. Segundo Abiko (1995), produzir o lugar refere-se a um processo complexo com determinantes políticos, sociais, econômicos, jurídicos, ecológicos e tecnológicos, fazendo da execução da política pública de habitação um grande desafio para um Estado clientelista como o Brasil.

No entanto, o que se observa é uma política habitacional relacionada ao atendimento dos interesses do mercado “econômico”, como descrevem Leal & Borges (2012) ao se referirem

ao programa habitacional Minha Casa Minha Vida, que vem impulsionando o mercado imobiliário com investimentos públicos para construção de conjuntos habitacionais de interesse social.

A construção da habitação de interesse social passa a ser estabelecida pela dinâmica da pressão mercantil na redução de custos e aumento da fonte de lucro, e por outro lado pela lógica governamental de aumentar a quantidade de atendimento como fonte de popularidade (voto). Com efeito, a habitação de interesse social mantém ainda seu caráter de precariedade, já que não se nota a provisão de infraestrutura adequada, nem tampouco o atendimento das reais necessidades dos que usufruem das novas habitações.

Diante disso tudo, os projetos de produção da moradia de interesse social passam a atender, em sua maioria, a condições mínimas de habitabilidade, em detrimento das condições dignas definidas nas legislações e no próprio Plano Nacional de Habitação. O que dificulta a concretização do direito à moradia para as populações pobres, como uma totalidade complexa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe lembrar o que realmente significa o direito à cidade em sua complexidade, uma vez que sua compreensão ajudará no entendimento das questões aqui expostas, na busca do bem-viver na cidade.

Complementando o que já colocamos anteriormente, segundo Borja (2003), o direito à cidade compreende um conjunto de direitos quais sejam: direito ao espaço público e à monumentalidade; direito à identidade coletiva dentro da cidade; direito à cidade vista como refúgio; direito à diferença, à intimidade e à eleição dos vínculos pessoais. Partindo dessa compreensão desses direitos, pode-se chegar ao entendimento do que seria a justiça social para a cidade, entendida como uma prática cotidiana exercida pelos cidadãos.

Entretanto, não se pode imaginar o exercício pleno dessa democracia quando se privam os sujeitos, agentes sociais, do direito ao espaço, do seu reconhecimento e intimidade. Uma vez privado do seu lugar no mundo, de sua casa, os indivíduos não encontram outros espaços na cidade que possam sustentar sua identidade, servindo-lhes de referência. Essas populações são impedidas de, reconhecendo-se como sujeitos e conscientes de seu espaço no mundo, fazer valer o direito a esse espaço e exigir livre acesso à vida na cidade.

Embora haja inúmeros instrumentos jurídicos e políticos como a CF/88 e o EC, o Plano Nacional de Habitação, os Planos Diretores entre outros, as ações, projetos e programas habitacionais são, ainda, implementados de forma desarticulada, centralizada e descontínua. Segundo Santos Junior & Ribeiro (2007, p.9), “[...] a maioria dos governos municipais não utilizam sua capacidade para gerar uma dinâmica cooperativa, mas, ao contrário, suportam e legitimam um padrão fragmentado e segregado de gestão dos problemas urbano”.

Ainda na perspectiva de Ribeiro (2007):

Atravessamos nas metrópoles brasileiras um período de transição no qual as consequências da ausência de um sistema de governabilidade urbana e a desestruturação do regime de bem-estar social podem aprofundar os riscos de descoesão nacional. (RIBEIRO, 2007, p.26)

A complexidade de uma gestão voltada à inclusão social faz da política de habitação, uma questão importante na configuração dos novos arranjos espaciais de definição da cidade. Porém, conforme o entendimento de De La Mora (2002), a inclusão social no Brasil é promovida de forma paternalista, populista, tecnocrata e autoritária objetivando à construção da

moradia dissociada do ato de habitar. Legitimado no discurso cidadão, do direito à cidade, resguardado pela CF de 1988 e pelo EC, o Estado reproduz um processo centralizador, não participativo, que ratifica a exclusão ao direito à cidade às populações menos favorecidas. Heranças históricas que precisam ser superadas.

Dessa maneira, sobretudo em função da permanência dessas heranças, não há como discordar do pensamento de Rosem (1998), ao retratar a dificuldade no que concerne à aplicabilidade das leis no Brasil.

Existem casos onde o formalismo é adotado como estratégia consciente, exatamente visando evitar mudanças sociais. No Brasil [...] é freqüentemente mais fácil e socialmente menos polêmico para os opositores de uma lei destinada a efetuar mudanças fundamentais na sociedade, evitar sua implementação do que sua promulgação. Os proponentes das reformas básicas alcançam uma vitória simbólica, mas na prática nada muda porque os partidários do status quo têm poderes políticos e econômicos suficientes para abafar a reforma no nível administrativo. (Ibidem, p.64)

Com efeito, ainda que as leis tenham um caráter inovador no que se refere à política urbana, a efetivação desses direitos se esbarra na cultura política de um Estado tradicionalmente privatista, que sempre manteve relações simbióticas e corporativas com grupos privilegiados.

Contudo, tem-se que insistir no papel relevante dos movimentos sociais que a partir da construção de uma cidadania reivindicatória exercem um papel de fundamental importância na luta pela melhoria dos serviços públicos e da elevação da qualidade de vida de grande parte da população brasileira (KRELL, 2002). Segundo ainda Krell (2002), o direito somente poderá ganhar eficácia social se for acompanhado pela luta social.

O fim a que visa o Direito é a paz, e o caminho para atingi-lo é a luta. Não basta, porém, perquirir sobre o fim do Direito, é necessário também conhecer o meio para alcançá-lo. E o meio é a luta. (...) Não me esforço por defender a necessidade da luta pelo Direito em todo e qualquer tempo, mas apenas naqueles casos em que a agressão ao Direito representa um desrespeito à pessoa humana. (Ibidem, p.15)

A questão de qual cidade nós queremos não pode ser pensada separadamente de que tipo de pessoas nós almejamos ser. É preciso definirmos que tipo de relações desejamos desenvolver com a natureza, com as pessoas e com os espaços construídos. Enfim, é preciso escolhermos quais caminhos desejamos trilhar para nós e para nossas cidades. Nas palavras de Jacobs (2011, p.5): “As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesse laboratório que o planejamento urbano deveria aprender, elaborar e testar suas teorias”.

A cidade é o elemento de ligação entre os indivíduos. É por meio dela que os grupos se articulam e interagem. É em seus espaços que convivemos com menor ou maior harmonia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIKO, Alex Kenya. *Introdução a gestão habitacional*. São Paulo: Escola Politécnica da USP, 1995. Texto técnico;
- ARAUJO FILHO, V. F. Diagnóstico e Desempenho Recente da Política Nacional de Saneamento Básico. In: José Celso Cartdosos Jr.. (Org.). *Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas*. 1^aed. Brasília: Ed. IPEA, 2009, v. Volume, p. 431-449;
- _____; Moraes, Maria Piedade. A Constituição Federal de 1988 e as Políticas Setoriais Urbanas. In: José Celso Cradoso; Paulo Furtado; Dianna meirelles da Mota. (Org.). *A Constituição Brasileira de 1988 Revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas*. 1^aed. Brasília: IPEA, 2009, v. Vol 2, p. 117-158;
- BORJA, Jordi. *La Ciudad Conquistada*. Madri: Alianza Editorial, 2003;
- BASTOS, Celso Ribeiro. *Comentários à Constituição do Brasil*. Vol. VII. São Paulo, Saraiva, 1990, p. 201;
- BOTEGA, L. R. *A Política Habitacional no Brasil(1930-1990)*. In Periódico de Divulgação Científica da FALS Ano I - Nº 02- Março de 2008;
- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Constituição da República Federativa do Brasil. Centro de Documentação e Informação: Coordenação de Publicações. Brasília: 2008;
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Política Nacional de Habitação, 2004;
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.
- DE LA MORA, Luis. *Aferição da qualidade da participação dos agentes envolvidos em mecanismos de gestão democrática do desenvolvimento local*. Uma proposta metodológica. *Do global ao local*. Imprensa Universitária. Universidade Federal de Pernambuco, 2002;
- DOS SANTOS, Mauricleia Soares. ATUAL POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO: Garantia de direito. In: *II Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2005, São Luis - Universidade Federal do Maranhão - UFMA, 2005;
- HOLZ, Sheila; MONTEIRO, Tatiana Villela de Andrade. Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil. In: *X Coloquio Internacional de Geocrítica*, 2008, Barcelona - Universidad de Barcelona, 2008;
- KRELL, Andreas J. *Direitos Sociais e Controle Judicial no Brasil e na Alemanha - os (des)caminhos de um Direito Constitucional "comparado"*. 1. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002. v. 1;
- JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grande Cidades*. 3^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011;
- LEAL, S. M. R. ; BORGES, J. S. *Crise do Estado, financeirização do capital e governança corporativa no mercado imobiliário: Implicações na acumulação urbana*. In: Limonad, Ester & Torre, Ana Clara (in memoriam). (Org.). Livro a ser publicado no XV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR, 2012;

LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M.; DINIZ, F. *Planejamento metropolitano: uma proposta de conservação urbana e territorial*. EURE (Santiago. Impresa), Santiago do Chile, v. XXVI, n.79, p. 77-94, 2000;

LEFEVBRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes Ltda, 1991;

MARICATO, Ermínia. *A política habitacional durante o regime militar*. Petrópolis: Vozes, 1987;

_____. Brasil, *Cidades: alternativas para a crise urbana*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2001;

_____; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. *Construindo a Política Urbana: participação democrática e o direito à cidade*. Teoria e Debate, n. 66, abr./jun. 2006;

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS,

1948. <<http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf>> (acesso em 14 jun. 2013);

OSÓRIO, Letícia Marques. *Direito à moradia adequada na América Latina*. In ALFONSIN, Betânia de Moraes. FERNANDES, Edésio. *Direito à moradia e segurança da posse no Estatuto da Cidade: diretrizes, instrumentos e processos de gestão*. Belo Horizonte: Fórum, 2004;

RIBEIRO, L. C. Q. *Reforma Urbana e Desenvolvimento Nacional*. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Orlando Alves dos Santos Júnior. (Org.). *As Metrópoles e a Questão Social Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Revan; FASE 2007, p. 21-50;

_____. SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. *As Metrópoles brasileiras: territórios desgovernados*. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Orlando Alves dos Santos Júnior. (Org.). *As Metrópoles e a Questão Social Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Revan; FASE, 2007, p.7-17;

ROLNIK, Raquel. *Estatuto da Cidade – instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza*. In: SAULE JÚNIOR, Nelson; ROLNIK, Raquel. *Estatuto da Cidade: novos horizontes para a reforma urbana*. São Paulo, Pólis, 2001. p. 5-9. (Cadernos Pólis, 4). Disponível em <<<http://www.polis.org.br/uploads/833/833.pdf>>> (acesso em 19/10/2013);

ROSENN, Keith. *O Jeito na Cultura jurídica Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 1998;

SAULE JÚNIOR, Nelson; ROLNIK, Raquel. *Estatuto da Cidade: novos horizontes para a reforma urbana*. São Paulo, Pólis, 2001. (Cadernos Pólis, 4);

_____. *A proteção jurídica da moradia nos assentamentos irregulares*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004.

REALIDADES E POSSIBILIDADES NA INTERFACE PARTICIPAÇÃO E PROBLEMAS AMBIENTAIS: Discussão a partir da experiência na Bacia do Rio Gramame-PB

Edilon Mendes Nunes
Doutorando do PRODEMA-UFPE,
E-mail: edilonmendes@yahoo.com.br

1-INTRODUÇÃO

No final da década de 1970 e início da década de 1980, no âmbito do contexto da redemocratização do Brasil surgem diversos movimentos sociais, os quais tinham como objetivos principais não somente a luta contra o regime militar como também a conquista de direitos sociais. Esses movimentos ganharam cada vez mais espaço e chegaram às ruas. No que tange ao segundo tipo de movimentos, destacamos os dos hippies, das feministas, dos defensores do amor livre e das questões ambientais, os quais passaram a ser entendidos como os novos sujeitos emergentes (PEDON, 2013).

Tratando da emergência destes novos movimentos, Leff (2008) afirmou que eles estão buscando conquistar o cenário político por meio das suas reivindicações das quais se destaca a que se refere à melhoria da qualidade do ambiente e da vida, bem como a que concerne à conquista por espaços de autonomia cultural e autogestão produtiva. Alguns deles foram assessorados pelas ONGs, na década de 1990, provocando debates e envolvendo-se com questões até então negligenciadas a exemplo daquelas atinentes à sobrevivência das presentes e futuras gerações, tal como a luta pelas águas da bacia do Rio Gramame.

Com efeito, a água é direito de todos, sendo um bem de uso comum do povo. Todos têm direito a um ambiente ecologicamente equilibrado (Art.225 CF, 1988). No entanto, somente com a criação dos comitês de bacia, da legislação de recursos hídricos dos estados e dos planos de bacia é que se começou a considerar a participação real e não apenas simbólica na gestão das águas (BORDENAVE, 1994). Daí a importância, ao mesmo tempo, da discussão do processo de sensibilização ambiental para garantir a sustentabilidade dos bens ambientais.

Para a efetiva gestão dos recursos hídricos nos termos acima colocados, deve-se considerar todos os seus aspectos físicos, sociais e econômicos no âmbito de uma gestão integrada. De acordo com o princípio nº 2 da Declaração de Dublin (ONU, 1992), a gestão das águas deve ser baseada em uma abordagem participativa, envolvendo usuários, planejadores e formuladores de políticas em todos os níveis. Essa abordagem participativa envolve a sensibilização para a importância da água entre os políticos e o público em geral. As decisões devem ser tomadas com base em uma consulta pública ampla e participação tanto no planejamento como na implementação dos projetos.

Dentre os componentes da agenda de ação, apresentados na declaração de Dublin, ressalta-se a sensibilização, compreendida como parte vital de uma abordagem participativa dos

recursos hídricos. Sendo assim, programas de apoio à educação, informação e comunicação devem constituir parte integrante do processo de desenvolvimento.

De acordo com a Parceria Global da Água (GWP, 2009), os passos para a gestão adequada dos recursos hídricos compreendem os seguintes: traçar as metas para a gestão, envolvendo a revisão do que vem sendo executado, assim como a incorporação de novos conhecimentos e informações; identificar questões e problemas específicos; avaliar potenciais soluções; implementar as estratégias apropriadas; avaliar o desfecho da implementação destas estratégias; e integrar em trabalhos futuros as lições aprendidas. Trata-se, portanto, de um processo decisório.

Desta forma, os componentes cruciais para a gestão, segundo o manual de gestão de bacias hidrográficas da Parceira Global da Água (GWP, 2009) compreendem: vontade política e alto nível de compromisso por parte da gestão; atenção ao regime legislativo e político nacional e internacional; e organizações das bacias hidrográficas operando em um ambiente facilitador, por meio de acordos institucionais e mecanismos de gestão claros. Estes acordos institucionais firmam as parceiras, agregam valor à gestão e mobilizam pessoas²¹ com recursos para a atuação frente aos recursos hídricos.

O envolvimento dos atores garante que as informações serão partilhadas e transparentes. De acordo ainda com a referida Parceira, é preciso garantir que os atores-chave estejam representados na gestão da bacia. Eles também devem sentir-se proprietários dos planos das bacias, devendo participar e conhecer os planos que lhes concernirem. No entanto, antes de tudo, faz-se necessário identificar estes atores e provocar a vontade de envolvimento.

2-A BACIA DO RIO GRAMAME

A Política Nacional dos Recursos Hídricos (Lei Nº 9.433), instituída em janeiro de 1997, legitima a gestão compartilhada e descentralizada da água. Com isso, foi fomentada a criação de mecanismos de gestão como o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH) e os comitês de bacias hidrográficas, passando estes a serem compreendidos como Unidades de Planejamento e Gestão. E isso no âmbito de uma Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), a qual também foi reforçada pelo Plano Estadual (Lei Nº 6.308, de 02/07/1996) que estabelece que o gerenciamento dos recursos hídricos far-se-á de forma participativa e integrada, considerando os aspectos quantitativos e qualitativos desses recursos e as diferentes fases do ciclo hidrológico. É a partir dessa ideia de compartilhamento da gestão e, por sua vez, da sua descentralização, que se enfocará o fenômeno da participação social e política na interface com os problemas ambientais existentes na Bacia do Rio Gramame-PB.

Esta unidade física de planejamento, em particular, localiza-se entre as latitudes 7° 11' e 7° 23' Sul e as longitudes 34° 48' e 35° 10' Oeste, na região litorânea da Paraíba, abrangendo os municípios de Alhandra, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Pedras de Fogo, Santa Rita e São Miguel de Taipu (MACHADO, 2003).

²¹ Sobre participação para a Gestão dos Recursos Hídricos, consultar GIANESELLA e JACOBI, 2012.

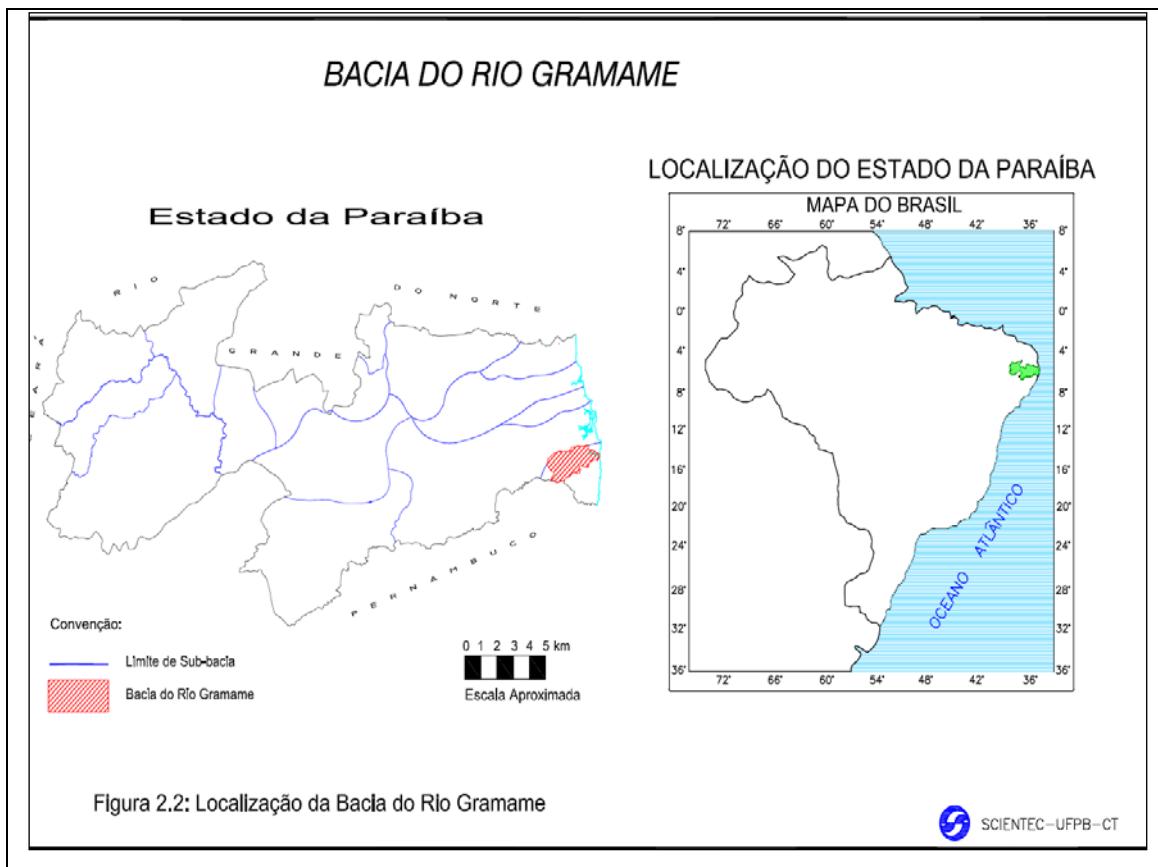


Figura 2.2: Localização da Bacia do Rio Gramame

Figura 1. Localização da Bacia do Rio Gramame. Fonte: Plano Diretor de Recursos Hídricos, AESA, 2009.

A bacia é responsável por 70% do abastecimento da grande João Pessoa, através da barragem Gramame-Mamuaba, com capacidade para 56,4 milhões m³ e área de 589,1 km². Além disso, a bacia apresenta 97% de sua área caracterizada por atividades antrópicas (agropecuárias e florestais), alcançando todos os municípios nela inseridos, dispondo assim de apenas cerca de 1,5% de cobertura vegetal, (0,72% de Mata Atlântica e 0,74% de tabuleiros costeiros abertos), somando aproximadamente 8,64 km² de vegetação natural, dos quais 96,6% representam Área de Preservação Permanente (AES, 2004).

A bacia estende-se até a praia de Barra de Gramame, limite entre os municípios de João Pessoa e Conde. Sua rede hidrográfica (ver fig. 2) é formada pelo Rio Gramame (54,3 km de extensão) e seus afluentes: na margem direita os rios Utinga, Pau Brasil, Água Boa; e os riachos: Pitanga, Ibura, Piabuçu; na margem esquerda os riachos: Santa Cruz, Quizada, Bezerra, Angelim, Botamonte, Mamuaba, Camaço e o rio Mumbaba²². Algumas de suas nascentes localizam-se no município de Pedras de Fogo.

²² Informações publicadas no livro de Nunes, 2013.

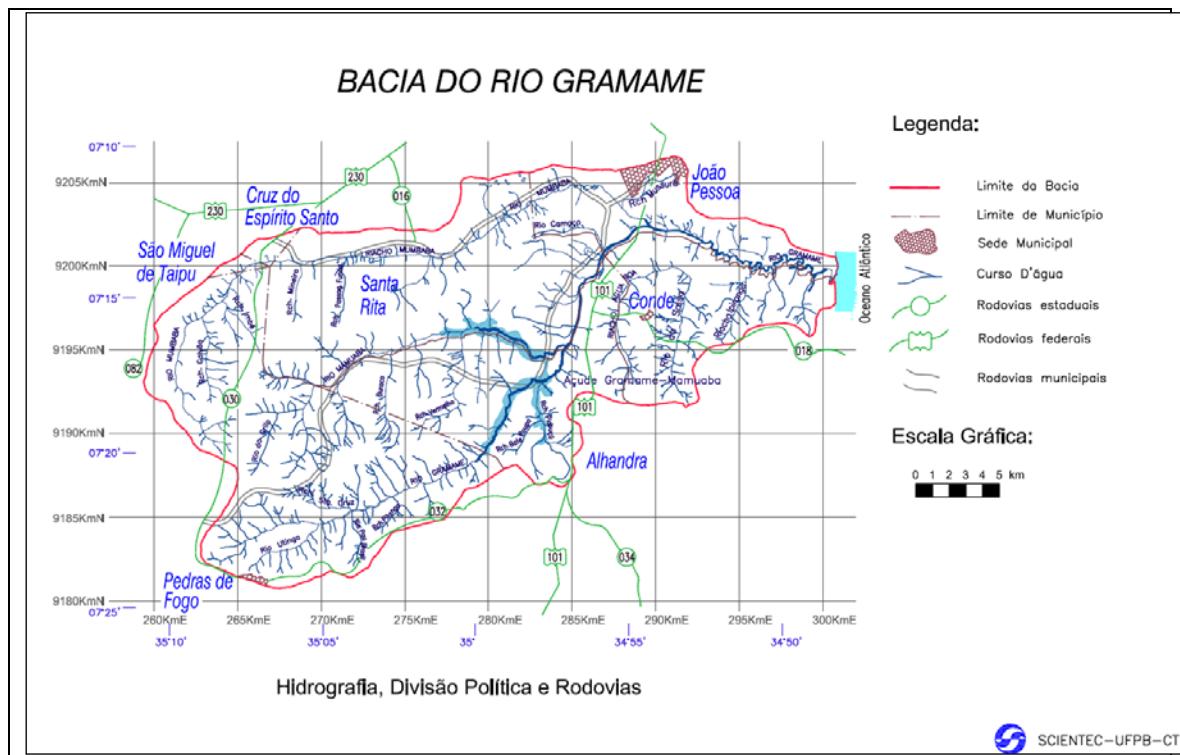


Figura 2. Hidrovia, divisão política e rodovias. Fonte: Plano Diretor de Recursos Hídricos, AESA, 2009.

Os primeiros relatos publicados sobre problemas ambientais na área, sobretudo relativos à poluição industrial na bacia, são da década de 1980, enfatizando os efeitos desta poluição. Mas, naquele período, a população ficou como que apática. No entanto, chegou-se a constatar a existências de ações políticas visando à preservação ambiental do rio a partir de 1984, através de denúncias públicas sobre o agravamento da situação. Em 1992, o movimento *Salve o Rio Gramame* foi criado a partir de discussões das associações comunitárias em conjunto com as ambientalistas. Em 2004, a região tornou-se a sede paraibana da Agenda 21, que constituiu uma das principais repercussões decorrentes da Conferência Mundial Eco 92 na cidade do Rio de Janeiro. Desde então, a Escola Viva Olho do Tempo (EVOT) realiza um trabalho de sensibilização dos moradores locais e de catalogação dos focos de poluição. Começaram, então, a haver protestos das comunidades, inclusive com ações de fechamento de trechos da BR (Fig. 2). Em 2007, um protesto envolvendo esses atores políticos foi realizado, dando visibilidade à urgência da revitalização do rio.

O segundo ato público contra a poluição industrial do rio Gramame aconteceu na BR-230, na manhã do dia 21 de maio de 2007, quando moradores e pescadores das comunidades de Mituaçu, Gramame, Engenho Velho, Barra de Gramame, Caxitu e Mussumago, juntamente com o Fórum da Agenda 21 da região e com a EVOT, interditaram ora uma via ora outra da rodovia com troncos de madeira e, com faixas de pedido de ajuda, de apoio, nas mãos distribuíram panfletos aos que passavam pelo local. Ainda não há grandes manifestações dos responsáveis com o intuito de solucionar o problema e enquanto isso, a água apresenta um forte grau de toxicidade (CORREIO DA PARAÍBA, 2007).

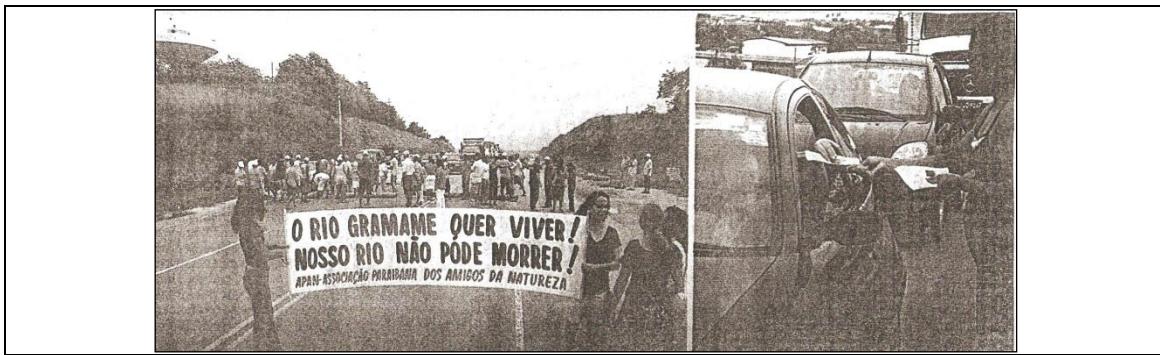


Figura 3. Protesto e fechamento da BR 101. Fonte: Correio da Paraíba, 2000.

Para facilitar a compreensão do problema ora abordado, dividir-se-á a abordagem em três momentos, isto é, aqueles que dizem respeito à participação das comunidades: de Gramame, Engenho Velho e Mituaçu; de Mumbaba; e das que se acham localizadas no entorno das nascentes do rio Gramame.

3-A PARTICIPAÇÃO NAS COMUNIDADES DE GRAMAME, ENGENHO VELHO E MITUAÇU

Segundo estudos consultados, a bacia do rio Gramame-Mumbaba recebe efluentes do Distrito Industrial, que conta com 83 fábricas em pleno funcionamento (ABRAHÃO, 2006), os quais, junto com seus componentes químicos – metais pesados e dejetos domésticos – seriam os responsáveis pela degradação do ecossistema, bem como pelos quadros clínicos de saúde/doença da população ribeirinha.

Na bacia do rio Gramame, encontram-se instaladas indústrias tradicionais, como as de produtos alimentares, construção civil, serviços de reparação, manutenção e instalação, minerais não metálicos, metalúrgica, têxteis, etc., cuja maioria não conta com tratamento adequado e eficiente dos seus efluentes, tampouco têm informações detalhadas sobre as características dos efluentes gerados, nem do seu destino final. O que ocorre, sobretudo, nas unidades de pequeno porte, para não onerar o custo final do processo produtivo. Estes dados preocupam porque, geralmente, esses efluentes atingem os cursos d’água inadequadamente, deixando-os sujeitos aos diferentes tipos de poluição, inclusive por metais pesados (MACHADO, 2003). A situação tende a se agravar no período de estiagem, em virtude da queda acentuada da vazão dos rios, dificultando o seu processo de autodepuração.

A partir de dados obtidos através da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA-PB), observa-se que, em toda bacia do Rio Gramame, são aplicados agrotóxicos de todas as classes I, II, III e IV (extremamente, altamente, medianamente e pouco tóxico, respectivamente) em praticamente todos os tipos de cultura. Some-se a isto os efluentes que recebe diariamente do Riacho Mussuré. A realização da agricultura contribui para a poluição do solo, das águas e produz alimentos contaminados por doses maciças de agrotóxicos, metais pesados usados para aumentar a produtividade/lucratividade.

A microrregião da bacia do baixo rio Gramame, depois de já ter vivido uma situação econômica e social privilegiada, com grande produção agrícola de alimentos diversificados e, por se localizar entre as cidades de João Pessoa e Recife, encontra-se hoje, por questões políticas e econômicas, em um estado de crescente degradação. Desde o final do século passado, a região tem experimentado intensas transformações, que também influíram na vocação natural

de seu ecossistema (pesca artesanal, agricultura de subsistência, coleta de animais silvestres, entre outros).

A comunidade Engenho Velho é bastante carente no que se refere à infraestrutura. As ruas não são pavimentadas, nem dispõem de identificação/nome e as casas não apresentam sequer numeração. Cerca de 65% das residências ainda utilizam poços artesianos. A localidade não é atendida pela rede de esgotamento sanitário, restando como alternativa a instalação de fossa individual, existente em cerca de 90% dos domicílios. Cerca de 93% dos seus habitantes utilizam o meio de transporte público. Os transportes alternativos não atuam na área porque a maioria dos moradores trabalha em fábricas próximas, no vizinho Distrito Industrial. Alguns informantes mostraram-se “conscientes” e preocupados com os problemas ambientais da região, principalmente os moradores mais antigos da comunidade que vêm assistindo às transformações sofridas pelo seu meio ambiente.

Gramame, que recebe este nome por estar às margens do rio Gramame, é uma comunidade localizada na zona rural de João Pessoa, no limite com o município Conde. O posto de saúde que existia na área foi transferido para outra comunidade vizinha, o Conjunto Gervásio Maia, passando a atender as comunidades de acordo com uma escala de dias.

Mituaçu é uma comunidade remanescente de quilombo, que conta com aproximadamente 800 habitantes. Localiza-se no Litoral Sul do Estado da Paraíba, no município do Conde. Nota-se, ainda, a permanência dos aspectos rurais e de tradições folclóricas. Além disso, integra uma parte da região do Baixo Gramame (Fig. 3) e, consequentemente, também faz parte da Agenda 21 Local, visto que a região sedia o referido programa. Foi reconhecida como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares em 19/08/2005, quando o ato foi publicado no Diário Oficial da União.



Figura 3. Usos do Rio Gramame, em Mituaçu. Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2008.

As condições de infraestrutura da comunidade não são as mais adequadas, visto que não há coleta e tratamento de lixo e esgotos, sendo estes queimados e/ou lançados em rios ou no solo. Possui energia elétrica e água encanada, porém proveniente de uma caixa d'água que capta o recurso de um poço artesiano mantido pela Prefeitura Municipal do Conde. Não é bem servida

com linhas de ônibus das concessionárias e apresenta quase ou nenhum espaço de lazer/socialização para os seus habitantes. Geralmente as igrejas e os bares representam o espaço de socialização da área. Devido à correnteza, os efluentes são levados rio abaixo, chegando à Barra de Gramame, onde o rio desemboca no mar.

Os comunitários destas três localidades, juntamente com a representação da Escola Viva Olho do Tempo (EVOT) e com a Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN), diante de uma situação de descaso do poder público frente à situação de poluição da Bacia do Rio Gramame, formalizaram denúncia junto ao Ministério Público (MP). A partir da apuração dessas denúncias, o MP convocou um grupo de pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para vistoriarem as indústrias, apontadas pelos comunitários das comunidades como prováveis culpadas. Em seguida, as empresas foram convocadas e firmou-se o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre elas, os Ministérios Públicos Estadual e Federal e a (SUDEMA, que estabeleceu o monitoramento do Rio Gramame por um período de 12 meses.

Por meio da participação, demanda e pressão comunitária, o projeto de monitoramento foi construído e as indústrias, supostamente culpadas, responsabilizaram-se financeiramente pelo monitoramento. É imprescindível que se ressalte o fato de que este TAC foi o primeiro realizado em todo o Estado da Paraíba. Dessa forma, pela primeira vez na história ambiental da Paraíba, o MP, pelos seus procuradores, foi às comunidades para vistoriar e ter ciência das condições precárias dos ambientes em tela. Constatou-se, assim, a poluição e as culpadas foram, de fato, identificadas.

A fiscalização conjunta da SEMAM com a SUDEMA, no final de outubro, detectou algo grau de poluição no rio Gramame. Os causadores, apontados pelos órgãos são as pociegas e as indústrias da BR-101, estas que ainda não foram identificadas e só poderão ser a partir de um acompanhamento do processo produtivo de cada uma delas. Os ribeirinhos afirmaram junto ao então secretário de Meio Ambiente de João Pessoa, Antonio Augusto de Almeida, que a mortandade de peixes é grande e que, ao amanhecer o dia o rio fica coberto por uma espuma branco-amarelada. Outro grupo de prejudicados é o dos agricultores do Paul, que sofrem com a destruição, pelas águas da maré que empurram a água do dique que está rompido em quatro pontos, de suas plantações de jerimum, batata-doce, feijão, macaxeira, maxixe e quiabo, todos de natureza sustentável. As providências quanto ao dique serão tomadas pela SEINFRA até o final do ano, quando os agricultores serão incluídos no Cinturão Verde e quanto ao rio, pelos órgãos fiscalizadores, SEMAM e SUDEMA (JORNAL DA PARAÍBA, 2005).

Quanto aos comunitários, quando perguntados se participavam da Associação Comunitária dos moradores do bairro, muitos responderam, com revolta, que não havia associação ou que, se ela existe, ela “vive fechada em si”. O então presidente relatou-nos que a comunidade é desunida quanto às questões políticas, que existem grandes rixas familiares e que, muitas vezes, ela perde com esta atitude, pois nem para benefício coletivo há união, como existe na comunidade de Engenho Velho.

A instabilidade política entre moradores e associação é minimizada a partir das ações da EVOT, uma OSCIP que se instalou na comunidade desde a década de 1990, e que vem conseguindo gerenciar as demandas sociais da região do Baixo Gramame. Foi justamente pelo trabalho da OSCIP que a Prefeitura Municipal de João Pessoa escolheu aquela região para sediar a Agenda 21 Local. A partir daí a região passou a fazer parte do Cinturão Verde, e ganhou outros programas executados em parceria com órgãos públicos, privados e do terceiro setor e, dentre outras coisas, trouxe benefícios de curto prazo à população, benefícios que se desenvolveram com base dos seguintes projetos: Festa do “São João Rural”, que antes era restrito aos espaços religiosos; geração de renda; politização dos indivíduos; capacitação

profissional; e educação ambiental, através das caminhadas ecológicas e do turismo rural, para a preservação dos recursos locais.

De todas as lutas empreendidas, nenhuma é tão intensa e tão mobilizadora quanto àquela relativa à revitalização do rio Gramame, que fez surgir o movimento pelo rio e que, a cada dia, tem ganhado maiores proporções, tanto na mídia como na academia e na sociedade como um todo. Isso porque os efeitos da poluição, segundo os comunitários, vão desde a perda do sustento da família até a perda do local de lazer da família ou de contemplação da natureza.

Os resultados do monitoramento foram apresentados em audiência pública. O MP previu o estabelecimento de um novo TAC, mas definiu que algumas medidas mitigadoras e reparadoras deveriam ser tomadas. No entanto, passados quatro anos, não se percebe movimentação alguma acerca da continuação desse monitoramento nem da mitigação ou reparação dos dano. Os comunitários continuam tentando se articular e cobrar por, no mínimo, a mitigação, mas suas vozes não são ouvidas. A APAN, uma das organizações que contribuiu no início na luta pela revitalização do baixo Gramame, deixou a causa por questões diversas, mas ainda assim existem comunitários que, semanalmente, se reúnem em busca de melhoria nas condições de vida ambiental do baixo Gramame.

4-A PARTICIPAÇÃO NA COMUNIDADE DE MUMBABA

Mumbaba de Baixo é uma comunidade localizada no Distrito Industrial a sudoeste da cidade de João Pessoa, conta atualmente com 1.641 moradores, divididos em 471 famílias (Diário de campo, 2011).

Os moradores mais antigos habitam a região há mais de quarenta anos e informaram que naquele tempo só moravam ali agricultores que sobreviviam daquilo que plantavam, daí o nome Sítio Mumbaba. Ainda hoje a comunidade possui características de sítio, de área rural, embora atualmente já apresente algumas características urbanas. Os moradores são chamados de invasores, mas, conforme afirmaram, receberam recentemente os títulos de posse do terreno.

Essas terras aqui [...] o pessoal da CINEP, eles falaram que isso aqui foi uma invasão, mas já os moradores aqui mais antigos de que eu, falaram que eles moravam na outra Mumbaba ali embaixo. Aí só que a AMBEV lá pediu o terreno aí disse que comprou esse terreno aqui e botou o pessoal que morava lá para cá. Aí a cada morador que morava lá, foi dado um lote de terra. Aí hoje está aí. Hoje está a comunidade formada (Comunitário de Mumbaba, 2011)²³.

O problema, segundo os moradores, reside no fato que o córrego que atravessa a comunidade, além de carrear as águas pluviais, serve de depósito para efluentes de algumas fábricas do distrito industrial. Os discursos são semelhantes àqueles vistos nas comunidades de Engenho Velho, Gramame e Mituaçu: os rios estão poluídos, não é mais possível pescar, as crianças, sobretudo, adoecem com frequência devido ao forte odor entre outros. É importante lembrar que foi neste córrego que uma lavadeira caiu e, três dias depois, veio a óbito e o laudo médico apontou que o óbito deveu-se a queimaduras provocadas pelos ácidos presentes nos efluentes lançados.

Também neste caso os moradores disseram que a associação de moradores não funciona como deveria. Várias tentativas foram feitas por alguns moradores para mudar este quadro de referências, mas até então nada foi encaminhado. Um dos moradores tentou solicitar um empréstimo para construir uma ponte de concreto sobre o córrego, mas tudo foi em vão

²³ Trecho original da nossa dissertação de Mestrado (defendida em 2012, PRODEMA/UFPB).

visto que sozinho não se consegue nada. Ao mesmo tempo, eles relataram que vários profissionais, inclusive o MP, já estiveram lá, mas a situação permanece a mesma. Eles se sentem, assim, praticamente sozinhos na luta pela qualidade do seu ambiente de vida e trabalho.

Indagados sobre a participação da comunidade no processo de resolução dos seus problemas ambientais, eles nos afirmaram:

Olha, a comunidade muito antes de eu vir morar aqui já existia o pessoal lutando aqui contra esse esgoto. E até agora nada feito. Eu vim morar aqui, desde que eu vim morar aqui que eu luto, corro atrás [...] tivemos reunião com os empresários e nada foi resolvido. Faz mais ou menos uns 3 a 4 anos que tivemos reunião com os empresários mesmo [...] os donos das empresas. E até agora nada foi resolvido. Só promessa, promessa e nada! Inclusive, faz muitos anos, morreu uma senhora né! Morreu uma senhora dentro desse esgoto aí. O pessoal foi lutando, lutando, mas [...] sabe como é que é né! A coisa para o humilde é difícil (Comunitário de Mumbaba, 2011).

O “desinteresse” da comunidade também foi um dos pontos comentados por uma professora da escola que esteve envolvida na luta pela resolução do problema de poluição na área, juntamente com o diretor da escola. Ela nos falou que houve tentativa e que, inclusive havia pessoas interessadas, mas que a maioria não se interessou.

Os comunitários reconhecem a participação da professora e do diretor, mas afirmaram também que as pessoas começam a participar e acabam desistindo por motivos diversos, inclusive por causa do trabalho, contrapartida das indústrias, que nada mais é do que um mecanismo eficaz que minimiza a percepção da poluição. Outro fato relatado que nos chama atenção é que, segundo os comunitários, há alguém da comunidade (não citaram o nome deste indivíduo) que trabalha em uma das fábricas e que, toda vez que chega fiscalização ou algo do tipo na comunidade, esta pessoa vai até a fábrica e avisa, evitando que os efluentes sejam lançados no momento da fiscalização. Isso demonstra o poder de cooptação das indústrias para com os indivíduos da comunidade, que acabam agindo conforme o interesse particular (em troca de emprego nas indústrias) em detrimento dos interesses coletivos.

A participação dos comunitários na associação não é intensa: “Eu participei, mas hoje eu não participo mais porque todas as vezes que eu precisei, eu nunca fui atendida. Aí eu me afastei. Hoje eu não sei quem é o presidente, mas antigamente era Ana Diniz” (Comunitário de Mumbaba, 2011).

A associação não é vista como um espaço de socialização e participação política, mas como um espaço que pode trazer outro tipo de benefício. É como se a associação substituísse a atuação do poder público na comunidade, buscando suprir as carências existentes.

Atualmente, não há mobilização para a participação. À medida que eles não participam, ficam alheios a tudo que acontece. Além disso, os moradores de Mumbaba desconhecem, inclusive, a existência do comitê de bacia, bem como a do blog da comunidade.

Ao contrário do que ocorre nas outras três comunidades, em Mumbaba, não existe ONG para auxiliar-lhes no processo de participação e articulação dos moradores entre si e com os demais atores, o que dificulta ainda mais o encaminhamento da resolução dos problemas. Outro fator agravante reside no fato de que aqueles que não moram próximo ao córrego não se envolvem com a causa.

5-A PARTICIPAÇÃO NO ENTORNO DAS NASCENTES DO RIO GRAMAME

As nascentes do rio Gramame vêm sofrendo com atividades como a agricultura tradicional, assim como aquelas decorrentes do crescimento urbano, como a construção de

rodovias (anéis viários). Em muitos casos, a população prende animais próximos às nascentes ou até mesmo usa essas nascentes para tomar banho ou lavar roupas, deixando lixo acumulado na área.

Durante visitas técnicas realizadas nos anos de 2010 e 2011, foi possível perceber a existência de bastante lixo em torno das nascentes.

Segundo Lacerda (2003), são quadros como estes que nos fazem perceber a necessidade de considerar o caráter participativo dos grupos humanos e o papel integrador dos elementos que compõem a ambiência.

O crescimento urbano não planejado aproxima-se cada vez mais dessas nascentes, podendo comprometer a sua existência futura. Além disso, o que se pode perceber é que, apesar de grande parte dos agricultores familiares e assentados reconhecerem a importância das nascentes, eles não agem da maneira adequada no que tange, por exemplo, ao uso sustentado das águas para a irrigação, assim como para o consumo doméstico e dessedentação de animais. Em uma dessas nascentes, presenciamos um senhor tomando banho com sabão.

Além de tudo isso, o cultivo da cana de açúcar tem acelerado o processo de erosão do solo:

Metade das nascentes da Bacia do Rio Gramame está com águas impróprias para o consumo humano. O elevado nível de agrotóxicos usados nas agriculturas cultivadas ao longo das margens dos rios Gramame, Mamuaba e Mumbaba – as três sub-bacias que a compõem – tornaram o ambiente altamente poluído. Além disso, as matas ciliares estão sendo destruídas, o que contribui ainda mais para a degradação ambiental. [...] em duas delas – das 5 estudadas pelo projeto - já está comprovado que a água está imprópria para consumo. A única destinação é irrigação das lavouras ou utilidades domésticas (JORNAL DA PARAÍBA, 2010).

Algumas iniciativas como a plantação de mudas no entorno das nascentes, dos estudantes da Escola Municipal Antônio César de Carvalho, são imprescindíveis, porém pontuais:

A falta de educação ambiental e o desconhecimento técnico de parte da população colocam em risco as nascentes do rio Gramame. [...] Devido à falta de cuidados, as águas das nascentes estão poluídas e a consequência disso pode ser drástica. O professor Hamilcar, responsável pelo projeto 'Restauração das Nascentes do Rio Gramame', conta que se verificou o desmatamento indiscriminado no campo, principalmente para o consumo de lenha e carvão em atividades domésticas e de pequenas indústrias de forma não sustentável. A retirada de matas ciliares, a prática da agricultura e da pecuária sem apoio técnico e a expansão da zona urbana sem planejamento são outros fatores que agravam a situação (JP ONLINE, 2012).

Aliado à falta de educação ambiental, não se percebe a presença de órgãos como o comitê de bacia atuando na região, nem a presença real de agricultores familiares no órgão colegiado. Cabe ressaltar que as áreas de nascentes, além de integrar a região da bacia hidrográfica, já é alvo natural de proteção por se constituir uma área de proteção permanente (APP). Sendo assim, não há como negar a urgência de uma gestão compartilhada efetiva, pela qual os atores, desde os agricultores até o comitê de bacia e as demais instituições, possam colaborar com a continuidade das nascentes e da bacia. Esta gestão deve ser pensada como consequência de um despertar para a participação, sendo isso, por sua vez, o passo seguinte à sensibilização ou emancipação crítica. Vale destacar que, segundo Filgueira *et al* (2010), quase 20% da população entrevistada utiliza água das nascentes para consumo doméstico, devido à ausência do fornecimento de água pela empresa que possui a concessão; quase 14% utilizam-na para irrigação; pouco mais de 8% para dessedentação de animais e cerca de 6% utilizam as águas das nascentes para beber.

A vontade de envolvimento é resultado de uma sensibilização ou educação ambiental que deve transcender seu caráter predominantemente conservador, pautado em uma prática conteudista, biologista e pragmática (LAYARGUES, 2000). A proposta é de sensibilizar para fortalecer a ação individual e coletiva, tornando concreto o conceito de cidadania participativa.

No caso da Bacia do Rio Gramame, como já visto, suas nascentes situam-se em Pedras de Fogo e sua foz na barra de Gramame, em João Pessoa, divisa com o município do Conde. Não há fundamento gerenciar um recurso cujas fontes não são também gerenciadas, protegidas e conservadas. Então, só em termos dessa bacia, a gestão deve, no mínimo, envolver atores dos vários municípios do território em que a bacia está inserida, visto que cada um usa de alguma forma os recursos, comprometendo a sustentabilidade hídrica (ROSA, 2001; TUNDISI; MATSUMARA-TUNDISI, 2011).

De nada ou pouco adiantam quaisquer tentativas de recuperação ou restauração das funções ecológicas de um ecossistema se a população que nele vive não está integrada, engajada e sensibilizada para com a causa. Costa (2011, p. 59), por exemplo, em seu estudo sobre cinco nascentes do Gramame, afirmou que há uma necessidade urgente em realizar uma campanha educativa junto à população usuária da nascente da Fazendinha.

É preciso participar do processo, enxergar a importância das ações e tornar-se responsável pelo processo de manutenção do ecossistema, protegendo-o. Também é preciso expandir o conhecimento em torno das nascentes a partir da catalogação realizada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PB), bem como conhecer a realidade de outras nascentes significativas para que também possam ser protegidas, reconhecidas e gerenciadas. Afinal, a saúde ambiental da bacia do rio Gramame depende de todas as nascentes de seus rios.

A participação e a gestão envolvem consciência e discernimento, atributos que a educação ambiental pode despertar e aprimorar nos indivíduos. Trata-se da educação ambiental crítica ou emancipatória, que visa à transformação da ordem social (JACOBI, 2003) e à renovação da sociedade e de sua relação com o meio ambiente (LIMA, 2002). É preciso problematizar a realidade, transformando integralmente os sujeitos e a sociedade (LOUREIRO, 2004, p.32).

Segundo Costa (2011, p. 56), muitos dos problemas ocorridos na região da nascente Nova Aurora são decorrentes da falta de conhecimento dos agricultores que ali foram fixados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instituição que também é vista como responsável pela situação, segundo a mesma autora.

É necessário garantir a existência e sustentabilidade da bacia, o que se faz a partir da garantia da continuidade da vida de suas nascentes, na perspectiva de uma urgente (SILVA *et al*, 2002, p.121) gestão compartilhada pelas responsabilidades que envolvem, necessariamente, a participação política. Do contrário, as nascentes tendem a desaparecer paulatinamente.

Botelho e David (2002 *apud* Costa, 2011, p.33) afirmam que apenas a recomposição da mata ciliar não é suficiente para recuperar a capacidade de produção de água de uma bacia. Além disso, segundo estes autores, é preciso proteger as zonas de recarga acima das nascentes. No entanto, de nada adiantará o trabalho de restauração se não há preparação da população para lidar com este cenário em transformação. É preciso torná-los responsáveis do processo, coparticipantes, despertando-lhes o senso ambiental, por meio de ações contínuas de educação ambiental, assim como despertando-lhes para a efetivação de sua participação, pondo em prática aquilo que preconiza a legislação ambiental. Participação e gestão, nesse sentido, são estratégias de proteção e garantia para as futuras gerações.

No desenvolvimento do projeto de restauração das nascentes foi perguntado aos agricultores e moradores da região das nascentes, quais seriam os atores responsáveis por sua preservação. Apenas um entrevistado dentro da alternativa “outros” afirmou que “todos são responsáveis pela preservação das nascentes”.

Embora o maior ônus pelas “grandes obras” ainda incida, em boa parte, sobre os cofres públicos, sabe-se, hoje, que as soluções para o enfrentamento do uso perdulário das águas brasileiras deveriam ir muito além das obras de engenharia. Na verdade, bem mais essencial que a execução de grande projetos são outros papéis do Estado, nos quais a dupla e secular relação de paternalismo estatal e passividade clientelista é substituída pela corresponsabilidade e implementação da gestão integrada dos recursos hídricos. (BARRETO et al, 2010, p.101).

É fato que podem existir muitos recursos humanos, materiais, financeiros, mas se não houver a gestão desses recursos em prol de uma coletividade e partindo dessa coletividade, não haverá empreendimento que se sustente. O mesmo ocorre com as nascentes da Bacia Hidrográfica do Gramame: mesmo que diversas ações de restauração, reflorestamento e outras sejam realizadas, se os seus usuários e a população em geral não participarem ativamente e se não se reconhecerem como agentes de transformação, gestores das nascentes da bacia, nenhuma ação será sustentável.

A EMATER-PB catalogou cerca de 71 nascentes inseridas na bacia do Rio Gramame, dentre as quais apenas cinco (difusas e pontuais) foram alvo de estudos realizados entre 2009 e 2012, selecionadas pelos técnicos da EMATER, do INCRA e por pesquisadores da UFPB. As cinco nascentes estão localizadas no alto curso do rio Gramame, em Pedras de Fogo. São elas: Fazendinha, Cacimba da Rosa, Cabelão, Bela Rosa e Nova Aurora.

O Projeto de Restauração das Nascentes do Rio Gramame (2009-2012) teve como objetivo principal desenvolver conhecimentos voltados para a criação e atuação de uma rede de trabalho destinada à restauração do alto rio Gramame, assim como verificar, por meio de um trabalho interinstitucional, as oportunidades e dificuldades em restaurar as funções ecológicas das áreas de nascentes do rio no município de Pedras de Fogo. Tratou-se, portanto, de uma tentativa de reconstituição aproximada da situação original do ecossistema, com vistas à sua manutenção.

O projeto voltou-se para duas grandes ações: a construção de uma rede de trabalho, pela qual, por meio de três grandes encontros com os atores, foram discutidas as ações que poderiam ser realizadas (como reflorestamento de áreas degradadas²⁴), assim como as ações iniciais sobre a possibilidade de pagamento de serviços ambientais, pelos proprietários rurais moradores das áreas das nascentes pelo fato de protegerem, por adesão, o espaço das nascentes e adotarem, por exemplo, obras de conservação de água e solo, restauração florestal ou conservação florestal. Esta é uma iniciativa inédita no Estado da Paraíba. Por outro lado, cabe refletir e verificar a continuidade ou não da participação, do interesse e das ações por parte da população, tendo em vista o fato de que os projetos já foram encerrados.

²⁴ Conforme o engenheiro florestal da EMATER-PB, Robi Tabolka dos Santos, o trabalho de preservação pela empresa consiste em incentivar práticas que possam garantir o reflorestamento das nascentes com o plantio de 5.000 mudas de plantas nativas e exóticas como manga, mangaba, caju, acerola, graviola, entre outras, nestas localidades. Disponível em: <http://emater.no-ip.org/v2/artigo2.php?Artigo=480>. Acesso em: Dez, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Possibilidades e realidades distanciam-se cada vez mais uma da outra, à medida que as aspirações e reivindicações dos atores, sobretudo dos comunitários, não são atendidas e ouvidas. Conforme Hochstetler (2010), as únicas iniciativas que podem ser realmente consideradas sustentáveis são aquelas que atendem as aspirações coletivas.

Para uma gestão ambiental eficiente e eficaz Theodoro *et al* (2006) afirmam que é primordial a existência de uma conjunto de fatores: legislação ambiental sólida, instituições fortalecidas e legitimidade ou apoio social. No entanto, não é este o modelo de gestão comumente adotado. O que geralmente encontramos, por exemplo, é interesse apenas de algumas partes, o desinteresse ou a inoperância de algumas instituições por parte da fiscalização como também de outras atribuições que lhe são conferidas, mas que não são postas em prática. Dentre as possibilidades, a atuação responsável dos órgãos fiscalizadores, além da efetiva atuação do comitê de bacia, configuram-se como imprescindíveis ao encaminhamento da resolução dos problemas ambientais da bacia do rio Gramame. A propósito, a falta de apoio institucional tem sido um dos motivos pelos quais os comunitários encontram-se desestimulados.

Jatobá *et al* (2009) afirmam que, nos países pobres, os atores mais envolvidos na resolução dos problemas ambientais são aqueles que mais contribuem para eles. São o Estado, os empresários e os organismos multilaterais. O problema é que as soluções por eles apontadas geralmente são tecnocráticas e genéricas, não levando em consideração a realidade local, a participação efetiva e os interesses coletivos. Por outro lado, é indiscutível que é preciso participar, envolver-se para que as reivindicações sejam levadas à discussão. Enquanto a não participação, em grande parte, constituir uma realidade, as possibilidades efetivas de resolução dos problemas ambientais ora abordados ficarão mais distantes.

Quanto à não obediência das instituições aos regimentos que a constituíram, a pressão popular poderia fazer com que elas se fizessem mais presentes. No entanto, para isso, a formação política-cidadã é imprescindível. O Comitê, por exemplo, é um espaço de participação política cuja atuação, pelo menos na área de Mumbaba, tem sido inexistente.

Enfim, no que concerne à situação das nascentes da bacia, embora ainda seja necessário maior aprofundamento, o que se tem percebido é que há interesse de participação por parte dos comunitários, ainda que nem todos ainda estejam sensibilizados. Somando-se a eles, há outros atores que contribuem ou buscam contribuir para que as possibilidades tornem-se realidades efetivamente sustentáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHÃO, Rafael. *Impactos do lançamento de Efluentes na Qualidade da Água do Riacho Mussuré*. João Pessoa: UFPB, 2006. 140 p. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, João Pessoa, 2006.
- AESA. *Proposta de Instituição do Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul*, conforme Resolução nº 1, de 31 de agosto de 2003, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba. Dezembro de 2004. Disponível em: <<http://migre.me/cIJ5y>>. Acesso em: Junho, 2010.
- BARRETO, Samuel Roiphe; *et al* (coord.). *Nascentes do Brasil: estratégias para a proteção de cabeceiras em bacias hidrográficas*. São Paulo: WWF Brasil; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012. 140 p.
- BORDENAVE, Juan E. D. *O que é participação*. Coleção Primeiros Passos, Brasiliense, São Paulo, 1994, 88p.
- BRASIL. Constituição Federal. *Art. 225. Do Meio Ambiente*. Brasil: 1988.
- CORREIO DA PARAÍBA. *Protesto contra poluição fecha BR-230. Ambientalistas, moradores e pescadores de Gramame denunciam fábricas e pedem revitalização de rio*. João Pessoa, 22. mai. 2007.
- COSTA, Fabliciane Finizola. *Avaliação Ambiental em áreas de nascentes na Bacia Hidrográfica do Alto Rio Gramame-PB*. João Pessoa: UFPB, 2011. 98p. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana e Ambiental. PPGEUA, João Pessoa. 2011.
- FILGUEIRA, Hamilcar José Almeida; SILVA, Tarciso Cabral *et al*. *Usos e usuários de água de nascentes do alto curso da bacia hidrográfica do Rio Gramame, Paraíba*. In: X Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, Fortaleza, CE. 2012. Disponível em: <<http://migre.me/cI4ab>>. Acesso em: Dez. 2012.
- GIANESELLA, Sonia M.F; JACOBI, Pedro. *A sustentabilidade socioambiental: diversidade e cooperação*. São Paulo: Annablume, 2012.
- HOCHSTETLER, Kathryn. Prefácio. In ABERS, Rebecca Nera (Org). *Água e Política: atores, instituições e poder nos organismos colegiados de bacia hidrográfica no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010.
- JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. IN Cadernos de Pesquisa, n. 118, mp. a1rç8o9/-220050,3 março/ 2003. Disponível em: <<http://migre.me/cIRJA>>. Acesso em: Jan, 2013.
- JATOBÁ, Sérgio Ulisses; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria (2009). *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, JAN/ABR 2009.
- JORNAL DA PARAÍBA. *Fiscalização detecta que indústrias e pocilgas estão poluindo rio Gramame*. João Pessoa, 11.Nov. 2005.
- _____. *Nascentes de águas poluídas*. 18.07.2010. Disponível em: <<http://migre.me/cI46M>>. Acesso em: Dez. 2012.
- JP ONLINE. *Nascentes do Rio Gramame estão poluídas*. 18.06.2012. Disponível em: <<http://migre.me/cI44n>>. Acesso em: Dez, 2012.
- PARAÍBA COOPERATIVO. *Estudantes do Cooperjovem realizam projeto ambiental em Pedras de Fogo*. 25.10.2011. Disponível em: <<http://migre.me/cIHIW>>. Acesso em: Dez, 2012.

PEDON, Nelson Rodrigo. *Geografia e Movimentos Sociais: Dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial*. Editora Unesp, 2013.

LACERDA, Alecksandra Vieira. *A semi-aridez e a gestão em Bacias Hidrográficas: visões e trilhas de um divisor de ideias*. João Pessoa: UFPB, 2003.

LAYRARGUES, Phillippe Pomier. *Educação para a Gestão Ambiental*: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. Disponível em: <<http://migre.me/cII95>>. Acesso em: Jan, 2013.

LEFF, Henrique. *Saber Ambiental*: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Lúcia Mathilde Endlich Orth (Trad.). 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LIMA, G. F. C. *Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória*. In: LOUREIRO, C. F. B. *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, C. F. B. *Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

MACHADO, Taysa Tâmara Viana. *Investigação da Presença de Chumbo (Plumbum) na Bacia do Rio Gramame e suas Possíveis Implicações na Saúde Pública da Região*. João Pessoa: UFPB, 2003. 118 p. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, João Pessoa, 2003.

NUNES, Edilon M. *Poluição e Conflito Socioambiental na Bacia do Rio Gramame-PB*: análise dos atores, impactos e perspectivas de gestão e participação. Novas Edições Acadêmicas: Alemanha, outubro de 2013.

ONU. *A declaração de Dublin sobre a água e o desenvolvimento sustentável*. 1992. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/h2o-dub.htm>>. Acesso em: Jan, 2013.

PARAÍBA. *Política Estadual de Recursos Hídricos*. Lei nº 6.308, de 2 de Julho de 1996. Disponível em: <<http://migre.me/cIIqU>>. Acesso em: 17 MAI. 2011.

PARCERIA GLOBAL DA ÁGUA (GWP). 2009. *Manual para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos em Bacias*. Publicado pela Global Water Partnership e da Rede Internacional de Organizações de Bacia (RIOB). Disponível em: <http://www.gwpforum.org>. Acesso em: Dez, 2012.

ROSA, Maria do Socorro Mendes. *Gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos: uma contribuição para a Bacia do Rio Gramame, PB*. João Pessoa: UFPB, 2001. 100p. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. PRODEMA UFPB, João Pessoa. 2001.

SILVA, Tarciso Cabral *et al.* Planejamentos dos Recursos Hídricos na Bacia do Rio Gramame, uma bacia litorânea do Nordeste Brasileiro. IN *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*. V.7 n. 4 Out/Dez 2002, 121-134. Disponível em: <<http://migre.me/cIT6G>>. Acesso em: Dez, 2012.

THEODORO, Suzy Huff; CORDEIRO, Pamora Figueiredo; BEKE, Zeke. *Gestão Ambiental: uma prática para mediar conflitos socioambientais*. 2006. Disponível em: <<http://migre.me/cIIGR>>. Acesso em: 10 OUT. 2011.

TUNDISI, José Galizia. MATSUMARA-TUNDISI, Takako. Usos múltiplos das águas superficiais e subterrâneas. In *Recursos Hídricos no século XXI*. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. P.53-62.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS, NA PERSPECTIVA DOS INTERESSES SOCIAIS, NO CONTEXTO DA VIOLENCIA E DO MEDO URBANOS

Elton Pereira da Silva

Doutorando do PRODEMA-UFPE

E-mail: eltongeo-tur@hotmail.com

1-INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que se vive, atualmente, nos centros urbanos, sob o contexto da disseminação da criminalidade, nota-se o aumento considerável dos casos de violência e, por conseguinte, do sentimento generalizado de insegurança. Diante desse contexto, propomos alguns pontos de partida basilares para quem pretende se debruçar sobre as questões do planejamento e da gestão de espaços livres públicos urbanos, considerando os interesses efetivamente sociais.

Do ponto de vista metodológico, este capítulo é fruto de uma pesquisa eminentemente bibliográfica, mas que visa propor alternativas práticas ao planejamento e à gestão das cidades através das transformações ocorridas no âmbito dos espaços livres públicos urbanos, sobretudo nos dos parques e praças. Vale destacar, ao mesmo tempo, que também serviu de subsídio para as reflexões contidas neste texto, a observação das dinâmicas socioespaciais ocorridas em espaços públicos brasileiros com vocação turística situados nas cinco macrorregiões geográficas do país.

Esclarecemos que o que se propõe, longe de ser um modelo teórico ou técnico tido como prescritivo e dogmático, traduz-se em uma tentativa de refletir acerca de conceitos articulados dialeticamente, visando alguns pontos de partida basilares, do ponto de vista teórico, para quem pretende se debruçar sobre a questão dos espaços públicos, seja na dimensão da pesquisa científica, seja nas do planejamento e da gestão pública. Ademais, Abreu (1994), tratando da produção contemporânea dos estudos geográficos sobre a cidade no Brasil, evidenciou a atual riqueza e diversidade das análises, destacando que esses estudos possuiriam em comum o pressuposto de que *cidade (ou espaço urbano) e prática social são interdependentes entre si*, bem como um *compromisso com a transformação da sociedade em que se estuda*.

O ‘ver’ geográfico configura-se principalmente como perceber o espaço em todas as suas formas e relações. [...] Só a abstração, como ideia, pode pensá-la como categoria e conceito. [...] Mas a teoria não deve ser um fim em si mesma. Ela deve orientar o trabalho. Se ela é uma grandiosa elaboração do cérebro humano, ela está, ou deve estar voltada para a solução dos problemas com que se defrontam as pessoas no seu cotidiano. Em outras palavras, o conhecimento deve ser útil. (SILVA, 2000, p. 20-23)

Acreditando que as considerações acima sejam pertinentes, propomos, a seguir, trazer uma contribuição que julgamos ser importante, simultaneamente, à comunidade científica, aos poderes públicos e aos cidadãos de um modo geral. E isto para que estes últimos tornem-se verdadeiros cidadãos.

Diante do acima exposto, este texto foi redigido de modo a abordar inicialmente a ausência de políticas públicas específicas voltadas para os espaços livres públicos e a importância da construção de Sistemas de Espaços Livres Públicos (SELP's) em consonância com as demandas sociais. Posteriormente discute-se a importância do planejamento de espaços livres públicos, destacando alguns pressupostos básicos para elaboração de projetos de intervenções nestes espaços. E por fim discute-se a necessidade de uma gestão efetiva de parques e praças, no sentido de contribuir à concretização da cidadania através do uso de espaços públicos urbanos de qualidade.

2-A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS (SELP'S) EM CONSONÂNCIA COM AS DEMANDAS SOCIAIS

Visando orientar a construção de políticas públicas consequentes voltadas aos espaços livres públicos como lugares seguros e importantes à formação da cidadania, é necessário buscar compreender, inicialmente, o que são Políticas Públicas (PP's), isto é, de acordo com Teixeira (2002, p. 2-3), PP's

[...] são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público. [...] As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. [...] Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir 'Políticas Públicas' de 'Políticas Governamentais'. Nem sempre 'políticas governamentais' são públicas, embora sejam estatais. *Para serem 'públicas', é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público*'. As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social. Visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente (Grifo nosso)

Assim as PP's envolvem o conjunto de ações do Estado e que, para entendê-las melhor, não se pode perder de vista que o Estado desenvolve "uma série de decisões que, tomadas em seu conjunto, encerram mais ou menos o que é a política" (DAGNINO, 2002). Vale lembrar que Estado e governo são elementos diferentes, e que o conjunto de instituições permanentes que possibilitam a ação do governo diz respeito a Estado. Enquanto governo diz respeito ao conjunto de programas e ações dos grupos sociais (HÖFLING, 2001). Em outras palavras, Estado refere-se a uma instituição política, social e juridicamente organizada, que ocupa território definido, em que a lei máxima é a Constituição, sendo dirigida por um governo que possui soberania reconhecida, tanto interna como externamente, sendo composto por três elementos: povo, território e governo. Governo, entretanto, é formado por todas as instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Para entender melhor essa distinção, imagine-se

que as “políticas de Governo” são aquelas que têm a duração dos mandatos dos seus governantes, ao passo que as “políticas de Estado” perduram por vários governos. (WIKIPÉDIA, 2011)²⁵

Assim, no processo de análise, elaboração, execução e/ou retroalimentação das PP’s para o espaço urbano, sejam elas voltadas aos espaços livres públicos ou à segurança pública, deve-se considerar as ações do Estado e as dos governos, no sentido de atender, indiscriminadamente, aos anseios sociais dos cidadãos em sua complexidade e totalidade. Para tanto é necessário considerar as ações dos diferentes agentes: Estado e governo, capital e sociedade, sem prescindir da dimensão espaço-territorial, procurando-se identificar, efetivamente, a amplitude do papel de cada um destes elementos no processo de desenvolvimento das cidades.

No que tange ao papel do Estado na busca do desenvolvimento, não apenas econômico, mas também social, destacam-se as ressalvas de Araújo (2000a), alertando-nos sobre as heranças e urgências para o desenvolvimento do Brasil; e de Araújo (2000b) que defende a importância da descentralização das políticas públicas, destacando a valorização do poder local para um desenvolvimento socioespacial consequente. Para esta autora, a justiça social pode acontecer se forem desenvolvidas políticas públicas em consonância com as reais necessidades da sociedade. Não obstante, Höfling (2001) evidencia o papel do Estado no sentido de promover a justiça social, quando da elaboração das PP’s.

Sabe-se, no entanto, que muitas das PP’s implementadas e pensadas no espaço urbano brasileiro são fragmentadas. Pode-se afirmar, inclusive, que a construção e/ou a revitalização de diversos parques e praças não se traduzem, efetivamente, em políticas públicas; e sim, em ações (pontuais) desenvolvidas pelo poder público. Isso porque, por mais que alguns destes espaços, por alguma razão, tenham sido construídos segundo os anseios sociais e correspondido as necessidades de alguns segmentos da sociedade em períodos específicos, eles não foram parte integrante de um projeto político mais amplo que previsse e permitisse mudanças estruturais mais profundas no que se refere a sistemas de espaços livres públicos, permitindo, inclusive, a diminuição efetiva da violência e medo nas cidades nas quais estão situados.

Dessa forma, propomos que se considere o espaço urbano de forma holística, vislumbrando a possibilidade de desenvolvimento e implantação de espaços livres públicos através de Sistemas de Espaços Livres Públicos (SELP’s), levando em conta a especificidade de cada localidade e as demandas atuais em processo. A proposta de se criar SELP’s remete à necessidade de se considerar o conjunto de espaços livres públicos, articulados entre si, considerando, dialeticamente, as escalas intra e interurbana. Nesta perspectiva, deve-se levar em conta sistematicamente as demandas sociais dos cidadãos, sobretudo, no que tange às suas necessidades básicas: educação, saúde, moradia e, inclusive, as demais estratégias utilizadas pelo poder público para oferecer lazer às pessoas.

Segundo Leite (2011), praças, ruas, jardins e parques, em suas múltiplas funções, constituem o cerne do sistema de espaços livres das cidades, e neles a sociabilidade não pode ser relegada a plano secundário, nem ofuscada pelas questões ecológicas e ambientais, tema que pretende ser a tônica do momento. Até porque os processos econômicos vigentes no mundo contemporâneo continuam a ser estruturados em bases antiecológicas e ambientalmente discutíveis. Nesse sentido, praças, jardins e parques devem estar efetivamente integrados entre si e com as demais funções da cidade e do urbano, numa rede articulada de elementos com localizações, desempenho e tamanhos variados, tal como sugere o termo sistema e seus

²⁵ A escolha desta fonte deveu-se a maneira bastante clara pela qual são colocados conceitos tão densos e complexos: Estado e Governo, assim como para evidenciar que é possível utilizar-se das mais variadas fontes, inclusive, daquelas cujo uso é na maioria das vezes recusado, desde que se justifique e se fundamente sua utilização.

elementos constituintes. O que teria como elemento organizador central o fato de serem constituídos por lugares públicos ou espaços livres públicos.

Queiroga (*apud* Leite, 2011) defende que o sistema dos espaços livres urbanos constitui um complexo em inter-relação com outros sistemas – de drenagem, transportes, proteção – cujas funções podem coincidir com as dele ou apenas justapor-se, tecendo relações de conectividade e complementaridade com a preservação, conservação e requalificação ambientais, a circulação e drenagem urbanas, as atividades de lazer, o imaginário, a memória e o convívio social públicos. Nessa perspectiva, é bastante salutar a construção, revitalização e resgate da dimensão comunitária dos espaços livres públicos urbanos, através de SELP's, a fim de possibilitar a utilização indiscriminada destes espaços a turistas, excursionistas e populações locais, no sentido de promover a civilidade e a tão almejada justiça social, mormente para os últimos grupos sociais.

Além disso, a recuperação da dimensão comunitária do espaço livre público (ELP) é uma das vias ao combate de práticas ilícitas, uma vez que através de intervenção consequente do poder público nos ELP's, considerando o papel do Estado e dos governos nacionais, estaduais e municipais, podem-se construir espaços de amenidades na cidade que sirvam para combater o medo e a violência, diminuindo, consequentemente, o isolamento e a segregação socioespacial.

Todavia, é necessário ter bastante cautela quanto a essa ideia de ELP's enquanto instrumentos amenizadores da violência e medo “urbanos”. Deve-se considerar que a implementação, assim como a revitalização desses espaços, através do desenvolvimento de SELP's, não deve ser vistos como elemento principal e, muito menos, como únicas alternativas ao combate à violência e ao medo. É necessário, ao mesmo tempo, que os poderes públicos, especificamente na área de segurança pública, desenvolvam suas políticas, de modo a levar em conta: as diversas escalas de abordagem (mundial, nacional, regional, estadual e municipal – macro local, meso local e micro local) em que se manifestam os fenômenos da violência e medo; a configuração dos territórios e as territorialidades relacionadas à violência e ao medo nos ELP's atingidos; as especificidades de cada ELP, levando em conta as dimensões da vizinhança, do cotidiano etc.; bem como o quadro paisagístico em que o ELP objeto das ações está inserido.

É importante destacar, ainda, que são necessárias outras estratégias de prevenção e combate à violência e ao medo da parte das ações dos poderes públicos. Ações, inclusive, em áreas que aparentemente não estão relacionadas diretamente à questão da segurança pública, nem à dos ELP's, mas que implicam no desdobramento de práticas ilícitas por parte de alguns segmentos da sociedade. Sobre este ponto, destacamos as ações que visam combater: ausência total de habitação de alguns cidadãos, falta de habitações de qualidade, má qualidade da educação pública, sistema de saúde deficiente, desemprego, salários baixos, entre outros problemas que fazem parte do espaço urbano, mas que não são exclusividade dos espaços em tela, visto que as cidades são espaços multifacetados e complexos.

Nesse sentido, torna-se bastante oportuno, além da construção de SELP's, a de uma política pública global que articule obras de equipamentos de lazer a ações públicas mais abrangentes (educação, saúde, moradia, segurança, trabalho etc.), ordenando o pleno desenvolvimento dos direitos sociais no contexto da cidade considerando o bem-estar de seus habitantes.

No âmago desta questão, e não menos importante, é preciso considerar a importância e a necessidade da realização do *planejamento e gestão consequentes* intrínsecos à questão das políticas públicas consequentes. Elementos que devem ser considerados tanto por aqueles que “pensam”, quanto por aqueles que “fazem” as políticas públicas. Ou seja, tanto por pesquisadores que enveredam por esta temática tão complexa arriscando-se a desvendar a

natureza das políticas públicas; quanto pelos políticos e técnicos que compõem as estruturas dos órgãos públicos – locais onde é definida a maioria das prioridades e onde a decisão é, de fato, tomada.

3- A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO: PRESSUPOSTOS BÁSICOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÕES EM ELP'S

Morar junto a uma praça ou a um parque é, na atualidade, um dos fortes apelos do mercado imobiliário, visando à valorização de seus empreendimentos. Ao mesmo tempo, moradores evitam frequentar a praça ou o parque em questão, porque, segundo alguns, são “*locais perigosos*” porque permitem o acesso de pessoas ligadas a todo tipo de *marginalidade* social que povoa seu imaginário. De maneira geral, há cidadãos que se restringem cada vez mais às suas próprias residências em seus momentos livres, o que traz como resultado o abandono de muitos ELP's, repercutindo na diminuição da diversidade de situações vividas, das possibilidades de encontro e das experiências culturais (LEITE, 2011). Sobre isto, mas defendendo a busca pela civilidade no espaço urbano Sá (2009, pp.17-18) ressalta que:

[...] a cidade parece viver um impasse: a ‘elite’ e a classe média não cedem e se fecham nos seus condomínios; a outra parte da população (a maioria) se tranca nos ‘guetos’ e suas ‘casas’. A convivência – quando há – agora é cada vez mais virtual e os vínculos de socialibilidade vão se esmaecendo. Enfim, depois da razão (virtual) ter triunfado e vivermos em uma ‘pós-modernidade’ na qual todas as ‘tribos’ buscam comungar (pelo menos pelas infovias, intenet, celular), paradoxalmente, nunca fomos tão carentes de cavernas. Na disputa entre a liberdade e segurança, nossa (s) cidade (s) parece ter optado pela segunda (de preferência bem armada e treinada). Ao invés de praças, parques, ruas, calçadas, cafés e bares ao ar livre, espaços civis e civilizados, sobrou-nos o projeto moderno de uma geografia cavernosa de Shoppings, cinemas, discotecas, bares fechados, parques temáticos, resorts, escolas vigiadas, camarotes Vips; ou seja, à luz de toda sapiência humana, uma regressão à exclusão, à segregação e à escuridão. [...] Mas apesar de toda esta geografia exposta e vivida demonstrar os seus equívocos, relutamos em transformá-la, pois paralelamente à força racional e ‘eficiente’ do mercado globalizado, fingimos ignorar o papel do Estado e todas as suas mediações sociais capazes de imprimir na consciência dos indivíduos uma nova Paidéia, uma nova educação onde a ética e a civilidade voltem a reinar.

Defendemos, assim, que praças e parques, se planejados e geridos devidamente, podem ser bastante importantes como objetos espaciais públicos de lazer que possam contribuir para o enfrentamento das vulnerabilidades da dinâmica socioespacial intra e interurbana, inclusive, para a civilidade, e a cidadania no espaço urbano. Para que estes ELP's possam cumprir com suas funções sociais no âmbito da estrutura urbana, é imprescindível o *planejamento* e a *gestão*, através das políticas públicas no sentido atribuído na seção anterior deste ensaio.

Planejar é antes de tudo um exercício de preparação racional, para ações que visam concretizar um estado futuro desejado, no qual planejamento socioeconômico constitui-se de “um processo de mobilização de forças e atores sociais para edificação de um estado desejado coletivo” (SANTANA, 1990, p. 11). O mesmo autor (1990) complementa esta ideia, acrescentando que o grande desafio do planejamento social e/ou econômico é ir além do viável, ultrapassando o possível e realizando o ideal.

Acontece que, para o planejamento atingir seu objetivo de modo satisfatório, indo além do viável, ultrapassando o possível e realizando o ideal, faz-se extremamente necessário o desenvolvimento de uma gestão consequente. Vale destacar que a diferenciação entre o

planejamento e a gestão, reside nos tipos de atividades realizadas em cada uma destas etapas e, principalmente, no tempo de realização das ações. Se na gestão as respostas às ações devem ser imediatas, no planejamento, o médio e o longo prazos são os tempos necessários para que os resultados apareçam. A esse respeito, Souza (2006, p. 46b) diz que:

[...] gestão remete ao presente, gerir significa *administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas*. O planejamento é preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre indispesáveis), das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir. Longe de serem decorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são *distintos e complementares*. (grifos no original)

Considerando esta distinção, destacamos alguns elementos que podem ser levados em consideração no âmbito da pesquisa científica e no momento do planejamento e gestão de ELP's sob a forma de praças e parques, mas que podem ser estendidos a ELP's de qualquer natureza, dada sua adequação socioespacial: identificar se existem órgãos públicos específicos (ministério, secretaria estadual, secretaria municipal) direcionados ao planejamento e à gestão dos ELP's de um modo geral, assim como à questão do lazer; considerar a (in) existência de SELP's e, portanto, de políticas públicas direcionadas aos ELP's, nas mais variadas escalas (nacional, regional, estadual, metropolitana, macrolocal, mesolocal e microlocal); levar, ao máximo, em consideração as diretrizes já existentes nestas políticas públicas, adequando-as à realidade socioespacial onde o ELP está situado, ou onde ele será implementado; dar preferência às metodologias de planejamento e gestão participativos na criação e revitalização de praças e parques, e de ELP's de uma forma geral; considerar o atendimento das demandas sociais no âmbito do desenvolvimento de outras políticas públicas (educação, saúde, emprego e renda, e, principalmente, lazer e segurança pública); verificar até que ponto as políticas de segurança pública (nos níveis nacional, estadual e municipal) consideram a questão dos ELP's; assim como as especificidades destes espaços, dada a função e dinâmicas socioespaciais específicas de cada espaço; ter o máximo de informações sobre o lugar onde se pretende intervir; ter um corpo técnico com respaldo teórico que abranja conhecimentos de áreas que vão além da arquitetura e urbanismo (geografia, sociologia, antropologia, administração, turismo, marketing etc.); considerar a importante contribuição do geógrafo com sua capacidade de apreensão do espaço na sua complexidade e totalidade, buscando sempre compreender dialeticamente os meios bióticos, abióticos e sociedade inerentes a cada lugar da intervenção pública; levar em consideração, e mais que isso, priorizar, em todas as etapas do planejamento, assim como na gestão ao longo de todo ciclo de vida do ELP, *gostos, necessidades, preferências e exigências* dos frequentadores reais e/ou potenciais do parque ou praça; levar em conta o sítio onde está(rá) situado o ELP como uma unidade ambiental (onde também existem: clima, vegetação, domínio geológico-geomorfológico, pedologia, entre outros elementos do ponto de vista físico-naturais); investigar a dimensão simbólica do espaço junto aos seus usuários (reais e/ou potenciais); observar e analisar o entorno do parque ou praça percebidos como condição e reflexo do (in)sucesso do referido equipamento; atentar para a localização do espaço num contexto intra e interurbano; garantir a acessibilidade no ELP em si, assim como no trajeto que os frequentadores farão para chegar até ele (condições dos passeios públicos, das vias de acesso – ruas, avenidas, rodovias – para se chegar de outros bairros e até mesmo de municípios vizinhos, até o referido ELP); considerar o *tipo* de ELP (praça, parque, jardim, largo etc.) em que se vai construir, intervir ou no qual está se fazendo a gestão; identificar ou estabelecer, no caso de uma projeção, a principal função que o equipamento exerce ou exercerá no contexto urbano (social,

estética, desportiva, educativa etc.); no caso específico de revitalizações, apreender o tempo de vida do ELP, percebendo o real estado de conservação do parque ou praça; analisar as atribuições do ELP (sinalização, pistas e calçadas, limpeza, quantidade de equipamentos, conservação dos equipamentos, iluminação, arborização, atividades recreativas, segurança, paisagismo); ter uma atenção especial no que se refere à necessidade de garantir segurança aos frequentadores, tanto no acesso até o ELP quanto dentro do parque ou praça; apreender a quantidade e distribuição dos objetos que compõem o parque ou praça tais como: prédio administrativo, área de ginástica, pista de *cooper, playground*, bancos etc.; levar em conta os fatores considerados externos como o cultural, econômico, tecnológico, político e os físioco-naturais.

Vale salientar que esse conjunto de elementos deverá ser levado em consideração articulados entre si e considerando as especificidades socioespaciais de cada localidade na qual se deseja planejar e/ou gerir. Assim, tais elementos funcionarão como um recurso a mais nas fases de planejamento e gestão e, portanto, na elaboração, execução, acompanhamento e realimentação de projetos de parques e praças, ou de ELP's de um modo geral.

4-A NECESSIDADE DA GESTÃO: PARQUES E PRAÇAS, UMA CONTRIBUIÇÃO CONDICIONAL ÀS GEOGRAFIAS DA CIVILIDADE E CIDADANIA²⁶

É bastante curiosa e interessante a dicotomia dos ELP's. Isso porque, ao mesmo tempo em que a construção de praças ou parques pode ser utilizada pelo poder público enquanto uma estratégia de combate ao medo e à violência, algumas pessoas poderão utilizá-los como cenário para o desdobramento de práticas ilícitas (tráfico de drogas, assaltos, práticas violentas de uma maneira geral etc.).

Existe, assim, certa discordância quanto ao papel destes ELP's como amenizadores da violência e do medo na cidade. Leite (2011), por exemplo, defende que os ELP's são locais eminentemente perigosos. Em contrapartida, Arendt (2004), utilizando-se das três dimensões da vida ativa: *labor, trabalho e ação*, defende o resgate da esfera pública, destacando a importância da liberdade e comunicação neste processo. Para compreensão desta discordância aparente, destacam-se duas questões: “a noção de público enquanto terra de ninguém” e “o papel indutor do espaço geográfico”, enquanto aspectos bastante consideráveis dentro desta discussão.

Na noção de ELP's como terra de ninguém se tem a errônea e infeliz ideia deste espaço como um local onde pode ser feito tudo o que não deve ser praticado em ambientes de caráter particular; “onde pode ser feito tudo que não se deve fazer em casa.” Nesta ótica equivocada o espaço privado seria aquele que possui proprietário, logo, o espaço no qual não se deve, em hipótese alguma, desenvolver qualquer tipo de prática que vá de encontro com a ética, valores ou regras de convivência estabelecidas para tais espaços; enquanto o espaço público e, por conseguinte, os ELP's sob a forma de praças e parques, estes são os “melhores” locais para quebrar regras, para fazer o proibido, para praticar a violência. Vale lembrar, que o conceito de violência urbana está associado a qualquer ato desenvolvido no contexto da cidade que se contrapõe às leis, à ordem pública ou à ordem social, ou ainda, qualquer ação que possa vir a ferir a integridade física ou moral do indivíduo.

²⁶ Esclarecemos que o termo geografia da civilidade e cidadania foi utilizado pelo Professor Dr. A. Sá quando da descrição do que seria o III Simpósio da Geografia do Medo e da Violência na página do PPGeo/UFPB, e achamos bastante oportuno a utilização do mesmo no título desta seção, uma vez que o que se pretende agora é trazer uma contribuição da ciência geográfica à construção do espaço do cidadão no âmbito da cidade, através da evidenciação de alguns pontos a serem levados em consideração quando na gestão de ELP's, buscando contribuir à diminuição da violência e do medo na cidade.

No que se refere ao papel indutor do espaço geográfico no caso específico das praças e dos parques, consideramos o seguinte: quando estes ELP's não possuem boa infraestrutura física, eles se encontram degradados, não possuem uma gestão efetiva, não atendendo, enfim, aos gostos, necessidades, preferências e exigências de seus usuários reais e/ou potenciais, o local começa a induzir usos ilícitos que desembocam no surgimento de práticas violentas e na (re) produção da *psicosfera* do medo. Ao mesmo tempo, ELP's de qualidade sob a forma de parques e praças, através da oportunização do lazer a grandes parcelas da população pobre, poderão ser tomados como uma estratégia para diminuir a violência e o medo, tornando evidente o papel positivo destes espaços no que se refere à questão em tela.

Existem algumas tentativas dos poderes públicos de por em prática estratégias voltadas à implementação de praças e parques em cidades tidas como bastante violentas a exemplo do que vem ocorrendo em: Medellín (Colômbia)²⁷ e Recife (Brasil). Neste último caso, o executivo local busca inserir equipamentos de lazer em áreas da cidade tidas como muito violentas: o Conjunto de Lazer e Desportos e o Programa Academia das Cidades²⁸ nos bairros de Santo Amaro (situado próximo às favelas de Santo Amaro, Ilha de Juaneiro e da área da antiga favela Vila Imperial) e no de Joana Bezerra (situado próximo à favela do Coque).

No cerne destas questões, propõe-se, no momento da gestão destes ELP's, o estar atentos para elementos inerentes a duas dimensões fundamentais da análise geográfica – as da *psicosfera* e *tecnosfera* sobre as quais Santos (2004, p.256) disse que:

A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercambio e, deste modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicosfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido também faz parte da produção desse ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e psicosfera – são locais, mas constituem produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas.

Assim, ao se considerar a dimensão da tecnosfera e da psicosfera na gestão dos ELP's, deve-se ter bastante cautela com relação aos elementos de ordem local e levar em consideração, também, os fatores de ordem global; além, obviamente, de considerar tais fatores dialogicamente. Nesta perspectiva, Souza (2006, p. 561) defende que é necessário questionar “fórmulas e *slogans* simplistas como agir localmente e pensar globalmente”, destacando que é preciso refletir e desenvolver ações a partir de perspectivas multiescalares e transescalares.

No âmbito da tecnosfera, é necessário estar atento à quantidade, conservação e disposição dos equipamentos existentes no ELP, assim como aos aparatos técnicos e humanos de segurança (iluminação adequada, presença de câmeras, presença e atuação efetiva de policiais e/ou da guarda municipal etc.). Aumentando um pouco a escala, deve-se considerar, também, a quantidade e qualidade de ELP's existentes na cidade como um todo, sem deixar de extrapolar os limites dos territórios municipais.

No que se refere à psicosfera, pode-se destacar que uma praça que já é reconhecida socialmente como “praça da maconha”, ou um parque estigmatizado como “parque de marginais” deverá ter uma gestão considerando tais especificidades, levando em conta, portanto, o imaginário do medo que se desdobrou em relação aos referidos espaços, independentemente

²⁷ Sobre este assunto ver a seguinte reportagem: A outra imagem de Medellín: sinônimo de tráfico de drogas, a cidade colombiana diminui a violência e agora é modelo de urbanização bem-sucedida, publicada na Revista Isto É na Edição: 2056 de 08 de Abril de 2009. Consultar, também, site oficial de Alcaldía de Medellín: <http://www.medellin.gov.co/irj/portal/medellin>

²⁸ Para maiores informações sobre o Programa Academia da Cidade, consultar Castilho (2012).

da (in) existência da violência no referido ELP. Neste caso, uma das saídas seria o marketing social²⁹. Vale salientar, também, que, em alguns casos, a psicosfera poderá ser relacionada a estereótipos que, apesar de traduzirem-se em manifestações socioespaciais de caráter mais local, estão, também, ligados a fatores de ordem mais global, a citar o modelo de sociedade que se tem na atualidade: a sociedade do consumo, do individualismo exacerbado. Sobre este modelo de sociedade vale destacar a reflexão feita por Lima (2009):

Na sociedade do consumo, o ‘eu’ se confronta com o ‘outro’; o consumidor com o cidadão; a pobreza com o luxo; o bem contra o mal. O ‘tudo pode’, o ‘salve-se quem puder’, o ‘e eu com isso?’, a competição desfreada e a voracidade de crescer a qualquer custo, sem padrões humanitários e éticos, com a supressão da solidariedade e o desrespeito ao próximo, aliada à tirania do dinheiro e da informação nos levam a pensar que descambamos para a selvageria, precisamos voltar às cavernas ou voltamos ao canibalismo, já que a convivência (harmoniosa) e a tolerância do peso da diferença do outro que caracterizam a civilidade praticamente inexistem, diante de tanta ganância, egoismos, narcisismos e outras coisas que dificultam um convívio social saudável e o exercício da democracia e da civilidade. (Ibidem, p. 68)

Além disso, deve-se, também, considerar psicosfera e tecnosfera numa perspectiva dialética, uma vez que o espaço geográfico é dinâmico e os ELP's são e estão susceptíveis a sofrer influência dessa dinamicidade no tempo, seja pelo seu desgaste natural, seja pela ação dos vândalos. Assim, tem-se que considerar, também, que a própria sociedade vai sofrendo alterações ao longo do tempo, alterando, por conseguinte, gostos, necessidades, preferências e exigências dos frequentadores do ELP.

Isto porque um parque ou uma praça que atenderam satisfatoriamente as demandas sociais nos seus primeiros cinco anos de vida, por exemplo, podem fatidicamente começar a não atender as expectativas de seus usuários. O que ocasionará o afastamento das pessoas que frequentavam este objeto espacial. O local torna-se ocioso. E, na medida em que não se reanima aquele ELP, através de uma gestão consequente (intervenção em sua estrutura física; promoção de atividades de recreação, atividades de ginástica acompanhada de profissional, atividades lúdicas de uma maneira geral, voltadas, de fato, aos interesses sociais) o local passa a assumir papel altamente controverso ao que um parque ou uma praça sugere. Ao invés de atuar enquanto equipamentos propiciadores da vivência do lazer, do convívio social, do lúdico, do brincar, do caminhar e do contemplar, o local passa a atuar, muitas vezes, como espaço indutor de práticas ilícitas, configurando uma geografia do medo e da violência.

Nesta perspectiva, não basta apenas planejá-los ou revitalizá-los, sem pensar numa retroalimentação contínua de todas estas fases, sem pensa-las como processo; é preciso ir além da fase da gestão, ir além de ações pontuais por parte do poder público, considerando que planejamento e gestão são *distintos e complementares*, e que ambos devem ser flexíveis e contínuos. Dessa forma, é necessário considerar os interesses sociais para além do momento do planejamento, sabendo que tão importante quanto considerar tais demandas no momento da planificação, é de grande relevância levar em consideração as especificidades e mudanças ocorridas nos ELP's e nas demandas sociais ao longo do tempo/espaco, e, portanto, no momento da gestão.

²⁹ O objetivo do Marketing Social é desenvolver atitudes construtivas para auxiliar mudanças de comportamento desejadas. O princípio básico é aumentar a percepção do público que os benefícios do novo comportamento superem os custos de sua adoção. O novo comportamento deve ser mais valorizado do que o comportamento atual (KOTLER, 2010). Sobre este assunto consultar, também KOTLER, P; LEE, N. *Marketing no setor público*. Bookmam, Porto Alegre, 2008.

Vale salientar que a atuação efetiva do poder público, a partir de parcerias público-privadas e de uma gestão compartilhada do ELP's com a população local, é de suma importância para a manutenção e aceitabilidade efetiva desses espaços pelos cidadãos e, consequentemente, para que os ELP's cumpram seu papel de amenizadores da violência e do medo na dinâmica espacial intra-urbana. Nessa perspectiva, nota-se que é preciso ir além das estratégias convencionais de combate à violência (geralmente as coercivas) e perceber que existem outras alternativas (de caráter preventivo) que devem ser consideradas numa perspectiva holística do ponto de vista do planejamento e da gestão urbanos.

Assim, é extremamente necessário pensar, no contexto da cidade, alternativas públicas permanentes de lazer, e mais que isso, permanentes e de qualidade, no sentido de que a população atual carece e vem exigindo, a cada dia, mais alternativas de lazer. Não basta mais apenas “pão e circo”! Afinal de contas, o circo é uma alternativa de lazer efêmera que surge e logo após alguns dias vai embora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário, portanto, transcender ações pontuais, procurando desenvolver políticas públicas efetivas a fim de criar SELP's que considerem a dinâmica da cidade em sua complexidade e totalidade. Deste modo, o planejamento e a gestão urbanos, no que tange especificamente à realização consequente de políticas públicas direcionadas aos ELP's, deverão considerar, de fato, os interesses sociais, levando em conta gostos, necessidades, preferência e exigências da população.

Associado a isso é extremamente necessário que se tenha uma política pública de segurança de qualidade que leve em conta as especificidades das dinâmicas socioespaciais de cada ELP, considerando, inclusive, o tipo e a função de cada um deles. Nessa perspectiva, observamos que a presença de policiamento, ou mesmo, de guardas municipais ao longo do ELP e em seu entorno imediato durante todos os dias da semana, 24h no dia, assim como a sua forma de atuação no espaço, é um dos pré-requisitos para que qualquer ELP assuma o seu papel enquanto amenizador do medo e da violência no âmbito da cidade. É necessário, também, estar atento e ir além da distribuição espacial dos guardas municipais, seguranças e/ou policiais militares ao longo do ELP, considerando que o planejamento e a gestão destes espaços, assim como o planejamento e a gestão da segurança pública no município onde estes ELP's estão situados são de crucial importância para a atuação dos ELP's como instrumento de combate à violência e ao medo urbanos.

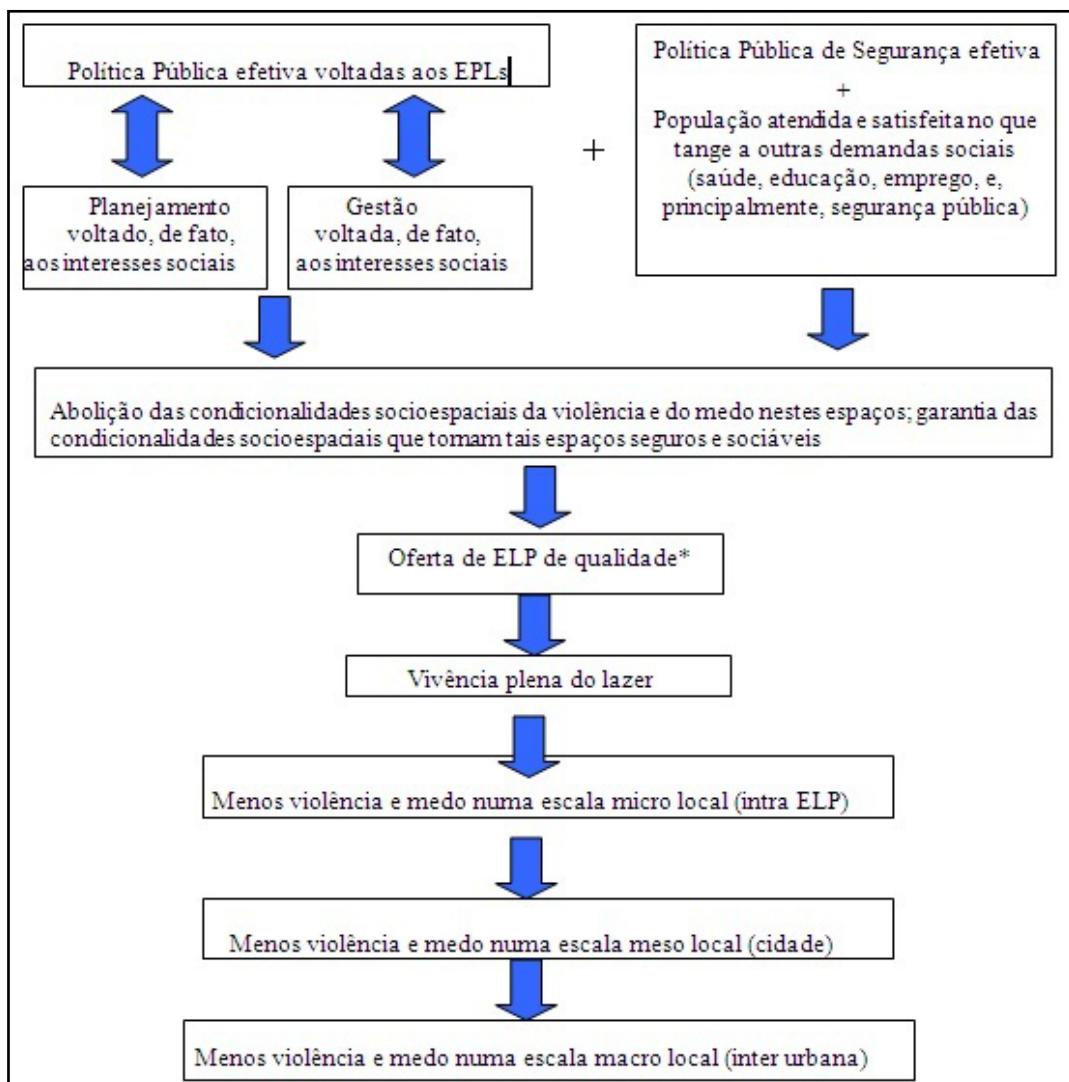
Ao mesmo tempo, é preciso que a população seja atendida no que tange a outras demandas sociais básicas, tais quais: educação, saúde, habitação, emprego, demais estratégias públicas de lazer, sistema de transportes, sistema de comunicação, sistema de abastecimento de água e saneamento, sistema de iluminação e, principalmente, sistema de segurança, todos de boa qualidade.

Após se ter desenvolvido políticas públicas efetivas voltadas aos ELP's e à segurança pública, associadas ao suprimento de outras demandas sociais básicas, ter-se-á a possibilidade da abolição das condicionalidades socioespaciais da violência e do medo nestes espaços, garantindo, portanto, as condicionalidades socioespaciais que tornam tais espaços seguros e sociáveis.

A partir daí tem-se a possibilidade de se ofertar ELP's com qualidade, em que o medo e a violência não inviabilizem o uso desses espaços, donde eles possam vir a atuar como

espaços que promovem e reproduzem a paz no contexto da cidade. Vale salientar que tanto a qualidade quanto a satisfação dos frequentadores dos ELP's são características provisórias, e irão variar em função do espaço/tempo, pois o espaço geográfico é dinâmico e o conjunto de objetos espaciais que compõem os ELP's, assim como a própria estrutura destes espaços, estarão sujeitos à ação do tempo. Além disso, o perfil da população naturalmente se altera em função do tempo, considerando as mudanças nas dimensões externas (cultural, tecnológica, etc.).

Tem-se ELP's de qualidade à disposição da população, associados ao suprimento de outras demandas sociais básicas, bem como a possibilidade de vivência plena do lazer nestes espaços, que implicará positivamente na dinâmica socioespacial dos ELP's, contribuindo para a diminuição da violência e do medo numa escala micro local, meso local e macro local (Quadro 01).



Quadro 01: **ESQUEMA - DIMINUIÇÃO DA VIOLENCIA E DO MEDO URBANOS ATRAVÉS DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS (PARQUES E PRAÇAS)** Fonte: Produzido pelo autor, 2013.

Além disso, faz-se mister destacar que é necessário estimular e promover a realização de outros estudos sobre as geografias do medo e da violência em parques e praças, pois a geografia permite entender essa problemática em sua complexidade e totalidade. O que permite o apontamento de questões a serem consideradas quando da busca de uma gestão pública efetiva

desses equipamentos de lazer, além de contribuir para a construção de espaços seguros e de convivência no ambiente urbano. Isso porque o lazer é um direito de todos e os parques e praças são equipamentos de lazer de uso público que podem contribuir significativamente para a construção de espaços de civilidade e cidadania no âmbito da cidade.

Evidenciamos, pois, a importância e a necessidade de se desenvolver estudos, eventos e discussões sobre a temática do medo e da violência a partir, também, do prisma das várias ciências (Sociologia, Antropologia, Arquitetura e Urbanismo etc.), sobre os mais variados espaços (públicos, privados, urbano, rural), nas mais diversificadas escalas de abordagem (nacional, regional, estadual, local – micro local, meso local e macro local). E isto no sentido de contribuir para o enfrentamento da violência e do medo que foram as piores mazelas do século XX e que se apresentam hoje, século XXI, talvez de maneira ainda mais grave, uma vez que se tem a liquefação da vida na sociedade contemporânea.

É importante, também, refletir e levar à discussão a necessidade da criação de novos órgãos e/ou novos setores dentro de órgãos existentes, como, por exemplo: criação do Ministério do Lazer, criação de Secretaria de Planejamento e Gestão de ELP's no âmbito dos governos estaduais, criação do “setor de prevenção à violência em praças e parques” no âmbito da Secretaria de Defesa Social.

Mas, ao mesmo tempo, problematizando o que foi anteriormente exposto com a seguinte questão: é necessário criar mais ministério, secretarias, setores, departamentos; ou é preciso reajustar a natureza que permeia a construção de nossas políticas públicas e a lógica que orienta a prática da gestão pública nas mais variadas áreas (lazer, segurança, turismo, educação, saúde, etc.)?

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação: contribuição a história do pensamento geográfico brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 56 (1/4), p. 21-122, jan./dez.1994.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Ensaio Sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000. 392p. (A)
- _____. Descentralização das Políticas Públicas no Brasil: um destaque para a descentralização das políticas de apoio à Reforma Agrária. In: SOUZA, Aldemir do Vale; MOUTUNHO, Lúcia Maria Góes (Org.). *Os Desafios das Políticas Públicas Diante da Crescente Importância do Poder Local*. Recife: Sapiento, 2000. 252 p. (B)
- ARENKT, Hannah. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2001.
- CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de; VIEGAS, Jeanete Magalhães. *Turismo e práticas socioespaciais*: múltiplas abordagens e interdisciplinaridades. Recife: UFPE, 2008.
- CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de; et al. A Distribuição Espacial do Programa Academia da Cidade, em Recife/Brasil. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*. v. 1, n. 2 (2012). Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br> Acesso em: 18.01.2014.
- CARNEIRO, Ana Rita Sá; MESQUITA, Liana de Barros. *Espaços Livres do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo. Ática, 1990.
- CRUZ, Luciana Maria da. *Morfologias urbanas do medo: a materialização da (in)segurança em bairros nobres do Recife*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Recife: PPGE / UFPE, 2010.
- DAGNINO, R. *Metodología de Análise de Políticas Públicas*. GAPI/ UNICAMP. In: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación la Ciencia y la Cultura. 2002. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/rdagnino1.htm#1a>>. Acesso em: 25/06/2010.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006a.
- HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em: 03/08/2008.
- KOTLER, Philip. *Marketing no Setor Público*. Bookmam, Porto Alegre, 2008.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEITÃO, Lúcia. *As praças que a gente tem as praças que agente quer: manual de procedimentos para intervenção em praças*. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2002.
- LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. *Um sistema de espaços livres para São Paulo*. Estudos Avançados. vol. 25 n.71 São Paulo Jan./Apr. 2011. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142011000100011&script=sci_arttext Acesso em: 20 de maio de 2011.
- LIMA, Francisco Denílson Santos de; SÁ, Alcindo José de. A reterritorialização da festa campinense: um olhar para a civilidade do Balanço Campina, em Campina Grande – PB. In: *Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez. 2009.
- MICHAUD, Y. A Violência. In: WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008: Versão para web*. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mapa_da_violencia_baixa1.pdf Acesso em: 01 de novembro de 2008.
- QUEIROZ, Ivan da Silva. *Territorialidades do medo no Grande Bom Jardim*: a violência como vetor de mudanças no espaço urbano de Fortaleza. Dissertação de Mestrado em Geografia. Recife: PPGE / UFPE, 2000.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTANA, J. *Notas Introdutórias ao Planejamento*, Recife: [sine nonine], 1990. Mimeo. 150p.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2004. 384p.
- _____. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SÁ, Alcindo José de (org). O Ressurgimento dos espaços de cidadania, civilidade e liberdade no Brasil: uma via com saídas nas encruzilhadas dos labirintos das geografias da violência e do

medo? In: *Nas Geografias da Violência...O renascer dos espaços de civilidade?* Recife: Editora Universitária - UFPE, 2009.

_____. *O Brasil e as geografias do medo: sim, a história da barbárie humana se repete!* Recife: UFPE, 2005. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistageografia/index.php/exemplo>>. Acesso em: 09 de maio de 2008.

SILVA, Armando. A aparência, o ser e a forma: geografia e método. *GEOgraphia*, Ano. II, N° 3, 2000. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/27/25> Acesso em 16/09/2008.

SILVA, Elton Pereira da. *Lazer e espaços livres públicos: Análise socioespacial do fluxo de pessoas do Parque Camaragibe, Camaragibe-PE: contribuição da geografia à diminuição da ociosidade dos parques e praças, numa perspectiva de inclusão social.* 2009. 75f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - UFPE, Recife, 2009.

_____. *Análise socioespacial do Parque Camaragibe e da Praça Coimbral, Camaragibe-PE: nexos entre lazer, espaços livres públicos, violência e medo urbanos.* 2012. 161 f. (Dissertação de Mestrado) Recife: PPGEO-UFPE, 2012.

SILVA, Jan Carlos da, O conceito de território na geografia e a territorialidade da prostituição. In: (org.) RIBEIRO, Miguel Angelo, *Território e Prostituição na Metrópole Carioca.* 1ª Ed. São João de Meriti, Rio de Janeiro: Ed. Ecomuseun, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Marcelo Lopes de. *A prisão e a Agora.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (A).

_____. *Mudar a Cidade: uma introdução ao planejamento e à gestão urbanos.* 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (B).

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.* Salvador: Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais - AATR-BA, 2002. Disponível em: http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf Acesso em: 04 de março de 2011.

WIKIPÉDIA. Disponível em : <http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado> Acesso em: 15 de maio de 2011

COMPETITIVIDADE, ESPAÇO E COMÉRCIO EM CIDADE MÉDIA NO NORDESTE BRASILEIRO

Dr. Lincoln da Silva Diniz

Professor da Unidade Acadêmica de Geografia – UAG/UFCG

E-mail: lincoln.ufcg@gmail.com

1-COMPETITIVIDADE, ESPAÇO E SOCIEDADE

Ao longo do desenvolvimento e expansão geográfica do capitalismo, a prática da concorrência se consolida e se estabelece como regra em todas as dimensões econômicas e em todas as relações sociais. Em função da busca desenfreada do lucro e da hegemonia política e econômica produz-se um espaço mais desigual e competitivo, em que os velhos laços de solidariedades existentes, historicamente construídas, entre os grupos de indivíduos se desfazem dando lugar a novos utilitarismos e práticas violentas.

Ao apontar a competitividade como regra absoluta, perversidade sistemática, despótica e força maior no mundo globalizado, Santos (2000) destaca que esta competitividade passa a ser a nova regra de convivência entre as pessoas sob os imperativos da produção e do consumo. Segundo ainda o mesmo autor (2000), a concorrência atual não é mais a de outrora, pois, foi eliminada toda forma de compaixão nas ações produtivas, nas relações comerciais, na vida dos agentes. Para ele (2000, p.46): “A competitividade tem a guerra como norma” e isto ocorre a partir, especialmente, de grandes concentrações, fusões, acontecendo tanto na órbita da produção, como na das finanças e da informação.

A sobrevivência de pequenas atividades econômicas periféricas – pequenos comércios locais –, neste contexto, está, por conseguinte, ameaçada e destinada a adaptar-se aos ditames de um mercado cada vez mais competitivo que, muitas vezes, não considera as particularidades dos lugares com suas práticas socioespaciais preexistentes. É aí onde reside o problema da sociabilidade enquanto principal elo de integração e dispersão entre clientelas e centrais de abastecimento (grandes e pequenos mercados). Sobre o entendimento da competitividade, em seu estado puro, e a sua dimensão socioespacial no contexto de um mundo globalizado, desigual e violento, explica Santos (2000, p.57):

Concorrer e competir não são a mesma coisa. A concorrência pode até ser saudável sempre que a batalha entre agentes, para melhor empreender uma tarefa e obter melhores resultados finais, exige respeito a certas regras de convivência preestabelecidas ou não. Já a competitividade se funda na invenção de novas armas de luta, num exercício em que a única regra é a conquista da melhor posição. A competitividade é uma espécie de guerra em que tudo vale e, desse modo, sua prática provoca um afrouxamento dos valores morais e um convite ao exercício da violência.

A partir desta explicação, observa-se que competitividade e violência fundem-se num mesmo contexto socioeconômico, dominante no meio geográfico atual. Neste novo cenário, portanto, a violência, em seu estágio mais perverso – o da competitividade –, torna-se mais

complexa e dominante em todas as esferas sociais, sobretudo, nas camadas excluídas da sociedade capitalista.

Conforme Bauman (2001, p.36), o que mais distingue a sociedade moderna atual em relação a todas as outras formas históricas de convívio humano, é o fato de aquela apresentar uma intensa e compulsiva tendência de desfazer, destruir tudo em nome da maior capacidade de fazer um novo futuro, em função da produtividade e da competitividade.

Observa Castells (2008, p.136) que as empresas não estão motivadas, apenas, pela produtividade, mas, sobretudo, “pela lucratividade e pelo aumento do valor de suas ações”, uma vez que, hoje, a tecnologia organizacional e de gerenciamento é o principal fator que induz a uma maior produtividade. Então, para os agentes econômicos, a produtividade não é o objetivo em si, mas as ações competitivas do mercado. Deste modo, avalia Castells (2008, p.136) que “A lucratividade e a competitividade são os verdadeiros determinantes da inovação tecnológica e do crescimento da produtividade” no contexto econômico e espacial capitalista atual. É isto mesmo que, acredita-se, vem a ameaçar a interação mais humana entre as pessoas: as sociabilidades historicamente produzidas nos lugares.

Para Rubio (2008, p.38), o mercado capitalista em nome da eficiência, da obtenção do máximo de benefícios ou de riquezas, está destruindo, sistematicamente, os seres humanos e as bases da vida de todo o planeta, excluindo muitos indivíduos, sacrificando formas e relações de vida de grupos de indivíduos existentes em diversos lugares, pela lógica do livre mercado e do capital, cada vez mais especulativo. Segundo, ainda, o mesmo autor, na atual fase de desenvolvimento do sistema econômico capitalista globalizado, assiste-se a uma grande remoção das bases da vida humana, animal e vegetal, fragmentando e destruindo, sobretudo, as relações humanas (RUBIO, 2008, p.42). Continua: “Competitividad y eficiencia, como procesos de abstracción, se convierten en los valores supremos que deciden sobre la validez de todos los demás valores. Se abre así una espiral de violencia y de irracionalidad [...]” (RUBIO, 2008, p.49).

A violenta racionalidade competitiva capitalista, com o seu caráter entrópico e destruidor, sempre subordinaram e amedrontaram as relações humanas ao longo da sua história. No contexto atual, a dinâmica de funcionamento do capitalismo neoliberal e global se pauta, ainda, na mesma lógica, desta vez canalizando as relações sociais com o objetivo de lograr o mercado perfeito, de acordo com os seus ditames mercadológicos, não se importando em eliminar as pluralidades, as diversidades e riquezas culturais dos povos. Neste sentido, afirma Rubio (2008, p.49):

La carrera por la eficiencia y competitividad, también concebidos como ideales de perfección, se convierte en amenaza contra la misma continuidad y supervivencia del planeta. La sociedad mercado-céntrica realiza una abstracción del circuito natural, que permite (posibilidad y factibilidad) la vida humana a partir de sus necesidades y termina expandiendo un orden destructivo, basado en la primacía de las relaciones sobre el conjunto del espacio social. Al final las consecuencias se manifiestan en que el orden de la economía de mercado termina por socavar los conjuntos reales, sociales y naturales dentro de los cuales acontece.

Destrução das diversidades e controle espacial por meio das novas tecnologias da informação compreendem tendências que se acentuam neste contexto de economia globalizada, cada vez mais competitiva e aglutinadora. De acordo ainda com Rubio (2008, p.47), o capitalismo atual “no admite coexistir con otras concreciones socio-históricas, como pueden ser otros modos culturales de producción, otras formas de entender las relaciones sociales o distintos tipos de conocimiento”.

Sá (2005, p.72) frisa que “[...] vivemos num quadro de quase barbárie, de crescente anti-civilidade, pois, a economia globalizada tem desvirtuado o sentido de sociedade como convivência e tolerância, a favor de uma visão da mesma traduzida em mera associação, comunidades, grupos pré-moldados [...]” que cada vez mais se confinam em realidades espaciais distintas e individualistas, perpassando a cultura do ter e da indiferença. Trata-se da transformação do indivíduo nas modernas sociedades capitalistas em seres individualistas, obcecados por maiores benefícios e confortos proporcionados pelo capital, a exemplo das amplas estruturas comerciais dos *shopping centers*. Estes indivíduos (de maior poder aquisitivo) usufruem diretamente dos itens das lojas destes ambientes comerciais mais modernos, são aqueles que respondem e se inserem plenamente num tipo de mercado perfeito, na ótica especulativa do capital contemporâneo, definindo um espaço fragmentado e desigual, em que o acesso à ciência, aos serviços essenciais e às melhores tecnologias torna-se algo cada vez mais distante para a grande maioria dos cidadãos.

2-COMPETITIVIDADE, TERCIÁRIO E COMÉRCIO URBANO

No que se refere à intensa expansão do setor de serviços, especialmente nas últimas décadas do século XX, observam-se avanços fenomenais quanto à participação deste setor nas economias das nações, sobretudo, entre as nações centrais e ricas, mas também em países menos desenvolvidos, sendo que nestes últimos, observa-se ainda uma presença expressiva de serviços vinculados ao denominado ramo “informal” e/ou popular (biscates, pequenos comércios, ambulantes, camelôs etc.). Mesmo assim, nestes espaços assiste-se à expansão de formas/redes modernas de investimentos empresariais do setor comercial e de outros serviços. Tais transformações econômicas e espaciais garantem a supremacia destas atividades nas escalas local e global, transformando este setor em agente principal da economia mundial³⁰. Sobre esse fato, avalia Carreras (2005, p.23) que o aumento do “consumo de bens, de produtos e de serviços, de tempos e de espaços deve configurar como a variável explicativa fundamental da sociedade contemporânea”. Segundo ainda o mesmo autor, esta nova configuração deve considerar o papel dominante exercido pelo setor de distribuição e de gestão, enquanto elementos decisivos do terciário na economia mundial.

³⁰ Embora visto como um setor deficitário/parasitário entre os estudos até a década de 1970, em virtude ainda do grande desenvolvimento industrial sob os moldes fordistas, bem como das novas expansões/explorações do setor produtivo primário (mineração, extrativismos), não despertando, portanto, maiores interesses e preocupações científicas, o setor terciário passa a ocupar o centro das atenções no contexto atual de “economia flexível”, de intenso processo de “desindustrialização”, uma vez que este (o setor terciário) deixa de ser apenas “supor” das outras atividades econômicas, para assumir o controle hegemônico econômico mundial, a exemplo do sistema financeiro e tecnológico das nações ricas e/ou centrais. Mas deve-se deixar claro que as atividades do setor terciário são múltiplas, complexas e desiguais, havendo, deste modo, várias classificações/tipologias propostas entre os estudos, considerando as particularidades dos lugares e os desniveis de desenvolvimento socioeconômico das nações. Alain Lipietz (1988, p.179) o distingue em dois grupos: terciário externo e terciário interno. O primeiro compreende “o conjunto dos ramos funcionalmente terciário repartidos na divisão social do trabalho”, como o comércio moderno, os serviços financeiros e de seguros, os serviços não mercantis administrativos etc. O segundo envolve atividades presentes no interior do setor terciário, mas também nos setores primários e secundários. Este grupo abrange as seguintes categorias socioprofissionais: quadros diversos, profissionais liberais e empregados, como também os trabalhadores independentes e seus familiares (pequenos comerciantes, serviços particulares e domésticos). No que diz respeito à sua natureza filosófica dos serviços, Castilho (2008, p.16-17) considera também os serviços em dois grupos principais: serviços de interesse econômico e serviços de interesse social. Ambos estão imbricados e presentes em diferentes escalas espaciais, sendo que o primeiro, condicionado cada vez mais pelos fundamentos das leis do mercado capitalista global, objetiva a obtenção de lucros, enquanto que, por outro lado, os serviços de interesse social, assegurados pela coletividade pública, visam, sobretudo, ao atendimento dos interesses da sociedade como um todo.

O avanço deste amplo e complexo setor da economia mundial, com destaque para os extraordinários progressos da técnica e da ciência, que antes se restringiam, apenas, a alguns lugares do espaço mundial, como as grandes metrópoles, expandem-se, portanto, sobre novos espaços, atingindo, diferentes lugares no interior das regiões mais longínquas. Desse modo, apesar dos grandes avanços técnico-científicos alcançados no mundo, Santos (1997, p.32) reconhece que “os espaços não são alcançados igualmente por todas as modernizações”, resultando na existência de vastos e inúmeros lugares atrasados situados, parcial ou totalmente, distantes das modernizações e, por outro lado, de alguns países, altamente desenvolvidos, onde se concentram estes modernos avanços.

Na opinião de Harvey (2006, p.140), as intensas mudanças estruturais de produção, localização, distribuição e consumo, ocorridas no capitalismo nas últimas décadas, confrontam-se com os modelos rígidos de produção fordista. Mas, por sua vez, reproduz a mesma lógica socioespacial excludente, que é uma marca histórica do capitalismo. Segundo, ainda, o referido autor, a chamada acumulação flexível, que se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, envolve, sobretudo, “rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões” (HARVEY, 2006, p.140).

Explica Castells (2008, p.142) que, “Embora o modo capitalista de produção seja caracterizado por sua expansão contínua, sempre tentando superar limites temporais e espaciais, foi apenas no século XX que a economia mundial conseguiu tornar-se, verdadeiramente, global [...]”. Este avanço econômico, em escala global, aconteceu a partir, sobretudo, da criação de uma base de infraestrutura tecnológica e informacional moderna, em rede, desenvolvida, especialmente, nas últimas décadas do século XX³¹. Afirma, ainda, o mesmo autor, que a economia global constitui uma nova realidade histórica, diferente de uma economia mundial, pois se trata de “uma economia com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária”, onde os investimentos, comércios, “economias de todo o mundo dependem do desempenho de seu núcleo globalizado que corresponde ao centro que reúne os mercados financeiros, o comércio internacional, a produção transnacional”, bem como ciência, tecnologia e mão-de-obra altamente especializada. Contudo, admite Castells (2008, p.142) que “nem tudo é global na economia”, pois a maior parte da produção, do emprego e das empresas continua se concentrando e privilegiando alguns lugares em detrimento de outros. Continua:

O novo sistema econômico é, ao mesmo tempo, bem dinâmico, seletivo, exclusionário e instável dentro dos seus limites. Alimentado por novas tecnologias de comunicações e informática, as redes de capital, produção e comércio estão aptas a identificar fontes de geração de valor em qualquer parte do mundo, e vinculá-las. Contudo, embora os segmentos predominantes de todas as economias nacionais estejam ligados à rede global, segmentos de países, regiões, setores econômicos e sociedades locais estão desconectados dos processos de acumulação e consumo que caracterizam a economia informacional/global. [...] Embora a economia informacional afete o mundo inteiro e, nesse sentido, seja global mesmo, a maior

³¹ Castells (2008) define a nova economia como informacional, global e em rede. Assim explica o autor: “É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais”. Continua: “Essa nova economia surgiu no último quartel do século XX porque a revolução da tecnologia da informação forneceu a base material indispensável para sua criação. É a conexão histórica entre a base de informações/conhecimentos da economia, seu alcance global, sua forma de organização em rede e a revolução da tecnologia da informação que cria um novo sistema econômico distinto [...]” (CASTELLS, 2008, p.119).

parte das pessoas do planeta não trabalha para a economia informacional/global nem compra seus produtos. Entretanto, todos os processos econômicos e sociais relacionam-se à lógica da estrutura dominante nessa economia (CASTELLS, 2008, p.175-176).

Neste novo contexto econômico desfavorável e seletivo, a maior parte das economias locais, os ditames de um mercado cada vez mais verticalizado, afetam, diretamente, as dinâmicas socioespaciais do lugar. O lugar – um espaço de coexistências e conflitos de horizontalidades e verticalidades³², como instâncias de uma mesma totalidade em permanente movimento – informacionaliza-se e as novas técnicas tornam-se um fenômeno abrangente, global. A unicidade técnica apresenta um sistema técnico único, predominante em nível global; o sistema informacional, financeiro e de transportes, possibilita que as informações cheguem, simultaneamente, ao mesmo tempo, em diferentes lugares do mundo, próximos ou distantes, graças ao avanço da ciência e da tecnologia (via satélite, computador, internet), tornando viável, portanto, a ação das grandes empresas em nível mundial, que se utilizam de todas estas redes, visando manter a sua hegemonia no mercado mundial.

Daí porque as forças dos grandes grupos empresariais, apoiadas pela intervenção do Estado, inauguraram um novo cenário mundial, caracterizado por uma economia competitiva, globalizada, internacionalizada e sem fronteiras de produção e comercialização dos seus bens e serviços. Esta organização econômica possui sua base na produção e disseminação da informação e do conhecimento.

A competitividade gerada pelos vetores verticais no espaço comercial urbano tende, num primeiro momento, a destroçar as antigas solidariedades horizontais – sociabilidades historicamente criadas no lugar –, impondo uma solidariedade vertical, cujo epicentro é a empresa hegemônica – *shopping centers*, redes de supermercados e hipermercados^{33 34} – que, é, localmente, obediente a interesses globais mais poderosos e, desse modo, indiferente ao seu entorno onde está instalada.

Antes, as solidariedades horizontais preexistentes – no âmbito do pequeno comércio – refaziam-se, historicamente, a partir de um processo interno, levando a ajustes inspirados na vontade de se reconstruir pelos seus próprios agentes. Já a solidariedade vertical – no âmbito do

³² A ideia de horizontalidades e verticalidades na análise geográfica comprehende duas forças que agem de forma contraditória e desigual no espaço, mas fazendo parte de uma só totalidade. Explica M. Santos que: a verticalidade é o reino da racionalidade pura bastando-se a ela própria, o reino do cálculo e da possibilidade do cálculo. Enquanto que a horizontalidade é muito mais portadora de emoção, da surpresa etc. “O horizontal é o geográfico local, é o peso não só o da tradição, mas das elaborações, da reelaboração, da cozinha, digamos assim, mediante o uso do território, esse permanente recozinhar, essa produção. A horizontalidade tem que ver com o território, enquanto a verticalidade já não tem; tem que ver com alguns pontos do território que são os pontos de amarração dessa racionalidade alheia e que se instala sem respeito pelo que já existia” (SANTOS *apud* ASSIS; SPOSITO, 2004, p.40-41).

³³ Sobre a origem do supermercado, hipermercado e shopping center, descreve Salgueiro (1989, p.169): “[...] parece que o primeiro supermercado terá aparecido em 1937 nos EUA e só em 1955 em França. Já os hipermercados surgiram na Europa, provavelmente em França [...], só chegando aos EUA em 1973 (subúrbio de Chicago)”. Quanto a origem dos shopping centers (centros comerciais) “[...] é mais longa e também mais difícil de fazer, devido a grande variedade de realidades que essa designação cobre. [...] Foi, contudo, depois de 1955 que estas novas formas de comércio mais multiplicaram” (SALGUEIRO, 1989, p.169).

³⁴ Explica ainda Pintaudi (1999, p.151) que a implantação do supermercado significou, no espaço urbano, concentração financeira e territorial, pois passou a concentrar num único local, sob a propriedade de um único empresário ou grupo, a comercialização de diversos produtos que antes se encontravam dispersos no espaço urbano em vários e diferentes pequenos estabelecimentos, como a padaria, o açougue, a bodega etc. Cabe destacar, ainda, que a criação e implantação destas formas espaciais do comércio varejista na cidade possibilitaram também um maior controle e “segurança” para os consumidores nestes espaços reservados e vigiados. Segundo Lula (2009, p.88), o surgimento do primeiro supermercado no Brasil data da década de 1950, na cidade de São Paulo com o nome *Peg & Pag*. Na cidade de Campina Grande, destaca ainda a mesma autora que “o primeiro supermercado surgiu em 1967, com o nome fantasia de *Serve Bem*”, sendo esta, portanto, a primeira loja do sistema de autosserviço na cidade (LULA, 2009, p.89). De acordo com os dados da ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados) *apud* Lula (2009, p.85), em 2005, o setor supermercadista no Brasil “foi responsável por cerca de 7% do PIB, com faturamento bruto de aproximadamente R\$ 97,7 bilhões”.

grande comércio –, que se impõe e exclui qualquer debate local, opera-se no sentido de obter, apenas, a concretização dos seus interesses mercadológicos e individualistas (SANTOS, 2000, p.85).

No setor comercial urbano, a presença destas inovações verticais gera a formação daquelas novas formas comerciais, as quais, por sua vez, além de acompanharem o crescimento das cidades, condicionam profundas transformações espaciais nestes espaços. Destaca Vargas (2001, p.61) que a escolha da localização comercial e de serviços tem, sobretudo, “como base aumentar a diferença entre as receitas e os custos. [...] Assim, uma boa localização para o comércio é aquela possível de incorporar e usufruir de um grande poder de compra”, entre o público consumidor.

A forte tendência de centralização da atividade comercial, num único espaço (supermercado, hipermercado, *shopping center* etc.), bem como a sua dispersão espacial sobre novos espaços da cidade, inclusive naqueles habitados por populações de baixa renda, reforça os interesses dos grupos empresariais que avançam, intensamente, sobre o espaço comercial das cidades, garantindo maior acessibilidade à clientela, ao possibilitar o encontro de uma grande diversidade de produtos no mesmo local, além de outras facilidades na sua comercialização³⁵ (PINTAUDI, 1999, p.155). No que tange ainda a esse novo padrão espacial do comércio, no caso das cidades brasileiras, destaca Pintaudi (2009, p.58) que:

[...] a partir de meados do século passado, no Brasil, no que tange aos espaços comerciais, detecta-se uma concentração que não é apenas territorial, mas também financeira, evidenciando esses lugares como produtos da acumulação capitalista. A tendência à concentração se acentua com o passar do tempo, e é condição para a elaboração de novos espaços, novas sociabilidades, novos modos de vida.

Retondar (2007) destaca ainda que, as lojas de departamentos (novas formas comerciais), enquanto espaços modernos do comércio e do consumo provocaram duas importantes mudanças estruturais na esfera do consumo moderno: primeiro a relação produtor-consumidor tornou-se mais objetivada, dispensando a mediação de um terceiro agente (o vendedor), como ainda ocorre em muitos pequenos estabelecimentos comerciais, especialmente naqueles localizados nos bairros da cidade de Campina Grande. A segunda mudança, e como decorrência da primeira, refere-se ao fato da relação de consumo ter-se tornado uma prática/ experiência privada e individualizada, “onde o desempenho de um determinado papel social, antes presente na relação de compra nas pequenas lojas, tanto por parte do vendedor como do comprador, se dilui no interior das lojas de departamentos”, lojas modernas estruturadas em redes (RETONDAR, 2007, p.56-57). Segundo ainda o mesmo autor (2007, p.56), a partir destas novas lojas, nas quais o método de vendas consiste na exposição dos preços fixos junto às mercadorias, “esta relação se modifica substantivamente na medida em que o consumidor se torna, juntamente com o produtor/vendedor, agentes anônimos na relação”. Deste modo, para Retondar (2007, p.58), a nova forma de disposição das mercadorias no interior das lojas modernas constitui “outro ingrediente que irá revelar profundamente nas relações de consumo tanto sob o aspecto de sua mistificação quanto, e este parece ser um dos pontos mais importantes, da ‘desorganização’ que ela irá gerar na percepção dos consumidores”, pois com a implantação de novos produtos, bem como com a sua diversificação, somada aos

³⁵ Informa Guglielmo (1973, p.248-249) que a concentração de atividades comerciais em grandes superfícies não é um fato específico do período atual (últimas décadas do século XX até a atualidade), pois desde a segunda parte do século XIX, a partir do desenvolvimento e concentração crescente do consumo em algumas cidades europeias, aparecem os primeiros indícios da criação de “grandes lojas” no centro das principais aglomerações e de “lojas sucursais” em bairros periféricos e nos arrabaldes dessas aglomerações, bem como em cidades de menor importância econômica.

estímulos consumistas proporcionados nestes novos ambientes comerciais, gera-se, na opinião de Retondar (2007, p.58), uma espécie de “desorientação” do consumidor em relação ao seu real propósito de compra.

Ao estudar as paisagens do consumo de grandes metrópoles globais, Ortigoza (2010, p.77) observa que as estratégias empresariais no mundo da mercadoria, notadamente das grandes redes/espaços comerciais, como os shopping centers, criam diversas formas de socialização, cada vez mais racionais, do ponto de vista da acumulação do capital. Para a autora, é a partir da leitura dessas novas formas de comerciar que é possível identificar a materialização das mudanças nas relações de consumo, as quais se tornaram mais complexas.

Para Jiménez e Utrilla (1992, p.42), ao analisarem as transformações/dinâmicas dos serviços das empresas no amplo e crescente contexto de modernizações/inovações, o papel das novas tecnologias, especialmente, da comunicação, como a publicidade, exerce uma forte influência nos setores comerciais e de serviços das empresas, visto que, se densificam os espaços relacionais das firmas, ampliando territorialmente o raio de influência dos seus serviços, provocando movimentos de descentralização e recentralização de estabelecimentos. Mas, lembram os autores que a importância destes elementos (inovações) ocorre de forma muito desigual no setor terciário, pois entre “las grandes firmas utilizan más clases de servicios para la producción y más sofisticados (de innovación o exportación, exigiendo personal altamente cualificado) que las pequeñas” (JIMÉNEZ; UTRILLA, 1992, p.16) que, por sua vez, absorvem tais recursos de forma precária. Mesmo assim, observa Vargas (2000, p.02) que a modernidade e a velocidade das mudanças no setor comercial varejista, no mundo globalizado, promovem uma ampla e intensa transformação do varejo tradicional (pequeno comércio de bairro), o qual não se encontra, em muitos casos, preparado para enfrentar os desafios dos grandes e modernos mercados varejistas da atualidade.

É verdade que os novos comércios ocupam, portanto, o espaço urbano ao lado das formas históricas de comércios, exercendo sobre estas, grandes vantagens – com o emprego da informação e da publicidade, bem como se utilizando de estruturas amplas/ sofisticadas/modernas, espaços técnico-informacionais, espaços inteligentes – que garantem o bom êxito do mercado.

Mas isto não acontece sem reações ou mesmo resistências, fazendo permanecer formas espaciais tradicionais de atividades humanas. Dentre essas formas espaciais destacam-se aquelas ligadas ao típico comércio local, o pequeno comércio de caráter popular, dotado de uma racionalidade comum, atuante no processo de formação histórica de vários espaços urbanos desde as suas origens, a qual se vê envelhecida diante dos objetos mais tecnicamente avançados (DINIZ, 2004, p.50-51).

3-O COMÉRCIO DE CAMPINA GRANDE NO CONTEXTO DE COMPETITIVIDADE ECONÔMICA

Nos últimos cinquenta anos, os espaços comerciais das cidades brasileiras sofreram profundas modificações em termos de conteúdo e formas. Novas tecnologias e modalidades de consumo foram incorporadas, de modo muito seletivo, em diversos setores econômicos, gerando consigo novas formas de produção e distribuição das mercadorias, o que, por sua vez, intervém nas relações sociais, pois práticas tradicionais são substituídas por relações diferentes de aquisição de produtos, especialmente, a partir da criação e instalação de modernas estruturas comerciais nas cidades, como supermercados, modernos centros comerciais, redes varejistas e atacadistas etc. (PINTAUDI, 2008, p.124).

As sucessivas fases de crescimentos, crises e transições econômicas da cidade de Campina Grande³⁶, ao longo de sua história, transformaram o seu espaço urbano em um amplo e importante centro comercial e de serviços no interior da região Nordeste do Brasil. A descentralização do capital comercial e a entrada de novos capitais nesta cidade tornaram o seu espaço urbano mais complexo, resultando no aparecimento de vários e modernos núcleos de atividades dispersos em diferentes pontos da cidade.

A criação e instalação de novas formas do comércio capitalista nesta cidade – tais como os supermercados, os hipermercados, as grandes redes de lojas atacadistas e varejistas, os *shopping centers* entre outras formas comerciais modernas – revelam também as novas tendências do comércio nas localidades urbanas interioranas, na atualidade, como os centros urbanos regionais mais importantes (DINIZ, 2009, p.3).

O comércio tem sido uma atividade importante nesses fluxos, na medida em que reforça o papel centralizador e catalisador de Campina Grande, no contexto inter-regional, entre os municípios paraibanos e sobre alguns municípios de outros estados da região nordestina. A dimensão espacial marcante de fluxos de produção, distribuição e consumo em escala inter-regional, comandados a partir desta cidade, revelam a complexidade e o alcance espacial das atividades comerciais e de serviços desenvolvidas em seu espaço, como também ressaltam o seu caráter dinamizador no contexto regional.

Para Diniz e Castilho (2009, p.42), as inovações e as mudanças ocorridas no espaço comercial urbano na atualidade, especialmente em cidades de países de economias muito desiguais, como Campina Grande, revelam uma organização espacial complexa. Isto acontece na medida em que nem todos os agentes do comércio, principalmente entre os pequenos comerciantes, utilizam-se das facilidades e das modalidades técnicas disponíveis a serviço do mercado.

Convém ressaltar que, apesar de se considerar a realidade da dinâmica socioespacial do espaço comercial de um lugar específico, essa dinâmica é inerente a inúmeros centros urbanos brasileiros, em função da sua especificidade histórico-geográfica, pois este setor, além de ser responsável pela origem e dinamismo de diversas localidades urbanas, constitui um objeto de intensa intervenção paisagística, perpendicular aos interesses hegemônicos do capital que, em muitos casos, condiciona e sugere constantemente novas formas de produção, distribuição e consumo.

A expansão do setor comercial, com a presença de novas redes de lojas, associadas também ao intenso processo de crescimento vertical dos edifícios residenciais e empresariais – o que, hoje, é muito comum na paisagem urbana da cidade de Campina Grande – tem revelado, por sua vez, a reconfiguração socioespacial urbana da cidade. O que representa uma tendência do espaço urbano comercial em várias cidades do mundo, resultando no processo de valorização espacial de muitas áreas das cidades, conforme interesses globais. Para Pintaudi (2009, p.58), tais processos de valorização e fragmentação do espaço das cidades – que, por sua vez, tornam-se polinucleadas – dão ensejo ao surgimento de diferentes e desiguais centralidades, de acordo com os interesses dos diferentes segmentos sociais. Nessa tendência, portanto, segundo ainda a mesma autora, as formas comerciais colaboram diretamente com a “metamorfose da forma urbana, que torna fluida, atendendo às necessidades da reprodução do capital nesse novo momento histórico” (PINTAUDI, 2009, p.58).

A importância de Campina Grande como centro comercial moderno, no contexto regional, explica-se pela presença expressiva de empresários, profissionais liberais e classes sociais com um significativo poder de compras. Verifica-se, também, uma expressiva capacidade creditícia a partir de uma utilização maior do crédito institucionalizado, favorecendo, portanto, a implantação e expansão de modernas estruturas de comércio, de novos

³⁶ De acordo com o Censo Demográfico 2010, o município de Campina Grande, que ocupa uma área de 594,18 km², apresenta uma população de 385.276 habitantes, sendo 367.278 urbana e 17.998 rural (IBGE, 2010).

espaços de consumo. Esses processos passaram a contribuir na dinamização comercial da cidade e na promoção da valorização das áreas vizinhas situadas próximas a estes empreendimentos.

No caso das cidades médias³⁷, especialmente aquelas localizadas no interior das regiões brasileiras, Sposito (2001, p.251), ao analisá-las, afirma que estes centros urbanos também vêm, cada vez mais, conhecendo uma dinâmica acentuada de descentralização de suas atividades comerciais e de serviços, especialmente a partir do surgimento dos *shopping centers*³⁸, redes amplas e modernas de mercados em espaços periféricos e/ou ao longo de importantes eixos viários que interligam ainda novas áreas, demarcadas pelo capital imobiliário. Explica ainda a mesma autora que essa tendência não se restringe apenas à dispersão territorial dessas atividades, mas à sua recentralização. O que pode ser notado a partir do aumento e diversificação das áreas centrais, ocasionando a ocorrência de uma “centralidade múltipla”. Fenômeno este constatado também na cidade de Campina Grande que, não tendo uma lógica de crescimento diferente daquela das outras cidades médias do país, experimenta um processo de reestruturação do seu espaço e das suas formas comerciais através do surgimento de novas e complexas centralidades.

Sobre estas novas tendências espaciais da atividade comercial no espaço urbano da atualidade, bem como sobre os seus efeitos na dinâmica urbana, explica Pintaudi (2008, p.123) que:

Com a incorporação de novos objetos técnicos, que deram maior fluidez ao espaço, fragmenta-se o espaço urbano, particularmente nas grandes cidades, que se tornam polinucleadas, desiguais, com emergência de diferentes centralidades para atender a distintos segmentos sociais. Se num primeiro momento da expansão urbana o surgimento de novas centralidades acompanhava novas áreas ocupadas, isso não se verifica na atualidade: hipermercados e *shopping centers* são capazes de criar a própria centralidade e se antecedem à própria expansão da cidade, ou, ainda, se antecipam à cidade, ou melhor, ao aglomerado.

Esses espaços que surgem em função dos ditames dos grandes grupos comerciais no espaço urbano são determinantes na (re) criação dos espaços dos seus entornos, conferindo-lhes ainda novos sentidos, usos etc. No espaço urbano de Campina Grande observam-se diversas tendências desta natureza, sobretudo, no que se refere ao processo de desconcentração espacial de diversas atividades, especialmente daquelas ligadas ao setor comercial. Apesar de terem surgido novas formas de comércio na sua área central³⁹ (centro urbano comercial), em vários

³⁷ Embora abriguem apenas 20% da população do país, as cidades médias brasileiras, com populações estimadas entre 100.000 e 500.000 habitantes, crescem intensamente, “a taxas maiores do que as das metrópoles, nos anos 80 e 90 (4,8 contra 1,3%)” (MARICATO, 2008, p.25). O crescimento de cidades distantes das áreas metropolitanas tem ocasionado a emergência do debate sobre o conceito de cidades médias. Dentre os critérios mais apontados pelos estudiosos para a compreensão destes centros urbanos, destacam-se: o tamanho do contingente demográfico, a relevância deste centro no contexto regional e a dinâmica da produção do seu espaço intraurbano (GUIMARÃES, Raul Borges; VIEIRA, Alexandre Bergmin; NUNES, Marcelo. 2005, p.268-270).

³⁸ O fenômeno da interiorização dos *Shopping Centers* nas regiões brasileiras expande-se principalmente a partir dos anos noventa atingindo importantes centros urbanos do interior (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.151-152). Em Campina Grande tal processo data do final desta década, com a instalação do Shopping Iguatemi (atual *Boulevard Shopping*), e o surgimento de outros empreendimentos comerciais locais (amplas galerias comerciais) como o *Shopping Luiza Motta* (antes lojão de fábrica), *Cirne Center* entre outros. Antes da criação destes centros comerciais, havia ainda referência de outro centro comercial edificado na cidade pelo governo municipal no final da década de 1970, o *Shopping Center Campina Grande*, localizado no Largo do Parque do Açude Novo. Atualmente existem alguns projetos e obras em andamento, como o *Shopping Itararé*, no bairro de mesmo nome; *Rio Sierra Shopping*, entre os bairros nobres do Alto Branco e Jardim Tavares; *Campina Power Shopping*, localizado próximo de bairros populares, como Malvinas; *Shopping Pátio Cidade Nova*, localizado próximo dos campi universitários da Universidade Estadual da Paraíba e Universidade Federal de Campina Grande; entre outros empreendimentos do ramo.

³⁹ Apesar do expressivo e crescente comércio varejista da cidade, nos últimos anos, principalmente após a instalação dos shoppings na década de 1990, o centro tradicional do comércio campinense mantém-se ainda bem diversificado, apresentando, desde as lojas populares (de roupas, de produtos importados etc.), a lojas de artigos mais finos (lojas de grifes, de artigos de luxo). O centro urbano de Campina, desta forma, apresenta ainda algumas áreas valorizadas pela classe mais abastada da cidade, que ainda encontra neste espaço ambientes requintados de consumo e de habitação.

pontos da cidade, nos bairros, em torno de importantes vias de acesso⁴⁰, começam a crescer e a ganhar importância numerosas atividades de grandes e pequenas empresas dos mais variados ramos, concentradas nestes novos espaços, especialmente do setor “informal” da economia urbana⁴¹. Tal movimento social e econômico desta classe trabalhadora revela ainda uma contínua luta pelo direito ao espaço e à cidadania. E isto porque, como qualquer comerciante, os ambulantes também precisam de localizações próximas dos fluxos diários dos moradores, necessitando, portanto, se apropriar também do espaço citadino, para poderem exercer os seus direitos de cidadãos. Sobre esta importante e intensa luta por cidadania, expressa Lefevbre (2006, p.135) que:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.

Sendo o direito à cidade um elemento imprescindível em qualquer sociedade humana, os problemas que afetam e/ou ameaçam esse direito constituem uma das formas de violências mais desumanas. Por isso, é que os problemas ligados a um processo histórico-territorial de formação, que produziu fortes desigualdades socioespaciais, restringindo, principalmente o direito pleno à cidadania, têm permanecido e, mesmo aumentado, na cidade e sem perspectivas de terem uma solução mais efetiva para todos, pelo menos num curto prazo de tempo. A permanência e o crescimento do problema do desemprego, além de gerar a expansão do setor popular da economia, com a proliferação de inúmeros camelôs nas calçadas das ruas centrais do comércio, tem também gerado o aumento significativo do número de pequenos empreendimentos familiares nos bairros.

Todavia, se por um lado, não se vê resistências da parte dos agentes do pequeno comércio popular, frente à expansão das novas formas urbanas do comércio moderno em função da própria necessidade que têm de adaptarem-se ao contexto atual, por outro, fica patente a permanência, no espaço da cidade, daqueles agentes, constituindo, assim, uma inércia coexistindo com as formas comerciais do presente, sendo estas últimas cada vez mais hegemônicas e competitivas.

Conclui-se, portanto, do exposto que, a despeito da intensificação da expansão das modernas formas espaciais do comércio vinculadas aos interesses das verticalidades; longe de desaparecerem, as formas do pequeno comércio continuam existindo no espaço urbano local. Muito embora tenham que se adaptarem às expectativas do atual contexto de competitividade do capitalismo.

⁴⁰ Muitas avenidas e ruas da cidade passam a abrigar vários estabelecimentos comerciais e de serviços dos mais variados ramos, como é o caso da Avenida Brasília, Manuel Tavares, Almirante Barroso, Almeida Barreto, Elpídio de Almeida, Vigário Calixto, Santo Antônio, Campos Sales, Assis Chateaubriand entre outras diversas vias importantes localizadas fora da área central da cidade de Campina Grande.

⁴¹ Segundo Castilho (2008, p.13-14), o chamado “setor informal tem funcionado como um setor de refúgio, um setor recepção, um setor primitivo, ao mesmo tempo, fazendo uso da expressão popular, uma válvula de escape para os fluxos de indivíduos sem emprego e sem possibilidades concretas de consumo ao nível do formal. Assim, o informal desempenha um papel pragmático e ideológico bastante eficaz ao garantir a manutenção da ordem social estabelecida”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Jesus de Paula; SPOSITO, Maria Encarnação. *Testamento intelectual: Milton Santos*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 140p.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 258p.
- CARRERAS, Carles. Da cidade industrial à cidade dos consumidores: reflexões teóricas para debater. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (orgs.). *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005. p.21-28.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. V. 1. 11^aed. Tradução: Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 698p.
- CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. *Serviços e organização do espaço urbano: primeiros apontamentos sobre o processo de formação de uma “geografia dos serviços”*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008 [s.n.]. 50p. (Mimeo).
- DINIZ, Lincoln da Silva. *As bodegas da cidade de Campina Grande: objetos de permanência e transformação do pequeno comércio no bairro de José Pinheiro*. 2004, 195f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia /Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Pernambuco – PPGE/CFCH/UFPE, Recife.
- _____. Competitividade e contradições socioespaciais: tendências e novas dinâmicas espaciais da atividade comercial na cidade de Campina Grande/PB. In: *X Encontro Regional de Estudos Geográficos – Políticas de (Des) envolvimento da/na Região Nordeste: Uma leitura crítica geográfica*. Campina Grande: Associação dos Geógrafos do Brasil – AGB/ Realize Editora, 2009. 1 CD-ROM.
- DINIZ, Lincoln da Silva; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Faces atuais do espaço comercial em Campina Grande/PB: Algumas considerações sobre a coexistência de formas modernas e tradicionais do comércio na “nova” dinâmica sócio-espacial. In: *Revista de Geografia*. Volume 26, Número 2. Recife: UFPE – DCG/NAPA, mai./ago. 2009. p.41-61.
- GUGLIELMO, Raymond. Um novo capítulo da geografia: a geografia do consumo e da distribuição. In: GEORGE, Pierre *et. al.* (orgs.). *A geografia ativa*. 3^aed. Tradução: Reneide Venancio Majer. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973. 211-257p.
- GUIMARÃES, Raul Borges; VIEIRA, Alexandre Bergamin; NUNES, Marcelo. Cidades Médias: Territórios da Exclusão. In: *CIDADES: revista científica*. Volume 02, Número 04. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos – GEU, 2005. p.267-287.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 15^aed. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2006. 349p.
- IBGE. *Censo demográfico 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.
- JIMÉNEZ, Antonio Moreno; UTRILLA, Severino Escolano. Los servicios a las empresas. In: _____. *El comercio y los servicios para la producción y el consumo* (Colección espacios y sociedades). Madrid: Editorial Síntesis, 1992. p.11-58.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 4^aed. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2006. 145p.
- LIPIETZ, Alain. O terciário, arborescência da acumulação capitalista: proliferação e polarização. In: LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. Tradução: Manoel Fernandes Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel, 1988. p.177-209.

LULA, Waltimar Batista Rodrigues. O processo de reestruturação nos supermercados em Campina Grande. In: OLIVEIRA, Roberto Véras de (org.). *Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas*. Campina Grande: EDUEPB/EDUFCG, 2009. p.85-112.

MARICATO, Ermínia. Na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. In: _____. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 3^ªed. Petrópolis: Vozes, 2008. p.15-45.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarneri. *Paisagens do consumo: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010. 232p.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e as formas do comércio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.) *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p.143-159.

_____. O consumo do espaço de consumo. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (orgs.). *O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ/ ANPEGE, 2008. p.121-127.

_____. Anotações sobre o espaço do comércio e do consumo. In: CARRERAS, Carles; PACHECO, Susana Mara Miranda. (orgs.). *Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional*. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009. p.55-61.

RETONDAR, Anderson Moebus. *Sociedade de consumo, modernidade e globalização*. São Paulo/Campina Grande: Annablume / EDUFCG, 2007. 120p.

RUBIO, David Sánchez. Sobre la racionalidad económica eficiente y sacrificial, la barbarie mercantil y la exclusión de los seres humanos concretos. In: SÁ, Alcindo José de (org.) *Pelo direito à vida: a construção de uma Geografia cidadã*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008. p.37-57.

SÁ, Alcindo José de. *O Brasil encarcerado das prisões fora dos presídios às prisões internas aos presídios: uma geografia do medo*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005. 167p.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Novas formas de comércio. Volume XXIV, Número 48, Lisboa: *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 1989. p.151-217. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/>. Acesso em 17 de novembro de 2008.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4^ª ed. São Paulo: Nobel, 1997. 88p.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2^ªed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.) *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP/GASPERR, 2001. p.235-253.

VARGAS, Heliana Comin. *Comércio e cidade: uma relação de origem*. São Paulo: Laboratório de Comércio e Cidade / Universidade de São Paulo – Lab.Com / USP, 2000. p.01-07. Disponível em: http://www.usp.br/fau/depprojeto/labcom/produtos/2000_vargas_comerciocidaderelacaorig_em.pdf Acesso em 20 de outubro de 2009.

_____. *Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001. 335p.

POR UMA GEOGRAFIA SOCIAL DOS SERVIÇOS: Articulando pedaços de uma realidade fragmentada para explicar a natureza das inter-relações espaço-serviços

Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho

Professor do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE

E-mail: cjmc@ufpe.br

1-INTRODUÇÃO

A escolha do tema objeto deste capítulo deu-se em virtude da importância que os serviços vêm adquirindo na sociedade atual, não se podendo mais desprezar a relevância destas atividades no processo de produção do espaço e na vida das pessoas que os habitam. Além disso, este tema faz-se pertinente não somente em razão dos processos intensos, acelerados e simultâneos de crescimento, expansão, diversificação e modernização dos serviços; como também em razão da maneira pela qual as classes hegemônicas utilizam-nos como mecanismos para fomentar esperanças e ilusões de emprego e mobilidade social visando à sua (re) legitimação – presente e futura – no poder, norteando inclusive ações das classes subalternas.

A consciência dessa relevância dos serviços na sociedade suscitou nossa motivação para a delimitação de um campo de estudos na geografia, mas sem isolá-lo da geografia e dos demais campos da ciência em sua totalidade; não somente no sentido de sistematizar mecanismos de apreensão dos serviços pela análise geográfica, como também para fundamentar nossos trabalhos acadêmicos. Daí porque este capítulo é voltado principalmente para auxiliar discussões e reflexões sobre o tema ora esboçado, notadamente ao nível dos cursos de graduação em geografia e em outras disciplinas que também se ocupam do espaço e das suas relações com as atividades humanas. Com efeito, em discussões e debates junto aos nossos alunos, sentimos a necessidade de aprofundar a problemática ainda não sistematizada e articulada de uma Geografia dos Serviços. Nesse sentido, não apenas descrevemos os fenômenos atinentes às inter-relações do “terciário” com os espaços nos quais acontecem, mas, ao mesmo tempo, consideramos essas inter-relações como totalidade complexa em constante movimento em algum sentido, procurando desocultar a sua verdadeira natureza para a sociedade contemporânea.

No que tange à metodologia adotada para a feitura deste capítulo, sistematizamos a revisão da literatura acerca das atividades ligadas ao “terciário”, sempre procurando compreender, analisar e explicar as suas relações dialéticas com o processo de produção dos espaços geográficos que lhe serve ao mesmo tempo de suporte, meio e condição. Ademais, confrontamos essa produção científica, em níveis internacional, nacional e regional com a realidade espacial concreta em processo permanente de formação, mediante informações coletadas na imprensa e em pesquisas de campo, sobretudo a partir das suas manifestações no espaço urbano do Recife.

Diante do exposto, tentaremos resgatar a importância dos serviços no processo de produção do espaço geográfico ao longo da sua formação histórica, buscando apresentar uma tipologia mais clara sobre as atividades em questão mediante a sua relação com os principais agentes sociais com os quais elas se relacionam. A análise da realidade do processo de relação dos serviços com a produção do espaço geográfico permitiu-nos apreender/aprender a sua natureza sob o manto de um processo dinâmico e inacabado de totalização, bem como estimulou a retomada de discussões e debates sobre o tema em uma perspectiva, ao mesmo tempo, complexa e total da realidade espacial dos homens e das mulheres.

Dentre os vários centros urbanos que vivenciam/vivenciam as experiências aqui esboçadas, acha-se o de Recife, em cujo território as relações dos serviços com a sociedade refletem as especificidades histórico-geográficas locais que criam paisagens peculiares, esboçando um laboratório de estudos. Com efeito, as atividades terciárias sempre estiveram presentes na sua paisagem geográfica, tecendo relações as mais diversas com a sua sociedade, mas sob a lógica do desenvolvimento geográfico desigual.

Faz-se ainda necessário dizer que, quando estudamos as inter-relações entre as atividades humanas e o seu espaço, não podemos prescindir da reflexão acerca do sentido dessas relações para a vida das pessoas. Isso porque a geografia é, eminentemente, uma ciência social. Ademais, a ciência, conforme Kosik (1995, p.16-24), contribui para a compreensão da realidade, sendo esta uma unidade entre fenômeno e essência (natureza), destruindo a pseudoconcreticidade e, concomitantemente, recriando a realidade concreta.

Para isso, na busca da operacionalização do estudo geográfico, não podemos deixar, também, de considerar os sistemas de objetos e de ações como categorias de análise. Isso porque, compreendendo o espaço geográfico como um conjunto indissociável, contraditório e solidário de sistemas de objetos (respostas criadas) e sistemas de ações (instâncias da criação) que não podem ser considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história acontece (SANTOS, 1994, 1997), o espaço constitui o campo de estudos da geografia. Neste capítulo, os serviços – prestados mediante objetos espaciais (escolas, hospitalais etc.) e as ações (os processos sociais, culturais, e ideológicos relativos à educação, à saúde etc.) que estruturam o espaço – constituem um processo em que materialidade e imaterialidade formam uma totalidade socioespacial complexa, em contínuo movimento dialético de totalização, em algum sentido.

Na primeira parte, resgatamos o processo histórico das relações dos serviços com os espaços do seu acontecer, considerando alguns dos antecedentes históricos mais importantes destas relações; as inter-relações dessas atividades humanas com o espaço geográfico no âmbito da sociedade do consumo; o contexto da mundialização sob o qual se tem presenciado o reforço do processo de terciarização da sociedade; e a natureza social desta terciarização. Na segunda, levamos em conta os ajustes entre a teoria e a dinâmica espacial dos serviços; as tentativas de teorização e conceituação dessa dinâmica visando a uma melhor apreensão dos ajustes teóricos e metodológicos; o processo de constituição de uma geografia dos serviços; e a análise espacial dos serviços como parâmetro para a construção de uma geografia dos serviços a partir de escalas específicas de análise. Na terceira, consideramos o acontecer dos serviços no Brasil, na Região Nordeste e em Recife, colocando esta cidade como um laboratório de pesquisas sobre o tema. E, por último, fizemos um esforço para não concluir este escrito, mas, ao mesmo tempo, para deixá-lo em aberto a fim de encorajar mais debates acerca das relações dos serviços com os diversos espaços geográficos no mundo atual.

2- INTER-RELAÇÕES ENTRE SERVIÇOS E ESPAÇO GEOGRÁFICO: Um Resgate Histórico a partir do Espaço Urbano

Começaremos agora a fazer uma incursão histórica, a fim de juntarmos os fragmentos empíricos e teóricos do “terciário”, visando à construção de uma Geografia Social dos Serviços coerente com o período histórico atual, mas calcando-se em *rugosidades* presentes nos territórios em que acontecem.

2.1-Terciário e Espaço: antecedentes histórico-geográficos

Convém começar lembrando que vivemos em um mundo capitalista cada vez mais forte, não obstante as crises cíclicas que frequentemente lhe acometem, mas que terminam consolidando-o cada vez mais. Ademais, de acordo com Harvey (2013, p.536), baseando-se em uma leitura profunda dos escritos originais de Marx:

Onde quer que estejam, os capitalistas se comportam como capitalistas. Eles buscam a expansão do valor por meio da exploração, sem levar em conta as consequências sociais. Eles superacumulam o capital e, no fim, criam as condições que conduzem à desvalorização dos capitais individuais e da força de trabalho durante a crise. Entretanto, isso acontece dentro de uma estrutura de desenvolvimento geográfico desigual produzido por mobilidades diferenciais de vários tipos de capital e força de trabalho, todos juntos dentro das restrições temporais impostas pelo processo de circulação do próprio capital. Essas mobilidades moldam os processos de trabalho concretos individualizados em uma ‘totalidade de diferentes modos de trabalho abarcando o mercado internacional’, e assim definem o trabalho abstrato como valor.

A terciarização dos espaços urbanos foi e continua sendo uma das formas fundamentais mediante as quais os capitalistas criam condições necessárias para a expansão do valor, mesmo que, contraditoriamente, também criem condições para sua própria desvalorização e, consequentemente, para a desvalorização dos espaços que se haviam tornado locais dos fluxos das mobilidades diferenciais de diversos tipos de capital e força de trabalho segundo a lógica da circulação do capital. Muito embora, posteriormente, esses espaços possam se revalorizar através de ações de revitalização urbana que os reinserem no processo de circulação global do capital.

A importância do terciário para o dinamismo das cidades não constitui, portanto, um fato recente visto que, desde os primórdios da urbanização no sentido do desenvolvimento urbano⁴², muitos destes espaços sempre tiveram nesta atividade o fator mais importante da sua formação histórica e do seu dinamismo espacial. Convém iniciar a discussão lembrando que é com os primeiros núcleos urbanos que: “[...] aparece, simultaneamente, a necessidade de administração, de polícia, de impostos etc., em uma palavra, a necessidade de política em geral. [...] A cidade já é o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades”. (MARX & ENGELS, 1987, p. 78)

⁴² Estamos usando a expressão desenvolvimento e não a de crescimento urbano, visto que, para nós, esta última é redutora da realidade. Todavia, acreditamos que, na medida em que se trata de um processo dialético, as condições para a concretização do desenvolvimento já estão presentes na realidade vivida. Fazendo uma crítica profunda ao processo de redução do conceito de desenvolvimento urbano, disse Ribeiro (2000, p.241) que: “[...] a urbanização é, sobretudo, evento [...], o que confirma a existência de futuros possíveis ora em gestação. E mais, esses futuros são cada vez mais numerosos, em decorrência da densidade crescente dos fluxos informacionais, transformadores de experiências coletivas e de sentidos da ação. Assim, a urbanização se constitui tanto em um vetor modernizante como em uma condição irrecusável da experiência social”. E isso, ainda segundo esta autora, reaproximando o político do administrativo, repolitizando as reivindicações sociais, considerando os diversos saberes e conhecimentos e reorientando o agir social contra-hegemônico.

A urbanização das cidades promoveu, ao longo da sua história, a diversificação de muitas funções e atividades urbanas no conjunto das quais se acha o terciário, sem o qual uma cidade não consegue desenvolver-se. A urbanização encontra-se, desde o seu início, ligada ao crescimento, à expansão, à diversificação e à modernização das atividades do setor terciário (terciarização da sociedade) e vice-versa. Com efeito, à medida que as cidades crescam e se expandiam, as atividades terciárias também cresceram e se expandiram.

Em outras palavras, o terciário já se fazia presente quando do início da formação das cidades, só que em um ritmo bem mais modesto do que aquele que acontece no mundo atual, pelo qual a celeridade e intensidade invadem a dinâmica dos processos sociais nos espaços em que acontecem. Nessa perspectiva, argumentou Écale (1989) que, em não constituindo um fenômeno recente, a presença do terciário na cidade é um fenômeno muito antigo que sempre acompanhou o desenvolvimento urbano desde as suas origens. Em alguns casos, fica patente o predomínio de uma atividade/função sobre as demais; em outros casos não há este predomínio, o que será evidenciado por uma tentativa de periodização do problema ora tratado.

Sob os parâmetros teórico-metodológicos de Santos (1997), consideramos a periodização da história do meio geográfico – uma complexidade de sistemas de objetos e de ações como totalidade em permanente processo de totalização em algum sentido – em três períodos, ou seja, o do meio *técnico*, o do meio *técnico-científico* e o do meio *técnico-científico-informacional*; ainda que, como ele mesmo admitia, se tratasse de uma *divisão grosseira*. Isto porque não se pode fragmentar a realidade espacial do seu processo de desenvolvimento geográfico (desigual), visto que ela é uma totalidade complexa, sempre em contínuo e permanente movimento dialético. Desta maneira, convém lembrar que:

A história entre as chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, *dado* a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente *instrumentalizado* por essa mesma sociedade. Em cada fração da superfície da terra, o caminho que vai de uma situação a outra se dá de maneira particular; e a parte do ‘natural’ também varia, assim como mudam as modalidades do seu arranjo. (Ibidem, p.186)

Em assim sendo, no que diz respeito ao **período do meio técnico** – iniciado a partir do processo de transição do feudalismo ao capitalismo até o século XVIII, mas adentrando no século XIX –, primeiramente, temos que ter em mente que não devemos considerá-lo como um meio posterior ao pré-técnico visto que o meio geográfico é inseparável da técnica; e isso ao nível das ideias e do concreto. Nesse sentido: “Quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base da existência do grupo”. (Ibidem, p.187) Reforçando o seu argumento contra a ideia de se denominar este período de pré-técnico, destacava, ainda, o autor que: “O que alguns consideram como período pré-técnico exclui uma definição restritiva. As transformações impostas às coisas naturais já eram técnicas, entre as quais a domesticação de plantas e animais aparece como um momento marcante: o homem mudando a Natureza, impondo-lhe leis. A isso também se chama técnica”. (Ibidem, p.188)

Outros aspectos através dos quais podemos definir este período referem-se, conforme o mesmo autor, aos fatos que os sistemas técnicos não possuíam existência autônoma, resultando em uma simbiose total com a natureza e que havia uma harmonia socioespacial respeitosa da natureza herdada, no processo de criação de uma nova natureza. Em assim sendo, os homens sempre buscaram criar e aperfeiçoar os seus mecanismos técnicos, visando à execução das suas ações voltadas: ao seu alojamento, à sua defesa, à sua alimentação, ao

exercício da sua religião, aos seus modos de vestir-se, à ornamentação das suas residências. Isso contribuiu sobremodo para o incremento das atividades ligadas ao terciário, concentrando-se em diversos centros urbanos os quais, por outro lado, muitas vezes já se apresentavam como espaços significativos.

Durante este período, havia cidades que desempenhavam, mormente, funções políticas (Espanha) assim como cidades que, além destas funções, desenvolviam um comércio importante constituindo verdadeiros entrepostos econômicos (Atenas e Roma) importantes do ponto de vista regional e mundial (do mundo até então conhecido, evidentemente). Estes centros urbanos atraíam tanto as populações residentes às suas proximidades, como aquelas que se deslocavam de lugares mais distantes em sua direção, com o intuito de aproveitarem-se dos benefícios engendrados pelo conjunto das suas atividades, notadamente em busca da sua mobilidade socioespacial.

O que principalmente aconteceu com a ascenção das cidades foi que muitas funções, que haviam até ali sido dispersas e desorganizadas, ajuntaram-se dentro de uma área limitada, e os componentes da comunidade foram mantidos num estado de tensão e interação dinâmica. Nessa união, que a reclusão rigorosa dentro das muralhas da cidade tornou quase compulsória, as partes já bem estabelecidas da protocidade – santuário, fonte, aldeia, mercado, fortificação – participaram no alargamento e concentração geral dos números e sofreram uma diferenciação estrutural que lhes deu formas reconhecíveis em todas as fases subsequentes da cultura urbana. (MUMFORD, 1998, p.39)

Em períodos muito remotos, o próprio recinto do templo não constituía uma área puramente destinada às atividades religiosas, mas detinha também as funções de produção e de comércio onde os bens eram manufaturados, armazenados e distribuídos, denotando uma complexidade patente. Os palácios, por sua vez, eram os objetos espaciais que desempenhavam, sobretudo, funções político-administrativas. O monopólio do conhecimento e do poder dos governantes da cidadela, como argumentou Mumford (*op. cit.*, p.116): “[...] abrangia a maior parte das funções, que só vieram a ser tomadas e coletivamente distribuídas pela municipalidade depois de muitos milhares de anos [...] lei da exsurdação cultural”. Nesse sentido, vale a pena ainda considerar que:

No corpo da guarda da cidade encontramos o primeiro exército e os primeiros oficiais de polícia, [...] ali também encontramos o primeiro alojamento para [...] militares, a caserna. Ademais, [...] o primeiro ministério do exterior, a primeira burocracia, o primeiro tribunal de justiça [no portão do palácio], e igualmente, no lugar onde se ergue o templo, o primeiro observatório astronômico, a primeira biblioteca, a primeira escola e universidade e, não menos, o primeiro teatro. (Ibidem)

Posteriormente, com o desenvolvimento da cidadela, construíram-se várias outras formas técnicas urbanas mediante as quais se prestavam serviços de infraestrutura urbana à sociedade a exemplo dos referentes a esgotos, condutores de água corrente, banheiras, latrinas, aposentos privados para dormir, jardins, lugares de prazer e assim por diante; atendendo uma demanda progressivamente mais diversificada e exigente de uma sociedade cada vez mais complexa. Vale ainda ressaltar, com Mumford (Ibidem, p.121), que, no passado, funções que se encontravam reunidas em uma habitação da aldeia – dormir, beber, comer, conversar, copular, educar – foram progressivamente separadas, expandidas e fragmentadas em formas urbanas definidas nas cidades: a estalagem, a taverna, o mercado, o templo, a escola, o bordel, tudo isso estaria sob os auspícios de profissionais de tempo integral.

Se por um lado já tínhamos alguma evidência no que diz respeito a esboços de especialização do espaço urbano, por outro, também, tínhamos indícios de uma mudança cultural urbana calcada no hedonismo, facilitado, mormente, pelo aproveitamento do tempo

livre por algumas classes sociais. Temos na pólis grega o início da especialização urbana, fundamentada na oferta de serviços concentrados em espaços específicos para uma clientela também específica. A cidade de Cós é vista, de acordo com Mumford (Ibidem, p.154), como um grande centro de onde um novo conceito de saúde se irradiou: ao mesmo tempo sanatório, hospital e centro de pesquisas médicas e, pela primeira vez, a função do claustro, de retiro e dedicação interior.

Delfos, com seu célebre templo e seus sacerdotes, desempenhava um papel importante no âmbito das funções religiosas; mas também das funções esportivas (com seus campos de esportes fechados, suas salas de aula, seus ginásios, seus banheiros, seus vestiários), sendo, segundo o mesmo autor, também a cidade das atividades lúdicas e dos jogos, a exemplo do atletismo entre outros. Portanto, paulatinamente, novos objetos espaciais técnicos foram se expandindo e diversificando-se promovendo o que Santos (1994) chamou, fundamentando-se na ideia da *espessura dos momentos do tempo* de F. Braudel, a *espessura territorial do espaço*, a qual se vinha consolidando a cada momento do desenvolvimento das técnicas.

A cidade de Roma atingiu o ápice no que diz respeito ao número e à complexidade do conjunto dos sistemas de objetos técnicos construídos a partir da (e para a) viabilização dos sistemas de ações historicamente definidos. Nesse sentido, conforme Munford (Ibidem, p.259-260), poderíamos quantificar nesta cidade:

[...] 6 obeliscos, 8 pontes, 11 banhos públicos, 19 “canais de água”, 2 circos, 2 anfiteatros, 3 teatros, 28 bibliotecas, 4 escolas de gladiadores, 5 espetáculos náuticos para combatentes marítimos, 36 arcos de mármore, 37 portões, 290 armazéns e depósitos, 254 padarias públicas, 1 790 palácios, 46 602 alojamentos (casas de morada coletiva) [...] 926 pequenos banhos de propriedade particular [...] 18 fóruns ou praças públicas, 8 campos cobertos de grama [...] cerca de 30 parques e jardins [...] Isso sem falar nos 700 tanques ou bacias públicas e as 500 fontes que eram supridas por 130 coletores ou reservatórios.

O crescimento desses objetos técnicos nos espaços urbanos e a urbanização – desenvolvimento urbano – suscitavam a implantação de uma série de outros objetos visando à prestação de serviços ligados ora à sua própria população, ora aos visitantes ou forasteiros. Os primeiros tipos de serviços referiam-se notadamente aos de governo, comércio e consumo da produção, controle do fluxo populacional e do lugar; enquanto que os segundos estavam mais vinculados à recepção dos forasteiros, tratando-se daqueles que eram prestados em albergues, nas tavernas, nos pontos de abastecimento, nas feiras, nos pontos de recuperação das energias físicas dos animais de tração durante longas viagens etc. Portanto, à medida que as cidades desenvolviam-se, no período histórico em apreço, as suas funções diversificavam-se e, por conseguinte, o espaço urbano começava a reestruturar-se⁴³.

Durante o Medievo, a Igreja Católica, instituição social muito poderosa, era a responsável pela criação de uma série de objetos espaciais técnicos que desempenhavam funções específicas a exemplo das pequenas e médias igrejas, das catedrais, dos conventos, dos mosteiros, dos hospitalares, dos asilos, das escolas com ornamentações riquíssimas (colunas, estátuas, pinturas, ícones etc.), a fim de reforçar o seu poder.

A instalação de grandes objetos técnicos visando à formação educacional também havia começado nesta fase da história a exemplo das universidades de Bolonha (1100) na Itália, Paris (1150) na França, Cambridge (1229) na Inglaterra, Salamanca (1243) na Espanha, Coimbra (1290) em Portugal, em torno das quais vários tipos de serviços instalavam-se para

⁴³ Compreende-se estrutura urbana como “[...] um todo articulado de partes que se relacionam, no qual alterações em uma parte, ou em uma relação, acarretam alterações nas demais partes e relações.” (Cf. VILLAÇA, 1998, p.327)

atender à sua função principal de centro universitário. Isso já indicava uma tendência ao crescimento, à expansão e à diversificação dos serviços, induzidos pela instalação de outros objetos espaciais técnicos de prestação de serviços atrelados a essas grandes instituições: hospedarias, tabernas, bibliotecas etc.⁴⁴ Neste caso, fica clara a articulação entre diversos objetos espaciais técnicos de prestação de serviços articulados entre eles e constituindo sistemas de objetos.

Ao final do Medievo, mais precisamente durante o Renascimento, período de contestação e redefinição da formação socioeconômica e espacial feudal, por ocasião do aumento de maior intercâmbio comercial, ampliação do mercado consumidor, unificação da moeda, incremento do fluxo de pessoas e mercadorias e melhoramento dos sistemas de transporte, comunicação e segurança, o desenvolvimento urbano conheceu um novo impulso. Os transportes desempenharam papel fundamental na estruturação do espaço: daí porque os vários tipos de vias e estradas foram implantados, contribuindo para a densificação da espessura territorial do espaço.

A cidade medieval "renasce" a partir de uma nova dinâmica social incluída, todavia, na estrutura espacial que a precedia. Em outras palavras, ela nasce da união de uma fortaleza preexistente em torno da qual se havia organizado um núcleo de habitação e de serviços, e um mercado, sobretudo a partir das novas rotas comerciais abertas pelas cruzadas. É sobre tais bases que se organizam instituições político-administrativas inerentes a uma cidade, dando-lhe consistência interna e maior autonomia com relação ao exterior. (CASTELLS, 1977, p.19-20)

Na dimensão intra-urbana, além da organização comunal já referida no início desta seção, faz-se necessário mencionar o caso do surgimento das corporações de ofício, que prestavam serviços muito importantes para a proteção dos artesãos durante este período histórico, na sua relação com o crescimento e a expansão dos serviços urbanos. Isso em uma época em que, conforme Marx & Engels (*op. cit.*), havia a:

[...] concorrência dos servos fugitivos que não cessavam de afluir às cidades e, com isso, a necessidade de uma força militar urbana organizada, o vínculo da propriedade em comum com o determinado trabalho, a necessidade de edifícios comuns para a venda de mercadorias – [...] os artesãos eram também (comerciantes) – e a consequente exclusão de pessoas não qualificadas de tais estabelecimentos, a posição de interesses entre os diferentes ofícios, a necessidade de proteger o trabalho aprendido a duras penas e a organização feudal de todo o país...

Esse conjunto de fatores contribuiu para a constituição de uma realidade que levou os artesãos de cada ofício a se unirem em corporações, representando uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento das atividades urbanas. Desse modo, ao longo do mercantilismo, as atividades de produção e serviços já começavam a se articularem, promovendo, juntas, a aceleração da acumulação primitiva do capital sob o contexto da consolidação do desenvolvimento geográfico desigual.

Se é de fato que as cidades crescem em regiões onde o comércio tem uma expansão rápida, na Idade Média temos de procurar cidades em crescimento na Itália e Holanda. E é exatamente onde elas surgiram primeiro. À medida que o comércio continuava a se expandir, surgiram cidades nos locais em que duas estradas se encontravam, ou na embocadura de um rio, ou ainda onde a terra apresentava um declive adequado. Tais eram os lugares que os mercadores

⁴⁴ As universidades continuam sendo objetos espaciais técnicos que dinamizam o seu entorno próximo e distante. Um estudo realizado por alunos do curso de graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, sob nossa orientação, demonstra o papel indutor de uma universidade na geração de outros serviços no espaço que lhe cerca.

procuravam. Neles, além disso, havia geralmente uma igreja ou uma zona fortificada chamada ‘burgo’ que assegurava proteção em caso de ataque. Mercadores errantes descansando nos intervalos de suas longas viagens, esperando o degelo de um rio congelado, ou que uma estrada lamaçenta se tornasse transitável outra vez, naturalmente se deteriam próximo aos muros de uma fortaleza, ou à sombra da catedral. [...] O povo começou a deixar suas velhas cidades feudais para iniciar vida nova nessas ativas cidades em progresso. A expansão do comércio significava trabalho para maior número de pessoas e estas afluíam à cidade, a fim de obtê-lo. (HUBERMAN, 1985, pp.35-36)

Nota-se aí, sobretudo, o impulso das cidades que desenvolviam graças ao crescimento, à expansão e à diversificação de outras atividades, principalmente aquelas que se tornaram as capitais dos Estados-Nacionais a exemplo de Estocolmo na Suécia, Londres na Inglaterra, Lisboa em Portugal, Madrid na Espanha, Moscou na Rússia, Paris na França, Viena na Áustria etc., bem como o impulso daquelas que se tornaram capitais regionais de importância secundária, mas diretamente subordinadas àquelas capitais nacionais. Dessa maneira, as cidades que possuiriam direções nacionais controlariam aquelas que *só possuiriam agências que delas dependessem* e assim por diante, valendo a pena destacar que a:

[...] própria função de capital nacional assume aspectos diferentes conforme a estrutura do país seja centralista ou federalista; pode ser agrupada numa cidade ou dividida entre várias cidades. Ora as metrópoles regionais se afirmam como os centros maiores da vida de relações, caso da Alemanha, ora se subordinam estreitamente à capital nacional. (ROCHEFORT, 1998, p.12)

Começou-se, assim, a esboçar-se o terreno para a formação de redes urbanas nacionais em que a: “[...] dependência dos centros secundários com respeito aos centros principais se deve simplesmente à ausência de certos serviços, obrigando as pequenas cidades, quando as suas populações têm necessidade de procurar esses serviços, a recorrer à cidade grande mais próxima”. (Ibidem, p.121)

A formação de redes urbanas⁴⁵, calcadas em uma hierarquização de cidades, suscitou da mesma maneira a formação de uma rede de serviços que articularam a estrutura urbana dos Estados-nacionais e que, por seu turno, consolidaram as próprias redes urbanas. Em assim sendo, além das funções político-administrativas, comerciais e religiosas que se desenvolviam, em escalas de preferência local e regional, essas cidades passaram a acumular outras funções diretamente no seu novo dinamismo como centros hegemônicos nacionais na escala dos seus respectivos Estados. Dentre tais funções, destacavam-se notadamente aquelas que diziam respeito à formação de pessoal técnico visando à viabilização da concretização dos então Projetos Nacionais, segundo evidentemente as novas necessidades do sistema capitalista naquele período histórico, atreladas aos fatores determinantes do contexto do mercantilismo.

Mais precisamente, depois da denominada Primeira Revolução Industrial ocorrida a partir da segunda metade do século XVIII, a implantação da atividade industrial começou a provocar a transferência e instalação de populações rurais e urbanas para as grandes cidades. No que diz respeito às relações dos serviços com a indústria, convém ressaltar, com Rochefort (op. cit., p.31), que no caso dos países mais antigos:

[...] a cidade preexistia à Revolução Industrial como centro de mercado, centro comercial, artesanal, bancário, cidade burguesa. Foi porque ela era antes da Revolução Industrial um centro de atividades terciárias que as indústrias ali se fixaram e essa cidade pré-industrial foi promovida à qualidade de grande cidade industrial e capital regional.

⁴⁵ De acordo com Corrêa (1994), rede urbana é um conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos.

Durante o **período técnico científico** – iniciado mais ou menos a partir do século XIX quando do período paleotécnico do capitalismo até meados do século XX, mas com antecedentes históricos no século XVIII – houve um processo de emergência do espaço mecanizado, como *prótese*, e o advento dos objetos culturais construindo o meio geográfico, junto com os objetos técnicos. Dessa maneira, no que diz respeito ao espaço, segundo Santos (1997, p.189):

[...] o componente material é crescentemente formado do ‘natural’ e do ‘artificial’[...]. As áreas, os espaços, as regiões, os países passam a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição, neles, dos objetos naturais e dos objetos culturais, por objetos técnicos. Os objetos técnicos, maquinicos, juntam à razão natural sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais, criando, nos lugares atingidos, mistos ou híbridos conflitivos. Os objetos técnicos e o espaço maquinizado são *lócus* de ações ‘superiores’, graças à sua superposição triunfante às forças naturais. Tais ações são [...] consideradas superiores pela crença de que ao homem atribuem novos poderes – o maior dos quais é a prerrogativa de enfrentar a Natureza, natural ou já socializada, vinda do período anterior, com instrumentos que já não são prolongamento do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses. Utilizando novos materiais e transgredindo a distância, o homem começa a fabricar um tempo novo, no trabalho, no intercâmbio, no lar. Os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais.

Continuando a tecer alguns comentários a propósito deste período técnico, para buscar a sua compreensão e o seu uso como mecanismo de entendimento da realidade socioespacial, Santos (1997) continuava a dizer que:

O componente internacional da divisão do trabalho tende a aumentar exponencialmente. Assim, as motivações de uso dos sistemas técnicos são crescentemente estranhas às lógicas locais e, mesmo, nacionais; e a importância da troca na sobrevivência do grupo também cresce. Como o êxito, nesse processo de comércio, depende, em grande parte, da presença de sistemas técnicos eficazes, estes acabam por ser cada vez mais presentes. A razão do comércio, e não a razão da natureza, é que preside a sua instalação. Em outras palavras, sua presença torna-se crescentemente indiferente às condições preexistentes. A poluição e outras ofensas ambientais ainda não tinham esse nome, mas já são largamente notadas – e causticadas – no século XIX, nas grandes cidades inglesas e continentais. E a própria chegada ao campo das estradas de ferro suscita protesto. A reação antimquinista, protagonizada pelos diversos ludismos, antecipa a batalha atual dos ambientalistas. Esse era, então, o combate social contra os miasmas urbanos. O fenômeno, porém, era limitado. Eram poucos os países e regiões em que o progresso técnico podia instalar-se. E, mesmo nestes poucos, os sistemas técnicos vigentes eram geograficamente circunscritos, de modo que tanto seus efeitos estavam longe de ser generalizados, como a visão desses efeitos era, igualmente, limitada. (Ibidem, pp.189-190)

Nos chamados Tempos Modernos, mais precisamente no período de consolidação das práticas de intensificação do comércio, responsável pelo impulso inicial do processo de mundialização do capitalismo, em uma escala global, as atividades comerciais existentes conheceram um desenvolvimento sem par. Isto suscitou a instalação de portos no mundo inteiro, como pontos de apoio e suporte ao comércio mundial, os quais passaram a prestar serviços primeiramente às embarcações e/ou às populações tripulantes. Do mesmo modo, cresceram e expandiram-se os serviços ligados aos transportes e às comunicações não somente entre as cidades portuárias e o mundo, mas também entre aquelas cidades e as suas respectivas

hinterlândias, mormente após e durante a expansão e o desenvolvimento do transporte ferroviário, estimulando a consolidação dos fluxos econômicos, sociais e de poder.

Neste período, ampliaram-se também os já mencionados serviços educacionais traduzidos pelo aumento do número de escolas superiores de ensino e das universidades com o intuito de fortalecer o controle e o domínio dos Estados-Nacionais sobre os territórios e os mercados de além-mar em processo de formação. Quanto mais as cidades crescam e as classes hegemônicas locais articulavam os seus interesses, prestando serviços mutuamente entre si, maiores eram as transformações urbanas ocorridas, notadamente no que concerne aos objetos espaciais técnicos urbanos construídos, alguns dos quais eram reconfigurados, enquanto que outros eram criados e adicionados ao conjunto urbano existente.

É neste período histórico que, posteriormente, surge o *prédio de escritórios*, contribuindo para abrigar novas funções da burocracia de modo mais concentrado no espaço, as quais conheceram um processo progressivo de complexificação. O modelo original dessa estrutura é aquele desenhado por Vasari em Florença, os Uffizi [Escritórios]. (MUMFORD, *op. cit.*, p.385) A Bolsa de Valores, como *centro de transações comerciais em larga escala* ou *banco nacional* ou *centro de intercâmbio dos mercadores*, tornou-se outra instituição importante nas grandes cidades. Os centros urbanos de Bruges e Antuérpia (Bélgica), Lübeck e Augsburgo (Alemanha), Lyon (França), Londres (Inglaterra), Florença e Veneza (Itália) tornaram-se importantes centros financeiros e, por conseguinte, centros credores que passaram a financiar, inclusive, investidas coloniais.

O mesmo autor argumentou que, paralelamente ao surgimento dos escritórios, dos bairros de escritórios e da Bolsa de Valores, outras instituições e outros equipamentos também conheceram um forte dinamismo tais como o museu, produto da economia da aquisição sem limites, e o jardim zoológico, lugar de exibição de espécies ferozes e exóticas que também proporcionava um destino conveniente para as descobertas do explorador e os troféus do caçador em momentos onde a exibição e o cuidado com a aparência faziam-se mais importantes, como instrumentos de poder, do que a função.

No que diz respeito à reconfiguração do prazer para as massas, tudo a partir de então devidamente pago, representado pela expansão das casas de diversão, dos salões, dos restaurantes, dos cafés, etc. Neste sentido, diz Mumford (*Ibidem*, p. 412) que: “[...] quando o jardim do prazer especial [do tempo do período barroco] desapareceu com a expansão e o congestionamento da cidade, o mesmo elemento voltou e nela se introduziu, em bairros apropriados, tais como Broadway, Piccadilly, Soho, Montmartre e o Rembrandtplein”. Dessa maneira, o terciário passava, cada vez mais, a constituir fator fundamental no desenvolvimento urbano, o que, aliás, não era novidade.

Com efeito, pode até mesmo existir cidades sem indústrias e sem atividades agrícolas (antes, as atividades produtivas mais valorizadas pelos pesquisadores), mas nunca sem serviços. Da mesma maneira que não existem cidades sem habitat, também não existem cidades sem serviços. As cidades industriais sempre encorajaram a expansão dos serviços seja para atender às necessidades das suas atividades produtivas, seja às da população trabalhadora a elas vinculada⁴⁶. Posteriormente, sobretudo no que concerne ao aumento da demanda, tem-se a formação efetiva de espaços de consumo, os quais intensificaram a expansão deste setor. Com efeito, as cidades, sob os parâmetros da racionalidade instrumental do capitalismo, atraíram indústrias, devido à existência de fatores como a mão-de-obra disponível, liberada do campo, e o mercado urbano em fase de crescimento, expansão e diversificação quanto ao nível e ao tipo

⁴⁶ A este respeito, vale lembrar que as cidades mineiras, desde muito, abrigam embriões do terciário sob a forma de cantinas, cooperativas de compras pertencentes às companhias exploradoras (Cf. PELLETIER & DELFANTE, 1994), que se vão expandindo ao longo do tempo.

da demanda. Concomitantemente, as indústrias atraíram mão-de-obra e serviços específicos de zonas industriais, hoje em dia chamados de serviços à produção.

O processo conjunto de industrialização-urbanização vinculado ao *fordismo-keynesianismo* contribuiu para dar um decisivo impulso ao crescimento das cidades, suscitando a instalação de uma gama enorme de serviços destinados, também, à reprodução social das populações urbanas, embora tenham sido criados, sobretudo, para a realização, em última instância, de objetivos econômicos de maneira *rígida* no espaço. Daí a expansão das atividades relativas à saúde, à educação, à segurança, ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário etc., hoje em dia chamados de serviços sociais de cuja qualidade continua dependendo sobremaneira da força da organização social, sempre vigilante e atuante, pressionando o Estado para fazer valer seu papel de agente promotor do Bem-Estar Social.

Muitas vezes, o acesso a tais serviços era conseguido por meio de um longo e difícil processo de lutas sociais, com o esforço do trabalho árduo das organizações sociais que passaram a se organizar e articular no sentido de fazer reivindicações voltadas para pôr fim às injustiças espaciais existentes no seio de formações urbanas capitalistas, resultantes do processo de acumulação de capital sem a realização dos investimentos necessários à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e dos demais segmentos sociais. Essas cidades constituíam, por volta de 1840, como disseram Engels (1975) e Mumford (1998), verdadeiros *infernos* para os operários que viviam a já conhecida situação precárias em termos de condições de vida. Assim como acontece hoje em cidades como as brasileiras, também naquele período, segundo Thompson (2012a, p.231):

A deterioração do ambiente urbano [foi notada] como uma das mais desastrosas consequências da Revolução Industrial, sob vários pontos de vista: a estética, as comunidades da população, o saneamento e a densidade demográfica. Além disso, ela ocorreu com maior intensidade em algumas regiões de altos salários, onde as evidências ‘otimistas’ sobre a melhoria do padrão de vida estão melhor fundamentadas.

Daí, visando, segundo Thompson (2011), à humanização desse ambiente, ocorreram muitas manifestações populares, as quais contribuíram para a formação da classe operária. Enfim, a formação das classes subalternas, das quais fazem parte as trabalhadoras:

[...] é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Nem devemos imaginar alguma força exterior – a ‘Revolução Industrial’ – atuando sobre algum material bruto, indiferenciado e indefinível de humanidade, transformando-o em seu outro extremo, uma ‘vigorosa raça de seres’. As mutáveis relações de produção e as condições de trabalho mutável da Revolução Industrial não foram impostas sobre um material bruto, mas sobre ingleses livres [...]. A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada.

O amadurecimento dessa classe foi, portanto, garantindo conquistas cada vez mais diversificadas e cruciais para a humanização do ambiente urbano vivido, capaz de, segundo ainda Thompson (2012b, p.562), “[...] amadurecer[er] a reivindicação de um *sistema alternativo*” (italico no original). Isso faz da história um processo efetivamente dinâmico e mutável, também da parte das classes trabalhadoras, mostrando que, apesar dos imperativos da racionalidade instrumental propiciadora, sobretudo, da expansão do valor visando ao lucro, é possível construir algo, pelo menos, diferente.

O **período técnico-científico-informacional** teve seu início notadamente após a Segunda Guerra Mundial (1945-?), afirmando-se com a expansão dos seus princípios e ações a

partir dos anos 1970, quando o *fordismo-keynesianismo* expandiu-se e consolidou-se no mundo. A união entre técnica e ciência acontece sob o manto do mercado o qual, por sua vez, tornou-se global, devido aos impulsos conjuntos da técnica e da ciência. Com as próprias palavras de Santos (1997, p. 190):

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais do meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de *meio técnico-científico-informacional*. Da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais), a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato. (itálicos no original)

Aprofundando ainda mais a reflexão acerca da natureza filosófica deste período para o processo de elucidação dos próprios mecanismos das relações capitalistas de produção do espaço, Santos (Ibidem, p.191) continua argumentando que:

Podemos então falar de uma cientificização e de uma tecnicização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação. Pode-se falar [...] de inevitabilidade do ‘nexo informacional’. Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização. [...] Como em todas as épocas, o novo não é difundido de maneira generalizada e total. Mas, os objetos técnico-informacionais conhecem uma difusão mais generalizada e mais rápida do que as precedentes famílias de objetos. Por outro lado, sua presença, ainda que pontual, marca a totalidade do espaço. É por isso que estamos considerando o espaço geográfico do mundo atual como um meio técnico-científico-informacional.

Para Santos ainda, o processo de especialização de alguns lugares, no campo ou na cidade, torna-se uma consequência, hoje, muito mais das condições técnico-sociais neles existentes, do que simplesmente da dimensão dos seus recursos naturais. A presença e qualidade dos serviços oferecidos pelos gestores públicos nesses lugares tornaram-se, portanto, essenciais para a sua dinâmica espacial. Nesse contexto, vale ressaltar que:

[...] a vantagem comparativa só raramente é uma questão de ordem inicial (ela é ainda menos natural). **A vantagem comparativa é artificial:** origina-se do processo mesmo da troca e se manifesta no decurso de uma trajetória do desenvolvimento regional no instante em que se transformam progressivamente as aglomerações industriais e as condições de suas economias externas. (BENKO, 1999, p.69, destaque nosso)

No curso do processo de produção do espaço geográfico, sobretudo após 1945, pôde-se perceber a manifestação de alguns fatores que desempenharam papel fundamental no que diz respeito à atração de atividades e fluxos voltados à expansão espacial contínua do valor: fragmentação e especialização de áreas urbanas com base no terciário, expansão de formas

urbanas ligadas às atividades dos serviços de interesse público e de interesse privado (instituições político-administrativas, instituições culturais e educacionais, prédios de escritórios/centros empresariais, objetos espaciais técnicos de lazer etc.), serviços às populações fixas e flutuantes, articulação destas formas mediante a expansão da malha viária, consolidando as redes urbanas.

Destarte, o crescimento, a expansão, a modernização e a diversificação dos serviços sempre estiveram vinculados à formação histórica e ao dinamismo dos espaços urbanos desde os primórdios da sua formação, seguindo sempre o desenvolvimento das funções e da demanda social inerentes às especificidades de cada espaço urbano. Essa dinâmica dos serviços acha-se intrinsecamente atrelada às necessidades das famílias, das empresas, dos Estados, enfim dos principais agentes sociais que constróem as cidades, sob as intenções, os desejos e os projetos de vida que, juntos, tecem sistemas de ações responsáveis, por seu turno, pela constituição dos sistemas de objetos, os quais, no atual contexto de flexibilidade do capitalismo, são utilizados como meio e condição, sobretudo, para a acumulação de capital pela expansão espacial do valor.

Essa flexibilização significa, portanto, uma estratégia utilizada para possibilitar a continuidade das taxas de acumulação em contextos de crises do capitalismo, desmontando a rigidez em termos do controle do Estado nas relações de trabalho, no processo produtivo e na organização espacial. Com efeito,

A partir de meados dos anos 60 o modo de desenvolvimento fordista entra abertamente em crise. As alavancas macroeconômicas que asseguraram o crescimento de outro dos ‘Trinta Gloriosos’ [...] se revelaram fragilizados ou servem até mesmo de obstáculo à acumulação capitalista. O fordismo aparece com perda de velocidade, entravado em seu impulso pela conjunção de uma crise de eficácia e de um esmorecimento de legitimação: a cadeia de produção peca por ‘rigidez’, ao passo que a ‘cadeia’ das certezas de um desenvolvimento inexaurível é quebrada de maneira patente. (BENKO, 1999, p.19)

QUADRO I – Quadro Sinóptico dos Saltos Históricos dos Serviços à Luz da Periodização Proposta por Milton Santos

Períodos	Saltos Históricos	Fatores
Técnico (da formação do capitalismo até meados do século XVIII)	Criação e aperfeiçoamento dos mecanismos técnicos, a exemplo das funções urbanas: alojamento, defesa, alimentação, exercício da religião, comércio etc.	Crescimento e expansão urbana das cidades, principalmente em função do capitalismo.
Técnico-Científico (de meados do século XVIII, passando pelo século XIX e chegando a meados do século XX)	Crescimento, expansão e diversificação dos serviços, sob os princípios mais reguladores, tendo tido seu ápice no período de consolidação do capitalismo industrial, chegando ao período do fordista-keynesiano. Busca de mais equilíbrio entre os serviços de interesse econômico e os de interesse social.	Racionalização instrumental dos princípios modernistas, com maior intervenção do Estado na reorganização dos espaços urbanos.
Técnico-Científico-Informacional (a partir de meados do século XXX)	Expansão e consolidação do fordismo-keynesianismo no mundo, seguidas da aceleração e	Intensificação do processo de globalização neoliberal, frente a resistências de modelos mais

	<p>intensificação de processos mais flexíveis de crescimento, expansão, diversificação e fragmentação dos serviços e dos lugares do seu acontecer, no seio do próprio fordismo-keynesianismo. Peso maior dos serviços de interesse econômico, mas com serviços de interesse social onde existem movimentos sociais fortes.</p>	reguladores.
--	--	--------------

Fonte: Pesquisa bibliográfica realizada pelo autor do presente capítulo, desde 1997.

Em definitivo, o terciário sempre fez parte do processo de desenvolvimento urbano. O que, porém, poderia ser considerado como novo, neste período é o *boom*⁴⁷ em termos de celeridade e intensidade que os serviços vêm conhecendo, sobretudo nos últimos tempos; bem como a sua utilização como alternativa para a retomada do desenvolvimento de espaços locais, como *próteses* inerentes ao processo de criação de vantagens comparativas de caráter mais artificial. Isso é, frequentemente, apresentado como solução imediata e até mesmo como panaceia para o enfrentamento das crises cíclicas do capitalismo que geralmente levam a processos de desvalorização do capital e do trabalho. Todavia, quem parece perder mais é o trabalho – ou melhor, a força de trabalho – que sofre com o crescimento do desemprego e mesmo da “exclusão” ou precarização social. O espaço urbano torna-se, assim, o lugar primordial das contradições e dos possíveis conflitos sociais.

2.2- Serviços de Distribuição, Dimensões do Consumo e Espaço Produzido: Para Além do Consumo pelo Consumo...

O desenvolvimento urbano suscitou a criação de serviços cada vez mais especializados no que concerne às necessidades e aos novos estilos de vida da população urbana: ensino, pesquisa, planejamento etc. No caso das atividades de ensino, por exemplo, o seu forte impulso tem a ver com a ideia e o desejo de mobilidade social, enquanto que no da pesquisa e do planejamento, as necessidades dos Estados-Nacionais explicam o seu impulso, principalmente em termos da obtenção de maior controle sobre o território e os fluxos populacionais e econômicos.

Faz-se necessário, antes, ressaltar o processo de passagem da velha para a nova organização geográfica da distribuição, identificada por Guglielmo (1980), ainda nos anos 1960. Este autor remontou ao processo de concentração das atividades comerciais ocorrido na segunda metade do século XIX⁴⁸, com o crescimento e a concentração progressiva do consumo nas

⁴⁷ Entre as principais razões do *boom* dos serviços ao nível do senso comum, além da consolidação do processo de urbanização já tantas vezes exaltada, podemos citar as seguintes: a continuidade do processo de liberação da força de trabalho dos setores primário e secundário, devido aos ganhos de produtividade nestes setores; a desindustrialização e a deslocalização; o papel do Estado engendrando a expansão dos serviços públicos; a elevação do nível de vida das populações urbanas; o desenvolvimento de atividades ligadas a novos valores socioculturais [lazer, turismo, prática de esportes, diversão, entretenimento, frequentaçāo de *shopping centers, fast food* etc.] fundamentados na cultura do hedonismo; a generalização do trabalho feminino e o forte crescimento das atividades comerciais.

⁴⁸ Até então, tinham-se apenas os mercados locais de consumo, os quais se haviam formado “[...] no local da pequena aldeia ou povoado [nos quais há a passagem dos homens, o transporte das mercadorias, as trocas] onde se cruzam as ruazinhas elementares nasce a encruzilhada, o embrião dêste [sic] espaço da superfície terrestre que exprime essencialmente as trocas, e que constitui, inicialmente, o mercado local e, mais tarde, em um grau de grande desenvolvimento, o campo da feira.” (BRUNHES, 1962, p.94)

metrópoles. Isso impulsionou a criação das grandes lojas nas áreas centrais históricas das principais cidades e das “lojas sucursais” nos bairros periféricos e arrabaldes desses espaços.

De acordo com Guglielmo (1980), já no período entre as duas guerras mundiais do século XX, ocorreram naqueles centros urbanos, efeitos de deseconomias urbanas, devido às impossibilidades para ampliação dos grandes objetos espaciais técnicos em razão do encarecimento dos terrenos no interior daqueles espaços. Interessante também foi o caso das lojas populares as quais, como disse o mesmo autor, já se faziam presentes nos Estados Unidos desde 1880 e chegaram à Europa no período da crise dos anos 1930, em decorrência de mudanças estruturais ocorridas no sistema capitalista:

Nesse período de baixa do poder aquisitivo, elas tiram sua força de [...] redução dos custos de estabelecimento e de exploração pela supressão de qualquer serviço à freguesia, instalação estritamente funcional dos locais e simplificação da venda, que autoriza o emprego de um pessoal não qualificado. É assim possível vender a preços baixos, principalmente porque limita-se a venda a um número restrito de artigos correntes, cujo escoamento maciço permite uma rotação extremamente rápida dos estoques. (Ibidem, p.250)

Após a penúria dos anos 1940, Guglielmo (Ibidem, 250) admitiu que:

[...] a concentração comercial retomou novo vigor e sobretudo revestiu-se de novos aspectos, que procedem a um tempo do caráter ‘revolucionário’ das técnicas postas em obra, da irrupção do capital financeiro no domínio da distribuição e da evolução rápida do conteúdo e da repartição geográfica do consumo. O estabelecimento padrão dessa nova fase de concentração é o supermercado, vasta loja em ‘livre-serviço’, de um só pavimento, sem arquitetura rebuscada...

Posteriormente, para este mesmo autor (Ibidem, p.252-253), valeria a pena destacar que:

Essa concentração dos estabelecimentos e empreendimentos acompanha-se de uma nova forma de agrupamentos, respondendo a um tempo aos novos aspectos da geografia do consumo, aos progressos dos meios de transporte individuais e, nos melhores casos, a uma preocupação de estética urbana: e o centro comercial, que é para as extensões urbanas atuais o que a rua comercial era para o passado. [...] Os americanos constroem três tipos de centros comerciais: o *neighbourhood center*, de dimensões modestas, serve, por exemplo, a um setor de arrabalde em extensão, um conjunto residencial; o *community center*, mais importante, está situado entre duas ou três zonas de desenvolvimento de uma aglomeração, freqüentemente à beira de uma estrada de grande circulação; o *regional center* [...] localiza-se menos em função de uma ou várias zonas residenciais do que em relação à sede rodoviária. Seu poder de atração é tal que faz surgir uma verdadeira cidade na sua vizinhança: assim nasceu Northland, não longe de Detroit. [Disto] Concretiza-se um urbanismo comercial do qual a Suécia e a Grã-Bretanha foram as iniciadoras, notadamente na construção das cidades-satélites.

Em países como a França, ao contrário, sobretudo em função das suas especificidades históricas e territoriais ainda na visão de Guglielmo (1980), tem-se que:

[...] a forte densidade comercial explica-se, em sua maior parte, pela sobrevivência [no tempo do advento do urbanismo comercial] dos pequenos varejistas aldeões, ligada à persistência de um forte consumo disperso nos campos e ao caráter muito recente da atual recrudescência do êxodo rural. (Ibidem, p. 255)

O urbanismo comercial compreende, portanto, um conjunto de ações visando a elaborar uma nova fisionomia nas áreas mais dinâmicas dos espaços urbanos, fundamentada no consumo, principalmente quando possui condições efetivas para abastecer as novas demandas dos condomínios residenciais e empresariais. Às vezes, ele organiza a forma, mas não consegue modificar o conteúdo.

Não podemos negligenciar o papel de outros agentes importantes envolvidos neste processo de urbanismo comercial, e isto no que respeita aos vários interesses da realidade em tela, dentre os quais estão aqueles dos agentes imobiliários e os dos agentes estatais e governamentais – regulamentação de leis e investimentos em infraestrutura urbana – influindo nas condições geográficas em termos de organização e distribuição espacial de objetos espaciais. Ainda nos anos 1960, George (1965, p.9-10), em uma perspectiva mais crítica, já havia pensado na elaboração de uma geografia do consumo, pondo a questão da separação radical entre os diversos tipos de consumo das sociedades desenvolvidas e das sociedades subdesenvolvidas. Este segundo tipo, mais condizente com a realidade de centros urbanos de países como o Brasil, foi:

[...] caracterizado pelo subconsumo de grandes contingentes de centenas de milhões de indivíduos e pelo superconsumo das ‘élites’ e [o primeiro] o das sociedades industriais, nas quais o consumo se uniformiza cada vez mais, atingindo sucessivamente, para cada categoria de produtos, máximos de procura além dos quais o consumo específico se reduz e a procura é desviada para outras séries de produtos ou serviços, sociedades de privação e sociedades de saturação, sociedades em que a ameaça de miséria total nunca se alivia, sociedades em que o problema principal é a invenção de uma nova necessidade que desobstrua a propensão a consumir, sociedades com o medo [sic] permanente de não possuir hoje o indispensável para o consumo de amanhã, sociedades em que se consome agora a renda que provavelmente [sic] será percebida daqui a vinte e quatro ou trinta e seis meses, ou mesmo vinte e cinco anos...

Hoje em dia, o consumo já se espraiou por quase todos os lugares, atraindo praticamente todas as classes sociais, reconfigurando este modelo de P. George. Porém, não somente as diferenças, mas as disparidades espaciais agravaram-se, sobretudo em razão da permanência e prepotência da lógica do desenvolvimento geográfico desigual. Convém ressaltar quais são os tipos de bens e serviços aos quais essas populações têm tido acesso, problema que, segundo George (Ibidem, p.11):

Salvo pequenas minorias privilegiadas, as populações de todos os países subdesenvolvidos vivem numa situação constante de subconsumo, trate-se de grupos que vivem numa economia natural ou de locatários e assalariados cuja renda anual em dinheiro não atinge o mínimo vital mensal do trabalhador de um país industrializado. A maior parte da humanidade vive num estado de subconsumo, no sentido de que as necessidades elementares da vida não são satisfeitas. O principal problema, senão o único, é, nesse caso, a passagem de uma economia de carência e de privação a uma de consumo, passagem que é em geral acompanhada, pelo menos na sua fase inicial, por uma intensificação das disparidades entre os desprovidos de tudo e uma pequena camada social que se propõe alcançar o mais rapidamente [sic] possível o mais alto nível de vida do país mais desenvolvido.

Com efeito, não obstante as mudanças quantitativas relativas ao acesso ao consumo, reconhecidas no último parágrafo, sobretudo em termos de disponibilização de infraestrutura urbana e serviços sociais, muita gente ainda vive em condições de subconsumo. Falando do subconsumo das massas urbanas, disse George (1965, p.22-23) que:

[...] é nas cidades que se encontram os maiores contrastes de consumo. Nelas, a parte de economia natural é mínima (nunca, contudo, nula, pois uma parcela das populações urbanas exerce atividade agrícola). O consumo depende da repartição da renda. Aqui, a estrutura social intervém como fator de discriminação, e as diferenças são enormes. [...] Tem um poder de consumo considerável, desproporcional à capacidade de produção de bens de uso e consumo do país e recorre, consequentemente, em grande parte, a artigos de importação provindos dos países industrializados, ou emprega parte de suas rendas no consumo efetuado diretamente no exterior. [...] A bem dizer, não há, em tais países, classes médias. Em contrapartida, a cidade é povoada por uma sociedade sutilmente hierarquizada nos níveis inferiores – entre o artesanato, o pequeno comércio mais pobre e o comércio ambulante. Entretanto, a vida urbana é mais exigente do que a rural: impõe certas despesas de moradia, vestuário, circulação, serviços [...] que reduzem a parte consagrada à alimentação. Finalmente, é nas cidades que se registram os casos do mais dramático subconsumo, como é demonstrado nas pesquisas...

Atualmente, as classes médias também se expandiram no mundo, o que também se evidenciou no Brasil. Porém, neste país fala-se no surgimento de uma “nova classe média”. Passada a euforia do acesso a bens materiais, em pleno processo de retomada do crescimento no âmbito da expansão do capitalismo, que provocou considerável transformação na economia mundial, não podemos deixar de questionar em que medida ainda se negligencia o acesso aos serviços sociais sem os quais não se tem o *espaço do cidadão* como o garantidor do *direito à cidade* e, por sua vez, o efetivo desenvolvimento urbano. Isto se faz necessário pensar porque as relações espaciais são muito mais complexas, envolvendo mais do que a mera relação de troca entre os homens. O próprio George (1965) alegava que:

O consumo é desenvolvido únicamente [sic] no interesse [sic] daquele que precisa vender e, na maioria dos casos, contra o interesse, a segurança psicológica ou moral do que é instado a comprar. Trata-se, portanto, de uma operação unilateral desfavorável ao país subdesenvolvido. (GEORGE, 1965, p. 38)

Desse modo, com a mesma perspectiva crítica acima destacada, George (Ibidem, p. 64-65) continuou a dizer que:

Portanto, o consumo é cada vez mais orientado por uma motivação que lança mão dos mecanismos mais refinados da técnica publicitária. Sem que disso se aperceba, o consumidor potencial é constantemente solicitado, pelas mais diversas vias, a escolher tal máquina nova ou tal produto de beleza, ou tal artigo de vestuário.

A ocupação de uma habitação nova e, sobretudo, de um conjunto habitacional é sempre acompanhada de uma quantidade enorme de despesas variadas, relativas à aquisição de eletrodomésticos, mobília, artigos de decoração etc. apoiada amiúde sobre o crédito. Ao mesmo tempo, ocorre a expansão do consumo dos serviços de uso coletivo: água, gás, eletricidade, incluindo gastos com transportes. Por isso, não podemos deixar de considerar, conforme ainda George (1965, p.35), que:

[...] o desenvolvimento do consumo está vinculado à urbanização, que lhe é ao mesmo tempo o índice e o estímulo. A urbanização cria um mercado acessível na medida em que é acompanhada pelo desenvolvimento, e em que a presença, na cidade, de um novo [sic] setor de produção e emprêgo [sic] provoca uma distribuição de poder suplementar de compra. O efeito sobre o consumo é duplo: crescimento global no plano regional e demanda de excedentes de produção para o abastecimento da cidade, que não produz, em particular, gêneros alimentícios,

o que provoca o rompimento da economia natural fechada [guiada pelas necessidades orgânicas dos indivíduos]. Fora do âmbito do consumo de produtos alimentares, efetua-se concomitantemente a criação de novas necessidades, satisfeitas pelo artesanato ou pela importação. O consumo se diversifica tanto em produtos quanto em serviços.

Ao mesmo tempo convém lembrar, ainda com George (Ibidem, p.45-46), que o movimento do consumo é um processo permanente e que, por isso mesmo, ele sempre se diversifica no âmbito da sua própria dinâmica:

A elevação do nível médio de vida permitiu o acesso de um número maior a categorias de consumo tidas antes como luxo. A venda em grande escala tornou possível e necessária uma organização do débito que era incompatível com as necessidades limitadas da coletividade familiar, ou mesmo com as do pequeno grupo de vila, para a carne de açougue, por exemplo. Os produtos exóticos ingressaram no rol do consumo corriqueiro: o café, frutas do gênero cítrico, bananas, no mercado europeu. Mas ao mesmo tempo, o consumo alimentar deixava de ocupar o primeiro lugar nos orçamentos familiares. [...] Os produtos industriais [vestuário, mobília, e bens provindos das indústrias mecânicas, eletromecânicas, químicas e correlatas] foram conquistando um lugar sempre maior nos orçamentos individuais e coletivos.

Essas mudanças, ocorridas ao nível do hábito do consumo no meio urbano, corroborando sua diversificação, sobretudo, em termos da oferta de serviços “concretos” e “abstratos” à sociedade e, em especial, à sociedade urbana, sofisticam-se cada vez mais em função da dinâmica de cada lugar. Com efeito, George (Ibidem, p.47-48) lembrou-nos que:

Entre a ação de produção e a ação de consumo e uso se inserem *atividades de serviço* cada vez mais avassaladoras: serviços de transporte e distribuição, serviços de manutenção, de conserto [sic] e, na medida em que há crédito, serviços contábeis e financeiros. Adquire-se o hábito de recorrer a especialistas para serviços denominados pessoais. E quanto mais refinada se torna a vida, mais se estende a lista de tais serviços, da assiduidade ao salão de beleza à demanda às múltiplas profissões que gravitam em torno [sic] das noções de lazer e turismo. Alguns entram no setor das necessidades quotidianas ou periódicas, outros figuram para certas pessoas como um luxo que se torna objeto de cobiça (as viagens distantes, as estadas nas montanhas, a prática de esportes de inverno ou de esportes náuticos). As despesas correspondem, assim, a dois tipos de consumo e uso: a aquisição de produtos e mercadorias, **consumo concreto**, e o pagamento de serviços que podem ser denominados **consumo abstrato**. (destaques nossos)

Também atividades que não são características de meios urbanos estimulam a demanda de bens e serviços a qual, por sua vez, estimula a cultura do consumo também em espaços não urbanos. Com efeito, nesse sentido, George (1965) continuou a dizer que: “A exploração mineira rompe o círculo da economia natural fechada [já se relacionando visivelmente com outras atividades], criando uma demanda de produtos e colocando em circulação espécies monetárias que, por sua vez, operam como estimulantes do consumo”. (Ibidem, p. 36) George (Ibidem) continuou argumentando que as necessidades de lazer, os cuidados pessoais e a promoção profissional e cultural têm crescido tanto que vêm estimulando a expansão dos serviços pessoais. Em 1960, esses serviços eram significativos no orçamento médio de famílias em muitos países. Em assim sendo:

Desde que o trabalho é considerado uma imposição necessária, mas simultaneamente [sic] um desgaste do capital físico ou intelectual do indivíduo, admite-se, nas sociedades industriais, que deve ser compensado por lazeres. Esses lazeres se apresentam como tempo livre oposto ao

tempo de trabalho, e também como tempo organizado para proporcionar uma ação compensadora da do trabalho sobre [sic] o organismo humano. Torna-se, por sua vez, fonte de consumo e de prestação de serviços: lazeres ‘interiores’, que pressupõem um certo equipamento da moradia, aquisição de um material apropriado: eletrofone, discoteca, televisão (depara-se aqui com uma das formas de consumo de produtos industriais); lazeres ‘locais’ para os quais é concebido, senão sempre realizado, um esquema de organização de serviços de bairro ou de conjunto urbano: salas de espetáculos, estádios, lazeres exteriores que incidem sobre [sic] os múltiplos aspectos do turismo e dos deslocamentos periódicos. (Ibidem, p.678-69)

Esta visão de George acerca do consumo era tão abrangente e avançada na geografia de então que, já naquela época, ele também havia considerado o fato do crescimento contínuo do consumo espacializado pela ampliação da consciência da conquista de direitos, em uma perspectiva, por assim dizer, mais abstrata, simbólica. Isso aconteceu a partir da ideia segundo a qual:

O reconhecimento do direito do trabalhador aos lazeres e o desejo de usufruir dêles [sic] é um estímulo extraordinário para o consumo. Ora, como todo consumo supõe despesa, chega-se à constatação de que toda [sic] concessão de lazeres acarreta uma diminuição do tempo consagrado aos lazeres pelo beneficiário, pois este [sic] tem que encurtar seu tempo de lazer para ganhar o que permitirá aproveitá-lo [...] As distrações exteriores conservam grande importância na vida social contemporânea. O papel do bar é, nela, menos importante que outrora. Foi substituído pelo cinema, pelo estádio, e principalmente pelas viagens. [...] A insuficiência da vida social, dos lazeres coletivos ou, pelo menos, de um ambiente de vida coletiva local é em grande parte a responsável por esse [sic] desejo irresistível de mudança de ares que impulsiona, todo fim de semana, milhões de cidadãos. (Ibidem, p.73)

No que tange à relação do consumo com os cuidados pessoais, dizia George (1965, p.69-70) que:

O civilizado dedica à conservação do corpo uma atenção cuidadosa. Dois setores de despesa devem ser distinguidos: o da vigilância médica e cuidados requeridos por deficiência de saúde, e o da higiene geral e cuidados de beleza. A densidade da rede [sic] de consultórios médicos, de dispensários e hospitalais é um índice de desenvolvimento.

Necessidades que têm estimulado o crescimento dos serviços nas últimas décadas em todo o mundo. Concomitantemente, outro setor que se vem impondo progressivamente é, mais uma vez, o de ensino, no sentido da promoção pessoal e cultural. Principalmente em uma sociedade que é caracterizada como *sociedade do conhecimento*:

A aquisição dos conhecimentos e das técnicas necessárias ao exercício da profissão exige um tempo mais ou menos longo, que é um tempo de ‘inatividade’ na acepção econômica do termo, visto que não dá lugar nem à produção nem à remuneração. Por outro lado, demanda a mobilização de pessoal, a disposição de locais e de material que supõem investimento e remuneração. (Ibidem, p.71)

Nos dias atuais, essas mudanças ocorridas, também no âmbito do estilo de vida das populações urbanas, baseadas no aumento e na aceleração das necessidades do consumo (não somente concreto como também abstrato), têm contribuído consideravelmente para o crescimento e a diversificação dos serviços os quais, por seu turno, têm consolidado o seu papel

como atividades fundamentais para o dinamismo dos espaços urbanos, em uma sociedade de consumo. Porém, não podemos deixar de lembrar que essas mudanças não ocorrem da mesma forma em todos os lugares, sobretudo, porque as especificidades territoriais inerentes a cada lugar influenciam no processo global do consumo – tanto em termos quantitativos como qualitativos –, muito embora os processos aconteçam sob a mesma lógica da produção global do espaço.

Santos (1987) fizera uma análise crítica interessante sobre a questão da natureza do consumo em nossa sociedade, reforçando a produção de um espaço do e para o consumo em detrimento de um espaço do e para o cidadão. Na perspectiva acima colocada, argumentava ele que, no capitalismo, deseja-se aprimorar a formação do *consumidor mais-que-perfeito* em detrimento da do *cidadão*, motivo pelo qual os citadinos, no Brasil, continuavam na condição da *cidadania mutilada*. Isso ainda se faz muito forte nos nossos dias, na medida em que, por exemplo, a mídia tem investido mais na difusão dos direitos do consumidor do que na do *direito à cidade*, reforçando o discurso único do neoliberalismo. Tanto é que, quando se trata de ações dos movimentos sociais que buscam conquistar seu *direito à cidade*, pressionando ativamente os poderes instituídos, essas ações terminam sendo criminalizadas.

Por isso, ao mesmo tempo, a expansão dos *serviços de enquadramento* torna-se muito eficaz no sentido da manutenção do capitalismo tal como está, à medida que ela garante o controle dos grupos sociais que não se integram à sociedade urbana formal. Nesse sentido, o Estado amplia a sua intervenção mediante a instalação de uma série de serviços úteis à sociedade, dentre os quais se destacam, como argumentou Delle Donne (1978, p.140), os seguintes:

[...] cursos escolares para desadaptados, equipas psico-sociológicas, assistentes sociais, hospital psiquiátrico, prisões, formas particulares de persuasão, ostracismo social [...] formas de assistência e de caridade, instituições de reeducação, tribunais de menores, cursos de preparação para o exército, guerras etc., são todos aparelhos criados para recuperar a inadaptação visto que ela não pode ser tolerada para além de certos limites; se a inadaptação social de casual e errático processo minoritário tender a tornar-se uma presença sistemática no sistema social, isso significa que a organização, que liga cada estrutura social singular às outras (e com a integridade de sistema social), e ainda o contrôle [sic] exercido sobre essas estruturas sociais, não funcionam de maneira adequada.

Diante do exposto, não somente estamos observando o crescimento, a expansão, a diversificação e a modernização dos serviços como também o reforço do seu papel no processo de urbanização e da estruturação de uma sociedade de consumo e para o consumo. E isto, privilegiando as camadas sociais que possuem as condições efetivas para consumirem o que a sociedade de consumo lhes oferece, esquecendo-se de que os destinos de uma sociedade estão vinculados a processos que ultrapassam a mera dimensão do consumo, sendo esta apenas uma das suas facetas.

Enfim, a participação dos serviços no Produto Nacional Bruto (PNB) das sociedades contemporâneas tem aumentado progressivamente, nas escalas do tempo e do espaço, em praticamente todos os países do mundo. Porém, isto tem acontecido de modo a obedecer a uma dinâmica global que se faz específica devido à diversidade inerente a cada lugar, em função notadamente das especificidades socioeconômicas e culturais atuais das suas populações. Santos (1997) nos lembrou do desenvolvimento, hoje, das principais categorias dos produtos e serviços relativos à revolução científico-tecnológica dos nossos dias:

1) inovações ligadas à mídia radio-televisiva (estações locais de rádio e televisão, vídeos, televisão por cabo); 2) novos serviços ligados à rede telefônica (secretaria eletrônica, tele-alarmes, fax, reuniões à distância); 3) microcomputadores e computadores domésticos, utilizados em jogos, na gerência das atividades e do orçamento doméstico, no aprendizado, como carnê de endereços...; 4) produtos novos nascidos da combinação das três precedentes categorias (videotexto, teletexto, bancos de dados, transferências bancárias eletrônicas); 5) produtos que invisivelmente incorporam componentes eletrônicos (máquinas fotográficas, câmeras cinematográficas, jogos, aparelhos domésticos, automóveis). (Ibidem, p.142)

Isso tudo visando, principalmente, promover a rapidez quanto à difusão da informação e da comunicação, propiciando, assim, um retorno mais rápido do capital investido e, por sua vez, uma acumulação cada vez mais célere. São esses aspectos que configuram as novas centralidades espaciais de uma sociedade que se chamou de *sociedade informacional*, em seu pleno processo neoliberal agravador das perversidades do capitalismo. Daí porque se tem necessidade de desenvolver, ao mesmo tempo, serviços de enquadramento. Trata-se, enfim, da mesma lógica de desenvolvimento geográfico desigual capitalista à qual se deu uma “nova” definição – a de globalização – para que se pensasse que algo de fato novo estaria acontecendo no mundo.

Mas quando e em que medida teremos uma distribuição consequente – espacialmente equilibrada e socialmente justa – dos serviços indispensáveis, ao mesmo tempo, à vida dos homens e das mulheres, os serviços sociais comprometidos com a formação da cidadania? Lojkine (1981) tentara responder a esta questão, defendendo a tese segundo a qual isso ocorreria:

[...] na medida em que o critério determinante for não mais a lógica do lucro em escala internacional [...] mas sim o desenvolvimento equilibrado das regiões, que será possível substituir a segregação urbana por um real equilíbrio espacial entre atividades e qualificações, entre residências e atividades e entre diferentes camadas sociais tendo um acesso cada vez mais igual aos diversos meios de consumo coletivos. (Ibidem, p.317)

Nas lutas para fazerem valer o *direito à cidade* das pessoas, conforme Santos (1987; 2000) e Castells (2013), os movimentos sociais também se utilizam dos benefícios dos objetos espaciais técnicos do próprio meio técnico-científico-informacional, buscando a produção de espaços em que desigualdades e injustiças espaciais sejam eliminadas de uma vez por todas.

2.3-A Mundialização⁴⁹ e a Terciarização da Sociedade: “Aperfeiçoamento” do Meio Técnico Científico Informacional

⁴⁹ A mundialização não é um processo novo, pois ele acontece há aproximadamente cinco séculos, tendo contribuído para a (re) formulação socioespacial das atividades econômicas, ao longo das suas fases de aventura (a dos grandes descobrimentos), consolidação (a da implantação dos sistemas coloniais) e internacionalização (a do aumento dos fluxos econômicos entre os vários países) no mundo. No século XIX, Marx e Engels diziam que, “[...] na história existente até aqui é certamente um fato empírico que os indivíduos singulares, com extensão da atividade para uma atividade histórico-mundial, tornam-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho [...], um poder que se torna cada vez maior e que se revela, em última instância como **mercado mundial**. (*Op. cit.*, p. 54) (destaque dos autores) Ademais, segundo esses autores, isso acontecia “[...] quanto mais os círculos singulares que atuam uns sobre os outros se expandem no curso desse desenvolvimento, quanto mais o isolamento primitivo das diferentes nacionalidades é destruído pelo modo de produção desenvolvido, pelo intercâmbio e pela divisão do trabalho que surge de maneira natural entre as diferentes nações, tanto mais a história torna-se uma história mundial”. (Ibidem) Hoje em dia, a fase contemporânea da mundialização é conhecida pela denominação de globalização, devido não somente ao aumento dos fluxos entre os países e à queda de barreiras alfandegárias (internacionalização), mas também ao início do processo de integração entre os seus principais (na produção, nas finanças e na tecnologia)

2.3.1-Globalização: entre a realidade e o mito

A globalização é um processo, concomitantemente social e espacial, que, representando a continuidade história da lógica do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, continua a produzir perversidades (realidades), fábulas (mitos) e possibilidades (alternativas), tal como definiu Santos (2000) em uma das suas mais brilhantes reflexões no âmbito da filosofia da geografia. A globalização, portanto, fase contemporânea do processo de mundialização, possui vários elementos que a distingue das fases que a precederam.

O primeiro diz respeito à **desindustrialização**, ou melhor, à intensificação do processo de desmonte da rigidez do setor produtivo das tradicionais regiões industrializadas. Como consequência, temos a transferência das atividades produtivas para outras regiões que oferecem melhores condições – vantagens comparativas, sobretudo, artificiais – de desenvolvimento urbano ao capitalismo, visto que apresentam maior flexibilidade em termos da organização da produção, do trabalho e do espaço geográfico.

Convém ressaltar, entretanto, que, ao contrário do que se afirma hoje, as atividades do setor produtivo – seja no campo industrial, seja no agropecuário – não estão morrendo e nem desaparecendo. O que ocorre é que elas adquirem novas formas no seu acontecer, sob os novos processos de organização do capital, do trabalho e do espaço. Em países como o Japão e a Alemanha, por exemplo, afirma Castells (1999), elas continuam importantes e presentes nas suas economias, inclusive com formas tradicionais de organização, reforçando a chamada *sociedade dos serviços* no âmbito de uma nova sociedade industrial.

O processo de desmonte da rigidez das atividades secundárias instaladas nas grandes e médias cidades das regiões que já foram um dia as mais industrializadas do globo terrestre, bem como a deslocalização⁵⁰ provocaram o crescimento industrial acelerado em vários destes países dentre os quais se situa o Brasil, chegando mesmo a esboçar o que Alain Lipietz chamou de *fordismo periférico* em algumas regiões desses países a exemplo do Sudeste brasileiro.

A **desconcentração espacial** das atividades industriais a partir da deslocalização das suas unidades produtivas, de escritórios e de serviços vinculados à extensão das funções centrais do capitalismo tem sido uma expressão da necessidade, da parte dos centros dirigentes mundiais, de procurar ambientes mais favoráveis à acumulação global. Trata-se de uma organização desconcentrada da produção cuja matriz se acha ainda nos países de capitalismo avançado. Isto tem contribuído para o favorecimento da criação de centros regionais secundários, os quais representam versões reduzidas do que Nova York, Londres, Tóquio e Paris assumem na escala global da economia mundial contemporânea.

A partir da década de 1970⁵¹, o processo de deslocalização atingiu as cidades, as zonas e os bairros industriais dos países de economia menos avançada de modo cada vez mais

elementos fundamentados no desenvolvimento técnico-científico-informacional. Esta integração calcada em uma imbricada rede de transportes e (tele) comunicações encontra-se cada vez mais consolidada e integrada. Porém, essa integração é diferenciada segundo o nível de desenvolvimento socioeconômico e político de cada formação socioespacial específica, atrelado à lógica desigual e seletiva do capitalismo que transforma os centros urbanos em verdadeiros *aglomerados de guetos*, tal como disse Manuel Castells em entrevista à revista *Isto é* (1999). Desse modo, é preciso compreender esta lógica para não se deixar levar pelos slogans segundo os quais a globalização constitui fenômeno novo e panaceia para resolver a crise estrutural e conjuntural do capitalismo.

⁵⁰ O termo deslocalização aqui empregado constitui um fenômeno relativo ao movimento que transfere, com as facilidades da globalização, atividades e empregos secundários das regiões de capitalismo avançado para as subdesenvolvidas onde os custos da produção industrial (gastos com salários, infraestrutura básica, taxas de câmbio, direitos trabalhistas etc.) são mais baratos e a organização da produção e do mercado de trabalho é sempre mais flexível; o que propicia a exacerbação da exploração sobre o trabalho e o meio ambiente, a fim de auferir valores cada vez maiores.

⁵¹ Foi justamente, desde então, que o modelo fordista de organização socioespacial começou a se reestruturar sob a retomada de parâmetros do neoliberalismo. Nesse sentido, convém considerar que a *rigidez* do modelo fordista

acelerado e, quanto mais a globalização se aprofundava, mais a reestruturação das economias urbanas nestes países consolidava-se.

Em definitivo, a globalização nada mais é do que o momento atual do sistema capitalista no seu processo mais célere, intenso e instantâneo, representado pela exacerbção da dinâmica dos quatro princípios fundamentais que norteiam este sistema há, pelo menos, cinco séculos de existência, quais sejam: manutenção da propriedade privada dos diversos meios globais de produção, crescimento econômico para produção de mercadorias, venda e exploração da força de trabalho e a busca do lucro fácil a todo custo. No que diz respeito especificamente à exploração do trabalho:

Antes de tudo, o motivo que impele e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior expansão possível do próprio capital, isto é, a maior produção possível de mais valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho. Com a quantidade dos trabalhadores simultaneamente [sic] empregados cresce sua resistência e com ela, necessariamente [sic], a pressão do capital para dominar essa resistência. A direção exercida pelo capitalista não é apenas uma função especial, derivada da natureza do processo de trabalho social e peculiar a esse [sic] processo; além disso, ela se destina a explorar um processo de trabalho social, e, por isso, tem por condição o antagonismo inevitável entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração. (MARX, 1985, p.380)

Não existe a menor dúvida que a tendência do capital, com a proibição legal definitiva de prolongar a jornada de trabalho, é de compensar-se com a elevação sistemática do grau de intensidade do trabalho e de converter todo aperfeiçoamento da maquinaria em meio para absorver maior quantidade de força de trabalho. (Ibidem, p.476)

Temos hoje, ainda, a aceleração do processo de flexibilização das atividades humanas, cada vez mais significativo, visando à exploração da força de trabalho para a busca do lucro a todo custo. Isso tem levado à redução do trabalho – pelo menos na sua perspectiva “formal” – como uma das dimensões centrais do capitalismo, aprofundando ainda mais a chamada questão do trabalho diante dos imperativos da globalização. No que tange à questão relativa à força de trabalho, ainda sob os parâmetros do marxismo:

Paralelamente a essa tendência [redução do proletariado], há outra também extremamente significativa, dada pela *subproletarização* do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculados à ‘economia informal’, entre tantas modalidades existentes. [...] essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a consequente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial. (ANTUNES, 2002, p.52)

Muito além da precarização do mercado de trabalho, chegou-se, hoje, a descartar as pessoas que, como se fossem lixo, não serviriam mais para o capitalismo dos nossos dias. A longa história dessa perversidade, para Baumann (2005), pode ser resumida da seguinte forma:

começou a se desmanchar segundo uma lógica fundamentada no modelo de *acumulação flexível* do capital. Todavia, concordamos com Harvey (1996) quando este prefere definir o contexto atual do capitalismo como um momento de transição entre o fordismo e a acumulação flexível na qual convivem, portanto, elementos inerentes aos dois modelos de produção e de vida.

[...] a nova plenitude do planeta significa, essencialmente, *uma crise da indústria de remoção do refugo humano*. Enquanto a produção de refugo humano prossegue inquebrantável e atinge novos ápices, o planeta, passa rapidamente a precisar de locais de despejo e de ferramentas para a reciclagem do lixo. [...] A globalização se tornou a terceira – e atualmente a mais profícua e menos controlada – ‘linha de produção’ de refugo humano ou de pessoas refugadas. [...] A expansão global da forma de vida moderna liberou e pôs em movimento quantidades enormes e crescentes de seres humanos destituídos de formas e meios de sobrevivência... (Ibidem, p.13-14)

Esses fatores têm sido – direta e/ou indiretamente – encorajados pela postura atual do Estado neoliberal, apoiada em **práticas de desregulamentação**, muito embora estas práticas não tenham acontecido em sua plenitude como a história nos tem mostrado. Isto quer dizer que, sobretudo quando as atividades basilares do capitalismo entram em crise, o Estado “reaparece” para salvá-las. A este respeito e de maneira crítica, Harvey (2010) mostra como isso acontece e, ao mesmo tempo, defende que se trata de uma escolha inconsequente e, por sua vez, insustentável da parte do Estado:

Um dos princípios básicos pragmáticos que surgiram na década de 1980, por exemplo, foi o de que o poder do Estado deve proteger as instituições financeiras a qualquer custo. [...] Grosseiramente, caberia às políticas públicas: privatizar os lucros e socializar os riscos; salvar os bancos e manipular as pessoas (no México, por exemplo, o padrão de vida da população diminuiu cerca de um quarto em quatro anos após a crise financeira de 1982). [...] As crises financeiras servem para racionalizar as irracionais do capitalismo. Elas, normalmente, levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novas esferas de investimento e novas formas de poder de classe. Mas, isto pode dar errado, politicamente. (Ibidem, pp.10-11)

Nesse contexto, o papel do Estado tornou-se progressivamente mais limitado, pela ideologia neoliberal, a intervenções tênuas e flexíveis no que diz respeito à manutenção e consolidação da expansão do valor e à aplicação da regulamentação restrita das relações de trabalho, isto é, reduzindo gastos relativos à garantia dos direitos sociais adquiridos e ratificados pelas leis trabalhistas: férias pagas, décimo terceiro salário, aviso prévio, pisos salariais, licença à maternidade e à paternidade etc. Em outras palavras, o Estado continua estimulando e promovendo o acontecer das atividades que possuem efeitos positivos no mercado econômico, promovendo: abertura do mercado interno, desregulamentando o comércio e o sistema financeiro internos e extinguindo o controle dos preços; mas, simultaneamente, controlando as taxas de câmbio com o intuito de estabilizar os preços no país. Isso tornou o Brasil mais dependente do capital volátil global (SINGER, 1998), consolidando a grave situação da crise do setor produtivo, uma vez que este setor não é mais a “menina dos olhos” das classes hegemônicas que decidem os rumos da globalização. Portanto, o Estado continua importante no que tange à manutenção do dinamismo da globalização como fase atual do capitalismo.

Os aspectos supracitados, em seu conjunto, formam um **mundo cada vez mais perverso** cuja lógica verdadeira precisa ser ocultada pelos seus agentes, a partir de imagens falsas da história real, para continuar existindo. A este respeito, Santos (2000, p.18) argumentou que: “Este mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade certo número de fatias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação”. Neste mesmo sentido, não podemos deixar de considerar também as palavras que seguem, agora de outro pensador também muito sensato que também vê a globalização a partir de uma visão crítica e consciente do seu verdadeiro significado para a sociedade dos nossos dias. Em assim sendo, afirma Bauman (1999, p.7) que:

A ‘globalização’ está na ordem do dia; uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. Para alguns, ‘globalização’ é o destino irremediável do mundo, um processo irresistível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos sendo todos ‘globalizados’ – e isso significa basicamente o mesmo para todos.

É, portanto, mediante essa palavra mágica/globalização – o discurso único da globalização – que as classes hegemônicas formulam e vendem suas fantasias de emprego e mobilidade socioespacial para todos (CASTILHO, 2002), enfim, de melhores condições de vida para o futuro. A organização espacial tem cumprido um papel eficaz nesse sentido: revitalizando espaços e criando pólos terciários a partir dos quais se elaboram o *city marketing* para vender imagens de cidades capazes de competirem entre si em um mundo cada vez mais, pelo menos nos setores produtivo e financeiro, “globalizado”. Na verdade, estamos todos sendo globalizados, porém não da mesma maneira.

Em Recife, por exemplo, sobretudo ao longo dos anos 1990, uma variedade de pólos terciários foi elaborada e produzida, notadamente ao nível do discurso político-administrativo, com a finalidade de suscitar fantasias em termos de integração e mobilidade socioespacial: Pólo Médico-Hospitalar, Pólo de Informática, Pólo de Ensino e Pesquisa, Pólo Turístico, Pólo de Lazer e Entretenimento, Pólo de Gastronomia etc. É interessante notar que o uso do termo *pólo* continua sendo evocado principalmente em razão da sua aderência ao termo desenvolvimento, que representa um desejo de todos. Daí o forte significado não somente ideológico, mas também imaginário que ele carrega consigo. Pólo e polarização são termos que continuam exercendo papel importante ao nível ideológico em qualquer sociedade, notadamente em sociedades com permanentes, fortes e visíveis desigualdades e injustiças espaciais. Por isso é que eles aparecem e reaparecem, frequentemente, nos discursos dos homens políticos e empresários locais, sustentando a realização de ações no espaço voltadas para melhorar a imagem da cidade e, por sua vez, encorajar a entrada de investimentos estrangeiros e a geração de empregos e rendas. Mas isso, sobretudo, visando à obtenção de benefícios político e econômico próprios:

O avanço que não conduz a uma realidade promissora não tem futuro. O grande erro da maioria das estratégias preconizadas para o terceiro mundo nos anos 50 e 60 [do século XX] foi ter negligenciado este ponto. Acreditava-se [e ainda se acredita hoje] que a criação de ‘pólos de desenvolvimento’ desencadearia efeitos positivos no conjunto dos setores econômicos. Mas um conjunto de atividades supostamente motoras, implantado num deserto econômico [esse deserto pode ser entendido como uma realidade de fortes desigualdades territoriais], não propaga nada. Daí resulta o fracasso de muitas políticas de industrialização. A questão do meio de propagação é tão importante quanto a do estabelecimento de atividades de vocação dinamizadora. O meio de propagação é, antes de mais nada o *tecido social*, finalidade mas também suporte da atividade econômica. É preciso ter o raciocínio muito curto para pretender basear o desenvolvimento desta no sacrifício daquele. (PASSET, 2002, p.276-277, itálicos no original)

Sem, portanto, pensar também na natureza do tecido social, ou melhor, territorial de uma sociedade, essas ações fundamentadas na teoria dos pólos de desenvolvimento mediante a modernização da sociedade só provocam enclaves, focos de crescimento econômico sem, por sua vez, irradiar o desenvolvimento para os seus entornos espaciais. Nesse sentido, cabe resgatar a ideia de Furtado (2002) segundo a qual não podemos confundir modernização com

desenvolvimento, na medida em que nem sempre a modernização – promovida pelos pólos – promove o desenvolvimento que almejamos.

Diante do que acabamos de expor, a globalização é, ao mesmo tempo, realidade e mito. Realidade, na medida em que a revolução no âmbito das técnicas, da ciência e da informação tem, efetivamente construído novos meios geográficos, ou seja, o *meio técnico-científico-informacional*, mediante o qual o capitalismo consegue, hoje, dar continuidade ao seu processo permanente de reprodução e expansão dos setores econômicos primordiais propiciadores da acumulação de capital. E mito, na medida em que somente os setores garantidores do processo de acumulação de capital, em tempo cada vez mais rápido, é que se globalizam, em detrimento dos setores ligados à vida social os quais, quando muito, conseguem somente promover acesso a algumas migalhas sobrantes visando suavizar a exploração e precariedade existente no mundo da vida social e, por conseguinte, mantendo a estrutura territorial vigente.

2.3.2-Terciarização do espaço: produto ou condição da globalização?

No processo que se convencionou chamar de reestruturação⁵² da economia mundial, a terciarização tem adquirido importância grande e estratégica, sobretudo no que concerne ao fato de promover, ao mesmo tempo, um considerável crescimento dos serviços e, pelo menos aos níveis do concreto e abstrato, possibilidades de engajamento de indivíduos nos objetos espaciais técnicos mediante os quais os serviços se concretizam – seja por meio da criação de empregos, seja pelo da elevação do número de ocupações. Convém lembrar, entretanto, que essa terciarização adquire novos conteúdos, na medida em que acontece de modo mais flexível, sobretudo nos períodos das crises do capitalismo.

Nos países de capitalismo avançado, a diminuição dos empregos na produção industrial vem sendo compensada, em princípio, pelo aumento das ocupações nos serviços atrelados, mormente, à produção tais como os inerentes à publicidade, ao *marketing*, à formação educacional e profissional, à pesquisa, à comercialização de produtos, à contabilidade, à administração, aos seguros, à segurança etc. (BAILLY & COFFEY, 1994; ECALLE, 1989; SASSEN, 1991; DANIELS, 1993), embora os postos de trabalho que estejam sendo criados não sejam suficientes para absorver a maioria dos indivíduos a partir de relações formais de trabalho. Trata-se de empregos que exigem qualificações atinentes às vicissitudes do momento atual, aumentando mais a seletividade do mercado do trabalho⁵³.

Dessa maneira, à medida que um grande número de serviços desempenha papéis cada vez mais relevantes na melhoria da competitividade entre as empresas de produção, no seio do mercado globalizado, vem-se aprofundando uma maior imbricação das atividades secundárias com as terciárias, a qual, como vimos, remonta ao período do meio técnico-científico. A deslocalização das atividades produtivas dos núcleos urbanos das metrópoles tem deixado um

⁵² Estamos considerando a reestruturação (econômica, social, espacial, etc.) como um processo de reorganização socioespacial da economia mundial. Uma reestruturação de fato – de qualquer que seja a dimensão do real – implicaria em mudança estrutural, o que não está ocorrendo de fato. Ao contrário, o que assistimos atualmente é à reorganização das práticas de trabalho, produção e vida, como ajustes espaciais inerentes às necessidades do capitalismo e não à mudança do seu conteúdo.

⁵³ Aqueles indivíduos que não dispõem da qualificação exigida pelo mercado formal de trabalho, não têm outra alternativa senão a do seu engajamento em atividades terciárias informais e/ou clandestinas. Taís mecanismos têm se desenvolvido a tal ponto que se fala em um processo de informalização da economia e isto em todos os países do mundo, seja nos países de capitalismo avançado, seja nos demais. Em Recife, esse tipo de terciário já se faz presente desde o início da sua formação histórica, econômica e territorial como veremos mais adiante, pela própria posição que esta metrópole ocupou na divisão – nacional e internacional – do trabalho no âmbito do desenvolvimento geográfico desigual.

vácuo relativo à sua propensão para empregar força de trabalho em massa, o qual tem sido progressiva e frequentemente ocupado por atividades terciárias. Ademais, a maior flexibilidade no que tange, sobretudo, à sua fixação no espaço e à propensão para o engajamento de pessoas também contribuiu para essa expansão, muitas das quais procuraram (re) qualificar-se para a sua possível (re) inserção – e mesmo integração – no mercado urbano formal de trabalho.

Enquanto, geralmente, as cidades globais atrairiam atividades de comando e controle da economia global, as internacionais e regionais atrairiam as filiais ou sucursais daquelas atividades de comando, muitas vezes sob a forma de *franchises* ou *joint-ventures*. Contudo, ainda que existam diferenças marcantes no tocante ao papel das decisões e à natureza do processo de expansão dos serviços no âmbito do jogo de relações estabelecidas hierarquicamente entre as cidades globais, internacionais e regionais, nas mais variadas escalas do seu acontecer, essas cidades conhecem um processo dinâmico de expansão dos serviços sobre seus espaços, absorvendo parte da força de trabalho licenciada do setor secundário.

Em outras palavras, as cidades globais concentrariam funções e serviços centrais que lhes dão o poder de controle sobre as relações de trocas, pela sua capacidade de organização da informação e da comunicação, apoiada no seu meio técnico-científico-informacional. Logo, elas constituem capitais políticas, econômicas e intelectuais, de acordo com suas escalas regionais, nacionais e globais (BONNET, 1994).

Os serviços centrais compreenderiam aqueles inerentes aos ramos financeiro, jurídico, de gestão geral, de inovações; bem como ao estilismo, à administração, ao pessoal, à produção, à tecnologia, à manutenção, aos transportes, às comunicações, à distribuição em atacado, à publicidade, aos serviços de limpeza, à segurança, à estocagem, aos bancos, aos seguros, ao imobiliário, à contabilidade, às associações profissionais (SASSEN, 1991), todos, em seu conjunto, com poder de decisão e atuando em escala mais global.

As diferenças entre centros e periferias, como afirma Noyelle (1994), também se achariam visíveis, no que concerne ao tipo de categorias socioprofissionais que lá se concentram: nos centros, encontrar-se-ia, em aumento progressivo, a concentração do número das categorias mais bem pagas dos executivos, administradores e especialistas e, ao mesmo tempo, em diminuição, encontrar-se-iam os empregados de escritórios administrativos e dos serviços em domicílios. Por outro lado, nas periferias ocorreria o contrário, ou seja, aquelas categorias seriam menos numerosas do que estas últimas. Nesse sentido, ele questionou em que medida se pode abandonar, sem regatear, o conceito de centro-periferia, muito embora tenhamos que considerar as novas configurações e significações recentes em termos da natureza desse conceito.

A concentração das funções centrais em um número relativamente restrito de lugares das cidades globais torna-se, portanto, um fenômeno corriqueiro dos nossos dias. Em assim sendo, as desigualdades extremamente elevadas no setor dos negócios, nestas cidades, constituem a expressão geográfica da lógica da globalização em particular para os mecanismos de controle e de distribuição; mas somente as grandes cidades disporiam do poder de decisão, o qual é também indispensável ao *desenvolvimento endógeno* de qualquer região. (BAILLY, 1985)

Neste sentido, o desenvolvimento ficaria restrito àqueles lugares – cidades – que ocupariam as melhores posições na economia global, na medida em que neles se concentra o maior número dos serviços centrais que comandam a dita economia; deixando as demais cidades sob sua dependência, uma vez que estas não possuem poder nem mesmo sobre as decisões que lhes dizem respeito. Para isso, as cidades globais e internacionais constroem seus novos “espaços – bairros – empresariais” sem levar em conta os territórios historicamente construídos pelas classes sociais subalternas, os quais não interessam mais à lógica do

capitalismo atual. Com efeito, faz-se pertinente colocar que há uma forte relação dialética entre espacialidade e mundialidade, aspecto interdependente de uma totalidade que estamos chamando de mundialização, em um movimento permanente. No olhar de Carlos (2004, p.21):

[...] este movimento se realiza enquanto movimento da reprodução social, o que significa que há na história um movimento em que o processo de reprodução se realiza num outro patamar: aquele da produção/reprodução do espaço; movimento em que implodem os referenciais vindos da história. Na metrópole, por exemplo, ela se revela enquanto possibilidade de realização do capital financeiro que produz um ‘novo espaço’ composto pelos edifícios voltados aos serviços modernos, ou ainda da produção de espaços de lazer acompanhando a produção destes edifícios a partir da destruição de bairros inteiros, ‘apagando os rastros da produção anterior’. (destaques nossos)

Em assim sendo, também no Brasil, os serviços conhecem um considerável processo de crescimento, expansão, diversificação e modernização das suas atividades no espaço urbano, nas suas facetas formal e informal, ou melhor, nas dimensões, respectivamente, dos circuitos superior e inferior da sua economia urbana. Este último, representando uma compensação ao desemprego e às insuficiências das economias urbanas locais. O que dizer então de cidades como Recife na qual a desindustrialização⁵⁴ vem se superpor sobre uma realidade de metrópole de região “subdesenvolvida” que não conheceu o processo de industrialização fordista, nem o central e nem mesmo o periférico, e que, por essa razão, possui forte presença de práticas informais de organização e relações contratuais nos seus mercados de capitais, empregos e qualificação para o trabalho?

É interessante lembrar que, ao longo do processo da sua formação social, econômica e territorial, as classes hegemônicas da cidade de Recife sempre tentaram buscar opções para a elaboração de estratégias econômicas através do uso dos seus territórios e das suas territorialidades, a fim de continuarem integradas à economia mundial. Isso ocorreu em função do que esta economia tinha reservado para Recife, ou seja, tornar-se um centro regional de comércio e serviços, atrelado às atividades mediante as quais esta cidade se reinseriria continuamente à economia mundial, pela expansão das atividades agroexportadoras de açúcar, algodão, couro e, posteriormente e em menor proporção, da indústria. Hoje, essa integração faz-se, sobretudo, por meio dos serviços pessoais, sociais e de distribuição.

Diante do acima exposto, concluímos que a terciarização – com base, principalmente, no crescimento, expansão, diversificação e modernização dos serviços – é inerente ao próprio capitalismo, o qual, no seu processo permanente de reorganização, tem reservado o papel de centros terciários para as cidades e metrópoles. Nessa perspectiva, os serviços são, ao mesmo tempo, produto e condição para o próprio acontecer do capitalismo, na medida em que garantem a celeridade, intensificação e instantaneidade dos novos processos sociais. Mas, muito mais importante é indagar em que medida a terciarização é realmente interessante para os cidadãos –

⁵⁴ A desindustrialização constitui um processo que não se refere, como já dissemos, ao mero desaparecimento das indústrias de um lugar, o que nunca ocorrerá de todo; mas, sobretudo, às mudanças ocorridas no processo de produção global de bens e serviços, pela introdução de conteúdos técnico-científicos-informacionais, provocando, entre outros problemas, aqueles atinentes ao desemprego e a crises sociais. Em Recife, cidade que não conheceu nem mesmo o chamado *fordismo periférico*, este processo teve o seu maior impulso com o desmonte do seu parque têxtil, há muito tempo atrás. Com efeito, foram várias indústrias a fecharem as suas portas neste setor tais como as da Várzea, Macaxeira, Torre, Zumbi. O que se tem prolongado até os nossos dias com o fechamento de fábricas destinadas à produção de outros tipos de bens, a exemplo daquelas de cigarros (Souza Cruz) e de bebidas (Antarctica), fator que tem contribuído não somente para a redução das oportunidades de empregos existentes, como também para a exclusão social e para o agravamento da situação do desemprego na cidade.

como cidadãos –, isto é, qual a sua natureza para essas pessoas nos seus próprios lugares de trabalho, lazer, circulação e vida.

2.4-Natureza Social da Terciarização (Servicialização) da Sociedade

Partindo da participação do terciário no total de empregos gerados no país, Fuchs (1968) já havia mostrado que, em vinte anos (entre 1947 e 1967), o emprego total no setor de serviços – em bancos, hospitais, lojas, escolas – passara, nos Estados Unidos, de aproximadamente 57 para 74 milhões de pessoas; um crescimento bastante considerável, argumentando que, enquanto os serviços cresciam: “O número de pessoas empregadas na produção de bens continuava relativamente estável; o crescimento modesto na manufatura [de aço, cobre, alumínio] e na construção tem sido equilibrado pelo declínio na produção agrícola e mineral”. (Ibidem, p. 1)

Essa situação repetiu-se em todos os países de capitalismo avançado ou não. Os serviços têm constituído, portanto, a principal fonte de novos empregos⁵⁵ e, consequentemente, da garantia e/ou, pelo menos, das expectativas de se atingir a mobilidade socioespacial dos cidadãos. Várias têm sido as razões que tentam explicar esse fato, dentre as quais destacamos as seguintes: o engajamento de mulheres e de pessoas em idade avançada, em decorrência do menor esforço físico necessário e da possibilidade de trabalhar em tempo parcial; maior flexibilidade no processo de instalação de uma atividade terciária etc. A mobilidade socioespacial aparentemente mais rápida e mais fácil de ser alcançada pelos serviços tem sido apresentada pelas classes hegemônicas como possibilidade concreta, o que acontece mediante a difusão e aceitação, por parte da sociedade civil, da ideia de integração das populações locais às atividades ligadas ao setor dos serviços⁵⁶.

No que concerne à hierarquia do conjunto dos empregos nos serviços, ter-se-ia, via de regra, no ápice da pirâmide, empregos ligados aos altos escalões das grandes atividades organizacionais (políticos, chefes de governo, ministros, pessoal da administração central, diplomatas, diretores de bancos, sociedades financeiras, companhias de transporte, diretores de teatro, artistas de nível internacional, cientistas, pesquisadores, diretores e pessoal de redação de jornais e emissoras de rádio e televisão etc.); na base, encontrar-se-iam empregos mais modestos (varredores de rua, serventes, carregadores, engraxates, *office boys* etc.). Isso sem citar as categorias intermediárias, isto é, aquelas que se situariam entre os grupos superior e inferior da sociedade urbana. Encontrar-se-iam aí pessoas pertencentes às classes médias⁵⁷ das

⁵⁵ O aumento da participação dos serviços representada por uma taxa em torno dos 60,0% no PNB e na População Economicamente Ativa (PEA) constitui um dos elementos que caracterizam a era pós-industrial ou neo-industrial (BAUD et al., 1995), nos países de capitalismo avançado. Nesses países, segundo este autor, os serviços representam aproximadamente 2/3 do PNB e dos empregos mundiais. Por isso os serviços têm sido utilizados como indicador de desenvolvimento. Em sendo assim, os países menos desenvolvidos seriam os menos terciarizados, porque os de menor taxa de consumo. Mas, levando em conta, sobretudo, o nível qualitativo e não apenas o quantitativo, indagamos se isso valeria para cidades situadas em regiões subdesenvolvidas. Nestas, temos cidades consideravelmente terciárias que não são desenvolvidas. Ao mesmo tempo, de que tipo de terciário se está falando, de um terciário inferior/informal ou superior/formal?

⁵⁶ Todavia, a integração fundamentada na flexibilidade, muitas vezes extrema, nas relações de trabalho, em Recife, é sinônimo da exacerbação da informalidade, deixando os trabalhadores cada vez mais vulneráveis a vicissitudes do mercado de trabalho urbano, o qual se acha estruturado contemporaneamente mais nos empregos ditos temporários e ocasionais/avulsos e nas ocupações informais do que nos empregos permanentes. Situação que ainda se agrava na medida em que os indivíduos que vivem do trabalho não dispõem das condições concretas à sua efetiva integração socioespacial.

⁵⁷ Dizemos classes médias no plural porque esta categoria social é bastante heterogênea. Por conseguinte, costuma-se fazer subdivisões internas das quais a mais comum é aquela em que se faz uma classificação em camada média inferior, média média e média superior, baseando-se, sobretudo, em seus níveis de renda.

sociedades locais: demais funcionários públicos de todas as especialidades; bem como comerciários, bancários, profissionais liberais etc.

No setor público, os salários variavam, no período do fordismo-keynesianismo, de acordo com as diferenças entre os tipos de instituição, função exercida e qualificação de cada funcionário público. O caráter comum, segundo George (1979), dos profissionais que se integravam aos serviços públicos era traduzido pela sua inclusão dentro de uma faixa de salários estáveis, bem como pela garantia de um plano de cargos e carreiras que assegurava a estabilidade das pessoas nos seus empregos. Convém lembrar que, até os anos 1980, pelo menos no Brasil, ter um emprego público significava apenas ter estabilidade, mas também prestígio social. Hoje, ao contrário, no contexto da flexibilização do Estado, parte desses funcionários vêm perdendo prestígio social e a estabilidade torna-se cada vez mais flexível, sobretudo, no caso dos funcionários que se ocupam dos setores vinculados aos serviços sociais.

Mas o processo de desvalorização do funcionalismo/serviço público não se dá sem resistências. Os protestos, as manifestações públicas e as greves atestam bem a situação de insatisfação das categorias ligadas ao aparelho do Estado, cujo conjunto forma o que Bourdieu (1998) chamava de *mão esquerda do Estado* a qual, afirma este autor, é chamada de *irresponsável* pela *mão direita do Estado* (aquele composta pelos ministérios vinculados à economia), apenas porque resiste à invasão neoliberal.

Como resultado das mudanças estruturais, temos tido o aumento do desemprego, da informalização, da vulnerabilidade e da precariedade no âmbito das relações de trabalho. Simultaneamente, também se tem notado a exclusão social das pessoas sem qualificação para continuarem no setor formal da economia urbana, que se desengajaram do mercado de trabalho formal local. Nesse sentido, somente aqueles mais preparados e que dispõem de capitais material e sociocultural⁵⁸ possuem chances concretas de integrarem-se mediante a frequentação de cursos de (re) qualificação ou do acesso a programas de apoio técnico e financeiro à abertura de pequenos negócios.

Tais mecanismos justapõem-se àqueles que já são, portanto, inerentes à formação social, econômica e territorial das cidades brasileiras, isto é, à permanência das atividades regidas por práticas informais. Essas formas do terciário sempre tiveram momentos de expansão e estagnação devido às vicissitudes do setor de mercado externo, quando os seus momentos de expansão eram sucedidos pelos de estagnação (FURTADO, 1976). Estes últimos têm contribuído para o avanço das atividades regidas por práticas informais, representando alternativas de ocupação e sobrevivência tanto para os desempregados quanto para os que nunca tiveram um emprego (formal), o que ainda permanece e se consolida nos dias que correm.

Por isso é que, em muitos lugares, a flexibilidade tão exaltada por setores das classes hegemônicas já faz parte do cotidiano socioeconômico de muitos lugares, o que se faz problemático, principalmente, quando ela significa informalidade na sua forma mais precária. Em Recife, por exemplo, a flexibilidade faz parte da história da sua formação social, econômica e territorial, na medida em que o apelo a práticas flexíveis de engajamento de pessoas no mercado de trabalho e na organização da iniciativa econômica constitui uma estratégia muito utilizada no tempo. Tanto que mesmo empresários formais locais utilizam-se desse mecanismo, visando à redução dos custos dos seus empreendimentos.

⁵⁸ Enquanto o *capital material* refere-se, sobretudo, ao montante monetário investido em sua própria pessoa no sentido de conseguir a qualificação que lhe garanta melhor posição no mercado de trabalho (dinheiro para custos atinentes a passagens, inscrições, aquisição de apostilas etc.); o *capital sociocultural* refere-se ao acúmulo de conhecimentos, informações e relações sociais sem os quais não se pode completar a sua inserção (conhecimento da língua portuguesa, de uma língua estrangeira, de matemática, de conhecimentos gerais, atualização com relação às notícias do dia-a-dia, relações de amizade com alguém que já se acha inserido no mercado etc.). (CASTILHO, 2002)

Faz-se, então, necessário compreender o todo socioeconômico a partir do movimento das diferentes partes que o compõem de maneira funcional e dialética. Desse modo, Singer (1974, p.13) argumenta que a

[...] harmonia do todo resulta da simbiose entre suas partes componentes: economia capitalista e economia pré-capitalista para Rosa Luxemburgo, setor privado e setor público para Keynes. [...] Ambos os autores, enfim, concebem que, no término do processo, verifica-se uma transformação estrutural, isto é, que a proporcionalidade entre os setores que definem a estrutura, ao fim de certo prazo, estará definitivamente alterada.

Paralelamente, mudanças ocorridas no seio das relações de produção no meio rural, a exemplo da substituição dos engenhos bangüês pelos engenhos centrais e, posteriormente, pelas usinas na Zona da Mata, da proletarização, da desruralização da população rural e da sua transferência para as médias e grandes cidades do Nordeste constituíram, em seu conjunto, fatores importantes que explicam o elevado crescimento populacional na Região Metropolitana do Recife (RMR) (SINGER, 1974; MELO, 1978) onde os recém-chegados dedicavam-se ora às atividades secundárias, ora às terciárias. Neste caso, geralmente como “biscateiros” ou “quebragalhos” como se diz popularmente.

Argumentou Castells (1977, p.71) que a urbanização latino-americana caracterizou-se pela não relação direta entre emprego industrial e urbanização, pelo forte desequilíbrio na rede urbana em benefício de uma aglomeração preponderante, pela aceleração crescente do processo de urbanização, pela ineficiência de emprego e serviços prestados para as novas massas urbanas e, por conseguinte, pela acentuação da segregação “ecológica” por classes sociais e polarização do sistema de estratificação ao nível do consumo. A despeito das mudanças ocorridas no conjunto desse quadro exposto por Castells, permanecem ainda as situações de empregos precários repercutindo na prestação de serviços de modo ineficiente. Isso se deve, sobretudo, à desqualificação de parte significativa dessa força de trabalho, à exploração desta pelas classes hegemônicas e ao “despreparo político” da sociedade para uma participação plena na gestão do Estado.

O processo de crescimento urbano, até os anos 1970, sem o desenvolvimento paralelo da capacidade da sua economia para a integração de pessoas pobres no seu mercado de trabalho formal, aprofundou a situação do que Bairoc (1985) denominou *inflação urbana*, suscitando diversas alternativas de “integração” no mercado de trabalho local. Com efeito, o mercado de trabalho em Recife possui especificidades históricas ligadas à sua economia informal.

Portanto, ao lado do circuito superior – “formal” – no que tange à qualificação e ao engajamento de pessoas, instalou-se um circuito inferior – “informal” – nas economias urbanas situadas em regiões subdesenvolvidas. Em princípio, duas tentativas de análise dessa realidade foram estabelecidas: uma fundamentada na análise dualista e outra na dialética, visando à obtenção de uma melhor compreensão da realidade socioespacial da informalidade.

De acordo com a primeira perspectiva de análise, em regiões subdesenvolvidas, geralmente as atividades econômicas desenvolver-se-iam a partir de dois setores econômicos opostos entre si: um *moderno* ou *formal* e outro *tradicional* ou *informal*, como que dois setores que se desenvolveriam em um mesmo espaço mediante relações de pura independência entre eles. Formado por grandes e pequenas empresas, o setor moderno ofereceria serviços de qualidade com preços de mercado a consumidores integrados à economia urbana formal. Essas empresas achavam-se integradas à economia internacional e recorriam constantemente ao capital estrangeiro para fazer os investimentos necessários ao seu próprio crescimento, bem como comandavam e hierarquizavam as decisões que diziam respeito à organização do mercado onde elas atuavam.

Por outro lado, constituídas por um enorme número de pequenos estabelecimentos, as empresas do setor tradicional, ofereceriam serviços com preço e qualidade inferiores àquelas oferecidos pelas empresas do setor moderno. Essas empresas achavam-se, pois, mais ligadas à economia local e regional, sendo o seu capital próprio e limitado nesta escala de atuação; possuíam fraquíssimo grau de produtividade e não acumulavam capital suficiente para a sua própria modernização. Daí a instauração da situação de maior precariedade, neste setor, tanto em termos de relações de trabalho quanto contratuais. Essa análise dualista é geralmente utilizada por pesquisadores de tendência simplista-positivista. A este respeito, Cunha e Souza (1983, p.21) dizem que:

[...] no mercado de trabalho, o pleno emprego é atingível desde que essa relação entre preços e custos possa ter livre curso. Se surge no mercado um amplo setor de subemprego e desemprego, que estabelece um dualismo, isto resulta de ineficiências, o mais das vezes resultantes de intervenções estranhas ao mercado [...]. Observe-se que a aceitação da existência de um ‘dualismo’ é bem coerente com a conceituação neoclássica: ou seja, é algo estranho, é um ‘epifenômeno’, que pode desaparecer desde que se eliminem os obstáculos ao pleno funcionamento do mercado.

Essa análise tornou-se assaz pobre na medida em que os dois setores apontados foram tomados como isolados entre si, reduzindo-se a meros fragmentos de uma totalidade e sem conexão com o processo de totalização que a constrói, em movimento contínuo e inacabado. Ademais, quando se buscou explicar a problemática urbana – pobreza e informalidade – a partir de fatores externos à cidade, ou seja, do êxodo rural, mascarou-se sua verdadeira natureza. A respeito do problema da informalidade, procurando explicar sua verdadeira natureza social, Vasconcelos (1985) disse que:

A fraqueza das atividades capitalistas, bem como as rígidas estruturas de propriedade, obrigaram um importante contingente das populações a criar, por elas mesmas, atividades de sobrevivência (tais como o comércio ambulante e os ‘biscates’), o que provocou o aumento do efetivo de pessoas engajadas nas atividades informais. É preciso acrescentar, também, a ausência de um sistema de seguro-desemprego (no conjunto do país) e o fato dos baixos salários pagos pelo setor capitalista. (Ibidem, p. 123)

A perspectiva dualista da análise da economia urbana já foi, portanto, alvo de outras críticas profundas não somente na geografia, mas também na sociologia. Isso para ficar apenas nas contribuições destes dois campos do conhecimento científico. No que diz respeito à sociologia, Oliveira (1987, p.36) disse o seguinte:

O processo [de crescimento econômico], em seus vários níveis e formas, constitui o modo de acumulação global próprio da expansão do capitalismo no Brasil no pós-anos 30. A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual mas combinada, é **produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 30, que da existência de setores ‘atrasado’ e ‘moderno’**. Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. [...] Nas condições concretas [...], o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder, em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributivista – como querem alguns – transformaram-se no pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir. (destaques do autor)

Nesse mesmo sentido, Oliveira (Ibidem, p.33-4-5) ainda nos disse que:

Em poucas palavras, o fenômeno que existe não é o de uma ‘inchação’ do Terciário. O tamanho deste, numa economia como a brasileira, do ponto de vista de sua participação no emprego total, é uma questão estreitamente ligada à acumulação urbano-industrial. [...] Esses tipos de serviços [consumo pessoal], longe de serem excrescências e apenas depósito do ‘exército industrial de reserva’ são adequados para o processo da acumulação global e da expansão capitalista, e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração da renda...

A perspectiva dualista da realidade socioeconômica dos países latino-americanos levava, por outro lado, a proposições, sobretudo, de cunho reformista, em vez de estimular proposições no sentido da mudança efetiva da realidade concreta calcada em uma forte desigualdade socioespacial inerente ao desenvolvimento geográfico desigual. Voltando à contribuição da Geografia, foi Santos (1979, p.204) quem mais inovou, ao ter defendido que:

Os dois circuitos não são dois sistemas isolados e impermeáveis entre si [...], estão em interação permanente. De um lado, a própria existência da classe média impede de se falar em circuitos fechados. Seu consumo dirige-se a um e outro circuito com freqüências variáveis. De outro lado, o funcionamento de cada circuito compreende uma articulação interna ou horizontal com diferentes graus de integração e uma articulação vertical que se realiza pela comunicação entre atividades dos dois circuitos.

Ao se adotar a perspectiva de análise dialética, tem-se que, no processo de uma relação de interdependência, uma modificação do/no comportamento em uma das partes da relação compromete a estabilidade do todo da realidade socioespacial. Desde então, evidenciou-se a construção de relações de reciprocidade e inter-relação dialética entre informal e formal, no seio de uma formação social, econômica e territorial historicamente estabelecida e em movimento contínuo. Comentando a contribuição de Milton Santos, na perspectiva do estudo das redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos, Corrêa (2001, p.73) reforçou que:

Os dois circuitos econômicos [...] não podem ser vistos como constituindo um dualismo ou uma dicotomia urbana. Constituem, ao contrário, uma bipolarização, pois possuem a mesma origem, o mesmo conjunto de causas, apresentando-se interligados. [...] A longo prazo, entretanto, prevalece a dependência do circuito inferior ao superior.

Neste sentido, o setor informal assegura o engajamento, nas economias urbanas locais, de um grande número de pessoas que haviam sido alijadas do setor formal atendendo a um mercado consumidor local que não teria *a priori* condições materiais para adquirirem o equivalente junto aos estabelecimentos formais de serviços. É por isso que, para muitos autores, o informal tem funcionado como *setor refúgio*, *setor recepção*, *setor primitivo*, ou mesmo, fazendo uso de uma expressão popular, como *válvula de escape* para o atendimento das necessidades dos fluxos de pessoas que continuam desprovidas dos capitais material e sociocultural para conseguirem inserção no mercado de trabalho formal nas grandes cidades do País. Com isso, a informalidade desempenha em muitas cidades, historicamente, um papel pragmático e ideológico bastante eficaz no que tange à manutenção dos interesses globais das classes hegemônicas.

Nessa perspectiva, o informal tornou-se cada vez mais presente em muitas economias urbanas, visivelmente presente nas paisagens, por exemplo, das cidades brasileiras. Pesquisas empíricas têm demonstrado que as ocupações informais levam as pessoas, no máximo, à situação de sobrevivência em um mercado cada vez mais precário e perverso do que à mobilidade socioespacial concreta, e que as melhorias das condições materiais de existência dos trabalhadores na informalidade não ultrapassam a dimensão quantitativa do problema. Ainda

não se encontram pessoas que, mediante a sua inserção na informalidade, conseguiram a sua mobilidade socioespacial. Como então pensar em desenvolvimento urbano com a permanência da informalidade? A informalidade compreende um conjunto complexo de relações sociais significativas, mas não é a saída definitiva para o desenvolvimento. Ela deve ser completamente repensada, pelo menos tal como se apresenta concretamente hoje. Procurando repensá-la, afirma Oliveira (2000, p.80) que:

Como mostra Robert Castel, as chamadas novas exigências de qualificação para o trabalho constroem-se pela negação das características do trabalho atual. Se prestarmos bem atenção, se o trabalho informal – este sobre o qual tanto se produziu na América Latina [...] – se o trabalho informal era o oposto do trabalho formal, mas definido por este, a operação hoje é inversa. Trata-se de definir características e atributos dos processos de trabalho e do trabalhador pelo trabalho informal. Bem observadas, polivalências e flexibilização, e até mesmo uma autonomia perversa podem ser encontradas em qualquer trabalhador desempregado que se ocupam de atividades que variam semanalmente: polivalentes, pois que exigem flexibilidade para numa semana vender excedentes de flores em cada cruzamento e, noutra, estar vendendo walkmans nos mercados ambulantes. Tudo isso requer ‘autonomia’ dos trabalhadores, para mudar de rumo e atividade. A operação em curso tenta, pois, desvestir o trabalho do estatuto antimercadoria que foi construído pelo conflito social. Este é o desafio.

Em nome da flexibilidade da *acumulação flexível*, as relações de trabalho informais vêm assumindo progressivamente um papel importante na sociedade contemporânea. Mas o informal não apresenta estabilidade, destitui os trabalhadores dos direitos sociais e trabalhistas que incluem e garantem a integração dos indivíduos à sociedade. Vale ressaltar, ainda, como apontou Singer (1998, p.45), que:

[...] sendo o emprego informal contrário à lei, ele só se efetiva com a cumplicidade do trabalhador. A pressão crescente do desemprego é fator poderoso para que grande número de pessoas aceitem o emprego informal. Estas empresas estão reduzindo seu gasto com trabalho mediante a substituição de empregos formais por pessoal temporário, fornecidos por empresas locadoras de mão-de-obra e por prestadores de serviços.

É o que se chama atualmente de “terceirização”, no âmbito das relações de trabalho no circuito superior da economia urbana. Desse modo, até mesmo empresários formais da economia urbana local têm se utilizado de práticas informais de organização e de contratação a fim de manterem os seus empreendimentos em movimento. (CAVALCANTI, 1978)

A informalidade chega a tal nível de crescimento, expansão e diversificação em Recife que o seu fomento está sempre sendo manifestado nas falas, nos discursos e nos programas de governo dos homens públicos, não obstante a sua ilegalidade constitucional. Com efeito, faz-se menção ao informal quando o povo chega a perceber que o formal continua não sendo capaz de promover o tão almejado pleno emprego; porquanto o que interessa de fato às classes hegemônicas é encontrar e apresentar à sociedade, alternativas imediatas para a resolução da questão do desemprego urbano e não importando se ela será resolvida mediante o aumento do número de emprego ou de ocupações⁵⁹.

À medida que, ainda hoje, cerca de 45% da PEA em Recife encontram-se no setor informal, isto indica que quase a metade dessa população acha-se ocupada e não empregada. Existem governos locais que se utilizam do modelo das *frentes de trabalho*, semelhante àquele

⁵⁹ Enquanto o conceito de emprego implica assalariamento (permanente), resultado de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado; a ocupação compreende toda atividade que proporciona sustento a quem a exerce (SINGER, 1998, p.12-14), aqui incluídos desde o emprego assalariado até o trabalhador informal.

utilizado no meio rural chamado de *frentes de emergência*, a fim de ampliar as chances de acesso ao mercado de trabalho local, ainda que por um curto período de tempo, e legitimar-se perante a sociedade mostrando-lhe que estão fazendo alguma coisa com o objetivo de atenuar a crise urbana.

O Estado também tenta, de qualquer maneira, como argumenta Dejours (2000), fazer com que os jovens acabem aceitando as tarefas polivalentes e mesmo a situação perversa da economia contemporânea sem regatear. Ademais, continuou o autor a dizer que o: “[...] medo [de não conseguir integrar-se à economia urbana, neste caso] é permanente e gera condutas de obediência e até de submissão. Quebra a reciprocidade entre os trabalhadores, desliga o sujeito do sofrimento do outro, que também padece, no entanto, a mesma situação”. (DEJOURS, 2000, p. 52)

3-GEOGRAFIA DOS SERVIÇOS: Campo de Estudos Negligenciado na Geografia

Antes de mais nada, vale reiterar que os serviços não constituem um tema novo nem empírica e nem teoricamente, muito embora tenha sido negligenciado, durante décadas, por pesquisadores provenientes, sobretudo, do campo das ciências sociais. Procurando fazer um balanço da pesquisa acerca dos serviços urbanos, reconhecendo os problemas e as confusões em abordar tema tão difícil, Coing (1988), disse que:

O tema tem várias peculiaridades. Como todos os termos, [serviços urbanos] realiza uma divisão da realidade, reagrupando um conjunto de objetos, isolando-os de outros. Pode este conjunto ter o *status* de objeto científico? Por um lado, suas fronteiras são incertas: incluem um conjunto de infra-estruturas (sistema viário, transportes, água, saneamento...) às quais se agregam, de maneira variável, outros como a eletricidade, o telefone. Uma distinção que nada tem de científica opõe, às vezes, os serviços correspondentes às necessidades básicas a outros. Por fim, os serviços urbanos incluem, em proporções variáveis, os ‘equipamentos de superestruturas’, concernentes aos esportes, recreação, educação ou saúde. Com efeito, um conjunto vago. (Ibidem, p.86)

Por outro lado, o mesmo autor destaca dois outros problemas que estão correlacionados ao problema ora esboçado: o da *onipresença* dos serviços no urbano; e a *negligência* com relação ao seu tratamento científico. Isso porque dificilmente uma análise do urbano pode prescindir da presença dos serviços, e muitas delas não os consideraram como objeto de pesquisa. Todavia, ao final, o autor reconhece que, nos últimos tempos, tem-se visto o crescimento do interesse científico para com os serviços urbanos.

3.1-A Dinâmica Socioespacial dos Serviços: Ajustes entre a realidade e a teoria

Os primeiros estudos de geografia dos serviços foram realizados no âmbito do terciário, do qual os serviços sempre fizeram parte. Esses estudos foram feitos a partir de observações e análises empíricas baseadas nas relações entre oferta (de serviços) e procura (consumo). Isso, segundo Carreras (1992), foi reforçado pelos estudos de Colin Clark, pelos quais se considerava os três setores clássicos da economia (primário, secundário e terciário), bem como pela contribuição da revista *Economic Geography* da Universidade em que Clark trabalhava.

Com efeito, a primeira ideia que nos vem em mente quando tentamos refletir sobre os serviços acha-se na divisão das atividades econômicas acima mencionada, formulada e

difundida na década de 1930⁶⁰. Isto porque os serviços, assim como todas as atividades que não pertenciam nem ao setor primário e nem ao secundário, e que mais tarde foram inseridas no setor de atividades conhecido como serviços, eram, em princípio, inseridas no terciário. Por isto, o terciário tem sido chamado de *setor refúgio*, como dito antes.

Todavia, essa classificação da economia em três setores já se tornara, desde sua formulação, uma divisão reducionista da realidade ao limitar o primeiro setor às atividades vinculadas às práticas de exploração direta dos recursos da natureza (caça, pesca, pecuária, extrativismo vegetal, agricultura); o segundo às indústrias de transformação; e o terceiro ao comércio e aos serviços, bem como a todas as demais atividades que não pertenciam aos dois setores precedentes.

Em se tratando de um mecanismo puramente empírico, além de isolar as atividades entre si, essa classificação não auxiliava a compreensão do terciário como um conjunto de atividades humanas que faziam parte de uma dinâmica global que estrutura, em permanente relação de interdependência, as diversas dinâmicas espaciais dos lugares e, por sua vez, a vida cotidiana das pessoas. E parece-nos que o próprio C. Clark já tinha observado, na terceira edição do seu mais conhecido livro, a complexidade da referida classificação, sobretudo no que tange ao setor terciário:

É mais conveniente continuar classificando as atividades econômicas [que não podem ser classificadas no âmbito dos setores produtivos] no grupo das atividades de serviços. Naturalmente, este grupo varia entre edificação e construção; transporte e comunicação; comércio e finanças; serviços profissionais; administração pública e defesa; e serviços pessoais dos quais os serviços domésticos privados devem ser distinguidos dos serviços demandados pelas necessidades do comércio, tais como aqueles dos cafés e salões de beleza. (CLARK, 1957, p.491)

Quando defendeu o uso da categoria *service industries* em substituição à de *tertiary industries*, Clark fez referência, em nota de rodapé, ao uso da segunda pelo Professor A. G. B. Fisher, outro precursor do uso da classificação em epígrafe nos anos 1930. Nesta referência dizia Clark (Ibidem) que:

Durante algum tempo, tem sido usada a expressão 'atividades terciárias', mas sugere-se que o uso desta expressão não possui mais utilidade nos nossos dias, daí a necessidade de substituí-la pela expressão 'atividades dos serviços'. A primeira expressão tem origem nos trabalhos realizados pelo Professor A G. B. Fisher [...], tornando-se largamente conhecido através da publicação do seu livro *The Clash of Progress and Security*, em 1935. Teve a sua origem na Austrália e Nova Zelândia ao considerar as 'atividades primárias' [...] relativas à agricultura, à criação, ao extrativismo florestal, à pesca, ao extrativismo mineral, e à 'atividade secundária' [...] relativa à manufatura. Na Austrália e Nova Zelândia, esses termos eram muito usados não só em anuários estatísticos, como também ao nível das discussões do cotidiano. Por isso, a expressão 'atividades terciárias' abrange imediatamente, nestes países, todas as demais atividades oficialmente excluídas da 'atividade secundária'. Em alguns escritos do Professor Fisher, entretanto, parece que ele desejava empregar o título de 'atividades terciárias' para alguns dos mais refinados processos das manufaturas tais como: os gráficos, e também possivelmente excluindo alguns serviços a exemplo do transporte de mercadorias. Seu objetivo

⁶⁰ Consideramos que as pesquisas que levaram em conta, pela primeira vez, a divisão da "estrutura" econômica dos lugares a partir dos três setores de atividades – primário, secundário e terciário – tiveram o seu início notadamente nos anos 1930; 1940 foi o ano da primeira edição do livro de Clark – *The conditions of economic progress* – em que ele usou essa classificação a fim de nortear as suas análises. Por isso, muitos pesquisadores atribuem a C. Clark o status de precursor do uso desta classificação.

era o de chamar a atenção dos seus leitores para a dinâmica de alguns aspectos da economia, principalmente para aquelas atividades que provavelmente cresciam mais rapidamente do que outras, devido ao aumento da demanda da elasticidade da renda para os seus produtos, por razões técnicas, ou devido a mudanças quanto ao gosto.

Pela citação acima, fica ainda mais patente a complexidade no que concerne à classificação das atividades terciárias em geral. Ao mesmo tempo, ainda se constata a permanência de outro problema a ser resolvido. Em que medida, alerta-nos Clark (Ibidem, p.375), deve-se utilizar o termo atividades de serviços (*service industries*) ou simplesmente serviços (*services*)? Isso para refletir sobre o que de fato são serviços:

Nós revimos, até agora, a produtividade da agricultura, na qual incluimos a pesca e a administração florestal; da manufatura; da mineração. Permanecerá um importante resíduo que nós podemos definir, por conveniência, como 'atividades dos serviços'. Esta classificação abrange, naturalmente, uma grande variedade de atividades. Muitas delas são executadas com muito menos solicitação de investimentos de capital do que a manufatura ou agricultura; mas outras, como as estradas de ferro, estaleiros e telecomunicações, são extremamente caras no que concerne ao equipamento requerido por cada trabalhador engajado. Deve ser lembrado que nós definimos a manufatura incluindo somente aquele tipo realizado em larga escala, geralmente aquele que é lembrado em censos da produção manufatureira. Muitas das menores escalas da produção de mercadorias, tais como bancos, costureiros e sapateiros, estão excluídos deste grupo e são [...] também classificadas como 'serviços'.

Continuando a reforçar a existência de um conjunto de elementos que nos leva à complexidade da questão da classificação e do uso do termo serviços, Clark (Ibidem, p.376) continua a sua definição, indagando sobre os propósitos reais dos serviços:

Finalmente, nós podemos notar que o termo 'serviços', de jeito nenhum, implica que são necessariamente voltados para um consumidor final. Uma parte substancial da produção dos serviços, tal como aquelas atinentes ao transporte de mercadorias, à manutenção de prédios comerciais, à provisão de serviços telefônicos para negócios, etc. não são serviços voltados, no início ou nos estágios intermediários da produção, para o consumo final. Mesmo serviços como transporte de passageiros e serviços de hotel, que aparecem numa primeira visão como serviços destinados ao consumidor final, podem ser, com efeito, serviços voltados aos negócios.

Compartilhando desse mesmo problema, Andrade (1981) falou-nos da confusão quanto ao uso desta classificação nas pesquisas atinentes à geografia econômica. Segundo este autor, esta classificação:

[...] largamente utilizada, vem sendo recentemente muito criticada, em face do fato da extração de minérios ser feita hoje com a utilização de grande maquinaria, equiparando-se a uma indústria de transformação. Quanto a [classificação] terciária, englobando todos os serviços, é bastante heterogênea, de vez que agrupa desde os trabalhadores ocupados em transportes e comunicações até os ligados aos serviços de saúde, de educação, de cultura e de lazer. (Ibidem, pp.34-5)

Apesar da constatação da complexidade da economia, ainda se continuou, entretanto, a usar o modelo dos três setores da obra clássica *The conditions of economic progress* de Clark, redutores e fragmentadores do real. Enfim, sobre a contribuição e a utilização da classificação baseada nos três setores, concordamos com Oliveira (1987, p.30) quando este comentou que:

A obra clássica de Colin Clark [...] sentou as bases do modelo empírico de desagregação do conjunto das atividades econômicas nos três setores: Primário, Secundário e Terciário. Analiticamente, o modelo de Clark tem servido de paradigma para a observação das participações dos três setores no produto interno bruto, tomando-se a elevação relativa do Secundário (indústria) e do produto Terciário (dos serviços) como sinal de diversificação e desenvolvimento econômico. Sem embargo, também tem sido usado o modelo de Clark num sentido equivocado, qual seja o de confundir as relações formais entre os três setores com suas relações estruturais, isto é, com o papel que cada um desempenha no conjunto da economia e com o papel interdependente que jogam entre si. O modelo de Clark [...] assinala apenas as formas da divisão social do trabalho e sua aparição seqüencial. Quando utiliza[do] para descrever uma formação econômico-social concreta ou um modo de produção, necessário se faz indagar das relações estruturais entre os setores e do papel que cada um cumpre na estruturação global do modo de produção concreto.

Isso quer dizer que, quando se utiliza a classificação dos três setores em uma perspectiva puramente empírico-formal, não se pode, por exemplo, considerar o papel social e ideológico daqueles setores em uma formação social, econômica e espacial concreta, ou seja, dificuldando a revelação da sua natureza social. Nesse sentido, Oliveira (Ibidem, p.30-31) continuou ainda a sua apreciação acerca do uso da classificação de Colin Clark, argumentando que:

A utilização, em abstrato, do modelo de Clark tem levado, nos modelos analíticos da teoria do subdesenvolvimento, a uma interpretação equivocada que forma parte do que se chamou [...] ‘modo de produção subdesenvolvido’: neste, o setor Terciário ou de serviços estaria representado, em termos de participação no produto e no emprego, num ‘quantum’ desproporcional. Em outras palavras, [...] o setor Terciário **tem** participações nos agregados referidos que **ainda não deveria ter**: é ‘inchado’. Uma das características [...] do ‘modo de produção subdesenvolvido’ é ter um Terciário ‘inchado’, que consome excedente e comparece como um peso morto na formação do produto. Deve-se convir que um certo mecanismo de inspiração marxista também contribuiu para essa formulação: os serviços, nessa vertente teórica, de um modo geral, são ‘improdutivos’, nada agregando de **valor** ao produto social. Essa interpretação distingue os serviços de transporte e comunicações [...] dos de intermediação: os primeiros ainda seriam produtivos, enquanto os segundos, não. Conviria perguntar se a produção de serviços de intermediação ou de publicidade, por exemplo, não representam, também, **trabalho socialmente necessário para a reprodução** das condições do sistema capitalista, entre as quais a dimensão da dominação se coloca como das mais importantes: [...] ela faz parte, inclusive, da reprodução da mercadoria que distingue o capitalismo de outros modos de produção: da mercadoria **trabalho**. (destaques do autor)

Outro problema relativo ao estudo dos serviços refere-se justamente ao seu caráter dito “improdutivo”. Sobre este problema, um pesquisador pouco conhecido entre nós, a quem se pode também atribuir o uso da classificação dos três setores foi Jean Fourastié, para quem:

Os bens primários são, em geral, de origem agrícola e progresso técnico médio. Os bens secundários são produtos geralmente de origem industrial tais como os produtos manufaturados de progresso técnico intenso. Os bens terciários são produtos ou serviços de progresso técnico fraco; comumente são fornecidos pelo comércio, pela administração, pelas profissões liberais, pelo artesanato etc. (FOURASTIÉ, 1961, p.37)

Nesta citação, fica marcante o caráter depreciativo para com o terciário, colocando-o sempre como um setor que representaria progresso técnico fraco, mesmo quando já existiam

serviços sofisticados com elevado uso de capital e conhecimento destinados às grandes empresas. Por outro lado, Fourastié (Ibidem, p.39) ainda considerava a dinâmica crescente do setor no que concernia ao seu crescimento:

O serviço terciário típico é o de um quarto de um hotel de turismo; êsse [sic] serviço tem produtividade praticamente [sic] constante e seu preço é em consequência paralelo ao salário, às vezes [sic] mesmo crescente; por outro lado, a procura não cessa de aumentar em todos os países, mesmo e sobretudo nos mais progressistas, pois essa procura é tanto maior quanto mais elevado é o nível de vida.

Mas ainda se deixava, vale a pena reiterar, de se apreender e analisar as inter-relações e conexões entre esses setores no seio da sociedade como uma totalidade complexa. Disto decorreram as críticas mais contundentes ao uso desta classificação.

Emfim, o próprio Fourastié (*op. cit.*) já nos havia alertado para o fato de não considerarmos os termos atividades primárias, secundárias e terciárias como categorias rígidas e definitivamente classificadas. E acrescentava à sua reflexão, que estes termos eram apenas qualificativos, permitindo a evocação de certas situações típicas da economia, ou seja, tratava-se de um meio para facilitar o estudo da economia. Isso no sentido de acompanhar a forte dinâmica socioeconômica e espacial que o terciário vinha conhecendo, ao longo do século. Com efeito, o terciário alcançou tal nível de crescimento, expansão, diversificação e modernização que a sua própria dinâmica suscitou subdivisões no seu próprio seio, no sentido da busca de melhor apreensão da realidade. Decorrente destas constatações, tentando acompanhar a dinâmica econômica das sociedades, chegou-se mesmo a tentar atualizar a classificação de Clark, admitindo:

[...] a existência de um quarto grupo – o *terciário superior* ou *quaternário* – que englobaria os trabalhadores ocupados nos serviços técnicos mais especializados, na alta burocracia estatal e privada e ligado, sobretudo, às tomadas de decisões. É um pessoal que tem hoje grande influência tanto nas decisões políticas como nas econômicas, fazendo jus a remunerações muito elevadas. (ANDRADE, 1981, p.35, itálicos no original)

Além desse setor quaternário, atrelado também às finanças, aos seguros, ao comércio, às iniciativas empresariais e ao imobiliário; considerou-se um setor *quinário* ligado ao governo, à pesquisa, à educação, à saúde, ao lazer/turismo etc. enfim àquelas atividades que vinham sendo alvo de grandes investimentos dos setores público e privado de uma formação social, econômica e territorial. Posteriormente, notadamente no período histórico em que os serviços faziam-se cada vez mais visíveis e importantes na sociedade, também os sociólogos deram sua contribuição, tentando explicar as relações da dinâmica dos serviços com a mudança sociocultural sofrida pelas sociedades em meados do século XX. Nesse sentido, nos anos 1970, Bells (1977, p.148) já nos alertava para a consolidação de uma sociedade dos serviços, a qual ele chamava de *pós-industrial*:

Uma sociedade pós-industrial tem como base os serviços. [...] O que conta não é a força muscular, ou a energia, e sim a informação. A personalidade central é a do profissional, preparado por sua educação e por seu treinamento para fornecer os tipos de habilidades que vão sendo cada vez mais exigidos numa sociedade pós-industrial. Se a sociedade industrial se define pela quantidade de bens que caracterizam um padrão de vida, a [...] pós-industrial define-se pela qualidade da existência avaliada de acordo com os serviços e o conforto – saúde, educação, lazer, e artes – agora considerados desejáveis e possíveis para todos. [...] ‘serviços’

compreende diferentes coisas e, na passagem de uma sociedade do tipo industrial para o tipo pós-industrial, encontram-se vários estágios. [...] no próprio desenvolvimento da indústria, há uma expansão necessária dos transportes e das utilidades públicas, tidos como serviços auxiliares para a movimentação de bens, e o crescente uso da energia, assim como um aumento da força de trabalho não-manufatureira, mas ainda operária. [...] no consumo em massa dos bens e no desenvolvimento das populações, ocorre um aumento na distribuição (vendas por atacado e a varejo), nas finanças, nos bens de raíz e nos seguros, centros tradicionais de emprego. [...] com o aumento das rendas nacionais, verifica-se [...] que a proporção do dinheiro consagrado à alimentação no lar começa a baixar e que os aumentos marginais são utilizados antes de tudo, para a aquisição de artigos duráveis [...] e depois para artigos de luxo, para o lazer, e assim por diante. [C]omeça-se a se desenvolver [...] serviços pessoais: restaurantes, hotéis, postos de serviços para automóveis, viagens, diversões, esportes, à medida que os horizontes das pessoas se vão ampliando e surgindo novas necessidades e preferências.

A sociedade dita pós-industrial, geralmente, era definida como aquela que se fundamentaria basicamente em três aspectos: a geração de conhecimentos em todas as esferas da atividade econômica como fonte da produtividade; a substituição da produção de bens pela de serviços, pondo fim à produção industrial; e o crescimento do número das profissões com forte teor de informação e conhecimentos, com relação às demais. A esse respeito, vale lembrar a crítica pertinente que Manuel Castells fez ao conceito e à visão linear e estreita de sociedade pós-industrial:

[...] conhecimentos e informação, sem dúvida, parecem ser as fontes principais de produtividade e crescimento nas sociedades avançadas. Entretanto, [...] é importante notar que as teorias do pós-industrialismo basearam sua asserção original nas pesquisas [...] relativas à primeira metade do século XX nos EUA, no auge da era industrial. Isso comprova que o uso de conhecimentos como base do crescimento da produtividade foi uma característica da economia industrial, quando o emprego industrial estava em pico nos países mais avançados. [...] *A distinção apropriada não é entre uma economia industrial e uma pós-industrial, mas entre duas formas de produção industrial, rural e de serviços baseadas em conhecimentos.* (CASTELLS, 1999, p.225-226, itálicos no original)

Contra outro aspecto que era colocado como inerente à sociedade pós-industrial – o de que haveria uma mudança da produção de bens para a prestação de serviços no âmbito das atividades econômicas, pressupondo o fim da indústria – o mesmo autor argumentou com a seguinte assertiva:

É um fato óbvio que a maior parte dos empregos nas economias avançadas localizava-se no setor de serviços e que esse setor é responsável pela maior contribuição para o PNB. Mas não quer dizer que as indústrias estejam desaparecendo ou que a estrutura e a dinâmica da atividade industrial sejam indiferentes à saúde de uma economia de serviços. [...] Dessa forma, os autores [Cohen e Zysman] afirmam que a economia pós-industrial é um 'mito' e que estamos, de fato, em um tipo diferente de economia industrial. (Ibidem, p.226)

Questionando o terceiro ponto mediante o qual Solow e Kendrick tentavam justificar o advento de uma sociedade pós-industrial, ou seja, o aumento da importância das profissões (administrativas, especializadas e técnicas) com grande conteúdo de informação e conhecimentos em suas atividades, M. Castells colocou que:

Esse prognóstico também requer alguma ressalva. Diversas análises afirmam que essa tendência não é a única característica da nova estrutura ocupacional. Simultâneo a essa tendência também há o crescimento das profissões em serviços mais simples e não-qualificados. Esses empregos de baixa qualificação, apesar de sua taxa de crescimento mais lenta, podem representar uma grande proporção da estrutura social pós-industrial em termos de seus números absolutos. Em outras palavras, as sociedades informacionais também poderiam ser caracterizadas por uma estrutura social cada vez mais polarizada em que os dois extremos aumentam sua participação em detrimento da camada intermediária. (Ibidem, p.227)

Diante do que se acabou de expor, nota-se que, paulatinamente, esboçaram-se, no mundo, uma economia e sociedade dos serviços. Entretanto, muitas pesquisas realizadas, notadamente e em princípio por economistas e sociólogos, ainda analisam a realidade de maneira setorial e fragmentada, limitando-se a recortes isolados: comércio, administração e transportes; principais atividades que, classicamente, faziam parte do terciário.

Vale a pena reiterar, que, a despeito dos estudos feitos por pioneiros no campo da análise das atividades terciárias como os de C. Clark, A. Fisher e D. Bell nos Estados Unidos ou aqueles de J. Fourastié na França; as atividades terciárias foram, durante muito tempo, desprezadas, sob a influência da economia política, por outros especialistas do conhecimento científico que se dedicavam ao estudo do setor que se fazia cada vez mais visível e importante na economia urbana.

Muito antes, A. Smith e K. Marx, teóricos bem conceituados no campo da economia política, mesmo pertencendo a correntes díspares do pensamento, haviam considerado o terciário como um ramo improdutivo e parasitário, portanto indigno da sua atenção; fato que não estimulou o interesse imediato pela análise do terciário, como afirma Écale (1989). Este setor era considerado como improdutivo, porque suas atividades eram geralmente executadas por serviços para a satisfação dos seus senhores/amos. Talvez resida aí a visão depreciativa do terciário. Na geografia, pode-se notar algo semelhante, no que concerne ao desinteresse pelo terciário:

O interesse dos geógrafos [...] pelas atividades terciárias é de data relativamente recente. Eles demonstravam [...], desde há muito, uma grande devoção pelo comércio internacional [...]. Todavia, não mostravam um interesse comparável pelo comércio interno [...] e, antes da Segunda Guerra Mundial, tinham produzido mais trabalhos sobre feiras e centros mercantis medievais do que sobre funções contemporâneas de distribuição. O transporte era abrangido esparsamente e os serviços administrativos [...] eram sempre considerados não tanto um tipo de atividade econômica quanto pertencendo mais propriamente ao campo da geografia política. Atualmente [anos oitenta], tudo isso está mudado e seria difícil dizer por que motivo. **A antiga geografia econômica, tal como o mundo em que se desenvolveu, preocupava-se com o produtor. Seus problemas eram, de um modo geral, os problemas da produção: como alimentar populações de toda uma geração de novas cidades ou de velhas cidades que haviam ‘inchado’ a ponto de já não serem reconhecidas; como abastecer regiões industriais com as matérias-primas necessárias a suas fábricas, como explorar produtivamente áreas até então nunca usadas da superfície da Terra.** (PATERSON, 1982, p. 275, destaque nosso)

Ademais, o fato dos “bens” produzidos pelo terciário não terem sido até então trocados por moeda ou por outros bens, como se fazia com os bens materiais, também contribuía para sua depreciação da parte desses pesquisadores. Só recentemente, então, os serviços pessoais foram computados no conjunto do PNB em muitos lugares, tornando-se alvo das preocupações e dos estudos dos pesquisadores.

Fundamentando-se na Lei de Engels, segundo a qual o crescimento da riqueza repercutiria no crescimento mais que proporcional da demanda por bens superiores, dentre os quais se destacariam os procedentes dos serviços, pesquisadores anglo-saxões tentaram buscar as causas que explicassem o aumento do setor terciário na economia das nações. Baseando-se ainda no modelo de classificação dos “três setores”, elaborado por Clark, Fisher (1939) definiu o desenvolvimento da economia moderna a partir de três fases.

A primeira fase do desenvolvimento da economia referir-se-ia ao contexto da saturação da demanda dos produtos do setor primário, após o aumento da produtividade e da produção; bem como da mecanização e do aumento da produção de alimentos industrializados, provocando a liberação e a redução da população ocupada no setor. A segunda consistiria na absorção dessa população pelo setor secundário, sobretudo nos centros urbanos, mas que, com a automação das indústrias, estas últimas passariam também a dispensar a força de trabalho. Este conjunto de fatos deu origem à terceira fase, pela qual a população dispensada passaria a vivenciar expectativas de reinserir-se no mercado de trabalho pelas atividades próprias atividades terciárias.

Fourastié (1961) também havia notado que a população ativa afastava-se, progressivamente, primeiro, da agricultura, e, depois, da indústria, em decorrência da crescente produtividade destes setores; bem como que essa população encontrava emprego no terciário, onde não se observava tendência que apontasse para a sua saturação; e que, quanto mais um país avançava, pelo seu progresso técnico, mais se manifestava a *fome de terciário*.

Pesquisadores positivistas chegaram a indagar, no entanto, para onde iria essa população caso aquela última fase – a da sua absorção pelo terciário – encontrasse também uma situação de saturação? Para outro setor? Que setor seria este? Para o quaternário/quinário? Tais indagações superficiais constituem objeto de preocupações para uma sociedade que vem enfrentando um problema novo referente a uma crise conjuntural que se superpõe à crise estrutural atinente à realidade da “redução do trabalho formal” em muitos lugares. Contudo, colocamos uma questão mais profunda do que esta, ou seja, devemos procurar soluções na “criação” de outros setores ou repensar a lógica do capitalismo na sua essência?

Outra ideia segundo a qual a dinâmica do terciário na sociedade ficou mais patente, despertando o interesse dos cientistas sociais, reside no fato que a partir dos anos 1970, mais precisamente no período de transição do modelo fordista ao da acumulação flexível, as atividades do terciário – os serviços em particular – haviam conquistado grande visibilidade no seio das economias urbanas, passando a conhecer um processo simultâneo e contraditório de crescimento, expansão, diversificação e modernização, conhecido entre nós como terciarização. Com efeito, o espaço e a importância que os serviços vêm ocupando nas sociedades urbanas, no contexto da globalização, têm contribuído sobremaneira para o alargamento desse campo de estudo que rotulamos Geografia dos Serviços.

Isto acontece à medida que essas atividades passaram a preencher lacunas deixadas pela “desindustrialização” e, por conseguinte, chegaram a desempenhar um papel ideológico como mecanismo menos rígido e mais flexível de engajamento de indivíduos em momentos das crises cíclicas do capitalismo. Essas crises, no âmbito das mudanças estruturais, elevam as taxas de desemprego nos setores produtivos, ainda que, como lembra Castells (1999), isto não ocorra de modo homogêneo e mecânico em todos os países.

De qualquer maneira, proporcionalmente aos setores tradicionais – primário e secundário – é o setor terciário, no qual se acham os serviços, aquele que mais tem crescido em diversos países, no mundo contemporâneo. A realidade em vários países tem mostrado que é no próprio setor dos serviços que se acham as possibilidades mais concretas de incrementar o mercado de trabalho. Esforçando-se para descrever o crescimento do emprego no setor dos

serviços e quantificar as maiores razões desse crescimento nos Estados Unidos, Fuchs (1968, p. XIII) dizia, na introdução do seu livro, que:

O setor Serviço, também conhecido como 'terciário' ou 'residual' passou muito tempo sendo o filho bastardo da pesquisa econômica. [...] Desde o final da II Guerra Mundial, entretanto, o setor Serviço tornou-se o maior, e, em vários aspectos, o mais dinâmico elemento da economia nos EUA. [...] Assim, a emergência deste país como a primeira 'economia dos serviços' criou um novo cenário de prioridades no âmbito da pesquisa econômica.

Buscando reforçar a razão pela qual se passou a dar mais atenção a este setor de modo mais aprofundado na pesquisa, inicialmente nos Estados Unidos, Fuchs (*Ibidem*) justificava a necessidade de tal preocupação pelo fato que:

Em algum momento, durante a última década [a dos anos 1960], os EUA tornaram-se o primeiro país na história a ter mais da metade dos empregos neste setor [serviços]. As tabelas e os mapas delinearam claramente as largas tendências sublinhando essa dramática mudança: (1) o constante declínio da agricultura ao longo do período; (2) o rápido crescimento do emprego em atividades do governo; (3) a relativa estabilidade do emprego na manufatura, especialmente desde a metade dos anos 1950.

Em sua opinião, as maiores razões que explicavam o crescimento dos serviços eram as seguintes: maior crescimento da demanda final por serviços; relativo crescimento da demanda intermediária por serviços; e relativo pequeno crescimento da produção por indivíduo, no setor dos serviços. No primeiro caso, quando a renda aumenta ocorre uma tendência segundo a qual a demanda por mercadorias cresce menos rapidamente do que a demanda por serviços; no segundo quando uma economia cresce, firmas especializadas organizam-se para proverem negócios e serviços profissionais no intuito de cuidar da produção; e no terceiro, a instalação de atividades ligadas ao setor de serviços necessita de menos capital físico do que as indústrias.

Do ponto de vista social, os serviços engajam maior número de pessoas nos setores *formal* e *informal*⁶¹ das economias urbanas; culturalmente, os serviços – sociais e pessoais, de proximidade – passam a fazer parte cada vez mais intrínseca da vida das pessoas, em nossas cidades, chegando a tal ponto que já se falou em *servicialização da economia*. Este processo, conforme Mérenne-Schoumaker (1996, p.5), refere-se ao lugar dominante que os serviços ocupam nas relações sociais. Na geografia econômica, Paterson (1982, p. 275), aprofundando mais a discussão para superar as questões superficiais, já anuncia que:

[...] os problemas de que temos consciência, hoje, são muito mais os do consumo do que os da produção. [...] a dificuldade não é, geralmente, produzir o suficiente, mas fazer que seja consumido o suficiente para sustentar os produtores. Juntamente com essa mudança, verificou-se uma alteração no equilíbrio do emprego, de maneira que [...] as ocupações de serviços empregam, agora, quase três quintos da força de trabalho. Excluir essas ocupações de um estudo da geografia do homem no trabalho seria tanto ilógico quanto enganador.

Do ponto de vista social, além das reivindicações pela instalação de objetos espaciais técnicos de prestação de serviços em seus lugares de vida, a sociedade passa a ver nos serviços uma possibilidade concreta de integração social. Isso ocorre graças, notadamente, a menor

⁶¹ É outra consideração que devemos fazer sempre quando analisamos as economias urbanas, sobretudo aquelas inerentes a países ditos subdesenvolvidos.

rigidez no que concerne à facilidade em termos da instalação de um negócio próprio ou do seu engajamento no mercado de trabalho.

Quanto às alterações políticas, é interessante observar que os serviços passaram, progressivamente, a fazer parte do conjunto de ações políticas do Estado como fator de desenvolvimento urbano. Em Recife, por exemplo, disse Bitoun (2000) que, desde a Lei de Zoneamento Urbano de 1983, o terciário – comércio e serviços – foi considerado como fator de desenvolvimento urbano, diferentemente da Lei anterior (1961) quando o secundário é que era considerado como fator de desenvolvimento da cidade. Isso, hoje, é explicado pelo fato dos projetos de desenvolvimento urbano não serem mais sustentados preponderantemente pela ideia de industrialização e criação de distritos industriais.

Ademais, à medida que os serviços vêm desempenhando progressivamente papel relevante no processo de produção do espaço social – (re) concentrando, desconcentrando, (re) centralizando, (des) centralizando atividades no espaço e (re) organizando lugares urbanos – alargam-se, mais uma vez, as perspectivas de análise da geografia. E isto na medida em que este campo do conhecimento científico volta-se também para explicar o papel dos serviços no processo de produção do espaço habitado, considerando dialeticamente este espaço, ao mesmo tempo, como produto e condição desse mesmo processo.

Desse modo, diversos campos do conhecimento científico – dentre os quais a geografia – sempre se ajustam às vicissitudes da dinâmica socioespacial do mundo, o que se acha em permanente processo de transformação. Isso para buscar aprimorar seus mecanismos de apreensão e entendimento do que acontece em termos de produção dos espaços geográficos. Mas ainda se necessitada sistematizar esse ajuste de maneira mais coerente.

3.2- Tentativas de teorização e conceituação da dinâmica social dos serviços no mundo atual

Os serviços, junto com as atividades de troca, formaram, como já vimos, o que se chamou, na ciência, de setor terciário, o qual também englobou um conjunto de atividades transacionais, opondo-se aos setores primário e secundário. A variedade das atividades do terciário conduziu a uma multiplicidade de classificações e tipologias segundo o nível de especialização ou o tipo de atividades, no processo de produção do espaço geográfico.

Em um dicionário da língua portuguesa, popularmente conhecido como Aurélio, serviço possui o significado de um ato ou efeito de servir; servir significa exercer função de criado/servo, ajudar, auxiliar, ser útil, ser vantajoso, abastecer e prover, dentre outros tantos significados que o termo possui. No mesmo dicionário, encontra-se a afirmação segundo a qual um serviço social público ou privado, de previdência ou assistência, é destinado a proporcionar melhoria das condições sociais a seus beneficiários: na economia, serviço é um produto da atividade humana que, sem assumir a forma de um bem material, satisfaz uma necessidade, dando como exemplo a execução de tarefas como transporte, aula e corte de cabelo.

Essas ideias de servir e de ser responsável pela produção de bens imateriais, intangíveis, contribuíram decerto para reforçar, como dissemos na seção anterior, a desvalorização dos serviços frente às atividades que produzem diretamente bens materiais propiciadores de valorização contínua do capital. Desse modo, não é de se estranhar que, em uma sociedade que tem valorizado sobremaneira a dimensão da materialidade, da objetividade, em detrimento da imaterialidade, da subjetividade, os serviços tenham sido durante muito tempo um setor negligenciado nas diversas formações sociais, econômicas e territoriais em que se fazem presentes como atividades socialmente dinâmicas.

Estudos empíricos, tal como Fuchs (1968) argumentou, refletiam a ausência de uma base teórica clara no que concerne ao terciário. Nesse sentido, dois critérios frequentemente mencionados são limitados à sua relação com o consumidor ou à presença ou à ausência de um produto tangível. No que concerne à sua relação com o consumidor, disse ele que:

A noção de atividades primária, secundária e terciária, por exemplo, tal como desenvolvida por Allan Fisher [*The Clash of Progress and Society*, 1935] e Colin Clark [*The Conditions of Economic Progress*, 1940] é relativa ao grau mediante o qual a atividade específica acha-se distante ou próxima do consumidor final. Há, entretanto, muitas atividades de serviços prestados a firmas de negócios, comércio atacadista, bancos comerciais, anúncios, mas que são geralmente classificadas como serviços ou setor terciário. (Ibidem, p.15)

Mas uma aplicação rigorosa do critério da intangibilidade, na visão de Fuchs, também apresentava problemas. Neste caso, ele citou o exemplo da atividade exercida por um dentista: quando este faz um dente postiço, colocando-o na boca do paciente, ele estaria manipulando um produto tangível, mas dentista continua sendo classificado como um serviço. Portanto, como veremos posteriormente, esta constatação não seria suficiente para procurar uma definição simplista dos serviços. Continuou-se, então, buscando uma saída calcada no caráter material da atividade: a manipulação de um produto tangível para a realização da atividade.

Recapitulando um pouco o debate que se começou a travar acerca da conceituação de serviços enquanto categoria⁶² de análise, em um primeiro momento, os serviços eram considerados (FISHER, 1935, 1939; CLARK, 1940) como *resíduo*, suscitando uma noção de setor terciário que engendrou uma série de dificuldades teórico-metodológicas na medida em que se estabeleciam fronteiras nítidas entre os setores primário e secundário, deixando o resto das atividades sem definição e, por pura conveniência, agrupadas em um único setor: o terciário. Esta base sobre a qual se classificou os serviços, referindo-se ao seu caráter *residual* é, algumas vezes, aplicada a uma miscelânia de atividades que não se incluem na agricultura, extração ou manufatura, contribuindo, assim, para reforçar a imensa confusão já existente no que tange à classificação/definição do setor. Nesse sentido, diz Fuchs (1968, p.16) que:

A grande atenção que tem sido dada pelos economistas às atividades primárias e secundárias pode ser explicada por muitos fatores: (1) o emprego no terciário só se tornou mais importante quando se atingiram os altos índices de rendimento per capita. (2) alguns dos primeiros economistas, notadamente Adam Smith, acreditavam que somente os setores primário e secundário eram 'produtivos' e que as outras atividades eram, de algum modo, 'parasitas'. (3) é geralmente muito mais difícil obter dados para as atividades de serviços, muitas das quais são caracterizadas como operações de pequena escala. Isto é também verdade para a agricultura, mas neste caso, ao menos a produção tende a ser padronizada e, portanto, mais fácil de ser medida. (4) muita produção do terciário não é lucrativa; as análises econômicas têm-se concentradas nas atividades de mercado.

No seu livro, entretanto, Fuchs (1968) considerou como serviços: "Comércio de atacado e a varejo, finanças, seguro, e imobiliário, governo geral (incluindo o setor militar em diversas instâncias) e os serviços tão tradicionalmente designados, incluindo o profissional, pessoal, negócio e serviços de reparação". Em seguida, este mesmo autor disse que as razões desta definição justificam-se, em parte, pelo fato de apresentar o aspecto de setor residual:

⁶² Entendemos categoria como um conceito-chave da ciência, ou seja, um conceito fundamental construído com base em análises das experiências desenvolvidas na realidade e em esforços lógicos com vistas a elaboração de leituras e construção de ensaios teóricos. (Freire-Maia *apud* FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimento social como categoria geográfica. *Terra livre*. São Paulo, n.15, p.59-85)

Ele [o setor terciário] é uma coleção de atividades que não têm recebido muita atenção, no passado, pelos economistas que analisavam as atividades produtivas. Há muita heterogeneidade a ser encontrada neste setor terciário, e parte do livro é voltada à exploração dessa heterogeneidade. Entretanto, muitas das atividades do terciário utilizam os trabalhadores de colarinho branco, outros utilizam trabalho intensivo, e muitos outros ocupam-se diretamente do consumidor, produzindo bens intangíveis. (Ibidem, p.16)

Em um segundo momento, Fuchs (Ibidem) tentou definir os serviços como atividades cujos produtos são intangíveis, instantâneos, perecendo no instante mesmo da sua produção e produzidos por meio de relação próxima e de contato com o consumidor a exemplo do que Hirsch (1988 *apud* ALBUQUERQUE, 2000) chamou de *serviços puros* tais como: cabeleireiro, aulas particulares, espetáculos.

Por outro lado, admitiu-se (Ibidem) que existem outros serviços cujos procedimentos atinentes à sua prestação não exigem uma completa aproximação do provedor com o cliente – os *serviços não-puros* – a exemplo de uma consulta médica que requereria uma análise laboratorial feita por outrem e sem a necessária presença do paciente; bem como de uma consulta advocatícia cuja análise do processo não requereria a presença constante do cliente.

Continuou-se a tentar criar um critério único para a definição de serviços, buscando, facilitar a árdua tarefa de defini-los como categoria/conceito de análise. Hill (1977, *apud* ALBUQUERQUE, 2000) argumentou que se poderia definir um serviço pela sua capacidade de mudar a condição de um indivíduo ou de um bem, inerente a uma determinada unidade econômica e adquirido como produto de uma atividade efetuada por outra unidade econômica e com o aval do prestador ou da unidade econômica. Neste mesmo sentido, apresentou-se (Ibidem) os *serviços relativos a bens* (transporte de bens, serviços de entrega, manutenção em geral) e os *serviços relativos a pessoas* (fisicamente: cabeleireiros/maquiagem, transporte de passageiros; mentalmente: educação, entretenimento, comunicação). Isso representou outra perspectiva de definição, com base na qual outros pesquisadores falaram em *serviços relativos a empresas* tais como administração, finanças, advocacia, P&D etc.

Nota-se, entretanto, que o empirismo continuou absoluto como artifício primordial à classificação dos serviços. De todo modo, temos que admitir mais uma vez a complicada e difícil tarefa no que diz respeito à definição e à classificação do terciário. Contudo, não devemos continuar aceitando e utilizando categorias e conceitos que não correspondam mais à realidade do mundo. Daí a necessidade e o compromisso que temos de buscar uma conceitualização mediante a qual possamos, de fato, elucidar a totalidade complexa do mundo:

[...] o conceito de ‘serviços’ [...] é considerado ambíguo, na melhor das hipóteses, ou errôneo, na pior. Em estatística de emprego, esse conceito tem sido usado como conceito residual que abarca tudo o que não é agricultura, mineração, construção, empresas de serviços públicos ou indústria. Assim, a categoria de serviços inclui atividades de todas as espécies, historicamente originárias de várias estruturas sociais e sistemas produtivos. A única característica comum [dos] serviços é o que [...] não são. As tentativas de definir serviços por algumas características intrínsecas, como sua ‘intangibilidade’ em oposição à ‘materialidade’ ficaram definitivamente sem sentido com a evolução da economia informacional, *software* para computadores, produção de vídeos, projeto de microeletrônica, agropecuária com base em biotecnologia e muitos outros processos cruciais característicos das economias avançadas juntam irremediavelmente seu conteúdo de informação ao suporte material do produto, impossibilitando a distinção dos limites entre ‘bens’ e ‘serviços’. Para entender o novo tipo de economia e estrutura social, devemos começar pela caracterização dos diferentes tipos de ‘serviços’, para estabelecer distinções claras entre eles. Quando se comprehende a economia informacional, cada uma das categorias específicas de serviços se torna uma distinção tão importante quanto o era a antiga fronteira entre indústria e serviços no tipo anterior de economia industrial. À medida que as economias se tornam mais complexas, devemos diversificar os conceitos usados para categorizar as atividades econômicas e [...] abandonar o

[...] paradigma de Colin Clark, baseado na distinção de setores primário/secundário/terciário. Tal distinção tornou-se um obstáculo epistemológico ao entendimento de nossas sociedades. (CASTELLS, 1999, p.226-227)

Essa posição abriu espaço, também, para a entrada de vários outros agentes prestadores de serviços, de modo mais direto e utilizando-se de uma forte densidade de tecnologias fixadas no espaço geográfico, articulando o conjunto das atividades “em redes”. O conceito de serviços sofre também vários tipos de influência do contexto histórico atual, mas muitas vezes conservando a sua definição de residual. Convém dizer que, no caso dos “bens intangíveis”, estes também podem ser estocados, não precisando da interação entre provedor do serviço e seu consumidor. Vários são os exemplos quanto à possibilidade de estocar informações e conhecimentos que tanto podem ser estocados, mental como materialmente, mediante impressão e gravação em fitas, *compact disks, pendrives* e outras.

Desse modo, contra a clássica divisão do terciário em setores, Castells (Ibidem) propôs, calcando-se em Singelmann, a análise dos serviços mediante a sua classificação em quatro tipos: **serviços de distribuição, serviços à produção, serviços sociais e serviços pessoais ou individuais**. Os primeiros combinam transportes e comunicações com o comércio atacadista e varejista; os segundos, considerados como serviços estratégicos da nova empresa, são os provedores da informação e do suporte para aumentar a produtividade e a eficiência das empresas (administração, consultorias, serviços jurídicos, profissionalização especializada e técnica); os terceiros, dependendo dos movimentos sociais e ligados ao Estado do Bem-Estar social, são aqueles vinculados à educação, saúde, segurança, cultura etc.; e o quarto, vistos como remanescentes de uma estrutura protoindustrial, típicos da sociedade do lazer, estão ligados à expansão dos objetos espaciais técnicos representados por bares, restaurantes e similares, hotéis, lojas de entretenimento etc.

O que fazer então para libertamo-nos das classificações simples baseadas em oposições binárias (bens tangíveis x bens intangíveis, bens materiais x bens imateriais), que só interessariam ao caráter pragmático da sociedade puramente de consumo. Apesar da permanência da problemática no que concerne à tentativa de defini-los e de exemplificá-los, podemos, mediante uma reflexão sobre os fatos e ideias supracitadas, dizer que serviços constituem atividades destinadas à satisfação do conjunto das necessidades individuais e sociais, que acontecem com base na produção, circulação e distribuição de bens, trabalho e saber (comércio, transporte, ensino, pesquisa, consultoria etc).

Ressaltamos ainda, que devemos considerar, ao mesmo tempo, a natureza filosófica dos serviços nos espaços do seu acontecer, não nos devendo esquecer de que estes, como qualquer outra atividade humana, possuem uma natureza filosófica, de acordo com as intenções e os propósitos dos seus agentes. Desse modo é que falamos na segunda seção deste capítulo em serviços de interesse econômico e serviços de interesse social, podendo, também, existir serviços que estariam no âmbito da confluência de ambos os interesses.

As diversas crises do capitalismo têm repercutido negativamente nas possibilidades do Estado exercer seu papel de promotor do Bem-Estar da sua sociedade, notadamente em países nos quais os movimentos sociais possuem experiências de lutas mais débeis. Isso engendrou oportunidades para o oferecimento de serviços sociais através de iniciativas provenientes da própria sociedade, a exemplo dos chamados serviços de proximidade, muitos dos quais são criados e oferecidos por iniciativas do próprio território (conselhos de moradores, clues de mães, associações sociais e empresariais etc.) e/ou de Organizações Não-Governamentais (ONGs) dentre outras instituições sociais. O crescimento destes serviços – estudados, sobretudo, por sociólogos, psicólogos e antropólogos – repercute sobremaneira no processo de formação do

espaço social, retomando, inclusive, em alguns casos, práticas de sociabilidade que o espaço de vários lugares perde com a consolidação de ações urbanísticas calcadas, notadamente, no funcionalismo e no economicismo. Isso suscita uma gama enorme de tipos de serviços e de produção de espaços.

Enfim, as tentativas de classificar e definir os serviços, de acordo com a dinâmica de organização das nossas sociedades, têm-se fundamentado, portanto, no processo contínuo e dialético de (re) organização social. Não nos deteremos sobre as definições desses serviços em si, mas debruçaremos-nos sobre os *serviços de proximidade* na sua relação – mais profunda e complexa – com a vida cotidiana dos cidadãos, tendo, portanto, a proximidade geográfica como dimensão articuladora dos diferentes tipos de serviços abordados (BONNET & BERNARD, 1998). O que nos interessa é saber quais são os serviços de proximidade, como eles se concretizam e qual é a sua natureza social.

O conjunto do que cientistas sociais chamam de serviços de proximidade é muito diversificado, possuindo os mais diferentes tipos de atividades, a saber: limpeza do lar, engomadeira, babá, conservação de imóveis, conserto de equipamentos danificados, controlador do uso de tecnologia nos imóveis, entrega em domicílio etc. Estes serviços acontecem a partir do estabelecimento de relações sociais – individuais ou coletivas – em vários lugares da vida cotidiana dos cidadãos: nos lares, nos condomínios, nas ruas, nos bairros, nos escritórios e assim por diante; organizando, portanto, a vida, por exemplo, dos bairros sob as bases social, familiar, de amizade, de vizinhança e técnica. Neste último caso, considerando o advento de novas tecnologias – domésticas – da informação. Em outras palavras, os serviços de proximidade contribuem para a formação de novas sociabilidades e formas de habitar. Estes são, portanto, os reais significados que os serviços de proximidade vêm assumindo no decorrer dos últimos tempos, sobretudo ao tentar preencher lacunas deixadas pela “desregulamentação”. No âmbito deste processo, temos que ressaltar ainda, junto com Davidovich (1993, p.19), que:

[...] nas décadas de 60 e 70 [do século XX], a questão urbana estava basicamente atrelada à capacidade de intervenção do Estado centralizado. No presente [anos 1990], observa-se o fortalecimento do governo local, investido de papel de empresário, não mais se limitando, portanto, a um gerenciamento de serviços. Essa inovação política representa uma adaptação da cidade a requisitos da competitividade internacional; modernos recursos de comunicação garantem ao governo local conexões diretas com os circuitos financeiros e econômicos mundiais, enquanto, paralelamente, são sinalizadas, deste modo, condições de fragmentação em curso do Estado central.

O que foi positivo, no âmbito deste contexto, foi que iniciativas como as dos serviços de proximidade (re) criaram laços sociais perdidos ou, no caso específico do Brasil, nunca construídos; particularmente no caso dos “excluídos”, ou melhor, dos “precaradamente incluídos” na sociedade, mediante as mais variadas formas de serviços de solidariedade. Tais ideias fazem-nos refletir sobre a necessidade de recontextualizar a importância desses serviços nos seus mais variados matizes: mercantis, públicos, alternativos e solidários entre outros.

Em tempos de crises, os serviços de solidariedade, reforçados pelas orientações neoliberais, ganharam impulsos consideráveis, podendo isto ser observado, por exemplo, pela expansão de ações sociais voltadas para a (re) inserção dos desempregados. Mas, muitas vezes, isso aconteceu mais no sentido da criação de expectativas de inserção visando à atenuação de tensões sociais, do que no da sua viabilização como garantidora e/ou mantenedora da cidadania plena. Além dos sociólogos, antropólogos e psicólogos⁶³, a economia também tem se

⁶³ Deixaremos a análise do papel dos geógrafos, na elucidação da realidade atual dos serviços no processo de (re) construção das nossas sociedades, para outra seção deste capítulo.

preocupado com as dimensões espacial e social da dinâmica do que os economistas chamam *economia dos serviços*. Com relação ao espaço, disse Passet (2002, p.108) que:

O relacional mostra-se preponderante na localização geográfica da empresa. Esta não é mais determinada em função de prêmios ou vantagens financeiras específicas, mas da qualidade do meio físico: ambiente natural, infra-estrutura econômica e social (habitat, tecido social, possibilidades de escolarização, presença de uma universidade, de laboratórios de pesquisa, atividades culturais e de lazer, conexões geográficas...). As atividades instaladas – geradoras de vantagens ligadas à proximidade – atraem atividades [aqui incluídas as de serviços]; a concentração geográfica atrai a concentração geográfica (compatível com a desconcentração ‘em rede’ de cada empresa, se todos se ‘desconcentram’ nos mesmos lugares): é vantajoso instalar-se na Île-de-France [onde se acha Paris] apesar da crise e dos custos inerentes à concentração, pois é lá que os contatos são mais intensos, para as empresas e maiores as possibilidades de contratação, para os trabalhadores.

Esta citação reforça com bastante evidência a importância da proximidade geográfica com relação às atividades econômicas, o que também pode ser levado em conta quando tratamos das atividades e iniciativas oriundas dos diversos grupos sociais que, com base em seus territórios, compõem e constroem – mediante táticas e mesmo estratégias de ações – as nossas sociedades. No que tange à dimensão social, Passet (Ibidem, p.234) ainda nos lembrou que, no funcionamento das atividades humanas:

Existe uma racionalidade individual e uma racionalidade coletiva, interdependentes, mas irreductíveis uma à outra. Uma refere-se aos interesses individuais; a outra, ao interesse geral. Esta incumbe-se, portanto, dos bens coletivos (o farol, a barragem, a infra-estrutura...), da utilidade social (saúde, educação...) e dos direitos fundamentais dos indivíduos (liberdade, segurança, igualdade perante a lei e no acesso aos bens comuns...). Cada um desses campos define-se, portanto, segundo suas funções.

Não se pode privilegiar um desses interesses em detrimento dos demais, mas considerá-los em sua totalidade complexa a fim de garantir, ao mesmo tempo, o lucro e a reprodução dos recursos humanos e do meio ambiente. Esse critério da utilidade individual ou coletiva permite, como argumentou Passet (Ibidem, p.237-238), a coexistência de três conjuntos de atividades cuja lógica de organização e controle precisa ser objeto de discussões na sociedade em seu conjunto:

- as atividades que dizem respeito à **satisfação das necessidades individuais**, mobilizando agentes individuais (consumidores, comerciantes, artesãos, atividades que provocam pequenos efeitos sobre a coletividade...) e que não são de natureza a alterar a escolha das finalidades sociais, estão incontestavelmente na esfera da iniciativa privada; a intervenção direta do Estado seria traduzida, aqui, pela aplicação de coerções inúteis e prejudiciais ao dinamismo e às capacidades de adaptação do sistema;
- as atividades que por natureza (bens coletivos, saúde, educação, segurança...) estão evidentemente ligadas a uma certa concepção **da utilidade social e do serviço público** escapam à lógica do mercado e devem ser assumidas pela coletividade;
- as **atividades suscetíveis de rentabilização** pelo mercado e que [...] podem ser materialmente assumidas pela iniciativa privada, orientada pelo objetivo do lucro ([...]bancárias, indústrias pesadas, fabricação de armas...), mas que, por sua natureza e a massa de efeitos que induzem ou o poder que conferem aos que

as detêm, na realidade comprometem o futuro da coletividade e devem ser submetidas a sua autoridade; é o campo da empresa pública, do planejamento e do controle estatal; deste ponto de vista, a entrega das indústrias de armas aos interesses privados, assim como a autonomia dos bancos centrais, determinando o primado da lógica parcial do instrumento sobre a sociedade, constituem puras aberrações. (destaques nossos)

Esses três tipos de atividades devem ser considerados nas suas relações complexas de interdependência que se estabelecem entre os seus gestores e com as sociedades nas quais acontecem, na medida em que o equilíbrio dessas inter-relações, bem como a revisão da real necessidade de algumas delas, pode garantir a cooperação no sentido da retomada do processo de desenvolvimento concreto.

Vale a pena destacar outro fenômeno registrado por Passet (Ibidem), que acontece mediante relações de troca sem o uso de bases monetárias tradicionais. Essas relações se dão através de sistemas de troca de serviços sem recorrer às moedas convencionais. Trata-se do caso do Sistema de Trocas Locais (*SEL*) nos países francófonos ou (*LETS*) nos anglo-saxões – constituindo *redes de escambo organizado*. Disse Passet (2002, p.279) que, através desses sistemas, se:

[...] desenvolvem trocas eqüitativas de serviços em escala local – as redes de escambo organizado (*red global de trueque*) da América Latina, nas quais a contabilidade dos serviços prestados e recebidos é feita através de *créditos*, espécies de cheques bancários de validade local; os bancos do tempo da Itália ou os *time dollars* americanos, permitindo a abertura de contas particulares contabilizadas no tempo e creditadas ou debitadas através de cheques formulados na mesma unidade.

A bem da verdade, não podemos deixar de reconhecer nestas práticas, ações de segmentos organizados da sociedade que, buscando construir alternativas à situação de incertezas e precariedade provocadas pelas crises do capitalismo, tentam encontrar saídas consequentes; combatendo, concomitantemente, os efeitos perversos de um capitalismo neoliberal cujo objetivo precípua é fazer investimentos para a acumulação imediata de capital.

Nessa perspectiva, nos anos 1980, alguns pesquisadores, a partir da contribuição do urbanismo, delinearam procedimentos no sentido de fazer um balanço das pesquisas acerca dos equipamentos e serviços coletivos. Todavia, parece-nos que esses esforços não tiveram a continuidade merecida. Uma primeira tentativa foi a de Préteceille (1986), pela qual se apresentou abordagens e experiências referentes à programação dos equipamentos do crescimento, à programação dos equipamentos coletivos com as necessidades da reprodução da força de trabalho, à crítica da ideia de socialização estatal do consumo, às relações entre as práticas de consumo coletivo e os modos de vida e, finalmente, aos comentários sobre a influência das crises do Estado do Bem-Estar na gestão dos serviços.

No que concerne à programação dos equipamentos do crescimento, argumentou o autor que, nos anos 1950 e 1960, o contexto de crise na habitação, com as dificuldades sociais dos primeiros conjuntos habitacionais e dos reclamos em vista do aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, desencadeou o levantamento de importantes questões. Dentre essas questões, destacamos as seguintes: quantificação imediata das necessidades dos moradores, visando programar, a curto prazo, os equipamentos e serviços coletivos, em uma perspectiva utilitária; esforço de prever a longo prazo o crescimento urbano, a evolução dos comportamentos, dos modos de vida e das demandas dos habitantes, em uma perspectiva mais ambiciosa do que a anterior; delimitação de profundas diferenças entre categorias sociais quanto

à sua localização, relação com o espaço habitacional, o bairro, as cidades e as zonas periurbanas, em uma abordagem mais analítica.

No que toca aos equipamentos coletivos, relacionando-os com as necessidades da reprodução da força de trabalho, o autor ressaltou que, nos anos 1960, no contexto de rompimento com a corrente de pesquisa que destacava a autorepresentação tecnocrática das políticas do Estado, essas análises mostraram que o Estado deixava de encarar o "Interesse Geral" e de agir pelo "Bem Coletivo". Dessa maneira:

A análise dos problemas sociais urbanos mostra que estes são, ao menos em parte, resultado da ação do Estado, cujo discurso e eventualmente as práticas planificadoras-sociais são apenas uma das facetas; mostra ainda que, antes de definir apressadamente soluções 'técnicas' para tais problemas, é conveniente compreender realmente os processos sociais inter-relacionados que produzem estes problemas, as determinações sociais que os estruturam. (PRETECEILLE, 1986, p.8)

Dentre esses problemas, o autor destacou a ausência ou insuficiência sistemática dos meios de consumo coletivo, sobretudo no que respeita ao provimento das classes populares; e, ao mesmo tempo, a priorização que se dá aos interesses dominantes a exemplo da garantia de altos lucros ao setor imobiliário. No que respeita à crítica da ideia de socialização estatal do consumo, considerando os mecanismos de seletividade social e segregação no seio do próprio sistema de consumo, evidenciaram-se:

A especificidade relativa dos beneficiários dos programas realizados por diferentes categorias de promotores dentro deste setor, [na] primeira metade dos anos setenta. A mesma preocupação de clarificação dos efeitos de diferenciação social no acesso ao consumo coletivo foi um dos pontos de partida de uma longa pesquisa sobre as relações entre sistemas locais de equipamentos coletivos e segregação social. (Ibidem, p.11)

Questionou-se, também, a lógica de implantação e funcionamento dos equipamentos e serviços coletivos para o consumo das classes populares, buscando, na tradição marxista, alguns dos seus pressupostos básicos em Louis Althusser; bem como em uma visão diferente como em Michel Foucault. Fundamentando-se no primeiro, o caráter estatal desses equipamentos e serviços era representado pelo seu "funcionamento ideologizado", ou seja, contribuindo para a reprodução da dominação de classe. Com base nas ideias do último, fez-se uma crítica radical dos equipamentos coletivos como instâncias e processos de normalização, de domesticação de desejos a serviço do Poder, de instauração de "disciplinas"... (Ibidem)

No que diz respeito às relações entre as práticas de consumo coletivo e aos modos de vida dos habitantes, disse ainda Préteceille que, sob uma perspectiva de ordem epistemológica, saiu-se das análises restritas às questões de financiamentos públicos, de objetos materiais neutros, de fluxos ideológicos descendentes, de instâncias referentes à pura imposição do Estado, para inserir-se na análise concreta das práticas sociais que ocorrem nos equipamentos e serviços coletivos. Nesta perspectiva, o papel do Estado não se restringiria mais a um novo instrumento e a uma mera encarnação de uma classe, mas, fundamentando-se na teoria do Estado de Nicos Poulantzas, em:

Um processo de condensação material e histórica das relações de forças, onde se concretizam conjunturas políticas diversas que marcam profundamente a extensão e as formas (o conteúdo em termos de relações sociais) das políticas de equipamentos coletivos. Neste sentido, as estruturas de consumo coletivo parecem mais contraditórias sócio-economicamente, mais

diferenciadas segundo os países e mais variáveis no tempo do que o reconhecem as teses, desenvolvidas em torno da 'relação salarial global' e das 'normas de consumo' funcionais a um determinado estágio da divisão do trabalho e do 'regime de acumulação', apesar das interessantes contribuições dessas três teses sobre as ligações entre produção e consumo. (Ibidem, p.13)

Portanto, para este autor, as relações das práticas de consumo coletivo com os modos de vida dos habitantes devem ser analisadas a partir de parâmetros que ultrapassem as dicotomias (público/privado, individual/coletivo, mercantil/não-mercantil etc.), implicando, também, na construção do desenvolvimento de teoria e análises concretas que levem em conta os diferentes aspectos do consumo coletivo.

Tecendo comentários sobre o período de crise do Estado do Bem-Estar Social, em que se engendrou o processo de descentralização da gestão urbana e a política recessiva do capitalismo, o autor ressaltou dois conjuntos de acontecimentos dignos de menção. Quanto ao primeiro, a partir de 1973, houve uma desaceleração do esforço público no sentido da provisão dos objetos de consumo coletivo, responsável pela desindustrialização; instaurou-se forte ambiguidade na medida em que, no discurso político, dizia-se que a descentralização poderia contribuir para a eficiência da provisão dos serviços coletivos uma vez que a aproximação das decisões e dos cidadãos promoveria a adaptação dos investimentos às necessidades locais; e, na prática, houve uma tendência de "radicalização" das municipalidades de direita com relação à aceitação dos dogmas liberais da privatização da gestão dos equipamentos e do mercado como principal regulador da sociedade.

Intrinsecamente vinculado ao primeiro conjunto de acontecimentos, o segundo refere-se aos fatos que, após 1981, vários trabalhos analisaram diversos problemas com relação à descentralização, às rupturas do social e dos modos de vida, bem como à avaliação das políticas sociais. No âmbito destes acontecimentos, o nível local – municipal – passaria a ser valorizado como *locus* das ações sociais e da reflexão teórica. Mas, buscando fundamentar uma visão complexa e de totalidade, o autor nos alertou para o fato que o:

[...] 'local' mascara o problema, na medida em que [...] chega freqüentemente a isolar os problemas sociais dentro de uma estreita inscrição espacial, enquanto que o urbano é, ao contrário, cada vez mais a articulação de processos macro e micro-sociais. E mesmo que pesquisas como as que concernem os conjuntos habitacionais 'problemáticos' seguidos pela Comissão para o Desenvolvimento Social dos Bairros [...] possam trazer indicações preciosas sobre algumas situações específicas de aguda acumulação de dificuldades sociais, não estou certo de que elas permitirão compreender as relações entre esses bairros e as transformações de conjunto do sistema urbano, nem de que elas aclarem de fato a crise dos consumos coletivos, que concerne o conjunto dos espaços urbanos, e não apenas os setores 'explosivos'. (Ibidem, p.17)

Na visão de Jaramillo (1986), ao tratar da problemática dos meios de consumo coletivo urbano na América Latina, as contradições do sistema capitalista também se manifestam com forte nitidez no âmbito do espaço urbano e, por conseguinte, em todo o seu conteúdo; e isto de tal maneira que as mobilizações sociais em torno das contradições são chamadas de "lutas urbanas". É devido a esta ideia que, com suas próprias palavras:

A dimensão espacial da cidade não é um epifenômeno das relações sociais, e sim uma parte integrante delas, e neste sentido introduz à análise elementos que são irreduzíveis. Isto é especialmente relevante em aspectos tais como a forma que adquirem as mobilizações

populares frente a estas contradições; os aparatos e práticas do Estado, etc. neste sentido, nos parece difícil desvincular a análise do que concerne aos consumos coletivos do exame do sistema urbano como tal. (Ibidem, p.20)

Assim, segundo este autor, a cidade é precisamente um dos mecanismos que suporta a cooperação inerente ao funcionamento do capitalismo, na medida em que o permite, ao nível da unidade produtiva. Isto, possibilitando o enquadramento e a reprodução global de significativos contingentes da força de trabalho e o acesso aos valores de uso coletivo aos quais não se chegaria facilmente mediante outros mecanismos. Daí a pertinência dos serviços de enquadramento já citados anteriormente. É o Estado, através da sua intervenção, que garante a produção desses valores de uso. Isso acontece, segundo o autor, na medida em que:

De um lado, a mesma concentração exige processos de auto-regulação que não existiriam ou teriam pouca importância ante outra alternativa de distribuição espacial. De outro lado, alguns desses valores de uso aparecem como requisitos para que a estrutura urbana opere eficazmente como suporte da cooperação capitalista. Assim, vemos que quando as aglomerações urbanas ultrapassam uma certa magnitude, começam a ter importância atividades que de outra maneira não teriam porque têm: o transporte e as comunicações intra-urbanas, a eliminação dos dejetos, a regulação do tráfego, o controle da contaminação etc. Mas para que essas aglomerações cumpram efetivamente os papéis de potenciar a acumulação capitalista, são necessários valores de uso adicionais: provimento de energia de uso industrial e doméstico, água potável, espaço construído para moradia e outros usos, educação, áreas de recreação, segurança, serviços de saúde, etc. (Ibidem, p.25)

As ações concretas do Estado são norteadas, principalmente, pela racionalidade instrumental capitalista, destacando-se o componente econômico. Essa dimensão do problema hierarquiza, segundo o autor, os valores de uso coletivos urbanos quanto à sua prioridade, atendendo, em primeiro lugar, os interesses de produção e expansão do valor; em segundo lugar os interesses indispensáveis à acumulação que não são diretamente criadores de valor; e, em terceiro, poderiam vir os valores relacionados à reprodução da força de trabalho.

Daí porque, neste contexto, são os serviços de interesse econômico que mais contam, não obstante a sua coexistência com os de interesse social. Estes, entretanto, seriam providos, principalmente, no sentido de manter a ordem hegemônica dos interesses eminentemente capitalistas, principalmente se relacionados com as classes sociais subalternas. Equilíbrio que, por seu turno, pode ser rompido em virtude da força dos movimentos sociais em cada lugar onde o capitalismo se faz presente de maneira predominante.

Com isso, o Estado garantiria, ao mesmo tempo, a acumulação de capital e a manutenção da ordem social a qual, por seu turno, mantém a própria acumulação de capital. Em cidades do "capitalismo periférico" como nas brasileiras, a provisão dos serviços sociais coletivos, segundo este mesmo autor, possuiria as seguintes especificidades: o Estado possui forte dificuldade para exigir que o capital privado invista parte dos seus lucros diretos na provisão desses serviços; há forte predominância do investimento dos seus recursos em valores de uso diretamente ligados à acumulação de capital em detrimento daqueles ligados ao consumo das classes subalternas; concentração desses investimentos ainda nos centros metropolitanos, em detrimento dos menores; serviços urbanos funcionando de modo precário para essas camadas sociais; uso excessivo do autoprovimento na construção da moradia e nos serviços urbanos. Esta última aproxima-se do que Lúcio Kowarick chamou de "dilapidação da força de trabalho" e "espoliação urbana".

Por último, disse ainda Jaramillo (*Ibidem*) que, no período recessivo, os meios de consumo coletivo urbano sofreriam as consequências imediatas da redução dos fundos estatais disponíveis ao investimento, sobretudo, no social, do aumento da exploração dos trabalhadores diretamente ligados às entidades capitalistas desvalorizadas do Estado (os funcionários públicos) e a transferência dos custos às categorias sociais ligadas ao trabalho (a exemplo dos impostos, da eliminação de subsídios e das transferências). Daí a combinação das práticas do Estado com aquelas ligadas ao autoprovimento em função do aumento da espoliação urbana.

Para Castro (1988), as mudanças impostas pelo regime autoritário no Brasil, a partir de 1964, ao nível político-institucional (com a extinção dos partidos políticos e a instauração do bipartidarismo) e ao nível tributário (centralizando os recursos da União), exerceram papel nítido na política local de expansão dos equipamentos sociais urbanos. Esse contexto, conforme a autora, terminou incentivando a cooptação de aliados no município com o objetivo de reduzir os riscos eleitorais da então aliança política predominante (a ARENA), incrementando o clientelismo e a patronagem no âmbito das relações inter-governamentais. Daí, os municípios mais urbanizados tiveram condições de adotar o "planejamento" a ser negociado em Brasília. Por outro lado, os municípios menores dependiam essencialmente dos políticos para terem acesso a fóruns de decisão.

Ademais, enquanto os prefeitos eleitos pelo partido do Governo Federal (ARENA) eram beneficiados pelas decisões de Brasília, aqueles eleitos pelo partido da oposição (MDB) tinham que contar principalmente com os seus próprios e parcos recursos. Neste caso, o Governo Federal atuava no espaço local, através de programas sociais com o propósito de manter a sua legitimidade e de, ao mesmo tempo, competir com as ações da parte da oposição. Nisso se delineou o debate entre a prioridade que o Estado e os Governos deveriam abraçar, isto é, investir na concretização dos grandes projetos (rodovias e viadutos) ou em serviços e equipamentos de interesse social (saúde, educação, habitação), questão que ainda hoje se faz presente em nossas cidades: “[...] a provisão de serviços e equipamentos sociais pelo poder local [entre 1977 e 1982] adquiriu uma dimensão de centralidade na administração do conflito urbano, constituindo-se em fator de polarização e de forte competitividade entre as facções intrapartidárias nas campanhas eleitorais”. (CASTRO, 1988, p.73)

De qualquer maneira, mais tarde, no período da transição democrática, as ações governamentais mais comprometidas com as chamadas "lutas urbanas" permitiram que um conjunto de benefícios sociais passasse a ser visto como direito adquirido pela população brasileira, reforçando o processo de ampliação da cidadania, necessário à construção democrática. (*Ibidem*) Foi justamente a partir deste período que se viu a retomada de investimentos, também, no âmbito dos serviços de interesse social, não apenas como "atenuadores das tensões e dos conflitos sociais", mas, concomitantemente, como provedores de direitos a serem concretizados.

3.3-Rumo a uma geografia dos serviços

É com base na dinâmica espacial dos serviços, captada pela ciência através das contribuições de economistas, sociólogos, psicólogos e antropólogos, que a geografia, dialogando com essas contribuições, começou também a dar ênfase e a consolidar mais um campo de estudos para as suas pesquisas e reflexões. É verdade que, como já dissemos, não é de hoje que os geógrafos debatiam-se sobre este tema. Todavia, no começo, seus estudos, não passavam de descrições puramente empíricas sobre as razões da localização dos serviços no espaço geográfico – e, particularmente no urbano – percebido como mero palco das ações do

homem e não como, simultaneamente, produto e condição da sociedade, como uma instância social usada.

A preocupação com o setor terciário, na geografia, concretizou-se, notadamente, pelas análises do comércio, do transporte e do turismo; atividades que já se destacavam de longe como modeladoras e/ou transformadoras de espaços. Destacando a importância do terciário no que chamavam o progresso econômico da humanidade, Case e Bergsmarik (1952) consideraram, na *Geografía General: regional y economía*, a importância do comércio e dos transportes na organização espacial durante o *progresso industrial*. Diziam eles que: “El comercio y los transportes se dán las manos. Ninguno de los dos puede progresar sin el otro, y ambos a la vez son indispensables para el progreso industrial. Sin ellos, la civilización no habría salido jamás de la fase de subsistencia de los pueblos primitivos”. (Ibidem, 1952, p. 817)⁶⁴

Ambos enfatizaram, de maneira mais contundente, a relação do comércio com o espaço urbano na medida em que, reafirmando o comércio como um fator fundamental de todo progresso econômico, disseram que:

Sin el comercio no habría ningún progreso urbano ni industrial. Sin el comercio, las ciudades no podrían disponer de alimentos, vestuario ni edificios; y las fábricas no podrían obtener primeras materias ni distribuir los artículos fabricados, cada agricultor se vería obligado a construirse su propia maquinaria, a edificar su hogar, a fabricarse los vestidos y a cultivar sus armas y municiones, y cada pescador tendría que hacerse sus redes, cañas, barcas y demás equipo. (Ibidem, p.818)

Evidentemente que o papel dos meios de transportes, como vimos, fazia-se muito importante nesse comércio, visto que era por meio da circulação de veículos que os cidadãos tinham acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade. Daí a não separabilidade desses serviços cujos objetos espaciais técnicos formam sistemas de objetos viabilizando os sistemas de ações da sociedade.

Outro autor intitulava uma das partes da sua *Geografia Humana*, com os seguintes termos: *As Atividades Terciárias. O Comércio. O Turismo*. Com isto, queria ele destacar estas duas atividades, sem negligenciar a importância de outras, como as mais proeminentes do terciário. Seguindo a tradição dos economistas clássicos, reconheceu-se as atividades terciárias como aquelas:

[...] que não são nem directamente geradoras de bens não-transformados (como o são a agricultura e as minas), nem directamente transformadores (como é a indústria). [E acrescenta que] São assim, actividades terciárias o comércio, os transportes, o exército, o ensino, a arte, a religião, o serviço doméstico, a hotelaria (que nada tem de indústria apesar do nome de indústria hoteleira, em que a palavra indústria significa apenas actividade[sic]), etc. (DERRUAU, 1973, p.79)

Sustentadas por uma parte do rendimento nacional, sob a forma de percentuais das taxas de lucros, de honorários, de corretagens, de vencimentos, saldos e salários, disse Max Derruau que o modo de manifestação do terciário distingue-se entre os “mais ou menos ambulantes” constituídos por ferroviário, motorista, propagandista, viajante e representante comercial; e os “sedentários” constituídos por lojistas, empregados do setor bancário e do setor de ensino. Mas que, continuando, o que mais importaria para a geografia moderna seria a estrutura do ramo de atividade considerado e o nível de vida dos seus membros.

⁶⁴ Optamos pela não tradução das citações em espanhol, em razão da facilidade quanto ao entendimento do conteúdo e da mensagem de cada uma, ao contrário das citações provenientes do inglês e francês.

Para Max Derrauau o comércio e o turismo constituem atividades fundamentais para a geografia. No caso do comércio, isto é verdade porque elas empregam uma grande parte da população ativa e são representadas por formas diversas e complexas. Ao passo que, no caso das atividades ligadas ao turismo, sua importância residiria no fato que elas ultrapassam muitas vezes o rendimento dos maiores ramos tradicionais, deslocam multidões, geram empregos e, portanto, provocam grandes efeitos espaciais. Fatos que, apesar de não serem os únicos, continuam sendo importantes na tarefa de avaliar a relevância das atividades humanas.

Outros geógrafos partiram, direta ou indiretamente, da noção de função urbana com o intuito de proceder a uma distinção entre as diversas atividades⁶⁵ reunidas no terciário. No que concerne ao terciário, Merlin⁶⁶ (1997) lembra-nos que Jacqueline Beajeu-Garnier falava do aspecto de *fourre-tout* inerente ao terciário, o qual era tão cômodo quanto impreciso, devendo-se isto não somente ao fato que o terciário era muito diversificado, mas ao seu caráter de *setor refúgio*.

Mas, apesar das suas diferentes classificações, o terciário não deveria ser tomado como mero recorte descolado de uma complexidade mais ampla e articulada. Neste sentido, Beajeu-Garnier e Chabot (1975) estudaram o terciário no âmbito da perspectiva das funções urbanas⁶⁷ com relação às suas relações com o exterior, deixando, por outro lado, de valorizar aquelas funções que mantinham a existência dos seus próprios cidadãos. O terciário, assim, só tinham sentido se atrelado às funções desempenhadas pela cidade, nos contextos regional, nacional ou mundial, mediante sua função principal: militar, comercial, industrial, de recepção, administrativa ou política.

Raymond Guglielmo apresentou-nos outra renovação na perspectiva do estudo do terciário, no contexto da construção de uma *geografia ativa*. Isso teve como consequência o esboço de *Um Novo Capítulo da Geografia: A Geografia do Consumo e da Distribuição*, título de um dos capítulos da coletânia da qual ele é coautor: *A Geografia Ativa*. Esse capítulo nada mais é, portanto, do que uma tentativa de geografizar o processo de crescimento do consumo e da sua distribuição no mundo, no âmbito da proposta da geografia ativa. Nesse sentido, ele apontava, como causas do processo acima mencionado, vários fatores: novo surto demográfico,

⁶⁵ Para Pierre Merlin, tais atividades eram as seguintes: comércio atacadista, comércio varejista, transportes, administração, educação, cultura, religião, residência etc; a própria Jacqueline Beajeu-Garnier preferia distinguir as funções de enriquecimento (além da indústria, do comércio, do turismo, das finanças, da residencial), as funções de responsabilidade (administração, compreendendo aí a educação) e de criação e transmissão (transportes, telecomunicações, cultura). Argumentou que não é certo que tal distinção seja considerada como cômoda, já que continua a misturar em cada uma das três categorias de natureza muito diferente, presente aqui a ideia de setor *resíduo*.

⁶⁶ Todavia, continuava a considerar como atividades terciárias aquelas que correspondiam as “outras” atividades, aquelas que não se incluiriam nem no setor primário (agricultura e silvicultura, pesca, minas e *carrières*) nem no secundário (indústria, aí compreendidas a construção civil e os trabalhos públicos). (Cf. MERLIN, 1997, p287)

⁶⁷ Eles argumentavam que “La agrupación de los hombres en ciudades permite el mejor ejercicio de determinadas formas de actividad. Estas actividades constituyen la función de la ciudad. La función, es en cierto modo, la profesión ejercida por la ciudad, constituye su razón de ser: bajo esta forma es como aparece al exterior; así como algunos de nuestros compatriotas son banqueros o doctores, Detroit o Sochaux son para nosotros las ciudades donde se fabrican automóviles, Dunkerque es un puerto, Cambridge una Universidad, Brasilia una capital. [...] Se trata, en primer lugar, de actividades de la ciudad como órgano que ejerce una función en un conjunto, es decir, actividades dirigidas al exterior. Los trabajos ejecutados en interés de los propios habitantes, de uso interno, si así puede decirse, no dependen de la función de la ciudad. [...] Entre estas actividades cabe citar la de los albañiles que construyen viviendas para los habitantes de la ciudad, la de los panaderos que elaboran el pan para los ciudadanos, la de los comerciantes de ultramarinos que abastecen al vecindario de las calles adyacentes; conviene añadir la actividad de los mecánicos que separan los automóviles de sus conciudadanos, la de los profesores que instruyen a sus hijos; todas las actividades se realizan como consecuencia del agrupamiento urbano, pero no representan la razón de ser de la ciudad. [...] Muy a menudo, por otra parte, las actividades ejercidas en la ciudad no son más que la continuación de antigua actividades familiares, como la confección de vestidos y la elaboración de pasteles, por ejemplo. [...] Conceptuaremos pues, solamente, **como funciones de la ciudad las actividades que justifican su existencia y su desarrollo, que aportan los recursos necesarios a su vida.**” (Cf. 1975, p.119-120, destaque nosso)

envelhecimento e, posteriormente, rejuvenescimento da população no período entre guerras, bem como o aperfeiçoamento das técnicas de acesso e de *marketing*. Quanto ao primeiro:

[...] não só aumenta o número dos consumidores, mas, dentro da conjuntura atual de desenvolvimento econômico, favorece outrrossim os progressos da produtividade e as reivindicações de salários e, a escassez de mão-de-obra ajudando, contribui à elevação sensível do nível de vida da grande maioria da população, ainda que muito desigualmente segundo as categorias sociais. (GUGLIELMO, 1980, p.212)

O segundo fator é demonstrado no momento em que ele considerou que: “Ao envelhecimento do período anteguerra, acrescenta-se hoje um rejuvenescimento que, brevemente completado por um aumento do número relativo de jovens adultos, constitui em si um fator de acréscimo”. (Ibidem) Enfim, para ilustrar o terceiro fator, Guglielmo ressaltou o aperfeiçoamento das técnicas de estudo de mercado e venda a crédito, bem como de evolução dos meios de difusão da publicidade: imprensa e rádio. Ao que, hoje em dia, acrescentaríamos a televisão e a internet.

Após ter feito a análise das causas do crescimento do consumo e da distribuição no mundo, ele analisou o fenômeno da sua diversificação, o qual se dava paralelamente àquele do aumento demográfico. Na busca dos fatores que poderiam explicá-lo, ele citou dois: a) a evolução do custo de vida, suscitando novas necessidades; b) e o já citado desenvolvimento da proporção de jovens e cidadãos. Todavia, para a geografia, uma das maiores contribuições deste trabalho residiu na ênfase colocada nos chamados tipos regionais e locais de consumo. Para isto, Guglielmo (1980, p.220-221) fundamentou-se na seguinte ideia:

Sob os consumos nacionais médios descobre-se a realidade mais concreta de consumos regionais e locais. Eles refletem a especialização das economias regionais, a desigualdade de seu desenvolvimento e do nível de vida que disso resulta, a diversidade dos ambientes residenciais (urbano ou rural, velhos bairros ou novos arrabaldes etc.). Quanto mais restrita a coletividade, mais ela ganha em homogeneidade. Cada tipo de unidade residencial possui assim seu tipo de consumo, bem como delimitado no espaço e em função do qual se apresentam finalmente os problemas do equipamento comercial e de organização. [...] É neste nível que melhor se percebe a influência que exercem sobre o consumo a *composição social* da população e suas *características demográficas*. (itálicos no original)

Argumentou ainda Guglielmo (1980, p.225-228) que, no período em que as diferenças entre os modos de vida do campo e da cidade eram ainda destacadas pelos estudiosos:

A diferenciação principal é a que opõe o consumo das cidades ao dos campos. No seu volume global, primeiro: o orçamento médio dos habitantes das cidades é em todo lugar superior ao dos rurais. De fato, é nas cidades que residem e trabalham as categorias sociais de alto nível de vida (industriais, grandes comerciantes, profissões liberais etc.). Operários, empregados, artesãos, eles também, na sua maior parte habitantes das cidades, consomem mais do que os assalariados agrícolas e a maioria dos agricultores. Cada uma dessas categorias goza, ainda, de um nível de vida mais elevado em meio urbano do que em meio rural. Finalmente, os adultos, que consomem sempre mais do que as crianças e os velhos, são em maior proporção nas cidades do que nos campos.

Ele considerava também que, no caso dos países do *Terceiro Mundo*, as diferenças quanto ao consumo, entre a cidade e o campo, eram ainda mais gritantes, já que não se tinha neles uma forte parcela da burguesia rural estabelecida no campo. Mas, nos nossos dias, isso

poderia ser relativizado com o advento do turismo rural e de outras atividades urbanas no rural. Barros (1998, p.9-10) quando, relacionou a expansão dos serviços com a função turística, disse que:

Do ponto de vista das alterações sociais, econômicas, culturais e políticas contemporâneas, talvez seja a expansão dos *Serviços* o evento mais marcante deste final de século. Assemelha-se à passagem das sociedades rurais para o quadro das sociedades urbano-industriais. Não é à toa que tal processo é denominado de *Revolução Pós-Industrial ou dos Serviços*. (itálicos no original)

Em seguida, este mesmo autor mostrou, mediante duas tabelas, que tanto em “economias maduras” – França, Alemanha, Japão, Países Baixos, Suécia, Reino Unido da Grã-Bretanha e Estados Unidos –, como no Brasil, os serviços vêm apresentando taxas em crescimento de ano para ano. Todavia, não obstante a importância dessas afirmações, faz-se necessário continuar indo mais além, não permanecendo amarrados na constatação de fatos.

No que tange às alterações acima referidas – econômicas, culturais, sociais, políticas e espaciais – as nossas pesquisas e reflexões teóricas têm mostrado que os serviços se tornaram cada vez mais evidentes porque estão atrelados à vida urbana, a qual, por sua vez, é impulsionadora dos serviços em sua própria dinâmica.

Hoje, com os processos de modernização acelerada do campo também por serviços, em todos os níveis do seu acontecer (os da produção econômica, das relações sociais, de novas atitudes relativas à cultura etc.), muitos espaços no campo – sobretudo aqueles localizados no entorno das metrópoles mais dinâmicas do mundo atual – tornaram-se até mais dinâmicos do que os urbanos. O mesmo autor acrescentou que, ao lado da influência do nível de vida no âmbito da oposição entre campo e cidade, achavam-se as diferenças atinentes às condições de trabalho e existência das pessoas, dando como exemplo o fato que os habitantes das grandes cidades francesas destinaram, mais do que os do campo, uma parte considerável do seu orçamento total aos transportes, às férias, à cultura e aos lazeres.

Acrescentamos ao acima exposto, as necessidades de mobilidade social, repercutindo no consumo de serviços de educação, cursos profissionalizantes etc. Isso indica que a urbanização influí e orienta os cidadãos na direção da realização de despesas específicas, sendo isso consequência das distâncias que separam os lugares do trabalho dos da moradia, bem como da necessidade de evasão, repercutindo no aumento das despesas com transportes.⁶⁸ Segundo o autor, “[...] os trabalhadores das grandes cidades são muitas vezes obrigados a tomar sua refeição do meio-dia no local do seu trabalho, solução essa favorecida pela presença de refeitórios de usinas, restaurantes *self-service*, universitários, que evidentemente faltam nos campos”. (GUGLIELMO, 1980, p. 228).

Também se considerou diferenças do consumo quanto aos tipos de cidades: pequenas cidades com modos de consumo bastante próximos daqueles encontrados no campo e mais sensíveis às influências regionais; médias cidades; cidade mundial, onde as diversidades profissional e social atingem o seu máximo. Acrescenta-se também um esforço em termos da apreensão da diferenciação do consumo em nível intraurbano: as diferenças espaciais entre os bairros. Fazia-se evidente também, nos anos 50 e 60 do século passado, a generalização do

⁶⁸ Em reportagem da imprensa recifense, foram divulgados dados de pesquisa referente à perspectiva da mobilidade – no sentido dos deslocamentos no espaço – dos recifenses que dependem de serviços públicos de transporte para se deslocarem através do espaço citadino e metropolitano. Dentre os dados apresentados destacaram-se, sobretudo, aqueles que indicavam a queda do número de viagens de indivíduos pertencentes às camadas sociais de mais baixa renda, pelos espaços urbanos; o que se deve, principalmente, aos preços das passagens pelo uso do transporte coletivo, bem como ao empobrecimento da população urbana.

serviço de após venda, em função da alta tecnicidade dos novos produtos; bem como das lojas *livre-serviço*, as quais requerem, conforme Guglielmo (Ibidem, p.248):

[...] um pessoal muito menos numeroso do que nas lojas tradicionais; permite a aceleração da venda, em consequência uma rotação mais rápida dos estoques, fonte de rendimento acrescido do capital investido. [...] inspira sem cessar novas iniciativas comerciais: organização das horas de abertura, exposição de todas as mercadorias, disposição das prateleiras e das ‘gôndolas’ etc.

Ao final do trabalho Guglielmo demonstrar que a geografia possui um papel de primeiro plano na elaboração de uma política visando a uma distribuição mais racional das atividades ligadas ao comércio. Em outras palavras, mediante o estudo e a comparação de vários casos concretos, caberia à geografia ordenar os dados da repartição atual das atividades humanas determinando o ritmo e o sentido da sua evolução. Ao mesmo tempo, informando os fatores responsáveis pelos obstáculos a serem superados, pelas incompatibilidades a serem evitadas, bem como pelas tendências favoráveis à sua superação. Isso é, em geral, parte do que se pode dar como definição, de maneira sucinta, da proposta da *geografia ativa*.

Essa proposta de geografia ativa não deixou de levar em conta a situação das populações trabalhadoras no terciário, buscando contribuir para uma geografia econômica social, avançando ainda mais na discussão ora resgatada. E é George (1979) quem nos trouxe algo mais concreto sobre esta questão, quando começou a destacar que:

A evolução mais espetacular da divisão da ‘força de trabalho’ entre diversas atividades nas economias e sociedades industriais, no curso deste último meio-século, é o aumento dos efetivos de pessoas ativas empregadas em ocupação que não são concreta ou diretamente produtoras de objetos, quer se trate de bens de equipamento e instrumentos de produção ou material oferecido para uso individual ou familiar. Essas ocupações têm sido agrupadas sob a referência de serviços, que é, em si mesma, noção muito vaga. Aplica-se a ocupações tão diferenciadas como transportes, telecomunicações, informação, comércio, banco ou cuidados médicos. Ao mesmo tempo responde a estratificações de necessidades ou usos muito diferentes indo da defesa nacional ou das administrações centrais para os serviços chamados pessoais e atividades culturais. (Ibidem, p. 81)

No que concerne à variedade em termos de localização, como argumenta George (Ibidem), tem-se que as “[...] atividades de interesse geral são especializadas na sua pluralidade e ubiqüidade, e simplesmente se localizam onde se efetua o trabalho. As atividades que implicam contato de serviço são, ao contrário, implantadas em consideração a comodidades e exigências do serviço.” (Ibidem, p. 82) O autor não deixou de enfatizar, também, que a “[...] noção de setor terciário, de atividade terciária, nasceu da necessidade de classificar e definir *a contrario* atividades proeminentes da evolução tecnológica da sociedade industrial. Poder-se-ia, em certa mediada, relacioná-la com a elaboração da sociedade de consumo ou da sociedade dita ‘postindustrial’”. (Ibidem) Segundo, ainda, George (Ibidem, p.83):

Foi o crescimento dessas formas de atividades, ocupações e serviços que forçaram a sociedade de consumo [...] a levá-los em consideração, a que surgisse o termo de setor terciário. A sociedade moderna, em relação à sociedade industrial, se definiu pelo desenvolvimento dos negócios, das estruturas administrativas, das atividades culturais. Historicamente e antes do termo a realidade do terciário precede a do secundário, oriundo da primeira revolução industrial. E foi bem precisamente nesse momento sua ligação espacial com o desabrochar vigoroso das cidades.

George (Ibidem) procurou fazer uma classificação funcional, porque, segundo ele, seria mais fácil e simples para apreender e compreender o que estava acontecendo ao nível da realidade espacial dos homens e das mulheres, no que diz respeito às suas inter-relações com a dinâmica do terciário. Foi daí que surgiram os tipos seguintes: (a) função econômica: gestão dos negócios, transmissão e distribuição das mercadorias, transporte de pessoas, prestação de serviços diretamente remunerados; e (b) função social: conjunto dos setores assegurados pela coletividade pública, proporcionando a redistribuição da renda bruta e o reajustamento das vantagens sociais por meio do sistema fiscal; com tendência ao seu crescimento, sobretudo no que diz respeito à provisão dos serviços públicos.

Tentou-se, assim, ultrapassar a visão do terciário como um mero setor resíduo, a qual não dificultava apenas a apreensão da dinâmica do conjunto das atividades terciárias, como vimos na seção anterior, mas também a análise das suas relações com o trabalho. Quanto à classificação do trabalho no terciário, tem-se que:

A heterogeneidade do setor [...] tem dupla consequência: a enorme diversidade das formas de trabalho e dos tipos de pessoal implicados, a não menor variedade dos impactos sobre o espaço, tanto em termos de localização das atividades concretamente observáveis como em termos de zonas de influência de fluxo de relações, efeitos de atração e polarização. (Ibidem, p. 89)

Quanto à dimensão dos órgãos institucionais que assumem essas atividades e à sua qualificação principal – e não mais segundo a dimensão funcional – tem-se: (a) atividades de grandes órgãos: administrações públicas, funcionários e empregados do Estado e das coletividades públicas; cujo caráter comum residiria na inclusão do pessoal em faixa de distribuição salarial e um sistema de carreira garantido, assegurando a sua continuidade, e a permanência no emprego, hierarquia calcada na classificação estatística entre os quadros médios e superiores; e (b) atividades de contato: comércio, serviços remunerados.

No que tange aos impactos espaciais do terciário, vale a pena lembrar que ele modifica o espaço conforme o tipo de organização espacial da atividade. Daí o terciário de comando que, por reunir atividades centralizadoras ligadas à função de metrópole, acha-se essencialmente concentrado; o terciário superior, achando-se também espacialmente concentrados; e os serviços banais, que se disseminam no espaço, pois a sua oferta apresenta-se espacialmente desconcentrada.

George (Ibidem) chegou a destacar outro nível importante da análise da relação serviços-trabalho, diferenciando seus setores: heterogeneidade das forças de trabalho do terciário em oposição à aparente homogeneidade do trabalho industrial, sobretudo estandardizado (trabalho industrial: manual, masculino; trabalho no terciário: intelectual e manual, feminino e masculino); “terciário direcional” e administrativo, integrado ao fenômeno de polarização x “terciário de serviços” abrangente e irregularmente ubiquista; “terciário superior” x resto do terciário; inclusão da ideia de um “setor quaternário”; “terciário tradicional” (comércio, distribuição de serviços) x “terciário moderno” (serviços às empresas) com base em dualismos técnico e econômico.

Retomamos, agora, à discussão dos serviços (comércio, distribuição), mas na sua relação com o “fazer urbano”, principalmente porque não se pode analisar e compreender o terciário sem levarmos em conta esta importante atividade humana. Nessa perspectiva, que se pode considerar como *urbanismo comercial*, além da contribuição de Guglielmo, Merlin (1997, p.305) define-o como:

[...] o conjunto das medidas técnicas, administrativas e financeiras que visam a permitir um desenvolvimento das atividades comerciais de modo harmonioso, eficaz e coerente com outros empreendimentos urbanísticos. O urbanismo comercial é assegurado através de regulamentações/normas do próprio urbanismo - o plano de uso e ocupação do solo pode incitar ou dissuadir a implantação dos comércios em tal ou tal setor; o plano diretor deve prever a implantação dos centros comerciais -, os procedimentos das ZACs (Zonas de Aménagement Concertado), frequentemente retidos pelos centros comerciais, e as comissões de urbanismo comercial que autorizam a implantação dos grandes centros comerciais [...] tudo isso evitando a sobrecarga de equipamentos em determinada área e o declínio dos comércios tradicionais, assim como permitindo a coerência com os objetivos do aménagement du territoire e do urbanismo.

Pesquisas de Salgueiro (1996) mostraram que, sobretudo nos últimos trinta anos do século passado, o comércio sofreu fortes transformações, tendendo mesmo a uma revolução propiciada, notadamente, pela existência de um profundo processo de aumento das oportunidades e da diversidade no setor. Ela reafirmou a relevância da atividade de distribuição na formação socioespacial sob um contexto de internacionalização, a partir, evidentemente, da realidade portuguesa. A autora enfatizou, na perspectiva da oferta a evolução no âmbito das estruturas da distribuição, o crescimento da competitividade entre as diversas formas comerciais e as transformações do urbanismo comercial. Na perspectiva da procura, ela destacou, principalmente, as transformações desses processos nos lugares em que eles aconteciam, bem como as características dos novos consumidores quanto à elaboração de diferenciações no que concernia aos hábitos de consumir e comprar. Convém, ainda, resgatar da contribuição desta autora uma definição mediante a qual podemos apreender o processo de evolução conceitual de comércio e distribuição:

Teremos de começar [o tema] naturalmente por distinguir entre distribuição e comércio. O *comércio* é uma fase intermediária entre a de produção de bens ou serviços e a do seu consumo e utilização, tendo por função levar/disponibilizar as mercadorias até aos consumidores. Distinguem-se, no geral, dois tipos de comércio, que correspondem a duas etapas nos circuitos de comercialização dos produtos, o comércio grossista [atacadista] e o comércio retalhista [varejista]. O primeiro estabelece a ponte entre produtores e retalhistas, reunindo produções por vezes dispersas que distribui aos retalhistas, juntamente com a informação sobre novos produtos. O comércio retalhista oferece directamente aos consumidores os artigos de que eles necessitam, onde e quando necessitam. Embora exista uma forte tendência para a concentração dos retalhistas em pontos centrais à sua clientela, desde sempre com a reunião dos mercadores em mercados e feiras, a uma certa escala de análise o comércio retalhista apresenta um padrão espacial relativamente disperso, por acompanhar as áreas de concentração de consumidores, e é a função em que vulgarmente se pensa quando se fala de comércio. Ultimamente, com o desenvolvimento de empresas que acumulam as funções de grossista e de retalhista, tende a falar de *distribuição* no sentido integrado daqueles dois ramos de comércio, compreendendo esta o conjunto das atividades que se sucedem desde que um produto fica concluído até ao seu uso pelo consumidor, chegando a incluir serviços de pós-venda. Envolve a compra dos artigos aos produtores e, quando se trata de produções dispersas, a sua reunião em pontos mais centrais, o transporte e armazenagem, o fraccionamento e embalagem de produtos em quantidades acessíveis ao consumidor e respectiva etiquetagem; o transporte das mercadorias até aos pontos de venda e a promoção dos artigos de modo a torná-los apelativos à compra. Se os produtores entregarem os artigos embalados e etiquetados segundo os requisitos do mercado, deixa de ser necessário proceder ao seu fraccionamento durante a fase de distribuição. Vê-se, portanto, que tanto o comércio grossista como o retalhista são etapas na distribuição, que pode ter simplificadas algumas tarefas. (SALGUEIRO, 1996, p.1-2, itálicos no original)

Trata-se, portanto, de uma perspectiva de abordagem que se propõe a apreender e entender a realidade na sua complexidade e totalidade, abandonando aquelas perspectivas puramente positivistas de segmentar e reduzir os fenômenos a simples recortes sem nenhum vínculo com a estrutura social global. Complementando a ideia acima colocada, esta autora defendeu que:

As várias fases de um circuito de distribuição podem ser desempenhadas por agentes autónomos (transportadores, comerciantes grossistas, comerciantes retalhistas) ou não. *Círculo de distribuição* é o conjunto de agentes económicos utilizados por um produtor para levar os seus produtos até aos consumidores. Caracteriza-se pela sua extensão (número de agentes que o integram) e pela repartição de funções entre esses agentes. (Ibidem, p.2)

Portanto, para a autora, a própria natureza e dinâmica do processo de modernização do comércio não nos permite mais prescindir do conceito de distribuição, sobretudo no que diz respeito ao tratamento do papel dos grupos ligados aos hipermercados e a outros centros comerciais no processo de produção do espaço no mundo atual. Da mesma maneira, T. B. Salgueiro ressaltou a imbricação do comércio com o setor dos serviços, na medida em que considerou os serviços pessoais como serviços de caráter comercial:

[...] porque, tal como o comércio, se destinam ao uso do consumidor final individual (contribuem para a reprodução social da força de trabalho) e as condições para a sua prestação assemelham-se bastante às do comércio sendo muitas vezes estudados em conjunto com ele. São exemplos deste tipo de serviços os prestados pelos médicos e escolas [privados], as reparações de calçado ou electrodomésticos, limpezas, cabeleireiro, modista, etc. (SALGUEIRO, 1996, p.15)

Outros geógrafos portugueses, discutindo as relações entre o comércio tradicional e as dinâmicas de modernização em termos de políticas urbanas, também reforçaram a ideia da pertinência do conceito de distribuição, alegando que:

Mais recentemente, devido à difusão das empresas integradas, a maioria das vezes inseridas em grandes grupos económicos que acumulam as funções da venda por grosso e a retalho, o conceito de comércio tende a ser progressivamente substituído pelo de distribuição; termo através do qual se designa ‘o conjunto de operações físicas, financeiras e de gestão, necessárias num sistema económico para colocar os bens produzidos junto dos consumidores finais’ [...]. Trata-se pois de um conceito bem abrangente, uma vez que compreende todo o conjunto de atividades que se sucedem desde o momento em que os bens são produzidos até ao seu uso final pelos consumidores, incluindo o vasto leque de serviços, a montante, paralelos e a jusante da venda, como acontece frequentemente com a assistência técnica disponibilizada por inúmeros comerciantes aos consumidores após a concretização do acto da compra. (FERNANDES, CACHINHO e RIBEIRO, 2000, p.9)

Outro ponto interessante deste trabalho é quando os autores refletem sobre as relações do comércio com a política. A primeira observação que fizeram reside no fato que nunca houve uma política para o comércio, mas algumas ações, mais ou menos dispersas ou integradas, dirigidas para o comércio especialmente, bem como outras mediante as quais o comércio foi considerado direta ou indiretamente; portanto sem uma linha condutora explícita associada a estratégias de médio/longo prazos. Contudo, segundo os mesmos autores, assiste-se, hoje:

Por parte da administração, [...] a uma lenta evolução, de uma posição de completa desvalorização do comércio, ainda visto essencialmente como uma atividade de mero acompanhamento do setor produtivo, para uma outra de contenção dos efeitos sobre o tecido comercial existente e de resposta aos protestos deste. É este o húmus em que germina o projecto de urbanismo comercial, cuja origem está associada à necessidade de encontrar meios e mecanismos de ‘compensação’ aos pequenos comerciantes e quando também na perspectiva da cidade e do urbanismo, como se disse já, existem condições favoráveis a uma boa receptividade à intervenção pública sobre o tecido económico e o tecido urbano consolidado. Esta receptividade é ainda reforçada pela assumidamente fraca integração do comércio nas políticas e instrumentos de planejamento estratégico ou territorial apesar de algumas intenções tecnicamente sustentadas nos princípios christallianos... (Ibidem, p.130)

Com efeito, o comércio e suas centralidades espaciais, das quais um conjunto de outros serviços faz parte, tem conquistado uma relevância cada vez mais forte no que concerne à gestão e ao planejamento urbanos. Isso acontece na medida em que as administrações municipais passam a considerar o comércio como atividade reforçadora, por exemplo, das práticas de revitalização urbana, nos centros históricos das nossas cidades. Nesse sentido, também em Portugal:

[...] as câmaras municipais têm vindo a intervir de uma forma intensa sobre o centro das cidades, associando em muitos casos à intervenção sobre o espaço público e a circulação, a participação de componentes ligadas ao setor privado e público estatal, para que o Programa de Modernização do Comércio (ProCom) e em particular o urbanismo comercial, desempenhou um papel da maior relevância. (Ibidem, p.152)

É evidente que, neste processo, não é somente o comércio que constitui uma atividade motriz da revitalização, promovendo o que se costuma chamar, na geografia do comércio, de urbanismo comercial. Mesmo porque estamos considerando o comércio como uma atividade incluída no grupo dos *serviços de distribuição*, visto que não se consegue mais compreender as atividades econômicas fragmentadas e desconectadas das demais atividades do conjunto da economia, o qual deve ser compreendido como um todo complexo e dinâmico.

Foram, portanto, consideráveis os aportes dos trabalhos da geografia, bem como da economia, sociologia e antropologia para a formação do que hoje chamamos Geografia dos Serviços. Daí porque tecemos comentários sobre a importância do terciário (comércio, transporte, turismo) para o espaço; a relação dessas atividades com a cidade a partir de funções por elas exercidas nas economias urbanas; o advento da geografia do consumo e da distribuição das suas atividades; as diferenças espaciais do consumo (entre países, regiões, espaços urbanos e rurais); a sua capacidade na criação de empregos, o papel do Estado na provisão de serviços e o advento de um urbanismo do terciário/comercial entre tantos outros processos.

Passemos agora a tratar mais de perto, das inter-relações estabelecidas entre os serviços e os espaços do seu acontecer, na perspectiva da análise especificamente geográfica.

3.4-Os Serviços e a Análise Espacial

Como a geografia dos serviços é um campo do conhecimento científico que possui como objeto de estudos e pesquisas o processo de produção dos espaços pelos homens e mulheres no curso da sua história de vida, dedicaremos esta seção a possibilidades de apreensão e compreensão das inter-relações dialéticas estabelecidas entre os serviços e o espaço geográfico

no âmbito de uma análise espacial. Isso porque, de acordo com o geógrafo francês Alain Reynaud: *a geografia é o estudo da sociedade pelo espaço*.

3.4.1-A formação de uma geografia social dos serviços

A quantidade de estudos e pesquisas, indiretos ou diretos, que já existem sobre o terciário em vários campos disciplinares do conhecimento científico e, sobretudo, a visibilidade que os serviços vêm adquirindo como atividades impulsionadoras do processo de produção do espaço geográfico constituem as principais fontes e razões que despertaram o interesse dos geógrafos pelo papel dessas atividades na organização dos espaços humanos. Com isso, a geografia dos serviços passou tornou-se um novo campo da análise espacial, como começamos a ver em seções anteriores.

Este campo possui como preocupação central a análise e, por conseguinte, a explicação das inter-relações entre o processo de produção do espaço geográfico e os serviços. Isso não quer dizer que a geografia ocupa-se apenas do simples rebatimento mecânico dos processos concomitantes de crescimento, expansão, diversificação e modernização dos serviços no espaço geográfico, engendrando, neste espaço, diferentes paisagens. É verdade que esse rebatimento dos serviços no espaço constitui um ponto de partida dos nossos estudos porque é este rebatimento no espaço que nos instiga a refletir acerca da natureza da dinâmica dos serviços na sociedade.

Porém, devemos ir mais além, ou seja, preocuparmo-nos dialeticamente tanto com os objetos espaciais técnicos engendrados pela dinâmica espacial dos serviços, quanto com o papel do espaço na produção desses mesmos objetos. Em outras palavras, os serviços materializam-se no espaço, engendrando objetos e ações, podendo suscitar diversas formas de produção do espaço. Mas estes objetos são construídos mediante usos específicos que os homens fazem do espaço transformando-os em seus próprios lugares de vida, trabalho etc. É neste sentido que o espaço não somente constitui resultado, produto das relações estabelecidas entre os homens, mas também meio, uma *inércia dinâmica* essencial ao desenvolvimento dessas inter-relações.

Por isso, o espaço e tudo o que ele contém – *forma-conteúdo* – não são coisas em si, mas objetos produzidos por ações as quais, ao mesmo tempo, são orientadas e calcadas nos objetos que servem simultaneamente como suporte, meio e condição para a vida cotidiana dos homens e das mulheres no processo de produção do seu espaço, ao longo da sua história de vida, articulando solidária, contraditória e indissociavelmente sistemas de objetos e sistemas de ações. No que tange ao conceito de sistema de objetos, convém ressaltar que, como argumentou Santos (1997):

[...] hoje, e cada vez mais, os objetos tomam o lugar das coisas. No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos. Assim, a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor. (Ibidem, p. 53)

Necessário se faz dizer que, segundo ainda Santos (Ibidem), procurando elucidar ainda mais o conceito de objetos, disse que:

Para o geógrafo, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra [formas, fixos], toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade. (Ibidem, p. 59)

Neste capítulo, os objetos espaciais técnicos constituem não somente fixos espaciais através dos quais os serviços (comércio, turismo, transporte, administração, lazer, finanças, comunicação, informática etc.) são oferecidos; pólos terciários e demais formas espaciais das diversas instituições que, em si, prestam serviços à sociedade. Mas, simultaneamente, a corporificação de intenções e símbolos que constróem e viabilizam relações sociais, políticas, econômicas, culturais etc. que estimulam ações importantes ao desenvolvimento da sociedade.

Quanto ao conceito de sistema de ações, antes de mais nada, temos que ter em mente que, conforme Santos (Ibidem, p.64): “A ação [fluxos] é um processo, mas um processo dotado de propósito [...], e no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo. Esses dois movimentos são concomitantes”. Em seguida, vale ressaltar que, no contexto da aceleração e intensificação do processo de mundialização (globalização), disse Santos (Ibidem, p.66) que: “As ações são cada vez mais precisas, também, mais cegas, porque obedientes a um projeto alheio o qual, por isso, tem contribuído para a alienação da sociedade”. Essas ações não significam apenas práticas individuais ou sociais fragmentadas que serão romanticamente materializadas no espaço que lhes serve de suporte. Mas, por outro lado, significam também instâncias da criação de *gêneros de vida* que usam o espaço para a viabilização dos seus projetos de vida, carregados também de intencionalidades, desejos, propósitos, emoções, utopias etc.

É desse modo que os diversos agentes sociais usam, dialeticamente, o espaço geográfico, simultaneamente, como suporte, meio e condição para a realização das suas próprias atividades. Isto ora no sentido da manutenção da realidade existente, ora no da sua mudança. No primeiro sentido, temos os processos simultâneos de crescimento, expansão, diversificação e modernização dos serviços ligados à produção e distribuição de bens materiais e imateriais inerentes à consolidação do sistema capitalista tal como existe, criando fábulas que, atenuando tensões sociais e ocultando privilégios, impedem a formação da consciência universal⁶⁹ e de oposições mais energéticas.

Neste mesmo sentido, também podemos acrescentar as várias experiências de urbanismo que possuem na estratégia do ordenamento territorial em diversos lugares mecanismos para torná-los competitivos e, por sua vez, capazes de atrair investimentos econômicos, sem nenhum comprometimento nem mesmo com o que alguns setores progressistas do empresariado chamam de *crescimento com responsabilidade social*. A revitalização de antigos centros comerciais, a expansão de *shopping centers*, a *turistificação* de espaços, a implantação de parques temáticos e *resorts*, contribuindo para o surgimento/reforço de situações de fragmentação do espaço geográfico, constituem importantes exemplos, nos nossos dias, do que estamos arguindo.

Por outro lado, o espaço geográfico é, também, usado pelas classes sociais que resistem à lógica acima referida e, por conseguinte, lutam pela implantação de serviços que lhes garantam (aos pobres e precarizados, etc.), pelo menos, as condições sem as quais não se pode sobreviver em uma sociedade capitalista. É o caso, por exemplo, daquelas pessoas que lutam por serviços sociais de qualidade dentre os quais destacamos saúde, educação, segurança, habitação, infraestrutura básica etc. Nisso, temos a produção do espaço como resistência aos imperativos perversos dos projetos inerentes a *ordens distantes* que não consideram os territórios vividos historicamente pelos pobres.

⁶⁹ Usamos esta expressão, fundamentando-nos na ideia de conscientização de Paulo Freire para quem “[...] não como panacéia, mas como um esforço de conhecimento crítico dos obstáculos, vale dizer, de suas razões de ser. [Hoje] Contra toda a força do discurso fatalista neoliberal [dos projetos alheios], pragmático e reacionário, insisto [...], sem desvios idealistas, na necessidade da conscientização”. (FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.60)

Recolocamos a importância que o Estado ainda possui em formações sociais, econômicas e espaciais como a nossa, pois quem é capaz de fazer dos lugares em que habitamos, circulamos, trabalhamos, vivemos espaços não somente atrativos para o mercado como também espaços éticos e solidários? **Éticos** no sentido de contribuir ao mesmo tempo para o crescimento econômico e o desenvolvimento da sociedade (Estado desenvolvimentista + Bem-Estar social); e **solidários** no sentido da valorização das pessoas em sua totalidade, promovendo justiça espacial e condições à concretização do espaço da vida, no qual a sociabilidade humana seja resgatada. É assim que o lugar fortalecer-se-á, reunindo condições concretas para negociar mais justiça para todos.

Desse modo, somente o Estado é capaz de resgatar a natureza dos espaços públicos com qualidade em termos de habitabilidade e agradabilidade, em que todos e todas tenham as mesmas chances e oportunidades de vivenciá-los. Para tanto, urge haver um engajamento social na tarefa de mudar a organização do espaço existente, tornando-o de todo(a)s e para todo(a)s. Só assim o espaço será socialmente atrativo, pois pensar em atração fundamentada só na competitividade só funciona no meio empresarial, e a sociedade não pode ser pensada como uma empresa.

Diante do exposto, temos que uma geografia dos serviços possui como *objeto* de estudo e pesquisa, o espaço geográfico, ou seja, aquele que é construído e estruturado permanentemente a partir da dinâmica dos serviços. Mas isso não significa fazer mais um recorte do real, fragmentando ainda mais o pensamento, a reflexão e a elucidação da sociedade. Nessa perspectiva, vale reiterar, não desejamos fundar mais uma disciplina ou subdisciplina da geografia como se fez durante o predomínio da razão cartesiano-positivista na ciência social (geografia da população, geografia agrária, geografia econômica, geografia política, geografia urbana etc.), reduzindo e fragmentando a pesquisa e o pensamento sobre o mundo. Queremos apenas dar visibilidade a outra dimensão do espaço – a dos serviços – cada vez mais importante na vida das pessoas. Isto, com a finalidade de compreender o processo de produção do espaço habitado pelos homens e pelas mulheres para apreender o seu acontecer histórico-geográfico, contribuindo para elucidar a sua natureza social do tempo presente.

Não se deve estudar os serviços sem considerá-los como fazendo parte de uma totalidade complexa na qual as populações, as cidades, as economias etc. acham-se profundamente articuladas e imbricadas entre si em um movimento dialético contínuo e inacabado. Por isso é que, para a construção de uma geografia social dos serviços, também devemos considerar, concomitantemente, as diversas populações que, organizadas socialmente, usam o seu espaço econômico e político para produzir seus territórios (rural, urbano etc.) como táticas ou estratégias para continuarem existindo.

3.4.2- Classificação e definição dos serviços no âmbito da geografia

O fato dos serviços não terem sido, durante décadas, alvo da atenção mais profunda, também, das pesquisas dos geógrafos foi um paradoxo na medida em que, como vimos na seção anterior, os serviços sempre foram atividades importantes nos diversos lugares do mundo, chegando, inclusive, a engajar contingentes sempre maiores de trabalhadores, tanto nos países de capitalismo avançado, quanto nos periférico e semiperiférico. Todavia, houve exceções a esse relativo desprezo dos geógrafos para com o estudo do terciário, na medida em que o comércio, os transportes, o turismo e alguns serviços sociais – educação e saúde – têm feito parte do interesse de alguns geógrafos. A este respeito, convém destacar o que Merlin (1997, p.318) colocou a respeito da sua relevância:

Sem dúvida, a maior parte das atividades deste setor aparece menos transformadoras do espaço do que as atividades agrícolas e industriais. Mas este julgamento merece ser relativizado pelo transporte e turismo que contribuem profundamente para modelar o espaço. Mas, mesmo a administração e os serviços, se a sua ausência no espaço é relativamente discreta, tornam-se cada vez mais simples elementos de suporte às atividades de produção. [...] A administração e os serviços representam mais da metade dos empregos, em França.

Isso decorre do fato da concepção que se tinha do espaço geográfico, na medida em que, em princípio, no período de hegemonia da geografia (neo) positivista, o que predominava era uma concepção materialista do espaço, isto é, só interessavam ao geógrafo os fenômenos que estavam visivelmente fixados no espaço, sem se preocuparem com a dimensão subjetiva, também, inerente ao processo de produção do espaço. Quando a dimensão subjetiva do processo de produção do espaço geográfico ainda não era muito considerada, os pesquisadores preocupavam-se, sobretudo, com as atividades visíveis e produtivas. Isso por considerarem-nas como as únicas capazes de produzir o espaço, sem se terem dado conta do fato que não somente os transportes e o turismo, como dito na citação acima, como também as demais atividades – inclusive educação, saúde, cultura etc. – também impactavam direta ou indiretamente no espaço.

Com efeito, os serviços constituem atividades econômicas difíceis de serem apreendidas e definidas, mormente em razão da complexidade das suas formas de organização, bem como da sua relação com os mercados de trabalho e do consumo. Isso tem a ver com as discordâncias, hesitações e confusões inerentes à concepção do terciário: no seio do próprio terciário há discordâncias quanto à distinção entre comércio, administração e serviços. O comércio e a administração também prestam serviços à sociedade, na medida em que a primeira atividade distribui bens produzidos e a segunda está presente em qualquer atividade humana; as atividades de prestação de serviços, por outro lado, também comerciam os seus produtos muitas vezes aparecendo como empresas comerciais.

Talvez um dos únicos pontos de convergência que antes unia essas atividades resida no fato que nenhuma delas transforma, pelo menos visivelmente, matéria-prima em bens materiais e estocáveis. Mas, hoje, isso já não mais constitui um fator nitidamente diferenciador entre o terciário e o primário e secundário.

Não obstante essa complicação, atrelada, de certa feita, às dificuldades encontradas na própria definição dos serviços tal como apresentamos, buscamos resgatar algumas das classificações que nos permitem melhor apreendê-los na sua relação complexa com a produção social dos espaços humanos. Dentre as várias formas de classificação dos serviços na geografia, destacamos aquelas que se nos apresentam em função da sua natureza filosófica, da relação entre demanda social e distribuição espacial, e do controle do espaço. Há também aqui outras tentativas de classificação que se baseiam em perspectivas filosóficas de uso e interesse, na raridade ou banalidade da sua presença no espaço, bem como no caráter do grau de atração da simbiose do espaço com os serviços nele existentes.

No que concerne à sua natureza filosófica, temos os **serviços de interesse econômico** e **serviços de interesse social**. Em virtude dos seus objetivos sociais, os serviços de interesse econômico são também conhecidos como serviços privados; e os de interesse social como serviços públicos⁷⁰. Trata-se de lógicas de organização espacial que contribuem para a formação, respectivamente, de espaços privados e públicos. Quando se distingue o terciário

⁷⁰ A origem da dicotomia entre as esferas pública e privada, na organização social, remonta ao período do desenvolvimento da burguesia visto que nas idades clássica e medieval não se havia estabelecido a divisão entre essas esferas. Desse modo, “[...] podemos dizer que a articulação do espaço entre esfera pública e [...] privada nasce precisamente da cidade burguesa, do elemento determinante que a constitui: o mercado. A Max Weber cabe o mérito [...] de ter encontrado no mercado, no local da troca, o espaço para a constituição de uma esfera pública.”(DELLE DONNE, 1979, p.189-1990)

público do privado, toca-se, portanto, no problema da natureza da produção em geral do espaço social.

Os serviços de interesse econômico seriam organizados principalmente com o objetivo da obtenção de lucros e conformemente à lógica de organização fundamentada nas leis do mercado capitalista do *laissez faire, laissez passer, car le monde va de lui-même*. Por isto, a localização dos objetos espaciais prestadores desses serviços apresenta-se concentrada, criando paisagens de enclave e fragmentando ainda mais o processo global de produção social do espaço.

Dentre os principais tipos de serviços de interesse econômico considerados, destacam-se: a gestão de negócios, as atividades financeiras (em espaços de bolsas de valores, bancos, sociedades de crédito e corretagem, agências de câmbio, companhias de seguros), as consultorias a particulares e a empresas, o fomento das técnicas de produção e financiamento da economia (em laboratórios, centros de pesquisa), a divulgação de produtos (*marketing, publicidade*); assim como os serviços prestados pelos profissionais liberais (médicos, advogados, arquitetos); pelas atividades de engenharia (concepção, estudos e coordenação para a realização de obras) etc. Em geral, todas essas atividades, portanto, sob o capitalismo, visam, sobretudo, à obtenção de lucros. Daí a sua localização, distribuição e organização nos espaços acontecerem segundo a lógica do mercado.

No debate sobre as perspectivas dos interesses público e privado no âmbito do terciário, Rochefort (1998, p.47-48) resgatou, no tempo histórico, o processo de formação da constituição entre os serviços privados e públicos quando nos lembrou que:

[...] num plano evolutivo, observaremos (nos países desenvolvidos capitalistas) uma tendência à intervenção cada vez mais frequente do Estado no terciário. Ao tempo do capitalismo liberal, o Estado se contentava em administrar a sociedade, e o resto do funcionamento desta última repousava num terciário privado, compreendendo, por exemplo, a educação. Progressivamente, com a evolução do capitalismo, a necessária intervenção do Estado no funcionamento do sistema se impôs e levou-o a encarregar-se de parte das atividades terciárias.

Isto ocorreu justamente no momento em que algumas das atividades terciárias deixaram de ser rentáveis para as empresas privadas, tais como os serviços de transporte e comunicação. No caso dos serviços de educação, habitação, saúde e segurança, estes passaram, durante certo período, a ser providos pelo Estado com o objetivo, sobretudo, de suavizar tensões e possíveis conflitos decorrentes da consciência da parte de certos grupos sociais, no que diz respeito ao acesso àqueles serviços como direitos sociais adquiridos e ratificados pelas constituições nacionais em cada país.

Posteriormente, o Estado, sobretudo para controlar as crises do capitalismo, foi obrigado a intervir nos setores de crédito e finanças a fim de manter o bom funcionamento do mercado; demarcando o período que se convencionou chamar de fordista-keynesiano. O mesmo ocorreu em países subdesenvolvidos, os quais conheceram, por seu lado, o processo de desenvolvimento fordista-keynesiano periférico a exemplo do Brasil. Neste caso, desde os anos 1930, o Estado brasileiro tinha começado a intervir não somente na regulação da economia, mas igualmente na da sociedade, dando origem à provisão de uma série de serviços destinados ora à acumulação do capital, ora à reprodução da força de trabalho. Mas os trabalhadores só têm ficado com “migalhas” que sobram de um modelo de crescimento fortemente concentrador de renda, ou seja, com o extremamente necessário à sua reprodução; e não com todo o produto do seu trabalho. A este respeito, já nos lembrava Marx (2002, p.70) que: “[...] na verdade, o trabalhador a parte mínima e absolutamente indispensável do produto; exatamente tanto quanto

precisa para subsistir como trabalhadores, não como homem, e para originar a classe aprisionada dos trabalhadores, não a humanidade”.

Por isso, convém resgatar a formação do homem como uma totalidade complexa, para o que a oferta e prestação dos serviços sociais com a qualidade devida constituem condição *sine qua non*. Estes serviços são os assegurados pela coletividade pública através da redistribuição da renda gerada coletivamente por meio do sistema fiscal e possuindo, além disso, organização espacial desconcentrada, facilitando o acesso dos cidadãos aos serviços garantidores da sua reprodução socioeconômica e espacial. São, portanto, indispensáveis ao desenvolvimento efetivo da sociedade. Costumou-se subdividi-los em dois subconjuntos: serviços administrativos e serviços de informação e cultura. Como serviços administrativos, segundo Rochefort (*op. cit.*), destacar-se-iam o exército, a segurança, a educação, a instrução, bem como aqueles realizados em centros de férias e repouso, creches, casas de repouso, hospitais, sanatórios, correios e comunicações. Como serviços de informação e cultura, ter-se-iam os relativos a imprensa, cadeias de rádio e televisão, jornais, galerias de arte, museus, salas de exposições, teatros, bibliotecas etc.

O modelo de organização espacial dos serviços de interesse social encontra-se baseado na lógica do Estado do Bem-Estar social, a qual garantiria a universalização de uma série de vantagens e segurança contra riscos diversos e também para os segmentos sociais subalternos da sociedade. Mas como esse processo se deu no Brasil? Que tipo de Estado nós tivemos aqui? Social ou desenvolvimentista? Quais as repercussões desta questão para a sociedade? São questões que devemos colocar quando passamos a explicar a organização espacial dos serviços.

Com o neoliberalismo, desde os anos 1980 nos países de capitalismo avançado, e 1990 no Brasil, o papel do Estado como agente regulador da sociedade foi posto em questão, retomando ideias liberais do Estado mínimo e flexível quanto à gestão dos serviços sociais. Neste sentido, expandiram-se teorias e práticas fundamentadas na privatização mediante a qual o Estado vendeu seus objetos aos segmentos do setor privado da sociedade. Isso foi difundido e executado cegamente sem distinguir o que deveria de fato sair e o que deveria permanecer em mãos do Estado.

No caso dos serviços de interesse social, sobretudo, esse argumento deve ser mais ponderado porque tais serviços continuam sendo estratégicos para o desenvolvimento efetivo de qualquer sociedade. Em outras palavras, a privatização pode ser salutar para a sociedade brasileira, mas quais os setores que devem ser *de facto* privatizados, aqueles de interesse econômico ou aqueles de interesse social?⁷¹

Contudo, a complexidade das relações entre os setores público e privado é tão forte que ocorrem imbricações, também, entre os diversos interesses envolvidos. Neste caso, alguns serviços de interesse social tornam-se, também, de interesse econômico quando geridos segundo a lógica das leis do mercado tais como os de educação, saúde e segurança. Nesse caso, como é, sobretudo, a obtenção do lucro que se busca, seus objetos espaciais técnicos organizam-se-iam e

⁷¹ No caso da privatização de empresas fornecedoras de energia elétrica e de telecomunicações dos estados federados, sem maior rigor da parte do Estado no que tange à fiscalização da prestação de serviços com qualidade e prontidão, populações locais tornam-se as maiores vítimas. Sem a devida fiscalização do Estado, não obstante a institucionalização de Agências para tal (ANEEL e ANATEL respectivamente) ocorriam com frequência quedas constantes de energia e consequente danificação dos eletrodomésticos no primeiro caso, irregularidades nas contas telefônicas e o não atendimento da demanda por linhas telefônicas convencionais e, mesmo, móveis por toda parte do país no segundo. Isto sem falar das futuras decisões no que concerne à instalação de um serviço, visto que o privado sempre, agindo sob a lógica das leis do mercado, atende de preferência às populações que têm condições efetivas de pagar pelos serviços demandados. Em assim sendo, qual o futuro do atendimento às populações que não fazem parte do setor formal das economias urbanas? Isto para não citar agora uma infinidade de outros setores sociais a exemplo da educação e saúde.

distribuir-se-iam em função da proximidade quanto ao mercado consumidor, concentrando-se, assim, nas áreas das populações mais abastadas das cidades.

Acrescentamos que existem serviços que, prestados por agentes religiosos, encontram-se por vezes entre ambos os interesses, graças à natureza do seu compromisso, seja com o econômico, seja com o social. Existem setores religiosos que se afastam de propósitos humanitários e passam a adquirir canais e equipamentos de comunicação, atraindo grande número de pessoas com o intuito de arrecadar dinheiro a fim de investi-lo em atividades que geram lucros. Desse modo, eles “vender” serviços religiosos e sociais (educação, saúde etc.), prestando serviços de interesse econômico.

Na ausência de táticas solidárias para combater a *invasão neoliberal*⁷², ocorre um verdadeiro desmonte das políticas sociais, as quais passam a se voltar principalmente para o econômico. O Estado brasileiro foi, assim, progressivamente, afastando-se dos seus já tímidos aspectos universalistas e redistributivistas, que sempre nortearam o processo de construção da cidadania nos países de capitalismo avançado. Com isso, deslocava-se para a sociedade civil a gestão daquelas políticas, engajando ações de ONGs que, junto a outras iniciativas da sociedade civil, formam um *terceiro setor*, o qual protagonizou a dinâmica socioespacial nas cidades. Este *terceiro setor* nem é público e nem é privado, podendo ser “público não-estatal” organizado pela sociedade civil. Essa expressão surgiu a partir de tentativas de aliar a ideia do livre mercado à da ação pública, para definir formas mediante as quais se estabeleceriam ações mais relevantes da sociedade civil, articuladas a redes supranacionais de organização e ação, em que nem Estado e nem mercado, sozinhos, assumem papéis centralizadores de regulação social.

Por outro lado, o terceiro setor pode ser visto como resultado da crise da economia global que, representada pelo crescimento das desigualdades socioespaciais, é decorrente da passagem fugaz da onda neoliberal, que surge como mecanismo para atenuar as tensões e os conflitos sociais, fragmentando ainda mais as ações dos movimentos sociais. Mas ainda permanece uma dúvida no que concerne ao papel das ONGs no mundo atual, ou seja, constituem-se as ONGs agentes ou atores articuladores em redes dos movimentos sociais? Esta questão se faz importante na medida em que existem algumas ONGs cujas ações voltam-se, sobretudo, para a mudança social e outras para o reforço do discurso neoliberal ou desenvolvimentista do Estado.

Não podemos deixar de considerar que vivemos em um contexto histórico-social propício à criação do terceiro setor, como resultado da superação dos limites entre o público e o privado. As entidades que geralmente o representam passaram a articular os diversos tipos de interesses e desejos de participação dos excluídos, com relação às decisões que lhes concernem. Nesse sentido, o terceiro setor pode também traduzir, argumenta Burity (2000, p.32), a emergência de uma sociedade civil mais forte e diferenciada, como alternativa à dicotomia entre as lógicas do público e do privado. Com o advento do terceiro setor, esboça-se, ainda, diz Lubambo (2000, p.70):

Um espaço possível de integração entre governo, comunidade e ONGs [terceiro setor], no qual, se por um lado, reconhecem-se fragilidades, por outro, encontram-se caminhos de superação, conseguindo, inclusive, formularem e implementarem programas e projetos comuns para além de meras ações isoladas. [...] Ainda que conscientes dos limites do seu papel, elas se fazem atores presentes que têm sua contribuição a dar. Tornando-se, assim, visíveis para as comunidades e o próprio poder público.

⁷² Referência ao subtítulo de um livro do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998), bastante interessante para se compreender melhor a “força esmagadora” do avanço do projeto neoliberal no mundo contemporâneo; mas, ao mesmo tempo, admitindo a relevância da formação de resistências a esta força.

Diversos serviços relativos à formação profissional e à realização de atividades culturais em territórios de populações das classes subalternas das cidades são prestados por ONGs. Ressaltamos que houve ONGs que, em vez de fazer valer os princípios acima citados, tornaram-se instrumentos de atendimento a interesses clientelistas e economicistas, mas não vamos aprofundar este problema visto que isso fugiria ao objetivo deste capítulo.

Convém, entretanto, lembrar que, além do terceiro setor, pode haver alternativas mais substanciais aos problemas engendrados pelo processo de desmonte do Estado social ou desenvolvimentista, as quais partem dos movimentos sociais, fazendo valer a *mão esquerda do Estado*. A este respeito, conforme Harvey (2004 e 2012), quando a sociedade sai do seu estado de silêncio, retomando suas diversas formas de mobilização pelo acesso efetivo aos seus direitos sociais, recriando e fortalecendo espaços públicos, nota-se aí algo novo que pode fazer a diferença em um futuro bem próximo.

No que concerne diretamente à relação entre demanda social e distribuição espacial, temos os **serviços banais** e **serviços raros/especializados**⁷³, podendo ser analisada tanto na escala interurbana (da rede urbana) quanto na escala intraurbana (da cidade em si).

Enquanto os primeiros são mais numerosos em virtude da densidade da população nas cidades e nas áreas metropolitanas, dependendo mais da proximidade geográfica; os segundos possuem localização mais específica devido ao fato de que sua distribuição não se encontra diretamente relacionada com a proximidade. Mas, sobretudo, com os níveis da centralidade espacial e das influências política, econômica e cultural de cada espaço urbano no interior de uma região.

A partir da relação dos serviços com os interesses ligados ao controle do espaço e das atividades que nele se instalam, temos, conforme Rochefort (1998), três tipos diferentes: **serviços de comando, serviços básicos** e **serviços de atração**. Relacionado ao nível do poder de decisão e do mando, o primeiro tipo desenvolver-se-ia em função da tradição/herança histórica e da presença de “capitais regionais” para fazer investimentos na sua hinterlândia. São, portanto, esses serviços que garantem a centralidade de um lugar, mediante a qual o centro passa a polarizar as áreas que se situam nas suas periferias, próximas e distantes. São exemplos destes serviços, os de metrópole⁷⁴ aqueles prestados por instituições de decisão político-administrativa, núcleos direcionais da administração federal, instituições de relações e representações de outros países e regiões, instituições de decisões econômicas (sedes de empresas, gestões econômicas), instituições de pesquisa e de ensino para a formação de quadros superiores, centros de criação, em escala tanto global como nacional ou regional.

O segundo tipo, mais próximo da ideia e do conceito de serviços banais apresenta localização ubíqua por definição, acompanhando os demais setores da economia. É o que predomina em cidades de pequeno porte e centros rurais. Aí, os serviços públicos limitam-se ao atendimento das necessidades elementares das populações dentre as quais se destacam: ensino fundamental, saúde correspondente aos primeiros socorros e tratamento médico simples, serviço

⁷³ Saúde básica, educação fundamental, transportes coletivos constituir-se-iam exemplos de serviços banais, por quanto achar-se-iam distribuídos por quase todas as áreas das cidades. Ademais, a sua localização possui ligação muito íntima com a densidade populacional. Por outro lado, saúde e ensino superiores, exames em laboratórios sofisticados de análise, criação dos centros de pesquisa altamente especializados e sofisticados constituiriam exemplos nítidos de serviços raros concentrados em apenas algumas áreas urbanas.

⁷⁴ Convém lembrar a este respeito que o “[...] rápido desenvolvimento de suas funções de comando acompanha-se de localizações mais diversas dessas atividades nos lugares atrativos das periferias. Identificar as necessidades em termos de imóveis de escritórios dessas novas concentrações, atuar sobre o seu dinamismo por uma reorganização dos sistemas de transportes urbano e suburbano são e serão cada vez mais as tarefas do urbanizador de hoje e de amanhã. As encruzilhadas da circulação internacional, estações ferroviárias e aeroportos são com frequência o suporte dessas novas localizações.” (ROCHEFORT, 1998, p.162)

postal, segurança e bancário. Entretanto, os serviços pessoais e aqueles prestados pelos profissionais liberais seriam assegurados por pequeno grupo de pessoas.

O terceiro tipo referir-se-ia àqueles serviços que se organizam em lugares que possuem potencialidades ou vocações para a atração de turistas e visitantes, no âmbito do mercado de consumo externo ao espaço local. São os casos dos serviços relativos aos eventos (dos congressos, das grandes festas populares), ao turismo (das agências de viagem e da hotelaria), ao lazer (dos parques temáticos, de diversão e entretenimento) que criam espaços de consumo os mais variados.

É interessante notar que a produção dos objetos espaciais técnicos de lazer vem crescendo em um ritmo semelhante ao daquele da produção de bens, tanto de modo espontâneo pelo setor privado, quanto de modo planejado pelo setor público. Dessa forma, a expansão espacial do número de centros culturais e de eventos mais variados – com seus estádios, ginásios, praças, quarteirões, ruas – constitui exemplo do que acabamos de dizer.

Devemos, pois, pensar em caminhos que nos levem para além do quantitativo e tático, chegando ao qualitativo e estratégico. Nesse sentido, convém, então, ressaltar a ideia de concretizar um planejamento urbano que procure conciliar os anseios da sociedade em sua complexidade e totalidade, com a localização da instalação dos objetos espaciais para a prestação dos serviços socialmente demandados em sua plenitude. Isso valendo para todas as atividades necessárias ao desenvolvimento efetivo dos lugares humanos.

No processo permanente de crescimento, expansão, modernização e diversificação dos serviços, tentou-se, a partir do diálogo com outros campos do conhecimento científico, levar em conta outras classificações, buscando acompanhar sua dinâmica histórica, fundamentada em questões do consumo. Somente a título de exemplo, citamos a dissertação de Albuquerque (2000), defendida no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, na qual se encontra uma rica e interessante revisão bibliográfica, que pode ser considerada para dar continuidade ao aperfeiçoamento da nossa geografia social dos serviços (Box 1).

Box 1 – Algumas das contribuições relativas à classificação dos serviços, sobretudo a partir da economia, levantadas por Albuquerque (2000):

Grubel e Walker (1988) classificam os serviços em três tipos: **serviços de consumo** (*consumer services*); **serviços governamentais** (*governmental services*); e **serviços à produção** (*producer services* ou *business services*). Os primeiros referem-se aos serviços de consumo final, caracterizando-se pela incorporação de tímidos processos tecnológicos providos por hotéis, restaurantes, salões de beleza, parques de diversão, lavanderias, trabalhos domésticos etc. Providos pelo Estado, os segundos dependem do grau de estatização existente em cada lugar. Como serviços governamentais, citamos: educação, saúde, segurança, justiça, telecomunicações. Finalmente, os terceiros concernem os serviços intermediários, aqueles que não se destinam diretamente aos consumidores finais e que são providos pelo governo; mas se destinam às grandes empresas: serviços de computação, contabilidade, segurança, propaganda, agências de pesquisa científica, escritórios de advocacia etc. Já Hindley (1988) classifica os serviços em: **serviços locacionais; serviços intermediários; e serviços baseados no conhecimento humano**. Os primeiros baseiam-se na dimensão espacial dos serviços prestados, sendo eles: transporte de pessoas/bens de um ponto a outro (meios aéreos, rodoviários, ferroviários e hidroviários); transmissão de informações de um ponto a outro (serviços postais, telecomunicações, rádio, cabos, satélites); oferta de serviços gerados em um ponto e consumidos em outro (fornecimento de água, eletricidade, gás). Os segundos referem-se aos serviços de produção já vistos anteriormente. E os terceiros são aqueles que dependem das habilidades intelectuais dos seus provedores, necessitando de uma relação de proximidade entre provedor e consumidor: advocacia, clínica médica, arquitetura, consultorias, reparos (técnicos) em equipamentos eletrônicos, instalações elétricas. Por outro lado, Gray (1988) considera quatro categorias distintas de serviços: **serviços locacionais** a exemplo dos serviços de comunicações e transportes; **serviços que dependem do deslocamento do consumidor** como os de manicure/pedicure, turísticos; **serviços que dependem do deslocamento do provedor** tais como serviços de arquitetura; e **serviços profissionais** os

quais, mediante a transmissão por equipamentos de comunicação, podem ser oferecidos a clientes localizados em outros países: bancários, seguradores, consultorias, *data services* etc. Fundamentados no processo de reestruturação industrial e engendrando uma *economia dos serviços* em rede, Browning e Singelmann (1978) classificaram os serviços em: **serviços de distribuição, serviços à produção, serviços sociais e serviços pessoais**; os quais já foram definidos em capítulo anterior deste livro. Foi esta classificação utilizada por Manuel Castells (1999), porque, segundo ele, é a que mais se aproxima do contexto econômico e espacial do mundo atual. O IBGE tem tomado esta classificação como referência para a realização das Pesquisas Anuais de Serviços (PAS).

Desse modo, ao invés de excluir classificações sobre os tipos de serviços, por que não articulá-las de maneira a apreender a sua realidade como uma totalidade complexa? Isso através de uma proposta mais ampla que possa abranger o acontecer dos serviços em seu movimento histórico-dialético contínuo e inacabado.

Ademais, em tomado como base a classificação dessas atividades em serviços de distribuição, à produção, sociais e pessoais, não podemos deixar de levar em conta que estes quatro tipos formam uma totalidade que, simultaneamente, é movida por um processo de totalização no âmbito de tensões e conflitos ligados a interesses sociais e econômicos no espaço geográfico. Em procedendo dessa maneira, podemos entender melhor a capacidade que os serviços possuem na criação de variadas relações sociais, as quais têm no espaço, ao mesmo tempo, condição e meio de organização, produção e desenvolvimento.

O quadro II sistematiza as principais características inerentes a algumas ideias e classificações que acabamos de apresentar no âmbito de uma geografia social dos serviços, a fim de facilitar uma melhor apreensão e compreensão do leitor acerca dos mecanismos que já foram estabelecidos para o estudo e a discussão dos serviços no mundo atual.

QUADRO II
Quadro Sinóptico Referente a Ideias e Classificações dos Serviços, na Economia, Geografia e Sociologia

CAMPO DO CONHECIMENTO	PESQUISADORES/ DÉCADAS	CONTRIBUIÇÃO
Economia	Fourastié/1930	Considerou a teoria dos três setores não como categorias rígidas, incluindo os serviços no terciário, mas como mecanismo de acompanhamento da dinâmica econômica.
	Fisher/1930	Retomou a abordagem dos três setores, incluindo os serviços no terciário.
	Clark/1940 e 1950	Incluiu os serviços no setor terciário como resíduo, no âmbito da abordagem dos três setores (primário, secundário e terciário).
	Fuchs/1960	Começou a criticar a ausência de base teórica clara no que se referia ao setor terciário.
	Hill/1977 (<i>apud</i> Albuquerque, 2000)	Defendeu a ideia dos serviços como mudanças na condição das pessoas e das empresas. Definiu serviços relativos a bens (transporte de bens) e serviços a pessoas (transporte de passageiros).
	Browning e Singelmann/1978	Classificaram os serviços em quatro tipos: à produção; de distribuição, sociais e pessoais ou individuais.
	Grubel e Walker/1980 (<i>apud</i> Albuquerque, 2000)	Classificaram os serviços em três tipos: de consumo, governamentais e à produção.
	Hindley/1980 (<i>apud</i> Albuquerque, 2000)	Classificou os serviços em três tipos: locacionais, intermediários e baseados no conhecimento humano.

	Gray/1980 (apud Albuquerque, 2000)	Classificou os serviços em quatro tipos: locacionais, que dependem do deslocamento do consumidor, que dependem do deslocamento do provedor e profissionais.
	Passet/2002	Discutiu serviços na perspectiva da satisfação das necessidades individuais em termos de garantia de direitos, ressaltando sua utilidade social como serviço público.
Geografia	Case e Bergsmarik/1950	Destacaram o comércio e os transportes como atividades fundamentais do terciário, em função do seu papel na organização espacial e no progresso econômico (industrial).
	Rochefort/1970	Considerou os serviços de interesse social (público) contrapostos aos serviços de interesse econômico (privado). Também destacou, numa perspectiva relacional, a classificação dos serviços em: serviços de controle (metrópole), básicos e de atração.
	Derruau/1970	Deu destaque ao comércio e ao turismo como atividades fundamentais do terciário, em função da sua capacidade em termos de geração de empregos e deslocamentos espaciais.
	Beaujeu-Garnier e Chabot/1970	Enfocaram os serviços como atividades ligadas a funções urbanas.
	George/1960 e 1970	Discutiu a heterogeneidade do terciário, influindo na diversidade das formas de trabalho e dos espaços organizados, bem como a natureza econômica e social dos serviços.
	Andrade/1980	Discutiu criticamente a abordagem dos três setores, mostrando a dificuldade deste “esquema” no entendimento da dinamicidade da organização econômica do espaço.
	Merlin/1990	Destacou a importância das atividades do terciário nas relações sociais (inclusive nas de trabalho) e nos processos de organização espacial.
	Guglielmo/1980	Destacou o significativo papel dos serviços ligados ao consumo (comércio a varejo etc.), no processo de urbanização – daí a ideia de urbanismo comercial.
	Salgueiro/1990	Fazendo distinção entre comércio e distribuição, ressaltou a relevância da distribuição no crescimento das diversas formas comerciais e no urbanismo comercial.
	Fernandes, Cachinho e Ribeiro/2000	Ressaltaram a relevância do comércio na política de planejamento urbano nos municípios.
Sociologia	Bells/1970	Enfocou os serviços relacionados à categoria de bens, cada vez mais importantes na sociedade contemporânea (dita pós-industrial).
	Oliveira/1970 e 1980	Afirmou que a abordagem dos três setores foi apenas uma forma da divisão do trabalho e sua aparição sequencial; mas que não ajudou a indagar sobre as relações entre os setores e a estrutura do capitalismo. Não se considerou o papel social e ideológico dos setores na formação socioeconômica, e não se discutiu a questão do terciário “inchado” das formações subdesenvolvidas.
	Jamarillo/1980	Tratou da problemática dos meios de consumo coletivo urbano (equipamentos prestadores de serviços: escolas, hospitais etc.) na América latina.
	Prêteceille/1980	Destacou a ausência ou insuficiência sistemática

		dos bens de consumo coletivo, sobretudo, para as camadas populares; e a prioridade que o Estado (capitalista) tem dado aos interesses voltados à acumulação.
	Castells/1990	Usou a classificação de Browning e Singelmann, na perspectiva de uma sociedade em rede, acontecendo em função de redes de serviços.
	Bonnet e Bernard/1990	Enfocaram os serviços de proximidade na vida cotidiana da sociedade, como geradores de novas sociabilidades.

Fonte: Pesquisa bibliográfica realizada e utilizada pelo autor do presente capítulo, desde 1997.

Nota: Ressaltamos que muitos dos trabalhos referenciados acima não trataram diretamente da questão abordada neste capítulo, mas conseguimos extrair contribuições muito interessantes do seu conteúdo para a discussão ora proposta.

Diante do conjunto dessa produção teórico-conceitual realizada não somente pela geografia, mas ao mesmo tempo por outros diferentes campos do conhecimento científico, caberá à geografia considerar em que medida os serviços, em seu conjunto, vêm contribuindo para o processo de produção do espaço social em uma perspectiva mais humana. Em entendendo como os serviços se manifestam socialmente no/a partir do espaço, a geografia deverá explicar as razões da sua localização e distribuição em certos espaços e não em outros, para captar e elucidar a natureza dessas razões. Para isso, a geografia deverá, ao mesmo tempo, aprimorar seus instrumentos teóricos e metodológicos de abordagem do tema, o que, por sua vez, continua sendo alimentado pela dinâmica da própria experiência do processo de *servicialização* da sociedade.

3.4.3- As escalas do acontecer dos serviços no espaço geográfico: inter-relações entre teoria e empiria, agora no âmbito da geografia

No capitalismo, consumo como prática social, de uma maneira geral, pode contribuir, como fonte, para a classificação de serviços, a partir, segundo Harvey (1989), de três fontes básicas: as compras realizadas pelos trabalhadores, limitadas pelo poder aquisitivo dos seus salários; as compras feitas pelos grupos sociais privilegiados os quais, sem limites, consomem em abundância tanto bens e serviços necessários à sua reprodução socioeconômica quanto bens e serviços de luxo e de alta qualidade; e as capacidades de compra de bens e serviços ligados à realização de investimentos.

No que concerne à sua forma espacial, os serviços aparecem concentrados ou desconcentrados no espaço geográfico, em função dos diversos níveis de consumo. As atividades de elevado nível técnico – serviços *raros*, por exemplo – fixar-se-iam normalmente de modo concentrado no espaço, seguindo orientações relativas à localização do nível de renda dos consumidores; ao passo que os serviços *banais* ou básicos identificar-se-iam com a forma desconcentrada de organização do espaço, porque são destinados ao atendimento das necessidades imediatas de uma demanda social extensa e “espalhada” geograficamente.

O poder de polarização⁷⁵ das diversas centralidades das cidades e metrópoles depende estreitamente do tipo de serviços que elas possuem e oferecem às populações da sua

⁷⁵ Este termo deve ser utilizado como um processo que promove, ao mesmo tempo, atração e difusão de “desenvolvimento” sobre os espaços dos quais a cidade central e outras centralidades constituem centros mais dinâmicos, determinando a sua área de influência em várias escalas (da local à nacional, passando pela regional), estruturando a organização do espaço.

hinterlândia, ou seja, aos seus usuários⁷⁶. Desse modo, a presença e a ausência de tais serviços fixados em um lugar definem a hierarquia urbana dentro da qual as centralidades desempenham papel importante: as pequenas cidades e as vilas rurais são em geral desprovidas dos serviços raros e possuem uma área de influência limitada; em contrapartida, as cidades maiores e as metrópoles, possuem um leque diversificado de serviços de toda ordem – banais, raros e de comando.

Diante do fato de que os serviços constituem um conjunto de atividades humanas específicas dos espaços urbanos, não podemos compreender a sua dinâmica desarticulada da própria dinâmica da totalidade do espaço geográfico, que é constituída por diversas escalas superpostas entre si. Não obstante serem considerados nos seus níveis inter e intraurbanos, os espaços em seu conjunto indissociável, contraditório e dialético formam uma totalidade em permanente processo de totalização movimentando-se em algum sentido.

A- A escala interurbana de análise

Os geógrafos retomaram dos economistas o conceito de atividades fundamentais ou de base (industriais) e de atividades induzidas pela população (terciárias); mas perceberam que a mera consideração dessa perspectiva mostra-se ineficaz para a compreensão da forte complexidade dos serviços no espaço social. A este respeito, Merlin (1997, p.289) argumenta que:

Os economistas haviam introduzido a teoria da base [Homer Hoyt, 1941] a qual distinguia as atividades de base (indústria pesada essencialmente), destinada a satisfazer uma clientela externa, e as atividades sucessivamente induzidas pela presença destas atividades de base: indústrias de transformação, transportes e comércios, administração e serviços, etc. Esta abordagem não é mais retomada hoje com frequência desde as desilusões enfrentadas em certos países socialistas que buscavam fundar o seu desenvolvimento na indústria pesada (a siderurgia em prioridade) e, ao contrário, os êxitos dos países asiáticos que preferiram passar diretamente às indústrias de transformação, e mesmo aos serviços.

Ao buscar identificar e esclarecer uma abordagem sobre o terciário e sua relação com a dinâmica social, este mesmo autor continuou dizendo que:

[...] ela inspirou uma corrente de pesquisa visando estabelecer um vínculo entre as atividades e a escala geográfica sobre a qual elas exerciam uma influência. A abordagem mais desenvolvida desta corrente tentou estabelecer um laço entre a população (de uma cidade, de um país, de um bairro) e alguns empregos que respondiam a necessidades locais e que se qualificaram como empregos residenciais ou induzidos pela população. (Ibidem, p.290)

Foi também ao longo dos anos 1930 que outros pesquisadores começaram a formular teorias que apreendessem a organização espacial do terciário, ainda que elas tenham sido largamente difundidas somente nos anos 1960. (ILLERIS, 1994) A primeira teoria seria a das localidades centrais e a segunda a da base econômica, as mais utilizadas, na geografia, para explicar o processo de espacialização das atividades econômicas, criando os lugares mais diversificados.

Trata-se principalmente de dois modelos de abordagem que, embora concebidos independentemente um do outro, apresentam uma base comum entre si, ou seja, ambos partem

⁷⁶ Estes, na nossa concepção, são aqueles que usam e desfrutam dos objetos espaciais coletivos públicos ou privados, apenas como consumidores, clientes. Porém, não podemos negligenciar o fato de que as práticas espaciais dos indivíduos não se limitam ao seu papel de consumidor.

do pressuposto básico segundo o qual os consumidores buscariam os serviços que se achariam o mais próximo possível deles no intuito de minimizar os custos com transporte. A localização dos serviços seria, portanto, determinada pela distribuição geográfica das empresas e dos consumidores e, ao mesmo tempo, limitada pelo poder de compra da sua clientela. Ademais, esses modelos foram elaborados com base nos serviços destinados ao atendimento das demandas domiciliares, os quais, à sua época, tornaram-se, os mais importantes para as economias dos lugares (centrais).

O geógrafo alemão Walter Christaller, nos anos 1930, elaborou uma teoria de localização dos objetos espaciais técnicos de distribuição de bens e serviços, ao sul da Alemanha, para analisar sua localização com relação à demanda das populações locais. Segundo esta **teoria das localidades centrais ou teoria dos lugares centrais**, cada equipamento de serviço retalharia o espaço em hexágonos⁷⁷, formados a partir da área de recrutamento da sua clientela, ou seja, pela sua área de mercado – pelo seu alcance – limite em relação às populações locais.

Localidades centrais seriam centros de um espaço que desempenhariam funções de distribuição varejista e de prestação de serviços para populações residentes no seu entorno. O tamanho da área, área de mercado, dependeria essencialmente do grau de banalidade ou procura da atividade demandada. Frequentemente, o consumidor dos serviços prestados nesses lugares centrais renunciaria a área que estivesse fora dos hexágonos porque se tornaria desaconselhável percorrer distâncias mais longas em busca dos serviços desejados. Este fato era responsável, por seu turno, pela formação de outros hexágonos, estabelecendo, no seu conjunto, uma nítida hierarquia espacial de hexágonos.

A hierarquia dos lugares centrais seria representada pelo seguinte esquema: na base, encontrar-se-iam os lugares onde se localizavam os serviços banais que tinham necessidade de uma pequena clientela instalada em um pequeno espaço (pequeno comércio, mercadorias, escolas fundamentais, postos de saúde básica etc.); e, no topo, estariam os lugares de nível elevado os quais, além dos serviços banais, possuíam serviços demandados por uma clientela mais exigente, oriunda de vários lugares diferentes (lojas de departamento, hospitais altamente especializados, instituições de ensino e de pesquisa altamente sofisticados, empresas de consultoria). Não podemos deixar de citar a presença de centros intermediários a exemplo dos subcentros regionais e subregionais.

Além do que acabamos de expor, permanece a ideia de que, no interior de cada espaço, os serviços localizariam de modo concentrado em certos lugares (centrais) em virtude das economias com transporte definidas pelos consumidores os quais, em uma só viagem, poderiam encontrar grande variedade em termos de produtos, marcas e preços; variedade esta que se acha concentrada em um espaço mais fácil e seguro de ser percorrido e apreciado também como espaço de lazer e entretenimento.

A segunda teoria que tentava explicar a organização espacial das atividades econômicas, através da sua localização, a da **base econômica**, parte da ideia segundo a qual um lugar seria formado pelos setores que exportam seus produtos para fora do seu território a exemplo da indústria (ou da agricultura), promovendo a atração de fluxos monetários. A maior parte desses fluxos seria distribuída sob a forma de salários e outros tipos de ganhos que fomentariam a demanda por serviços que se localizariam no lugar em que eles ocorreriam em função do poder de compra desenvolvido pelo setor de base econômica. Por seu turno, os prestadores de serviços criariam empregos e distribuiriam rendas (LOWRY, 1964) que, por sua

⁷⁷ A denominação de “região hexagonal”, para este tipo de organização espacial, deve-se ao fato de que, após a sua delimitação, a sua forma aproximar-se-ia, abstratamente, de uma figura geométrica semelhante a um hexágono, ou seja, de um polígono de seis lados. A literatura sobre o assunto tem reproduzido esta forma à exaustão.

vez, demandariam mais serviços, dando continuidade à dinâmica das relações espaço-serviços e serviços-espacos.

Ao se desenvolver uma base econômica em um centro urbano qualquer, pensava-se que se tornaria mais fácil – automática! – a execução de condições para implantar, ali, verdadeiros *pólos de crescimento* mediante os quais se conseguiria promover a tão propalada e esperada *difusão das inovações* para outros centros urbanos próximos dos pólos (re) criados. Isso a fim de ampliar as possibilidades – objetivas e subjetivas – do desenvolvimento urbano.

Ao longo dos anos 1970, as teorias supracitadas foram alvo de críticas na medida em que, herdeiras da tradição neoclássica, elas são, como se nota, estáticas e muito simplificadoras da realidade, reduzindo a produção espacial a uma dimensão puramente econômica da relação entre a localização espacial de bens e serviços e mercado de consumo. É preciso, porém, pensar a realidade – fenômeno + essência – em sua complexidade e totalidade. Não se trata, porém, de uma mera análise espacial. Tal como já lembrado há décadas:

Deve esperar-se que essa [...] análise locacional não conduza [...] a um estreitamento do campo da geografia [...]. Concentrar-se na localização como se fosse o *único* atributo geográfico ou como se ela tivesse em si a quinta-essência da geografia seria uma negação da corrente de pensamento ao longo de um século ou mais e da opinião há muito afirmada de que o conteúdo da área, bem como a área por si própria, é aquilo que os geógrafos estudam. Espera-se, em especial, que a geografia [...] desenvolva, embora tardivamente um interesse pelas suposições sobre as quais se deveria basear o uso dos recursos. [...] Num campo da política de ação em que se permitiu que a emoção e o entusiasmo contribuíssem de uma forma demasiado ampla, a geografia [...] tem, por certo, muito com que contribuir tanto em vigor quanto em conhecimento. (PATERSON, 1982, p.297-298)

A teoria dos lugares centrais recebeu críticas significativas em função dos resultados de estudos mais abrangentes sobre o comportamento espacial dos consumidores em diferentes lugares. Essas críticas têm levado a conclusões do tipo que os consumidores não se definiriam somente em função do caráter da distância ou do afastamento em relação a um lugar central; mas também em função do seu tempo disponível e da intervenção de outros atores sociais nos seus diversos espaços de ação.

Nesse sentido, um consumidor poderia muito bem escolher, para seu consumo, lugares mais afastados do seu domicílio e do seu lugar cotidiano de consumo, desde que, através de vias de comunicação, pudesse ter acesso mais fácil àqueles lugares. Com isso, o próprio consumidor desmontaria o esquema abstrato hexagonal. Isso também poderia acontecer em função do papel do Estado, na medida em que esta instituição política proporcionasse acesso a ofertas diversificadas de lugares comerciais (*shopping centers*, *homecenters*, hipermercados etc.).

Não somente na escala federal, mas também nas dos estados federados e dos municípios, o Estado pode contribuir para mudar essa lógica simples de organização espacial à medida que facilita a instalação de extensos centros comerciais de consumo, quando implanta todo o complexo sistema de acesso viário do qual esses centros necessitam para atraírem consumidores pertencentes a todas as classes de renda. O Estado promove, assim, as condições necessárias à transformação das próprias localidades centrais em mercadorias, não se podendo negar que: “O impulso que leva à produção de *shopping centers*, hipermercados e cidades novas é a tentativa do capital de produzir e transformar as localizações em mercadorias” (VILLAÇA, 1998, p.72), visando à elevação das taxas de lucros dos grandes empresários envolvidos com essa produção.

Com relação à questão da centralidade, ainda se faz necessário lembrar que ela não é estática, e que possui uma profunda complexidade que não pode deixar de ser levada em conta quando se estuda o assunto em epígrafe. A este respeito, Lefebvre (1986, p.383) nos disse que:

O conceito geral de centralidade religa o pontual ao global. [...] Cada época, cada modo de produção, cada sociedade particular engendrou (produziu) sua centralidade: centro religioso, político, comercial, cultural, industrial, etc. Em cada caso, a relação entre a centralidade mental e a centralidade social acha-se ainda por ser definida. E também as condições do fim: rebento, explosão, quebra. **A centralidade se desloca.** [...] O que implicava uma relação complexa entre o espaço urbano e os tempos (ritmos) da vida urbana. (destaques nossos)

Assim como os consumidores, também os Estados e as empresas, têm-se tornado fortes consumidores de serviços. No caso dos serviços às empresas e aos consumidores, em particular, é cada vez mais frequente o prestador dos serviços dirigir-se diretamente ao cliente, rompendo o esquema clássico pelo qual os consumidores é quem se dirigiam às lojas. Isso foi facilitado pelo desenvolvimento tecnológico, mediante a informática. (ILLERIS, 1994)

Todavia, não podemos admitir a ideia simplista de que a tecnologia acabará com os centros de consumo tradicionais. Ademais, como visto mais acima, sem a sua espacialização nenhuma atividade humana consegue desenvolver-se de todo, pois precisam fixar seus objetos de suporte/apoio para se realizarem. Há e sempre haverá consumidores que, mediante suas ligações afetivas com os centros escolhidos – *topofilia* – para o consumo do que necessitam, nunca abandonarão esses lugares.

Não obstante as críticas recebidas, a teoria dos lugares centrais permanece válida à medida que nos permite compreender o papel das cidades e das suas áreas metropolitanas no seio das hierarquias urbanas nacionais e regionais, mediante o tipo, a qualidade e o poder dos serviços que lá se fixam e se concentram. Foi esta teoria que, ao lado das teorias dos pólos de crescimento e da difusão de inovações, auxiliou o IBGE a fazer a definição da hierarquia urbana para a implementação da rede urbana e das cidades médias⁷⁸ no Brasil, estabelecendo o peso de cada metrópole e cidade no interior daquela hierarquia. Mas a sua compreensão e o seu uso devem ser contextualizados e relacionados com as intenções e os propósitos dos diversos agentes que influem na organização espacial das sociedades: homens políticos e pensadores, dentre outros.

A teoria de base econômica, também não ficou imune a críticas, vez que a problemática espacial não é tão simples para ser resolvida apenas com políticas de atração de atividades com base em incentivos fiscais como se viu ao longo dos últimos tempos, com a experiência das agências de desenvolvimento – Sudene, Sudam etc. Não estamos negando a necessidade de se investir em atividades motrizes para o crescimento econômico, mas, chamando a atenção para as suas reais capacidades de fomentar o desenvolvimento de uma sociedade desigual como a nossa.

Acerca do uso dessas teorias, no processo de reflexão sobre o espaço geográfico, cabe, ainda, colocar que:

A verdade é que as preocupações teóricas do ensino foram também uma alavanca eficaz na crítica de teorias que, em um primeiro tempo, julgávamos hostis aos interesses dos países subdesenvolvidos e mais recentemente nos apareceram como o instrumento privilegiado da difusão do capital, tanto para agravar o subdesenvolvimento como para manter a estrutura de classes e assegurar a expansão da pobreza. (SANTOS, 2003, p.11)

Segundo ainda este mesmo autor, no início, os conceitos e as teorias foram apresentados e aceitos sem uma crítica profunda em termos da sua pertinência, na medida em

⁷⁸ Essas políticas (re) organizaram e (re) definiram centros de atividades terciárias em várias cidades de porte médio situadas no interior do país, ampliando os setores secundário e terciário – conforme a vocação de cada localidade – pelo interior do país, e isto acontecendo principalmente com o objetivo de consolidar *espacos-relais* na hierarquia urbana brasileira, procurando limitar consideravelmente os fluxos migratórios para as metrópoles regionais e, por conseguinte, evitando a explosão da problemática das desigualdades espaciais inerentes à formação social do Brasil.

que não se tinha ainda uma argumentação empírica suficiente para tal. Mas, agora, já se pode fazê-la, o que pode ser feito no sentido de elaborar e aprofundar possibilidades concretas de contribuirmos para refletir acerca do seu uso para promoção de uma vida digna, também, no nosso mundo real.

B- A escala intraurbana de análise

Assim como na escala interurbana de análise (das relações estruturais entre os centros urbanos), também na escala intraurbana (do interior do espaço urbano), os serviços apresentam localizações específicas, lugares centrais específicos. Isso confere ao espaço da cidade uma especialização espacial representada pela forma seguinte: (a) áreas centrais onde se localiza o *Central Business District/CBD*⁷⁹, o qual quase sempre foi uma área preferida para a localização das atividades mais dinâmicas das economias urbanas locais; (b) eixos de ligação entre estas áreas e as demais, especializando-se em um ou outro setor das atividades econômicas; e (c) posteriormente, generalização da criação de ruas exclusivas para a circulação de pedestres em função da consolidação do consumo.

No entanto, a concentração e multiplicação dos serviços nas áreas centrais⁸⁰ – centros históricos ditos tradicionais – das grandes cidades geralmente têm provocado uma situação de saturação, resultando na transferência seletiva de atividades, desconcentrando-as espacialmente. Este processo de desconcentração, do ponto de vista da sua localização geográfica, deu origem à formação de subcentros comerciais ora em eixos importantes, ora em outros centros comerciais fixados nos subúrbios das cidades. No que tange à evolução da formação dos centros comerciais, necessário se faz dizer que, conforme Villaça (1998, p.129):

Até por volta da década de 1960, quando os centros principais de nossas metrópoles pertenciam às burguesias, era comum às classes populares, que a eles não tinham acesso social e econômico, desenvolverem o seu ‘centro principal’ junto aos primeiros. Milton Santos [...] captou pioneiramente esse aspecto em Salvador, quando chamou a Baixa do Sapateiro de ‘varejo pobre’ e a rua Chile de ‘comércio de luxo’.

Desse modo, as classes sociais subalternas, as menos favorecidas, também construíam os seus próprios centros comerciais afastados do centro da elite. Com efeito, “Sem acesso [...] ao centro principal, essa classe desenvolve então subcentros de comércio e serviços para seu uso próprio”. (VILLAÇA, 1998, p.139) Convém lembrar ainda com Villaça (op. cit., p.293), que:

⁷⁹ O geógrafo Malcom J. Proudfoot foi o primeiro a dar ênfase à existência de uma hierarquia entre os centros e as vias de comércio, por volta de 1937. Foi ele quem os classificou em CBD, centro de comércio, vias comerciais, rua comercial de vizinhança, núcleos isolados de lojas. Outro geógrafo americano, Brian Berry, em 1963, teve o mérito de chamar atenção para o fato que a hierarquia observada em escala inter-urbana existia também em escala intraurbana e que a diferença entre ambas residia no fato das distâncias nesta última escala serem menores. Neste sentido, Berry dividiu o espaço intraurbano em três categorias: centros, *ribbons* (bandas) e áreas especializadas. Os centros subdividiam-se em cinco porções: centro de conveniência (esquina), centros de vizinhança, centros de comunidade e CBD; as bandas subdividiam-se em: rua comercial tradicional correspondendo ao centro de esquina e de vizinhança, artérias urbanas (*new suburban ribbons*) correspondendo às áreas especializadas, *stand* de automóveis e lojas de mobiliário e o *ribbon highway oriented* correspondendo a um conjunto de lojas e serviços para dar apoio aos usuários das autoestradas. (COSTA, 1995)

⁸⁰ Na visão de Corrêa (2001, p. 123): “Uma característica comum da metrópole moderna é a existência de uma área onde se concentram as principais atividades comerciais e de serviços, bem como os terminais de transportes interurbanos e intra-urbanos. Esta área, conhecida como Área Central, resulta do processo de centralização, indubitavelmente um produto da economia de mercado levado ao extremo pelo capitalismo industrial”.

O subcentro consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com a qual concorre em parte sem, entretanto a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso apresentados anteriormente para o centro principal. A diferença é que o subcentro apresenta tais requisitos apenas para uma parte da cidade, e o centro principal cumpre-o para toda a cidade.

Processos ligados às *deseconomias urbanas* nas áreas centrais das cidades são responsáveis, também pelo seu abandono por segmentos sociais de alto padrão de consumo:

Apesar da grande acessibilidade dos mercados que resultam da localização central, as áreas internas sofrem uma combinação de desvantagens que incluem custos relativamente altos dos terrenos industriais e dos impostos (taxas locais), escassez de terrenos industriais disponíveis, problemas de acesso inadequado, oportunidades limitadas para expansão [...]. Um segundo aspecto de muitas áreas centrais das cidades é a condição do meio ambiente físico, que em geral é caracterizado pela decadência, deterioração e falta de comodidades. (CLARK, 1991, pp.250-51)

Com isso, parte dos consumidores das classes hegemônicas criam outros centros comerciais alhures, com vistas ao reforço do seu modelo de vida calcado no consumo mais ampliado e seletivo. As mudanças sociais também são significativas com o crescimento dos novos centros do consumo na cidade, das novas centralidades urbanas, em detrimento dos antigos centros de consumo. Isso é, pode-se dizer, uma versão do processo global que também ocorre no Brasil, ressalvando, é claro, as especificidades de cada lugar. Na Grã-Bretanha, Delle Donne (op. cit., p.218) afirmou que se formara:

[...] uma sociedade de pendulares, cujos centros citadinos são abandonados de noite. E quando os armazéns, as lojas e os locais públicos fecham, a rua fica livre para os crimes. O esvaziamento e a consequente decadência dos centros citadinos implica a retirada dos ricos para um lado, e o avanço dos pobres por outro: um dado adquirido pela experiência americana já desde há muitos anos.

Daí a criação de diversas novas centralidades, por exemplo, de negócios (em Londres: *Docklands*; Paris: *La Défense*; Lyon: *La Part Dieu* etc.), obedecendo à lógica da desconcentração de atividades dos centros tradicionais devido, mormente, às citadas deseconomias nestas áreas.

O Estado tem promovido facilidades no que diz respeito à liberalização de espaços visando à expansão dessas centralidades urbanas; e, ao mesmo tempo, os custos com transporte, investimento e tempo sofreram redução em relação à banalização do automóvel, dos transportes públicos e da informação. Essas novas áreas vêm sendo dinamizadas por supermercados, hipercenters, *shopping centers*⁸¹, universidade, aeroportos etc. Assiste-se, assim, à revanche de periferias próximas e distantes das áreas centrais históricas cujas formas de espaços de consumo engendraram, no dizer de Baudrillard (1991):

⁸¹ Atualmente, vê-se a proliferação desses grandes centros comerciais, “sucessores” das áreas centrais com as suas lojas gerais do século XIX, não somente nas periferias, mas também no interior de grandes cidades. Tais equipamentos, geralmente instalados nas periferias urbanas, representam concomitantemente um processo de desconcentração espacial em relação ao centro histórico e uma centralização do capital, isto é, uma aglomeração de um grande número de formas e funções fornecedoras de bens e serviços instalados em uma superfície construída que tem por finalidade a acumulação e a centralização do capital investido no interior dos centros urbanos. Em Recife, esse processo tem se intensificado a partir, sobretudo, dos anos 1980 com a inauguração do primeiro *shopping center* da cidade, bem como, ao mesmo tempo, com a expansão das várias galerias comerciais e dos hipermercados. Esse processo é tão intenso, hoje, que, até mesmo na área central histórica desta cidade nota-se a proliferação de centros comerciais de porte médio: *Shopping Boa Vista* e *Shopping Alfândega*; além de outros pequenos centros comerciais para grupos sociais populares.

[...] uma morfogênese, que depende do tipo cibernético (isto é, reproduzindo ao nível do território, do habitat, do trânsito, os cenários de comando molecular que são os do código genético), e cuja forma é nuclear e satélítica. [...] Satélites negativos da cidade que traduzem o fim da cidade, até da cidade moderna, como espaço determinado, quantitativo, como síntese original de uma sociedade.

Os novos centros do consumo promoveram, assim, mudanças marcantes nas grandes cidades, manifestando o rompimento com modelos estritamente locais de organização dos espaços do consumo. (GAETA, 1992) Eles (re) organizam o espaço urbano e (re) orientam, simultaneamente, os fluxos de pessoas nos espaços intraurbanos, fazendo surgir novas centralidades, mediante ações que atendem os novos modelos do consumo. Daí por que não se pode mais explicar a lógica de organização espacial dos centros econômicos urbanos utilizando-se puramente das teorias dos lugares centrais e da base econômica.

Na Europa, a criação de *new towns* (Grã-Bretanha) e de *villes nouvelles* (França), no espaço metropolitano, constituíram exemplos visíveis do processo de desconcentração das funções urbanas no espaço metropolitano. Esses novos espaços têm recebido um número considerável de serviços destinados, sobretudo, às grandes empresas e à população que ali residem e circulam. Mas essas “novas cidades” não:

[...] resolveram o problema da superpopulação da *City*, visto que o desenvolvimento das atividades de escritório fez com que, de 1951 a 1962, o total das chegadas ao centro de Londres desde as 7 às 10 horas da manhã subisse de 157 000 para 1 238 000 unidades [...] devido a deslocações pendulares, em longas distâncias, de zonas que ficam fora da *green belt*, isto é, a mais de 30 km de distância. (DELLE DONNE, 1979, p.223)

Continuando a buscar soluções para os problemas das deseconomias urbanas fora das cidades, na França, criaram-se os *Parc-Clubs*⁸², ou sítios terciários, constituindo outra experiência de desconcentração espacial de atividades terciárias. Os critérios para a sua criação residem no achar-se localizado entre o centro tradicional e o aeroporto em uma área de grande acessibilidade no que concerne às estradas, autoestradas e, eventualmente, aos transportes coletivos; no achar-se em um espaço natural agradável; e na fixação de atividades vinculadas à tecnologia de ponta a exemplo da informática, eletrônica e outros serviços altamente sofisticados.

Em Recife, nos anos 1970, chegou-se a pensar e a elaborar, com base no que acontecia nesses países de capitalismo avançado, projetos de criação de um centro de negócios em um bairro mais afastado (Curado) da sua área central histórica. Mas isso caminhou a passos tão lentos, que até agora nunca se concretizou; muito embora se venha fixando a localização de instituições governamentais e empresariais fora da citada área central. De qualquer maneira, essa descentralização tem ocorrido em espaços relativamente próximos da área central.

Convém lembrar, como afirmou Castells (1977, p.329), ainda nos anos 1970, que as novas cidades têm sido, antes de tudo, uma resposta à crise urbana, social e funcional (tal como o caso da região de Londres), cuja origem tem que ser buscada na superconcentração industrial produzida pela evolução técnica e econômica do “capitalismo inglês”, que segue o movimento da formação das regiões metropolitanas. Por isso, tem-se que procurar suas razões no seio desta lógica e não fora dela.

Faz-se interessante notar também que a distância das cidades novas em relação aos centros tradicionais das áreas metropolitanas tem contribuído para o esvaziamento e mesmo

⁸² A palavra *Parc* é oriunda de Parque, procurando dar ênfase a algumas características físicas do lugar tais como o verde, o meio ambiente ameno, o tipo do imóvel/horizontalizado, o espaço; e *Club* é oriunda de Clube, dando ênfase à reunião, naquele lugar, de empresas e homens que compõem o Parque. (SIMON, 1994)

para a não ocupação de um número considerável de lojas e escritórios ali instalados. Isto em virtude notadamente do peso da tradição nunca abandonada de todo de valorização dos centros históricos, sobretudo quanto renovados e revitalizados. Ademais apesar do processo de revitalização de setores do espaço dessas áreas ter provocado elevação do preço dos imóveis e dos aluguéis, elas têm atraído o retorno de vários serviços para suas áreas.

As grandes cidades têm, portanto, conhecido um fenômeno denominado de policentrismo atrelado notadamente à criação de novas centralidades, a fim de responderem à extensão das atividades dos serviços. Essa extensão acha-se vinculada às vicissitudes das novas necessidades das sociedades atuais. Com efeito:

Atualmente [1985], uma desconcentração em escala regional caracteriza os padrões de crescimento do espaço [...]. Tal processo envolve ao mesmo tempo aglomeração e descentralização dispersas numa escala regional em expansão. Comércio, indústria, atividades culturais, estruturas políticas locais e fontes financeiras, todos abandonam o centro histórico da cidade. Ao mesmo tempo, forças atuantes concentram certas funções dentro de locais particulares, como a localização da administração financeira e do turismo em distritos comerciais das cidades. [...] Se o momento atual possui uma forma fenomenal de capital – a corporação multinacional –, então a forma fenomenal de espaço correlata do capitalismo tardio é a metrópole desconcentrada. (GOTTDIENER, 2010, p.230)

As áreas centrais históricas das grandes e médias cidades também têm sido alvo de mudanças significativas, concretas e abstratas. E a expansão das atividades ligadas ao turismo e ao lazer tem contribuído para a reintegração à cidade daqueles espaços “degradados”⁸³, ou melhor, abandonados por consumidores de alta renda, situados no seio das áreas, mediante sua revitalização ou renovação. E é nesse contexto que a cultura – como complexo compreendendo espaço + patrimônio histórico-artístico das áreas centrais – ocupa posição significativa nas mudanças atuais.

Isso porque as áreas centrais históricas das grandes cidades não perderam de todo o seu valor, sobretudo simbólico, em razão da significativa quantidade de imóveis com potencialidades para serem reocupados por outras funções ligadas aos novos contextos históricos. Vale ressaltar que o uso da cultura – mais no sentido mercadológico do que no identitário – tem sido uma “estratégia fatal”, utilizada como carro-chefe da retomada dessas áreas pelos interesses do mercado:

O ‘tudo é cultura’ da era que parece ter se inaugurado nos idos de 1960 teria pois se transformado de vez naquilo que venho chamando de *culturalismo de mercado*. De tal forma que a cultura – que nos primórdios da Era Industrial se cristalizara como esfera autônoma dos valores antimercado –, ao tornar-se *imagem*, quer dizer, representação e sua respectiva interpretação (como sabe qualquer gerente de *marketing* numa sociedade do espetáculo), acabou moldando, de um lado, indivíduos (ou coletividades ‘imaginadas’) que se auto-identificam pelo consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca; de outro, o sistema altamente concentrado dos provedores desses produtos tão intangíveis quanto fabulosamente lucrativos. [...] Daí a âncora identitária da nova urbanística. E como o planejamento estratégico é antes de tudo um empreendimento de comunicação e promoção, compreende-se que tal âncora identitária recaia de preferência na grande quermesse da chamada animação cultural. (ARANTES, 2000, p. 16-17)

Em Recife, por exemplo, bairro mais antigo da cidade homônima, onde se acha localizado o antigo porto, notamos a fixação de serviços atrelados ao lazer, ao entretenimento e

⁸³ Aspeamos este termo porque ele denota, em princípio, um processo natural, como se a degradação ou deterioração dos setores e/ou imóveis tivesse ocorrido sem a interferência humana. Quando, ao contrário, sabemos que, muito além de um processo natural, a degradação de espaços é o resultado, sobretudo, de desinteresse social de continuar investindo nesses espaços ditos degradados.

ao turismo, bem como ao comércio e às novas tecnologias da informação e comunicação, promovendo, assim, a volta de fluxos de segmentos das classes sociais mais abastadas, na área. Isso acontece com a intenção de consumir os serviços a elas vinculados do ponto de vista mercadológico, ainda que o governo municipal diga que “o espaço reconstruído seja de todos”!

Nessa perspectiva, ações de renovação e/ou revitalização urbana⁸⁴, na visão de Castells (1977, p. 348), atuam sobre a pobreza sem modificar seu curso, deslocando os problemas no espaço, mas não os resolvendo. Isso agrava, todavia, outros problemas relacionados à dimensão econômica da sociedade: a questão da moradia, por exemplo, é tornar-se aguda em razão da não existência de programas públicos adequados para responder às necessidades globais em termos de habitação. Quando se demoliram cortiços, não foram quaisquer cortiços, mas aqueles que contribuíam diretamente para a manutenção de uma subclasse cuja oposição cada vez maior colocava a sociedade (americana) em perigo (os guetos). Em todas as cidades, continuou Castells (Ibidem, p.349), este programa foi utilizado para eliminar os cortiços, reconvertendo os terrenos para usos mais rentáveis, depois de deslocarem os negros pobres para ceder o sítio a brancos ricos, sob os moldes do que se chama gentrificação urbana.

Atualmente, em muitas cidades brasileiras, o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSHIS) tem contribuído para liberação de áreas dos seus núcleos urbanos da presença das famílias de baixa renda, disponibilizando-as para que as de mais alta renda realizem seus investimentos voltados para o lucro. Da mesma maneira, tentou-se resolver a questão da reorganização das atividades comerciais informais, instaladas nas áreas centrais da cidade com medidas pontuais e seletivas, sem pensar numa solução mais abrangente, o que reforçou ainda mais a fragmentação espacial naquelas áreas, agravando por vezes os iminentes conflitos e tensões sociais.

Sempre houve, na história urbana em Recife, expulsão de famílias pobres e de microestabelecimentos do circuito inferior da economia das suas áreas centrais, tornando-as espaços mais fluidos e rentáveis para os estabelecimentos do circuito superior da economia capitalista. Não é à toa que, quando fazemos entrevistas com os representantes deste último circuito, geralmente, eles nos dizem que *a limpeza da cidade é uma condição essencial para a mudança do centro*, com base em posturas higienistas que nunca saem de cena. A ideia de *limpeza do centro*, neste contexto, tem significado a expulsão dos pobres das áreas economicamente mais valorizadas da cidade.

Com efeito, a revitalização com base na *recuperação dos centros históricos*, significa a (re) valorização dessas áreas para beneficiar os interesses econômicos. Trata-se da defesa do centro da cidade contra sua “degradação social”, o que não se explica unicamente, como diz Castells (1977, p.352), em termos funcionais. Mas, comprehende a adesão elitista aos valores da cultura urbana pelo que está em jogo, isto é, a defesa dos símbolos pertencentes à cultura liberal das suas sedes de expressão cultural, tradicional: teatros, museus, lugares de encontro, instituições religiosas, comércio seletivo, espaços de espetáculos (concertos) etc. Em Paris, continuou Castells, (1977, p.371), acentuou-se a segregação residencial, ampliando a ocupação do município pelas classes hegemônicas, sempre empurrando as classes subalternas para a periferia.

⁸⁴ Cabe aqui distinguir os conceitos de renovação e revitalização urbana. Segundo Clark (1991), o primeiro refere-se ao processo efetivo de renovação da área, muitas vezes destruindo o que existe; ao passo que o segundo refere-se ao processo de recuperação de um conjunto de objetos espaciais técnicos historicamente existentes, sem destruí-lo, em setores geográficos específicos para fins de reocupação desses espaços com atividades dinâmicas e relevantes para o contexto histórico no qual ocorre a revitalização.

O que dizer do caso de uma cidade como Recife em que, pelo fato de ser um núcleo de uma metrópole de região subdesenvolvida, essa segregação parece estar se esboçando de modo mais contundente? Apesar de não concordarmos de todo com a utilização do conceito de segregação para o caso de cidades brasileiras, parece-nos, entretanto, que, além do processo de fragmentação, desenham-se “fronteiras” cada vez mais precisas e nítidas entre os diversos territórios que compõem a cidade.

Além disso, a maior parte das ações voltadas para a renovação e/ou para a revitalização urbana, lideradas pelos poderes públicos municipais, pelo menos até o ano 2000, efetivou-se de modo setorial, concentrando-se em certos espaços, ou seja, selecionando espaços do território urbano – os mais dinâmicos e estratégicos para o desenvolvimento dos interesses das classes hegemônicas locais – para neles concentrar os investimentos disponíveis. Esta tem sido, argumentou Araújo (2000), uma herança da lógica do desenvolvimento urbano brasileiro.

Ressaltamos que essas ações de cunho puramente urbanísticas têm sido articuladas à formulação de fábulas, pelo discurso das classes hegemônicas, para ludibriar a sociedade e, sobretudo, as classes sociais subalternas que ainda esperam oportunidades para integrarem-se definitivamente à sociedade não somente como cidadãos, mas também como cidadãos. Neste sentido os serviços – de ensino fundamental/médio/superior, qualificação para o trabalho no mercado formal, saúde, segurança, infraestrutura urbana básica – seriam cruciais e estratégicos para a concretização do desenvolvimento efetivo.

Com a invasão neoliberal, o crescimento da exclusão social e da violência voltou de modo mais intenso e célere; fato que tem levado intelectuais a dizer que nos achamos diante de uma *nova pobreza* e de um *novo gueto*. (WACQUANT, 2001)⁸⁵ Situação que restringia o pobre cada vez mais sem nenhuma perspectiva de integração socioespacial em lugares específicos, condenando-os a viverem sob condições precárias e limitadas de existência na cidade. Nas grandes cidades brasileiras, em vez de gueto, temos a pobreza mais espacialmente espalhada pelos diversos territórios, a qual, por outro lado, também conhece reconfigurações no que diz respeito à sua forma, suscitando o que, também, M. Santos chamara de *nova pobreza*:

O crescimento econômico que se vale do capital concentrado a serviço de uma estrutura capitalista gera pobreza. Esta pobreza será estruturalmente diferente da atual, porque a economia pobre nativa perderá sua independência com relação ao circuito moderno da economia urbana. Certamente as atividades do circuito inferior não desaparecerão por completo, uma vez que a pobreza será agravada ao invés de erradicada; essas atividades, entretanto, tornar-se-ão dependentes dos interesses e atividades do circuito superior. (SANTOS, 2003, p. 195)

Conseguiu-se, no curso da última década, amenizar a situação da vida cotidiana de muitas pessoas pobres que nunca deixaram de ter perspectivas, ainda que incipientes, de integração ao modo de vida urbano. Só que, a despeito dos avanços quantitativos em termos de acesso a bens e serviços, não se nota efetivamente mudança qualitativa. A escala intraurbana é,

⁸⁵ Para Wacquant (p.54), nas grandes cidades americanas: “O gueto comunal da era do imediato pós-guerra – compacto, marcadamente confinado e compreendendo um pleno complemento de classes negras entrelaçadas por uma consciência coletiva unificada, uma divisão social do trabalho quase completa e agências comunitárias de base ampla voltadas à mobilização e à representação – foi substituído pelo que podemos chamar de *hipergueto* dos anos 80 e 90 [...], cujas configurações espacial, institucional e demográfica, posição e função estruturais na sociedade urbana são bem novas. Ademais, a separação do gueto em relação ao restante da sociedade norte-americana é apenas aparente: trata-se de um ‘mundo de vida’ (*lifeworld*), não de um ‘sistema’, para usar uma distinção conceptual elaborada por Habermas (1984). Refere-se às experiências e relações concretas de seus ocupantes, não aos laços subjacentes que os ancoraram firmemente ao conjunto metropolitano – como modelo exclusionário.”

portanto, uma dimensão fundamental à compreensão e à resolução da problemática que envolve as relações dos serviços com o espaço urbano. No entanto, ela não pode ser isolada da escala interurbana no âmbito do desenvolvimento geográfico desigual, sem as quais não se apreenderá e, por sua vez, não se compreenderá a referida problemática em sua complexidade e totalidade.

4-OUTRAS DIMENSÕES MULTIESCALARES DA GEOGRAFIA DOS SERVIÇOS

4.1-Os Serviços no Brasil e na Região Nordeste

Tal como vimos no início deste capítulo, o terciário sempre se fez presente nas cidades, estabelecendo relações significativas com o dinamismo urbano, o qual é representado pelo crescimento, pela expansão espacial, pela modernização e pela diversificação dos serviços na dinâmica da própria sociedade urbana. As cidades brasileiras também conheceram essa dinâmica de interdependência com relação ao terciário: quanto mais dinâmica se tornou a sociedade urbana, mais dinâmico também se tornou o seu terciário e, por conseguinte, os espaços do seu acontecere.

4.1.1-Os serviços no Brasil

Ao adotarmos a mesma periodização considerada anteriormente, com o objetivo de analisar sistematicamente o papel dos serviços no processo de produção do espaço, temos que partir dos períodos dos meios “natural”, técnico, técnico-científico e técnico-científico-informacional (SANTOS & SILVEIRA, 2001). O primeiro período – início do século XVI – refere-se ao predomínio dos tempos lentos da natureza comandando as ações humanas de diversos grupos indígenas e, simultaneamente, pelo começo da fixação dos invasores europeus em nosso território, cujo objetivo era adaptar o homem à natureza na perspectiva da acumulação, visto que nosso país e, por conseguinte, suas cidades litorâneas tiveram seu início no período da mundialização do capitalismo visto que a colonização nada mais foi do que um sistema de expansão dos interesses capitalistas no mundo.

O segundo – do século XVI ao XIX – refere-se à atenuação gradual do império da natureza sobre o homem, com o início da mecanização seletiva do conjunto de *ilhas* que constituíam o espaço brasileiro – representado como *arquipélago* – no período da colonização europeia, visando, principalmente, à produção e exportação de artigos tropicais para a metrópole colonizadora, promovendo a fixação gradual de máquinas e sistemas de objetos espaciais técnicos no referido espaço (ferrovias, portos, telégrafos). Foi esse, enfim, o sentido da “colonização” do Brasil e que, segundo C. P. Júnior e C. Furtado, norteou todo o processo da formação do seu território.

À medida que se dava o crescimento e a expansão dos centros urbanos no Brasil, desenvolviam-se, paralelamente, os serviços. Isso no contexto do predomínio dos imperativos do *setor de mercado externo*, baseado, nos seus primórdios, nas atividades de exportação, as quais poderiam ser concebidas como “de base econômica”. Paul Singer (1974) analisou, por exemplo, os efeitos do crescimento das atividades de produção do açúcar e do café no processo de evolução urbana em Recife e São Paulo respectivamente. Nestes dois casos, isso acontecia na medida em que os senhores de engenho e os fazendeiros cafeicultores investiam parte dos seus capitais naquelas cidades, fixando residência e gastando o excedente da sua produção nesses espaços. Com isso, promovia-se, concomitantemente, o crescimento do terciário no conjunto das suas respectivas economias urbanas em formação.

Dentre as atividades do terciário que se espacializaram ao longo do terceiro período (séculos XIX/XX: Império e Primeira República, sobretudo), destacavam-se aquelas que diziam respeito, sobretudo, à administração dos espaços e às atividades de suporte à produção de artigos para a exportação: finanças, transporte, armazenamento, embalagem e comércio, energia, comunicações (telefone, correios), engenharia, esgoto etc. Em seguida, é que se destinavam alguns recursos para a manutenção das sociedades locais: obras de infraestrutura urbana e serviços sociais. A este respeito, não podemos deixar de lembrar que muitos desses serviços eram, naquele período, oferecidos pelo setor privado da sociedade.

Como a dinâmica urbana brasileira, até as fases de crescimento industrial por políticas de concessão de tarifas favoráveis, pela substituição de importações etc. (Tarifa Alves Branco/1844, Encilhamento, Guerras de 1914-1918 e 1939-1945), dependeu fortemente das vicissitudes da dinâmica do setor de mercado externo, também podemos dizer que o crescimento dos serviços ficou durante aquelas fases, também dependente das necessidades daquele setor. Ao final do século XIX, aliado ao forte crescimento demográfico da população brasileira:

[...] o desenvolvimento da indústria acarreta forte expansão do setor terciário da economia. Os assalariados industriais gastam grande parte do seu rendimento em serviços pessoais: educação, saúde, recreação, higiene, esporte, etc. Além disso, a indústria apresenta forte demanda por serviços especializados: de transporte, financeiros, seguros, consultoria técnica, legal, propaganda, 'marketing', seleção de pessoal, etc. (SINGER, 1974, p.368)

Paralelamente, o crescimento das populações urbanas e o do estilo de vida urbano fizeram aumentar o número dos serviços pessoais prestados em restaurantes, centros de diversões públicas, clubes esportivos e sociedades recreativas, cabeleireiros e salões de beleza e estética. O crescimento desses serviços ocorreu na medida em que a população passou a gastar os seus rendimentos, salários e ganhos. Porém, em Recife, assim como em muitas outras cidades:

[...] o crescimento de sua população reflete a decomposição das relações coloniais de produção no campo, a qual provocou forte afluxo populacional à cidade, fazendo com que a sua população cresça sem que isto signifique uma expansão correspondente da economia industrial urbana. [...] Nesta cidade, seria um erro encarar o aumento demográfico como sintoma do seu desenvolvimento industrial. (Ibidem)

Daí a forte desigualdade socioeconômica e espacial no interior da sua economia urbana, deixando espaços livres para o surgimento e a consolidação de um significativo circuito inferior. Este período representa-se pela intensificação – iniciada no período anterior – da difusão do meio técnico, o qual, devido às chamadas revoluções das comunicações e dos transportes, promoveu a articulação dos diversos lugares no âmbito do mercado nacional sob a hegemonia paulista e, por sua vez, ultrapassando a organização do espaço em manchas e pontos desarticulados entre si, mas articulados, sobretudo, com a Europa.

Desde os primórdios da formação econômico-espacial das cidades brasileiras, o terciário conheceu um processo contínuo de crescimento, expansão e diversificação no espaço. Foi a partir dos anos 1940, sobretudo, que ele teve o seu impulso mais significativo no Brasil, com o aumento dos seus vários segmentos ligados à produção industrial, passando também a engendrar, junto com outros fatores importantes, economias externas, as quais promoveram o crescimento econômico do país. Mas, isso aconteceu reforçando a lógica do desenvolvimento desigual:

[...] entre 1940-1950 os serviços de produção passam de uma participação de 9,2% para 10,4% no emprego total, enquanto os serviços de consumo individual mantêm-se praticamente em torno de 6,3%; já os serviços de consumo coletivo também experimentam elevação no emprego total: de 4,2% passam a 5,1%. O crescimento do terciário passa a gerar economias de escala e externas necessárias à acumulação do capital, que ao lado do afluxo dos migrantes do campo liberados da economia de subsistência ou pela mudança no processo produtivo, produz um urbano desigual que expressa a combinação de formas não-capitalistas de organização da produção – comércio de biscoitos, botequins, bodegas, oficinas de reparos nos quintais das residências – ao lado de uma emergente economia urbana capitalista – bancos, indústrias, escritórios de empresas [sic] de exportação e importação. (BRANDÃO, 1983, p.48)

Desde então, o terciário continua a desempenhar papel cada vez mais significativo na economia nacional. Isto de tal maneira que, entre 1950 e 1960, ele continuou “[...] a absorver maior número da força de trabalho [...] e também elevando sua participação no produto, mostra que o crescimento intensivo deste se dá através do crescimento extensivo da força de trabalho” (Ibidem, p. 53), notadamente nas atividades de infraestrutura urbana (transportes, comunicações, energia elétrica, abastecimento de água, finanças e governo) e de serviços de interesse social (habitação, saúde, educação etc.). Estes também tiveram seu crescimento no contexto da diversificação das funções do Estado capitalista monopolista brasileiro.

À medida que, já no quarto período – século XX, especificamente após a Segunda Grande Guerra Mundial –, algumas indústrias deslocalizaram-se das principais cidades do Sudeste para outras regiões do país, as cidades que perderam indústrias especializaram-se em centros prestadores de serviços dos quais destacamos os seguintes: ensino superior, pesquisa, consultoria técnica, atividades de profissionais liberais, contabilidade, auditoria, pesquisa de mercado etc. Acha-se aqui o início da formação das metrópoles terciárias no Brasil.

De todo modo, embora a teoria da base econômica não consiga explicar tudo, inferimos que o crescimento do terciário no Brasil não deixou de acompanhar, também, o crescimento industrial, visto que a indústria sempre continuou e continua sendo uma importante atividade da economia dos lugares, ainda que estes não sejam efetivamente industrializados. À medida que se dava o crescimento industrial do país, os serviços também cresciam, aumentando sua participação no total da economia nacional. No início timidamente, mas, posteriormente, de modo mais intenso, em decorrência das próprias mudanças que as economias urbanas conheceram, principalmente, nas últimas décadas do século XX. Nesse sentido:

Entre 1939 e 1969, a participação do Terciário no produto interno líquido manteve-se entre 55% e 53%, enquanto a porcentagem da população economicamente ativa, isto é, da força de trabalho, saltava de 24% para 38%; o Terciário configura-se, assim, como o setor que mais absorveu os incrementos da força de trabalho. Tal absorção pode, simplesmente, ser creditada à incapacidade de o setor Primário reter a população e, por oposição, à impossibilidade dos incrementos serem absorvidos pelo Secundário (indústria)? A hipótese que se assume aqui é radicalmente distinta: o crescimento do Terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma ‘inchação’, nem de nenhum segmento ‘marginal’ da economia. Explicita-se o que funda esta interpretação. (OLIVEIRA, 1987, p.31, destaque do autor)

De acordo ainda com Oliveira (Ibidem, pp.32-33):

No processo de sua expansão, sem contar com magnitudes prévias de acumulação capitalística, o crescimento industrial forçosamente teria que centrar sobre a empresa industrial toda a virtualidade da acumulação propriamente capitalista; sem embargo, ela não poderia dar-se sem o apoio de serviços propriamente urbanos, diferenciados e desligados da unidade fabril propriamente dita, as chamadas ‘economias externas’. [...] Assiste-se, inclusive, a revivescência de formas de produção artesanais, principalmente nos chamados serviços de reparação (oficinas de todos os tipos). [...] É o crescimento dos Serviços da Produção o maior responsável, nas décadas [1939-1969], pelo crescimento do emprego nos serviços ou no Terciário em geral, crescimento diretamente ligado à expansão das atividades industriais.

Enquanto os serviços de interesse econômico se desenvolviam, os serviços de interesse social foram preteridos – inclusive pelo Estado – fazendo valer preponderantemente a formação do *consumidor mais-que-perfeito* em vez do cidadão, tal como acontece quando os movimentos sociais mantêm-se, por muito tempo, em seu estado de *latência*. Por isto, caberia agora considerar, de modo mais profundo, algumas das ideias contidas em um dos capítulos de um livro de M. Santos⁸⁶, pelo qual foi levantado o debate sobre a formação do espaço do cidadão no Brasil, passando pelo dilema entre ser consumidor/usuário ou ser cidadão/usador. Nesta obra, como indicado na seção anterior, Santos (1987, p.33) começou dizendo que:

A grande perversão do nosso tempo, muito além daquelas que são comumente apontadas como vícios, está na formação do caráter dos indivíduos. Agem de tal modo que Marx teria de mudar a sua célebre frase, segundo a qual as religiões deviam ser tidas como o ópio dos povos. Para o grande pensador alemão, a necessidade de uma ideologia global para o capitalismo teria sido coberta pelo conjunto de credos oferecidos à civilização ocidental pelas respectivas religiões.

Atualmente, o que acontece é que o consumo assumiu papel mais forte no que diz respeito à ocultação das verdadeiras necessidades da nação, isto é, aquelas inerentes à formação e construção da cidadania, tendo, hoje, substituído o papel que a religião havia desempenhado anteriormente. Ademais, Santos (Ibidem, p.35) levantou a seguinte ideia:

A glorificação do consumo se acompanha da diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade que, aliás, constitui um dos alicerces da cidadania. Enquanto constrói e alimenta um individualismo feroz e sem fronteiras, o consumo contribui ao aniquilamento da personalidade, sem a qual o homem não se reconhece como distinto, a partir da igualdade entre todos.

Nesse contexto, a moda torna-se uma estratégia, quando: “Não é mudança para atingir o futuro, mas para permanecer no passado. A moda é um desses artifícios com o qual as coisas ficam as mesmas, embora aparentando-se como uma transformação. A moda é manivela do consumo, pela criação de novos objetos que se impõem ao indivíduo”. (Ibidem) A moda torna-se um dos parâmetros para a expansão de discursos únicos, homogeneizadores do mercado e esmagadores da manifestação das diferenças. Nesse sentido, citando Edward Gobblat, para Santos (Ibidem, p. 36):

⁸⁶ Trata-se do capítulo intitulado “Do Cidadão Imperfeito ao Consumidor Mais-que-perfeito”, no livro “O Espaço do Cidadão”.

Um segundo caráter da moda é a sua uniformidade: cada qual deve tornar-se semelhante aos outros. É preciso ‘fazer como todo mundo’; não devemos ‘nos fazer notar’. Pois fazer-se notar, não fazer como todo mundo, é se excluir do meio social ao qual se pertence. Ser ‘um original’ é ser uma pessoa isolada. O que a sociedade, em geral, e cada uma das sociedades restritas que a compõem perdoam menos é todo ato pelo qual um dos seus membros dela se separa...

Isso seguramente tem alimentado o “fechamento” ao surgimento/revigoramento das diferenças mediante as quais se pode pensar nas possibilidades concretas de um novo mundo, repercutindo até mesmo no processo de produção dos espaços urbanos. Isso ainda se torna mais grave, chegando mesmo a uma situação de aprisionamento das pessoas:

[...] esse aprisionamento do indivíduo pelas coisas que ele cria é que conduz à alienação, um ‘processo de fragmentação do conhecimento’ e, consequentemente, uma distorção da realidade humana. [...] Alienado, o homem subutiliza suas energias intelectuais [...] Navarro de Britto [...] conceitua a alienação como ‘o processo de fragmentação do conhecimento e, consequentemente, distorção da realidade humana’, enquanto Agnes Heller [...] define a alienação como uma ‘cisão entre a essência do homem e a sua existência’ [...] ‘resultado do desenvolvimento das potencialidades do homem em detrimento de sua essência’. Consequência da contraposição do homem, de um lado, e da economia, da política, da técnica, da cultura etc., de outro lado, o processo de alienação cria ‘um estado de ânimo de vacuidade emotiva, abatimento e de existentialismo carente de perspectivas’ [...] Nesse quadro de vida, a existência é vivida não tanto para a consagração dos valores, mas para a busca das coisas, o produtor se tornando submisso ao objeto produzido. É o produto que ganha em poder, enquanto o trabalhador se despoja do seu próprio poder, conforme já mostrado por Marx nos *Manuscritos de 1844*. (Ibidem, p.37, itálico no original)

Colocando o “milagre econômico” como um dissolvente eficaz como fator alienador, o mesmo autor continuou sua argumentação dizendo que “A ideologia da prosperidade contamina a sociedade de alto a baixo, enriquecendo de sonhos injustificados a quem jamais deixaria de ser pobre”. (Ibidem, p.38) Mas sonhos que, para quem não dispõe das condições espaciais de existência necessárias à integração social, nunca se tornará realidade, mas *fábulas* para manter a realidade existente, atenuando a dureza da vida concreta. Com efeito:

O chamado ao consumo busca retardar a tomada de consciência, mergulhando o consumidor numa atmosfera irreal, onde o futuro aparece como miragem. Se cada qual pudesse estar consciente de suas potencialidades reais a partir de sua situação concreta, o mundo da fantasia cederia lugar ao conforto com um mundo incapaz de premiar os esforços individuais. (Ibidem, p.39)

Não somente o Estado desenvolvimentista, mas também a própria dinâmica do setor produtivo, mormente durante o famoso *milagre brasileiro* (1968-1973), fizeram crescer os serviços especializados e atrelados às indústrias produtoras de bens duráveis – automóveis e eletrodomésticos – a exemplo daqueles relativos ao *marketing*, à propaganda, à engenharia, aos contabilistas, ao planejamento urbano, às consultorias etc.

O mesmo aconteceu no curso da história em virtude dos sucessivos ciclos de crescimento, incrementando a distribuição de bens e serviços, e de crise, a qual desta vez está mascarada, também, pela realização de grandes operações urbanas nas cidades que apresentam capacidade para sediar grandes eventos, inclusive internacionais. Todavia, ao mesmo tempo,

apontam-se possibilidades para a quebra desse modelo de sociedade, o qual, segundo Santos (Ibidem, p.41), deveria fundamentar-se na cidadania, para o que a construção do *espaço do cidadão* faz-se fundamental. Isso porque:

O consumo, sem dúvida, tem sua própria força ideológica e material. [...] Onde o indivíduo é também cidadão, pode desafiar os mandamentos do mercado, tornando-se um consumidor imperfeito, porque insubmisso a certas regras impostas de fora dele mesmo. Onde não há o cidadão, há o consumidor mais-que-perfeito. É o nosso caso.

Para tanto, faz-se necessário construir uma consciência que leve à compreensão de que:

O consumidor não é o cidadão. Nem o consumidor de bens materiais, ilusões tornadas realidades como símbolos: a casa própria, o automóvel, os objetos, as coisas que dão *status*. Nem o consumidor de bens imateriais ou culturais, regalias de um consumo elitizado como o turismo e as viagens, os clubes e as diversões pagas; ou de bens conquistados para participar ainda mais do consumo, como a educação profissional, pseudo-educação que não conduz ao entendimento do mundo. O eleitor também não é forçosamente o cidadão, pois o eleitor pode existir sem que o indivíduo realize inteiramente suas potencialidades como participante ativo e dinâmico de uma comunidade. O papel desse eleitor não-cidadão se esgota no momento do voto; sua dimensão é singular, como o é a do consumidor, esse ‘imbecil feliz’ de que fala H. Laborit [...]. O consumidor (e mesmo o eleitor não-cidadão) alimenta-se de parcialidades, contenta-se com respostas setoriais, alcança satisfações limitadas, não tem direito ao debate sobre os objetivos de suas ações, públicas ou privadas. (Ibidem, p.41-42)

Faz-se necessário, portanto, que os homens participem, com conhecimento de causa, autonomia e capacidade criativa, ativamente do processo de construção da sociedade em sua totalidade, não se reduzindo a meros consumidores. Contudo, esta parece ser uma tarefa árdua visto que, com a globalização, acelera-se uma tendência à expansão e aceitação de discursos únicos calcados na terciarização ligada à ideologia não mais apenas do industrialismo, mas do consumismo, como panaceia para resolução das históricas condições de desigualdade e injustiça espaciais no Brasil.

QUADRO III – Quadro Sinóptico dos Saltos Históricos dos Serviços no Brasil à Luz da Periodização Proposta por Milton Santos

Períodos	Características Principais	Saltos Quantitativos
Natural (Pré-Técnico?) – Início do processo de “colonização” do Brasil, século XVI.	Predomínio dos ritmos lentos da natureza, comandando as ações humanas; e começo da fixação dos invasores europeus separando o homem da natureza.	Início da organização do território para a fixação das primeiras atividades produtivas no espaço “brasileiro”, voltadas eminentemente às exportações.
Técnico – Do século XVI ao XIX	Atenuação gradual do império da natureza sobre o homem; início da mecanização seletiva do conjunto de <i>ilhas</i> que constituirão o espaço brasileiro.	Fixação dos principais serviços relacionados ao setor de exportação, de preferência junto às áreas portuárias dos principais núcleos de povoamento: portos, ferrovias, telégrafos etc.
Técnico-Científico – Séculos XIX/XX	Consolidação das bases para a articulação dos diversos lugares do país no âmbito do mercado nacional. A partir de 1930, isso	Difusão do meio técnico, incrementado pela ciência, devido às revoluções das comunicações e dos transportes.

	ocorreu sob a hegemonia paulista e, por sua vez, ultrapassando a organização do espaço em manchas e pontos desarticulados entre si, mas que se articulavam, sobretudo, com a Europa.	Criaram-se serviços de finanças, transporte, armazenamento, embalagem e comércio, energia, comunicações (telefone, correios), engenharia, esgoto, coleta de lixo etc.
Técnico-Científico-Informacional – Século XX (Pós-1945)	Intensificação da articulação do país sob a hegemonia de São Paulo; peso maior de atividades científicas e informacionais na economia urbana do país.	Deslocalização de atividades produtivas dos principais centros urbanos do Sudeste em direção a outros centros vizinhos na própria região e em outras (Nordeste); especialização desses centros em lugares prestadores de serviços de ensino superior, pesquisa, consultoria técnica, atividades prestadas por profissionais liberais, contabilistas, auditoria, pesquisa de mercado etc.

Fonte: Pesquisa bibliográfica realizada pelo autor do presente capítulo, desde 1997.

4.1.2-Os serviços no Nordeste

Assim como no Brasil, também no Nordeste, não se pode falar em uma economia urbana dos serviços, principalmente antes de período técnico-científico. Nos primeiros períodos do processo de “colonização” no Brasil, de acordo com Andrade (1981b, p.16), na região Nordeste:

[...] *grosso modo*, de 1535 [...] até 1880, os engenhos de açúcar foram as principais unidades de produção industrial. O engenho era uma unidade econômica e social bastante complexa; na sua área de ocupação desenvolviam-se atividades agrícolas – cultura da cana e de mantimentos –, pecuárias e industriais, formando uma pequena comunidade governada pelo senhor de engenho que dispunha de um corpo de auxiliares e de uma numerosa escravaria. Até certo ponto [...], o engenho vivia numa semi-autarquia, produzindo a maior parte dos produtos para o seu consumo, além do açúcar para a exportação.

Isso apesar de eventos que ocorreram desde o início do século XIX que poderiam ter detonado um processo de industrialização no país, tais como a chegada da família real portuguesa em 1808, a formação de uma indústria siderúrgica para aproveitar-se das jazidas e ferro descobertas, a criação do Banco do Brasil e a abertura dos portos às nações “amigas” dentre outros. Entretanto,

Nas últimas décadas do século XIX, apesar da concentração de renda e da ainda numerosa população escrava, constatava-se a existência de um mercado consumidor de certo porte, havendo margem para a formação de um sistema industrial a nível regional. Tivemos a fase da implantação de numerosas fábricas de tecidos, voltada para o mercado interno, em face do estrangulamento da exportação do algodão, e, simultaneamente, a transformação, feita de forma lenta, da indústria do açúcar, que passou da fase do bangüê para a da usina. (ANDRADE, 1981b, pp. 84-85)

À medida que as cidades desenvolviam-se no Brasil, o terciário crescia, expandia-se e diversificava-se visto que, como se colocou no início, cidade e terciário constituem dimensões intrinsecamente inter-relacionadas entre si. Desse modo, durante o período técnico-científico e, sobretudo, técnico-científico-informacional, os serviços apresentaram significativa dinâmica no espaço urbano brasileiro.

No século XX, desde 1985, que a participação dos serviços no Nordeste já era significativa. Porém, sua especificidade é devida ao processo de crescimento em contexto de forte *inflação urbana* e *espoliação urbana*, que suscitou o desenvolvimento do “setor de subsistência”, pelo qual parte da força de trabalho “desqualificada” oriunda de cidades do interior foi absorvida pelo circuito inferior da economia, justamente aquele em que a produtividade do trabalho encontrar-se-ia nos seus níveis mais baixos.

Isso aconteceu, sobretudo, nos grandes centros urbanos metropolitanos, a exemplo dos de Recife, Salvador e Fotaleza haja vista os fatores conjugados do crescente contingente de migrantes capazes de ingressar no mercado de trabalho urbano. Dentre as formas mediante as quais os serviços são concretizados, destacaram-se, em um período mais recente, as pequenas empresas em relação às grandes, seguindo também uma tendência global e nacional.

[...] no país, no Nordeste, no Ceará, em Pernambuco e na Bahia, no período de 1986 a 1997, houve crescimento no número de estabelecimentos e de mão-de-obra empregada nas pequenas empresas do setor de serviços, bem mais expressivo do que naquelas do setor industrial e superior ao das grandes empresas de serviços. (ALBUQUERQUE, 2000, p. 10)

Em contrapartida, disse a mesma autora (Ibidem) que a indústria havia apresentado taxas negativas – sobretudo as médias e grandes – em termos de geração de emprego, para o período especificado [1986-1997], à exceção, segundo a autora, das microempresas, denotando os reflexos da reestruturação produtiva e organizacional. Segundo dados do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1997, Bahia, Ceará e Pernambuco foram os estados em que os serviços mais cresceram, no conjunto da economia regional, seguindo tendência efetivada do crescimento das economias latino-americanas. Nestas, os serviços têm contribuído para a absorção de um contingente cada vez maior de força de trabalho oriunda notadamente dos setores agropecuário em primeiro lugar e industrial em segundo.

Muitas das atividades foram organizadas com base no que se chama pequena empresa. Neste sentido, segundo Albuquerque (Ibidem, p.52), a pequena empresa foi elemento gerador e distribuidor de riquezas, como criação de empregos e como alternativa de retomada do crescimento econômico. Todavia, problemas tradicionais inerentes a esse tipo de empresa permaneceram, podendo continuar dificultando a concretização de um efetivo processo de desenvolvimento tais como: ausência da capacidade/organização empresarial sem a separação dos interesses familiais e empresariais; incipiente conteúdo técnico-científico-informacional das suas iniciativas; maior vulnerabilidade no que tange ao acesso a créditos bancários; precárias condições de trabalho e de remuneração, bem como a existência de força de trabalho desqualificada.

Em contrapartida, podemos arrolar algumas vantagens deste setor, sobretudo, em economias urbanas em que as chances concretas de emprego permanente no setor produtivo eram cada vez menores tais como: maior proximidade com relação ao mercado consumidor; organização estrutural simples, flexível e capaz de adaptar-se a diversos contextos temporais e espaciais; capacidade de empregar contingentes expressivos de mão-de-obra; exigência de menores investimentos em infraestrutura econômica – economias externas – geração de grupos empresariais e de tecnologias próprias específicas dos lugares envolvidos:

[...] os números corroboram [e] as micro e pequenas empresas tendem a se concentrar no comércio e nos serviços, atividades intensivas em mão-de-obra e baixos custos de instalação. Isto se dá porque, em geral, tais empreendimentos não dispõem de capital financeiro suficiente para adquirir o maquinário de capital intensivo, característico das grandes empresas industriais. (Ibidem, 2000, p.78)

A estratégia mediante a qual essas empresas vêm crescendo traduz-se no que se chama hoje de terceirização: “[...] estratégia empresarial de transferir serviços, ou mesmo toda uma fase do processo produtivo, para outras empresas (terceiros), com o objetivo de desconcentrar a produção, diminuir os custos, melhorar a qualidade e aumentar a produtividade”. (RAMALHO *apud* ALBUQUERQUE, 2000, p.14) Isso, valendo para as empresas e demais iniciativas prestadoras de serviços, pode promover diminuição de custos, reduzindo o contingente de trabalhadores empregados, o número de salários pagos e os encargos sociais.

Essa tendência remete-nos ao processo de reestruturação organizacional das empresas, ou seja, ao modelo “em rede” de empresas-filiais subordinadas a uma empresa principal; passando-se pouco a pouco àquele modelo representado por empresas independentes e cooperantes entre si, perdendo, portanto, o rigor organizacional inerente ao modelo anterior.

Para nós, o Nordeste convive há séculos com o processo de flexibilização na sua economia. Porém, no âmbito da especificidade inerente à informalidade e precariedade. O diferencial do que se passa no momento atual reside na sua intensificação e consolidação, sem perspectivas concretas de mudança radical deste quadro de referências. A situação de milhares de pessoas sem qualificação ainda se apresenta muito problemática na medida em que, em não dispondo de organizações solidárias, elas não conseguem nem mesmo garantir a sua sobrevivência em um mercado cada vez mais competitivo. A este respeito, vale a pena lembrar que:

Nos últimos cinco séculos de desenvolvimento e expansão geográfica do capitalismo, a concorrência se estabelece como regra. Agora, a competitividade toma o lugar da competição. A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão. A competitividade tem a guerra como norma. Há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o, para tomar seu lugar. [...] Essa guerra como norma justifica toda forma de apelo à força, a que assistimos em diversos países, um apelo não dissimulado, utilizado para dirimir os conflitos e consequência dessa ética da competitividade que caracteriza nosso tempo. Ora é isso também que justifica os individualismos arrebatadores e possessivos: individualismos na vida econômica [...]; na ordem da política [...]; na ordem do território [...]. Também na ordem social e individual [...]. Comportamentos que justificam todo desrespeito às pessoas são, afinal, uma das bases da sociedade atual. [...] Daí as fragmentações resultantes. Daí o desapreço à saúde como um bem individual e social inalienável. Daí todas as formas perversas de sociabilidade que já existem ou que se estão preparando neste país, para fazer dele – ainda mais – um país fragmentado, cujas diversas parcelas, de modo a assegurar sua sobrevivência imediata, serão jogadas umas contra as outras e convidadas a uma batalha sem quartel. (SANTOS, 2000, pp.46-7-8)

Mas, como já consideramos antes, esta racionalidade instrumental “homogeneizadora” pode contribuir para fomentar o surgimento de contra-racionalidades diferenciadoras, as quais, por seu turno, podem reforçar a *força do lugar*, suas *solidariedades orgânicas*. Isso na medida em que a organização de pessoas no seio dos seus próprios lugares de trabalho, circulação, lazer e vida, por exemplo, através de cooperativas e outras formas de associações e mobilizações sociais – que superem a dimensão do econômico – fortalecem suas estratégias de ação, criando o *espaço do cidadão* a partir do momento em que incentivam o retorno de diversas formas de sociabilidades fundamentais à sua emancipação, respeitando todas as pessoas.

4.2-A Geografia dos Serviços no Núcleo da Metrópole: Recife, um *Laboratório de Pesquisas*

4.2.1-Os serviços e seus espaços em Recife

Ao longo dos últimos anos, nos países de capitalismo avançado, multiplicaram-se as análises sobre o crescimento recente das atividades dos serviços, mas ainda falta uma reflexão mais profunda sobre sua relação com a produção do espaço, no contexto da chamada sociedade atual. Análises recentes dedicaram-se às transformações espaciais dos serviços relacionados à localização dos empregos de escritórios e às suas tipologias, valorizando especificidades da escala local. Com efeito, é preciso, como afirma Baily (1985), examinar as consequências dos processos globais, considerando também as escalas locais.

Nossa discussão está sendo feita com base na revisão bibliográfica que estamos fazendo desde 1998, quando começamos a lecionar “Geografia dos Serviços” no Programa de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. Contudo, no caso específico desta seção, enfocaremos as inter-relações, também, empíricas entre serviços e espaço em Recife.

No âmbito dessas preocupações, citamos, sobretudo, algumas das pesquisas precursoras e inovadoras de relevância para a dinâmica espacial dos serviços nesta cidade, dentre as quais destacamos aquelas que se debruçaram sobre os “setores” de educação (CASTILHO, 1992), habitação e planejamento habitacional (COUTINHO, 1989), lazer (FREITAS, 1995), turismo (CASTILHO, 1999), meios de comunicação popular (FERREIRA, 2000) e saúde (BEZERRA, 2008) dentre outras.

Houve também análises geográficas que procuraram apreender a gestão de serviços públicos comuns metropolitanos em seu conjunto – relativa ao transporte, uso do solo, meio ambiente, saneamento e abastecimento de água – durante o processo de metropolização da cidade (GOMES, 1989); bem como análises que se debruçaram sobre o processo de organização espacial de “novas” centralidades do consumo de bens e serviços a exemplo do estudo sobre o *shopping center Recife* (COSTA, 1995).

Ainda há, porém, muito a se fazer não somente no que diz respeito ao estudo da organização espacial de outros serviços urbanos que têm adquirido maior visibilidade no âmbito do processo de (re) organização socioeconômica e político-administrativa do capitalismo brasileiro, mas igualmente no do processo de expansão dos grandes centros comerciais e de lazer⁸⁷. Isso considerando outras escalas de análise, outras lógicas de organização espacial a exemplo daquelas ligadas ao mercado capitalista e ao nível privado de gestão e espacialização dessas atividades.

Nessas pesquisas, nunca se negligenciou o papel desempenhado pelo Estado no processo de crescimento, expansão, diversificação e modernização dos serviços citados. Daí o reconhecimento, também, do Estado como principal agente da produção do espaço geográfico. Nesse sentido, revelou-nos Brandão (op. cit., p.106) que:

⁸⁷ Orientamos trabalhos de pesquisa acerca da construção e expansão de centros comerciais fixados na Área Central do Recife, compreendendo esses objetos espaciais técnicos como reforçadores de práticas de revitalização urbana, na perspectiva do estabelecimento de um urbanismo comercial que se diz novo na cidade, mas que mantém as mesmas relações sociais tais como sempre existiram. Também não podemos deixar de mencionar outro trabalho de pesquisa que analisou as relações das novas tecnologias da informação e comunicação com essa dinâmica da revitalização na mesma Área Central, na perspectiva da implantação de um polo tecnológico no centro histórico da cidade, que em vez de um verdadeiro polo como dito no discurso governamental, não passa de um aglomerado de atividades do gênero.

O crescimento do ramo ‘governo’ explica-se pela necessidade de infra-estrutura básica que assegure o desenvolvimento industrial e pela maior intervenção do Estado na gerência direta e indireta da economia nacional, nas questões relativas ao capital e à força de trabalho, no que se refere às funções de acumulação e de legitimação.

Por outro lado, o mercado também tem estimulado a dinâmica dos serviços *in loco*, mas sob a lógica de organização espacial fragmentadora e seletiva, reduzindo as perspectivas de expansão efetiva das inovações, na medida em que continua concentrando investimentos e ações em poucos lugares da cidade. Daí porque, como já nos advertia Santos (1979), não podemos nos esquecer da coexistência do circuito superior com o inferior na economia urbana, muito forte em metrópoles subdesenvolvidas. Isso, sobretudo, em virtude do papel social que o segundo circuito desempenha como atenuador de iminentes tensões e conflitos sociais.

Nós nos interessamos, portanto, pela natureza da produção espacial dos serviços em Recife, que sempre foi um lugar dinâmico, considerando o processo permanente no tempo de (re) definição e (re) organização social, econômica, política, cultural e espacial da sociedade capitalista. Isso sem deixar de considerar as especificidades locais desta cidade, a qual se acha marcada por fortes desigualdades e injustiças espaciais. Desse modo, tentaremos resgatar a originalidade desse processo no espaço dos recifenses como totalidade complexa.

Tal como colocado no início deste capítulo, todas as atividades humanas, incluindo os serviços, também necessitam da dimensão espacial para se realizarem. Nesse sentido, muitas porções do espaço geográfico são utilizadas para a fixação dos serviços, a qual, simultaneamente, influi no movimento permanente de reorganização/recontextualização da própria dinâmica social da qual fazem parte. Esta fixação tem obedecido à lógica de organização espacial fundamentada em uma série de fatores dentre os quais vale salientar: centralidade histórico-econômica dos lugares urbanos mais importantes da cidade, densidade demográfica e nível de renda das populações locais em inter-relação, ao mesmo tempo, dialética e complexa.

Apesar do processo de crescimento industrial que Recife conhecera no curso dos períodos técnico-científico e, sobretudo, técnico-científico-informacional (desde fins do século XIX até os anos 1970), ligado em princípio, como afirmou Singer (1974), à dinâmica do seu setor de mercado externo, o terciário sempre foi, de longe, o maior responsável pelo dinamismo urbano local.

A própria formação histórica do Recife aconteceu em função e a partir do desenvolvimento das atividades portuárias concentradas desde o período técnico (século XVII) no bairro do Recife, onde se situa a área – histórica – do porto do Recife. Foi em torno desta área que, como em muitos casos no mundo, concentrou-se um significativo número de serviços destinados primeiramente ao abastecimento das embarcações e à recepção dos seus tripulantes. A este respeito, Zanchetti (1990) disse que: “O Recife estava organizado em torno do comércio. Sendo uma cidade com característica de grande entreposto de importação e exportação, seu porto funcionava como elemento estruturador da ocupação espacial do setor [comercial por exemplo]”. (Ibidem, p. 45)

À medida que a cidade ganhava eixos radiais que ligavam o porto às áreas de produção das *commodities* (açúcar, algodão, couro etc.), outras atividades destinadas ao atendimento das necessidades das populações locais – as quais passavam a residir em torno e às proximidades destes eixos, sempre em expansão – foram-se, progressivamente, espacializando pelas áreas localizadas no entorno daqueles eixos. Desde então, o terciário, em Recife, sempre esteve em processo de expansão, mesmo em períodos de crise das atividades ligadas ao setor de exportação em função das vicissitudes da mundialização. Daí porque, para compensar a falta de

alternativas de trabalho para as pessoas que eram dispensadas daquelas atividades ligadas ao *setor de mercado externo*, expandiam-se as do *setor de subsistência*.

Desde o século XVII até o XX, a Área Central histórica do Recife foi-se expandindo pelos bairros de Recife (o do Porto), Santo Amaro, Santo Antônio, São José e Boa Vista. Foi neste centro que se concentraram as funções ligadas ao porto, à direção/administração do município e do estado federado; ao comércio varejista e atacadista; ao crédito e às finanças (bancos); às agências de desenvolvimento/investimento (SUDENE, CONDEPE); às grandes indústrias (escritórios); e aos serviços econômicos e sociais.

Nos anos 1950 e 1960, já se podia notar diferenças expressivas entre os bairros São José e Boa Vista, como afirmou Brandão (1983): o primeiro ocupado por famílias de renda média e média baixa; e o segundo por famílias de rendas média e alta, ainda que este último mantivesse uma predominância da função residencial à exceção de algumas ruas nas quais se localizaram objetos espaciais técnicos ligados ao comércio. No curso dos anos 1960 e 1970, a avenida Conde da Boa Vista, as ruas Riachuelo, Sete de Setembro, União e Aurora, no bairro Boa Vista, transformaram-se em eixos comerciais importantes para os recifenses.

Com o fenômeno de desconcentração espacial do terciário, primeiramente, formaram-se os *subcentros comerciais e de serviços*, para acompanhar a expansão do consumo na cidade. Foi assim que os centros de serviços formaram-se, apresentando, em princípio, quatro centralidades, isto é, lugares centrais fáceis de serem apreendidos empiricamente: o centro ou a área central histórica do comércio⁸⁸, os subcentros – sub-regionais – comerciais, os centros de bairro e os novos centros comerciais modernos (*Shopping Centers*, vias comerciais etc). (**fig. 1**) Esses espaços traduzem momentos históricos diferentes na cidade. Não é preciso lembrar que a ampliação e modernização da malha viária, acompanhando o crescimento urbano, foram condição *sine qua non* para a viabilidade da referida desconcentração espacial, expandindo e diversificando ainda mais o processo de desconcentração espacial das centralidades do consumo na cidade. (**fig. 2**)

⁸⁸ Corrêa (1989, p.37-8) disse que “A partir do começo do século XX o processo de centralização e a sua correspondente forma espacial, a **Área Central**, passaram a ser sistematicamente considerados pelos estudiosos do fenômeno urbano. Economistas como Hurd e Haig, e sociólogos como Mackenzie abordaram a temática em pauta. Este interesse revela a magnitude do processo e da forma espacial, bem como o seu significado para a cidade. De fato, a Área Central constitui-se no foco principal não apenas da cidade mas também de sua hinterlândia. **Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos.** Ela se destaca na paisagem da cidade pela sua verticalização.” (destaques nossos)

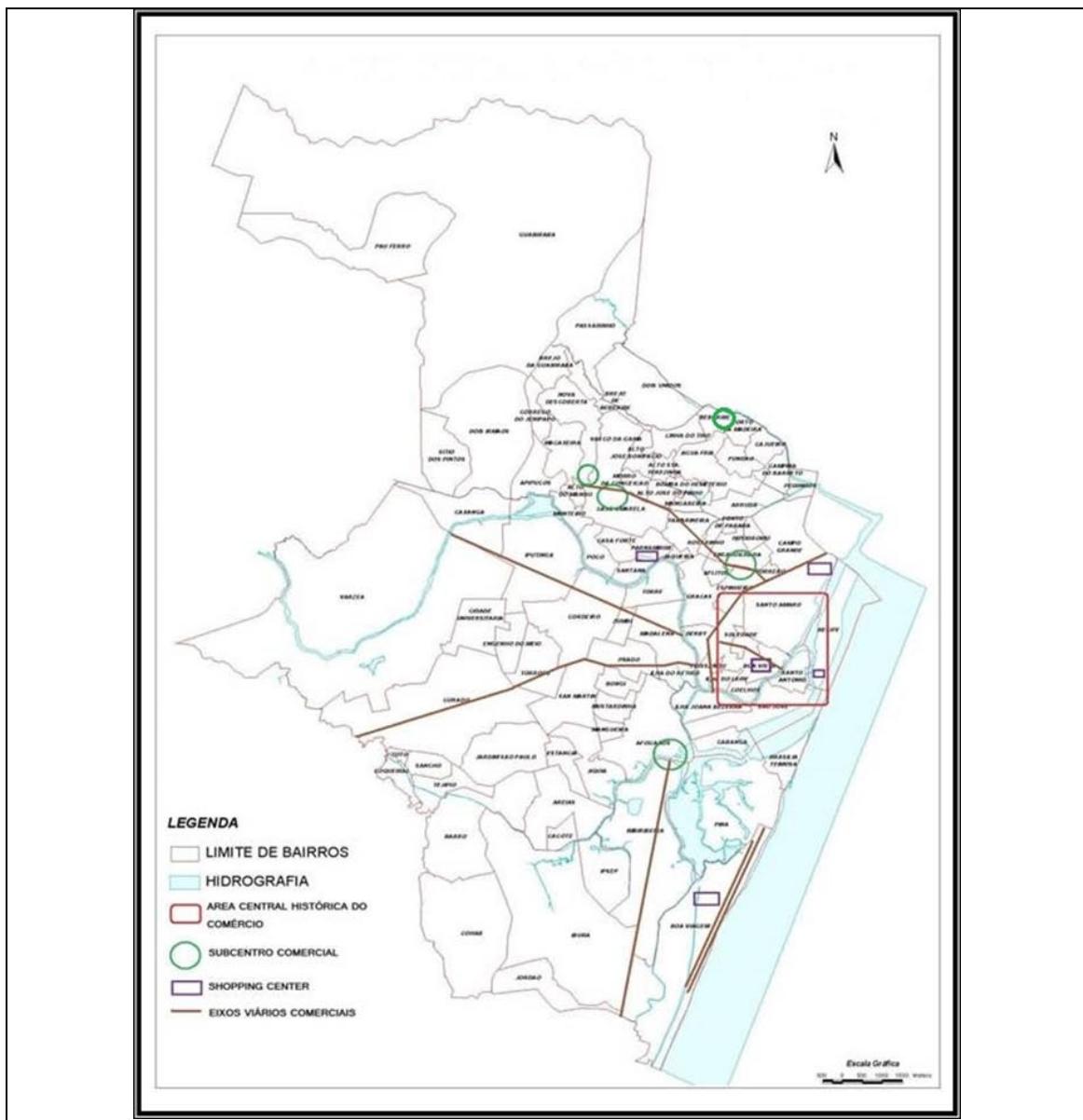


Fig. 1 – Município de Recife – Principais Centralidades Urbanas da Cidade. Fonte cartográfica: Divisão de Geoprocessamento da Prefeitura do Recife, 2005. Fonte dos dados: conhecimento empírico do autor deste capítulo. Nota: vê-se, na porção central-leste desta figura, a representação da Área Central Histórica do Comércio da cidade de Recife; em torno da qual se fixaram, no curso da história da dinâmica do terciário local, os subcentros comerciais/centros de bairro e as vias comerciais, representados.

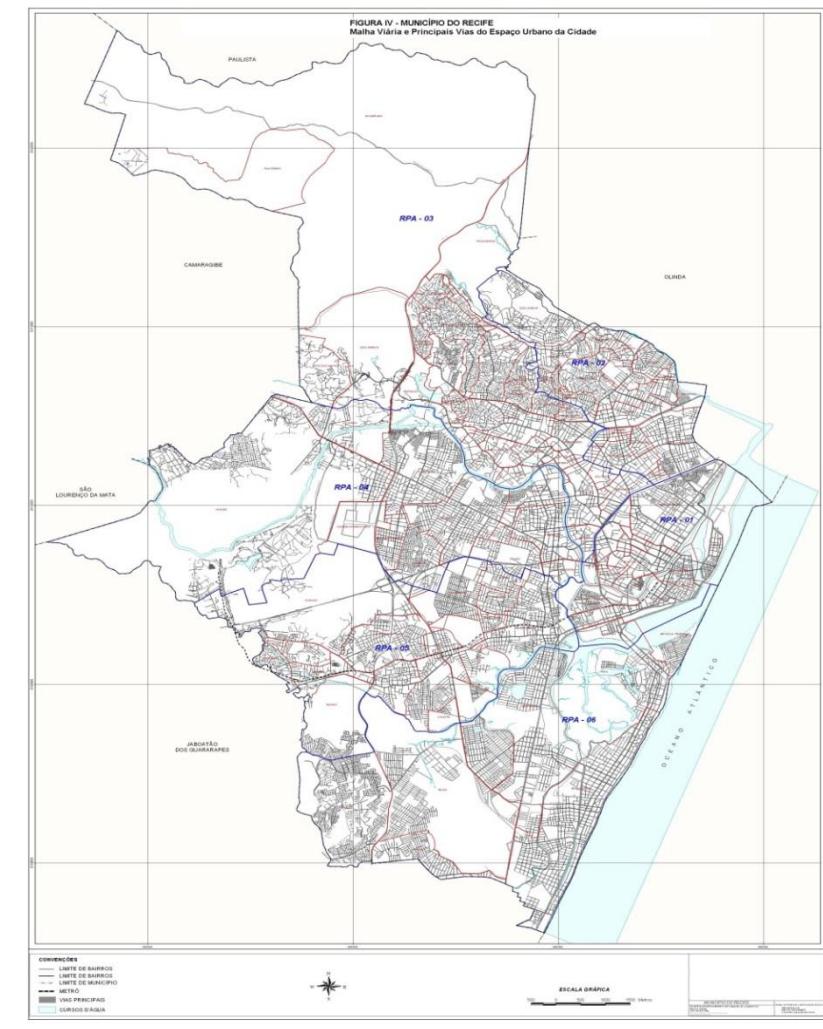


Fig. 2 – Município de Recife – A Malha Viária da Cidade. Fonte cartográfica e dos dados: Divisão de Geoprocessamento da Prefeitura do Recife, 2005. Nota: Superpondo esta figura sobre a anterior, vê-se que a malha viária da cidade de Recife é tão densa, que não somente articula as suas centralidades econômicas urbanas, como também os seus noventa e quatro bairros, constituindo, assim, espaços lineares de penetração dos serviços nesses lugares.

Situando-se nos bairros mais antigos da cidade, a **Área Central do comércio** coincide com o centro histórico do Recife, o qual sempre representou uma fragmentação socioeconômica e espacial bem visível. Até os anos 1960, Boa Vista e São José eram bairros onde a função residencial era predominante, salvo nas ruas Duque de Caxias, Imperatriz, Nova e Cais de Santa Rita nas quais se concentravam atividades ligadas ao comércio e à prestação de serviços consumidos pelos recifenses pobres, médios e ricos. Posteriormente, notadamente a partir dos anos 1970, esses bairros perderam parte da sua população residente em consequência das transformações urbanas ocorridas, tornando-se espaço cada vez mais ligado ao terciário.

Além disso, durante os anos 1970 e 1980, em razão dos clássicos problemas relativos às *deseconomias urbanas* das áreas centrais (congestionamento do tráfego rodoviário, falta de espaços para estacionamento, insegurança, desconforto causado pela ausência de espaços para pedestres, sujeira etc.), este espaço deixou de ser progressivamente frequentado pelas camadas sociais mais abastadas da sociedade recifense. Isso não era novidade, pois, nos Estados Unidos, o esvaziamento provocado por processos de deseconomia urbana, como comentou Delle Donne

(Op. cit., p.217), foi compensado pela sua ocupação por segmentos das classes sociais subalternas:

[...] pela deserção das classes médias, fizeram deslocar para o centro da cidade o limite do ghetto [sic] ou das zonas habitadas pelas minorias. Neste momento a down town privada das barreiras protectoras [sic] das classes médias tornou-se o local do conflito imediato entre o vértice do poder e a larga base “daqueles que não contam”. A situação das cidades americanas, a diversos níveis de intensidade, encontra paralelo nas outras grandes cidades dos países de capitalismo amadurecido.

Em Recife, porções da sua Área Central também foram ocupadas por pessoas e famílias de baixa – e baixíssima – renda, como área residencial. As favelas em Coelhos, Coque, do Papelão e Pilar constituem alguns dos exemplos do que acabamos de levar em conta. Ao mesmo tempo, muitos setores desta área foram ocupados por atividades ligadas ao pequeno comércio e à prestação de serviços, reforçando a presença do circuito inferior da economia urbana local, sobretudo no que dizia respeito à distribuição de bens e à prestação de serviços aos consumidores de baixa renda. Hoje, até mesmo no bairro Recife existem pequenos serviços informais destinados a abastecer os moradores da favela do Pilar, antiga Favela do Rato, no centro da ilha na qual se situa o bairro, uma das vitrines do processo de “revitalização” da cidade.

Se, por um lado, a presença da informalidade representa uma tática mediante a qual pessoas que permanecem do lado de fora do circuito superior da economia urbana mantêm alternativas de ganho a fim de complementar a renda familiar; por outro, ela não deixou de engendrar e desencadear tensões e conflitos com os gestores públicos responsáveis pela organização espacial da Área Central. Com efeito, o espaço é gerido pelas classes hegemônicas locais interessadas em garantir um padrão seletivo de apropriação da Área. Isso é representado pela fixação do circuito superior; por grupos comprometidos com a manutenção e/ou criação de padrões urbanísticos elaborados alhures e aspirados pelas classes média e alta, com o fito de dar uma solução aos problemas com a circulação, a estética e a higiene; e ansiosos pela reconquista da legitimidade do sistema existente. A problemática da Área Central é tão séria que:

Nos anos [19]50, a questão do comércio de rua localizado no centro já era vista como ‘um dos problemas que mais vêm dando o que fazer às autoridades’. Enquanto nos últimos anos a questão chegou a ser considerada, pelo prefeito Joaquim Francisco, como ‘[...] o problema mais sério da cidade’ ... (CORREIA, 1987, p. 75)

Por esse motivo, ações de cunho sanitário, no sentido de combater a informalidade, reapareceram frequentemente no âmbito das sucessivas gestões municipais locais. Desse modo, sempre as classes hegemônicas (locais) tentaram expulsar os pequenos comerciantes (informais) de porções simbolicamente valorizadas da Área Central da cidade, a exemplo do que se tem feito com os mocambos, as favelas e as palafitas. Em 1960, a lei 7.427 estabelecia as áreas proibidas ao exercício do comércio de rua em trechos da Área Central do Recife. Ao mesmo tempo, criaram-se *áreas livres*, conseguindo abrigar somente 1.395 (27%) de 2.140 ambulantes⁸⁹ e vendedores licenciados, como afirmou a autora acima citada.

Associando-se às medidas acima mencionadas, tentou-se também dar uma solução ao seu aspecto visível, mascarando-o, a fim de criar uma imagem falsa da cidade e do papel do

⁸⁹ Em julho de 2001, segundo informações da CESURB, já se havia chegado a 8.000 o número total de ambulantes; portanto exacerbadamente maior do que se tinha em 1960.

Estado como agente ordenador do espaço urbano⁹⁰. Em 1980, a padronização das barracas dispersas pela cidade tinha, como afirmou Correia (Ibidem, p.130-131), um bom aspecto visual, que bem impressionava o turista e o uso dos equipamentos padronizados representou uma maneira de atenuar o aspecto da pobreza da atividade e do centro da cidade. Essas ações eram medidas simples, que, quando não levavam em conta a complexidade do problema abordado, não conseguiam solucioná-lo de maneira sustentável. Isso porque não atingiam suas verdadeiras raízes vinculadas à própria lógica perversa do capitalismo no Brasil.

Foram surgindo, paulatinamente, a partir dos anos 1960, em Recife, os **centros subregionais**, ou seja, aqueles que atendiam, de preferência, às populações do bairro onde eles se localizavam, bem como aquelas dos bairros do seu entorno interligados por uma densa malha viária: Afogados, Encruzilhada e Casa Amarela. Isso contribuiu fortemente para a expansão espacial e a diversificação das atividades do terciário em Recife.

Em seguida, foram surgindo outros espaços de consumo a exemplo daqueles de Campo Grande, avenida Caxangá, avenida José Rufino e avenida Vinte e Um de Abril notadamente em função do aumento da densidade demográfica da cidade. Na medida em que as atividades se achavam distribuídas linearmente ao longo desses eixos viários, os três últimos centros evidenciavam justamente as direções da expansão espacial do consumo visando acompanhar o incremento da densidade demográfica. (ANDRADE, 1979) Para esses centros comerciais também se dirigiam filiais de redes reconhecidas do terciário recifense, reforçando a centralidade do lugar.

Os **centros de bairro** já eram encontrados nos lugares habitados pelas camadas sociais de mais baixa renda: Água Fria, Areias, Beberibe, Cordeiro, Engenho do Meio, Ibura, Imbiribeira, Monteiro, Mustardinha, Nova Descoberta, Várzea e Tejipió. Eles se localizavam em áreas mais distantes da Área Central e, por este motivo, alguns deles situam-se nas fronteiras do município do Recife com outros municípios que compõem a RMR. O raio de ação das suas influências é, contudo, muito modesto, alcançando, sobretudo, a população do bairro.

Os **novos centros comerciais modernos** começaram a se impor no espaço urbano recifense nos anos 1980, representando nova forma, para esta cidade, de desconcentração espacial com relação à Área Central histórica. Alguns deles foram fixados em espaços construídos, planejados e de centralização dos capitais comercial, imobiliário e financeiro. Tratam-se, assim, dos hipermercados, hipercenters e *shopping centers*. Embora não sejam de grandes dimensões, também podemos considerar as galerias comerciais como centros que fazem parte deste grupo, espalhadas em diversos bairros nobres da cidade.

Além do mais, a expansão dos objetos espaciais do terciário de luxo vem acompanhando, também, o crescimento da densidade demográfica de populações mais abastadas em razão da verticalização dos imóveis. Com efeito, nos bairros mais dinâmicos, de importância econômica, da cidade, a função residencial tem dividido o espaço com as funções comerciais e de prestação de serviços os mais variados. (MELO, 1993). Espacialmente, isso também significa que antigas *casas aristocráticas* belas e espaçosas ganharam novas funções e/ou foram substituídas por altos e modernos edifícios, bem como por lojas de artigos de luxo.

No que tange à recente expansão de objetos espaciais técnicos semelhantes por bairros das camadas de baixa renda da sociedade local, isto pode ser explicado, também, pelo aumento do número de pessoas que passaram a ter acesso, de modo mais estável, a salários ou a ganhos mensais em razão da melhoria das condições econômicas gerais da população metropolitana no período dos anos 1980, com a redemocratização do país (RIBEIRO & LAGO, 1994),

⁹⁰ Quanto ao uso da organização espacial pelo Estado, Foucault nos alertara para o fato de que ela acontecia com a finalidade precípua de legitimação dos poderes hegemônicos instituídos.

justamente na chamada *década perdida* a qual, parece-nos que, no Brasil, não foi tão perdida como se disse, tal como escreveu Araújo (2000). Os supermercados, hipercenters e *homecenters* também vêm se expandindo no espaço urbano da cidade e da metrópole recifenses.

Ao longo das duas últimas décadas do século XX, portanto, os centros dos serviços vêm passando por um processo conjunto e simultâneo de expansão, transformação, diversificação e modernização na busca dos consumidores pertencentes a todas as faixas de renda. Isso porque, sob o capitalismo, todas as pessoas são importantes desde que possuam condições para comprarem bens e serviços, não importando se são de baixa ou alta renda, brancos ou negros etc. Existem dois vetores que traduzem a aceleração da realização do referido processo: a revitalização de setores da Área Central histórica da cidade e a expansão dos novos centros comerciais modernos (galerias comerciais e *shopping centers*), em versão popular ou sofisticada.

Atualmente, do ponto de vista da estrutura espacial do consumo em Recife, as atividades diretamente ligadas ao Porto histórico concentram-se em Recife (bairro) e São José; ao comércio de luxo em Boa Viagem, Casa Forte, Espinheiro, Graças, Parnamirim; aos serviços político-administrativos em Recife, Santo Antônio e Santo Amaro; aos intelectuais em Boa Vista, Várzea (*campus* da Universidade Federal de Pernambuco) e Dois Irmãos (*campus* da Universidade Federal Rural de Pernambuco); aos lazer, entretenimento e turismo em Boa Viagem, Pina (Zona Turística Moderna) e Boa Vista, Recife, Santo Antônio e São José na (Zona Turística Tradicional) etc. Não é preciso lembrar que as diferenças existentes entre estas duas zonas turísticas também se baseiam no nível de renda e de exigência dos seus consumidores.

4.2.2-Embates entre a organização de espaços segundo interesses econômicos e sociais

O capitalismo, na ânsia perpétua de produzir e expandir valor, acumular capital, fixa e valoriza os espaços do seu acontecer, visando à reprodução das suas próprias relações de produção. Mas, ao mesmo tempo, e contraditoriamente, sua própria dinâmica promove processos de desvalorização dos seus próprios objetos espaciais técnicos e da força de trabalho, o que nas cidades é impulsionado pelas deseconomias urbanas. Com efeito:

A acumulação do capital e a acumulação da miséria andam juntas, concentradas no espaço. Essas tendências para a aglomeração obviamente encontram limites tanto físicos quanto sociais. Os custos de congestionamento, a rigidez crescente no uso das infraestruturas físicas, o aumento dos aluguéis e a absoluta falta de espaço superam em muito as economias de aglomeração. As concentrações de miséria formam um campo próprio para a geração de consciência de classe e agitação social. A dispersão espacial começa a parecer cada vez mais atrativa. [...] A mobilidade do dinheiro de crédito e a tendência para eliminar as barreiras espaciais tornam-se a chave para o entendimento da dispersão rápida da circulação do capital na face da terra. [...] Mas a dispersão também encontra restrições limitantes poderosas. (HARVEY, 2013, p.529)

Porém, se por um lado as deseconomias urbanas estimulam a dispersão do capital e dos seus valores em espaços mais fluidos e flexíveis, por outro este processo também possui seus limites. Daí a necessidade de recuperar os espaços, antes, desvalorizados, tornando-os novamente instrumentos de produção de valores econômicos em detrimento das condições para a realização da vida humana em sua plenitude. Não podemos deixar de dizer que, nesse embate entre os interesses econômicos e os sociais, lamentavelmente, é a lógica mercantil que tem prevalecido, a qual, para Passet (*op. cit.*):

[...] consiste em limitar o máximo possível os investimentos coletivos de rendimento distribuído no longo prazo e diluído no conjunto da sociedade, em benefício das atividades direta e imediatamente rentáveis. Esses investimentos só podem, portanto, caber ao poder público, de acordo com a importância que este atribui, em função primordial, à necessidade que tais investimentos devem satisfazer. (Ibidem, p.237)

A Prefeitura do Recife (PR), buscando atender demandas da organização dos comerciantes fixados na Área Central – Clube dos Diretores Lojistas (CDL) –, implementou ações no sentido da (re) organização espacial da Área. Estas ações urbanísticas, de caráter higienista, normalmente, visam afastar os pobres das áreas mais valorizadas e visíveis, contribuindo para a funcionalidade capitalista do espaço. Entretanto, sobretudo em função das desigualdades espaciais da cidade, essas ações têm acontecido apenas nas áreas de interesse econômico, sem considerar o espaço urbano como um todo, inviabilizando, portanto, a construção das possibilidades concretas para a revolução urbana em sua totalidade⁹¹. Em vez de se implementar ações que integrem os comerciantes informais, continuou-se a executar projetos que negam a presença deles na cidade, expulsando-os dos seus lugares de trabalho, rompendo suas territorialidades.

Tentamos delimitar marcos históricos dessas ações, remontando aos anos 1970, 1980 e 1990, períodos das gestões municipais conservadoras de Antônio Farias (1975-1978), Gustavo Krause (1979-1982), Jorge Cavalcanti (1982-1983), Joaquim Francisco (1984-1985), Jarbas Vasconcelos (1986-1988). Isso porque esses Prefeitos estavam ligados a coligações políticas ainda enraizadas nos governos autoritários (ARENA, PDS, PDS, PFL e PMDB), partidos comprometidos com propostas de direita e/ou centro-direita. Desse conjunto de Prefeitos, apenas o último foi eleito por eleições diretas. Em seguida, consideramos ações ligadas às gestões dos prefeitos Joaquim Francisco (1989-1990), Gilberto Marques Paulo (1991-1992), Jarbas Vasconcelos (1993-1996) e Roberto Magalhães (1997-2000), pertencentes, respectivamente, aos partidos PFL, PFL, PMDB e PFL, sem mudança significativa em termos da composição de forças político-partidárias. Mas eleitas diretamente por eleições diretas.

Foi na gestão urbana do período 1975-1978 que se começou a falar em revitalização da Área Central histórica da cidade, sob os moldes do higienismo e da funcionalidade, o que teve continuidade durante as duas gestões urbanas seguintes, a de 1979-1982 e a de 1982-1983. Na gestão urbana de 1984-1985, houve certo descaso no que diz respeito ao processo de revitalização da referida área, mas não se deixou de executar ações mascaradoras da problemática social na cidade. Quanto ao aspecto da funcionalidade econômica das ações das gestões municipais supramencionadas, é interessante notar que, segundo Correia (op. cit., p.192), no:

[...] período de março de 1975 a dezembro de 1985, foi privilegiada a estratégia de afastar o comércio de rua do centro ou reduzir sua presença no local. Na gestão de Jarbas Vasconcelos, recebeu ênfase a estratégia de disciplinar o funcionamento do comércio de rua no centro, ordenando-o espacialmente e melhorando sua aparência.

⁹¹ Para Lefebvre (1970, 1999), a Revolução Urbana refere-se ao conjunto das transformações pelas quais as sociedades contemporâneas, visando ultrapassar o período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação), chegando ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, com a intenção de buscar soluções e modalidades próprias à sociedade urbana. Ele comprehende esta nova sociedade, a sociedade urbana, como o resultado da urbanização completa, do real (hoje) ao virtual (amanhã).

No período da gestão urbana de 1986-1988, tentou-se, inicialmente, disciplinar o comércio de rua. Mas o que significava, naquele momento, disciplinar o comércio de rua? Disciplinar o comércio de rua, como afirmou Correia (1987, p194), era melhorar: “[...] sua aparência e atenuar [...] problemas de circulação geradas [sic] pela atividade (padronização e reordenamento espacial dos equipamentos e combate à venda de alimentos)”. Isso era feito para controlar, pela coação ou pelo consumo, o processo de organização espacial na Área Central, buscando elaborar imagens positivas do lugar, as quais deveriam ser divulgadas alhures, a fim de melhorar a visibilidade da cidade no que tange à apreensão da paisagem urbana capitalista.

Durante os períodos das duas últimas experiências de gestão urbana em Recife, procurou-se, fundamentando-se na ideia do discurso e da prática – únicos – para articular a cidade ao discurso positivo da globalização, dar continuidade à concretização da proposta de melhoramento da imagem da Área Central, empregando-se, agora de maneira mais difundida, o termo revitalização. Isto, sobretudo, com o propósito de atrair investimentos econômicos e fluxos de consumidores para a cidade.

A revitalização desencadeada pelos governos municipais teve início nas ruas da Aurora, União e Sete de Setembro e na avenida Conde da Boa Vista, situadas no bairro Boa Vista. (PONTUAL *apud* COSTA, 1995) Mas, o que estava por detrás do uso deste termo – revitalização – para áreas que, a nosso ver, nunca deixaram de ter vida? Talvez a vida ali encontrada não interessasse aos propósitos do capital. De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (edição 2009), o termo significa, “ação, processo ou efeito de revitalizar, de dar nova vida a alguém ou algo [;] série de ações mais ou menos planejadas. Provenientes de um grupo de comunidade etc., que buscam dar novo vigor, nova vida a alguma coisa [...]”. As ações de revitalização em tela possuem como intenção, principalmente, a retirada e expulsão das pessoas que não interessavam à funcionalidade econômica da cidade do capital, os pobres, substituindo-os pelos fluxos e fixos espaciais que garantissem esses interesses.

As gestões urbanas municipais que deram ênfase à revitalização de setores geográficos da Área Central do Recife após 1988, em 1989-1990, 1991-1992, 1993-1996 e 1997-2000 governaram a cidade a partir de projetos visando à promoção de uma significativa visibilidade local, afastando-se das práticas do planejamento como ações abrangentes e de longo prazo. O projeto seria, assim,

[...] um instrumento utilizado pelas cidades que entram na competição territorial global, no contexto do abandono progressivo das políticas de solidariedade territorial pelos Estados centrais. Isso na perspectiva de submissão das cidades à lógica empresarial, a qual coloca em prática políticas urbanas visando atrair empresas e classes sociais móveis. No âmbito dos projetos, embates em torno da construção de uma imagem, da definição de um posicionamento estratégico e da criação de um ‘*good business climate*’ aparecem na agenda das cidades europeias. A reconquista dos bairros centrais, a realização de equipamentos e de espaços públicos de prestígio e a recorrência a assinaturas de arquitetos reconhecidos no mundo inteiro tornam-se fatores obrigatórios. As críticas do projeto residem no fato de que sua realização acontece em detrimento dos grupos sociais mais desprovidos da sociedade, isto é, daqueles que se tornaram vítimas da desindustrialização e da reforma dos Estados providência. (PINSON, 2009, p.18)

O Projeto de Humanização da Cidade foi executado a partir de 1990, durante o período da gestão do prefeito Gilberto Marques Paulo, sucessor de Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti, através da execução de obras de calçamento de ruas, restauração de calçadas e das principais ruas do centro histórico da cidade, e reordenamento das suas áreas comerciais, estimulando a valorização dos detalhes ecléticos das fachadas dos imóveis comerciais.

Propostas que eram apresentadas à sociedade como promotoras do desenvolvimento urbano, isto é, capazes de beneficiar todas as populações e todos os territórios da cidade.

Todavia, convém reiterar que a revitalização – no sentido mais urbanístico – reforçou a fragmentação espacial na Área Central, consolidando a visível fragmentação secular existente no espaço urbano local. Isto também podia ser observado pela colocação de grades de ferro nas saídas e entradas das ruas restauradas (Imperatriz, Nova e Duque de Caxias), após a retirada dos *camelôs* que tinham sido expulsos à força dessas ruas durante o início dos anos 1990. Por isso, essas ruas tornaram-se, na verdade, galerias comerciais ao ar livre onde também a segurança passou a ser garantida pela guarda municipal.

Essas ações também serviram para dividir os comerciantes e prestadores de serviços do circuito inferior historicamente fixado na Área: no interior do próprio grupo destes trabalhadores havia conflitos entre os “sindicalizados” pertencentes ao Sindicato dos Comerciantes Varejistas Ambulantes de Recife Olinda e Jaboatão dos Guararapes e os não sindicalizados. Estes últimos representados pelos camelôs, ou seja, *ambulantes clandestinos*. Os primeiros, muitas vezes, aliavam-se à Prefeitura com a intenção de obterem benefícios individuais, fragmentando uma luta que deveria ter sido travada com todos os agentes que se faziam presentes na Área Central, bem como nos demais subcentros comerciais. Essas lutas internas levaram a processos de desarticulação e alienação que contribuíram para a exploração e a utilização dos ambulantes e camelôs com a intenção de controlá-los para dominá-los, atendendo assim ao propósito de (re) conquista permanente de espaços, o que é próprio do capitalismo. A este respeito, o próprio Marx:

[...] já lembrava o perigo de os indivíduos de uma mesma classe se tornarem inimigos na concorrência internamente travada entre eles próprios, em lugar de se organizarem para se exprimir eficazmente contra a classe dominante, cuja condução da sociedade impede que as classes dominadas busquem seu caminho através de uma ação consequente. (MARX, 1987, p.76)

O projeto acima referenciado foi executado pela PR, em parceria com o setor privado do circuito superior local, representado aqui pelo CDL e pelas Associações de Ruas Comerciais. Enquanto a Prefeitura ocupava-se com as obras de infraestrutura e segurança das áreas revitalizadas, os proprietários dos imóveis ocupavam-se com a remodelação dos seus prédios e a modernização das instalações das suas lojas, fazendo valer o propósito da produção do espaço visando ao estabelecimento do *consumo-mais-que-perfeito*.

Posteriormente, no seu segundo mandato, o prefeito Jarbas Vasconcelos deu continuidade à proposta de revitalização da Área Central do Recife, com base no **Projeto de Revitalização do Centro da Cidade**. Foi nesta gestão que, seguindo a lógica higienista que sempre permaneceu no tempo da administração pública, conseguiu-se transferir os camelôs, desta vez conversando com eles, dos pátios das igrejas do Carmo, Livramento e Santo Antônio, importantes monumentos históricos representativos da arte barroca, para um novo objeto espacial fixado ao longo da avenida Dantas Barreto, o *Camelódromo*.

Este objeto espacial técnico é uma espécie de galeria comercial linear construída, no centro daquela avenida, para alojar comerciantes ambulantes que haviam perdido seus pontos do “comércio informal” localizados antes, também, nas ruas que haviam sido revitalizadas, bem como no seu entorno imediato. Mas essa ação meramente urbanística foi alvo de uma série de críticas, na medida em que relocou parte dos ambulantes para trechos do Camelódromo que estavam afastados dos fluxos cotidianos dos consumidores e transportes. O Camelódromo não foi, em princípio, sequer articulado aos terminais de ônibus provenientes dos demais bairros da

cidade e municípios da RMR, assim como houve abandono no que diz respeito ao ordenamento e à manutenção da própria construção daquele objeto espacial. Esses problemas teriam sido evitados se os próprios ambulantes atingidos tivessem sido ouvidos, visto que, para nós, qualquer projeto, para ser implementado na perspectiva do desenvolvimento urbano, precisa levar em conta as necessidades e expectativas efetivas das pessoas para as quais ele se destinará, pois somente essas pessoas podem indicar o que realmente lhes interessa⁹².

O propósito maior dessas ações era garantir uma Área Central “(re) organizada”, “limpa” e com aspecto de “ambiente humanizado”, com o intuito de criar e divulgar uma nova imagem do centro histórico da cidade, a fim de atrair, também, consumidores que a haviam abandonado, nas décadas anteriores, e turistas. Convém lembrar que os anos 1990 foram os das propostas de revitalização, calcadas na ideia do crescimento do turismo.

À medida que os espaços revitalizados passaram, pelo menos no seu início, a serem consumidos por pessoas de expressivo nível de renda, as quais, por sua vez, os haviam abandonado em decorrência das *deseconomias* do centro, podemos dizer que Recife também estimulou o que se pode chamar de *gentrificação*. Todavia, trata-se de uma gentrificação restrita à reocupação de porções revitalizadas do espaço pelo consumo de atividades, e não ainda pelo consumo residencial (CASTILHO, 2000) a exemplo do que ocorreu alhures.

Não podemos deixar de falar do papel que teve o sucesso do *Shopping Center Recife*, no processo de abandono da Área Central da cidade, pelos consumidores das classes hegemônicas, sobretudo quando este “novo” objeto espacial técnico reforçou o papel do conjunto das novas centralidades da economia urbana local. Por isso é que, paralelamente à necessidade de recuperação da Área Central, setores tradicionais do comércio recifense, em parceria com o governo municipal, trabalharam visivelmente a ideia de reorganização espacial do centro da cidade, sob a influência dos efeitos ligados à cultura de organização espacial dos modernos centros de consumo.

A própria denominação dos setores revitalizados, no seu início, fazia referência aos processos de organização dos *Shopping Centers*: rua Shopping Imperatriz, rua Shopping Nova e rua Shopping Duque de Caxias. Além disso, hoje em dia, *shopping centers* fixam-se, também, no interior da própria Área Central da cidade – Shopping Boa Vista, Shopping Paço Alfândega – sem falar no caso dos *shoppings* populares destinados à venda de artigos importados do Sudeste asiático no bairro São José. Portanto, o advento – material e imaterial – dos *Shopping Centers* não somente encorajou o dinamismo, a modernização e a valorização do consumo como também da ocupação do espaço urbano, o qual conheceu um processo de (re) valorização sem precedentes após a sua fixação. Isso porque esses objetos, muitas vezes, representam uma das formas mais avançadas e desejadas do terciário, no mundo atual.

Foi ainda durante esta gestão urbana que ocorreu o processo de revitalização de outro espaço de grande valor histórico-simbólico da Área Central do Recife, e outro de relativo valor para as atividades de lazer e entretenimento: o da revitalização da rua do Bom Jesus (bairro Recife) e o do Pólo Pina (bairro Pina), ambos sob a perspectiva da promoção do urbanismo baseado na *turistificação do espaço urbano*. A este respeito, Harvey (1996, p. 55) considerou que,

⁹² Orientamos um TCC (SOUZA, 2008) no Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco que, tendo tido como principal objetivo, explicar a ideia do projeto da construção do Camelódromo a partir da percepção dos camelôs, conseguiu corroborar a hipótese segundo a qual se os poderes públicos e técnicos tivessem contemplado os saberes desses pequenos comerciantes quando da feitura e implementação daquele projeto, muitas incoerências teriam sido evitadas.

Mais recentemente, na Inglaterra, treze cidades industriais estagnadas [...] juntaram esforços promocionais para captar uma maior parcela do mercado turístico britânico. Aqui está como *The Guardian* [1987] descreve esta empreitada bem-sucedida: ‘Além de gerar renda e criar empregos em áreas de desemprego aparentemente crônico, o turismo teve também um significativo efeito secundário através da melhoria generalizada do ambiente. Obras de fachada e melhoramentos feitos para atrair mais turistas também melhoraram a qualidade de vida dos que moram no local, atraindo, inclusive novas indústrias. Conquanto as vantagens específicas de cada uma das cidades sejam obviamente variadas, cada uma delas é capaz de oferecer amostras estruturais do que exatamente as engrandeceram. Em outras palavras, elas dividem um ingrediente de *marketing* chamado herança industrial e/ou marítima’. Festivais e eventos culturais também se tornam o foco de investimentos. ‘As artes criam um clima de otimismo: a cultura do ‘tudo pode ser feito’, essencial para o desenvolvimento de empreendimentos culturais’. (itálico no original)

Este urbanismo, baseado no *empreendedorismo* ou *empresariamento urbano*, também inspirou ações de revitalização em Recife, na medida em que elas também lançaram mão das estratégias de compartilhamento entre os interesses públicos e privados da revitalização do espaço, da elaboração e venda de uma imagem positiva da cidade – sustentada pelo slogan do *Recife Alto Astral*⁹³ –, com a intenção de mostrar que a cidade teria condições de ganhar a chamada *guerra dos lugares*. Com o que se conquistaria fatias cada vez mais significativas dos turistas e investidores disponíveis no mercado global, no âmbito dos propósitos do capitalismo.

Mas em que medida esta experiência constituiu efetivamente empreendedorismo urbano? Levantamos esta questão em razão do fato que a revitalização, conforme Harvey (Ibidem), não se restringiria à realização de melhorias físicas no âmbito da paisagem de apenas alguns espaços. Muito pelo contrário, um verdadeiro empreendedorismo urbano, além de promover a integração da cidade, mudando o seu aspecto estrutural, deveria, também e ao mesmo tempo, envolver todos os segmentos sociais interessados, beneficiando-os como um todo e não apenas as classes sociais hegemônicas.

Na gestão do Prefeito Roberto Magalhães, tentou-se reforçar a ideia do Plano Estratégico, com a elaboração e apresentação à sociedade recifense do chamado **Projeto Capital**. Neste projeto, identificavam-se *pontos fortes* e *pontos fracos* inerentes ao processo de organização do espaço urbano local para delimitar os alvos das ações da gestão urbana. Tratava-se, assim, mais uma vez, de uma proposta de pensar e agir na cidade sob os parâmetros de uma perspectiva desarticulada da sua totalidade complexa, continuando a se construir a cidade apenas para as classes hegemônicas. Daí a proposta de priorização dos lugares mais relevantes para a economia urbana, e desta vez buscando-se acelerar as obras. Isso também não é salutar para a gestão urbana, uma vez que esta tem que ser pensada no tempo longo. A exemplo do que concluiu Vainer (2000) sobre o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, também, no caso do Recife:

Poder-se-ia, sem grande dificuldade, qualificar [...] de bem orquestrada farsa, cujo objetivo tem sido o de legitimar orientações e projetos caros aos grupos dominantes [...]. Em primeiro lugar, há que registrar que empresários e associações patronais ocupam sem mediações a cena pública. A notória ausência dos partidos políticos reforça um movimento geral de

⁹³ Slogan representado pela imagem de um coquinho verde, alegre e sorridente, com um canudinho, convidando as pessoas a visitarem a cidade não apenas para beber a água contida no seu interior, mas, principalmente, para o consumo das “belezas [naturais] do Recife”. Isso, na realidade, não condizia com os atrativos efetivos que suscitam desejos de viajar para Recife.

despolitização da questão urbana. É a democracia direta... da burguesia. É a relação direta e abertura entre poder público e empresários, organizando conjuntamente um plano. Em nome da participação, da cidadania, da parceria entre público e privado. (Ibidem, pp. 115-116)

Vale ressaltar ainda sobre esta visão que:

Ao lado de tudo isso, uma espécie de naturalização da desigualdade. ‘*Desiguais, porém unidos em torno de objetivos comuns*’, este *slogan* desta nova urbanidade em processo de afirmação. Estamos unidos porque somos todos, igualmente, apesar de nossas diferenças [...], vítimas da crise da cidade, mas também porque somos todos, solidariamente, responsáveis por esta crise. (Ibidem, pp. 116-117, itálicos no original)

Conseguiu-se elaborar e vender imagens de uma cidade empresarial/empreendedora, mediante a execução de projetos – chamados de *planos estratégicos* – de administração pública, mediante a formação e difusão do discurso único, para defender o melhoramento da imagem da cidade visando à atração de turistas e investimentos e, por sua vez, de empregos. Mas, em que medida os recifenses, na sua totalidade, têm-se beneficiado desse processo? Ainda que se difunda a ideia segundo a qual a revitalização promove a melhoria da cidade como um todo e os seus benefícios sejam destinados a todos os seus habitantes, na realidade, apenas as classes hegemônicas beneficiam-se com as ações de isenção fiscal, instrumentos legais de apoio e facilidade para obtenção de lucros.

Ademais, isso era feito na ânsia de, a todo custo, consolidar as ações voltadas, mormente, para a revitalização de apenas certos lugares selecionados para tornarem-se vitrines das fábulas – imagens positivas – da cidade, fazendo continuar os interesses globais do capitalismo. Por isso, esses lugares presenciaram o crescimento, a expansão e a diversificação dos serviços de distribuição (comércio, comunicação, transportes...), pessoais (lazer, entretenimento, diversão...) e às empresas (informática, segurança...). Os pobres, notadamente aqueles sem qualificação para a sua integração espacial concreta, continuaram alijados desse processo, esperando sempre a oportunidade que nunca chega, em função da ausência e/ou deficiência dos capitais material e sociocultural dos quais eles poderiam dispor.

Na gestão urbana local do Partido dos Trabalhadores (PT) que teve lugar a partir de 2001, sob a perspectiva de *inversão de prioridades*, pareceu-nos, à primeira vista, que se deixou de privilegiar a Área Central em benefício das periferias da cidade. Isso, na medida em que, em vez da revitalização de apenas alguns setores valorizados do espaço urbano local, deu-se prioridade, simultaneamente, a práticas de urbanismo em bairros “periféricos”, utilizando-se do instrumento do Orçamento Participativo (OP).

O discurso da nova gestão urbana fundamentava-se no cuidado para com o Bem-Estar das pessoas – notadamente daquelas que pertenciam às camadas pobres da sociedade local – incluindo-as e combatendo a exclusão social. Com isso, de fato, a *espetacularização* da Área Central dos gestores públicos anteriores foi preterida. Atrelado a este sentido, a PR retirou o apoio direto que vinha dando ao “Recifolia” – festa de Carnaval fora de época – sob a pertinente justificativa segundo a qual aquele evento deveria ser financiado pelos empresários a ele vinculados, cabendo à PR apenas a provisão da infraestrutura necessária à realização do evento.

Portanto, seguindo a intenção da *inversão de prioridades*, o governo municipal do PT, em Recife, buscou fazer investimentos, principalmente, em lugares que haviam sido quase que abandonados pelas ações urbanísticas implementadas pelas forças políticas anteriores. Isso aconteceu mediante escolhas dos próprios moradores daqueles lugares, através do instrumento do OP. Durante esse período, dentre as principais prioridades indicadas pelos moradores,

mobilizados nos seus respectivos “fóruns regionais”, destacaram-se aquelas voltadas para obras de pavimentação, drenagem e habitação para praticamente metade da população recifense. Em seguida, essas obras concretizaram-se – no tempo e no espaço locais – em ações de investimentos em saúde, educação, emprego e renda, lazer, segurança etc. Serviços que são fundamentais para a formação de lugares na perspectiva do *espaço do cidadão*.

Contudo, quando se analisa o papel do OP na busca do equilíbrio entre a quantidade (acesso) e a qualidade dos serviços oferecidos às populações locais, considerando a complexidade do problema, não se pode de imediato concluir que este instrumento de gestão urbana mudou substancialmente a vida das pessoas atingidas. Ao mesmo tempo, segundo se notou, as reuniões do OP funcionaram mais como instrumento consultivo do que, efetivamente, deliberativo, sem nenhuma perspectiva de debate sobre a cidade. Por isso, temos que ter cuidado com o discurso do OP no processo de mudança social da cidade. Se por um lado, ele constitui um instrumento capaz de democratizar decisões sobre o uso dos recursos disponíveis para a gestão urbana, contemplando necessidades e expectativas das populações urbanas em sua totalidade; por outro, ele precisa de ajustes contínuos no sentido de adequar-se à gestão urbana efetivamente democrática, superando a cultura política perniciosa. Nesse sentido, partindo da experiência do OP alhures, Souza (2006) reconheceu que:

A ‘social-democratização’ do PT em escala nacional [...] e os problemas locais, juntos, influenciaram a derrota de 2004. Em abril de 2000, um militante petista de longa data e livreiro esternou, em depoimento informal ao autor, a opinião de que o orçamento participativo vivia uma ‘fase decisiva’, ao se ver confrontado com o risco de ‘se institucionalizar’. Para ele, depois de mais de dez anos, a militância no poder começava a ‘se acomodar’. Em sua opinião, isso seria um risco inerente ao fato de se lutar ‘no parlamento burguês’, com as pessoas começando a fazer carreira, a fazer disso um projeto de vida. O grande desafio do orçamento participativo seria o de saber se reinventar posto que sofria uma grande concorrência por parte dos valores consumistas e individualistas incutidos pela mídia [...] e já começara, segundo ele, a dar mostras de perda de criatividade. (Ibidem, pp.241-242)

Além disso, há outro problema muito sério que também deve ser levado em conta. Trata-se do fato que, em Recife, o OP – que, a propósito, não era novidade na cidade – vinha atrairindo as atenções e concentrando esforços e recursos financeiros, em detrimento de outras instâncias democráticas historicamente constituídas como o fórum do Programa de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS). Problema que não poderá ser tratado neste capítulo, mas que não pode deixar de ser mencionado, principalmente pela sua repercussão no âmbito da despolitização de significativas parcelas da população urbana recifense.

Enfim, tal como utilizado, o OP terminou contribuindo mais para a construção de relações de dependência entre as populações pobres “tuteladas”, do que de relações autônomas garantidoras da cidadania plena na cidade. Porém, pensamos que essas diversas práticas interessantes de democratização da gestão devem ser retomadas e reorientadas pela sociedade, a fim de aperfeiçoar o processo de produção de um espaço efetivamente menos desigual e mais justo.

4.2.3-Crescimento, expansão, diversificação e modernização dos serviços em Recife

Os serviços ligados à saúde, à educação, ao lazer bem como às tecnologias da informação e comunicação constituem algumas das atividades que se tem considerado como estratégicas para o desenvolvimento das sociedades atuais. Isto simplesmente porque tais serviços apresentam potencial para garantir, no mundo hodierno, a dinâmica do processo de produção dos espaços urbanos, tanto na perspectiva do aumento do consumo quanto na do engajamento de pessoas no mercado de trabalho das cidades. Além disso, eles precisam do espaço, ao mesmo tempo, como suporte, meio e condição para a sua própria fixação, mediante a qual serão estabelecidos os processos, as funções e as estruturas para a concretização dos interesses globais.

Do ponto de vista da sua localização e distribuição espacial, os serviços podem estar espacialmente organizados segundo a lógica da universalização e garantia de um serviço (com qualidade?), ou a dos mercados de capitais que fomentam o consumo. No primeiro caso, os serviços encontram-se desconcentrados espacialmente, ao passo que no segundo concentrados em certas áreas da cidade, geralmente as conectadas aos fluxos relativos à circulação de pessoas e bens.

A- Serviços de Interesse Econômico: Pessoais e de Distribuição

Os serviços ligados às atividades de lazer, entretenimento e turismo – que se agrupam na classe dos serviços pessoais – vêm conhecendo um forte processo de crescimento, expansão e modernização também em Recife ao longo dos últimos anos. Isso tem acontecido em virtude da diversificação em termos de novas exigências e necessidades socioculturais e recreacionais ligadas ao dinamismo das sociedades do mundo atual, graças aos impulsos da cultura e do culto ao corpo:

A ênfase no turismo, na produção e consumo de espetáculos, na promoção de eventos efêmeros numa dada localidade representam os remédios favoritos para economias urbanas moribundas. Investimentos urbanos desse tipo podem ser paliativos imediatos apesar de efêmeros aos problemas urbanos. Mas esses são, em geral, altamente especulativos. (HARVEY, 1996, p.59)

Visando à prestação dos serviços relacionados a essas atividades, vem crescendo muito o número de objetos espaciais técnicos, tais como bares, restaurantes, hotéis, pousadas, casas de diversão, cinemas, teatros, quadras de esportes, bibliotecas virtuais, videolocadoras, parques temáticos, museus etc. Todavia, novamente, é preciso considerar que o simples fato da expansão dos objetos espaciais para a prestação de serviços não implica, como disse Freitas (1995, p.59):

[...] que estejam sendo satisfeitos os anseios dos indivíduos, fazendo-se necessário uma análise do contexto e das propostas de intervenção [...]. A qualidade desses espaços baseada em padrões arcaicos, numa funcionalidade imaginada como estática, vai de encontro à própria definição de lazer, que envolve a liberdade, um caráter dinâmico, no tempo e no espaço, pelo aspecto criativo, pela ação transformadora necessária e verificada na maioria dos espaços públicos que se moldam gradativamente às práticas pelos seus usuários.

Não vamos mais descrever a relevância social dessas atividades, a qual, além de ter sido explanada teoricamente ao longo da redação deste capítulo, ela pode muito bem ser visualizada, também, através dos quadros IV e V. No primeiro, nota-se, nitidamente, não

somente um ligeiro aumento quantitativo progressivo – a exceção do período 1995-1997, em função de uma das grandes crises cíclicas da economia global – na sua participação no emprego total das regiões metropolitanas brasileiras, como também o seu peso no que tange à sua capacidade para engajar pessoas no mercado de trabalho urbano. Mesmo em função dessa crise global, o “setor” não apresentou quedas significativas, apenas estabilização, voltando logo a retomar seu crescimento. No segundo quadro, vê-se, também, que a classe dos serviços pessoais apresenta-se como a mais significativa no âmbito deste mercado de trabalho, seguindo-se pelas demais classes dos serviços, isto é, a dos serviços sociais (privados), dos serviços de distribuição e dos serviços à produção.

QUADRO IV – BRASIL – REGIÕES METROPOLITANAS
Participação do Emprego Total da Indústria de Transformação e dos Serviços, entre
1991 e 2001

PERÍODO	PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO TOTAL (%)	
	Indústria de Transformação	Serviços
1991 – 1992	22,5	35,5
1992 – 1993	20,5	36,9
1993 – 1994	20,2	37,5
1994 – 1995	20,0	38,0
1995 – 1996	19,5	38,5
1996 – 1997	18,5	37,5
1997 – 1998	17,6	40,0
1998 – 1999	17,0	41,0
1999 – 2000	16,2	41,0
2000 – 2001	16,4	42,0

Fonte dos dados: IBGE/PME.

QUADRO V – PERNAMBUCO
Crescimento dos Tipos de Serviços, segundo os Sub-setores
1994 – 2000

TIPOS DE SERVIÇOS	PESSOAS EMPREGADAS (%)
Distribuição	+ 4,2
Apoio à Produção	+ 3,1
Sociais (excluídos os públicos)	+ 5,4
Pessoais	+ 9,9

Fonte dos dados: IBGE/PME.

Considerando, portanto, a relevância dos serviços para a sociedade, destacamos os que se apresentam mais significativamente ao nível local: lazer, entretenimento e turismo, associados, por exemplo, aos serviços sociais de saúde, educação, cultura etc. Os estudos sobre o lazer, atividade que, hoje, tem tido importância cada vez maior na sociedade, iniciaram-se nos anos 1950 com a publicação da primeira edição do livro de Joffre Dumazedier intitulado *Vers une Civilisation du Loisir*. Neste trabalho já se notava a difícil tarefa no que tocava à definição desta importante atividade humana. Contudo, Dumazedier (2000, p.34; 1972) procurou definir lazer como:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, fálimiares e sociais.

Além disso, Passet (op. cit., p.320) também nos fez lembrar que:

Joffre Dumazedier considerava possível [...] distinguir indícios de uma evolução psicológica favorável a semelhante aspiração [participar plenamente do conjunto das quatro atividades irredutíveis umas às outras: **produtivas, coletivas** – política e participação das atividades sociais –, **individuais de cultura** desvinculadas de toda lógica de produção – conhecimento, contemplação, educação –, **individuais amorosas** – familiares, de amizade]: ‘o tempo livre do trabalho produtivo’, escrevia, ‘inicialmente entendido como complemento reparador das forças produtivas, tende a tornar-se cada vez mais um tempo privilegiado no qual são elaborados valores coletivos novos’.

Diante do acima exposto, e calcando-se em pesquisas executadas junto aos seus praticantes, o lazer possuiria, em princípio, três funções, a saber: descanso; divertimento, recreação, entretenimento; e desenvolvimento da personalidade. No primeiro caso, liberando os indivíduos da fadiga; no segundo, buscando, como argumentou Dumazedier (Ibidem, p.33):

[...] uma vida de complementação, de compensação e de fuga por meio de divertimento e evasão para um mundo diferente, e mesmo diverso, do enfrentado todos os dias. A ruptura poderá levar, ainda a atividades reais, baseadas em mudanças de lugar, ritmo e estilo (viagens, jogos, esportes), ou então a recorrer a atividades fictícias, com base na identificação e na projeção (cinema, teatro, romance...). Será um recurso à vida imaginária

No que toca à ideia do lazer como promovedor do desenvolvimento da personalidade, cabe-nos resgatar, junto com Dumazedier (Ibidem, p.33-34), a ideia segundo a qual:

[...] depende[ndo] dos automatismos do pensamento e da ação cotidiana; permite uma participação social maior e mais livre, a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão, além da formação prática e técnica; oferece novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais; possibilita o desenvolvimento livre de atitudes adquiridas na escola, sempre ultrapassadas pela contínua e complexa evolução da sociedade e incita a adotar atividades ativas na utilização de fontes diversas de informação, tradicionais ou modernas (imprensa, filme, rádio, televisão). [...] pode ainda criar novas formas de aprendizagem [...] voluntária, a serem praticadas durante toda a vida e contribuir para o surgimento de condutas inovadoras e criadoras.

Interessante é que, em outro estudo, Dumazedier (1974; 1999) reforçara as ideias supramencionadas, colocando questões que ainda hoje se fazem importantes para a compreensão da realidade do mundo. No contexto da instauração da jornada de oito horas, provocando a esperança e a inquietude dos reformadores sociais, ele indagava em que medida o tempo liberado seria utilizado para o florescimento ou para a degradação da personalidade dos indivíduos. Ele também esclareceu que o lazer não se reduziria ao tempo fora-do-trabalho, pois

este é tão antigo quanto o próprio trabalho e que o lazer possuiria traços específicos e característicos da civilização pós-Revolução Industrial. Portanto, o lazer só se tornou possível para a maioria dos trabalhadores, quando:

- a) As atividades da sociedade não mais são regradas em sua totalidade por obrigações rituais impostas pela comunidade. Pelo menos uma parte dessas atividades escapa aos ritos coletivos, especialmente o trabalho e o lazer. Este último depende da livre escolha dos indivíduos, ainda que os determinismos sociais se exerçam evidentemente sobre esta livre escolha.
- b) O trabalho profissional destacou-se das outras atividades. Possui um limite arbitrário, não regulado pela natureza. Sua organização é específica, de modo que o tempo livre é bem nitidamente separado ou separável dele. (DUMAZEDIER, 1999, p.28)

Também foi levantada a questão da qualidade no que tange ao uso do tempo de lazer. Nesse sentido, Dumazedier (*Ibidem*, p.49) reconhecerá que:

F. Engels predizia que a redução das horas de trabalho permitiria ao operário participar mais ativamente dos assuntos da Cidade. Muitos de seus discípulos atuais, diante dos fatos, têm menos ilusões que o Mestre; como desejam ver aumentar a atividade política dos trabalhadores 'liberados', temem o lazer como um possível fator de despolitização, um novo 'ópio do povo'. O perigo é real. Se as atividades de participação social e política não são mais encorajadas, os condutos de comunicações lúdicas ameaçam provocar seu declínio.

Portanto, o juntar-se para a prática do lazer poderia ir muito mais além do que comumente se pensa, ou seja, muito mais além do que as definições que o restringem a práticas de liberação, prazer e divertimento. Lazer deve, enfim, ser compreendido como prática de libertação do homem, tornando-se um serviço social de grande importância. Isso poderia suscitar outro tipo de indivíduo, refletindo sobre a possibilidade de se construir o espaço do cidadão. No entanto, resta-nos pensar e indagar em que medida os gestores públicos e a própria sociedade têm percebido o lazer como um serviço social no sentido acima exposto? Que propostas de gestão do lazer tivemos até agora? Qual a sua eficácia social?

Compreendemos o lazer, portanto, como algo muito mais abrangente e complexo do que um mero conjunto de práticas de diversão e esparecimento. Mas, ao contrário, como algo inerente ao próprio desenvolvimento humano em sua complexidade. Hoje, inclusive, a precariedade e a exploração no mercado de trabalho faz com que as pessoas, ao invés de praticarem atividades de lazer, tenham que procurar ocupar seu tempo livre com outras atividades profissionais, a fim de complementarem a renda da família que se avulta dia a dia, inviabilizando os avanços acima colocados.

Pensando e implementando ações voltadas para a saúde de uma maneira abrangente, a Prefeitura do Recife (PR) vem fixando um conjunto de objetos espaciais técnicos – em princípio ligados a práticas de lazer – que, conhecidos como Academias da Cidade (AC), constituem, hoje, espaços a partir dos quais se tem promovido o acesso a serviços de cuidados com o corpo, a alimentação e o bem-viver, inclusive para populações pobres da cidade. Para o que, aliás, muitos espaços livres públicos vêm sendo recuperados e revitalizados na medida em que essas AC são implantadas em praças, parques etc., estimulando as pessoas a reocuparem esses espaços para usá-los em um sentido positivo: contemplação, encontros, conversas, discussões sobre os problemas da cidade etc.

Por outro lado, conforme alguns críticos, as AC, também, vêm contribuindo para a retenção de pessoas próximas aos seus próprios lugares de vida, evitando, sobretudo no caso de

jovens, que se ocupem de outras atividades que ameaçariam a *ordem das coisas*. Com o que se tenta, ao mesmo tempo, manter a *paz social*. De qualquer maneira, algo, pelo menos, diferente começou a acontecer na cidade. Estes objetos espaciais, entretanto, pelo seu caráter de facilitadores de serviços de interesse social ligados à saúde e ao lazer, fundamentando-se na universalização do seu provimento, acham-se espacializados de maneira desconcentrada no espaço da cidade.

Considerando as atividades de entretenimento, alguns dos seus objetos espaciais técnicos – como as salas de cinemas e exibições, por exemplo – acham-se localizados e concentrados, atualmente, em *shopping centers*, sob os parâmetros de organização em *multiplex*, concentrando as opções em termos de atividades através do *mix* e o *tenant mix*, desligando-se da vida dos bairros. Covém também notar o papel de atração destas atividades, na medida em que o filme constitui um chamariz para a área de alimentação dos multiplex na medida em que um consumidor gasta, por exemplo, aproximadamente 40% do valor do ingresso em refrigerantes, pipocas e guloseimas. (VARGA, 1999, p.104)

No que concerne aos teatros, uma pesquisa⁹⁴ mostrou-nos que falta um conjunto de ações no sentido da valorização deste objeto, o que também pode ser colocado para o caso anterior. Tanto isso é verdade que, após a realização de investimentos na recuperação do Cinema São Luís, associada a propagandas de incentivo à sua frequentaçāo, pessoas começaram, pelo menos no início, a frequentá-lo novamente. Porém, esse processo não deve limitar-se à restauração pontual do objeto espacial, mas, simultaneamente, à revitalização dos espaços do seu entorno, de maneira complexa. Senão, correr-se-á o risco de inviabilizar todos os investimentos realizados na obra.

O conjunto das atividades acima consideradas dá suporte ao turismo, o qual também retoma seu processo de expansão espacial em Recife, aproveitando-se das rugosidades históricas presentes nesta cidade. Nesse sentido, convém considerar em que medida, como ainda se pensa e se diz, o turismo é um fator de desenvolvimento. Se, por um lado, ele contribui para a geração de empregos e rendas, por outro, entretanto, segundo Cazes (1996, p.83):

Num contexto generalizado de desemprego urbano preocupante, o potencial de criação de empregos pelas atividades turísticas é, logicamente, colocado em evidência. As estimativas adiantadas só podem pecar pela imprecisão, tendo em vista o caráter temporário de muitas atividades destinadas ao turismo e a complexa difusão dos seus efeitos em numerosos outros setores. Elas só são, portanto, fornecidas como indicativo e devem ser utilizadas com moderação.

Por isso, temos tido cautela quando analisamos o espaço através do seu uso por atividades voltadas ao turismo. Enfim, os serviços pessoais, na realidade, vêm crescendo e se expandindo segundo a lógica dos interesses econômicos, isto é, para vender produtos e fragmentar a sociedade, conforme aos propósitos externos aos lugares, preterindo a lógica de produção do espaço com base na totalidade dos interesses sociais.

No caso dos serviços de distribuição, importantes para a viabilização dos fluxos socioeconômicos, estes também se expandiram muito no espaço, sobretudo a partir do século XX. Isso se deve, notadamente, à aceleração da ampliação do acesso ao automóvel, associada à

⁹⁴ Esta pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2002, pelos alunos do curso de graduação em Geografia da UFPE.

expansão das várias centralidades urbanas: supermercados, hipermercados, *shopping centers*⁹⁵ e espaços comerciais/de lazer/entretenimento revitalizados.

O problema mais grave desta lógica de expansão reside no fato que a reorganização do espaço da cidade acontece baseada no transporte individual em detrimento do coletivo. A maior parte dos projetos da produção dos espaços no Brasil está fundamentada no seu acesso pelo transporte individual – pelas facilidades no que tange à compra de carros particulares, com reduções do IPI, por exemplo – e, por sua vez, na ampliação e modernização da malha viária existente a fim de melhorar a mobilidade do automóvel privado na cidade.

Nossas cidades têm-se tornado, no curso do tempo, espaços caóticos em termos de mobilidade urbana. Embora se venha difundido discursos, com base na implementação de grandes obras de infraestrutura urbana – projetos de construção de corredores para transportes coletivos, de ciclovias e de hidrovias articuladas a terminais de integração intermodal –, na prática, ainda não se sente os efeitos verdadeiramente sociais desses projetos, alguns dos quais sequer saíram do papel e outros que, apesar de serem apresentados como “para todos”, na verdade não contemplam necessidades básicas de uma significativa parcela da sociedade.⁹⁶

Com efeito, quando os poderes públicos instituídos falam em mobilidade urbana, parece-nos que eles ainda se esquecem que as ciclovias também devem ser pensadas e implementadas para favorecer a circulação de um número significativo de trabalhadores que se deslocam diariamente dos seus lugares de moradia para seus lugares de trabalho, e não apenas para o lazer. Ademais, as calçadas – em todos os lugares da cidade – também constituem vias de circulação muito importantes para as pessoas. Mas o atual estado de abandono destas vias de circulação, por exemplo, em Recife, mostra-nos claramente o que é mobilidade para os atuais gestores públicos do país. De acordo com Yázigi (2000, p.365):

[...] a manutenção das calçadas constitui-se na primeira reivindicação, sobretudo entre os mais idosos. Mas idoso ou não, a inadivertência de um simples desnível de calçada causa um número de fraturas muito maior do que se possa imaginar: não tem isso sido objeto de ocorrência e muito menos de encaminhamentos para indenizações. A população pobre é justamente aquela que, não tendo meios para se permitir amenidades (seguros, equipamentos sofisticados de locomoção, automóveis, motoristas etc.), é forçada a usar o espaço público para sua sobrevivência. Uma interrupção de seu trabalho, ainda que breve, pode ser dramática.

Portanto, mais uma vez estamos esbarrando em problemas que, se os poderes públicos instituídos consultassem e contemplassem os saberes e as experiências de vida das classes sociais que verdadeiramente usam o espaço objeto das suas ações, poder-se-ia resolvê-los, promovendo de fato mudanças sociais significativamente sustentáveis na cidade. Mas será que se tem interesse de escutar e dialogar, por exemplo, com os pequenos comerciantes vinculados ao circuito inferior da economia? Quais as reais intenções que estariam por detrás dos projetos de revitalização urbana? Mantê-los ou expulsá-los dos seus territórios dando continuidade aos interesses econômicos vigentes há séculos?

B-Serviços de Interesse Social: saúde e educação

No que concerne ao serviço público de saúde, os seus objetos espaciais técnicos estão relativamente bem distribuídos no espaço geográfico da cidade de Recife e, sobretudo, nas áreas

⁹⁵ Não retomaremos a questão do comércio, que também é considerada como serviço de distribuição, porque já tratamos dela em seção anterior deste capítulo.

⁹⁶ Em entrevista à Radio CBN, realizada no dia 22 de dezembro de 2014, o então Prefeito do Recife, disse que 77% dos recifenses utilizam diariamente os transportes públicos.

mais pobres e mais populosas do referido espaço (fig. 3). Mesmo nos bairros onde predominam populações mais abastadas, esses objetos atendem, de preferência, às camadas mais pobres ali residentes, com o que se tenta aproximar a sua localização da lógica da universalização do acesso.

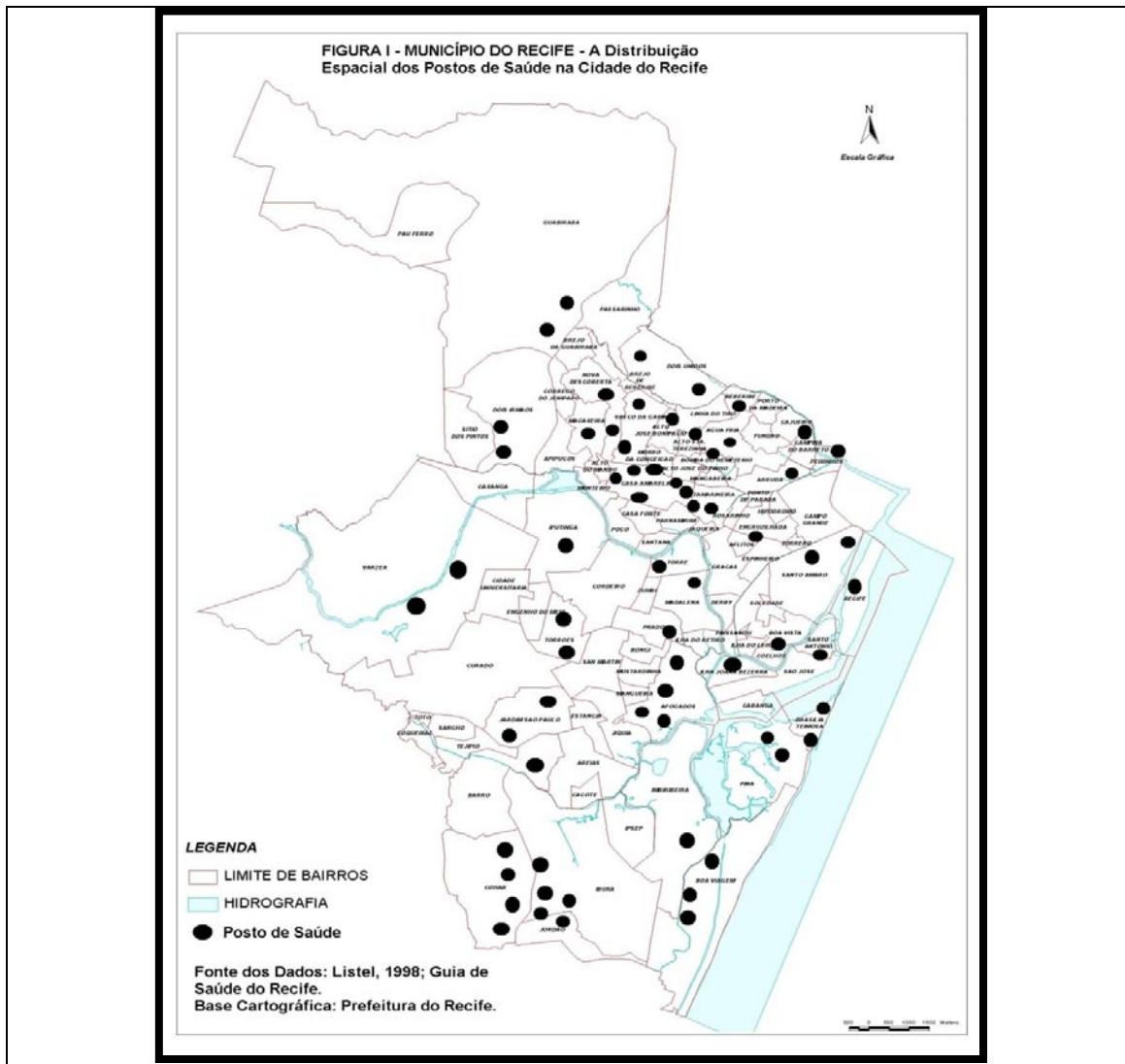


Fig. 3 – Município do Recife– Distribuição Espacial dos Postos Públicos de Saúde. Fonte cartográfica: Divisão de Geoprocessamento da Prefeitura do Recife, 2005. Fonte dos dados: Listel, 1997/1998; Guia de Saúde do Recife. Nota: observa-se tendência à universalização do acesso dos postos de saúde, no espaço da cidade, conformemente à lógica pública de organização espacial; muito embora esta ubiquidade não signifique que esses serviços estejam sendo prestados com a qualidade devida aos cidadãos.

Todavia, devemos considerar que, em Recife, ainda existiam áreas densamente habitadas por populações pobres que não dispunham, há pouco tempo atrás, de postos de saúde para o atendimento imediato das suas populações, consolidando a existência de uma grave questão urbana no país. A consciência da existência desta questão, disse Castells (1977), rompe com os mitos tecnocráticos e utópicos sobre o urbano, mostrando os caminhos precisos da articulação das práticas com as relações sociais, ou seja, com a luta de classes. Só que, como afirma Lojkine (1981), na prática, a questão urbana concedia pouca importância aos interesses das classes subalternas, privilegiando a estrutura social existente.

A partir da última década, entretanto, tem havido significativa expansão dos objetos públicos de saúde, porém as classes subalternas ainda reclamam muito da qualidade dos serviços prestados. Será que, na prática, essa expansão está efetivamente ligada à construção do *espaço do cidadão* ou, ao contrário, é mais uma estratégia dos poderes públicos instituídos para evitar o fluxo intenso de pessoas nos grandes hospitais da cidade, visando apenas à legitimação política? Por que razão os pobres e indigentes ainda continuam sendo massacrados, tendo que passar horas nas longas filas dos grandes hospitais públicos e/ou esperando meses para serem atendidos por um especialista? Por que se continua a tratar os “contribuintes” de maneira diferente, em uma mesma cidade?

Por outro lado, a privatização reforçaria ainda mais a fragmentação e desigualdade no âmbito da prestação dos serviços públicos. Isso porque as relações baseadas na proximidade entre médicos e pacientes, segundo a lógica do privado, baseiam-se na compra e venda da saúde transformada em mercadoria, e não na garantia de um direito social conquistado. De acordo com esta lógica econômica, os serviços sociais concentram-se em certas áreas do espaço, o que pode ser notado pela distribuição concentrada dos seus objetos espaciais técnicos (clínicas, hospitais e laboratórios de análises) segundo a proximidade dos fluxos das classes sociais mais abastadas da cidade. Essa localização obedece, portanto, às leis do mercado capitalista, levando-se em conta a proximidade do mercado de consumo e não a das necessidades concretas das pessoas.

O aglomerado de objetos espaciais técnicos de atenção à saúde em Recife, que, no discurso oficial, é chamado de pólo médico-hospitalar cujo núcleo acha-se no complexo espacial formado pelos bairros Boa Vista-Derby-Ilha do Leite-Paissandu é um bom exemplo do que acabamos de dizer acima. (**fig. 4**) Além da relação estabelecida com os mercados de consumo local e regional, a posição estratégica deste aglomerado em relação à malha viária do município – I Perimetral/avenida Agamenon Magalhães – também desempenha papel importante no que tange à localização dos objetos espaciais em questão. Com efeito, este pólo se localiza entre o município de Olinda ao norte e o bairro Boa Viagem ao sul da cidade, áreas de forte expansão do mercado consumidor da RMR.

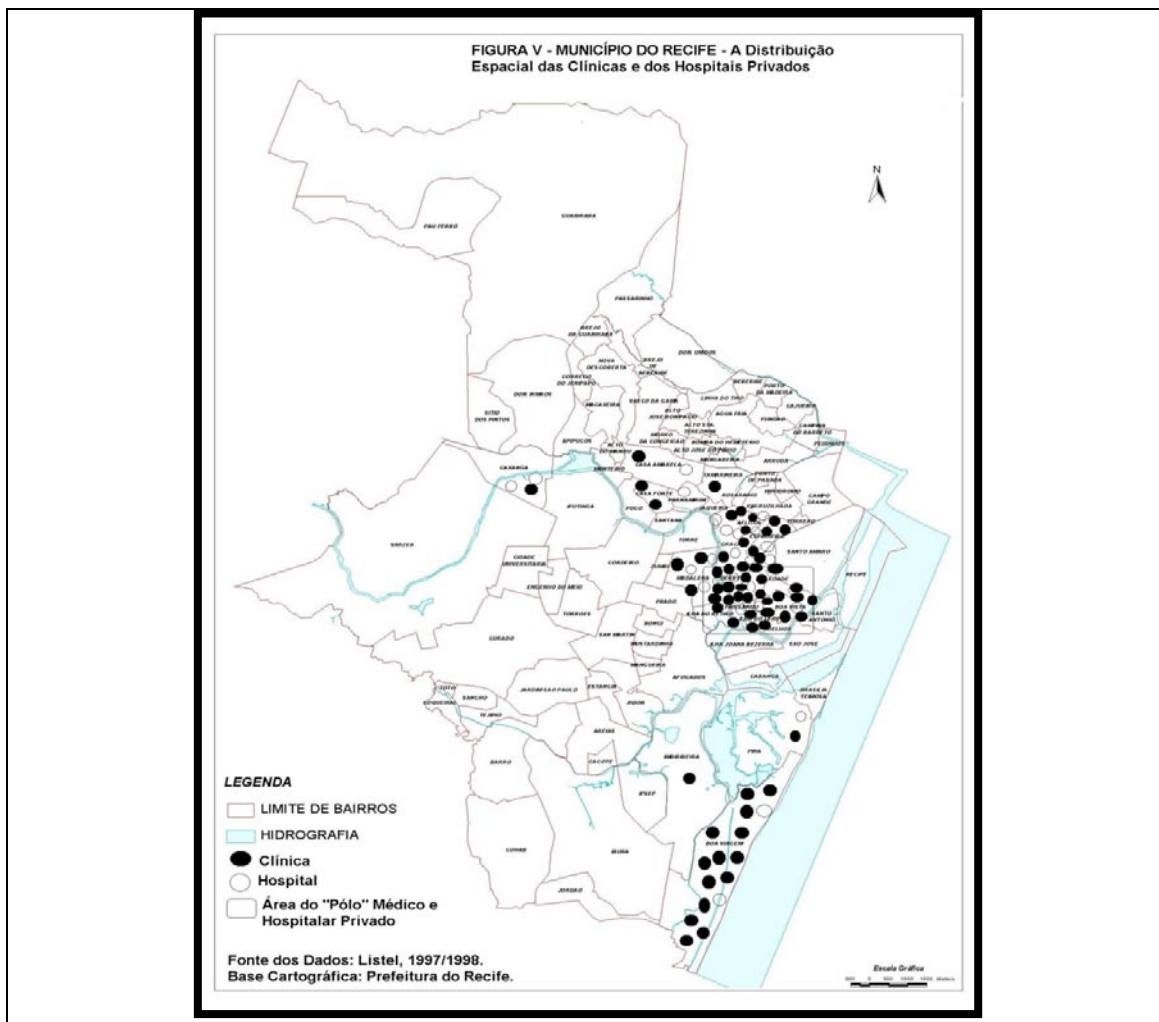


Fig. 4 –Município de Recife – Distribuição Espacial de Clínicas e Hospitais Privados de Saúde. Fonte cartográfica: Divisão de Geoprocessamento da Prefeitura do Recife, 2005. Fonte dos dados: Listel, 1997/1998. Nota: observa-se que, de acordo com a lógica privada da localização dos objetos espaciais de saúde, as clínicas e hospitais apresentavam tendência a concentrarem-se em determinadas áreas do espaço urbano e não em outras, formando aglomerados de serviços sociais. Isso coincide ora com a centralidade da área, ora com a presença dos fluxos relativos às necessidades das classes sociais hegemônicas. É na porção central-leste do município que se acha o chamado “Pólo” Médico Hospitalar da cidade destacado na figura.

Nota-se, assim, certa elitização no que tange à gestão da saúde dos brasileiros, tanto na escala do município – aglomerado médico-hospitalar privado –, quanto na dos próprios hospitais públicos que vêm passando por processos de privatização. Enquanto isso, a grande maioria dos brasileiros continua tendo acesso precário a este serviço. Na década de 1990, a gestão da saúde pública deu início a processos interessantes de mudança, adotando diferentes estilos no que diz respeito ao atendimento das classes subalternas. Isso aconteceu com a introdução dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes Ambientais de Saúde (ASA), acarretando, pelo contato próximo com as famílias, segundo a lógica dos *serviços de proximidade*, melhorias nas condições de saúde dos brasileiros.

Mas em que medida estas inovações introduzidas podem ser consideradas como solução ao secular descaso para com a saúde pública dos brasileiros? Quais as diferenças marcantes dessas novas com relação às tradicionais estratégias de gestão da saúde pública no

Brasil? Será que essas tentativas não estariam mais ligadas a necessidades de (re) legitimação do Estado em momentos de crise? Quais os conflitos e as tensões que podem surgir a partir do choque/contato entre esses dois estilos de gestão da saúde pública nas cidades brasileiras? São questões que merecem ser aprofundadas a partir da análise da sua (re) organização espacial, capazes de avaliar o processo de mudança na sociedade.

Paralelamente à introdução das citadas inovações inseridas na gestão da saúde pública no Brasil, podemos observar, simultaneamente, a ampliação e modernização da rede ambulatorial-hospitalar pública em nossas cidades. Isso tem sido concretizado, também, pela construção de novos objetos espaciais técnicos – as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e os Hospitais Regionais (HR) – obedecendo à lógica de localização-distribuição espacial desconcentrada, não somente na escala da cidade como também na da região metropolitana.

No que tange aos serviços de educação, o mesmo processo de organização espacial acima exposto pode ser observado em Recife, ou seja, escolas⁹⁷ (**fig. 5**), creches e berçários públicos (**fig. 6**) acham-se dispersos no espaço, diferente das privadas. Em assim sendo, as escolas municipais estão presentes em quase todos os bairros da cidade, concentrando-se, mormente onde a densidade demográfica e o baixo nível de renda são mais proeminentes. No momento em que fizermos a superposição destas figuras sobre mapas relativos à densidade demográfica e ao nível de renda das classes sociais recifenses, seguramente vamos corroborar o que acabamos de dizer.

⁹⁷ Sabemos que a educação constitui uma importante dimensão da sociedade e que, por esta razão, ela não se restringe às práticas do ensino. Porém, estamos considerando, aqui, somente a distribuição das escolas municipais porque realizamos trabalhos e reflexões mais profundos sobre este problema.

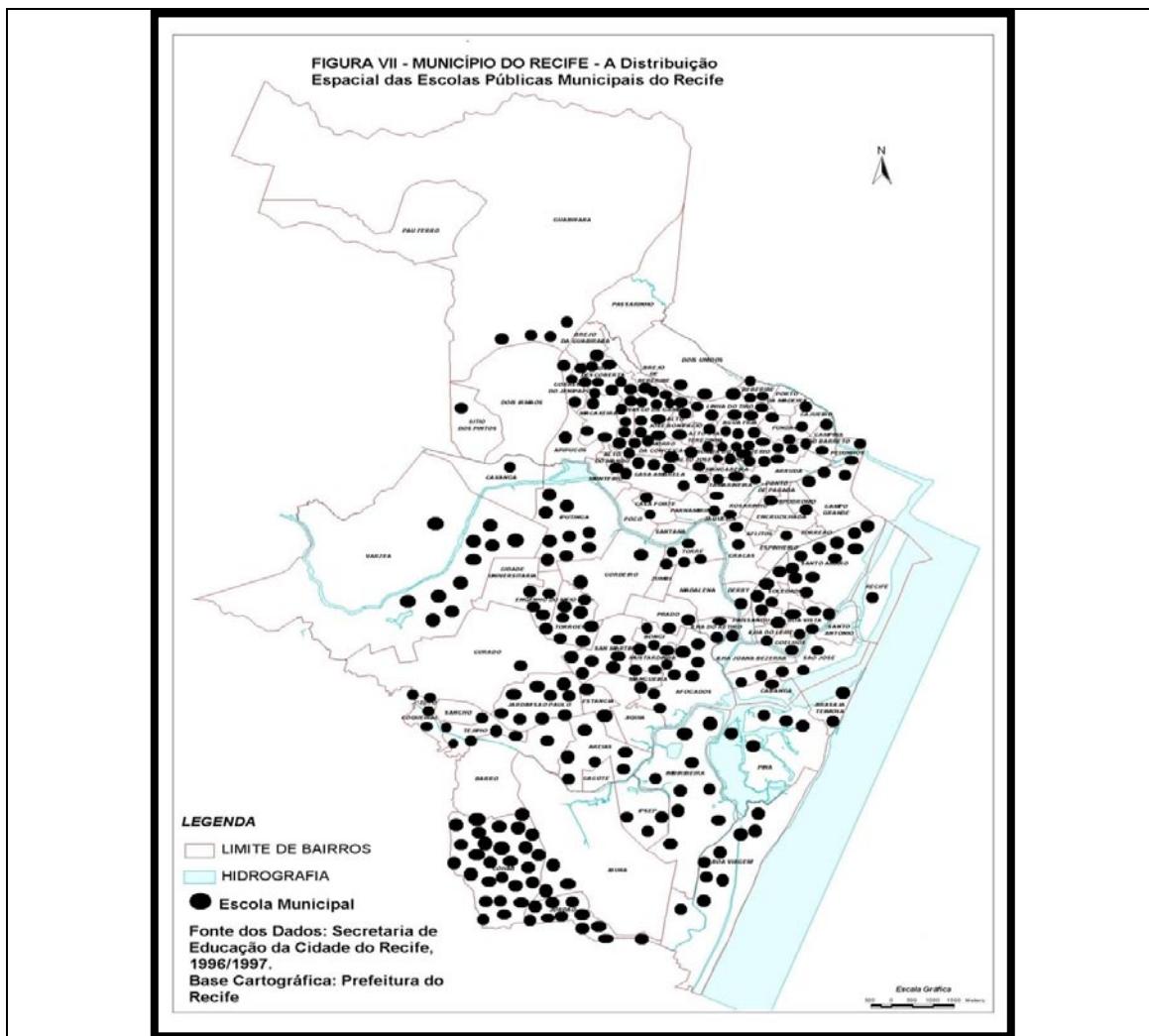


Fig. 5 –Município de Recife – Distribuição Espacial das Escolas Públicas Municipais. Fonte cartográfica: Divisão de Geoprocessamento da Prefeitura do Recife, 2005. Fonte dos dados: Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife. Nota: observa-se uma significativa ubiquidade no que diz respeito à localização-distribuição espacial das escolas públicas municipais geridas pela Prefeitura do Recife, o que não se vê quando elas se organizam segundo interesses privados.

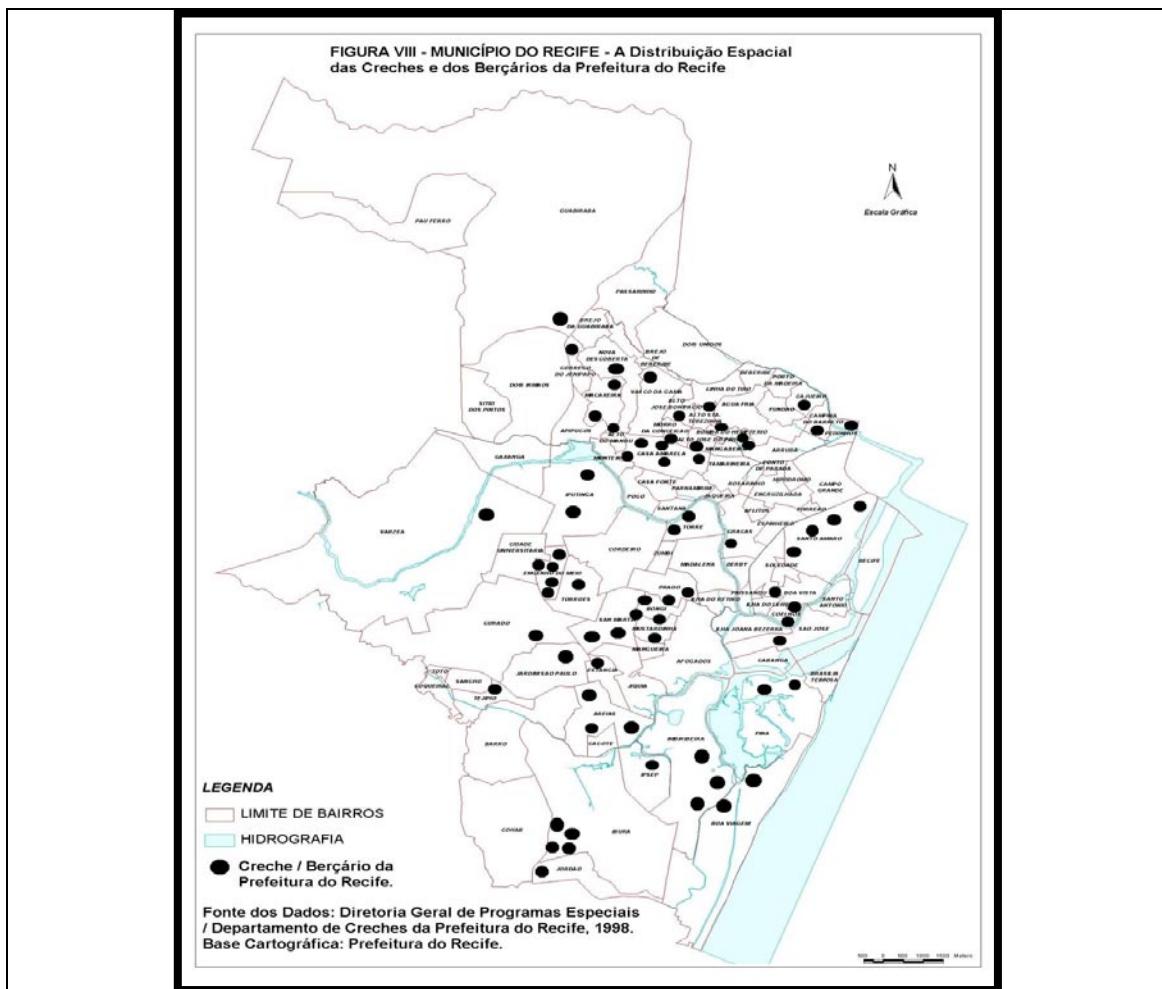


Fig. 6 –Município de Recife – Distribuição Espacial das Creches e dos Berçários Públicos Municipais. Fonte cartográfica: Divisão de Geoprocessamento da Prefeitura do Recife, 2005.

Fonte dos dados: Diretoria Geral de Programas Especiais/Departamento de Creches da Prefeitura do Recife, 1998. Nota: apesar do seu número ser menor do que o das escolas públicas do município, também estes objetos espaciais técnicos apresentam tendência à ubiquidade no espaço do Recife, diferente do que se poderia ter se se tratasse de instituições geridas segundo interesses privados. Vale a pena destacar que estes objetos prestam serviços de preferência a pessoas pertencentes às classes sociais subalternas da cidade. Ressaltamos que, desde o período em que elaboramos as figuras inseridas neste capítulo, novos objetos espaciais técnicos foram fixados no espaço urbano local, expandindo suas respectivas redes espaciais.

Em contextos de ausência de recursos para ampliar as redes de ensino público, o Estado, na sua escala municipal, tem lançado mão de práticas flexíveis de (re) organização espacial, fixando escolas em espaços religiosos, bem como em sedes de agremiações carnavalescas e de associações de moradores etc. Essa prática, inerente a outro período histórico, ainda constitui “estratégia” que se tem chamado, desde os anos 1950, de “convênio”, do qual se tem lançado mão com a intenção de atenuar tensões relativas ao não atendimento de demandas sociais.

A universalização do acesso às escolas, fixadas, sobretudo, em virtude das mobilizações dos movimentos sociais, indica uma etapa no sentido do desenvolvimento urbano no Brasil. Tal como acontece com os objetos espaciais técnicos prestadores dos serviços de saúde, também os prestadores dos serviços de educação, quando localizados em bairros de

populações predominantemente abastadas, destinam-se a camadas sociais de baixa renda que moram em seu interior e em seus arredores.

Este mesmo serviço social, quando organizado de acordo com a lógica privada, possui, normalmente, suas escolas e creches localizadas em bairros onde existe mercado consumidor de maior peso – portanto de pessoas que podem pagar suas respectivas mensalidades. Por isso que, em Recife, existem duas nítidas áreas distintas do conjunto do seu espaço urbano. Vale ainda ressaltar que houve expansão de escolas privadas, também, em bairros periféricos, em função do aumento da demanda pelo serviço, principalmente pela estabilização financeira das famílias.

Deve-se reiterar que há significativa diferença entre ter acesso a um objeto espacial técnico e, ao mesmo tempo, ter acesso a serviços com a qualidade à qual os cidadãos têm direito para tornarem-se cidadãos. No momento em que as classes médias da sociedade local consumiam serviços públicos de saúde e educação, estes gozavam da qualidade quanto à sua prestação. Após o abandono das escolas e dos hospitais públicos por essas classes sociais as quais, realmente, “brigavam” pela qualidade do serviço prestado no seu interior, suas instalações foram “sucateadas”. Isso favoreceu, sobretudo a partir dos anos 1980, o processo de privatização.

Inicialmente, temos que considerar que, no Brasil, até o final desses anos, o Estado era desenvolvimentista, o grande patrocinador da expansão das atividades econômicas no País, como argumentou Goldenstein (*apud* ARAÚJO, 2000). Não se pode, por outro lado, dizer que o Brasil construiu um Estado do Bem-Estar social. Isso porque:

[...] o Brasil nunca foi um Estado essencialmente provedor de saúde, educação, saneamento básico etc. Foi um Estado que construía estradas, montava sistemas de comunicação, estatizava empresas para modernizá-las e ofertar insumos básicos, muitas vezes a preços mais baratos que os custos de produção. (Ibidem, p.248)

Com efeito, o Estado brasileiro tem priorizado o desenvolvimento dos setores econômicos essenciais ao capitalismo, recorrendo, por vezes, a posturas conservadoras, centralizadoras e autoritárias de gestão, e assim preterindo o compromisso com o desenvolvimento concreto das pessoas. Principalmente quando os movimentos sociais retornam ao seu estado de *latência*, “silenciando-se”.

A partir dos anos 1990, entretanto, nem mesmo esse caráter desenvolvimentista do Estado foi mantido, notadamente em razão dos interesses das classes hegemônicas nacionais, as quais estavam mais voltadas para a reinserção do País no contexto, ainda que incerto e inseguro, da globalização neoliberal, de modo cada vez mais acelerado e intenso. Ademais, a crise econômico-financeira do Estado agravava-se, suscitando ações voltadas para a privatização de serviços públicos, inclusive daqueles essenciais ao desenvolvimento da nação, tais como os de saúde, educação, telecomunicações, fornecimento de água e energia. Daí o dilema entre resgatar o Estado desenvolvimentista o implantar o Estado do Bem-Estar social ou privatizar tudo.

Acreditamos que o Estado não pode bancar tudo sozinho à maneira de um estatismo centralizador e autoritário, não podendo deixar de prover os serviços essenciais para sua sociedade e para o desenvolvimento das suas forças produtivas. Isso porque, sob o capitalismo, sempre existem desigualdades e injustiças espaciais que selecionam lugares e pessoas, deixando-os abandonados e desamparados. Nós defendemos o papel incondicional do Estado no provimento dos serviços sociais que garantem o desenvolvimento, também, da sua sociedade como um todo, combatendo ao mesmo tempo o processo de desmonte do Estado-Nação no Brasil.

No que tange à acessibilidade aos objetos espaciais públicos, indagamos em que medida existe de fato distribuição espacial democrática dos serviços de educação e de saúde na cidade. Isto porque, reiteramos, pesquisas e levantamentos de dados têm mostrado que esta distribuição tem promovido acesso a escolas, a clínicas médicas, mas que, na prática, a qualidade dos serviços prestados nesses objetos não está garantida enquanto direito social adquirido e ratificado pela Constituição Federal.

Por isso, a preocupação com a ausência do papel do Estado no que diz respeito à distribuição de bens e serviços tem sido alvo de reflexões da geografia urbana:

[...] Saunders estendeu seus trabalhos para as políticas de consumo. [...] ele demonstra uma excitação especial acerca do conceito de ‘autoprovimento’ que contrasta um consumo via mercado e consumo que é diretamente subsidiado pelo estado. É claro, porém, que as políticas necessárias para promover o autoprovimento – enfatizando um estado que ‘habilita’ mais do que um estado assistencialista – estão mais alinhadas com as estratégias da direita do que com as da esquerda. (SMITH, 1996, p. 252)

Faz-se, assim, necessário continuar estudando as diversas lógicas de provimento dos serviços (alternativos? comunitários? compensatórios? solidários? etc.) que surgem em cidades onde ainda existe significativo número de pessoas alijadas dos benefícios engendrados pelo crescimento econômico. Isso ocorre, principalmente, no sentido de complementar a intervenção incipiente de um Estado que, mesmo declarando-se como do Bem-Estar social, constitui, na verdade, como afirma Oliveira (1988), um *Estado do Mal-Estar social*, situação que se agrava ainda mais com a proliferação das práticas de política urbana de cunho neoliberal. Este Estado:

É uma construção invertida. Ele, sem dúvida, é produto de uma longa história, a que se deve a própria constituição autoritária da sociedade brasileira, uma sociedade fundada sobre o trabalho escravo. Esta é uma sociedade fundada sobre a negação da identidade social. Entretanto, isto não é apenas produto de um longo percurso histórico. Isto foi extraordinariamente reforçado nos últimos vinte anos, de forma tão perversa que a literatura não encontrou outro nome, senão este, em detrimento dos indígenas: capitalismo selvagem. (Ibidem, p.18)

O que se pode, portanto, esperar de um Estado calcado numa sociedade que, ainda, sustenta esse tipo de capitalismo? As melhorias ocorridas – e em processo – no âmbito da gestão pública, interessadas na universalização do acesso aos objetos espaciais técnicos fixados, têm sido apontadas como resultado da descentralização das políticas públicas de interesse social. Foram geralmente apontados como fatores da descentralização, conforme Anjos Jr. (1998, p.7), a crise fiscal do Governo Federal e a pressão social, em um contexto de redemocratização do país, pela implantação de formas de gestão mais participativas na esfera pública.

Mas será que houve de fato descentralização no sentido da transferência de autonomia? Ou não seria melhor continuar falando de desconcentração no sentido da transferência de responsabilidades a fim de dividi-las? Em que setores podemos falar que houve de fato descentralização? Questões que se fazem relevantes porque a descentralização remete-nos ao nível de organização, consciência social e autonomia das classes sociais na sua relação com os poderes instituídos.

Desse modo, é preciso considerar não apenas a distribuição espacial dos objetos espaciais técnicos de prestação de serviços, mas, simultaneamente, suas relações efetivas com as pessoas que os usam. Os serviços de proximidade criam laços sociais importantes tais como aqueles exercidos pelos ACS e ASA, bem como aqueles prestados por ONG – Arruar, Etapas,

Fase, Gajop – e pelas associações de moradores existentes. Com efeito, em uma formação social, econômica e espacial na qual a carência e a precariedade estão fortemente presentes no cotidiano da população, faz-se mister a existência de iniciativas que prestem serviços de consultoria e de assistência técnica e social às classes subalternas a fim de preencher lacunas deixadas pela intervenção insuficiente do Estado.

Nota-se a existência de outras instituições, providas pelos próprios movimentos de bairro, voltadas à prestação de serviços para o atendimento de necessidades específicas das classes subalternas da sociedade local. Nesse sentido, além do significativo número de escolas comunitárias, também existem outras iniciativas muito reconhecidas. Trata-se do Centro de Reabilitação e Valorização da Criança (CERVAC), instituição que, localizada há cerca de mais de trinta anos no Morro da Conceição (bairro popular de Recife), cuida de crianças e adolescentes especiais que não conseguiam ter acesso a instituições privadas e mesmo do Estado.

Por seu turno, também se pode questionar em que medida os movimentos sociais estão ultrapassando o nível das lutas pela mera reivindicação do acesso aos serviços sociais para atingir as lutas pelos serviços sociais com a qualidade devida a todo cidadão. Seria necessário relacionar a estrutura de organização espacial desses serviços com as condições objetivas e subjetivas das práticas de atendimento aos pacientes e aos educandos veiculadas nos objetos espaciais técnicos de saúde e educação fixados no espaço urbano com a localização, distribuição e natureza das várias associações de moradores e trabalhadores existentes na cidade.

No caso dos movimentos sociais que ocorreram em torno da obtenção da reivindicação pelo acesso a um bem ou serviço, suas lutas têm-se esgotado no momento em que se conseguiu o acesso, não tendo havido continuidade das lutas no que tange à garantia da qualidade do bem ou serviço adquirido. Esse aspecto pontual e limitado dos movimentos sociais tem sido criticado por alguns pesquisadores que passaram a desprezá-los, alegando que esses movimentos tratar-se-iam de meros ativismos reivindicatórios, não sendo, portanto, capazes de atingir a estrutura social.

Nós, entretanto, achamos que devemos continuar valorizando-os, sobretudo quando nos damos conta de que, nos ambientes em que aconteceram muitos desses movimentos, seria muito exigirmos algo mais além da reivindicação. Com efeito, quando não se tem nada, tem-se mesmo é que lutar para obtenção, pelo menos, do mínimo. Ademais, em que medida as escolas públicas estão formando pessoas capazes de entender que cidadania refere-se a processos complexos e permanentes de lutas sociais multiescalares. Tanto isto é verdade que, quando fortes e atuantes, até mesmo as associações de moradores são capazes de se autoproverem de serviços com qualidade e de suscitar a criação de leis e instrumentos urbanísticos para garantir seus interesses (ZEIS, PREZEIS etc.).

Deve-se, portanto, apreender a natureza do conjunto das inter-relações supracitadas entre os prestadores e os usadores dos serviços, mediante o uso dos territórios que lhes servem, concomitantemente, de meio e condição. É assim que devemos compreender os serviços inscrevendo-se no espaço. (GADREY, 1994)

4.2.4-A informalidade inerente à formação histórico-territorial de Recife

Ao mesmo tempo, quando se pensa em perspectivas de desenvolvimento urbano concreto, não se pode negligenciar, a questão atinente à qualidade dos empregos criados. Daí, indagamos em que medida os serviços conseguem engajar pessoas de maneira efetivamente sustentável no mercado de trabalho? Como as engajam? Quais as diferenças fundamentais entre

o discurso dos poderes instituídos e a prática efetiva de engajamento de pessoas no mercado de trabalho local? Por que não se tem chegado de fato ao desenvolvimento urbano? Em que medida a herança da fragmentação territorial, em Recife, ligada às especificidades da sua formação histórica, faz permanecer a realidade baseada na desigualdade e seletividade espaciais? Quais as suas consequências imediatas para a (re) organização espacial das atividades ligadas aos serviços urbanos?

Em espaços produzidos sob os parâmetros de fortes desigualdades e seletividade espaciais, significativo número de pessoas – aquelas que não conseguem incluir-se nos mercados de trabalho e consumo locais – fica como que deixada de lado da dinâmica econômica urbana. Porém, como a sociedade está sempre em movimento, ela mesma cria táticas de (sobre) vivência para garantir sua existência cotidiana. Ações informais – de trabalho e vida – têm-se tornado a forma mais expressiva dessas táticas, cabendo agora tecer algumas considerações acerca do vetor informal dos serviços. Recife é uma cidade em que a informalidade sempre desempenhou papel importante para o conjunto da sociedade local, daí o epíteto “cidade dos mascates”⁹⁸.

Dentre suas funções sociais, destacamos a transferência de parte dos excedentes gerados pelo mecanismo da informalidade para o setor formal, fazendo escoar bens encalhados e comprando parte – “sobras” – da produção industrial; o decréscimo dos custos com a reprodução da força de trabalho (com salários), devido ao forte contingente de pessoas fora do mercado formal de trabalho; a promoção do acesso a populações de baixa renda – que não dispõem de poder aquisitivo suficiente – a bens que desejariam ter, dando-lhes, ao mesmo tempo, a sensação de que está consumindo um bem semelhante àquele veiculado pela mídia e que não estariam, em princípio, ao seu alcance.

No que diz respeito às suas características básicas, as atividades organizadas sob mecanismos informais, representadas em Recife pelos ambulantes e camelôs, possuem versatilidade no que concerne à sua capacidade em adaptar-se aos fluxos dos consumidores e ao controle tanto da Prefeitura quanto dos seus representantes (sindicalizados? não-sindicalizados?); flexibilidade para aproveitamento das oportunidades induzidas pelo consumo local; ausência de limitações quanto à instalação da atividade; não exigência de grande montante de capital; expressiva rotatividade no trabalho; diversificação no que tange à sua organização, oferecendo diferentes produtos e tecendo os mais diversos tipos de relações de trabalho; e utilizando-se das mais diversas formas de pagamento de ganhos ou salários aos trabalhadores.

A informalidade é, portanto, tão forte em Recife que a cidade manifesta nitidamente a sua presença, apresentando especialização espacial por bairros: Casa Amarela com a produção artesanal e comercialização de roupas; Nova Descoberta e Vasco da Gama com os marceneiros e reparadores de produtos diversos; Afogados, Beberibe, Casa Amarela, Encruzilhada, Nova Descoberta, Várzea e Vasco da Gama com mercados, feiras e artesãos; Santo Antônio e São José com camelôs “especializados” na venda de alimentos, calçados, roupas, utensílios domésticos e artigos industrializados importados dividindo o espaço da Área Central; Boa Viagem e São José com artesanatos e souvenirs; Boa Viagem e Pina com a prestação de pequenos serviços a banhistas (aluguel de espreguiçadeiras, sobrinhos de sol, bóias bem como a venda de alimentos e bebidas frescas nas praias).

No que tange aos tipos específicos da informalidade em Recife, ainda conseguimos identificar o que Correia (1987) chamara de *emealista, siri e rato*. O primeiro tipo, refere-se aos

⁹⁸ Neste caso, mascates referem-se a tipos de vendedores ambulantes que ofereciam suas mercadorias em domicílios ou em espaços mais flexíveis de venda, tais como: calçadas, ruas, praças etc.

trabalhadores não são proprietários das mercadorias que vendem, podendo ser ou não proprietário do equipamento que utilizam, em troca de comissões; o segundo concerne aos que se engajam na atividade somente nos períodos de pico do comércio de rua; e o terceiro é atinente àqueles vendedores disfarçados de camelôs.

Houve várias tentativas de regularização implementadas pela PR no sentido de organizar esse chamado *terciário inferior* nas ruas da Área Central – bem como de outras centralidades importantes – da cidade. Em princípio, procurando afastá-lo, sobretudo, dos lugares centrais mais visíveis, tal como indicamos na seção anterior deste capítulo. Mas, reiteramos o caráter simples, setorial e limitado dessas ações governamentais de cunho eminentemente urbanístico, na medida em que nunca se pensa e se organiza a cidade como uma totalidade complexa. Isso quer dizer que se não se resolverem, paralelamente à execução dos projetos urbanísticos, os demais problemas sociais das classes sociais atingidas, não se conseguirá concretizar soluções de maneira sustentável.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONCLUIR OU REFORÇAR O DEBATE LEVANTADO?

Não há mais dúvidas de que, no atual contexto do processo de mundialização, os serviços tornam-se mais visíveis como atividades relevantes para o crescimento econômico da dinâmica espacial nos/dos centros urbanos, gerando empregos, ocupações e rendas. Porém, essa importância dos serviços não é fato inerente apenas ao mundo atual, fazendo parte da história da (re) organização espacial das centralidades dos diversos espaços urbanos.

Ao mesmo tempo, não se pode esquecer que o crescimento, a expansão, a diversificação e a modernização dessas atividades *per se* não conseguem mecanicamente preencher todas as lacunas deixadas pelos setores produtivos, em termos de geração de empregos e rendas socialmente consequentes.

Ressaltamos, inicialmente, o papel fundamental que os serviços desempenharam historicamente nos processos concomitantes de crescimento urbano e urbanização nas cidades, mediante a análise das inter-relações dialéticas entre serviços e espaço, não apenas considerando o papel dessas atividades na (re) organização dos seus espaços, mas, ao mesmo tempo, a influência desse espaço (re) organizado – revitalizado! – na própria dinâmica dos serviços.

Procuramos, portanto, fazer uma análise problematizadora acerca do processo da terciarização/servicialização numa cidade situada em região subdesenvolvida na qual, muito distante do discurso dos poderes instituídos que proclamam o desenvolvimento, os aspectos atinentes ao subdesenvolvimento continuam a limitar o desenvolvimento urbano concreto. Isso na perspectiva de estimular o pensamento e a experiência em termos de ações capazes de promover a concretização de um mundo alternativo ao da globalização perversa, contra o discurso único da promoção da atratividade e competitividade do espaço atrelada à globalização.

Evidenciamos que as chamadas novas atividades terciárias conseguem gerar empregos e ocupações preenchendo lacunas deixadas pelas atividades produtivas e terciárias tradicionais, mas, não podem ser consideradas *per se* como fatores de desenvolvimento uma vez que a qualidade dessas ocupações, em geral, acontece de maneira sofrível. Isso porque muitos dos tipos de ocupação gerados seguem a lógica de uma flexibilidade exacerbada e inconsequente que se manifesta em condições de precariedade e informalidade no trabalho e na vida das pessoas, engendrando muito mais incertezas e precariedade do que estabilidade e condições dignas de trabalho e vida na cidade. Vale ressaltar que, paralelamente ao solapamento do trabalho organizado e, por sua vez, ao retrocesso do sindicalismo:

O mercado de trabalho [...] passou por uma radical estruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade da mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. É difícil esboçar um quadro geral claro, visto que o propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa. Mesmo para os empregados regulares, sistemas como ‘nove dias corridos’ ou jornadas de trabalho que têm em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução da demanda, vêm se tornando muito mais comuns. Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. (HARVEY, 1996, p. 143)

Ao mesmo tempo, não se pode deixar de considerar que:

A transformação da estrutura do mercado de trabalho teve como paralelo mudanças de igual importância na organização industrial. Por exemplo, a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (‘padrinhos’, ‘patrões’ e até estruturas semelhantes à da máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo. [...] O rápido crescimento de economias ‘negras’, ‘informais’ ou ‘subterrâneas’ também tem sido documentado em todo o mundo capitalista avançado, levando alguns a decretar uma crescente convergência entre sistemas de trabalho ‘terceiromundistas’ e capitalistas avançados. (Ibidem, p.145)

Ademais, sem o efetivo apoio técnico-financeiro do Estado, as pessoas que se aventuram na vida urbana através do seu envolvimento com os serviços enfrentam graves problemas no seio da própria estruturação do espaço urbano. Muitos dos trabalhadores – sobretudo aqueles que se acham no terciário – estão desarticulados, desorganizados e fracos para constituírem uma classe social forte que faça valer os seus interesses. No setor privado, mormente no caso dos serviços pessoais, contingentes cada vez maiores de pessoas foram inseridos – em redes de restaurantes, *fast foods*, lanchonetes, hotéis etc. – sob as precárias condições de trabalho, tal como se tem evidenciado em pesquisas de campo realizada com alunos da disciplina Geografia dos Serviços, na UFPE. Desse modo, os serviços funcionam muito mais como mecanismos atenuadores de protestos e rebeliões contra o modelo de desenvolvimento existente do que como efetivas alternativas para o desenvolvimento urbano.

Destacamos a importância do Estado no fortalecimento dos trabalhadores, mediante o resgate do seu papel social, ou seja, como um agente essencial e necessário à concretização do desenvolvimento urbano. Isto porque somente o Estado e não puramente o mercado reúne as condições necessárias para regular o crescimento, a expansão, a diversificação e a modernização das atividades humanas no espaço geográfico de modo global e democrático, incluindo pessoas e distribuindo rendas, portanto, de maneira sustentável.

Somente o Estado, mas associado aos trabalhadores organizados e ativos, enfrentam e freiam a perversidade do processo de invasão neoliberal inerente à globalização. Os efeitos mais contundentes desse processo resumem-se no aprofundamento da fragmentação espacial calcada na concentração de investimentos econômicos apenas em certos lugares – realizadores dos interesses das verticalidades/redes já constituídas ao longo do processo de formação do capitalismo – e que hoje continuam sendo os espaços selecionados pelo processo da globalização.

Como os processos sociais não acontecem ao mesmo tempo e da mesma forma em todos os lugares, no Brasil, sobretudo ao longo dos últimos dez anos, vem-se observando a expansão do número de empregos nas redes públicas de serviços sociais e na burocracia administrativa do Estado, através do acesso por concursos públicos. Isso se deve, sobretudo, ao caráter atual do Estado, o qual, possuindo maior compromisso no que diz respeito à expansão espacial das políticas públicas, tornou-se potencial empregador.

Algumas das saídas apontadas pelos políticos do mundo de hoje concernem a ações ligadas à capacitação de pessoas para o trabalho e a vida na sociedade, o que, pelo menos ao nível do discurso político, se diz que está sendo feito para promover a tão almejada inclusão social. Aqui temos casos, em Recife, de experiências baseadas no Programa Capacitação Solidária do PSDB e no da criação de Centros Públicos de Promoção do Trabalho e Renda do PT. Mas em que medida tais ações constituíram de fato mecanismos efetivos de superação das precárias condições de trabalho e de vida dos trabalhadores?

Diante do exposto, cabe-nos levantar algumas questões que abrem novos horizontes de pesquisa. Isso não somente do ponto de vista do crescimento e da diversificação das atividades dos serviços na cidade, bem como do ponto de vista que envolve diretamente o mundo do trabalho. É verdade que o crescimento, a expansão espacial e a diversificação dos serviços na cidade têm impulsionado – material e imaterialmente – vários mecanismos de geração de ocupações e ganhos para muitas pessoas. Mas, em que medida esses processos, em sua complexidade e totalidade, podem, efetivamente, contribuir para a integração espacial efetiva das classes subalternas? Questão que se faz importante na medida em que não podemos restringir nossas preocupações apenas à análise da localização-distribuição e da dinâmica organizacional dos objetos espaciais técnicos, mas articulá-las a outras preocupações que se referem, sobretudo, às perspectivas de promover o Bem-Estar de todas as pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Áurea Fabiana Apolinário de. *Pequenas empresas de serviços no Nordeste do Brasil e estados do Ceará, Pernambuco e Bahia*. 2000. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas/Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ALMEIDA, Wanderly J. Manso de. *Serviços e desenvolvimento econômico no Brasil*. Aspectos setoriais e suas implicações. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1974.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Recife: problematica de uma metropole de região subdesenvolvida*. Recife: UFPE, 1979.

_____. *Geografia econômica*. São Paulo: Atlas, 1981.

_____. *Estado, capital e industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981b.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori, VAINER, Carlos B., MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro*. Heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2000.

- ANJOS Jr., Moacir dos et al. *Descentralização de políticas sociais em Pernambuco*. Recife: Fundaj/Massangana, 1998. (Estudos e pesquisa, 100).
- BAILLY, Antoine. Le rôle des activités des services dans le développement régional suisse. *Annales de géographie*, Paris, n.523, p.257-269, 1985.
- _____ & COFFEY, William J. Localisation des services à la production et restructurations économiques. Une analyse théorique. *L'espace géographique*, Paris, n.1, 1994. p.224-230.
- BAIROCH, Paul. *De Jéricho à Mexico*. Ville et économie dans l'histoire. Paris: Gallimard, 1985.
- BAUD, Pascal, BOURGEAT, Serge, BRAS, Catherine. *Dictionnaire de géographie*. Paris: Hatier, 1995.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização*. As consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1999.
- _____. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline & CHABOT, Georges. *Tratado de geografia urbana*. Barcelona: editorial-vicens-vives, 1975.
- BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos. *Subsídios à gestão territorial do Programa de Saúde Ambiental: contribuição da geografia à construção de mapas operacionais para territorialização dos agentes de saúde ambiental no Recife-PE*. Dissertação (mestrado em geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- BONNET, Jacques. *Les grandes métropoles mondiales*. Paris: Nathan-Université, 1994.
- BONNET, Michel & BERNARD, Yvonne. *Services de proximité et vie quotidienne*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos*. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1998.
- BRANDÃO, Virgínia Pontual. *Concorrência, dominação e monopolização do espaço urbano: o comércio de mercadorias e os bancos na cidade de Recife*. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Recife: UFPE, 1983.
- BRUNHES, Jean. *Geografia humana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARRERAS, Carlos. Por uma geografia do consumo. In: *Proposta para uma discussão*. Rio Claro: Seminario de geografia comercial, UNESP, 1992.
- CASE, Earl C. & BERGSMARIK, Daniel R. *Geografía general: regional e economía*. Barcelona: Ediciones Omega s.a., 1952.
- CASTELLS, Manuel. *La question urbana*. México: Siglo Veintiuno editores, 1977.
- _____. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v.1)

_____. *Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet.* Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTILHO, Claudio Jorge Moura de.. *A organização espacial da rede de ensino público espacial da cidade do Recife.* Recife: Dissertação de Mestrado em geografia/UFPE, 1992.

_____. As atividades dos serviços, sua história e o seu papel na organização do espaço urbano: uma nova perspectiva para a análise geográfica? *Revista de Geografia.* Recife, v. 14, n. 1 / 2, jan./dez. 1998.

_____. Turismo: uma prática socioespacial que se redefine e uma nova perspectiva de análise do espaço geográfico. *Revista de geografia.* Recife, v.15, n. 1 / 2, jan./dez. 1999.

_____. O discurso do turismo e a difusão da globalização em uma metrópole de região subdesenvolvida: da formação de representações socioespaciais à manutenção da “ordem” socioterritorial em Recife. *Revista de geografia.* Recife, v. 16, n. 1, jan./dez. 2000.

_____. *Tourisme et mobilité socio-géographique des pauvres à Recife.* Paris : Presses Universitaires du Septentrion, 2002.

CAVALCANTI, Clovis. *Viabilidade do setor informal:* a demanda de pequenos pequenos serviços no Grande Recife. Recife: IJNPS/FUNDAJ, 1978. (série estudos e pesquisas).

CLARK, Colin. *The conditions of economic progress.* 3 ed. London: Macmillan & Co Ltd, 1957.

COING, Henri. Serviços urbanos: velho ou novo tema? *Espaço & Debates*, n. 23, pp.86-95, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano.* São Paulo: Atica, 1989.

_____. *A rede urbana.* São Paulo: Ática, 1994.

_____. *Trajetórias geográficas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORREIA, Telma de Barros. *A prefeitura do Recife e o comércio de rua.* Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Recife: UFPE, 1987.

COSTA, Katia Cristina Ribeiro da. *Shopping center Recife:* Conflitos e valorização do espaço. Recife: Dissertação de Mestrado em Geografia/UFPE, 1995.

COUTINHO, Maria Cristina. *As transformações do/no projeto Recife.* Uma análise da relação entre planejamento urbano e movimento popular. Recife: Dissertação de Mestrado em geografia/UFPE, 1989.

DANIELS, P. W. *Service industries in the world economy.* Oxford: Blackwell publishers, 1993.

DAVIDOVICH, Fani. A propósito da Eco-Urb's 92: a temática urbana na questão ambiental. In: MESQUITA, Olindina Viana & SILVA, Solange Tietzmann (coord.) *Geografia e questão ambiental.* Rio de Janeiro: FIBGE, 1993.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social.* 3^a ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

DELLE DONNE, Marcella. *Teorias sobre a cidade.* São Paulo: Martins Fontes, 1979.

DERRUAU, Max. *Geografia Humana.* Lisboa: Editorial Presença ltda, 1973.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer.* 2^a ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. (Primeira edição 1974)

- _____. *Lazer e cultura popular*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. (Primeira edição 1962)
- ECALLE, François. *L'économie des services*. Paris: Presses universitaires de France, 1989. (que sais-je?).
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Porto: Apontamento, 1975.
- FERNANDES, José Alberto Rio, CACHINHO, Herculano & RIBEIRO, Carlos V. *Comércio tradicional em contexto urbano*. Dinâmicas de modernização e políticas públicas. Porto: Gedes, 2002. (Relatório Final de Pesquisa).
- FIDEM. *Perspectivas e potencialidades da economia metropolitana - sugestões de política*. Recife: Fidem/Grupo de trabalho para estudos da economia metropolitana, 1989.
- _____. *Pobreza urbana: bases para a formulação de um programa de ação integrada*. Recife: Fidem/Governo do Estado de Pernambuco/Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, 1996.
- FISHER, Alan G. *The clash of progress and serenity*. London: 1935.
- FOURASTIÉ, Jean. *Produtividade*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1961.
- FREITAS, Ruskin Marinho de. *Entre a saudade e a promessa. Práticas espaciais cotidianas atuais em espaços de lazer no bairro da Boa Vista - Recife/PE*. Recife: Dissertação de Mestrado em geografia/UFPE, 1995.
- FUNCHS, Victor R. *The service economy*. New York: National Bureau of Economic Research, 1968.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Nacional, 1976.
- _____. *Em busca de novo modelo*. Reflexões sobre a crise contemporânea. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GEORGE, Pierre. *Geografia do consumo*. São Paulo: Difel, 1965.
- _____. *Populações ativas*. Rio de Janeiro: Difel 1979.
- _____. *Geografia urbana*. Rio de Janeiro: Difel, 1983.
- GADREY, Jean. Relations de services et relations d'assurance dans la géographie des services. In: Joël Bonamy & Nicole May (org.). *Services et mutations urbaines. Questionnements et perspectives*. Paris: Anthropos, 1994. p.121-140.
- GAETA, Antônio Carlos. Gerenciamento dos shopping centers e transformação do espaço urbano. In: PINTAUDI, Silvana Maria & FRUGOLI JUNIOR, Heitor. *Shopping center - Espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: UNESP, 1992.
- GOMES, Edivânia Torres Aguiar. *Espaço, planejamento e gestão de serviços comuns metropolitanos. Uma perspectiva geográfica sobre a Região Metropolitana do Recife*. Recife: Dissertação de Mestrado em geografia/UFPE, 1989.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

- GUGLIELMO, Raymond. Um novo capítulo da geografia: a geografia do consumo e da distribuição. Capítulo III. GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; KAYSER, Bernard & HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 20^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- HARVEY, David. *The urban experience*. Oxford: Blackwel Publishers, 1989.
- _____. *Condição pos-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.
- _____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano XVI, n. 39, p.48-64, 1996.
- _____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. *The enigma of capital. And the crisis of capitalism*. London: Profile Books, 2010.
- _____. *Rebel cities. From the right to the city to the urban revolution*. London: New York: Verso, 2012.
- _____. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ILLERIS, Sven. La localisation des producteurs et des utilisateurs de services. In: Joël Bonamy & Nicole May (org.). *Services et mutations urbaines*.
- Questionnements et perspectives. Paris: Anthropos, 1994. p.95-108.
- JARAMILLO, Samuel. Crise dos meios de consumo coletivo urbano e capitalismo periférico. *Espaço e debates*, São Paulo, ano VI, v.2, n.18, p.19-39,1986.
- JOHNSON, James H. *Geografia urbana*. Barcelona: Oikos-Tau s.a. ediciones, 1974.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- LACOSTE, Yves. *Geografia ativa*. São Paulo: Rio de Janeiro, Difel, 1980.
- LEFÈBVRE, Henri. *Logica formal, logica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.
- _____. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthopos, 1986.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1999.
- LESBAUPIN, Ivo. (org.) *O desmonte da nação*. Balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981. (novas direções)
- LOWRY, I. *A model of metropolis*. Santa Mônica: Rand corporation, 1964.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- _____. *O capital*. O processo de produção do capital. 10^a. Ed. São Paulo: Difel, 1985. Livro 1, Volumes 1 e 2.
- _____. *O capital*. O processo de circulação do capital. 9^a. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Livro 2.

- _____ & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MELO, Mario Lacerda de. *Metropolização e subdesenvolvimento*. Recife: Departamento de ciências geográficas/UFPE, 1978.
- MELO, Norma Maria Lacerda de. *La production sociale des intérêts fonciers et immobiliers*. Le cas de Recife (Brésil). Tese de doutorado em géographie, aménagement du territoire, urbanisme. Paris: Institut des Hautes Etudes en Amérique Latine/Université Paris III/Sorbonne Nouvelle, 1993.
- MERENNE-SCHOUMAKER, Bernadette. *La localisation des services*. Paris: Nathan, 1996. (géographie d'aujourd'hui).
- _____. *Géographie des services et des commerces*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2003.
- MERLIN, Pierre. *Géographie humaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. Suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NORDESTE. *Os serviços no Nordeste brasileiro: emprego e renda 1985/1995*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil-BNB/Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-ETENE, 1997.
- NOYELLE, Thierry. Services et mutations urbaines aux Etats-Unis. In: Joël Bonamy & Nicole May (org.). *Services et mutations urbaines. Questionnements et perspectives*. Paris: Anthropos, 1994. p.219-238.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petropolis: Vozes, 1987.
- _____. O Estado no capitalismo monopolista. *Revista do CEDEC/ Acumulação monopolista, Estado e urbanização. A nova qualidade do conflito de classes*, Rio de Janeiro, v.1, p.17-33, 1988.
- _____. A crise e as utopias do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco, COSTA, Beatriz. (org.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- PASSET, René. *A ilusão neoliberal*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- PATERSON, J. H. *Terra, trabalho e recursos. Uma introdução à geografia econômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- PELLETIER, J. & DELFANTE, Ch. *Villes et urbanisme dans le monde* Paris: Masson, 1994.
- PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. *Organização espacial da segurança pública na Região Metropolitana do Recife. O caso da polícia civil*. Recife: Dissertação de Mestrado em geografia/UFPE, 1989.
- PINSON, Gilles. *Gouverner la ville par projet. Urbanisme et gouvernance des villes européennes*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2009.
- PRETECEILLE, Edmond. Políticas urbanas, equipamentos e serviços coletivos: elementos para um balanço das pesquisas. *Espaço e debates*, São Paulo, ano VI, v.2, n.18, p.5-18, 1986.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismo. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (org.). *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)/Agencia Sueca de Desarrollo Internacional (ASDI), 2000.

RIBEIRO, Luiz César de Qeiroz & LAGO, Luciana Corrêa do. Brésil: évolution métropolitaine et nouveaux modèles d'inégalités sociale. *Problèmes d'Amérique Latine*, Paris, n.14, p.269-281, 1994.

ROCHEFORT, Michel. *Redes e sistemas*. Ensinando sobre o urbano e a região. São Paulo: Hucitec, 1998.

SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal*. Uma geografia urbana. 2ª. Ed. Porto: Edições Afrontamento, 1992.

_____. *Do comércio à distribuição: roteiro de uma mudança*. Lisboa: 1996.

SANTOS, Milton. *Les villes du tiers monde*. Paris: Librairies Techniques, 1975.

_____. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Economia espacial*. Críticas e alternativas. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. & SILVEIRA, María Laura. *Brasil*. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SASSEN, Saskia. *The global city*. New York, Londres and Tokio. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SMITH, Susan. Geografia urbana num mundo em mutação. In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron, SMITH, Graham. *Geografia humana. Sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

SIMON, Patrick. Immobilier d'entreprise et services. L'exemple des "Parcs Clubs". In: *Services et mutations urbaines*. Questionnements et perspectives. Joël Bonamy & Nicole May (org.). Paris: Anthropos, 1994. p.165-181.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. Analise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Nacional, 1974.

_____. *Globalização e desemprego*. Diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA, Ademir do Vale & ARAUJO, Tarcisio Patrício de. *Apoio a microempresas: limites do possível*. Recife: SUDENE/FUNDAJ, 1983. (série população e emprego, 17)

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Aurino César Santiago. *O camelódromo: uma análise do seu papel no comércio informal, na área central do Recife a partir da visão dos camelôs*. Monografia (Curso de Bacharelado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa, 1: a árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *A formação da classe operária inglesa, 2: a maldição de Adão*. São Paulo: Paz e Terra, 2012a.

_____. *A formação da classe operária inglesa, 3: a força dos trabalhadores*. São Paulo: Paz e Terra, 2012b.

VAINER, Carlos B. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmascarando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VARGA, Laszlo. Os donos da tela vêm ai. Sucesso dos cinemas multiplex atrai a Warner, que deve abrir 70 salas somente em São Paulo. *Isto é*, Rio de Janeiro, n. 1549, p.104, junho 1999.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Le travail informel urbain au Brésil: analyse historique et variations spatiales au niveau des Etats, de leurs régions métropolitaines et de la région de Salvador*. Tese (doutorado em geografia). Université d’Ottawa, Ottawa, 1985.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 1998.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade – Estudo sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2001.

YAZIGI, Eduardo. *O mundo das calçadas. Por uma política democrática de espaços públicos*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. Distribuição das atividades econômicas no espaço urbano do Recife: 1850-1881. *Espaço & Debates*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Ano X, n. 29, p.42-53, 1990.

MOVIMENTOS SOCIAIS, ACADEMIA E SOCIEDADE: Por um *Espaço do Cidadão*
INFORMAÇÕES GRÁFICAS

FORMATO 21 x 29,7 cm

TIPOLOGIA Times New Roman



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 - Várzea
Recife | PE CEP: 50.740-530 Fax: (0xx81) 2126.8395
Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930

Realização:



Apoio:

